

AS ARQUITECTURAS DE CISTER EM PORTUGAL. A ACTUALIDADE DAS SUAS REABILITAÇÕES E A SUA INSERÇÃO NO TERRITÓRIO.

ANA MARIA TAVARES FERREIRA MARTINS

DIRECTORES:

PROF. DOCTOR EDUARDO MOSQUERA ADELL

PROF. DOCTORA MARÍA TERESA PÉREZ CANO

TESIS DOCTORAL

VOLUMEN I

**LAS ARQUITECTURAS DEL CÍSTER EN PORTUGAL. LA ACTUALIDAD DE SUS REHABILITACIONES
Y SU INSERCIÓN EN EL TERRITORIO**

DEPARTAMENTO DE HISTORIA, TEORÍA Y COMPOSICIÓN ARQUITECTÓNICAS
UNIVERSIDAD DE SEVILLA

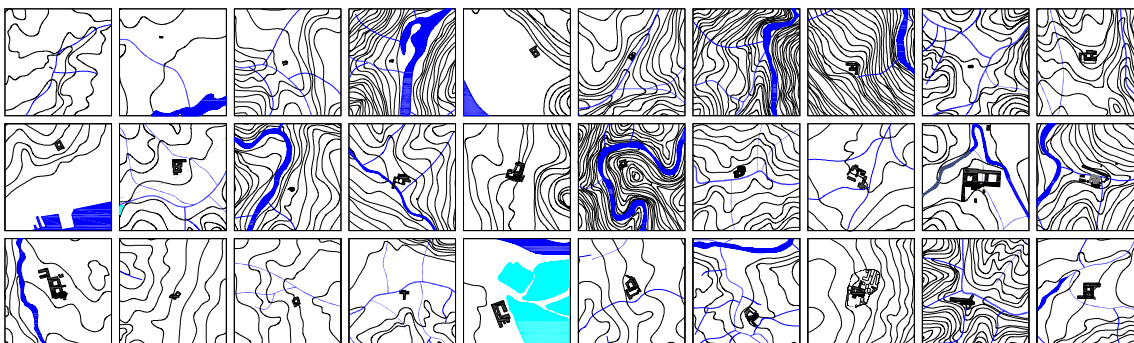
2011

Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografia da autora)



Aos meus Pais,
Maria de Lourdes e José

in memoriam
Júlio (1960-2011)



Índice



Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Ala S. Bernardo (fotografia da autora)

1. INTRODUCCIÓN	11
1.1. CONTEXTUALIZACIÓN DE LA ELECCIÓN DEL TEMA	13
1.1.1. EL TEMA	13
1.1.2. EL CONTEXTO PORTUGUÉS	14
1.2. ACTUALIDAD INTELECTUAL DEL TEMA/ ESTADO DE LAS ARTES	16
1.3. OBJETIVOS	20
1.4. METODOLOGÍA	25
1.4.1. Creación De la Base de Datos	28
1.4.2. Matriz de la Ficha Tipo	32
1.4.3. Entidades	34
2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA	39
2.1. GÉNESE DO MONAQUISMO OCIDENTAL	41
2.1.1. Origens Orientais	42
2.1.2. Edificação do monaquismo ocidental	43
2.2. MONAQUISMO BENEDITINO	48
2.2.1. As Reformas da Ordem de S. Bento	50
2.2.2. Monaquismo cluniacense	52
2.3. ORIGEM E FUNDAÇÃO DE CISTER	55
2.3.1. Molesme	56
2.3.2. Novum Monasterium, de la Forgeotte a Cîteaux	58
2.4. DESENVOLVIMENTO CISTERCIENSE	61
2.4.1. Roberto, Alberico, Estêvão: os três impulsos essenciais	64
2.4.2. S. Bernardo	67
2.5. EXPANSÃO CISTERCIENSE	71
2.6. ESTRUTURA ORGANIZATIVA / LEGISLAÇÃO CISTERCIENSE	79
2.6.1. Regra de S. Bento	79
2.6.2. Documentos Primitivos	83
2.7. ESTRUTURA SOCIAL CISTERCIENSE: a importância dos Conversos	88
2.8. ECONOMIA CISTERCIENSE: as granjas	93
2.9. ESPIRITUALIDADE CISTERCIENSE	96
3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE	101
3.1. CISTER NA CONSOLIDAÇÃO DA NACIONALIDADE: a importância de D. Afonso Henriques	103
3.2. CICLOS EXISTENCIAIS NA CONSOLIDAÇÃO DE CISTER EM PORTUGAL	109
3.2.1. O Ciclo de Tarouca	117
3.2.2. O Ciclo de Alcobaça	123
3.2.3. O Ciclo do Real Feminino	128
3.3. PLENITUDE vs. DECLÍNIO	130
3.3.1. A Congregação autónoma de Alcobaça	136

3.3.2. Decreto de 1834 e a desamortização	143
3.4. Uma perspectiva da evolução da Ordem de Cister em Portugal	156
4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS	189
4.1. CONSTRUÇÃO CISTERCIENSE DO ESPAÇO MONÁSTICO	191
4.2. MOSTEIRO COMO CIDADE IDEAL E <i>PARADISUM CLAUSTRALIS</i>	209
4.3. ESTÉTICA BERNARDINA E SEU REFLEXO NA ARQUITECTURA: ARQUITECTURA CISTERCIENSE	219
4.3.1. Plano Bernardino vs. Plano Cisterciense	246
4.3.2. Breve cronologia das plantas tipo em estudos dos sécs. XX e XXI	264
4.3.3. Morfologia do Plano Cisterciense	276
4.4. TEMPO vs. ESPAÇO: A JORNADA CISTERCIENSE	280
4.5. <i>MINIMALISMO CISTERCIENSE: del Cister del siglo XII al "Minimum" del siglo XXI</i>	287
5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL	305
5.1. MORFOLOGIA DAS ARQUITECTURAS DE CISTER EM PORTUGAL	307
5.1.1. <i>CLAUSTRUM</i>	308
5.1.2. <i>SPIRITUS</i>	331
5.1.3. <i>ANIMA</i>	358
5.1.4. <i>CORPUS</i>	374
5.1.5. <i>DOMUS CONVERSORUM</i>	388
5.1.6. EXTERIOR	396
5.2. TIPOLOGIAS DOS MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES	413
5.2.1. Planimetria dos Mosteiros Cistercienses portugueses masculinos	425
Sta Maria de Fiães	425
Sta Maria de Ermelo	426
Sta Maria do Bouro	427
Sta Maria das Júnias	428
S. Pedro das Águias - o velho	429
S. Pedro das Águias - o novo	430
Abadia Velha de Salzedas	431
Sta Maria de Salzedas	432
S. João de Tarouca	433
S. Cristóvão de Lafões	434
Sta Maria de Maceira Dão	435
Sta Maria de Aguiar	436
Sta Maria da Estrela	437
S. Paulo de Almaziva	437
Espírito Santo	438
Sta Maria de Seiça	439
Sta Maria de Alcobaça	440

5.2.2. Planimetria dos Mosteiros Cistercienses portugueses femininos	441
S. Pedro e S. Paulo de Arouca	441
N. Sra da Purificação de Tabosa	442
S. Mamede de Lervão	443
Sta Maria de Celas	444
Sta Maria de Cós	445
S. Dinis de Odivelas	446
N. Sra de Nazaré de Mocambo	447
Sta Maria de Almoester	448
S. Bernardo de Portalegre	449
S. Bento de Cástris	450
6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO.	451
6.1. IMPORTÂNCIA DE CISTER NA ARQUITECTURA MEDIEVAL PORTUGUESA	453
6.2. INSERÇÃO CISTERCIENSE NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS	469
6.2.1. Esboço do território continental	469
6.2.2. Distribuição geográfica cisterciense no território português	479
6.3. TIPO DE IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS	491
6.4. MUDANÇAS DE SÍTIO EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS	509
6.5. HIDRÁULICA CISTERCIENSE	514
7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	523
7.1. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO EM PORTUGAL:	
Preocupações primordiais	525
7.1.1. A cultura do <i>pitoresco</i> e dos viajantes estrangeiros em Portugal	528
7.1.2. A importância de Alexandre Herculano	530
7.1.3. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	532
7.1.4. IPPAR / IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico	541
7.2. ARQUITECTURA E PATRIMÓNIO EM PORTUGAL NO DEALBAR DO SÉCULO XX	545
7.3. PATRIMÓNIO CISTERCIENSE UM LEGADO A PRESERVAR	554
7.3.1. Programas Patrimoniais que abrangeram Mosteiros Cistercienses	568
7.3.2. Património Mundial da UNESCO – Mosteiro de Alcobaça	573
7.3.3. Candidaturas QREN / Programa Estratégico: Rotas dos Mosteiros Património Mundial da Humanidade	575
7.3.4. Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses / Rota Europeia das Abadias Cistercienses	581
7.3.5. Um olhar contemporâneo sobre a intervenção no Património Cisterciense	585
7.4. INTEGRACIÓN Y DESARROLLO EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA	598
7.5. REABILITAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DO MINIMUM AO MAXIMUM	623
8. CONCLUSIONES	635

VOLUME II

9. ANEXOS

9.1. ARQUITECTURAS DE CISTER EM PORTUGAL: FICHAS DOCUMENTAIS	653
9.1.1. MOSTEIROS MASCULINOS	655
Sta Maria de Fiães (11211.FIAE.VC.VC)	657
Sta Maria de Ermelo (11211.ERME.VC.VC)	679
Sta Maria do Bouro (11211.BOUR.BR.BR)	701
Sta Maria das Júnias (11212.JUNI.VR.VR)	753
S. Pedro das Águias - o velho (11211.SPAV.VI.LM)	775
S. Pedro das Águias - o novo (11211.SPAN.VI.LM)	795
Abadia Velha de Salzedas (11241.VSAL.VI.LM)	821
Sta Maria de Salzedas (11211.SALZ.VI.LM)	833
S. João de Tarouca (11211.SJTA.VI.LM)	877
S. Cristóvão de Lafões (11211.LAFO.VI.VI)	921
Sta Maria de Maceira Dão (11211.MADA.VI.VI)	953
Sta Maria de Aguiar (11212.SMAG.GA.GA)	983
Sta Maria da Estrela (11112.ESTR.CB.PC)	1019
S. Paulo de Almaziva (11213.ALMA.CO.CO)	1031
Espírito Santo (11213.ESSA.CO.CO)	1043
Sta Maria de Seiça (11213.SEIC.CO.CO)	1073
Sta Maria de Alcobaça (11113.ALCO.CO.LE)	1093
Sta Maria do Desterro (11113.DEST.LX.LX)	1177

VOLUME III

9.1.2. MOSTEIROS FEMININOS	1199
S. Salvador das Bouças (12223.BOUC.PT.PT)	1201
S. Pedro e S. Paulo de Arouca (12211.AROU.AV.PT)	1211
N. Sra da Purificação de Tabosa (12111.TABO.VI.LM)	1255
S. Mamede de Lorvão (12211.LORV.CO.CO)	1287
Sta Maria de Celas (12213.CELA.CO.CO)	1325
Sta Maria de Cós (12113.MCOS.LE.CO)	1353
S. Dinis de Odivelas (12111.ODIV.LX.LX)	1391
N. Sra de Nazaré de Mocambo (12113.MOCA.LX.LX)	1429
Sta Maria de Almoester (12113.ALMO.SA.SA)	1463
S. Bernardo de Portalegre (12112.PORT.PL.PC)	1493
S. Bento de Cástris (12213.CAST.EV.EV)	1527
N. Sra da Conceição de Tavira (12113.TAVI.FA.FA)	1555

9.2. ANEXOS DOCUMENTAIS	1591
9.2.1. Decreto de 1834	1593
9.2.2. Carta de Alcobaça	1595

9.2.3. Estatutos Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses	1597
9.2.4. Estatutos APOC	1601
9.2.5. Testemunho de Frei Damián Yañes Neira	1605
9.2.6. A re-introdução de Cister em Portugal	1607
9.2.7. Mosteiros Cistercienses Portugueses – Problemática Cronológica	1609
9.2.8. Transcrição de testemunho escrito no reverso do cadeiral do coro-alto do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre	1610
10. CRONOLOGIA MONÁSTICO-CISTERCIENSE SEGUNDO AS PERSPECTIVAS DINÁSTICA E REPUBLICANA PORTUGUESAS	1613
11. GLOSSÁRIO	1655
12. BIBLIOGRAFIA	1665
A. Elenco bibliográfico	1667
B. Separação por temas	1714
1. TEMÁTICA CISTERCIENSE	1707
1.1.GENÉRICOS	1707
1.2.CISTER / CITEAUX	1711
1.3.ARQUITECTURA CISTERCIENSE	1712
1.4.LEGISLAÇÃO CISTERCIENSE	1715
1.5.S. BERNARDO	1715
2.TEMÁTICA CISTERCIENSE PORTUGUESA	1716
2.1.GENÉRICOS	1716
2.2.MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES – TEMÁTICA COMUM (MASC. / FEMIN.)	1718
2.3.MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES – MASCULINOS	1720
2.3.1. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE FIÃES	1720
2.3.2. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO ERMELO	1720
2.3.3. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO BOURO	1720
2.3.4. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DAS JÚNIAS	1721
2.3.5. MOSTEIRO DE SÃO PEDRO DAS ÁGUIAS (O VELHO)	1721
2.3.6. MOSTEIRO DE SÃO PEDRO DAS ÁGUIA (O NOVO)	1722
2.3.7. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SALZEDAS	1722
2.3.8. ABADIA VELHA DE SALZEDAS	1722
2.3.9. MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE TAROUCA	1722
2.3.10. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE AGUIAR	1723
2.3.11. MOSTEIRO DE S. CRISTOVÃO DE LAFÕES	1723
2.3.12. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO	1723
2.3.13. MOSTEIRO DE SÃO PAULO DE ALMAZIVA	1723
2.3.14. COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO	1724
2.3.15. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA	1724
2.3.16. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALCobaça	1724

2.3.17. MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO	1726
2.4.MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES FEMININOS	1727
2.4.1. MOSTEIRO DE S. SALVADOR DAS BOUÇAS	1727
2.4.2. MOSTEIRO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO DE AROUCA	1727
2.4.3. MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE TABOSA	1727
2.4.4. MOSTEIRO DE SÃO MAMEDE DE LORVÃO	1728
2.4.5. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE CELAS	1728
2.4.6. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE CÓS	1728
2.4.7. MOSTEIRO DE SÃO DINIS DE ODIVELAS	1728
2.4.8. MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ DO MOCAMBO	1729
2.4.9. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER	1729
2.4.10. MOSTEIRO DE SÃO BERNARDO DE PORTALEGRE	1729
2.4.11. CONVENTO DE SÃO BENTO DE CÁSTRIS	1729
2.5.GRANJAS	1730
3.ARQUITECTURA MONÁSTICA / CIDADE DE DEUS	1731
4.HISTÓRIA	1733
5.TERRITÓRIO	1735
6.INVENTARIAÇÃO	1736
7.PATRIMÓNIO	1737
8.REABILITAÇÃO / RESTAURO	1739
9.MINIMALISMO	1740
10.GENÉRICOS	1741

13. ÍNDICE DE ELEMENTOS GRÁFICOS	1743
A. FIGURAS	1745
B. ESQUEMAS	1769
C. GRÁFICOS	1774
D. PLANTAS	1776
E. SEPARADORES DE CAPÍTULOS	1778

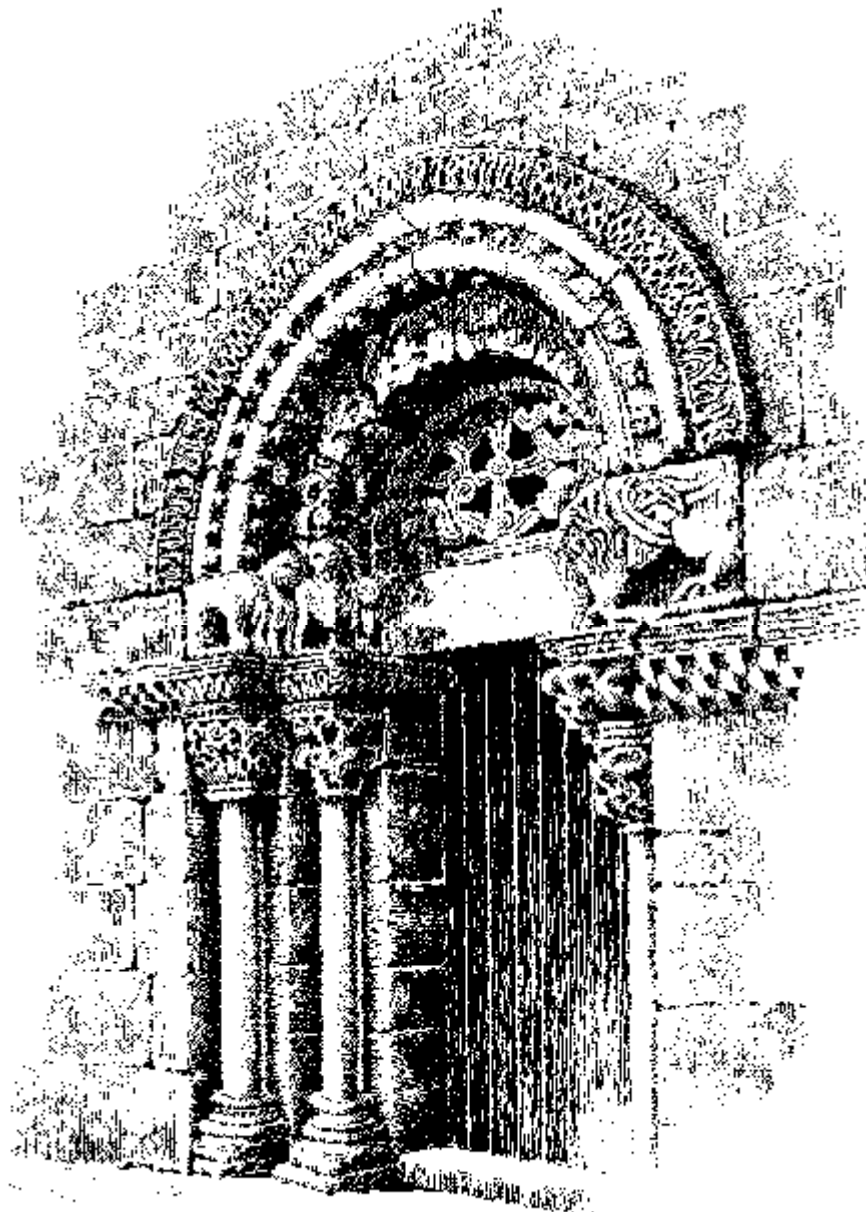


Fig. I Portal do Mosteiro de S. Pedro das Águias
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

1.

1.1. CONTEXTUALIZACIÓN DE LA ELECCIÓN DEL TEMA

1.1.1. EL TEMA

1.1.2. EL CONTEXTO PORTUGUÉS

1.2. ACTUALIDAD INTELECTUAL DEL TEMA

1.3. OBJETIVOS

1.4. METODOLOGÍA

1.4.1. Creación de la Base de Datos

1.4.2. Matriz de la Ficha Tipo

1.4.3. Entidades



1. 1.

CONTEXTUALIZACIÓN DE LA ELECCIÓN DEL TEMA

1.1.1.

EL TEMA

La elección del tema recae en su actualidad así como en el creciente interés que ha sido y que sigue siendo demostrado y desarrollado a la escala mundial.

El legado cisterciense en Portugal forma parte de algo más vasto como el plan integral de las arquitecturas del Císter en toda Europa estándose desarrollando un programa integrado de recuperación y rehabilitación del patrimonio cisterciense.

Este plan integrado no solo tiene por fin la recuperación, rehabilitación y valoración del patrimonio cisterciense como también el incremento del interés cultural por el territorio.

Las marcas del legado de la Orden del Císter en Portugal están constituidas por monasterios, abadías, iglesias, envolventes urbanísticas y rurales, patrimonio industrial, así como patrimonio mueble, tradiciones, ritos y cultos que se constituyen en unidades no solo arquitectónicas sino artísticas y paisajísticas, de elevado valor patrimonial que merecen ser estudiadas y preservadas.

13

El Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico (IPPAR) conjuntamente con otras instituciones ha desarrollado los "Itinerarios del Císter" que con la transformación del IPPAR en IGESPAR¹, fue sustituido por el programa "Conjuntos Monásticos"² que englobaba también ejemplares arquitectónicos de otras Ordenes. Posteriormente el IGESPAR sustituyó el programa "Conjuntos Monásticos" por el programa "Monasterios Portugueses Patrimonio de la Humanidad"³.

A pesar de que el Patrimonio Cisterciense, en Portugal, empieza a insertarse en un plan totalizante y transeuropeo, no deja de prestar su

¹ El IPPAR ha sido reestructurado al ser creado el *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.*, vulgo IGESPAR, en el ámbito del programa PRACE, que ha resultado de la fusión del *Instituto Português do Património Arquitectónico* y del *Instituto Português de Arqueologia* y que incorpora todavía parte de las atribuciones de la extinta *Direcção General de los Edifícios y Monumentos Nacionales*, bajo la tutela del Ministerio del Ambiente, Ordenamiento del Territorio y Desenvolvimento Regional como referido en el Decreto-Ley nº 96/2007 del 29 de Marzo. Así el IGESPAR, I.P. – con sede en Lisboa – en articulación con las Direcciones Regionales de la Cultura, refuerza su tutela de índole normativa y reglamentadora; posee como misión asegurar no sólo la gestión, pero también la salvaguardia, la conservación y la valorización de los bienes muebles e inmuebles que constituyen el patrimonio cultural arquitectónico y arqueológico portugués.

² Monasterios cistercienses que hacen parte del programa "Conjuntos Monásticos": Monasterio de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, Monasterio de S. João de Tarouca, Monasterio de S. Mamede de Lorvão y Monasterio de Santa Maria de Alcobaça

³En respecto al legado cisterciense apenas incluye el Monasterio de Santa María de Alcobaça.

contribución en la vitalización de los planes locales o regionales de desarrollo e identificación cultural.

En la actualidad Portugal integra la *Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses* (Charte des Abbayes et Sites Cisterciens d'Europe), entidad fundada informalmente, hace poco más de dos décadas, en la Abadía de Pontigny pero que apenas en el año 1993, en la Abadía de Fontenay, se concretizaron y oficializaron sus estatutos.⁴

1.1.2.

EL CONTEXTO PORTUGUÉS

Las fundaciones de la Orden del Císter en Portugal estuvieron, desde el comienzo, asociadas a objetivos de ocupación y gestión del territorio, sobre todo durante la formación del país. De esta forma se entiende así la vasta escala de ocupación del territorio, la extensión de sus dominios y áreas de influencia.

La distribución de este sistema, a nivel geográfico, es bastante asimétrica. De hecho surge una gran concentración de elementos en el norte y centro de Portugal al contrario de todo el territorio al sur del río Tajo, donde las implantaciones son muy limitadas. Este hecho es simplemente explicado por motivos históricos atendiendo a la época y región geográfica en cuestión.

De entre los elementos que componen el sistema designado por arquitecturas del Císter se destacan algunos ejemplos por su excepcionalidad. De esta forma, como elementos integrantes de la orden del Císter hay que referirse al monasterio de S. João de Tarouca, que se considera el primero de esta orden fundado en Portugal, el monasterio de Santa María de Salzedas, el monasterio de Santa María de Alcobaça (percusor del gótico en Portugal y último fundado en vida de S. Bernardo), el monasterio de Santa María das Júnias, el monasterio de Santa María do Bouro. Como sugiere Paulo Pereira, es importante pensar y estudiar este tema:

*"(...) quando o Gótico chega a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e "branco". Resta saber, aliás se a própria arquitectura portuguesa, de outros séculos vindouros não deve muito ou quase tudo a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou. Eis um programa de pesquisa a desenvolver: o da 'longa herança' cisterciense."*⁵

⁴ Cfr. **BULLETIN DE LA CHARTE EUROPÉENNE DES ABBAYES ET SITES CISTERCIENS 2009-1**; N°42 – Avril 2009; pp.4-7

⁵ PEREIRA, Paulo in **2000 anos de arte em Portugal**; Temas e Debates; p.155

De modo a permitir un mejor encuadramiento de este sistema se presenta incluido en esta tesis un mapa donde se puede constatar la localización, aunque sumaria, de las presencias cistercienses en Portugal.⁶

Portugal hace parte integrante de la *Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses* (Charte des Abbayes et Sites Cisterciens d'Europe)⁷ y es representado por el Monasterio de Santa Maria de Alcobaça así como por los Monasterios de São Pedro e São Paulo de Arouca, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Salzedas e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. (fig. 1)



Fig. 1 Logotipo de la *Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses*, presente en todos los monasterios adherentes a la Carta.

La Asamblea-general del 2009, de la *Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses*, tuvo lugar por primera vez fuera de Francia, en la Abadía de Alcobaça, en Portugal, en el 1 de Mayo del 2009.

Recientemente fue creada la APOC – Asociación Portuguesa del Císter⁸, y de sus objetivos hacen parte los siguientes: promoción, acompañamiento y apoyo a la restauración, en Portugal, da la Orden del Císter; estudio y divulgación de la historia de la Orden del Císter en Portugal; promoción del estudio y restauro del patrimonio cultural portugués – inmóvil, móvil e inmaterial – legado por la Orden del Císter.⁹

⁶ Cfr. Vol. I, Cap. 3, Fig. 34, p.109 mapa con la localización da la existencia del Orden del Císter en Portugal, según mapa elaborado por Dom Maur Cocheril in **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna –X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978

⁷ Cfr. Vol. III, Cap. 9.2.3., pp.1597 - 1600

⁸ Cfr. Vol. III, Cap. 9.2.4., pp. 1601-1604

⁹ Cfr. Artículo 2º de los **Estatutos da Associação Portuguesa del Císter** (APOC); texto policopiado; p.1

1.2.

ACTUALIDAD INTELECTUAL DEL TEMA / ESTADO DE LAS ARTES

Hasta el presente momento se han desarrollado trabajos monográficos, sobre todo insertados en el ámbito histórico. No solo hay que referir el trabajo desarrollado por el monje cisterciense Dom Maur Cocheril¹⁰ sino también el de Artur Nobre de Gusmão¹¹ que no solo fomentaron como también fueron entusiastas por el estudio de esta temática. Citaremos nombres como Geraldo Coelho Dias¹², Iria Gonçalves¹³, Maria Alegria Marques¹⁴, Nelson Borges, Virgolino Jorge¹⁵ y publicaciones recientes como “Cister no Vale do Douro”¹⁶, el catálogo de la exposición “Arte de Cister em Portugal e Galiza”¹⁷.

Es de igual importancia referir la publicación de las actas de los coloquios internacionales de Alcobaça: “Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII, XVIII”¹⁸ (Noviembre 1994) y “Cister: Espaços, Territórios, Paisagens”¹⁹ (Junio 1998). En este último se ha elaborado la Carta de Alcobaça²⁰, documento donde está patente la actualidad y la importancia del legado patrimonial Cisterciense.

Todavía se deberá referir los coloquios realizados en el Monasterio de São Cristóvão de Lafões en 1998 y 2005, siendo que el primero fue dedicado a

¹⁰ COCHERIL, Dom Maur; **Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal**; Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 1989 / COCHERIL, Dom Maur; **Cister em Portugal**; Ed Panorama; 1965 / COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Bertrand; 1966 / COCHERIL, Dom Maur; **Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle**; Fundação Calouste Gulbenkian; Paris 1976 / COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; Fundação Calouste Gulbenkian; Paris; 1978

¹¹ GUSMÃO, Artur Nobre de; **A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal**; s/ed.; Lisboa; 1956 / GUSMÃO, Artur Nobre de; **A Real Abadia de Alcobaça**; Livros Horizonte; Lisboa; 1992 / GUSMÃO, Artur Nobre de; **Os Mosteiros de Cister na Época Moderna** in “Sep LUSÍADA”; vol. III; nº 10; Porto; 1957

¹² DIAS, Geraldo Coelho; **A Alma de Cister em Portugal** in “Religião e Simbólica”; Granito Ed; Porto; 2001 / DIAS, Geraldo Coelho; **A Marca de São Bernardo na espiritualidade e na cultura cistercienses** in “Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder”; Ed. CMTarouca; Tarouca; 2004 / DIAS, Geraldo Coelho; **Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade**; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997

¹³ GONÇALVES, Iria; **O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV**; Universidade Nova de Lisboa FCSH; Lisboa; 1989

¹⁴ MARQUES, M^a Alegria; **Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal**; Ed Colibri; Lisboa; 1998

¹⁵ JORGE, Virgolino; **Análise preliminar das estruturas hidráulicas da abadia cisterciense de São João de Tarouca** in “Actas do II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal”; vol.III; Ourense; 1998 / JORGE, Virgolino; **Espaço e Eutímia na Abadia Medieval de Alcobaça**; Sep do “Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa; nº93; Lisboa; 1999 / JORGE, Virgolino; **Monastères cisterciens de femmes au Portugal** in “Cîteaux et les femmes”; Ed Créaphis; Paris; 2001

¹⁶ AA.VV.; **Cister no Vale do Douro**; GEHVID; Ed Afrontamento; 1999

¹⁷ AA.VV.; **Arte de Cister em Portugal e na Galiza**; Fundação Calouste Gulbenkian, Fundación Pedro Barrié de la Maza; Lisboa; 1998

¹⁸ AA.VV.; **Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII, XVIII**; MC, IPPAR; Lisboa; 2000

¹⁹ AA.VV.; **Cister: Espaços, Territórios, Paisagens**; MC, IPPAR; Lisboa; 2000

²⁰ Cfr. Vol. III, Cap. 9.2.2., pp.1595 - 1596

la "Ordem de Cister – O tempo e o modo" y el segundo bajo el título "As Beiras e a presença de Cister – Espaços, Património Edificado, Espiritualidade."²¹

En Salzedas y São João de Tarouca hubo el congreso "Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder"²² en 2004 que tuvo continuidad en 2006 con el congreso "Tarouca e Cister: homenagem a Leite de Vasconcelos"²³, estudioso del patrimonio de la región de las Beiras.

Es de destacarse aún el congreso, y más tarde el libro, "Conversas à volta dos Conventos"²⁴ con dirección de Cristina Fróis en el que se subraya el interés por el monacato y por el patrimonio monacal.

En el 2009 se subraya de idéntico modo la realización, por primera vez en Portugal, del "IV Congreso Internacional sobre el Cister en Galiza y en Portugal" co-organizado por la Abadía de Santa María de Osera (Ourense) y por la APOC²⁵ así como la publicación de las actas en el 2010²⁶.

También se refiere la Asamblea General del 2009 de la *Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses* realizada en el 1^{er} de Mayo del 2009, en Portugal, en el Monasterio de Alcobaça así como el Encuentro internacional "Grandes conjuntos monásticos, que reutilização?" que tuvo lugar igualmente en el Monasterio de Santa María de Alcobaça en Julio del 2009.

Todavía es de destacar toda la producción de conocimiento ocurrida y que se ha desarrollado a lo largo de esta investigación, repartíendose comunicaciones y ponencias en congresos nacionales²⁷ e internacionales²⁸.

²¹ AA.VV.; *Actas do Coloquio "A Ordem de Cister – O tempo e o modo"*; Júlio Cruz (coord); Ed. CM S. Pedro do Sul; 1998e AA.VV.; *As Beiras e a presença de Cister – Espaços, Património Edificado, Espiritualidade*; Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões; 2006

²² AA.VV.; *Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder*; Ed. CMTarouca; Tarouca; 2004

²³ AA.VV.; *Tarouca e Cister: homenagem a Leite de Vasconcelos*; Ed. CMTarouca; Tarouca; 2006

²⁴ AA.VV.; *Conversas à volta dos Conventos*; Casa do Sul Editora; 2002

²⁵ Asociación Portuguesa del Cister

²⁶ AA.VV.; *Actas del IV Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y en Portugal*; Tomo I y II; Ediciones Monte Casino; Zamora 2010

²⁷ MARTINS, Ana Maria Tavares; *Notas de uma investigação em Arquitectura: as Arquitecturas de Cister nas Beiras* que tuvo lugar en la Universidad de la Beira Interior – Departamento de Ingenieria Civil y Arquitectura, Covilhã, en Noviembre del 2009 / MARTINS, Ana Maria Tavares; *O MOSTEIRO COMO ESPAÇO DE RECUPERAÇÃO DO CORPO E DO ESPÍRITO* presentado en la tercera edición de los Encuentros Culturales en S. Cristóvão de Lafões subordinada al tema *Monasterio y Salud: cerca, botica y enfermaria*, que tuvo lugar en el Monasterio de S. Cristóvão de Lafões, Portugal, en los días 11 y 12 de Mayo del 2007 (con invitación de la Comisión Científica de los Encuentros Culturales de S. Cristóvão de Lafões) / MARTINS, Ana Maria Tavares; *CIDADE E TURISMO vs. ARQUITECTURA E TURISMO: o caso das Rotas de Cister* que tuvo lugar en el Auditorio Delmira Calado, de la Escuela Superior Gallaecia, en Vila Nova de Cerveira, Portugal en el 26 de Febrero del 2007 / MARTINS, Ana Maria Tavares; *As arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território* que tuvo lugar en el Auditorio Delmira Calado, de la Escuela Superior Gallaecia, en Vila Nova de Cerveira, Portugal a 28 de Abril de 2006

²⁸ MARTINS, Ana Maria Tavares; *Cister em Portugal, de Ordem a Congregação, segundo uma perspectiva arquitectónica* in *"Congreso Internacional Órdenes y Congregaciones Religiosas en Portugal – memoria, Presencia y Diásporas"* integrado en las conmemoraciones oficiales del Centenario de la República, con el alto patrocinio de la Presidencia de la República y con el patrocinio de la Comisión Nacional para las Conmemoraciones del Centenario de la República que tuvo lugar, en Lisboa, en la Fundación Calouste Gulbenkian del 02 al 05 de Noviembre / MARTINS, Ana Maria Tavares; *AS BEIRAS BERÇO DE CISTER EM*

Estas ponencias y comunicaciones han sido, en su larga mayoría, publicadas en forma de artículos o actas²⁹. También se han escrito ponencias para congresos y capítulos de libros por invitación directa³⁰.

PORTUGAL: MARCAS DE 9 SÉCULOS DE ARQUITECTURA presentada en el *IV Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal* que tuvo lugar en Braga y en Ourense, en Octubre del 2009 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **As marcas do legado cisterciense na região das Beira** presentado en el *RIPAM_3: 3^{er} Encontro Internacional sobre Património Arquitectónico do Mediterrâneo* que tuvo lugar en la Universidad Lusíada de Lisboa en Octubre del 2009 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS ARQUITECTURAS DE CISTER NAS BEIRAS** presentada en el *Congreso Internacional – Afonso Henriques 900 años después* que tuvo lugar en el Teatro Viriato, Viseu, en Setiembre del 2009 (con invitación del Comisario de las Comemoraciones de los 900 anos del Nacimiento de D. Afonso Henriques, Prof. Dr. João Silva de Sousa FCSH-UNL y del Ayuntamiento de Viseu) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **ARQUITECTURAS DEL CÍSTER EN PORTUGAL: rehabilitaciones recientes** presentado en el *III Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y Portugal* que tuvo lugar en Ourense – Oseira, España, del 22 al 24 de Setiembre del 2005 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea** presentada en el *VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* que tuvo lugar en Yaiza, Lanzarote, España del 12 al 16 de Julio del 2004 y cuya participación fue financiada por la FCT – Fundación para la Ciencia y Tecnología / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cistercian Architectures in Portugal. Insertion in the territory and the actuality of its rehabilitations** em *THE 2004 CISTERCIAN STUDIES CONFERENCE within the 39th INTERNATIONAL MEDIEVAL STUDIES CONGRESS* que tuvo lugar en la Western Michigan University en Kalamazoo (Michigan) – E.U.A. desde el 6 al 9 de Mayo de 2004 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Sta Maria de Alcobaça, a portuguese case** en el *ISUF2003 – International Seminar on Urban Form – “The Planned City?”* que tuvo lugar en el Castello Svevo, en Trani – Italia desde el 3 al 6 de Julio del 2003 y cuya participación fue financiada por la FCT – Fundación para la Ciencia y Tecnología / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Do ideal no espaço monástico: utopia e realidade. O caso cisterciense** no *4th International Utopian Studies Conference – “Utopian City”*, organizado pela USS – Utopian Studies Society con la colaboración de la Universidad Europea de Madrid, que tuvo lugar en la Universidad Europea de Madrid – España, entre los días 25 y 29 de Junio del 2003 y cuya participación fue financiada por la FCT – Fundación para la Ciencia y Tecnología.

²⁹MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cister em Portugal, de Ordem a Congregação, segundo uma perspectiva arquitectónica** in *Ordens Religiosas 2010*; (coord. José Eduardo Franco); Ed. CLEPUL (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cistercians in Portugal from Order to Congregation: an architectonic point of view**, in *Religious Orders 2010*; (coord. José Eduardo Franco); Ed. CLEPUL (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Medieval Cistercian Heritage: from the Ideal to the the Reality** in *Actas do 1st International Meeting EAHN – European Architectural History Network (June 17-20, 2010), Guimarães, Portugal and Book of Abstracts*; Jorge Correia (Ed.); CHAM – Centro de História de Além Mar; EAUM – Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; EAHN – European Architectural History Network; 2010 (ACTAS: ISBN 978-989-95563-9-3 / BOOK OF ABSTRACTS: ISBN 978-989-96163-2-5) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cistercian Architectural Heritage as Cultural Landmarks** in *Actas do HERITAGE 2010 - 2nd International Conference on Heritage and Sustainable Development*; Ed. Greenlines Institute; June 2010 (ISBN 978-989-95671-3-9) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **MINIMALISMO CISTERCIENSE: del Cister del siglo XII al “Minimum” del siglo XXI** in *Actas do II Congreso Internacional de Arquitectura Religiosa Contemporánea - ARQUITECTURA RELIGIOSA CONTEMPORÁNEA: ENTRE EL CONCEPTO Y LA IDENTIDAD*; Ed. Fundación Santa María Nai, Delegación de Ourense del COAG; Ourense, 2009 (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Notas de uma investigação em Arquitectura: as Arquitecturas de Cister nas Beiras**; Ed. UBI; Covilhã, 2009 (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS BEIRAS BERÇO DE CISTER EM PORTUGAL: MARCAS DE 9 SÉCULOS DE ARQUITECTURA** in *Actas del IV Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal*; Tomo II; Ediciones Monte Casino; Zamora 2010; pp.881-904 (TOMO II: ISBN 978-84-614-1760-5 / OBRA COMPLETA: ISBN 978-84-614-1760-2) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **As marcas do legado cisterciense na região das Beira** in *Actas RIPAM_3: 3^o Encontro Internacional sobre Património Arquitectónico do Mediterrâneo*; Lisboa, 2009 (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **ARQUITECTURAS DEL CÍSTER EN PORTUGAL: rehabilitaciones recientes** in *Actas del III Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal – tomo I*; Ediciones Monte Casino; Zamora, 2006 (ISBN: 978-84-930553-7-9) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea** in *VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación (Yaiza 2004)*; Centro Internacional

Es de subrayar que parte de las dislocaciones a congresos para presentación de trabajo han sido co-financiadas por la *FCT - Fundação para la Ciencia y para la Tecnología* en el ámbito de una *beca de doctorado*³¹ atribuida por esta entidad para la realización de esta tesis.

Charles Cummings (OCSO) ha hecho referencia a lo que era en ese tiempo todavía un proyecto de tesis en su artículo "The 2004 Institute of Cistercian Studies Conference" publicado en la revista periódica de la OCSO americana "*Cistercian Studies Quarterly*".³²

En 2007 ha sido posible la publicación del libro "*Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português*"³³ (con coordinación del Dr. Júlio Cruz y dibujos del Mestre Jorge Braga da Costa, textos y fotografías de la doctoranda) que hacía de esa forma, en ese tiempo, un punto de la situación del desarrollo de la investigación que se estaba efectuando. Este libro ha sido concebido para un público general, en formato de un recorrido histórico-arquitectónico del legado cisterciense en Portugal. (fig. 2) Ha contado con una nota de Frei Geraldo Coelho Dias, preámbulo de los directores de tesis, Eduardo Mosquera Adell y María Teresa Pérez Cano así como nota de cierre del coordinador de la edición Júlio Cruz.

para la Conservación del Património. CICOP.ESPAÑA; Tenerife 2004 (ISBN: 84-609-1697-9) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Sta Maria de Alcobaça, a portuguese case in "THE PLANNED CITY?"**; Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa; vol. III; Union Gráfica Corcelli Editrice; Bari 2003 (ISBN: 88-7329-043-4) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Do ideal no espaço monástico: utopia e realidade. O caso cisterciense** in *UTOPLIS Journal*"; vol. II Ed. Utopia Research Publisher; Madrid 2007 (ISSN: 1886-4120)

³⁰ MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS ARQUITECTURAS DE CISTER NAS BEIRAS** in *Actas do Congresso Internacional – Afonso Henriques 900 anos depois*; Viseu, 2009 (con invitación del Comisario de las Comemoraciones de los 900 años del Nacimiento de D. Afonso Henriques, Prof. Dr. João Silva de Sousa FCSH-UNL y del Ayuntamiento de Viseu) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **ArquitECTURA Religiosa nas Beiras nos primórdios da Nacionalidade** in *Catálogo da Exposição "Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais – A Identidade de Portugal em Construção"* (patente en el Museo Grão Vasco en Viseu del 14 de Agosto al 14 de Noviembre); Ed. Câmara Municipal de Viseu, Museu Grão Vasco, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu; Viseu, 2009 ISBN:978-972-8215-26-2 (con invitación de la Comisaria de la exposición, Prof. Doutora Maria de Fátima Eusébio) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **O Mosteiro como espaço de recuperação do corpo e do espírito** in *Mosteiro e Saúde – Cerca, Botica e Enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*; Ed. Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões; São Cristóvão de Lafões, 2008 (con invitación de la Comisión Científica de los Encuentros Culturales de S. Cristóvão de Lafões) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **O Mosteiro de Tabosa** in *Letras Aquilínianas – nº 1*; Ed. Confraria Aquilíniana; Viseu, 2007; ISBN: 978-989-95382-0-7 (con invitación de la Comisión Científica de la revista *Letras Aquilínianas*) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem** in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias – vol. 1*; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006; ISBN: 972-8932-17-0 (con invitación del homenajeado, Pe. Geraldo Coelho Dias – Frei Geraldo)

³¹ Beca de investigación en C&T con la referencia **SFRH / BD / 4637 / 2001**

³² Cfr. CUMMINGS, Charles Cummings; **The 2004 Institute of Cistercian Studies Conference** in "*Cistercian Studies Quarterly*"; Ed. Fr. Elias Dietz; vol. 39.4 (2004); Order of Cistercians of the Strict Observance, US Region (OCSO); pp. 439-448.

³³ MARTINS, Ana Maria Tavares; **Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português**; Ed. Autor; Viseu, 2007 (con nota de abertura de Geraldo Coelho Dias, preámbulo de Eduardo Mosquera Adell y María Teresa Pérez Cano, nota de cierre de Júlio Cruz)

Como refieren Eduardo Mosquera y María Teresa Pérez Cano:

*"Dentro de tradiciones académicas felizmente superadas, el investigador era un personaje que ocultaba su actividad, encerrado en su laboratorio, hasta la culminación final de su trabajo. En la actualidad, investigar significa producir conocimientos y transferirlos a la comunidad científica en particular, y al público en general, incluso antes de que se entienda como una labor concluida."*³⁴

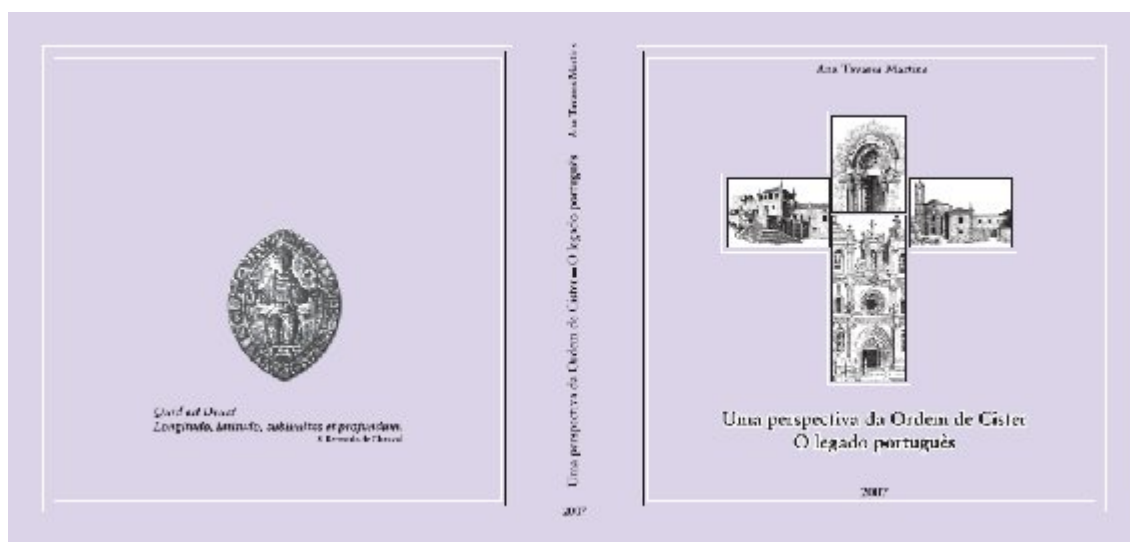


Fig. 2 Capa y contra-capas, de la autoría de Jorge Braga da Costa y Júlio Cruz, del libro **'Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português'**

1.3. OBJETIVOS

Dom Maur Cocheril refiere que gran parte de los autores son repetitivos, en lo que concierne al Císter, y por veces excesivamente imprecisos lo que es justificado por la ausencia de trabajos críticos e indicaciones bibliográficas indispensables. Atestigua además la urgencia en reunir los elementos informativos sin los cuales ningún trabajo serio podrá desarrollarse.³⁵

³⁴ PÉREZ CANO, María Teresa y Eduardo Mosquera Adell; **Preambulo** in MARTINS, Ana Maria Tavares : **Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português**; Ed. Autor; Viseu; 2007; p.17

³⁵ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; societe d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p.181

Dom Maur Cocheril refiere también como imprescindible la visita a todas las abadías que prevalecen, así como a sus dominios monacales, o sea, nada deberá ser negligenciado dejando un apelo para que este fallo sea suplido.³⁶

En la elaboración de esta investigación se ha procurado concretar e realizar algunas de las exigencias referidas por Dom Maur Cocheril relativamente a futuros estudios y futuros trabajos, cuando hace referencia a la necesidad fundamental de proceder a una pesquisa minuciosa de documentos de todos los géneros sobre los cistercienses, su obra, su actividad, los monasterios que fundaron.

Sin embargo, varios han sido los autores sus contemporáneos que se han interesado por el tema³⁷ pero se hacía sentir la necesidad de un estudio que no remetiese únicamente para el análisis arquitectónico por sí sólo, sino que permitiera avances en el estudio de estas Arquitecturas en cuanto componentes de un sistema.

Paulo Pereira, como ha sido referido anteriormente, además de Don Maur Cocheril, refiere que todavía falla la necesidad de desarrollar un estudio de estas Arquitecturas en cuanto elementos ordenadores del territorio y de población del mismo.

Estos elementos adquirieron estatuto de marco de una nación emergente y del desarrollo de una cultura, sobre todo como sistema interconectado y cohesionado, que se rige por un mismo conjunto de valores e ideales.³⁸

En realidad, este sistema ha sido encarado en esta tesis no solo como el conjunto de estas arquitecturas, como también los resultados de sus rehabilitaciones, reutilizaciones y alteración de significados. Por ese motivo en su título se encuentra el término plural "arquitecturas" pues son encaradas las diferentes situaciones y vivencias de las arquitecturas del Císter, como experiencias únicas, que merecen ser referenciadas.

Consecuentemente, para que sea posible llegar al fondo de este entendimiento ha sido necesario partir del análisis y estudio de la inserción de estos elementos en el territorio siendo objetivo primordial, de esta tesis, promover la investigación en el contexto de las relaciones entre Teoría, Arquitectura y Patrimonio inseridas en el ámbito de la Rehabilitación Arquitectónica y Urbana. Como abordaje inicial se partió del legado cisterciense en Portugal a través de un análisis sistemático de las existencias cistercienses, su apropiación e inserción en el territorio.

En esta tesis el objetivo principal ha sido la identificación, el análisis, la catalogación y la divulgación de los diversos elementos que hacen parte de las Arquitecturas del Císter en Portugal, desde monasterios inseridos en su cerca de

³⁶ Cfr. COCHERIL, Dom Maur ; Op. cit; pp.182-183

³⁷ Jean Leclercq, Elie Lambert, Miguel Oliveira entre outros.

³⁸ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; Op. cit; p.181

clausura hasta pequeñas iglesias (único vestigio del monasterio del que otrora hiciera parte), memorias remanecientes de esos monasterios de otrora, algunos olvidados, y que ahora se traen de nuevo a la memoria no solo por su importancia como patrimonio tangible pero también como patrimonio intangible.

A fin de que esta contextualización fuera posible, ha sido necesario proceder a la identificación de las claves de lectura territorial, que permitieron la aparición de las arquitecturas del Císter, así como también la integración del objeto arquitectónico en el territorio.

La relación de las arquitecturas del Císter con el futuro, es decir con el presente, se encuentra profundamente vinculada a la cuestión de cómo rehabilitar, al tipo de acciones que existen en este ámbito, a las estrategias a utilizar, a los métodos e instrumentos aplicados, en concreto a la creación de premisas que auxilien y conduzcan a la elaboración de un plan director tipo para la arquitectura cisterciense.

En el campo de la rehabilitación de este legado existen ya algunos trabajos desarrollados, y desarrollándose, por parte del Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico (IPPAR)³⁹, ahora IGEPAR, y por la Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales (DGMEN)⁴⁰, ahora IHRU, que merecen ser tomados en consideración, así como también por algunas instituciones privadas.⁴¹

Es importante mencionar la rehabilitación del Monasterio de Santa María do Bouro, ahora transformado en Posada con proyecto de los Arquitectos Eduardo Souto de Moura y Humberto Vieira así como el proyecto de valorización del Monasterio de Santa María de Alcobaça cuyos autores son los arquitectos Gonçalo Byrne y João Pedro Falcão de Campos.

A lo largo de esta tesis se verifica la permanente existencia de cuatro elementos, en vuelta de los cuales se ha desarrollado esta investigación:

1.
Contexto;
2.
Territorio;
3.
Lenguaje Arquitectónico;

³⁹ Como son el caso de los Monasterios: Arouca, Santa Maria de Salzedas, S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Lorrão y Alcobaça.

Las líneas de acción del IPPAR se relacionan con el proseguimiento de las intervenciones de recuperación e valorización de los monumentos, recualificación de los espacios; resolución de problemas relacionados con el rescate de propiedad; definición de programas de utilización y reutilización de los espacios recuperados; recuperación integral de los cuerpos de las Iglesias pertenecientes a los monasterios.

⁴⁰ Tener en mente las campañas de conservación, restauración y rehabilitación realizadas por la DGMEN.

⁴¹ Como es el caso de las Posadas de Portugal, de las cuales hace parte integrante el Monasterio de Santa Maria do Bouro.

4.

Rehabilitación.

Consecuentemente es muy importante percibir el génesis y desarrollo de los monasterios cistercienses en Portugal, su inserción en el territorio, su transformación y la permanencia de esos mismos espacios. Así como percibir cómo la cultura portuguesa ha entendido la Arquitectura del Císter, cómo la ha asimilado y se la ha apropiado.

Es importante percibir el encuentro entre la arquitectura contemporánea y la arquitectura cisterciense, portadora de especificaciones, dada la situación de riqueza cultural y cualidad en los nuevos usos de estas arquitecturas así como la repercusión en el territorio.

Es interesante demostrar que la arquitectura de la orden del Císter se apoya en algunas fundamentaciones teóricas también presentes en la arquitectura moderna y contemporánea. Partiéndose del entendimiento de las arquitecturas de la orden del Císter como fuente de inspiración y desarrollo de arquitecturas contemporáneas.⁴²

Será del mismo modo interesante acercarse a lo que se ha venido realizando, así como lo que aún se realizará y el modo cómo se llevan a cabo estas transformaciones.

Así, es necesaria la enumeración de algunos puntos necesarios para un abordaje sistemático de este tema:

1.

Introducción;

2.

Císter: antecedentes, origen y estructura⁴³;

⁴² Puede encontrarse la influencia de las arquitecturas del Orden del Císter en La Tourette de Corbusier, cfr. BAZIN, Jean-François; **Abcedaire des Cisterciens et du Monde de Cîteaux**; Flammarion- ANCR; Paris 1998 pp. 78 – 79 y TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995 p. 15./ MARTINS, Ana Maria Tavares e Ana Lúcia VIRTUDES; **From the plan to the Project: Approaches to Modernity. The Experience of La Tourette**, in "Approaches to Modernity"; Maria Helena Maia e Mariann Simon editores; CEAA - Centro de Estudos Arnaldo Araújo; Porto, 2011 así como las arquitecturas contemporáneas de Le Corbusier, Álvaro Siza Vieira, Eduardo Souto de Moura, Gonçalo Byrne, John Pawson, entre otros. Además es interesante percibir la relación del "minimalismo" cisterciense con el minimalismo de autores contemporáneos, que asumen su directa influencia, como es el caso del arquitecto inglés John Pawson. Cfr. PAWSON, John; **Minimum**; Phaidon Press Limited; 1996; pp. 14-21 / PAWSON, John; **Minimalisme Cistercien** in "France Catholique"; n° 2757; 6 Octobre 2000

Cfr. MARTINS, Ana Maria Tavares; **Medieval Cistercian Architectural Heritage: from the Ideal to the Reality**, apresentado na ROUND TABLE: MEDIEVAL ARCHITECTURAL HERITAGE: WHAT IS REAL? in *Actas do 1st International Meeting EAHN – European Architectural History Network (June 17-20, 2010), Guimarães, Portugal and Book of Abstracts*; Jorge Correia (Ed.); CHAM – Centro de História de Além Mar; EAUM – Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; EAHN – European Architectural History Network; 2010 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **MINIMALISMO CISTERCIENSE: del Císter del siglo XII al "Minimum" del siglo XXI** in *Actas do II Congresso Internacional de Arquitectura Religiosa Contemporânea - ARQUITECTURA RELIGIOSA CONTEMPORÂNEA: ENTRE EL CONCEPTO Y LA IDENTIDAD*; Ed. Fundación Santa María Nai, Delegación de Ourense del COAG; Ourense, 2009 (en edición)

⁴³ De modo a permitir retirar algunas referencias e ilaciones como contribución a esta investigación.

3.
Cister en Portugal: de los orígenes a la actualidad;
4.
Premisas del espacio cisterciense portugués;
5.
Arquitectura cisterciense en Portugal;
6.
Cister en Portugal: arquitectura vs. inserción en el territorio;
7.
Cister: Patrimonio, Rehabilitación y Contemporaneidad;
8.
Conclusiones;
9.
Inventariación de las Arquitecturas Cistercienses Portuguesas, sumaria y abreviada⁴⁴ /Anexos documentales
10.
Cronología monástico-cisterciense según las perspectivas dinástica y republicana portuguesas
11.
Glosario;
12.
Bibliografía.

De esta implementación, se busca una contribución para el desarrollo de un plan director de las Arquitecturas de Císter. Permitiendo así crear un estudio que posibilite, por lo menos al nivel de la metodología y de intervención, la implementación de planos directores de monumentos a la semejanza de lo que ya se hizo en otros países, pero aquí adaptada a la realidad cisterciense.

Por otro lado se ha procurado contribuir para el enriquecimiento del conocimiento sobre la Orden del Císter en Portugal creyéndose que en un futuro próximo, la información sea disponibilizada para el público en general, según las nuevas necesidades informativas y comunicativas, a través de la creación de una base de datos en rede.

⁴⁴ Teniendo por base: el **Roteiro das Abadias Cistercienses de Portugal** de Dom Maur Cocheril; **Peregrinatio Hispânica** – viaje de Dom Édme de Saulieu, Abad de Clairvaux, a España y Portugal (1531-1533) / tener en mente los cambios de uso que estas arquitecturas han sufrido a lo largo de los tiempos y cual su actual utilización. Cfr. estudio similar in CANO, María Teresa Pérez e Eduardo Mosquera Adell; **Arquitectura en los Conventos de Sevilla – una aproximación patrimonial a las clausuras**; Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Medio Ambiente; Sevilla; 1991

1.4. METODOLOGÍA

Se ha elaborado un listado de los vestigios de la arquitectura cisterciense en el territorio nacional que ha tenido como base: el *Routier* de Dom Maur Cocheril⁴⁵; la *Peregrinatio Espanica* de Dom Edme Salieu⁴⁶; el *Relatório Preliminar*⁴⁷ de los "Itinerários de Cister" (1998) con vista al protocolo entre el antiguo IPPAR – Instituto portugués del patrimonio arquitectónico⁴⁸ con aquella que era entonces la DGT – Dirección General de Turismo; material disponibilizado por la DGEMN – Dirección General de Edificios y Monumentos Nacionales⁴⁹; el cruce de informaciones y lecturas diversas sobre el tema.

Atendiendo a la diversidad de vestigios subsistentes y de los distintos estados de conservación y adulteración de los mismos se ha optado por incluir en este estudio únicamente los monasterios masculinos y femeninos, haciendo así su separación por géneros. Nótese la importancia de esta división, en el ámbito de esta tesis, pues los monasterios masculinos son morfológicamente distintos de los femeninos.

Consecuentemente se ha optado por relegar para una otra oportunidad de investigación las demás arquitecturas. Sin embargo, ha sido todavía importante tejer consideraciones no sólo sobre la temática en cuestión pero también sobre las repercusiones de esta en la arquitectura y rehabilitaciones actuales.

25

Se ha procedido a una investigación "in situ" de los diversos elementos en estudio teniendo en vista en una primera fase el registro gráfico y fotográfico así como el reconocimiento del territorio y de la especificidad del objeto de estudio. Se ha procedido además a la recopilación de documentación gráfica, fotográfica, cartográfica, textual y coordenadas geográficas (Fig. 3).

Se han rediseñado los planos de los elementos de estudio, pues son raros los planes de conjunto, de modo a volver perceptible la localización específica de cada fotografía y/o diseño.

⁴⁵ COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978

⁴⁶ BRONSEVAL, Frère Claude de ; **Peregrinatio Hispanica**; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970

⁴⁷ **Itinerários de Cister, Relatório Preliminar**; 2 vols; Dep de Estudos do IPPAR; Março 1998

⁴⁸ El IPPAR ha sido reestructurado habiendo sido creado el *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico* que resulta de la fusión del *Instituto Português do Património Arquitectónico* y del *Instituto Português de Arqueologia* y que incorpora todavía parte de las atribuciones de la extinta *Direcção General de los Edifícios e Monumentos Nacionais* (Cfr.DL nº 96/2007 de 29 de Março) como ha sido antes comentado.

⁴⁹ Las atribuciones de la extinta DGEMN que no han quedado bajo tutela del IGESPAR han sido transferidas para el IHRU – Instituto de la Habitación y Rehabilitación Urbana.

1. INTRODUCCIÓN

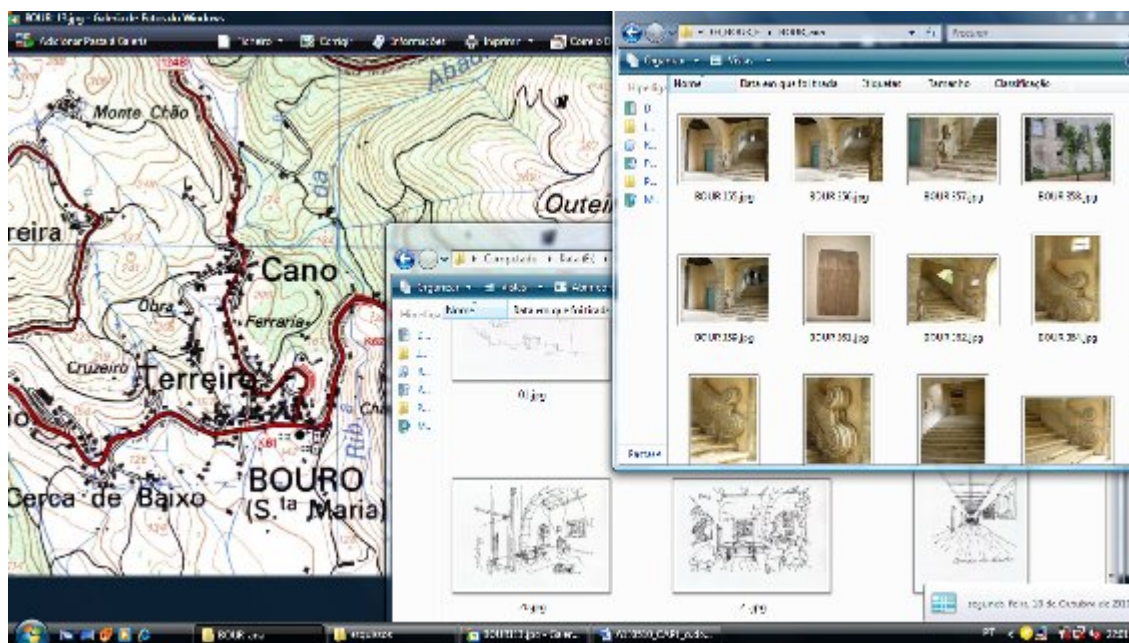


Fig. 3 "Print screen" de ejemplos de los ficheros del levantamiento gráfico, fotográfico y cartográfico efectuado (elaborado por la autora).

26

Además se han dibujado los planes individuales, para cada elemento de estudio: con la modelación del territorio para el estudio de su inserción en el territorio así como planes individuales de sus implantaciones (Fig. 4).

Esta ha sido una de las grandes dificultades de este trabajo: la inexistencia de elementos gráficos suficientes, existiendo apenas información parcial y por veces tendenciosa. Por este motivo ha sido necesario rediseñar prácticamente todos los planes de los monasterios cistercienses en Portugal.

Sin embargo el plano del Monasterio de Santa María de Alcobaça fue gentilmente cedido por el arquitecto João Pedro Falcão de Campos, el plano del Monasterio de Santa Maria do Bouro fue gentilmente cedido por el arquitecto Eduardo Souto de Moura y el plano del Monasterio de Arouca fue gentilmente cedido por el arquitecto Humberto Vieira.

Todavía debe referirse que se han utilizado los sistemas de información geográfica de modo a que fuera posible tejer consideraciones relativamente a la inserción y proliferación por el territorio portugués.

Con el intento de la creación de un registro actual, relacionado con la arquitectura del Císter fue realizada una ficha tipo a fin de poder establecer relaciones y extraer conclusiones. Se definió un cuadro síntesis de las arquitecturas del Císter en cuanto sistema, como ha sido anteriormente referido.

Se ha elaborado una Base de Datos con información, consideraciones, fotografías, plantas y cartografía, para cada uno de los elementos de estudio de modo a servir de punto de partida y a facilitar el acceso a la información.

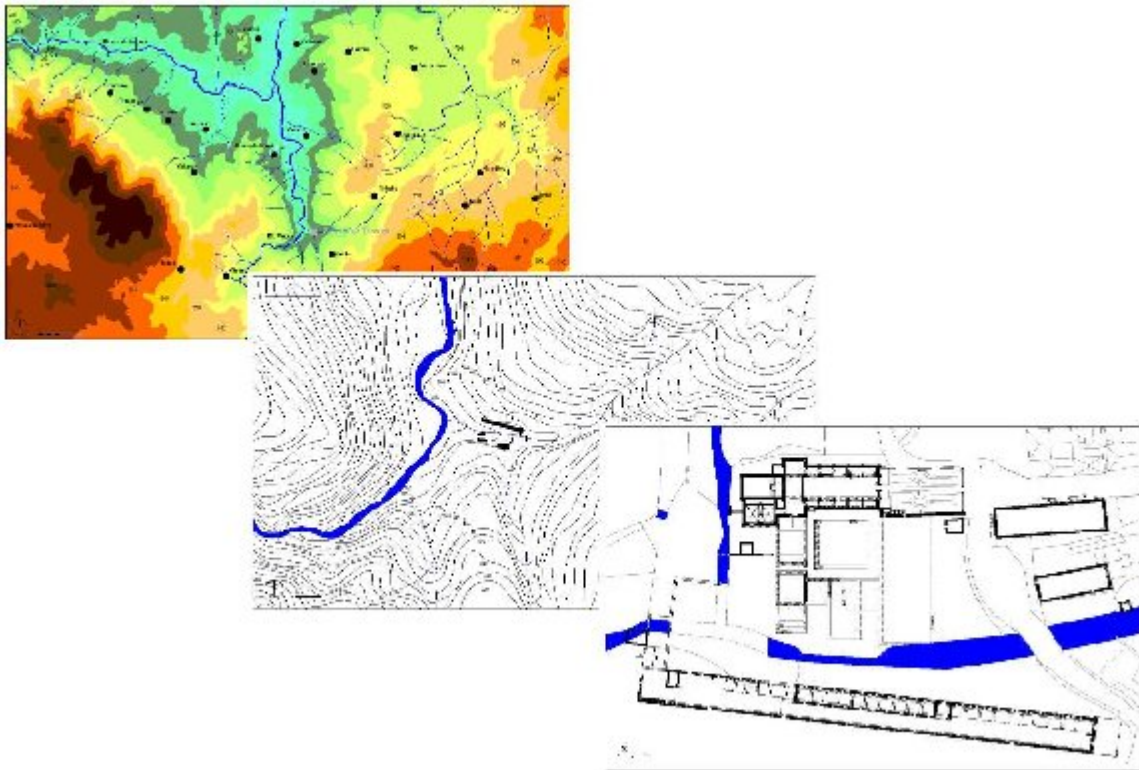


Fig. 4 Ejemplo del trabajo gráfico que ha sido necesario realizarse, para cada uno de los ejemplares cistercienses en estudio a lo largo de esta tesis. Se presentan tres diseños, utilizando distintas escalas, relativos al Monasterio de S. João de Tarouca: un a la escala territorial, otro a la escala de la implantación del conjunto monacal y otro a la escala del objeto arquitectónico (diseños elaborados por la autora).

Asimismo, ha sido rellenada una ficha de inventario para cada uno de los objetos de estudio siendo que estas fichas son el soporte de toda la Base de datos anteriormente mencionada.

La comprensión de estas arquitecturas como producción unitaria, a pesar de las debidas variantes, provocadas por la natural evolución del sistema, pasa por el tratamiento global de aquella producción en Portugal y en Europa, por el análisis de los programas de uso actuales en las arquitecturas del Císter, así como por la comprensión de los lugares y de lo construido.

1.4.1.

CREACIÓN DE LA BASE DE DATOS

Como se ha referido se ha buscado definir un cuadro síntesis de las arquitecturas del Císter en cuanto sistema con las implicaciones apuntadas anteriormente. Así con el intuio de la creación de un registro actual relacionado con la arquitectura del Císter ha sido desarrollada una ficha tipo de modo a permitir el análisis y registro de los elementos considerados esenciales y fundamentales así como también permitir establecer relaciones y conclusiones.

Para posibilitar un acceso más eficaz a la información recopilada se ha optado por la utilización de una referencia para cada elemento estudiado.

ARQUITECTURAS	GÉNERO	GÉNESIS	RELACIÓN	INSERCIÓN EN EL TERRITORIO
1. MONASTERIO	1. MASCULINO 2. FEMININO	1. FUNDADO 2. FILIADO	1. EXISTENTE 2. VESTIGIOS	1. MONTAÑA 2. VALLE 3. ALTIPLANICIE 4. PLANICIE

Esq. 1 Sistema de referencia para la identificación de los objetos de estudio utilizado en la elaboración de las fichas tipo (esquema y síntesis elaborados por la autora).

Cada objeto de estudio ha sido referenciado a través de un código alfanumérico compuesto por cinco dígitos correspondientes a su tipificación consonante: el tipo, el género, el génesis, la relación de este con la actualidad y la inserción en el territorio. (Esq. 1)

A estos cinco primeros dígitos fueron acrecidos ocho caracteres, siendo cuatro letras relacionadas con su denominación, dos letras identificativas del distrito en lo cual se insiere y dos identificativas de la diócesis a la que pertenece, como se puede comprender a través del esquema de referencia que se presenta de seguida:

[5 DÍGITOS + 4 LETRAS (NOMBRE) + 2 LETRAS (DISTRITO) + 2 LETRAS (DIÓCESIS)]

Consecuentemente las referencias, consonante el código alfa-numérico, son identificativas e individuales para cada objeto de estudio y son las que se enumeran de seguida:

MONASTERIOS MASCULINOS

11211.	FIAE .VC.VC	Sta Maria de Fiães
11212.	ERME .VC.VC	Sta maria de Ermelo
11212.	BOUR .BR.BR	Sta Maria do Bouro
11211.	JUNI .VR.VR	Sta Maria das Júnias
11212.	SPAV .VI.LM	S. Pedro das Águias (o velho)
11212.	SPAN .VI.LM	S. Pedro das Águias (o novo)
11222.	VSAL .VI.LM	Abadia Velha de Salzedas
11212.	SALZ .VI.LM	Sta Maria de Salzedas
11212.	SJTA .VI.LM	S. João de Tarouca
11212.	LAFO .VI.VI	S. Cristóvão de Lafões
11212.	MADA .VI.VI	Sta Maria de Maceira Dão
11213.	SMAG .GA.GA	Sta Maria de Aguiar
11113.	ESTR .CB.PC	Sta Maria da Estrela
11214.	ALMA .CO.CO	S. Paulo de Almaziva
11214.	ESSA .CO.CO	Espírito Santo
11214.	SEIC .CO.CO	Sta Maria de Seíça
11114.	ALCO .CO.LE	Sta Maria de Alcobaça
11114.	DEST .LX.LX	Sta Maria do Desterro

MONASTERIOS FEMININOS

12224.	BOUC .PT.PT	S. Salvador das Bouças
12212.	AROU .AV.PT	S. Pedro e S. Paulo de Arouca
12112.	TABO .VI.LM	N. Sra da Purificação de Tabosa
12212.	LORV .CO.CO	S. Mamede de Lorvão
12212.	CELA .CO.CO	Sta Maria de Celas
12114.	MCOS .LE.CO	Sta Maria de Cós
12112.	ODIV .LX.LX	S. Dinis de Odivelas
12112.	MOCA .LX.LX	N. Sra de Nazaré de Mocambo
12114.	ALMO .SA.SA	Sta Maria de Almoester
12113.	PORT .PL.PC	S. Bernardo de Portalegre
12213.	CAST .EV.EV	S. Bento de Cástris
12114.	TAVI .FA.FA	N. Sra da Piedade de Tavira

1. INTRODUCCIÓN

Efectivamente, a cada ejemplar de las Arquitecturas del Císter, debidamente referenciado según los moldes anteriormente descritos, corresponde una ficha que ha sido elaborada a través de la respuesta a algunos parámetros predeterminados.

Cabe todavía resaltar que cada campo o parámetro fundamental se subdivide en campos más específicos y que requieren un detalle de información más profundizado con el objetivo de auxiliar en elaboración y definición del cuadro síntesis de las Arquitecturas del Císter en Portugal.

Consecuentemente, cada ficha posee trece parámetros fundamentales para que una correcta análisis y estudio de cada elemento referenciado sea posible: Identificación; Localización; Accesibilidades; Encuadramiento geográfico; Propiedad; Arquitectura; Usos; Encuadramiento histórico; Protección; Conservación; Intervenciones; Documentación anexa.

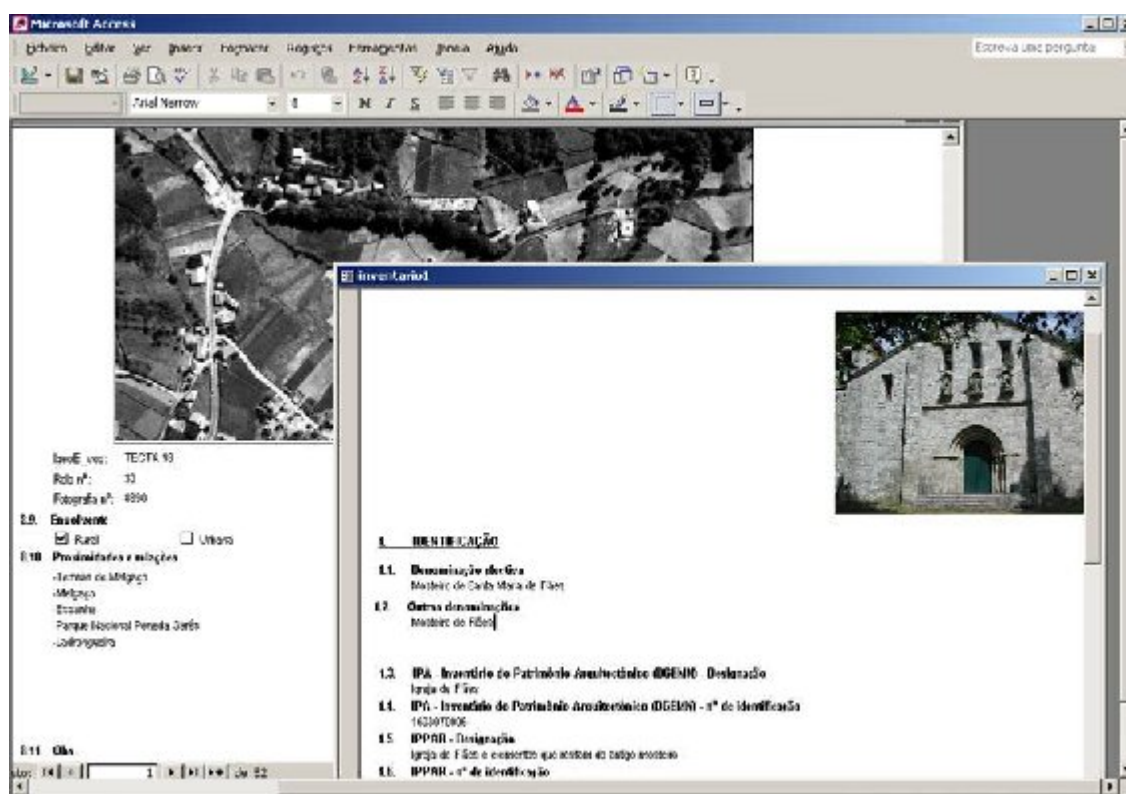


Fig. 5 "Print screen" de la base de datos (elaborado por la autora)

Todos los datos recopilados fueran inseridos en una base de datos en Access que no solo permitió la disponibilidad y consulta de la información de un modo práctico y accesible como también se reveló una útil herramienta para el desarrollo del trabajo (Fig. 5).

Una vez elaborado el cuadro síntesis de las Arquitecturas cistercienses, en Portugal, así como de su estado y el análisis de las intervenciones efectuadas, ha sido posible, con base en estudios de caso referenciados, pasar a una análisis teórica fundamentada que subraya la actualidad del caso portugués en lo que respecta al legado cisterciense.

Este cuadro síntesis así como todos sus datos están asociados a un sistema georeferenciado (Fig. 6) siendo por eso, este cuadro síntesis, una herramienta esencial no sólo en esta temática como también en esta tesis.

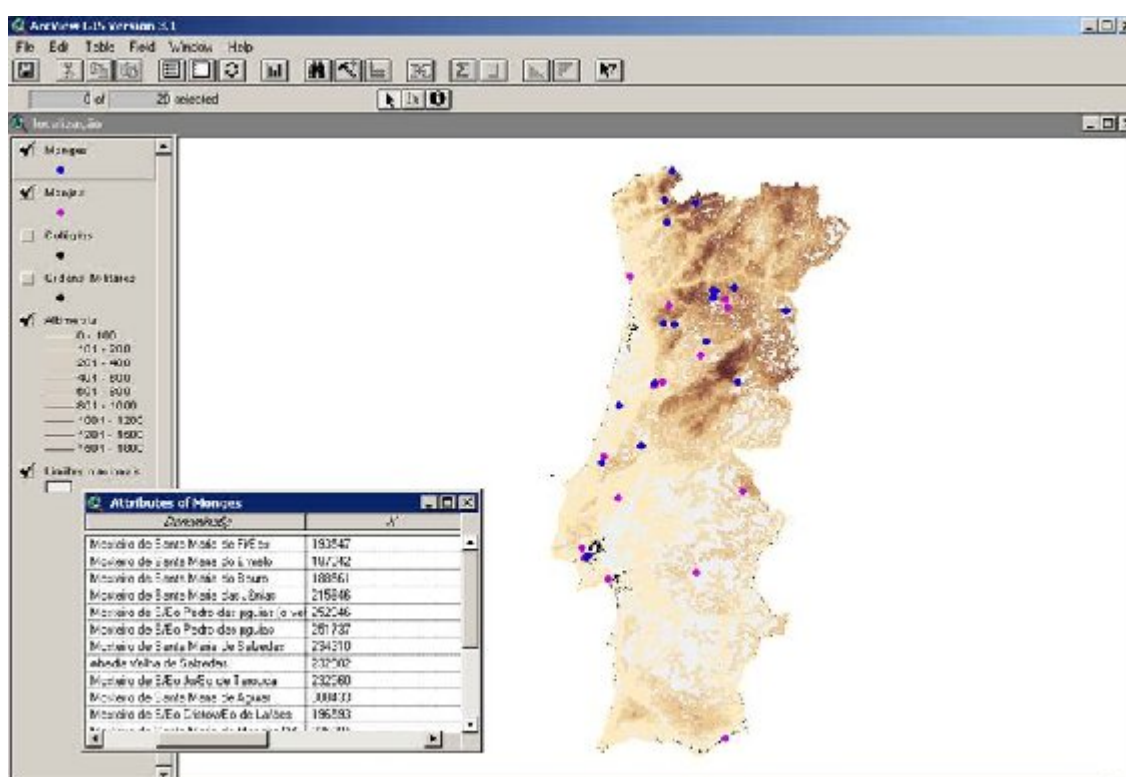


Fig. 6 "Print screen" del sistema georeferenciado (elaborado por la autora)

Es todavía de subrayar que ha sido necesario proceder a la ejecución de cartografía específica para todos y cada uno de los ejemplares de las Arquitecturas del Císter en Portugal con vista a comprobar, fundamentar e profundizar su conocimiento permitiendo síntesis y conclusiones, por lo que hubo un gasto de tiempo muy largo y no previsto que no había sido contabilizado inicialmente.

De igual modo se ha procedido a la elaboración de elementos gráficos correspondientes a una síntesis de la información (recopilada y procesada a través de la base de datos en Access y operada a través del recurso a los sistemas de información geográfica) que apoya el texto y las conclusiones de esta tesis.

1.4.2.

MATRIZ DE LA FICHA TIPO

De seguida se presenta la matriz de la ficha tipo utilizada en la creación de la base de datos en Access:

NOMBRE E N° DE INVENTARIO ATRIBUIDO

1. IDENTIFICACIÓN

- 1.1. Denominación efectiva
- 1.2. Otras denominaciones
- 1.3. IPA (DGEMN) – Designación
- 1.4. IPA (DGEMN) – n° de identificación
- 1.5. IPPAR – Designación
- 1.6. IPPAR – n° de identificación
- 1.7. Fundación / Filiación
- 1.8. Diócesis
- 1.9. Construcción
- 1.10. Género

2. LOCALIZAÇÃO

- 2.1. Provincia
- 2.2. Distrito
- 2.3. Concejo
- 2.4. Parroquia
- 2.5. Dirección Postal

3. ACCESSIBILIDADES

- 3.1. Accesos
- 3.2. Grau de Accesibilidad
- 3.3. Visita
- 3.4. Condicionantes de visita
- 3.5. Contactos

4. ENCUADRAMIENTO GEOGRÁFICO

- 4.1. Cartografía 1/50000 (serie M782)
- 4.2. Cartografía 1/25000 (serie M888)
- 4.3. Implantación en el Territorio
- 4.4. Tipo de implantación en el Territorio
- 4.5. Coordenadas WGS-84
- 4.6. Coordenadas Gauss-Militar
- 4.7. Fotografía aérea
- 4.8. Envolvente
- 4.9. Altitud
- 4.10. Proximidades y relaciones
- 4.11. Obs.

5. PROPIEDAD

- 5.1. Tipo
- 5.2. Afectación / Ocupación

6. ARQUITECTURA

- 6.1. Tipología
- 6.2. Estilo dominante
- 6.3. Estilos paralelos
- 6.4. Implantación
- 6.5. Descripción del exterior
- 6.6. Descripción del interior
- 6.7. Planta
- 6.8. Iglesia – planta
- 6.9. Iglesia – cabecera
- 6.10. Claustros existentes – nº
- 6.11. Claustros existentes – forma
- 6.12. Materiales
- 6.13. Arquitecto(s) / constructor(es)
- 6.14. Obs.

7. USOS

- 7.1. Uso inicial
- 7.2. Uso actual
- 7.3. Cronología de usos

8. ENCUADRAMENTO HISTÓRICO

- 8.1. Cronología
- 8.2. Visitación D. Edme de Salieu / Claude de Bronseval
- 8.3. Obs.

9. PROTECCIÓN

- 9.1. Tipo
- 9.2. Documentos legales

10. CONSERVACIÓN

- 10.1. Estado
- 10.2. Autenticidad
- 10.3. Integridad
- 10.4. Obs.

11. INTERVENCIONES

- 11.1. Tipo
- 11.2. Cronología de las intervenciones
- 11.3. Arquitecto(s)
- 11.4. Entidades
- 11.5. Propuestas
- 11.6. Obs.

A. DOCUMENTACIÓN ANEXA

- A.1. Diseños técnicos
- A.2. Fotografías exteriores
- A.3. Fotografías interiores
- A.4. Croquis

1.4.3. ENTIDADES



Fig. 7 Página de Misal según el rito cisterciense
(Archivo de la Biblioteca Nacional, col. Alcobaça)

En respecto a la recopilación de datos e investigación bibliográfica (fig. 7) es de subrayar la continuada y relevante importancia que tuvieron para esta investigación las entidades públicas y privadas que se pasan a enumerar:

La **Biblioteca Nacional** (BN), por la vasta cantidad de publicaciones, actas de congresos y estudios académicos que posee sobre esta temática.

La **Biblioteca de la Facultad de Letras de la Universidad do Oporto** (FLUP), por la vasta cantidad de publicaciones, actas de congresos y estudios académicos que posee sobre esta temática.

La **Biblioteca General de la Universidad de Sevilla**, por la vasta cantidad de publicaciones, actas de congresos y estudios académicos que posee sobre esta temática.

La **Biblioteca de Arquitectura de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha** (ETSA), por la vasta cantidad de publicaciones, actas de congresos y estudios académicos que posee sobre esta temática.

La **Biblioteca João Paulo II de la Universidad Católica Portuguesa, Polo de Lisboa** (UCP), por las publicaciones que posee sobre esta temática y por las publicaciones relativas al Patrimonio y Religión en general.

La **Biblioteca de la Universidad de Beira Interior** (UBI), por la vasta cantidad de publicaciones, actas de congresos y estudios académicos que posee sobre la Región de las Beiras a nivel histórico y monográfico.

El **Fuerte de Sacavém**⁵⁰ (DGEMN / IHRU), por el acervo documental, gráfico y fotográfico que coloca a la disposición de los investigadores sobre

⁵⁰ El Forte de Sacavém, durante gran parte de esta investigación, pertenecía a la DGEMN – Direção General de los Edifícios y Monumentos Nacionales y albergaba el IPA – Inventário del Patrimonio

edificios donde la antigua DGEMN ha intervenido o que hacen parte integrante del *SIPA - Sistema de Información para el Patrimonio Arquitectónico*.

La **Biblioteca de la Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales**⁵¹ (DGEMN) por las publicaciones que posee sobre Patrimonio.

El **Departamento de Estudios del Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico** (IPPAR) que permitió la consulta del documento interno sobre los "Itinerários de Cister"⁵² y la **Biblioteca del Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico**⁵³ (IPPAR) por las publicaciones que posee sobre esta temática y por las publicaciones relativas al Patrimonio en general.

La **Biblioteca particular del Profesor Doctor José Amadeu Coelho Dias (Frei Geraldo, OSB)**, existente en el Monasterio Benedictino de São Bento da Vitória, en Oporto, por la vasta cantidad de publicaciones, actas de congresos y estudios académicos que posee sobre esta temática (muchos de ellos de autoría del propio Frei Geraldo, Abad de este Monasterio)

La **Biblioteca particular del Profesor Doctor Michael Mathias**, existente en el CEPA - *Centro de Estudos do Património Arquitectónico* (Universidad de Beira Interior – Departamento de Ingeniería Civil y Arquitectura), en la ciudad de Covilhã, por la vasta cantidad de publicaciones y estudios académicos que posee sobre esta temática.

La **Biblioteca Municipal de Oporto** por la vasta información que allí puede encontrarse sobre Órdenes monásticas y temática monástico-conventual.

La **Biblioteca Municipal de Viseu** por la vasta información que allí puede encontrarse sobre el Orden del Cister en las Beiras (sobre todo en la magnífica publicación, iniciada en 1942 con carácter trimestral y que se extiende a la actualidad - la Revista "Beira Alta")

La **Biblioteca Municipal de Póvoa de Varzim** por la vasta información que allí se puede encontrar gracias a la visión dedicada y apasionada, sobre el Cister, de su antiguo Director **Sr. Manuel Ferreira Lopes** (fallecido durante la elaboración de esta tesis en el 14 de Agosto del 2006)

El **Instituto Geográfico del Ejército** (IgeoE) por la disponibilidad en la revelación y comercialización de las fotografías aéreas, a una escala

Arquitectónico. Actualmente el *Fuerte de Sacavém* pertenece al IHRU – *Instituto de la Habitación y Rehabilitación Urbana* siendo que el IPA se ha convertido en el *SIPA - Sistema de Información para el Patrimonio Arquitectónico* (sin embargo la información del IPA o del SIPA es la misma, ha cambiado el nombre pero no el inventario e información).

⁵¹ La *Biblioteca de la DGEMN* transitó actualmente para el IHRU – *Instituto de la Habitación y Rehabilitación Urbana*.

⁵² Actualmente perteneciente al IGESPAR; Cfr. **Itinerários de Cister, Relatório Preliminar**; volume 1; Departamento de Estudos do Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR; Março 1998 / **Itinerários de Cister, Relatório Preliminar**; volume 2; Departamento de Estudos do Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR; Março 1998

⁵³ La *Biblioteca del IPPAR* pertenece actualmente al IGESPAR - *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico y Arqueológico*.

importante para este estudio, así como por haber facultado y comercializado las plantas a 1:25000 y a 1:50000 de relevante importancia para esta tesis.

El **Centro Nacional de Información Geográfica** (CNIG) que facultó el acceso a las coordenadas geográficas que referencian las distintas localizaciones de los ejemplares de la Arquitectura Cisterciense en Portugal.

La **Biblioteca de la Facultad de Arquitectura de la Universidad de Oporto** (FAUP).

La **Biblioteca de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Técnica de Lisboa** (FAUTL).

La **Biblioteca de Arquitectura de la Facultad de Ciencias y Tecnología de la Universidad de Coimbra** (FCTUC).



Fig. 8 Capa del Boletín de la DGEMN nº 99, 1960.
(archivo de la DGEMN / IRHU, Forte de Sacavém)

En respecto a la adquisición de información fueran conseguidos, aún en este período y en las entidades referidas los elementos que se siguen:

De la **Dirección General de lo Edificios y Monumentos Nacionales** (DGEMN) se obtuvieron elementos gráficos y fotográficos (fig. 8)

Del **Instituto Geográfico del Ejército** (IgeoE) se obtuvieron elementos cartográficos, bajo la forma de cartas militares a distintas escalas (1:25000 y 1:50000) y carta itineraria, así como elementos fotográficos, bajo la forma de fotografías aéreas de los ejemplares de Arquitectura Cisterciense subsistentes en Portugal.

Del **Centro Nacional de Información Geográfica** (CNIG) se obtuvieran las Coordenadas Geográficas.

Del **Institute of Cistercian Studies – Western Michigan University** (EUA) se obtuvieran publicaciones de estudios variados en el ámbito de la temática y información cisterciense.

Todavía en lo que respecta a la adquisición de información diseñada se destacan los Ateliers de los siguientes arquitectos, que sin encargos y prontamente han facultado los elementos solicitados:

Arquitecto Eduardo Souto de Moura que ha facultado fotografías, plantas, secciones, alzados y croquis de la intervención realizada en el Monasterio de Santa Maria do Bouro.

Arquitecto Humberto Vieira (fallecido durante la realización de esta tesis) que ha facultado información gráfica sobre el Monasterio de S. Pedro e S. Paulo de Arouca así como información gráfica sobre el Monasterio de S. João de Tarouca.

Arquitecto João Pedro Falcão de Campos que ha facultado información gráfica de la intervención conjunta con el Arquitecto Gonçalo Byrne en el Monasterio de Santa Maria de Alcobaça.

Así como se destacan los elementos cedidos por entidades municipales, particularmente por el **Ayuntamiento de Figueira de Castelo Rodrigo**, que facultó la planta de localización de Santa Maria de Aguiar, e por el **Ayuntamiento Montalegre** a través del entonces Vereador Pe. Fontes que facultó elementos diseñados del Monasterio de Santa Maria das Júnias así como (y a título personal) inúmeros artículos sobre este Monasterio.

Sin embargo se subrayan particulares como:

Professor Doutor “Frei” Geraldo Coelho Dias (OSB-FLUP) que ha regalado varias publicaciones de temática cisterciense de su autoría, buenas lecciones, esclarecimientos, inmenso saber en el ámbito beneditino-cisterciense, ánimo siempre que necesario así como su amistad.

Professor Doutor José Marques (FLUP) que ha regalado varias publicaciones de temática cisterciense da su autoría, sobre todo relativas al Monasterio de Santa Maria de Fiães.

Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge (Universidad de Évora) que ha regalado varias publicaciones de temática cisterciense de su autoría.

Frei Damián Yañes Neira (OSCO) del Monasterio gallego cisterciense de Santa Maria de Oseira a través de muchas publicaciones de su autoría.

Dr. Júlio Seara Loureiro da Cruz (fallecido durante la recta final de la elaboración de esta tesis en el 4 de Enero del 2011) que ha regalado varias publicaciones de su autoría, habiendo sido una incansable e importante ayuda en las visitas a los ejemplares cistercienses de las Beiras, dando apoyo logístico, conocimientos, amistad y ánimo siempre que necesario.

Mestre Jorge Braga da Costa que ha facultado todo o su trabajo artístico relacionado con la temática cisterciense incluso llegando a realizar, a pedido, el dibujo de Santa Maria de Alcobaça.

Mestre Arquitecta Mafalda Sampayo por todo el apoyo, motivación y amistad con que fue prestando auxilio en la pesquisa bibliográfica al largo de esta tesis.

Professor Doutor João Paulo Castro Gomes (DECA-UBI y C-MADE) que apoyó la permanencia en el C-MADE (Centro de Materiales y Tecnologías de la Construcción) de la Universidad de Beira Interior en cuanto coordinador del mismo y por la persistente motivación y ánimo conducentes a la conclusión de esta tesis.

Professora Doutora Ana Lúcia Virtudes (DECA-UBI y C-MADE) por el apoyo, motivación y ánimo durante la elaboración y sobre todo durante la conclusión de esta tesis.

Professor Doutor Michael Mathias (Departamento de Ingeniería Civil y Arquitectura de la Universidad de Beira Interior) por el apoyo, motivación y por haber facultado material bibliográfico así como por su conocimiento de la Orden del Císter en las Beiras.

Professor Doutor Jacek Krenz (Universidad de Gdansk) por las sabias palabras y apoyo durante la elaboración final de esta tesis.

Professor Doutor Paulo de Carvalho (Presidente del Departamento de Ingeniería Civil y Arquitectura de la Universidad de Beira Interior) por el apoyo y comprensión durante la fase final de esta tesis.

Professor Doutor Walter Osswald y **Drª Domingas Osswald** que facilitaron la visita al Monasterio de S. Cristóvão de Lafões, en cuanto edificio particular de que son propietarios.

Professora Elisabeth Évora Nunes (Universidad Nova de Lisboa) que ha compartido mucho de su inmenso conocimiento sobre el Císter.

Engenheiro Pedro Tavares que facultó inúmeras fotografías del Monasterio de Santa Maria de Alcobaça que son parte de su acervo personal en cuanto estudioso de este Monasterio.

Arquitecta Mariana Ferreira guardián del Monasterio de Santa Maria de Maceira Dão que permitió el acceso al monasterio cuya familia es propietaria.

Lena Martinho y **José António Coelho** por toda la motivación, amistad y apoyo logístico en diversas dislocaciones durante las visitas a los Monasterios.

No obstante la palabra final, porque los últimos son siempre los primeros, es atribuida los Profesores, y Directores de esta tesis, **Doctor Eduardo Mosquera Adell** y **Doctora María Teresa Pérez Cano**, de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Sevilla, ilustres orientadores, profesores y amigos, por todo lo que esta tesis es, pero sobre todo por el apoyo incondicional, comprensión y amistad consolidados a lo largo de estos años.

También una palabra final para el apoyo de la **FCT - Fundación para la Ciencia y para la Tecnología** que atribuyó una *beca de doctorado* para la realización de esta tesis sin la cual habría sido prácticamente imposible hacer esta tesis.

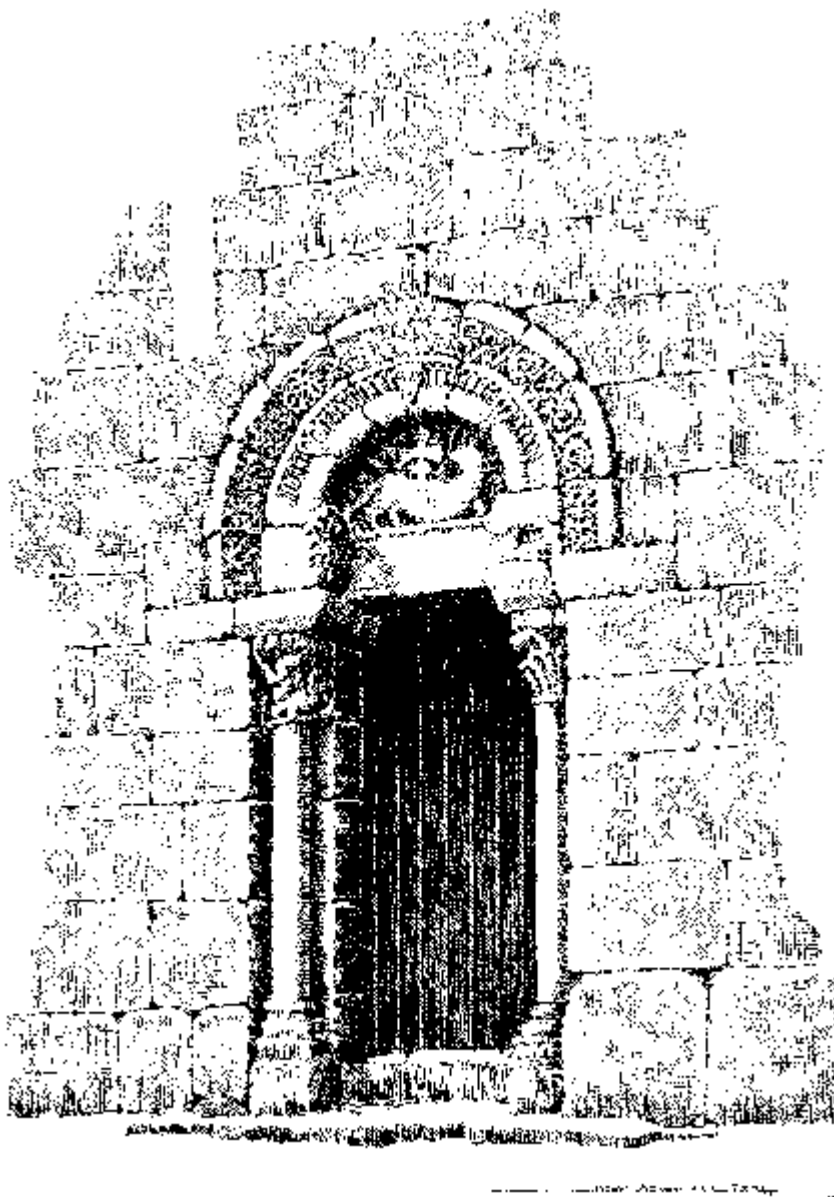


Fig. II Portal do Mosteiro de S. Pedro das Águias
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

2.

2.1. GÊNESE DO MONAQUISMO OCIDENTAL

2.1.1. Origens Orientais

2.1.2. Edificação do monaquismo ocidental

2.2. MONAQUISMO BENEDITINO

2.2.1. As Reformas da Ordem de S. Bento

2.2.2. Monaquismo cluniacense

2.3. ORIGEM E FUNDAÇÃO DE CISTER

2.3.1. Molesme

2.3.2. Novum Monasterium, de la Forgeotte a Cîteaux

2.4. DESENVOLVIMENTO CISTERCIENSE

2.4.1. Roberto, Alberico, Estêvão: os três impulsos essenciais

2.4.2. S. Bernardo

2.5. EXPANSÃO CISTERCIENSE

2.6. ESTRUTURA ORGANIZATIVA / LEGISLAÇÃO CISTERCIENSE

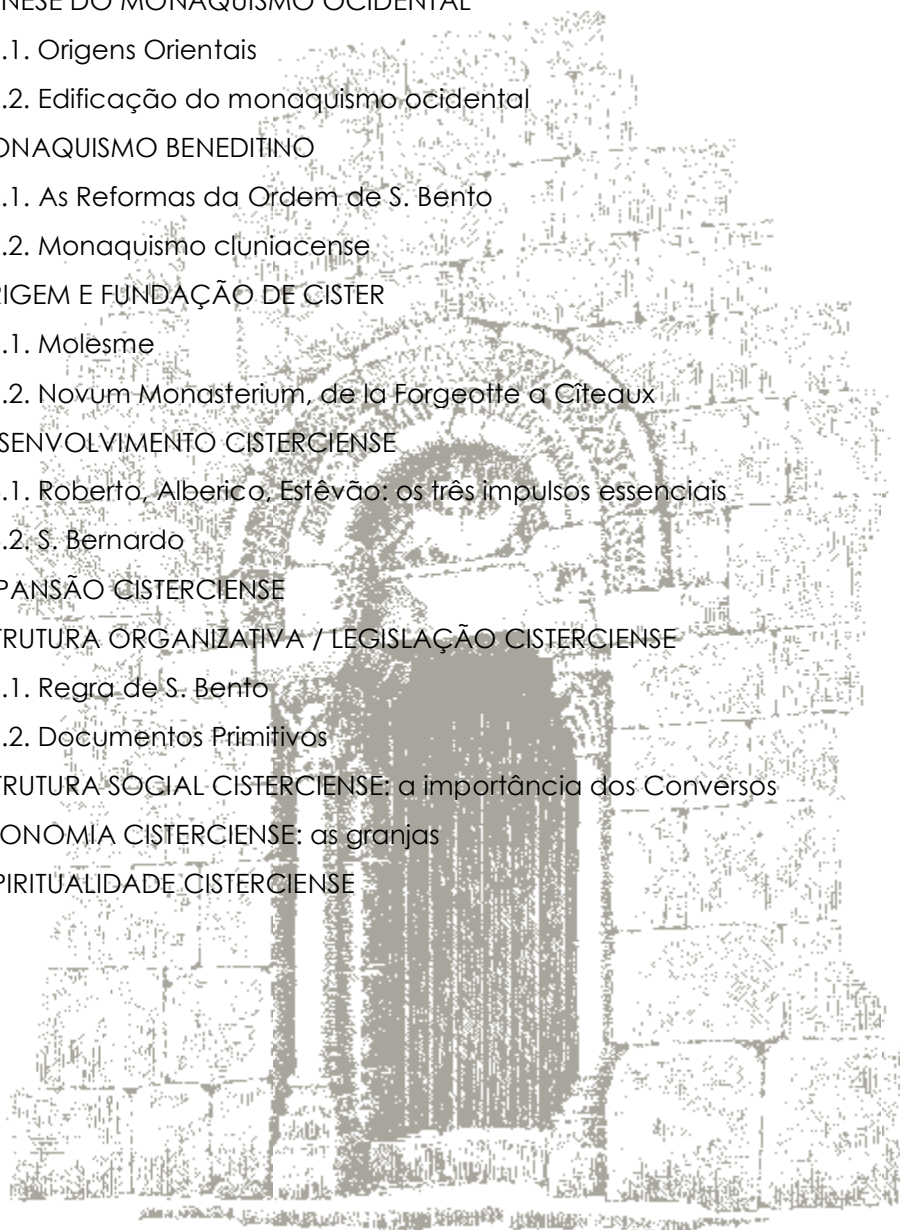
2.6.1. Regra de S. Bento

2.6.2. Documentos Primitivos

2.7. ESTRUTURA SOCIAL CISTERCIENSE: a importância dos Conversos

2.8. ECONOMIA CISTERCIENSE: as granjas

2.9. ESPIRITUALIDADE CISTERCIENSE



2.1.

GÉNESE DO MONAQUISMO OCIDENTAL

*"La vida del monje está sumergida por completo en la búsqueda de Dios, en conocerle con toda la intensidad posible, y en amarle con todo el corazón y con todo el ser."*¹

O monaquismo dá resposta a algumas das mais profundas aspirações da alma humana, que consistem, na busca da perfeição e no desejo da contemplação. No mais íntimo do coração humano está inscrito o desejo de Deus.² Deste modo, para que esta experiência espiritual seja possível, é necessária a *fuga mundi* ou o *contemptus mundi*³, isto é, a fuga do mundo para buscar uma união do espírito com Deus.

Convém clarificar alguns termos relativos não só aos primórdios do monaquismo como também ao monaquismo em si. Assim monge (do grego *monachós* que significa solitário, único, aquele que vive só, isolado)⁴ designava inicialmente aquele que tinha escolhido a solidão como modo de vida e meio para alcançar Deus, constituindo essencialmente uma experiência espiritual caracterizada pela procura da solidão interior concretizada através do afastamento das paixões terrenas e do abandono do mundo.

Porém, monge também pode simplesmente designar um religioso que segue uma regra de uma Ordem vivendo afastado do mundo, como se referiu, seja na solidão, seja em comunidade, sendo este o modo mais usual.

41

Durante os primeiros séculos do cristianismo, nos primórdios do monaquismo, distinguiram-se dois tipos de monges: os anacoretas (do grego *anachoresis* que significa partida, fuga do mundo quotidiano; *anachoretés*, aquele que vive retirado) ou eremitas (do grego *éremos* que significa deserto, ermo; religioso que vive retirado num local deserto em solidão, é sinónimo de anacoreta) que eram religiosos contemplativos que se retiravam em solidão, à margem da sociedade, e os cenobitas (do grego *koinos*, que significa comum, e *bios*, que significa vida; logo traduz-se por vida em comunidade)⁵, que também viviam retirados da sociedade mas constituíam uma comunidade que habitava um mosteiro. Tal como refere José Augusto Mourão o lugar é o palimpsesto e *"A comunidade é antes de mais um lugar e um lugar marcado, isto é, a materialização de um espaço que assinala outro espaço, heterotópico, com que comunica. Um lugar institucional, um meio de vida, transcendental, lugar*

¹ Cit. YÀÑEZ NEIRA, Fr. Dámian; **Concepto de Monje**; texto inédito policopiado.

² Cfr. ARCCIS; **À la reencontré des Cisterciens**; Éditions du Cerf; Paris; 2001; p.17

³ Cfr. DIAS, Geraldo Coelho; **A Alma de Cister em Portugal** in "Religião e Simbólica"; Granito Editores; Porto; 2001; p. 239

⁴ Cfr. MASOLIVIER, Alejandro; **Historia del Monacato Cristiano**; vol. I ; Ed. Encuentro, S. A.; Madrid; 1994 ; p. 10

⁵ Cfr. MASOLIVIER, Alejandro; Op. cit.; p.11

de fala que a liga ao invisível que lhe é essencial.”⁶ Isto é, “A comunidade é um espaço produzido pela prática do lugar e da articulação das diferenças – ao mesmo tempo um sítio ilocutório, um lugar de comunicação interindividual e de comunicação supraindividual.”⁷

2.1.1.

Origens Orientais

Os primeiros a experimentar esta realidade e a inspirar outros a seguir o seu exemplo foram S. Paulo (m.347) e Santo António (250-356) e por isso mesmo foram apelidados de *Padres do Deserto*.⁸

Os *Padres do Deserto* abandonaram a movimentação das cidades para buscar refúgio nos desertos do Egipto e da Síria onde oravam e jejuavam. Na realidade, as origens do monaquismo remontam ao Egipto do séc. III. Deste modo, nos finais do séc. III havia já grande afluência de seguidores na solidão dos desertos, florescendo mosteiros nas margens do rio Nilo tornando-se assim o Egipto, juntamente com a Síria, no berço do monaquismo ocidental. Pois,

“Hacia fines del s. III era tal la afluencia de seguidores de Cristo en la soledad de los desiertos, que comarcas enteras en la Tebaida y riberas del Nilo se poblaron de monasterios. No había valle, por abrupto que fuera, que no tuviera sus moradores de silencio. Egipto fue cuna del monacato oriental”⁹.

Segundo Fr. M^a Damián Yánes Neira, monge cisterciense do Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Orense, as origens do monaquismo devem ser procuradas na própria lei evangélica e na mensagem de renúncia dos prazeres materiais, como caminho para atingir a plenitude e o contacto directo com Deus, presente nas Sagradas Escrituras. Fr. Yánes Neira reconhece em Santo António, padre e guia de monges no oriente, a primeira vocação de monge estando a experiência monástica intimamente associada à sua pessoa. ¹⁰ Santo António retirou-se para o deserto de Nitria¹¹ no ano 270 surgindo deste modo a primeira experiência eremítica no deserto do Egipto, através de um modelo de busca de perfeição, que se difundiu primeiro no Oriente e depois no Ocidente.

Assim, os monges inicialmente solitários rapidamente se juntam em comunidades cenobíticas, isto é, foram primeiramente eremitas ou anacoretas, sem

⁶ Cit. MOURÃO, José Augusto; **A Comunidade como prática do lugar e interlocução** in “Conversas à volta dos Conventos”; Casa do Sul Editora; 2002; p. 52

⁷ Cit. MOURÃO, José Augusto; Op. cit.; p. 51

⁸ Cfr. PACAUT, Marcel; **Les Moines Blancs – Histoire de l’Orde de Cîteaux**; Librairie Arthème Fayard; 1993; p.23

⁹ Cit. YÁÑEZ NEIRA, Fr. Dámian; Op. cit.

¹⁰ Cfr. Idem

¹¹ Cfr. BANGO, Isidro; **El monasterio medieval**; Ed. Anaya; Madrid; 1990; p.88

estarem vinculados ou sujeitos a regra alguma, para depois se agruparem em comunidades sob o controlo de um abade (do arménio *abbas* que significa Pai que é o mesmo que dizer *pai espiritual*).

O cenobitismo encontra-se a meio termo entre o rigor individual da ascese solitária e os rasgos de solidariedade da vida comunitária sendo esta também apresentada no modelo evangélico. O cenobitismo irá proporcionar ao desenvolvimento do monaquismo um contributo fundamental para além das normas estabelecidas por S. Pacómio (c. 286-346) e dos escritos e exortações de S. Basílio (c. 330-379).

2.1.2.

Edificação do monaquismo ocidental

No início da Idade Média, o monaquismo ocidental apresenta-se sob duas formas essenciais. Por um lado encontra-se a *Forma Romana* que se caracteriza fundamentalmente pelo equilíbrio e moderação tendo sido seus impulsionadores S. Bento de Núrsia e Gregório Magno (inicialmente monge e depois Papa). Por outro lado encontra-se a *Forma Irlandesa* desenvolvida a partir de S. Patrício, que se distancia da anterior ao ser caracterizada por um rigoroso ascetismo sob a forma de exílio no seio de populações pagãs. Esta forma teve também um papel fundamental na evangelização e cristianização do ocidente.¹² No entanto,

43

*“El ejemplo de los eremitas del desierto seguiría siendo inspiración para individuos y grupos de la Edad Media, pero la vocación de eremita fue extremadamente rara. El hombre es un animal social. La vida del solitario está llena de dificultades y de riesgos. Sólo los fuertes se atreven a llevar vida solitaria. Los mortales de menos aguante pueden caer con demasiada facilidad en depresiones o en la desesperanza.”*¹³

A primeira regra de vida cenobítica é a de S. Pacómio, no século IV, que assenta fundamentalmente na obediência do monge ao seu abade. No ano de 320 foi fundado por S. Pacómio um mosteiro, nas proximidades de Tebas, em Tabennisi. Segundo a sua regra o dia estava consagrado à meditação, à oração e ao trabalho manual. S. Pacómio distribui os seus monges quer de modo isolado, quer em pequenos grupos por pequenas casas próximas umas das outras de modo a permitir a sua procura eremítica.¹⁴

¹² Cfr. GENICOT, L. e P. Hossiau; **Le moyen âge**; 5^e édition; Casterman; 1959; p. 37

¹³ Cit. LAWRENCE, C. H.; **El Monacato Medieval - Formas de vida religiosa en Europa Occidental durante la Edad Media**; Editorial Gredos, S. A.; Madrid; 1999; p.23

¹⁴ Cfr. PACAUT, Marcel; Op. cit.; p.23

*"Era mucho más fácil y seguro seguir la vida ascética con el apoyo de una comunidad ocupada en las mismas tareas y dentro del mismo marco de regla."*¹⁵

A Tradição do Deserto que se propagara a todas as províncias orientais do Império durante o século IV vai sendo transmitida à Europa de vários modos seja pela literatura existente sobre os *Padres do Deserto*, seja pela vinda para ocidente de bispos refugiados como Atanásio, de ascetas como Cassiano, seja pelos relatos de viajantes e peregrinos,

*"Con el paso del tiempo fue acumulándose un conjunto de tradiciones orales que quedaron gradualmente plasmadas por escrito en las varias versiones de los Apophthegmata, o Dichos de los Padres, colecciones de máximas y anécdotas que circulaban en griego y en copto (...). Pero fue en las Conferencias del monje escita Juan Cassiano donde quedaron agrupadas con más fidelidad que en ningún otro sitio, la ética del desierto y las enseñanzas de los abades famosos"*¹⁶ mas *"Fue la literatura sobre el monacato egipcio lo que ocasionó la primera oleada"*¹⁷

Mas será com S. Basílio, bispo de Cesareia, em cerca de 360 que se irá edificar o monaquismo ocidental conferindo-lhe uma forma coerente ao surgir uma regra,¹⁸ derivada da de S. Pacómio, e uma autoridade. Esta regra dota a comunidade de uma estrutura mais firme capacitando-a a viver uma vida em comunidade com carácter de permanência. É o cenobitismo a reagir de certo modo aos excessos do eremitismo, pois por vezes a exaltação exagerada do comportamento individual leva a alterar a prática da humildade no seu verdadeiro sentido.¹⁹

Na realidade, S. Basílio enuncia duas regras monásticas que foram conhecidas pelas *Pequenas e Grandes Regras*²⁰ e que constituiram a base do monaquismo ocidental exercendo uma influência decisiva na vida monástica tanto do Ocidente como do Oriente. Estas são uma compilação de directrizes, algumas mais ocasionais que outras, de carácter sobretudo teológico. Mencionando importância da oração, do silêncio, humildade, obediência, trabalho, vida em comunidade e recomendando a prática da caridade, da misericórdia e do amor ao próximo. S. Basílio foi o primeiro a dividir o dia em períodos de oração, trabalho e leitura das escrituras.²¹ A sua doutrina é austera e rígida

¹⁵ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 23

¹⁶ Cit. Idem; p.28

¹⁷ Cit. Ibidem; p.27

¹⁸ Cfr. MARC-BONNET, Henry; **Histoire des Ordres Religieux**; Presses Universitaires de France; Paris 1968; p. 9

¹⁹ Cfr. PACAUT, Marcel; Op. cit.; p.23

²⁰ Pequeno e Grande "Ascétikon"

²¹ Cfr. BRAUNFELS, Wolfgang; **Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders**; Thames and Hudson; London 1993; p.14

devendo o monge seguir uma rigorosa observância e cumprir integralmente os mandamentos de Cristo.

A Regra de S. Basílio exige uma obediência absoluta e incondicional não só ao Abade mas também ao Bispo, ao contrário da Regra de S. Pacómio, que apenas exigia obediência ao Abade. No entanto ambas as regras, de S. Pacómio e de S. Basílio, estiveram na origem e génese do monaquismo ocidental, com as devidas adaptações e modificações. Algumas das características da regra de S. Basílio, mais tarde influenciaram aquela que veio a ser a regra de S. Bento.

“Basilio no dejó una «regla» en el sentido de un proyecto original para la organización interna de un monasterio al estilo de la regla de san Benito. (...) Los monjes de Basilio constituyen una familia espiritual que vive bajo un mismo techo, una especie de monasterio-casa, en oposición a la laura eremítica o a la ingente colonia pacomiana hecha de subdivisiones.”²²

No entanto foi Santo Atanásio o principal propagador do monaquismo no Ocidente uma vez que levou os princípios e os ideais dos monges do Egipto até Roma quando aí esteve exilado (335-337 e 339-346).²³ Estes ideais propagaram-se à Gália através de S. Martinho de Tours e desde aí à restante Europa Cristã. Como refere Fr. Damián Yánes Neira:

“No quedó atrás la Península Ibérica, que en aquellos tempos formaban un solo pueblo, donde florecieron las grandes lumbreras del monacato que se llamaron San Martín de Braga, San Braulio de Zaragoza, San Ildefonso de Toledo, San Isidoro de Sevilla, San Fructuoso de Braga, San Rosendo de Celanova (...).”²⁴

45

S. Bento de Núrsia (480-547) experimentou em primeiro lugar uma forma de vida ascética, eremítica, em Subiaco localizado a 50 km para oriente de Roma e desempenhou um importante papel na adaptação da vida monástica cristã (iniciada no Egipto, do séc. III), à cultura ocidental, a partir do momento em que funda o primeiro mosteiro beneditino, em Monte Cassino, cerca do ano 529, fundando também a Ordem Beneditina, que se tornou no centro simbólico e vital do monaquismo ocidental. (Fig. 9)

S. Bento torna-se deste modo abade do primeiro mosteiro beneditino no qual era levada uma vida caracterizada por uma forte integração entre a componente contemplativa e a componente activa²⁵, segundo o lema *Ora et Labora*. O trabalho dos monges tornou-se não só numa fonte de recursos, para a subsistência e sobrevivência do mosteiro, mas também no meio de desenvol-

²² Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 25

²³ Cfr. Idem; p. 29

²⁴ Cit. YÁÑEZ NEIRA, Fr. Dámian; Op. cit.

²⁵ *Ora et Labora*

vimento de uma vida espiritual coerente que se transforma num complemento imprescindível ao desenvolvimento e crescimento de uma sociedade fraterna.

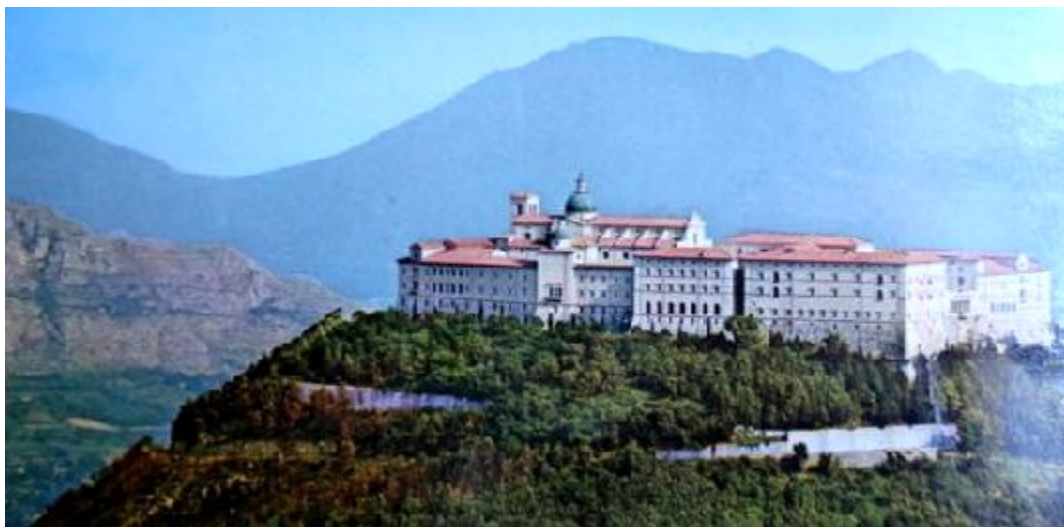


Fig. 9 Monte Cassino (arquivo pessoal de Frei Geraldo Coelho Dias)

S. Bento foi o patriarca dos monges do Ocidente que em conjunto com a sua Regra foram o vínculo indispensável para a compreensão do monaquismo ocidental. A sua regra foi o fruto de cerca de dois séculos de experiência cenobita e constituiu-se como a base das legislações monásticas posteriores, com particular incidência na legislação cisterciense como se irá referir, mais adiante.

O monaquismo irlandês revela-se como um caso particular que merece destaque. Na Irlanda o monaquismo foi introduzido, por S. Patrício, em simultâneo com o cristianismo. As primeiras manifestações do monaquismo irlandês, tal como as restantes manifestações do monaquismo ocidental, estão relacionadas com as regras monásticas orientais. Porém, na Irlanda do século V, o monaquismo desenvolveu um tipo de características particulares no qual se misturava profundamente a vida secular e a vida regular, o eremitismo e o cenobitismo, o misticismo e o formalismo²⁶.

Deste modo, o monaquismo celta não era dotado de uma unidade formal. O Abaciado e o Episcopado dissolviam-se num só, uma vez que aos limites eclesiásticos correspondiam os próprios limites do território do Clã, podendo tratar-se de um imenso ou restrito território, no qual a sua independência era fundamental e preponderante. Neste momento era inexistente uma regra uniformizadora, pelo que a vida dos monges celtas, pela sua rudeza, carácter individualista e rigor extremos, foi buscar as raízes do seu ascetismo à tradição oriental. O chefe da comunidade era o abade pelo que a divisão eclesiástica do

²⁶ Cfr. MARC-BONNET, Henry; Op. cit.; pp. 11-12

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

território era também uma divisão monástica já que às circunscrições eclesiásticas correspondiam, como foi referido, os limites territoriais do Clã. A autoridade religiosa e civil fundiam-se numa mesma pessoa, no abade-bispo englobado num sistema de abadia-bispado que se espalhou a partir do século V.²⁷

No ano de 563 S. Columba (521-597) funda na Ilha de Iona (na costa da Escócia), um grande mosteiro que mais tarde, em 1203, se converteu numa casa beneditina. O mosteiro de Iona ir-se-á tornar num importante centro do monaquismo céltico permitindo a sua influência e disseminação. A importância de S. Columba no panorama monástico celta foi acima de tudo levar às suas áreas de influência, ou seja à Escócia, a conversão ao cristianismo. Em 590 S. Columbano (543-615), contemporâneo de S. Columba, chega à Gália no mesmo ano em que o monge beneditino Gregório foi eleito Papa Gregório I Magno (desempenhando um papel preponderante na divulgação da Regra de S. Bento). S. Columbano teve um papel notável na propagação do monaquismo na Irlanda ao fundar inúmeros mosteiros e capacitando a sua expansão até à Escócia. As suas fundações foram também continentais pois construiu um eremitério na floresta de Annegray fundando o mosteiro de Luxeuil (Seine-et-Maine, França) assim como o mosteiro de Bobbio (Itália).

Uma característica importante do monaquismo celta foi a peregrinação, especialmente associada à viagem em si, tendo sido uma verdadeira "Peregrinatio pro amore Dei" (peregrinação pelo amor de Deus). Segundo Jean Markale "o monge é um exilado voluntário, um autêntico viajante"²⁸. É neste contexto que a peregrinação de S. Columbano deve ser considerada.

47

No entanto, no século VII, os usos irlandeses de S. Columbano transpostos para o continente fundem-se sendo sintetizados com os da Regra de S. Bento. E será esta "regra mista" que se pode encontrar na Gália e Hispânia do século VII pois,

*"El mismo régimen de «regla mixta» prevaleció en los monasterios de Hispania del siglo VII. (...) Las costumbres seguidas en los claustros hispánicos eran un conglomerado de tradiciones orientales y de las Reglas de Leandro e Isidoro de Sevilla. La llamada Regula Communis, compilación del siglo VII atribuida a san Fructuoso de Braga, presupone la existencia de monasterios dúplices no muy distintos de los de la Gália. La Regla de Isidoro, que tuvo una gran difusión, muestra claramente la impronta de san Benito, pero la Regla benedictina penetró en la península muy lentamente y relativamente tarde."*²⁹

²⁷ Cfr. MARKALE, Jean; **O Cristianismo Celta**; Ed. Ésquilo ; Lisboa; Abril 2002; pp. 79-83

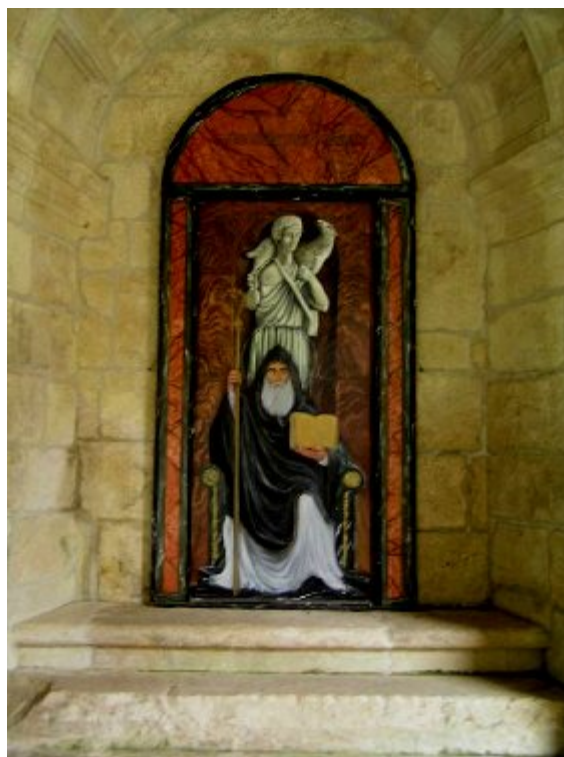
²⁸ Cit. MARKALE, Jean; Op. cit.; p. 58

²⁹ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 74

2.2.

MONAQUISMO BENEDITINO

Fig. 10 S. Bento apresentando a sua Regra (Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Galiza, Espanha. Fotografia da autora)



O monaquismo beneditino difundiu-se por toda a Europa durante os séculos VII e VIII constituindo pólos dinamizadores e interferindo profundamente no sistema socio-cultural do mundo medieval. Foi a Regra de S. Bento que inspirou a maioria das regras monásticas a partir do século VII. (Fig. 10)

*"San Benito emerge, pues, no como un genio solitario dotado de un don especial para la legislación monástica sino más bien como representante de una escuela de enseñanzas ascéticas existente en Italia del siglo VI que tomó su inspiración primaria de Egipto."*³⁰

A influência de S. Bento e da Regra Beneditina ocupam uma posição de destaque no panorama da edificação do monaquismo ocidental como refere o Papa Paulo VI na Carta Apostólica na qual declara S. Bento Padroeiro da Europa (24 de Outubro de 1964): "(...) S. Bento é louvado como missionário da paz, formador da unidade, mestre da cultura e, principalmente, grande promotor da vida cristã e organizador da vida monástica ocidental."³¹

³⁰ Cit. Idem; Op. cit.; p. 42

³¹ Cit. **A Santa Regra** in "Regra do Patriarca S. Bento"; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 10

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

A regra de S. Bento foi resultado da adaptação da *Regula Apostólica* (regra apostólica).

*“Los apóstoles habían sido monjes, y en consecuencia, los monjes son los auténticos sucesores de los apóstoles. (...) Para ser dignos de su herencia apostólica, debían volver sus espaldas al mundo y buscar una vida renovada en la sencillez, pobreza, trabajo manual y caridad.”*³²

Os monges deveriam abandonar os laços que os ligavam à sociedade feudal abandonando igualmente os seus domínios e cerimoniais elaborados assim como a comodidade e o conforto em que viviam. O monaquismo beneditino é dotado de algumas premissas que lhe conferem a originalidade. Para existir uma coerência com aquilo que defendiam deveriam voltar as suas costas ao mundo (novamente a *Fuga Mundi*) e buscar uma vida de características renovadoras que assentavam na pobreza, simplicidade, trabalho manual e caridade.³³ Assim, são vários os argumentos que sustentam o monaquismo beneditino: pleno cenobitismo, eleição livre do abade pelos monges, cada monge fazia votos de estabilidade, obediência e conversão dos mouros. As ocupações quotidianas eram repartidas pelo Ofício Divino e pelo trabalho.³⁴

Como refere Fr. M^a Damián Yáñez Neira:

“El carácter peculiar de la regla benedictina está sintetizado en una constante insistencia por elevar al monje a la cumbre de la perfección, mediante un alejamiento total del mundo, un despojo de todo lo terreno, incluso la propia voluntad, una sumisión plena a la persona del abad, que hace las veces de Cristo en el monasterio. El fin perseguido por el monje es la contemplación de la verdad, un ansia de conocer intensamente a Dios, una fruición resultante de esa contemplación del Ser supremo, conocido con toda la perfección que es dable en lo humano. San Bernardo define la contemplación diciendo que «Es una intuición verdadera y cierta que tiene el alma de cualquiera cosa, o como el acto por el cual nuestro espíritu aprehende una verdad de un modo indubitable».

*La vida del monje está sumergida por completo en la búsqueda de Dios, en conocerle con toda la intensidad posible, y en amarle con todo el corazón y con todo el ser.”*³⁵

Porém o crescente acumular de terras e riquezas, a par da crescente importância da Ordem beneditina, deu origem a rivalidades e lutas feudais propiciando a secularização da vida monástica através de um feudalismo eclesiástico.

³² Cit. LEKAI, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987; p 13

³³ Cfr. Idem; pp. 12-13

³⁴ Cfr. PACAUT, Marcel; Op. cit.; p.26

³⁵ Cit. YÁÑEZ NEIRA, Fr. Dámian; Op. cit.

O monaquismo beneditino, preconizado por S. Bento de Núrsia, foi sofrendo nos séculos que se seguiram inúmeras e profundas alterações, sobretudo no que diz respeito às relações com o poder e com a sociedade pois havia a intrusão dos poderes civis na Igreja, a feudalização da vida monástica e a prevalência do que era temporal sobre o que deveria ser espiritual.

A Regra beneditina acabou por se impor nos mosteiros do século IX, como consequência da necessidade sentida pelos Imperadores do Período Carolíngio em unificar o monaquismo dotando-o de uma só regra. Note-se que a religião cristã foi a religião oficial do Império Romano no século IV, através do Édito de Milão em 313, após a conversão do Imperador Constantino tornando-se na religião oficial do Império.

As autoridades papal e imperial sobrepunham-se em extensas áreas, até ao século XI, a partir do qual se dá uma repentina mudança nas relações entre a Igreja e o Estado que foi apelidada de Reforma Gregoriana. Com o pontificado de Gregório VII (1073-1085) a renovação monástica foi parte integrante desta Reforma, cujo objectivo era o de uma total reorganização da sociedade cristã, tentando tornar possível a separação institucional da Igreja e do Estado. Isto acarretava, como refere Lekai, a necessidade de despojar o Imperador de poderes quase sacerdotais, a formação de um clero moralmente purificado que estivesse rigorosamente afastado dos conflitos mundanos, conferir ao Papa um papel decisivo em caso de conflitos seculares e eclesiásticos assim como a jurisdição externa e efectiva sobre toda a Igreja. Apesar deste plano rigoroso não ter sido inteiramente levado a cabo, a renovação monástica tornou-se inevitável pois o monaquismo procurou encontrar o seu novo lugar no seio de uma sociedade em mudança. Pobreza, eremitismo e vida apostólica foram os três conceitos básicos que orientaram a renovação monástica e que se encontravam perfeitamente integrados na Regra de S. Bento.³⁶

2.2.1.

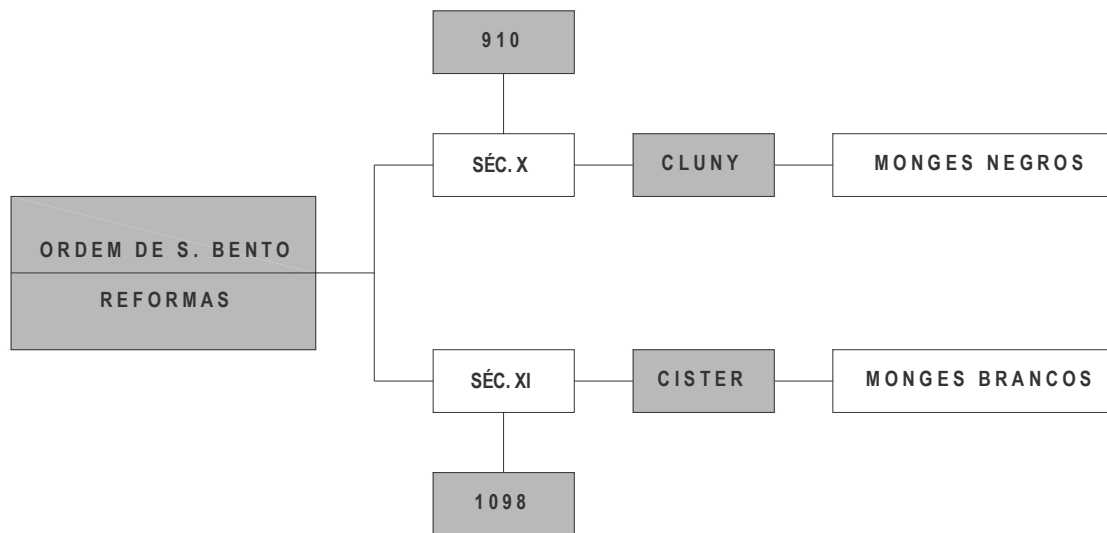
As Reformas da Ordem de S. Bento

A Ordem de S. Bento deu origem a duas importantes reformas, a de Cluny, no século X, e a de Cister, no século XI. (Esq. 2) Durante este período, por vezes, às convicções religiosas não corresponderam as mesmas motivações, pelo que, foi neste momento de "deriva social", que os cristãos, decidiram retirar-se do mundo para procurar viver a vida segundo os ensinamentos dos evangelhos. Foi nas florestas e terras desabitadas que procuraram refúgio e onde encontraram o seu "deserto"³⁷.

³⁶ Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; pp.4-9

³⁷ Cfr.. AA.VV.; *L'ABCdaire des Cisterciens et du monde de Cîteaux*; Flammarion - ANCR; Paris; 1998; p.85

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA



Esq. 2 Esquematização das duas reformas da Ordem de S. Bento (síntese da autora)

Foi com o Papa Gregório Magno, cujo pontificado foi de 590 a 604, que o monaquismo beneditino teve um grande impulso. O Papa Gregório Magno, que fora monge beneditino, escreveu cerca do ano 600 a biografia de S. Bento que terá sido difundida por toda a Europa Cristã da sua época. Este facto não só possibilitou como também permitiu a difusão de um conhecimento que, aliado à Regra de S. Bento e usufruindo do apoio de Roma, originou um progressivo incremento das fundações beneditinas. Estas fundações usufruíam de isenções que as colocavam fora do alcance e das interferências de autoridades territoriais quer fossem civis ou religiosas. O mosteiro tornara-se num verdadeiro centro de actividades económicas e comerciais, bem distanciado do ideal beneditino.

Foi também durante o pontificado de Gregório Magno que o Ocidente começou a ver no Papa o centro da civilização. Porém, "(...)S. Gregório Magno é contemporâneo de Maomé (571-632). Enquanto o Evangelho vai conquistando lentamente os povos da Europa, avança por outro lado o Islamismo que constituirá, durante séculos uma das mais graves preocupações da Igreja, não como potência religiosa, mas pela violência das suas armas."³⁸

Carlos Magno após a conquista e pacificação de uma vasta parte da Europa tenta a uniformização de princípios e práticas no seu Império, a níveis tão distintos como o direito, os costumes, a organização secular e eclesiástica, o ensino e a liturgia³⁹.

Carlos Magno (768-814), assim como os seus sucessores, com o objectivo de construir um imenso império cristão, impôs a regra beneditina da qual man-

³⁸ Cit. OLIVEIRA, Pe. Miguel de; **História Eclesiástica de Portugal**; 3ª edição; União Gráfica; Lisboa; 1958; p. 34

³⁹ Cfr. KINDER, Terryl N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998; p. 28

daria fazer uma cópia e distribuir por todos os mosteiros do seu Império que obedeciam a uma só regra – a de S. Bento (que seria mais tarde revista pelo monge beneditino S. Bento de Aniana). Foi o próprio Carlos Magno que nomeou os abades, por vezes laicos, que foram instalados no seio das abadias, escolas de renome e ateliers de copistas, o que entrou em choque com o conceito de clausura e “fuga do mundo”, base do monaquismo, que teve por consequência um afrouxamento da disciplina. Assim, desde logo começou a fazer-se sentir a necessidade de um monaquismo com maior autenticidade. No entanto, a vontade de Carlos Magno nunca se realizou por completo pois não surgiu uma observância monástica única e uniforme que servisse as necessidades espirituais do império franco. Foi apenas com Luís, o Pio (814-840), filho de Carlos Magno, que se concretizou a vontade de seu pai, entregando esta reforma monástica a S. Bento de Aniana (c. 750-821), que se encarregou de restaurar a autenticidade das bases do monaquismo.⁴⁰

Deste modo, Luís, o Pio, impõe em 817 a regra beneditina revista por S. Bento de Aniana (c.780-821), a todos os mosteiros do Império, apelando ao respeito dos princípios fundamentais do monaquismo. Ocorre assim através da reforma monástica de S. Bento de Aniana a primeira tentativa de revisão estruturada da Regra de S. Bento em 816-17 convertendo-se a Regra de S. Bento em norma universal de observância monástica no século IX.

No entanto, apesar de S. Bento de Aniana ser um monge de uma devoção e piedade austeras exteriorizou toda a sua ardente devoção na liturgia e na sua celebração. Deste modo, este crescendo na elaboração da celebração litúrgica, reflectiu-se e propagou-se na música, nas vestes, na decoração das Igrejas e por consequência na própria arquitectura: foi a criação do Paraíso na Terra que culminou com Cluny em 910.

Consequentemente, no século X, Cluny representava a restauração da vida monástica beneditina, entendida tal como havia sido definida primordialmente por S. Bento de Aniana um século antes.⁴¹

2.2.2.

Monaquismo cluniacense

Guilherme III, duque da Aquitânia e Conde de Macôn fundou, na Borgonha, numa granja da sua propriedade, o mosteiro de Cluny a 11 de Novembro de 910 (seria esta comunidade que daria origem à grande casa reformadora dos beneditinos⁴²).

⁴⁰ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; pp. 100-107

⁴¹ Cfr. Idem; p. 111

⁴² Cfr. BANGO, Isidro; Op. cit.; p.22

A Regra seguida por Cluny constituiu-se como a reafirmação da Regra beneditina, estando vincado e reforçado o âmbito disciplinar, e sendo o poder do abade absoluto. Os Cluniacenses gozavam de uma autonomia total, em relação ao poder real e secular, uma vez que em 998 o Papa Gregório V concede a Cluny a isenção do seu bispo local. Deste modo as comunidades cluniacenses respondem ao abade do mosteiro de Cluny e este, por sua vez, responde apenas ao Papa.

Inicialmente a Ordem de Cluny destacou-se pelo seu carácter reformador dividindo-se entre o trabalho da terra e a oração (à qual era dedicada a maior parte do tempo). Os cluniacenses através da sua devoção à Regra de S. Bento, da sua observância e rigor transformaram esta reforma num exemplo a ser seguido por todos os outros mosteiros. Uma sucessão de abades que se destacaram pela sua santidade e humanidade contribuíram para a renovação espiritual, entre eles destacam-se: Bernon, Odon, Mayeul, Odilon, Hugues e Pedro, o venerável⁴³. Como refere Lawrence *"El celo y la energía misioneros de Odón y Mayeul colocaron Cluny en el centro del mapa monástico de Europa. Pero fueron los gobiernos de Odilón y de Hugo los que levantaron su gran imperio espiritual."*⁴⁴

A rápida expansão de Cluny restaurou na Europa ocidental a confiança e o respeito pelo monaquismo tendo sido esta Ordem uma forte aliada papal na introdução da reforma litúrgica na Europa. Porém, com o decorrer dos anos Cluny tornou-se em alguns aspectos na antítese do ideal de "deserto" inicialmente seguido, a arquitectura torna-se rica e esplendorosa, os ritos litúrgicos tornam-se elaborados.

Ao contrário dos preceitos de S. Bento, segundo os quais a existência dos monges era repartida entre a oração e o trabalho, os monges cluniacenses destinaram todo o seu tempo ao louvor a Deus. Tornando-se como principal característica, da sua vida monástica, a primazia de um serviço litúrgico muito elaborado logo, por consequência, estes religiosos teriam de assegurar a sua existência não só através do trabalho de outros como também dos dividendos provenientes de rendas.

De facto, a Ordem de Cluny teve uma importância significativa no monaquismo ocidental pois juntamente com Roma permitiu restaurar a dignidade e independência da Igreja elevando as vocações religiosas a um nível de reputação e a um padrão de moral desconhecido até então.⁴⁵ Porém as fortes relações com Roma e com o poder (real e nobiliárquico) levaram a um crescendo de influências e riqueza no seio da Ordem de Cluny. Este crescendo traduziu-se

⁴³ Cfr. ARCCIS; Op. cit.; p. 22

⁴⁴ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; pp. 117

⁴⁵ Cfr. LEKAI, Louis J.; **The White Monks**; col. Cistercian Fathers; Our Lady of Spring Bank; Okauchee, Wisconsin; 1953; p. 10

na constituição de um verdadeiro império monástico, sendo Cluny uma capital do mundo cristão, um local de desenvolvimento intelectual e espiritual que não parava de crescer.

A expansão de Cluny, a par do crescente poder e influência que detinha em toda a Europa Ocidental, foi directamente proporcional à sua decadência. Mesmo antes do final do século XI Cluny perdia o prestígio alcançado até então e começava a degradar-se (sem ser no entanto decadente) pois deixa de ser um modelo a seguir a partir do momento que tem início uma nova demanda por uma renovação e a exaltação da espiritualidade monástica, uma vez que se começa a denunciar o desvio da Regra, no seio de Cluny, sobretudo no resultante da profunda ligação com o Feudalismo.

De facto a tradição beneditina tal como era interpretada pela Ordem de Cluny já não correspondia ao que muitos buscavam quando decidiam tornar-se monges. Esta crise espiritual, de procura de renovação da espiritualidade monástica, surge num momento em que a Europa se tornava cada vez mais rica.

*"Paradójicamente, esta crisis espiritual era el mal de una sociedad que se hacía materialmente más rica. La respuesta de los ascetas a la expansión económica de Europa occidental y la creciente prosperidad del siglo XII fue idealizar la pobreza voluntaria, que ahora empezaba a asumir un papel crítico en la tradición monástica. La reacción fue en parte una protesta contra la riqueza corporativa y los compromisos mundanos de las grandes abadías. Fue también un rechazo al tipo de vida comunitaria que imponía una carga aplastante de oración vocal y de rituales externos y que no dejaba opciones para la necesidad de soledad y de oración individual y reflexión que siente el individuo. De hecho, el tema común a todos los nuevos experimentos de vida religiosa durante este período es la búsqueda del desprendimiento, la soledad, la pobreza y la sencillez."*⁴⁶

Os compromissos seculares cluniacenses, assim como a complexa e elaborada vida ritual, contrastavam com a observância e simplicidade traçada pela Regra de S. Bento.⁴⁷

⁴⁶ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; pp. 185

⁴⁷ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit / PACAUT, Marcel; op.cit.

2.3.

ORIGEM E FUNDAÇÃO DE CISTER

"É sabido que na diocese de Langres fica Molesme, mosteiro de grande prestígio e fama, admirável pelo regime de vida. A breve trecho da sua fundação, a clemência divina fez crescer o seu esplendor e nobreza, com grandes dons da sua graça e por intermédio de homens ilustres, e fê-lo não menos grande através das suas propriedades que esplendoroso pelas suas virtudes.

Ainda que a associação entre bens materiais e virtudes não seja habitualmente coisa de muita dura, conscientes disso, e capazes de uma leitura das coisas com maior profundidade, alguns homens daquela santa comunidade, preferiram então dedicar-se exclusivamente aos exercícios celestes a embrenhar-se nos negócios terrenos.

Depressa, pois aqueles apaixonados das virtudes, começaram a dirigir o seu pensamento para «pobreza, fecunda em gerar verdadeiros homens», ao mesmo tempo que se davam conta de que, não obstante a santidade e a dignidade da vida praticada naquele lugar, a observância da Regra, a Regra a que se tinham obrigado a manter fielmente, ficava abaixo de quanto desejavam e tinha sido seu propósito. (...)

Vinte e um monges, por decisão unânime, juntamente com o próprio abade do mosteiro, Roberto, de santa memória, por comum acordo, empenharam-se em realizar aquilo que era uma aspiração concebida em idêntico espírito"⁴⁸

55

Muitos foram os clérigos e mesmo os laicos que desejaram o regresso a uma vida que comungasse, em absoluto, e com mais profundidade, em Deus afastando-se deste modo dos abusos e comprometimentos, que então desviavam do seu caminho, não só o mundo eclesiástico como também a sociedade em geral e para isso ser possível inspiraram-se na vida dos Padres do Deserto⁴⁹.

Numa tentativa de solucionar a crise em que o monaquismo se precipitara, no decorrer dos séculos X e XI, fundaram-se inúmeras ordens, umas com tendência eremítica, outras com tendência para um cenobitismo renovado.

O monaquismo cisterciense provém do mesmo tronco que o monaquismo beneditino, inserindo-se num vasto movimento de reforma eremítica e cenobítica. Cister foi uma nova Ordem mas, acima de tudo uma verdadeira criação como refere Dom Maur Cocheril: *"Cîteaux ne fut pas simplement une réforme*

⁴⁸ cit. **Exordium Cistercii**, cap. I in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.49

⁴⁹ tais como Santo Agostinho e S. Bento de Núrsia

bénédictine comme il y en avait déjà eu plusieurs. Ce fut aussi un ordre nouveau, une véritable création"⁵⁰.

Assim, num momento em que se pressentia uma urgente necessidade de reforma monástica, da Europa do século XI, a Ordem de Cister nasce em 1098. No culminar de um período de renovação que clamava, por uma reforma monástica que se inserisse também num contexto de reforma eclesiástica.⁵¹

*"Cîteaux y la orden que surgió de él fueron el resultado de una misma inquietud que buscaba una forma de vida ascética más sencilla y recogida y que encontró su expresión en nuevas órdenes durante el siglo XI. (...) comenzó como una reacción contra las riquezas corporativas, los compromisos mundanos y el ritualismo litúrgico exacerbado de la tradición monástica carolingia."*⁵²

Os primórdios pré-cistercienses remontam à floresta de Collan, próximo de Tonnerre onde, em 1070, Alberico se retira para viver como eremita. Pouco tempo depois teve a companhia de alguns discípulos o que o levou a contactar o prior de Saint-Aroul de Provins, Roberto, para que este iniciasse o pequeno grupo na vida em comunidade.

S. Roberto tivera já um longo percurso e uma vasta experiência de vida monástica. Inicialmente foi monge beneditino de Montier-la-Celle na Champagne (da qual viria a ser prior em 1053) e depois abade de Saint-Michel de Tonnerre (entre os anos de 1068 e 1072 e prior de Saint-Aroul de Provins (em 1072) que era um priorado dependente de Montier-la-Celle.

2.3.1.

Molesme

De facto os discípulos desta diminuta comunidade multiplicaram-se ao ponto de esta ter de ser transferida, a 20 de Dezembro de 1075, para as cercanias, para um local chamado Molesme.⁵³ S. Roberto, sempre seguido pelos seus companheiros eremitas da floresta de Collan, estabeleceu-se neste local, situado na fronteira da Champagne e da Borgonha (na diocese de Langres, em terrenos doados por Hugo, Senhor de Maligny⁵⁴) uma nova fundação, da qual veio a ser

⁵⁰ COCHERIL, Dom Maur; **Introduction** in BRONSEVAL, Frère Claude de ; "Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)"; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p.28

⁵¹ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit. e PACAUT, Marcel; **Les Moines Blancs – Histoire de l'Ordre de Cîteaux**; Librairie Arthème Fayard; 1993

⁵² LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 211

⁵³ Cfr. PACAUT, Marcel; Op. cit.; p. 34 e AUBERGER, Jean-Baptiste; **Cîteaux, les origines** in " Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; pp. 10-11

⁵⁴ Cfr. LEKAL, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987; p. 18

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

o abade e Alberico seu o Prior. A nova fundação foi colocada sob a protecção da Virgem Maria e perspectivava-se que fosse uma fundação exemplar. Deste modo S. Roberto:

*"(...) atraído por la vida solitaria, como indica su empresa de Molesme, se mantuvo firme en su creencia de que las normas del ascetismo del desierto, practicadas dentro de la comunidad monástica, eran lo más cercano al ideal de vida religiosa. Pronto su sinceridad atrajo a buen número de seguidores y, con el apoyo material proporcionado por la nobleza local, Molesme se convirtió en una de las abadías reformadas de más éxito de finales del siglo XI."*⁵⁵

Esta foi não só a primeira tentativa de reforma como também a premissa histórica da fundação de Cîteaux (Cister). Em Molesme foi imposta a estrita observância da Regra beneditina e a sua comunidade cenobítica tinha como características particulares (e necessidade fundamental) o afastamento da sociedade e a ausência de contactos com os habitantes mais próximos. Deste modo a comunidade de Molesme e o seu Mosteiro estavam encerrados ao mundo, submetendo-se ao seu abade Roberto ⁵⁶ que afirmava ser no ascetismo que se deveria buscar a mais fiel aproximação ao ideal de vida religiosa.

As vocações afluíram largamente a Molesme, muitos foram os que encontraram ali a sua iniciação monástica, sendo possível encontrar nomes que mais tarde se destacaram, não só no âmbito da reforma monástica mas também no panorama das influências e desenvolvimento da Ordem de Cister. Assim, a esta Abadia ligam-se nomes como Alberico (que veio a ser o segundo abade de Cîteaux após um ano de abaciado de Roberto), Estêvão Harding (que sucedeu a Alberico no abaciado de Cîteaux vindo a ser o seu terceiro abade) ou Bruno (fundador da Cartuxa).

Porém, cedo começaram a surgir tensões entre os que preservavam a nostalgia eremítica e os que desejavam uma vida em comunidade. Como refere Lekai,

*"Roberto juzgó conveniente apoyar el peso de sus argumentos en alusiones frecuentes a la Regla de San Benito, mientras la mayoría hostil insistía en la legitimidad de las costumbres de Cluny y rechazaba los propósitos del abad como novedades religiosas impracticables."*⁵⁷

A verdadeira reforma será então propiciada no momento em que alguns monges desta abadia juntamente com o seu abade Roberto abandonam o mosteiro para outra fundação. Ao partirem, estes monges estavam a optar por uma vida de maior perfeição (tal como já o haviam feito em seu tempo os "Padres

⁵⁵ LEKAI, Louis J.; Op. cit.; p. 18

⁵⁶ Cfr. PACAUT, Marcel; Op. cit.; pp.34-35

⁵⁷ Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; p. 19

do Deserto") sendo para isso necessário o afastamento da vida que então se levava em Molesme. Na realidade, após cerca de vinte e três anos de existência, no início do ano 1098, a necessidade de reformas já se fazia sentir. Este facto deveu-se não à decadência moral do Mosteiro mas sim a problemas de organização e controlo que se tornavam cada vez mais complexos conduzindo mesmo à perda de controlo disciplinar, por parte dos elementos fundadores, em relação às novas vocações que afluíram a Molesme e que os ultrapassaram numericamente. Como resultado, esta fundação, começou a assemelhar-se em tudo a todas as outras abadias cluniacenses prósperas que a circundavam. Já em 1090 Molesme acumulava benefícios eclesiásticos, dízimos, rendas de igreja, aldeias e servos (muitos deles leigos) o que estava em sintonia com as tradições monásticas coevas mas desfasado do ideal de isolamento e pobreza de uma vida inteiramente dedicada ao serviço de Deus protagonizado por S. Roberto.⁵⁸

Deste modo o abade Roberto acompanhado por Alberico, Estêvão Harding, entre outros expõe ao arcebispo de Lyon, Hugo de Die, activo promotor da Reforma Gregoriana, o seu desejo de fundar uma nova comunidade com o propósito de seguir uma observância mais estrita e de maior fidelidade à regra de S. Bento do que aquela que tinha sido seguida até então.

*"Hugo, visiblemente impresionado, bendijo el proyecto, animó a los peticionarios «a perseverar en su santo propósito» y, como este arreglo parecía servir a los intereses de ambas partes en el cenobio molesmense, autorizó a Roberto y a sus seguidores a dejar la abadía y retirarse «a otro lugar» donde pudieron «servir al Señor sin perturbaciones y en forma más provechosa»."*⁵⁹

É a partir destas demandas e exigências que irá nascer Cister.

2.3.2.

Novum Monasterium, de la Forgeotte a Cîteaux

Roberto parte, uma vez mais, em busca de uma maior observância da Regra de S. Bento e consequentemente de reforma. Acompanhado de vinte e um monges Roberto é o líder de um êxodo ao encontro da nova "terra prometida", isto é o *Novum Monasterium* (novo mosteiro). O local foi doado especificamente para este efeito por Raynard, visconde de Beaune, ainda parente de Roberto. Segundo a datação tradicional, a 21 de Março de 1098, dia da festividade de S. Bento (coincidente com o Domingo de Ramos nesse ano) o Abade

⁵⁸ LEKAL, Louis J.; Op. cit. pp. 18-19

⁵⁹ Idem; p. 20

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Roberto fundava, a 5 léguas de Dijon, o *Novum Monasterium* ao qual se chamou Cister (Cîteaux).⁶⁰

O *Novum Monasterium* está conotado com uma dupla significação pois não só exprime a sua condição do novo mosteiro como também é a expressão de um ideal, que se fundamentara na vontade de reagir contra as instituições e costumes de então, proporcionando acima de tudo o aparecimento de um monaquismo renovado.

Cister traduz deste modo um esforço de regresso às origens, à pureza original da Regra de S. Bento isenta das interpretações e desvios dos séculos transcorridos, como também o desejo de procurar Deus na solidão do “deserto”, em pobreza, com independência face ao poder secular de então. Assim, pobreza, solidão e penitência serão as bases de Cister.

A austeridade de vida favorecia as enfermidades, as vocações iam aparecendo, mas eram poucas. A água era um bem escasso em *La Forgeotte*, ao sul de Dijon onde se situava a primeira implantação de Cister. Logo procurou-se um outro local a cerca de 2 Km do primeiro onde o fluxo de água era mais abundante, um pouco antes de 1106 fez-se a mudança.⁶¹

O local tinha já um nome *Cîteaux*, em latim *Cistercium*, cuja etimologia é explicada de vários modos. Em princípio referia-se à posição geográfica onde se encontrava “para lá do terceiro marco miliário” (*cis tertium lapidem miliarium*) na antiga estrada romana entre Langres e Chalon-sur-Saône. Porém esta denominação também pode provir francês arcaico *cistel* que designa junco, uma planta que, segundo a lenda, abundava no local, tomando este a sua designação. Mas por alguns anos a nova fundação é apenas designada por o *Novo Mosteiro* (*Novum Monasterium*).⁶²

Nestes momentos iniciais a nova comunidade dispendeu quase todo o seu tempo a construir habitações de carácter efémero, a desbravar terra de modo a torná-la capaz de acolher as culturas necessárias à sua subsistência.

Ali a vida seria realmente seguida segundo o lema “ora et labora”, repartida entre o trabalho e a oração. Os monges de Cister tiveram de trabalhar um meio hostil, enfrentar duras provações e esforços para encontrarem os bens materiais de que tinham necessidade para a sua subsistência⁶³ “*Al principio, la*

⁶⁰ AUBERGER, Jean-Baptiste; **Mystère de Fontenay**; col. La voie lactée; Ed. Zodiaque; 2001; pp. 10-13

⁶¹ Cfr. AUBERGER, Jean-Baptiste; **Cîteaux, les origines** in “Cîteaux 1098 – 1998, L’Épopée Cistercienne – Dossiers d’Archeologie”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; pp. 12

⁶² Cfr. KINDER, Terry N.; **L’Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / LEKAI, Louis J.; op. cit.; p. 21 / AUBERGER, Jean-Baptiste; **Mystère de Fontenay**; col. La voie lactée; Ed. Zodiaque; 2001; pp. 12-13 / ROUX, Julie; **Les Cisterciens**; col. In Situ – Thémes; MSM Éditions; Toulouse; 2000; p. 35

⁶³ SAINT-DENIS, Alain; **L’évolution du paysage autour de l’abbaye. De la naissance à l’apogée: 1098-1250** in “Pour une histoire monumentale de l’abbaye de Cîteaux 1098-1998” (dir. Martine Plouvier, Alain Saint-Denis); Cîteaux, Commentarii cistercienses / Association Bourguignonne des Sociétés Savantes; Dijon; 1998; p.44

comunidade de Cîteaux se albergó en chozas de madeira construídas por los propios monjes. La vida era austera y el emplazamiento húmedo e insano."⁶⁴

A este período inicial corresponderam tempos marcados pela falta de compreensão por parte da comunidade que ficara em Molesme.

*"Roberto y sus compañeros deseaban vivamente llevar una vida ascética en pobreza y perfecta soledad, proveyéndose de lo necesario con su propio trabajo, como los Apóstoles de Cristo. (...) pasaron los primeros meses talando árboles, construyendo algunos refugios temporales y plantando para la cosecha otoñal. Pero pronto, noticias provenientes de Molesme alteraron el ritmo de oraciones y trabajo manual."*⁶⁵

A comunidade de Molesme obtém um decreto papal no qual era ordenado o regresso de Roberto logo no final do primeiro ano de estadia em Cister. Este momento está documentado no capítulo V do *Exordium Parvum* ao referir-se que:

*"Não havia decorrido muito tempo quando os monges de Molesme, por ordem do abade Dom Godofredo, que sucedera no cargo a Roberto, foram ter com o Papa Urbano a Roma a instarem para que o dito Roberto fosse feito regressar ao primitivo mosteiro. Perante a sua insistência, o Papa deu instruções ao seu legado, o venerado Hugo, para que, na medida do possível, o abade regressasse e os monges que preferissem o ermo aí pudessem permanecer sem serem molestados."*⁶⁶

Em 1099 Roberto, é assim chamado a regressar a Molesme, o que o obriga a abandonar Cister, sendo também permitido o regresso de todos aqueles que desejassem continuar a segui-lo abandonando de igual modo o Novo Mosteiro.⁶⁷ Após a partida do abade Roberto foi Alberico que ocupou o lugar deixado vago tornando-se no segundo abade de Cister num momento de dificuldades e provações.

⁶⁴ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 213

⁶⁵ Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; p. 21

⁶⁶ Cfr. **Exordium Parvum**, cap.V in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.31

⁶⁷ Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; p. 22

2.4.

DESENVOLVIMENTO CISTERCIENSE

*"invenit eum in terra deserta, in loco horroris et vastae solitudinis, circumduxit eum et docuit et custodivit quasi pupillam oculi sui (...)"*⁶⁸

No entanto as dificuldades continuavam, pois o trabalho era árduo e o número de monges reduzido (sobretudo após a partida de grande parte deles para Molesme) tal facto exigia a este pequeno grupo de monges a resposta a múltiplas tarefas que requeriam simultânea atenção. Segundo a crónica *Gesta regum Anglorum* de Guilherme de Malmesbury, citada por Lekai, vinte e cinco anos após o êxodo de Roberto, assim como grande parte dos monges que o seguiram de regresso a Molesme, apenas restaram oito monges.⁶⁹ Não se pode esquecer que a par da construção do mosteiro era necessário cultivar a terra para a sobrevivência, como já foi referido, mas também copiar os manuscritos indispensáveis à vida espiritual assim como os livros litúrgicos para o *Officium Dei* (ofício de Deus) e os comentários das Escrituras para a *Lectio Divina*.⁷⁰ Pelo que como refere o *Exordium Parvum* no seu capítulo XVI:

"O Abade, que era homem de Deus, e os seus monges estiveram sujeitos a momentos de tristeza, pois raramente, alguém nesses dias vinha ter com eles para seguir o mesmo estilo de vida.

Efectivamente, aqueles santos homens ansiavam por transmitir o tesouro de virtudes que tinham encontrado por vontade celestial a fim de ser profícuo para a salvação de muitos.

Quase todos, porém, ao verem e ouvirem contar a aspereza da vida que levavam, fora do habitual e sem lhe conhecerem outro exemplo, apressavam-se mais em fugir de coração e de corpo que a aproximar-se e não deixavam de pôr em dúvida a sua perseverança.

*Mas a misericórdia de Deus, que inspira aos seus esta milícia espiritual, não cessava de lhe dar admirável incremento e de a levar à perfeição para proveito de muitos (...)"*⁷¹

A procura de uma vasta solidão, pobreza e austeridade contribuíram para a escolha de Roberto e seus companheiros. Este apelo cisterciense a uma vida eremítica, no seio de uma comunidade monástica, constituiu-se como um desafio ao estilo de vida aceite e estabelecido pelos cluniacenses, ainda para

⁶⁸ "(O Senhor) achou-o numa terra do deserto, num sítio de terror e de isolamento imenso, volteou em torno dele para lhe chamar a atenção e defendeu-o como se fosse a pupila dos seus olhos" in **Deuterónimo** (32,10)

⁶⁹ Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; p. 22

⁷⁰ Cfr. AUBERGER, Jean-Baptiste; **Cîteaux, les origines** in "Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98

⁷¹ Cfr. **Exordium Parvum**, cap.XVI in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp.43-44

mais quando inserido na região da Borgonha, pleno centro do "domínio cluniacense". É esta característica cisterciense que de imediato provoca um choque e entra em confronto com Cluny.

As primeiras décadas destinaram-se à definição do modo de vida cisterciense que demonstravam já ter algumas diferenças em relação ao monaquismo tradicional.

Durante o abaciado de Alberico, após a partida de Roberto, a ajuda prestada aos Cistercienses remanescentes, de modo a realizarem a transferência de Sítio do seu mosteiro, foi proporcionada por Otão, duque da Borgonha, e depois pelo seu irmão Hugo. Terá sido este último a garantir a ajuda material para a construção da primeira igreja, em pedra, de Cister que teria sido consagrada pelo bispo Gualtero de Chalon a 16 de Novembro de 1106. Esta igreja terá sido a primeira a ser dedicada à Santíssima Virgem Maria, o que se veio a tornar, numa constante, sempre presente na tradição monástica cisterciense.⁷²

É sob o abaciado de Alberico que a independência da Abadia foi confirmada sendo colocada sob a protecção do Papa, através da bula *Desiderium quod* do Papa Pascoal II em Abril de 1100.⁷³ Deste modo Alberico desempenhou o importante papel de consolidar a fundação de Cister.

Após a morte de Alberico, a 26 de Janeiro de 1109, é Estêvão Harding que lhe sucede, tornando-se no terceiro abade de Cister. Estêvão (c.1060-1134) procedente da nobreza anglo-saxónica foi monge beneditino na Abadia de Sherborne em Dorsetshire. Estêvão compreendeu a sua vocação monástica numa peregrinação a Roma, no regresso passou por Molesme tendo decidido permanecer nesta comunidade. Estêvão Harding, foi em tempos, secretário de Roberto e após a partida deste tornou-se num elemento fundamental, a ponto de ser escolhido por Alberico como prior, cedo demonstrou possuir grandes capacidades organizativas e sabedoria na utilização do direito ao serviço da vida espiritual.⁷⁴

Deste modo, no seguimento de Alberico, Estêvão Harding proporciona à comunidade estruturas organizativas que vão corresponder à sua organização fundamental. Segundo alguns historiadores, os cistercienses devem a Estêvão Harding o seu maior legado: a *Carta Caritatis*, a base constitucional da Ordem.⁷⁵ Estêvão Harding, "*Heredó un simple monasterio que gozaba por entonces de cierto prestigio entre las innumerables abadías reformadas, y dejó tras de sí la primera Orden de la historia monástica, dotada de un programa*

⁷² Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; pp. 23-25

⁷³ Cfr. FORNARI, Federico Farina Benedetto; **L'architettura cistercense e l'abbazia di Casamari**; Edizioni Casamari; Casamari (Frosinone); 1981; p. 5

⁷⁴ Cfr. AUBERGER, Jean-Baptiste; Op. cit.; p.14

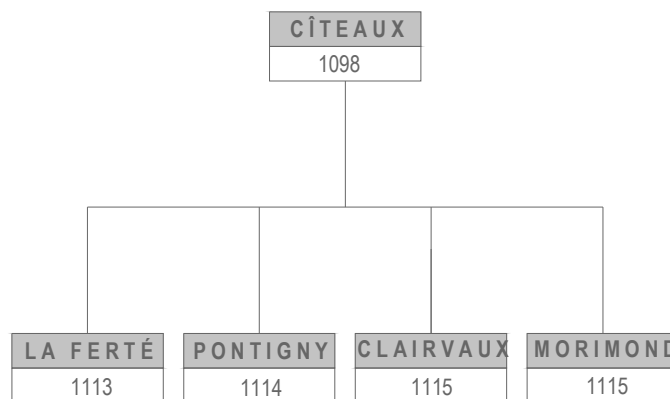
⁷⁵ Cfr. ARCCIS; **À la reencontré des Cisterciens**; Éditions du Cerf; Paris; 2001; pp.25-26 / LEKAI, Louis J.; op. cit. / FORNARI, Federico Farina Benedetto; Op. cit. / LAWRENCE, C. H.; Op. cit. / KINDER, Terryl N. e David Heald; **L'Architecture du Silence – les abbayes cisterciennes de France**; Éditions de la Martinière; Paris; 2000

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

claramente formulado, ensamblada en un sólido marco legal y en un estadio de expansión sin precedentes."⁷⁶

Como refere Frei Geraldo Coelho Dias, monge beneditino do Mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto *"Não se pode negar o papel de alavanca espiritual atribuído aos três padres fundadores de Cister: Roberto, o iniciador do movimento, Alberico, o humilde continuador, e Estêvão Harding, aquele que conseguiu estabelecer a «Carta de Caridade» como documento normativo e patrocinador deste novo movimento monástico na Igreja".*⁷⁷

Em apenas dois anos, sob o abaciado de Estêvão Harding nasceram quatro abadias-filhas, La Ferté (1113), Pontigny (1114), Clairvaux (1115) e Morimond (1115), o que permite afirmar a concreta existência de uma nova Ordem. Por sua vez estas abadias darão origem a numerosas filiações. (Esq. 3)



63

Esq. 3 Estrutura ramificada, das quatro primeiras filhas da Abadia-mãe Cîteaux e suas datas de fundação (esquema da autora)

Já na *Carta de Fundação da Abadia de La Ferté* se encontra referência ao facto de *"O número de irmãos de Cister era tão grande que nem os bens que possuíam bastavam nem o lugar em que viviam era capaz de lhes proporcionar boas condições."*⁷⁸

Mas também o *Exordium Parvum* no seu capítulo XVIII refere que os Cistercienses *"Desde então, erigiram abadias em diversas dioceses e foram crescendo de dia para dia com tão larga e poderosa bênção do Senhor que, no intervalo de oito anos, entre os que tinham saído especificamente do mosteiro*

⁷⁶ Cfr. LEKAI, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987; p. 25

⁷⁷ Cfr. DIAS, Geraldo Coelho; **A Alma de Cister em Portugal** in "Religião e Simbólica"; Granito Editores; Porto; 2001; p. 240

⁷⁸ Cfr. **Carta de Fundação da Abadia de La Ferté** in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 125

de Cister e outros que deles próprios tinham tido origem, se contava já a fundação de doze mosteiros."⁷⁹

2.4.1.

Roberto, Alberico, Estêvão: os três impulsos essenciais

A evolução da Ordem de Cister desde as origens até à sua afirmação fez-se segundo três momentos bem definidos⁸⁰ que corresponderam aos abaciados dos padres fundadores referidos anteriormente.

Numa altura em que ainda não se tinha inteiramente a noção da importância do momento que estava a ser vivido surgiu um primeiro período de desenvolvimento ligado ao abaciado de Roberto com início ainda em Molesme e terminando já em Cister correspondendo ao momento impulsor da nova ordem. (Fig. 11)

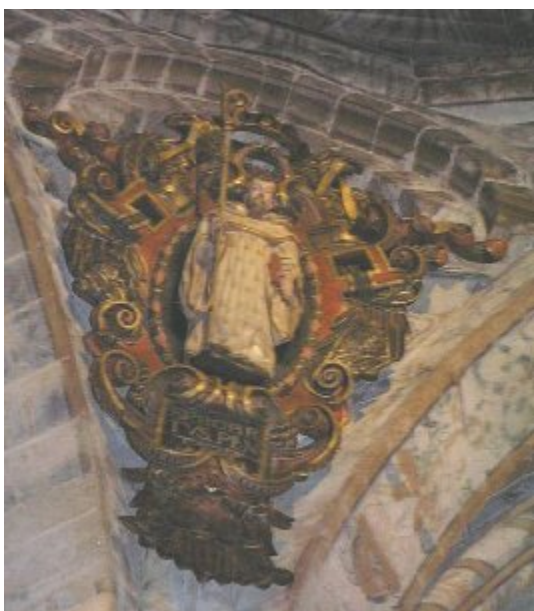


Fig. 11 S. Roberto, transepto do Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Galiza, Espanha (fotografia da autora)

Num segundo momento, correspondente ao abaciado de Alberico, consolidaram-se as motivações e o sentido da nova Ordem dando-se nesta altura o início da reacção cluniacense. (Fig. 12) De facto o regresso à primitiva observância da Regra de S. Bento requer aos cistercienses a omissão de costumes e práticas (que não se encontravam explicitados na Santa Regra) introduzidas por Cluny. Também o modo de administração feudal da propriedade monástica levada a cabo pelos cluniacenses, é rejeitado por

⁷⁹ Cfr. **Exordium Parvum**, cap.XVIII in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp.45-46

⁸⁰ Cfr. LEKAI, Louis J.; **The White Monks**; col. Cistercian Fathers; Our Lady of Spring Bank; Okauchee, Wisconsin; 1953; pp.23-25

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Cister. Deste modo encontram-se duas reformas monásticas e dois modos de reagir bem diferentes.



Fig. 12 S. Alberico, transepto do Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Galiza, Espanha (fotografia da autora)

O terceiro momento corresponde ao abaciado de Estêvão Harding e corresponde à consolidação da legislação da Ordem. (Fig. 13) A aplicação prática dos princípios cistercienses, e consequentemente o regresso à fiel observância da Regra de S. Bento, foram iniciados sob a administração de Alberico mas consolidados com Estêvão Harding como refere Lekai:

“La aplicación práctica de esos principios tuvo lugar en Cister bajo la administración de Alberico, aunque el proceso se asemeja más a una improvisación dictada por las necesidades diarias que a una legislación consciente. (...) La expansión del movimiento a través de nuevas fundaciones, indujo a Esteban Harding a sentar por escrito, los elementos básicos de las observancias en Cister, y asegurar la cohesión de la congregación monástica en franca expansión, proyectando el número de una trabazón constitucional.”⁸¹

65

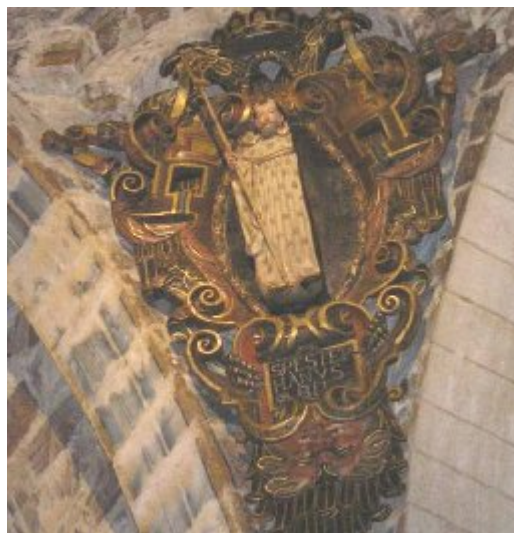


Fig. 13 S. Estêvão, transepto do Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Galiza, Espanha (fotografia da autora)

⁸¹ Cfr. LEKAI, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987; p. 31

Estêvão Harding foi a personagem de maior relevo da primeira fase da história cisterciense pois ditou o significado de Cister como Ordem e como Abadia, legislou e organizou. (Fig. 14) Deste modo a sua acção e pensamento abriram caminho e possibilitaram as acções e pensamentos de Bernardo de Claraval. Tal como refere Pacaut:

"C'est lui, en affect, qui, au cours d'un abbatiat de près de vingt-cinq ans, «fait» Cîteaux et «fait» l'ordre cistercien. Il en est le législateur et l'organisateur. Il en marque profondément la genèse par sa reflexion et son action, sans lesquelles celles de Bernard de Clairvaux n'auraient pas pu s'élaborer et s'accomplir ou, pour le moins, n'auraient pas été ce qu'elles furent."⁸²



Fig. 14 S. Bernardo, transepto do Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Galiza, Espanha, fotografia da autora)

Bernardo de Fontaine chegou a Cister, em 1112, durante o abaciado de Estêvão Harding, acompanhado de alguns monges. Este facto deu à recém nascida Ordem um impulso cuja amplitude se propagou ao longo de séculos. Como refere o *Exordium Cistercii* no seu capítulo II:

"Foi então que Deus, para quem é fácil das pequenas coisas fazer coisas grandes e do pouco tirar o muito, inflamou o coração de um grupo de homens e, contra tudo o que seria de esperar, os levou a imitá-los, por tal forma que de uma só vez foram trinta os que, de entre clérigos e leigos, homens nobres e poderosos, aos olhos do mundo, se dispuseram a viver em comum no claustro dos noviços para fazerem a sua provação.

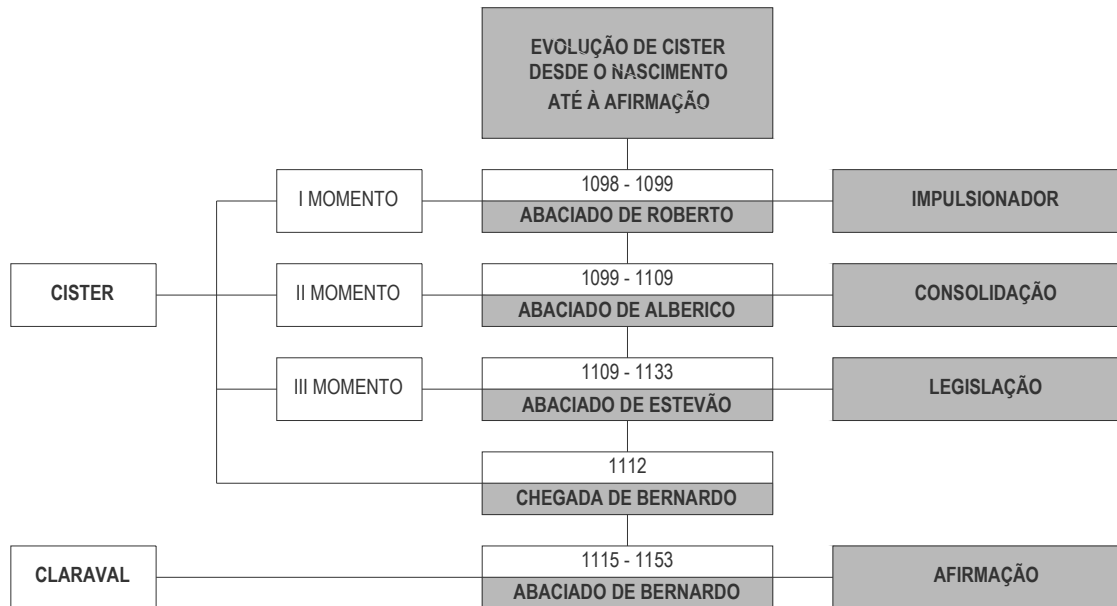
*Visitada assim pelo céu de modo tanto inesperado e feliz, pôde finalmente, e não sem razão, entrar em júbilo a estéril que não dava à luz, tantos se haviam tornado os filhos da abandonada."*⁸³

⁸² Cit. PACAUT, Marcel; Op. cit.; p.51

⁸³ Cfr. **Exordium Cistercii**, cap.II in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp.51-52

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Bernardo chegou a Cister, apenas com 22 anos, inserido num grupo de cerca de trinta companheiros do qual faziam parte quatro dos seus irmãos (Guy, Gérard, André e Barthélemy), dois dos seus primos (Geoffroy de la Roche Vaneau e Roberto) e dois dos seus tios maternos (Gaudry de Touillon e Miles de Montbard).⁸⁴ De seguida apresenta-se a esquematização da evolução de Cister desde a sua fundação até à sua afirmação (Esq. 4):



Esq. 4 Evolução de Cister desde a fundação até à afirmação (esquema e síntese da autora)

2.4.2.

S. Bernardo

S. Bernardo proveniente de uma ilustre e nobre família borgonhesa nasce em 1090 em Fontaines-les-Dijon. Bernardo é filho do Senhor de Fontaine, Tecelino de Châtillon e de Aleta de Montbard, teve uma irmã e seis irmãos que estavam destinados a ser cavaleiros.⁸⁵ No entanto o rumo de Bernardo foi bem diferente, talvez por uma saúde frágil, foi confiado aos Cónegos da Colegiada de Châtillon-sur-Seine e foi aqui que descobriu a Bíblia, a Teologia e o estudo da língua e dos autores latinos como Virgílio, Horácio e Cícero o que lhe permitiu aprender o latim erudito. Aos 18 anos regressou a casa e preparou-se para ser um cavaleiro como os seus irmãos, porém começou a sentir progressivamente a sua vocação monástica e após a morte da sua mãe tomou a decisão de se retirar do mundo⁸⁶.

⁸⁴ Cfr. AUBERGER, Jean-Baptiste; Op. cit.; p.18 / PACAUT, Marcel; Op. cit.; p.57

⁸⁵ Cfr. PACAUT, Marcel; Op.cit; pp.54-55

⁸⁶ RICHÉ, Pierre; **Bernard de Clairvaux** in " Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 16

Como foi referido, em 1112 chegou a Cister e logo, em 1115, Estêvão Harding (então abade de Cister), decide enviar o jovem Bernardo, de apenas 25 anos, e doze companheiros para fundarem uma nova abadia. Esta abadia encontrava-se num vale isolado da margem esquerda do Aube inserida numa terra que pertencia a uns primos de Bernardo, tratava-se da abadia de Clara-val à qual o seu nome ficaria para sempre associado.



Fig. 15 S. Bernardo, fachada do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

Bernardo tomou parte, e a todos os níveis, naquilo que respeita aos acontecimentos importantes do seu tempo. (Fig. 15) Assim foi chamado a interceder e arbitrar a paz não só entre cidades como também entre príncipes. Em 1130 foi chamado pelo rei Luís VI para intervir no conflito entre dois papas contribuindo assim para pôr termo ao cisma que opunha o papa Inocêncio II ao anti-papa Anacleto (tendo optado pelo primeiro tornando-o reconhecido por todo o mundo cristão). Foi grande a sua influência e o seu legado (testemunhado pelos seus escritos renovadores assim como pela sua pregação em Vézelay no Domingo de Páscoa de 1146, frente ao rei e à nobreza que daria o impulso necessário à Segunda Cruzada)⁸⁷ que como refere Julie Roux esta era uma Expedição destinada não a converter os muçulmanos pela força mas a socorrer as populações cristãs do Próximo Oriente.

Bernardo deixou marcas profundas na arte do seu tempo, não só na arquitectura, simples e despojada de toda a ornamentação supérflua, mas também na arte do livro, mais especificamente no que diz respeito à iluminura.

⁸⁷ Cfr. ROUX, Julie; Op. cit.; p.52

“Os séculos que se seguiram à sua morte realçaram o doutor místico, o teólogo da experiência espiritual, o intérprete inspirado das Escrituras, que, com incomparável arte literária, delas soube extrair o sentido oculto, como quem faz brotar o mel do rochedo – pelo que foi chamado «doutor melífero» (doctor mellifluus).”⁸⁸

S. Bernardo é a figura de referência no que respeita à fundação da Ordem de Cister pois embora não fosse o fundador do *Novum Monasterium* é através de si que Cister se engrandece, o seu impulso reveste-se de uma acção profundamente reformadora. S. Bernardo poderá de facto ser considerado o segundo “Pai” dos Cistercienses pelo cunho da sua personalidade e doutrina a par da ascendência que tinha não só sobre a Ordem como também no seio do mundo cristão. Os cistercienses em Portugal e Espanha são muitas vezes apelidados de Bernardos.⁸⁹ S. Bernardo chega a Cister num momento em que rareavam as vocações e o próprio número de elementos que compunha a Ordem de Cister era diminuto. Como foi referido, pelo que a sua vocação ficará para sempre ligada ao nome e à expansão de Cister.

“Fue el más señero apologista y captador de nuevos miembros de la orden, y su imagen quedó estampada indeleblemente en ella. A sus admiradores contemporáneos les parecía la personificación del ideal monástico. Durante treinta años fue la voz más elocuente e influyente de la Iglesia occidental. Fue mentor de papas, consejero de reyes y cardenales y hacedor y deshacedor de obispos. Su predicación alentó a la nobleza de Francia y Germania a emprender la segunda cruzada. (...) la fama de Bernardo como predicador, su reputación de santo y sus legendarias mortificaciones dieron al ideal cisterciense una publicidad que nunca habría conseguido de otro modo. Sin él la orden, de haber sobrevivido, probablemente no habría sobrepasado las dimensiones de una pequeña congregación eremítica (...).”⁹⁰

O papel de S. Bernardo é de tal modo importante, no seio de Cister, que muitas vezes ao longo da história se lhe atribui a própria fundação da Ordem. De facto, S. Bernardo pode ser considerado como o fundador de uma “segunda geração” de cistercienses.⁹¹ Dado que o desenvolvimento da Abadia de Cister é avassalador, outros jovens nobres seguem o seu exemplo ao ponto de Cister ficar de tal modo sobrelotado que o abade Estêvão dá origem às quatro filiais

⁸⁸ Cit. LEROUX, Gérard; **São Bernardo (1090 – 1990) – catálogo bibliográfico e iconográfico**; Biblioteca Nacional; Lisboa; 1991; p. 14

⁸⁹ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; **Introduction** in BRONSEVAL, Frère Claude de ; “Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)”; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p. 26

⁹⁰ Cfr. RICHÉ, Pierre; **Bernard de Clairvaux** in “ Cîteaux 1098 – 1998, L’Épopée Cistercienne – Dossiers d’Archeologie”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 16

⁹¹ Cfr. HERVÉ, Lucien; **Architecture of Truth – The Cistercian Abbey of Le Thoronet**; Phaidon Press Limited; 2001; p.147

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

iniciais: La Ferté, Pontigny, Clarivaux, Morimond. (Fig. 16) Estas novas abadias deverão originar outras de tal modo que em 1119, quando Calixto II confirma a Carta de Caridade, pela qual se irá reger a nova Ordem, já existiam 12 abadias.

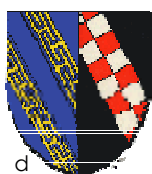


Fig. 16 Armas de Cîteaux (a), La Ferté (b), Pontigny (c), Clarivaux (d) e Morimond (e)

O número continuou a aumentar constantemente pelo que, à morte de Estêvão, em 1134, eram já 73 as abadias e à morte de S. Bernardo, em 1153, eram 393.⁹² No fim da Idade Média existiam já 742 mosteiros masculinos e cerca de 900 mosteiros femininos.⁹³

Como refere o *Exordium Cistercii*, no seu capítulo II, o desenvolvimento de Cister foi tal que:

“Com o tempo não deixou Deus de lhe multiplicar a descendência e de acrescentar a alegria, e assim em menos de doze anos,⁹⁴ a mãe estava feliz por poder contemplar, em volta da sua mesa, como rebentos de oliveira, vinte dos seus filhos e dos filhos de seus filhos, contando apenas os abades dos mosteiros (...)”⁹⁵

Entre 1145-1153 a Ordem de Cister proporcionou à Igreja o seu primeiro Papa, Eugénio III, Bernardo Paganelli de seu nome e discípulo de S. Bernardo (Foi monge em Claraval e abade de Tre Fontane).⁹⁶ Entre os anos 1150-1160 é possível encontrar densas populações no seio dos mosteiros cistercienses. Esta densidade é reflexo do crescendo de vocações que surge no auge do período de influência da Ordem de Cister e que corresponde ao período do pontificado de

⁹² Cfr. SURCHAMP, Dom Angelico; *L'esprit de l'art cistercien* in “L'Art Cistercien – France”; col. La nuit des temps; nº 16; Ed. Zodiaque; 1982; p. 15

⁹³ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972 / LOCATELLI, René; *L'Expansion cistercienne en Europe* in “Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; pp. 20-22

⁹⁴ Desde a chegada de S. Bernardo a Cister.

⁹⁵ Cfr. *Exordium Cistercii*, cap.II in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 52

⁹⁶ Cfr. DIAS, Geraldo Coelho; Op. cit.; p. 246

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Eugénio III. É de salientar que mosteiros como Claraval, Les Dunes ou Rievaulx tiveram comunidades constituídas por mais de 500 elementos.⁹⁷

2.5. EXPANSÃO CISTERCIENSE

A reforma cisterciense foi baseada numa organização e num modo de vida característicos, ou seja, na lei de filiações e na instituição do capítulo geral. A organização da Ordem de Cister constitui-se como se de uma árvore se tratasse.⁹⁸ (Fig. 17)

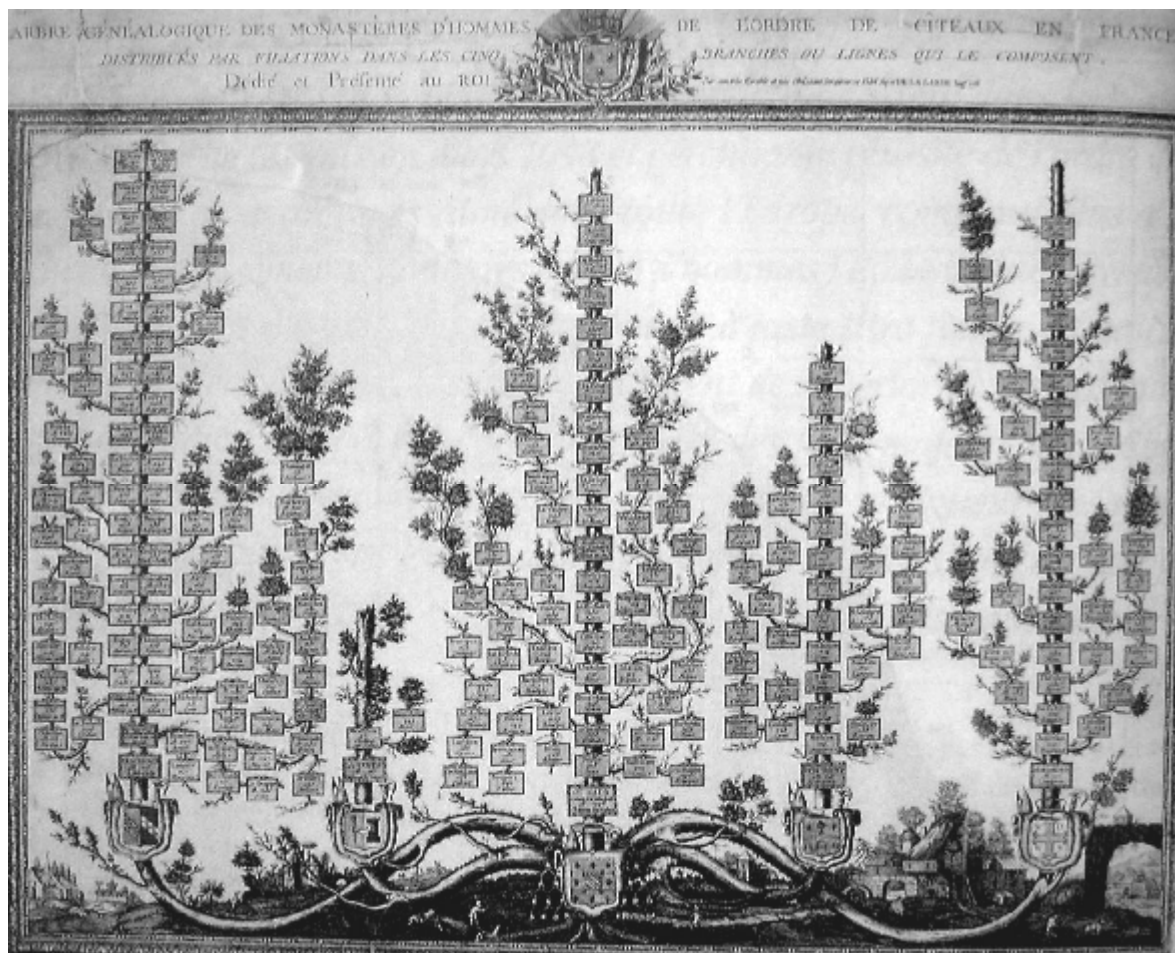


Fig. 17 Estrutura ramificada, como se de uma árvore genealógica se tratasse, das fundações cistercienses masculinas com origem em Cister e nas quatro primeiras Abadias filhas (desenho do séc. XVIII)⁹⁹

⁹⁷ Cfr. FERGUSSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in "Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 47

⁹⁸ Cfr. LOCATELLI, René; Op. cit.; pp.21-22

⁹⁹ In BERMAN, Constance Hoffman; **The Cistercian Evolution. The invention of a Religious Order in Twelfth-Century Europe**; PENN – University of Pennsylvania Press; Philadelphia; 2000

Assim, Cister (1098) é o tronco principal e dele crescem os quatro ramos principais que correspondem as quatro casas principais: La Ferté (18 Maio 1113), Pontigny (31 Maio 1114), Claraval (25 Junho 1115) e Morimond (25 Junho 1115).

Cada mosteiro constituiu-se num novo ramo dos principais e por sua vez também poderia dar origem novas fundações, mas estas estariam sempre ligadas a uma das cinco primitivas linhas (Cister, La Ferté, Pontigny, Claraval e Morimond). Tal como refere o "Exordium Cistercii" no seu capítulo II:

*"Dado que aquela jovem planta começava a estender os seus ramos, desde o início providenciou o venerando padre Estêvão, com vigilante sagacidade, a que se redigisse um documento, obra de admirável discernimento, que constituísse um aparelho de podar, ou seja que permitisse eliminar os rebentos cismáticos que, caso se desenvolvessem, poderiam sufocar o fruto da paz comunitária."*¹⁰⁰

A expansão cisterciense foi realizada através de quatro modos distintos¹⁰¹:

I-Fundação¹⁰² quando um grupo de monges de uma determinada comunidade é enviado por esta para fazer uma fundação em territórios doados por um senhor. Isto é, quando um mosteiro nasce *ex nihilo*, ou seja quando a comunidade se instala num local livre de qualquer outra presença monástica anterior.

II-Filiação¹⁰³ quando uma comunidade existente previamente é integrada na Ordem de Cister sujeitando-se e permanecendo sob a nova obediência.

III-Substituição quando um grupo de monges ocupa o lugar de qualquer outra comunidade que desaparecera anteriormente.

IV-Tutela, no que diz respeito aos mosteiros femininos, ficando a assistência entregue à vigilância do abade do mosteiro mais próximo.

Em Portugal apenas se verificam dois destes tipos de expansão: a Fundação e a Filiação. O caso Português irá ser abordado com mais detalhe no capítulo que lhe está destinado.

A difusão desta nova observância monástica estendeu-se por toda a Europa ao fundarem-se e filiarem-se inúmeros mosteiros. Sucintamente apresentam-se as datas da primeira fundação correspondente às distintas nações europeias ¹⁰⁴ (Esq. 5) :

¹⁰⁰ Cfr. **Exordium Cistercii**, cap.II in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 52

¹⁰¹ Cfr. **CISTER: os Documentos Primitivos**; Tradução, Introduções e Comentários de Aires Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp. 13-14

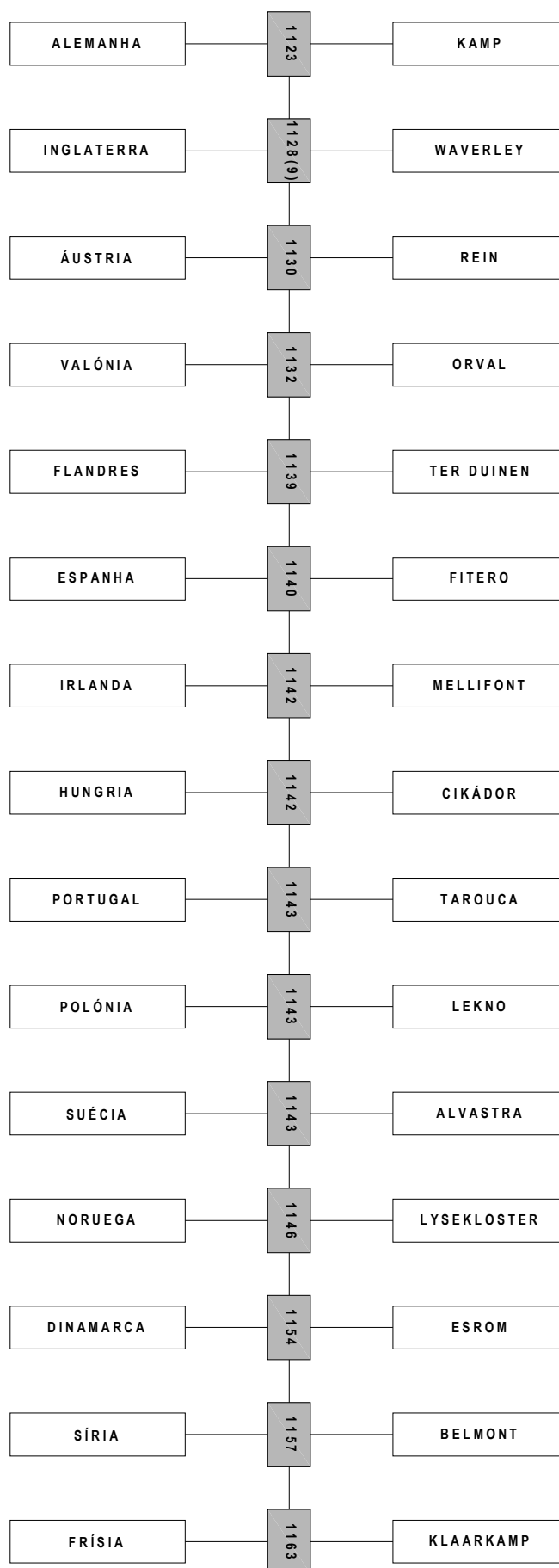
¹⁰² Também denominada **enxameação** segundo Aires Nascimento

¹⁰³ Também denominada **agregação** segundo Aires Nascimento

¹⁰⁴ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p.1

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Esq. 5 Esquema com as primeiras Abadias cistercienses em cada país e respectiva data de fundação ou filiação segundo a nomenclatura utilizada por Dom Maur Cocheril in **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p.1 (síntese e esquema da autora)





Esq. 6 Expansão cisterciense desde a afirmação à letargia (síntese da autora segundo informação de René Locateli)

Segundo René Locateli o desenvolvimento desta expansão efectuou-se através de quatro fases determinantes¹⁰⁵ e sucessivas com início em 1119 (Esq. 6):

I.

Nascimento, período compreendido entre os anos 1119-1129, que corresponde aos princípios da Ordem e aos abaciados de Alberico (1099-1109) e de Estêvão Harding (1109-1133) mas também à chegada de Bernardo à nova Ordem. Foi o período de génese das quatro primeiras filhas de Cister: La Ferté 1112, Pontigny 1114, Clairvaux e Morimond 1115.

II.

Apogeu inicia-se a partir de 1129 e corresponde ao período de vida de S. Bernardo enquanto membro e impulsionador da Ordem de Cister até à sua morte em 1153. Neste período tornou-se surpreendente a evolução da Ordem de Cister como refere Locateli. Claraval conhece neste momento uma ascensão fulgurante tornando-se o seu ramo no mais importante suplantando mesmo a Casa-mãe Cister (de 16 abadias em 1133 passa para 153 em 1147 e 169 em 1153). Comparável a esta ascensão também o é Morimond pois rapidamente passa de 22 abadias para 89. Pelo contrário os ramos de La Ferté e Pontigny em 1153 somavam um total de 33 abadias o que era pouco em comparação com as duas abadias-irmãs referidas anteriormente.

¹⁰⁵ Cfr. LOCATELLI, René; Op. cit.; p. 22

III.

Nova Ordem abrange o período compreendido entre os anos 1153-1240. Neste período iniciam-se as consequências geradas pelo rápido crescimento da Ordem, que se agravariam ainda mais após a morte de S. Bernardo e que conduz inevitavelmente à adaptação da Ordem a novas exigências e constrangimentos. Pacaut chamaria a este momento “a nova ordem cisterciense”.

“(…) l'évolution s'accélère et le changement s'accroît à tel point qu'à l'aube du XIII^e siècle il est impossible de revenir à l'état ancien, parce que la restauration à laquelle il faudrait procéder entraînerait à peu près certainement une crise insurmontable.”¹⁰⁶

Ou seja a Ordem de Cister está cada vez mais integrada na Igreja e na Sociedade. Os cistercienses aceitam e assumem tarefas pastorais ao estarem à frente de paróquias ou colaborarem de modo indirecto com o clero secular. Como refere Pacaut a Ordem de Cister

“(…) a cessé de se tenir à l'écart du monde dans la contemplation et la prière. Il est de plus en plus fortement intégré à l'Église et à la société, dans lesquelles il est un instrument d'action, ce qui ne lui enlève pas forcément ses aspirations spirituelles et mystiques.”¹⁰⁷

É também a partir deste momento, quando os Cistercienses aceitam tarefas pastorais entrando em ruptura com as suas primitivas posições, que surge um novo interesse: o estudo e o ensino.¹⁰⁸ No limiar de 1240 a Ordem de Cister ainda dava mostras de sucesso apesar de o ter conseguido à custa de sucessivas concessões e adaptações que implicavam profundas modificações daí a expressão “Nova Ordem”.¹⁰⁹

No entanto com o passar do tempo o ideal legado por S. Bernardo sofre profundas transformações chegando mesmo a aproximar-se das tendências dos cluniacenses. A partir do século XIII começa a surgir uma forte tendência de reacção contrária ao espírito inicial que gerara a Ordem de Cister.

O anteriormente rejeitado conceito de propriedade a par de uma riqueza crescente começa a penetrar no seio dos mosteiros e da comunidade monástica. O produto do trabalho agrícola e manual permite aos cistercienses adquirirem um rendimento e um estatuto, por vezes de difícil

¹⁰⁶ PACAUT, Marcel; Op. cit; pp. 160-161

¹⁰⁷ PACAUT, Marcel; Op. cit; p. 161

¹⁰⁸ Também em Portugal os Cistercienses possuíam Colégios como é o caso do Colégio do Espírito Santo em Coimbra, na Rua da Sofia, e o Colégio da Conceição em Alcobaça (anexo ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça)

¹⁰⁹ Cfr. PACAUT, Marcel; Op. cit / LOCATELLI, René; **L'Expansion cistercienne en Europe** in “Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 27

recusa, o que está totalmente em desacordo com os seus princípios, negando o seu propósito inicial. Era o início de letargia.

IV.

Letargia, nesta fase, após 1240, a Ordem de Cister entra numa segunda e lenta mutação sem no entanto se produzir uma verdadeira ruptura. A esta época correspondem a inúmeras dificuldades materiais mas sobretudo ao fim do seu crescimento surgindo uma nova conjuntura económica e espiritual com as novas Ordens mendicantes. Segundo Locatelli¹¹⁰ as Ordens Mendicantes e as correntes Místicas atraíam favoravelmente as elites religiosas urbanas em detrimento da “fuga ao mundo” que se tornava cada vez mais obsoleta. A Ordem de Cister transformou-se profundamente não só pelo “refreamento” da sua expansão como também pelo esgotamento de novas vocações e pelo cada vez menor número de filiações e fundações.

Segundo Dom Maur Cocheril no século XIII foram fundadas 169 abadias mas de seguida o número de filiações começa a diminuir: dezoito no século XIV, vinte no século XV, quatro no século XVII. A partir do século XIV a Ordem Cisterciense começa a esbater-se face às Ordens Mendicantes como os Franciscanos e os Dominicanos.¹¹¹ Claraval e Morimondo foram as abadias que se encontraram na origem desta expansão, única na história da Igreja, como refere Dom Maur Cocheril (Graf. 1 e 2).

As filiações de Claraval estendem-se pelas Ilhas Britânicas, Países Escandinavos, Países Baixos, Itália, França, Portugal, Galiza, Reino de Leão, Catalunha, Reino de Valência, enquanto as filiações de Morimondo abrangem sobretudo a Europa Central. Será desta Abadia que irão depender as Ordens Militares Cistercienses da Península Ibérica.

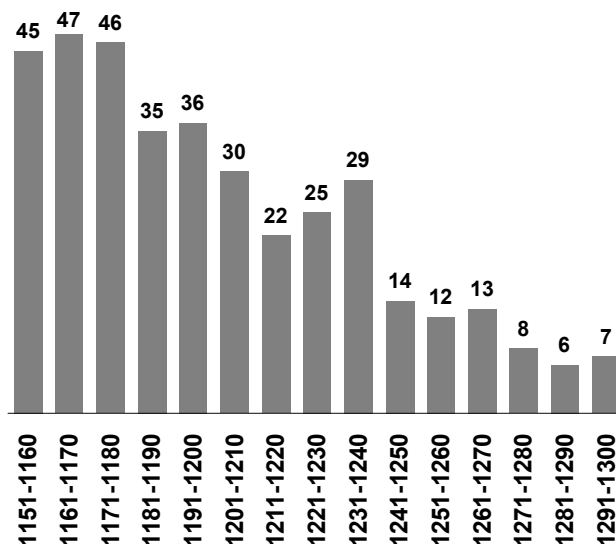
No entanto a Ordem de Cister soube atravessar as adversidades e recuperar novo fôlego com a Restauração encontrando um novo caminho para a sua vivência. Actualmente a Ordem de Cister é encarada como um dos mais significativos movimentos espirituais do Ocidente. Esta Ordem como foi já referido, impulsionou grandes reformas no Monaquismo Ocidental e ultrapassou o âmbito religioso, gerando consequências vitais na cultura e sociedade europeias desde a Idade Média até à época contemporânea.

¹¹⁰ LOCATELLI, René; op. cit; p. 27

¹¹¹ COCHERIL, Dom Maur; **Introduction** in BRONSEVAL, Frère Claude de ; “Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Èdeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)” ; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p.26

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Graf. 1 Número de Mosteiros fundados, por decénio, segundo dados de Marcel Pacaut.¹¹² Em 1151 existiam 320 Mosteiros aos quais deverá ser somado o número correspondente às novas fundações apresentadas neste gráfico (gráfico elaborado pela autora)



77

Graf. 2 Número de Mosteiros fundados, por século e durante o período compreendido entre os séc XIII e XVII, segundo dados de Dom Maur Cocheril.¹¹³ Quando S. Bernardo morre em 1153 existiam 343 Abadias e 525 no final do século XII. Neste gráfico são quantificados os novos Mosteiros por século. (gráfico elaborado pela autora)



¹¹² Cfr. dados em PACAUT, Marcel; Op. Cit.; pp. 143-144

¹¹³ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; Op. Cit.; p.26



Fig. 18 Fachada do Mosteiro de Santa Maria de Fiães apresentando um portal românico sobrepujado por três nichos de volta perfeita que abrigam as estátuas de S. Bernardo, Santa Maria e S. Bento, as três mais importantes figuras que estão na base da espiritualidade e vida cistercienses (fotografia da autora)

2.6.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA / LEGISLAÇÃO CISTERCIENSE

A estrutura legislativa e organizativa da Ordem de Cister baseia-se fundamentalmente nos princípios enunciados pela Regra de S. Bento assim como em todo o corpo legislativo desenvolvido e apresentado pela primitiva documentação cisterciense (*Exordium Parvum*, *Exordium Cistercii*, *Carta Caritatis Prior*, *Summa Cartae Caritatis*, *Capitula*, *Ecclesiastica Officia*, *Usus Conversorum*).

O abade tem a sua função apoiada, controlada e corrigida pelo Capítulo Geral, de realização anual, que juntamente com a visita, igualmente anual, constituem as instâncias fundamentais de controlo e de legislação das acções cistercienses.

Segundo Dom Maur Cocheril os cistercienses deram à Igreja Ocidental o primeiro exemplo de uma Ordem Religiosa descentralizada universal. Ao contrário dos cluniacenses, que formam uma grande família monástica cujas filiais deviam seguir as ordens da Abadia Mãe, as filiais cistercienses formavam uma federação de casas autónomas, iguais e independentes no que respeita aos assuntos relativos a cada uma delas, sendo cada uma dirigida pelo seu próprio abade que tinha voz no Capítulo Geral.¹¹⁴

2.6.1.

Regra de S. Bento

79

Os resultados da experiência monástica de S. Bento tomam forma na *Regula Sancti Benedicti*, por si redigida, em 529, que se desenvolve ao longo de 73 capítulos. A Regra de S. Bento tem como intuito a elevação à perfeição máxima através da alienação total do mundo assim como o despojo de tudo o que é terreno, incluindo a própria vontade, e da plena submissão à autoridade do abade que personifica a figura de Cristo, dentro do Mosteiro, e que orienta a comunidade utilizando a sua experiência e sabedoria. Segundo S. Bento este é um "(...) pequeno esboço de Regra escrita para principiantes."¹¹⁵

A Regra caracteriza-se essencialmente pela divisão do dia entre a oração e o trabalho (*Ora et Labora*), pela obediência ao Abade (*Obedientia*), pela estabilidade (*Stabilitas*), pela vida de perfeição (*conversatio morum*) pela obrigatoriedade de permanência no mosteiro (*Stabilitas Loci*), pela elevação da

¹¹⁴ COCHERIL, Dom Maur; **Introduction** in BRONSEVAL, Frère Claude de ; "Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)"; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p. 29

¹¹⁵ Cit. Capítulo LXXIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 139

virtude do silêncio (*De Taciturnitate*¹¹⁶), da humildade (*Humilitas*) e da mesura (*Discretio*). Porém o voto de pobreza e castidade não está explicitamente apresentado na Regra mas sim subentendido quando há referência à vida de perfeição, ao contrário do que se refere usualmente¹¹⁷ (Fig.19).

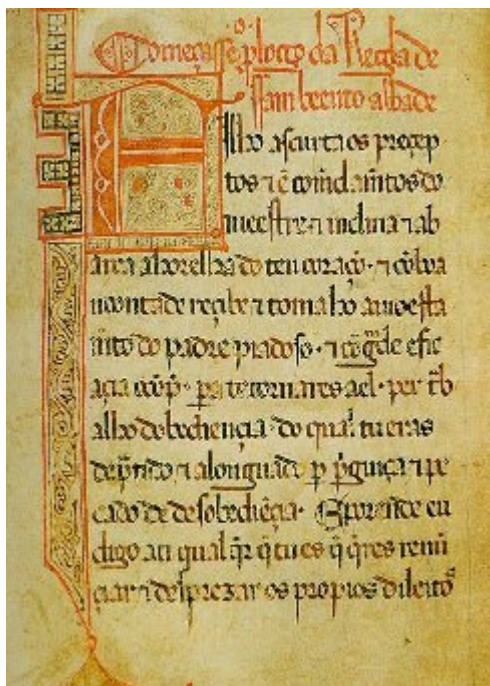


Fig. 19 Página da Regra de S. Bento, Prólogo
(arquivo da Biblioteca Nacional. Col. Alcobaça)

Deste modo, a Regra “regula” os costumes daqueles que viviam sob a obediência sendo o cerne da vida monástica o Ofício Divino, a oração litúrgica, isto é, a Obra de Deus (*Opus Dei*), ou seja a celebração das Horas. A obra de Deus associa o período de oração e meditação pessoal ao ofício comum na Igreja. O restante tempo além de estar consagrado ao trabalho estava também dedicado à leitura (*lectio divina*), às refeições e ao descanso. Pelo que a própria Regra de S. Bento refere no seu capítulo XLVIII que:

“A ociosidade é inimiga da alma. Por conseguinte, devem os irmãos ocupar-se a certas horas no trabalho manual e na *lectio divina*. (...) vão logo de manhã trabalhar no que for preciso, desde a primeira hora até por volta da quarta hora. Depois da sexta hora, acabando o jantar, vão descansar em seus leitos, em absoluto silêncio. (...) Celebre-se o ofício de Noa mais cedo, aí pelo meio da oitava hora. E depois continuem a trabalhar no que houver para fazer, até à hora das Vésperas. Se a necessidade do lugar ou a pobreza exigirem que os monges se ocupem por si mesmos nas

¹¹⁶ *De Taciturnitate*, não significando silêncio no sentido da ausência total de palavras mas antes moderação e descrição no falar; é o silêncio que permite ouvir a voz de Deus.

¹¹⁷ Confrontar com **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992 / KINDER, Terryl N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

colheitas, não se entristeçam, pois então é que serão verdadeiros monges, se viverem do trabalho de suas mãos, como os nossos pais e os apóstolos. Mas tudo se faça com peso e medida, em atenção aos fracos. (...) Aos irmãos fracos ou delicados confie-se um trabalho ou arte tal que nem estejam ociosos nem sejam oprimidos ou afugentados pelo excesso de trabalho. A fraqueza destes é ponto que o abade deve ter em consideração.”¹¹⁸ (Fig. 20 e 21)



Fig. 20 Monges cistercienses preparando a terra (arquivo Editions Gaud)



Fig. 21 Monges cistercienses semeando (arquivo Editions Gaud)

¹¹⁸ Cfr. capítulo XLVIII R.S. B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; pp. 100-102

É ainda de assinalar que se impunha cuidar dos enfermos, oferecer hospitalidade aos viajantes, socorrer os pobres, confortar os tristes e atribulados.

A Regra de S. Bento é apresentada ao longo de 73 capítulos podendo dividir-se em três partes (Esq. 7) que se desenvolvem essencialmente segundo os seguintes momentos:

I.

Primeira parte: Desde o Prólogo ao Capítulo VII, na qual são atribuídas as bases da vida monástica.

II.

Segunda parte: Desde o Capítulo VIII ao Capítulo LXXII, na qual são referidos os elementos e atitudes necessárias à vida quotidiana.

III.

Terceira parte: Constituída pelo Capítulo LXXIII, na qual é evidenciada a sabedoria e maturidade de S. Bento já no limiar da sua vida.



Esq. 7 Esquematização da Regra de S. Bento (síntese elaborada pela autora)

2.6.2.

Documentos Primitivos

Os documentos primitivos não só permitiram o conhecimento do modo de vida cisterciense como também o conhecimento da estrutura e origens de Cister.

Deste modo, o *Exordium Cistercii* ou *Exordium Parvu* constitui um texto histórico onde se explica o exórdio dos cistercienses, do mundo beneditino, que então os rodeava, enquanto a *Carta Caritatis* aprovada pelo Papa Calixto II, através da bula *Ad hoc in apostolici*, de 23 de Dezembro de 1119, é a base constitucional da Ordem de Cister e da qual existem três redacções sucessivas à medida que se foram introduzindo modificações: *Carta Caritatis Prior*, *Summa Cartae Caritatis* e *Carta Caritatis Posterior*. A Carta de Caridade apresenta assim versões sucessivas que correspondem a uma linha temporal de cerca de 50 anos.

Também é de referir a constituição subsequente de um corpus de textos de jurisprudência, *Statuta*, *Capitula*, *Usos Conversorum* e *Ecclesiastica Officia*. A *Carta de fundação* de Pontigny menciona pela primeira vez a existência de uma Carta de Caridade e de Unidade que unia o “novo mosteiro” e as abadias que eram fundadas:

*“Então, garantindo o seu consentimento, e recebidos doação e apoio de autoridade da parte do bispo (Umbaldo) com todo o cabido da sua igreja e do venerando presbítero Ansio, o abade Estêvão assumiu a igreja de Pontigny para aí nos construir uma abadia. Seguidamente, o mesmo bispo com a comunidade dos cónegos aprovaram em todo o seu teor a Carta de Caridade e de Unanimidade, carta elaborada pelo Novo Mosteiro e pelas abadias por ele geradas e tornada texto normativo das relações entre elas.”*¹¹⁹

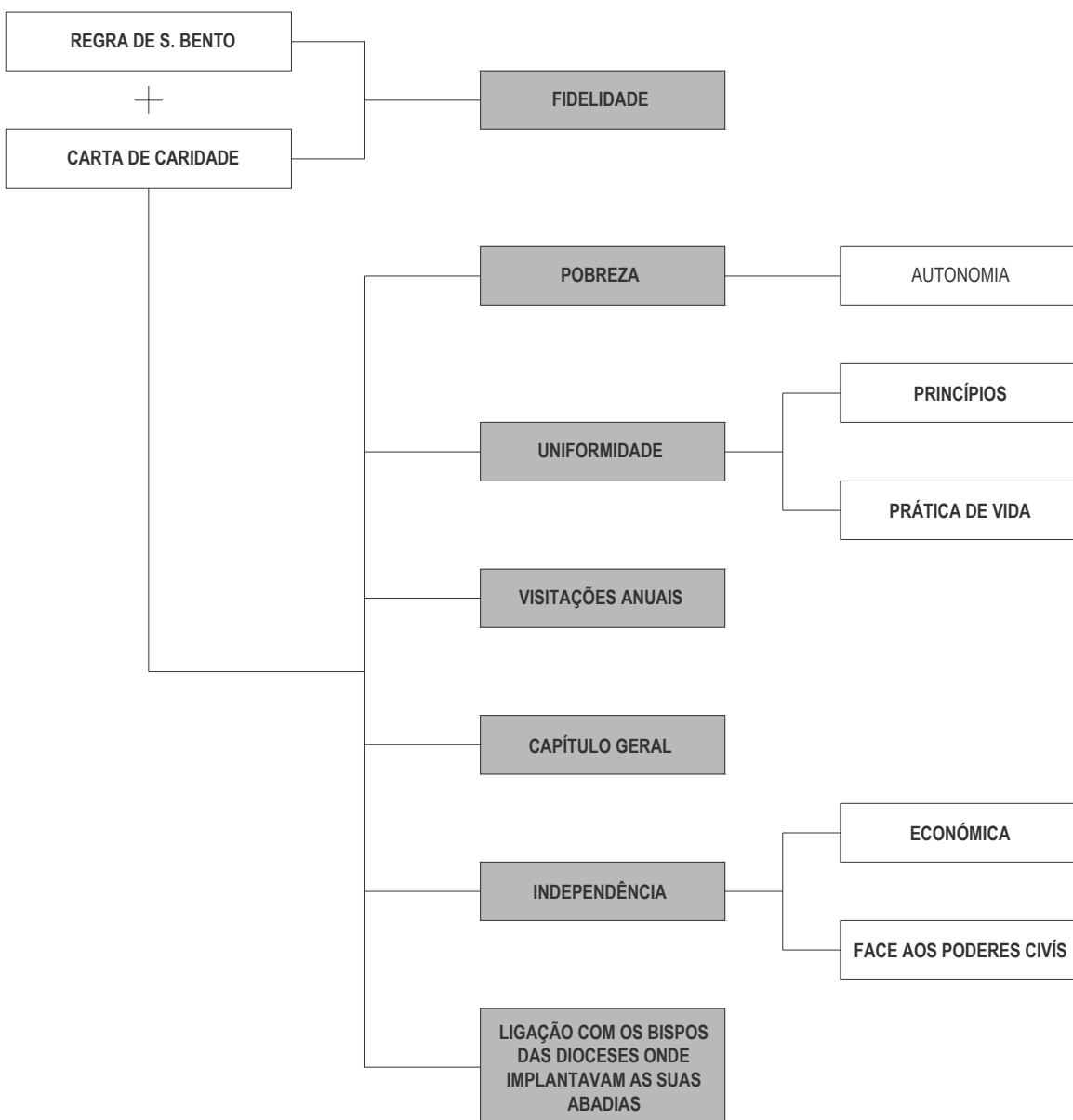
83

A Carta de Caridade, que constitui um complemento à Regra de S. Bento, é tradicionalmente atribuída a Estêvão Harding¹²⁰, a partir de 1114, de modo a regulamentar as estruturas e instituições da Ordem de Cister. De seguida apresenta-se a esquematização dos fundamentos de vida e espiritualidade cistercienses (Esq. 8).

¹¹⁹ Cfr. **Carta de fundação da Abadia de Pontigny** in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp. 127-128

¹²⁰ Cfr. LAWRENCE, C. H.; **El Monacato Medieval - Formas de vida religiosa en Europa Occidental durante la Edad Media**; Editorial Gredos, S. A.; Madrid; 1999 / LEKAI, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987 / **CISTER: os Documentos Primitivos**; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.63 / LOCATELLI, René; **L'Expansion cistercienne en Europe** in “Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 22 / LEKAI, Louis J.; **The White Monks**; col. Cistercian Fathers; Our Lady of Spring Bank; Okauchee, Wisconsin; 1953; pp.22-23 / ARCCIS (Association pour le rayonnement de la cultura cistercienne); **À la reencontré des Cisterciens**; Éditions du Cerf; Paris; 2001; p.26

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA



Esq. 8 Esquematização dos fundamentos da espiritualidade e vida cistercienses
(esquema e síntese elaborados pela autora)

A Carta de Caridade permitirá a organização das filiações e institui o Capítulo Geral para assegurar o princípio de coesão e de unidade no seio da Ordem, mas é sobretudo a expressão de um propósito que é mantido desde o início, assim surgem os seguintes preceitos:

a) Fidelidade à Regra Beneditina tal como é apresentada no capítulo I da *Carta Caritatis Prior*:

*"(...) se alguma vez se afastarem por pouco que seja do santo propósito e da observância da santa Regra, o que nunca aconteça, pela nossa solicitude possam regressar à rectidão de vida"*¹²¹ e repetido pelo capítulo II da mesma: *"Pretendemos agora e assim lhes preceituamos que a Regra de S. Bento seja observada em tudo como se observa no Novo Mosteiro"*¹²²

b) Prática da pobreza assim como autonomia e independência económica das abadias tal como é referido na *Carta Caritatis Prior*, capítulo I:

"Porque temos consciência de que somos todos servos, ainda que inúteis, de um só e verdadeiro rei, senhor e mestre, por tal motivo aos abades e aos monges nossos confrades, a quem a piedade de Deus, servindo-se de nós, os mais indignos dos homens, colocou sob disciplina regular por diversos lugares, não impomos qualquer tributo de lucro terreno ou de bens temporais.

*No desejo de lhes sermos úteis a eles e a todos os filhos da Santa Igreja, decidimos nada fazer relativamente a eles que os oprima, nada que diminua os seus bens, não aconteça que cobiçosos dos bens da sua pobreza pela nossa abundância não sejamos capazes de evitar o mal da avareza, que segundo o Apóstolo, é nada menos que a servidão dos ídolos."*¹²³

c) Uniformidade de princípios e da prática de vida monástica como refere o capítulo II da *Suma Carta Caritatis*:

*"Não introduzam nenhuma interpretação na leitura da Regra diferente daquela que fizeram e cumpriram os nossos antecessores, os santos fundadores do Novo Mosteiro, e que nós hoje mantemos; seja a mesma a interpretação que eles fazem e cumprem."*¹²⁴ e o capítulo III da *Suma Carta Caritatis Prior*:

"Dado que nós acolhemos monges de outros lados no nosso mosteiro quando nos visitam e de modo semelhante eles recebem os

¹²¹ Cit. **Suma Carta Caritatis**, cap.I in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.69

¹²² Cit. **Carta Caritatis Prior**, cap.II in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.70

¹²³ Cit. **Carta Caritatis Prior**, cap.I in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.69

¹²⁴ Cit. **Suma Carta Caritatis**, cap.II in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.70

nosso nos seus claustros, por tal razão nos parece oportuno e assim pretendemos que possuam os mesmos costumes e canto e bem assim todos os livros exigidos para as horas do dia e da noite idênticos aos costumes e aos livros do Novo Mosteiro, de tal modo que nos nossos actos não haja qualquer discrepância, mas vivamos numa só caridade, uma única regra e costumes semelhantes."¹²⁵

d)Visita abacial como meio regulador tal como explicitado no capítulo V da Carta Caritatis Prior:

*"Uma vez por ano o abade da comunidade mais antiga visite todos os mosteiros que ela tiver fundado (ou por si ou por algum dos seus co-abades); se a visita for mais frequente, isso seja motivo de maior alegria (para os irmãos)."*¹²⁶

e)Capítulo Geral como modo de regulamentar as relações entre as abadias tal como é apresentado no capítulo VII da Carta Caritatis Prior:

"Todos os abades destas comunidades uma vez por ano no dia que entre si combinarem, reúnam-se no Novo Mosteiro para tratarem da salvação das suas almas, segundo a observância da santa Regra ou da Ordem.

*Se houver algo a emendar ou a acrescentar decidam-no e reajustem entre si o bem da paz e da caridade."*¹²⁷ e ainda pelo capítulo VIII da mesma refere que: *"Quando alguma das nossa comunidades, por graça de Deus, crescer tanto que pode construir outro mosteiro, a decisão que entre nós tomamos como co-irmãos tomem-na eles também (...)."*¹²⁸

f)Ligação com os bispos das dioceses nas quais se implantam as abadias como referido pelo Prólogo da Carta Caritatis Prior:

"Ainda as abadias cistercienses não tinham começado a expandir-se e já o abade Dom Estêvão e os seus irmãos haviam decidido que em caso algum se fundariam abadias numa diocese sem que do bispo do lugar tivessem obtido o reconhecimento prévio e a confirmação do documento que o mosteiro de Cister e os outros dele originários tinham redigido e tomado como

¹²⁵ Cit. **Carta Caritatis Posterior**, cap.III in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.70

¹²⁶ Cit. **Carta Caritatis Prior**, cap.V in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.71

¹²⁷ Cit. **Carta Caritatis Prior**, cap.VII in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.72

¹²⁸ Cit. **Carta Caritatis Prior**, cap.VIII in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.73

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

*texto normativo para as suas relações. Isto com o fim de evitar atritos entre bispos e monges.”*¹²⁹

As emendas e sucessivos acrescentos à *Carta Caritatis* são produto de uma constante organização da própria Ordem que se foi articulando a pouco e pouco, ao longo de décadas, fruto da experiência e do conhecimento que ia adquirindo.¹³⁰ Os Cistercienses souberam recompilar os elementos da Carta de Caridade formando um esquema coerente, de perfeição única, adaptado a um ambiente contemporâneo. Como refere Lekai, este reflecte a subordinação feudal predominante, baseada na fidelidade e confiança mutuas, exigindo uma absoluta obediência em tempo de crise mas sempre respeitando a autonomia local.¹³¹

*“Chaque monastère était autonome, mais l'abbaye qui l'avait fondé, l'abbaye-mère, conservait sur lui un droit de regard afin de préserver la régularité de l'observance cistercienne.”*¹³²

Todos os abades reuniam uma vez por ano, em Cister, para o Capítulo Geral. Nenhuma abadia era fundada ou afiliada sem que o seu caso fosse examinado escrupulosamente pelo Capítulo Geral.¹³³

O Exórdio reunia os textos diplomáticos dos padres fundadores num conjunto coerente. A constituição subsequente de um corpus de textos de jurisprudência, *Statuta* e *Capitula*, assim como a criação de códigos para regulamentar os usos monásticos, *Ecclesiastica Officia*, e os usos dos Conversos, *Usos Conversorum* vem juntar-se à complexidade da história institucional de Cister.¹³⁴

87

*“Lo que era original en la orden cisterciense fue su constitución especial. Fue esto lo que influyó en las órdenes que siguieron y lo que con el tiempo, embelleció el pensamiento de la Iglesia occidental vista desde una perspectiva global. La observancia monástica de Cîteaux, por otro lado, no hizo ostentación de originalidad”*¹³⁵

O ideal que suporta a Ordem de Cister é bem definido pois trata-se do regresso ao espírito da Regra Beneditina, seis séculos após a sua redacção, como refere C. H. Lawrence:

“Su meta fue abiertamente la restauración de los usos primitivos: una reforma en el sentido más literal del término. Era simplemente

¹²⁹ Cit. **Carta Caritatis Prior**, Prólogo in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.73

¹³⁰ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.

¹³¹ LEKAI, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987; p. 43

¹³² COCHERIL, Dom Maur; **Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle**; Arquivo do Centro Cultural Português; vol. X – Separata; Fundação Calouste Gulbenkian; Paris 1976; p. 16

¹³³ Cfr. Idem; p. 17

¹³⁴ LEKAI, Louis J.; Op. Cit.; pp. 37-39

¹³⁵ Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 213

*cuestión de regresar a la Regla de san Benito, que había de ser observada al pie de la letra."*¹³⁶

2.7.

ESTRUTURA SOCIAL CISTERCIENSE: a importância dos Conversos

A comunidade cisterciense é composta por diferentes elementos que são provenientes das mais variadas origens. Assim, pode-se subdividir e tipificar a comunidade cisterciense a distintos grupos e escalas¹³⁷.

Por um lado encontram-se os elementos de carácter permanente como:

a) Monges professos clérigos que eram monges com cultura e conhecedores das letras de modo a poderem assumir funções de orientação;

b) Monges leigos que por vezes se confundem com os Irmãos Conversos. Não eram usualmente conhecedores das letras;

c) Noviços que eram religiosos ainda em formação. A sua formação inicial durava normalmente um período de um ano;

d) Conversos que eram leigos afectos aos serviços mais pesados. Viviam essencialmente nas granjas mas celebravam os Domingos e os Dias de Festa no Mosteiro;

e) Domésticos ou Familiares que eram homens e mulheres (que podiam ser casados) ligados ao Mosteiro e nele trabalhando e colaborando. Não eram monges mas beneficiavam, tanto em vida como na morte, dos sufrágios do Mosteiro;

f) Doentes

Mas também se encontram elementos de carácter ocasional cuja presença era regulamentada:

g) Abades de outras comunidades;

h) Hóspedes;

i) Visitantes;

j) Peregrinos;

k) Assalariados sazonais;

l) Autoridades eclesiásticas.

Segundo a regra de S. Bento e toda a documentação legislativa cisterciense os monges deviam viver do seu trabalho, porém a exploração das suas terras, em particular das mais distantes, cedo fez com que os cistercienses tomassem consciência da impossibilidade de concretizar tal tarefa. Para os cistercienses o isolamento do mundo comporta a total recusa da inserção nos jogos de poder.

¹³⁶ I. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.

¹³⁷ Cfr. **CISTER: os Documentos Primitivos**; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p.13

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

Os primeiros cistercienses procuraram viver nos seus domínios assegurando a sua própria subsistência (Fig. 22) através do seu próprio trabalho sem se ligarem aos organismos económicos e aos circuitos comerciais (fossem locais ou outros) a menos que fosse estritamente necessário (mas considerando estes casos como excepcionais). Deste modo recusavam categoricamente que as suas propriedades pudessem vir a formar um senhorio.¹³⁸



Fig. 22 Monges Cistercienses tratando da terra, Abadia de Salem, Alemanha (arquivo Éditions Gaud)

Em 1120 decide-se a admissão de Conversos na Ordem de Cister. Pois começava a ser humanamente impossível responder ao volume de trabalho implicado e as obrigações primordiais dos monges, como a *lectio divina* ou o ofício litúrgico, corriam o risco de serem descurados. Assim,

*“Respondieron comprando para su exclusiva explotación propiedades rurales situadas lejos de los poblados, y las cultivaron por medio de los hermanos legos y asalariados. Tomando conciencia de que, sin esa ayuda, «no habrían sido capaces de cumplir perfectamente los preceptos de la Regla día y noche».”*¹³⁹

Deste modo os irmãos conversos contribuíram, desde o início, para a manutenção dos ideais de auto-suficiência e trabalho manual, no seio da Ordem, enunciados pelos Padres fundadores.

Converso provem do latim *convertere*, isto é converter, mudar completamente. O termo converso é utilizado como adjetivo para designar tanto o

¹³⁸ PACAUT, Marcel; Op. cit; p.47

¹³⁹ LEKAI, Louis; Op. Cit; p.44

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

monachus conversus como o *famulus conversus* (Fig. 23 e 24). A partir do séc. XII começa a ser utilizado como substantivo sendo dotado de um significado jurídico preciso.



Fig. 23 Conversos executando trabalho braçal, Abadia de Salem, Alemanha
(arquivo Éditions Gaud)



Fig. 24 Converso trabalhando, Abadia de Salem, Alemanha
(arquivo Éditions Gaud)

O converso cisterciense não é monge, é um laico que abraçou uma forma de vida religiosa, inovadora no século XII, através da qual lhe é possível consagrar-

se a Deus numa ordem canonicamente reconhecida sem no entanto ser monge ou clérigo. Os conversos não podiam tornar-se clérigos, nem participar no ofício divino assim como não tinham direito de sufrágio nem podiam participar do capítulo.¹⁴⁰ Ou seja o converso,

“Era monje en el sentido de que emitía los votos monásticos y llevaba hábito pero vivía una existencia separada de los monjes de coro. Aunque asistía a los oficios corales, no tomaba parte en su canto; se ocupaba principalmente del trabajo manual, sirviendo a la comunidad como labrador, pastor, carpintero o albañil. (...) reclutados en su mayoría entre el campesinato, proporcionaban al monasterio mano de obra permanente, dejando a los monjes de coro el tiempo libre necesario para la oración privada y litúrgica y para la lectura.”¹⁴¹

Alberico proporcionou à Ordem de Cister a existência dos irmãos conversos. Esta foi a sua grande inovação, no desenvolvimento da ordem, permitindo reconhecer os conversos como membros da Ordem de Cister com plenos direitos sem no entanto serem monges nem observarem a Regra de S. Bento, uma vez que não faziam votos de observância no acto da profissão religiosa, mas utilizavam a regulamentação apropriada ao seu estatuto, o *Usus conversorum*, redigido por Estêvão Harding entre 1125 e 1132¹⁴² que surgiu em paralelo à demais documentação primitiva da Ordem de Cister. Deste modo já no *Exordium Parvum* pode-se ler que:

“¹⁰ Já então determinaram receber monges conversos, de barba, mediante autorização do seu bispo, e tratá-los, na vida e na morte, como a si mesmos, com a diferença de não serem monges; admitiriam também assalariados, pois consideravam que sem o apoio deles não conseguiam observar inteiramente, de dia e de noite, os preceitos da Regra.

¹¹ Receberiam também terras afastadas das povoações, e bem assim vinhas e prados ou florestas e águas para estabelecerem moinhos, mas apenas para seu uso e para pescarem, e também cavalos e outros animais de utilidade doméstica.

¹² E dado que tinham levantado em diversos lugares residências para levarem a cabo a agricultura, decidiram que fossem os conversos a dirigir essas casas e não os monges, pois, de acordo com a Regra, a morada dos monges deveria ser no claustro.

¹⁴⁰ Cfr. FORNARI, Federico Farina Benedetto; **L'architettura cistercense e l'abbazia di Casamari**; Edizioni Casamari; Casamari (Frosinone); 1981; p. 41

¹⁴¹ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 216

¹⁴² Cfr. FORNARI, Federico Farina Benedetto; Op. cit.; pp.41-42

¹³Também porque aqueles santos varões tomavam conhecimento de que S. Bento não construíra os mosteiros nas cidades nem nos castelos ou em aldeias, comprometiam-se eles a imitá-lo." ¹⁴³

Os conversos têm a mesma dignidade monástica que os monges, não se constituindo como mão-de-obra que pudesse ser negociada a troco de bens materiais. Ou seja, os conversos fazem os votos e são aceites na vida monástica mas não estão obrigados ao coro.¹⁴⁴ O irmão converso.

"(...) contribuía sencillamente a la vida espiritual de la comunidad asistiendo en la nave de la iglesia a parte del oficio nocturno, y durante el día recitando regularmente algunas oraciones sencillas aprendidas de memoria. Su contribución principal a la obra del monasterio era el trabajo de sus manos." ¹⁴⁵

Deste modo surge uma co-existência de duas vidas e duas organizações no seio de Cister como refere Fergusson.¹⁴⁶ Por um lado encontravam-se os monges que se constituíam como homens de Deus e por outro lado os conversos que se constituíam como homens da Terra.

Já o monge Idung, no *Dialogus duorum monachorum* citado por Fornari afirmava a existência de dois mosteiros, dentro da cerca de clausura, sendo um dos irmãos laicos e outro dos monges do coro: *"dentro la cinta di clausura noi abbiamo due monasteri: uno dei fratelli laici, l'altro dei monaci coristi."* ¹⁴⁷

Num dia cisterciense, estas duas vidas não se cruzavam e eram bem distintas. Se por um lado viviam os monges com as suas seis horas de oração, duas horas de leitura e três horas de trabalho manual, por outro viviam os irmãos conversos com as suas dez horas de trabalho manual, uma única hora de oração e nenhuma leitura. Também Dom Maur Cocheril refere a existência de duas comunidades sob o mesmo tecto uns vestiam de branco e os outros, barbudos, vestiam em tons de Castanho, para marcar a diferença:

"Il y eut dès lors deux communautés qui coexistaient dans l'enceinte du monastère, les moines de chœur vêtus de blanc et les convers habillés en brun et portant la barbe en signe distinctif." ¹⁴⁸

¹⁴³ Cit. **Exordium Paruum**, cap.XV, 10-14 in *CISTER: os Documentos Primitivos*; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp. 42-43

¹⁴⁴ Cfr. **CISTER: os Documentos Primitivos**; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 90

¹⁴⁵ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 219

¹⁴⁶ Cfr. FERGUSSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in "Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 44

¹⁴⁷ Cfr. FORNARI, Federico Farina Benedetto; Op. cit.; p. 42

¹⁴⁸ COCHERIL, Dom Maur; Op. cit.; p. 17

2.8.

ECONOMIA CISTERCIENSE: as granjas

As granjas permitiram que o sistema de economia agrária cisterciense assumisse um modelo inovador. Segundo Lekai a existência dos irmãos leigos era também justificada pelos cistercienses pois:

“(...) cuando establecieran granjas para la práctica de la agricultura, tendrían que ser dirigidas por hermanos legos, y no por monjes, cuya residencia, según la Regla, debía ser dentro de su clausura. (...) El mantener y administrar propiedades según el sistema feudal, los hubiera forzado a estar en íntimo contacto con la sociedad laica, y por esta razón se rechazaron estas cargas. Por otro lado, se aceptó la existencia de la institución de hermanos legos, debido a que las extensas áreas situadas lejos, hubieran sacado a los monjes de la soledad de su claustro”¹⁴⁹.

Na granja cisterciense não existia distinção entre *terra dominica* e *terra tributaria*.¹⁵⁰ Como foi referido anteriormente os mosteiros cisterciense inseriam-se em locais primeiramente inóspitos, mas com potencialidade, uma vez cuidados e trabalhados.

As primeiras instalações monásticas seriam modestas. Nos primeiros tempos teriam sido os próprios monges a tratar do cultivo da terra em volta do mosteiro como refere o *Statuta V*:

“Aos monges da nossa Ordem o alimento deve provir do trabalho das suas próprias mãos, do cultivo das terras, do cuidado dos rebanhos, pelo que é lícito possuímos para nosso usufruto águas florestas, vinhas, prados, terras afastadas de lugares habitados por gente secular, e possuímos bem assim animais, com excepção daqueles que costumam provocar mais curiosidade e comportar mais vaidade do que trazer alguma utilidade, como são os veados, os groux, e outros semelhantes. Para os domesticar, manter e guardar, seja perto seja longe, podemos ter granjas, que serão guardadas pelos conversos, contanto que não fiquem a mais de um dia de caminho.”¹⁵¹

A renúncia total, aos meios habituais de sustento de uma comunidade religiosa, foi impossível de se manter por mais de uma geração.¹⁵²

No entanto com o decorrer dos anos os domínios explorados pelo mosteiro aumentavam tendencialmente graças a doações, primeiro sobre o local onde se inseriam, e depois em locais mais distantes.

¹⁴⁹ LEKAI, Louis; Op. Cit; p.44-45

¹⁵⁰ Cfr. Idem; p. 8

¹⁵¹ Cfr. **Statuta V** in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 82

¹⁵² Cfr. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 215

Deste modo um mosteiro poderia ter um domínio de alguns milhares de hectares como era o caso de Claraval com os seus vinte e oito mil hectares de pradarias, terras de cultivo e vinhas.

As granjas distanciavam-se cerca de cinco a vinte quilómetros em volta do mosteiro, do qual não se deviam distanciar mais de um dia de marcha, como referido nos *Statuta*: “As granjas das diversas abadias distem entre si pelo menos duas léguas”¹⁵³

O trabalho agrícola sempre foi um dado fundamental da vida cisterciense. Deste modo, dadas as dimensões da terra assim como o factor distância torna-se necessário a construção de granjas que seriam administradas pelos conversos sob a direcção do Celeireiro que era nomeado, de entre os conversos, pelo abade da abadia.

Como meio para dar resposta ao aumento do trabalho nas granjas, uma vez que os conversos já não eram suficientes, a Ordem de Cister contrata mão-de-obra exterior a si própria. Deste modo nem todos os irmãos conversos se alojavam na abadia ao mesmo tempo.

*“Con la adquisición de propiedades desperdigadas y de otras posesiones rurales más alejadas, se hacía difícil que los monjes operarios las trabajaran y recorrieran el camino de ida y el de vuelta todos los días. Así que la orden fue creando gradualmente un sistema de granjas locales, donde los hermanos pudieran residir mientras se ocupaban de la tierra.”*¹⁵⁴

Deste modo, por um lado encontram-se os conversos que constituem a mão-de-obra religiosa sem custos e por outro lado encontram-se os *mercenarii*¹⁵⁵ que constituem a mão-de-obra assalariada como referem os *Statuta*:

*“Os trabalhos nas granjas devem ser executados pelos conversos e bem assim por assalariados; efectivamente aos conversos, mediante licença episcopal, assumimo-los como pessoas necessárias e ajudantes sob o nosso cuidado e, tal como se fossem monges, como irmãos e participantes dos nossos bens tanto espirituais como materiais, considerando-os iguais aos monges”*¹⁵⁶

Segundo Angiola Maria Romani a economia cisterciense assenta sobre quatro pilares fundamentais: a abolição dos servos da gleba, a integração dos conversos no seio das comunidades, o recurso a trabalhadores assalariados, a instituição das granjas onde trabalhavam os conversos e os assalariados.¹⁵⁷

¹⁵³ Cfr. **Statuta XXXII** in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 85

¹⁵⁴ Cit LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 218

¹⁵⁵ Cfr. ROUX, Julie; Op. cit.; p.43

¹⁵⁶ Cfr. **Statuta VIII** in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 82

¹⁵⁷ Cfr. ROMANINI, Angiola Maria; **O projecto cisterciense** in “A Idade Média”; dir. Georges Duby e Michel Lacroix; col. História Artística da Europa; tomo II; Quetzal Editores; Lisboa; 1998; pp.135-136

O trabalho manual dos monges, a instituição dos conversos, a existência de mão-de-obra assalariada que surgiam como resposta à reforma do ideal monástico inspirada na total observância da Regra de S. Bento, levada a cabo pelos cistercienses. Este facto reveste-se de carácter inovador, no âmbito da estrutura económica e social do tempo, no qual se inseria, uma vez que proporcionava uma programação racional e competitiva das estruturas agrícolas num mercado que era sobretudo regulado pela circulação da moeda assim como permitiu uma nova avaliação moral e social do trabalho agrícola.¹⁵⁸

Os conversos eram irmãos consagrados que estavam desobrigados da incumbência do ofício divino, da leitura e da meditação. Ocupavam-se dos afazeres e dos labores tanto dentro do mosteiro como fora deste.

A reputação da Ordem e as condições laborais que eram oferecidas favoreciam a entrada no mosteiro cisterciense de muitos candidatos. Entre eles podiam-se encontrar pessoas de bom nível social que escolhiam esta forma de vida para viverem o mais humildemente possível a sua vocação e conversão.¹⁵⁹

A granja era uma exploração agrícola monástica que dependia juridicamente do mosteiro e por esse motivo não possuía igreja. Apenas possuía um pequeno oratório sem altar e nenhum claustro ou cemitério. Mas nem sempre se mantiveram assim pois no século XIII:

*"(...) con el crecimiento del patrimonio y el abandono de las primitivas reglas contra la aceptación de rentas manoriales y de siervos, muchas de las granjas aumentaron en dimensiones y complejidad y se convirtieron en réplicas miniaturizadas de la abadía madre, con su dormitorio, refectorio y capilla, e incluso con una cámara separada para alojar al abad cuando iba a visitar la propiedad."*¹⁶⁰

A granja era dirigida pelo *magister grangiae*, um converso que supervisionava o trabalho dos assalariados do qual tinha a obrigação mensal de prestar contas do desenvolvimento do trabalho ao celeireiro a quem era confiada a administração.

Deste modo, *"Al abrir el claustro a los campesinos y artesanos, pudo captar la influencia de los cambios demográfico y economico que estaban transformando la sociedad occidental."*¹⁶¹

Para mais, Dom Maur Cocheril alude à importância das granjas, muitas vezes na origem de pequenos povoados que ao longo do tempo foram crescendo até se tornarem povoações florescentes:

"L'importance des granges est indéniable. Elles furent à l'origine de peuplements parfois importants dans certaines régions. Ces exploitations agricoles régies par une communauté ou les membres

¹⁵⁸ Cfr. FORNARI, Federico Farina Benedetto; Op. cit.; p. 9

¹⁵⁹ Cfr. Incerti, Manuela; Op. Cit, p.15

¹⁶⁰ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 218

¹⁶¹ Cit. Idem, p.222

*animés de l'esprit surnaturel s'efforçaient d'accomplir au mieux leur tâche, où le recrutement même des moines permettait de sélectionner les hommes compétents, et où, enfin, existait une organisation perfectionnée avec le temps, l'expérience et la connaissance approfondie des possibilités des moindres parcelles du terrain, devaient nécessairement devenir des facteurs importants du développement économique de la région toute entière."*¹⁶²

2.9.

ESPIRITUALIDADE CISTERCIENSE

Os Cistercienses viveram as suas vidas marcadas pela austeridade das suas convicções e da sua Fé que se reflectiu na simplicidade e contenção das suas arquitecturas. No entanto esta contenção, restrição e simplicidade não impediram inovações permitindo a criação de alguns dos mais marcantes e sublimes monumentos da Arquitectura Ocidental.

Como refere Fr. Yáñez Neira:

*"La espiritualidad de la nueva orden es esencialmente contemplativa, es decir, tiene prohibido todo ministerio externo de apostolado. El lema en que se centra la vida de los monjes es el consabido ora et labora – reza y trabaja – de San Benito. Aunque los monjes del Cister no tengan confiado ningún apostolado externo, con todo, no le son ajenos al monje ninguno de los problemas acuciantes de la Iglesia, antes los vive con gran intensidad, es más, responden a aquella idea que apuntara Pablo VI: «Los monjes son el corazón de la Iglesia, representan los valores más estimables de que hoy necesita el mundo». Para ejercer esa irradiación apostólica, cuenta con poderosos medios: la oración, el trabajo manual, la vida de sacrificio (...) La oración, especialmente litúrgica, llena la vida del monje hasta el punto de que el Papa no dudó en llamar a los cistercienses «especialistas de la oración litúrgica»."*¹⁶³

Os cistercienses apesar de seguirem e respeitarem a liturgia inerente à tradição beneditina distinguiam-se dos cluniacenses como refere Lawrence:

"Litúrgicamente seguían dentro de la tradición benedictina. Aunque prescindían de muchas de las ceremonias cluniacenses y de muchos de sus añadidos a la liturgia, seguían teniendo que cantar el oficio divino, incluyendo el oficio de difuntos que se cantaba los días labo-

¹⁶² Cit. COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972

2. CISTER: ANTECEDENTES, ORIGEM E ESTRUTURA

rales; continuaron también con las misas diarias, y había que reservar tiempo para la oración y el estudio privados.”¹⁶⁴

O ideal da Ordem de Cister divide-se entre o respeito pela condição humana, na sua dimensão quotidiana, e a busca de vias de perfeição moral, procurando um equilíbrio entre a realidade concreta e a espiritualidade.

Os Cistercienses pretendiam a definição de uma forma de cristianismo de grande simplicidade e pureza que se reflectia tanto nas suas vidas como na espacialidade e carácter das suas arquitecturas.

Deste modo houve um encontro entre a espiritualidade e o quotidiano que gerou repercussões na arquitectura e nas artes, de um modo geral, constituindo-se num legado cultural de maior importância.

Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense. Como refere o Abade cisterciense Ailred Rivvaulx (1147-1167):

“Nuestra comida es escasa, nuestros vestidos son toscos; nuestra bebida está en el río y nuestros sueños a veces sobre nuestro libro. Bajo nuestros riñones no hay mas que una dura estera; cuando dormimos resulta mas dulce levantarnos al sonido de la campana (...) Por todas partes paz; por todas partes serenidad, y una maravillosa libertad del tumulto del mundo. Hay tanta unidad y concordia entre los hermanos que cada cosa parece pertenecer a todos y todo a cada uno... resumiendo, no hay perfección expresada en las palabras del Evangelio o de los Apóstoles, o en los escritos de los padres e en los dichos de los monjes antiguos, que no esté en nuestra orden y en nuestra manera de vivir”¹⁶⁵

97

A Ordem de Cister surge como o equilíbrio entre a tradição da alta Idade Média e o espírito que irá caracterizar o fim da Idade Média e o início da época moderna.¹⁶⁶

No caminho da mais antiga tradição monástica surge um novo espírito e por consequência uma nova espiritualidade que segue com novo vigor e estrita observância a mesma Regra que durante séculos foi guia de vida monástica, a Regra de S. Bento.

Os cistercienses comungam do espírito subjacente a todas as reformas medievais, segundo as quais deveria sempre haver um regresso aos seus fundadores e respectivas fontes. Assim, os Cistercienses sobretudo através de S.

¹⁶³ Cit YÁÑEZ NEIRA, Fr. Dámian; **Concepto de Monje**; texto inédito policopiado

¹⁶⁴ Cit. LAWRENCE, C. H.; Op. cit.; p. 216

¹⁶⁵ Cit. RIVVAULX, Ailred; **Speculum Charistatis** in CUÑAT, D. (cord.); “Antic Monestir de Santa Maria de la Vall-digna – imatges d’un centenari”; Generalitat Valenciana, Diputació de Valencia, Ateneo Mercantil de Valencia; Ayuntaments de la Vall-digna – Barx – Benifairó – Sinat; Tavernes; Martín Impressores; 1999

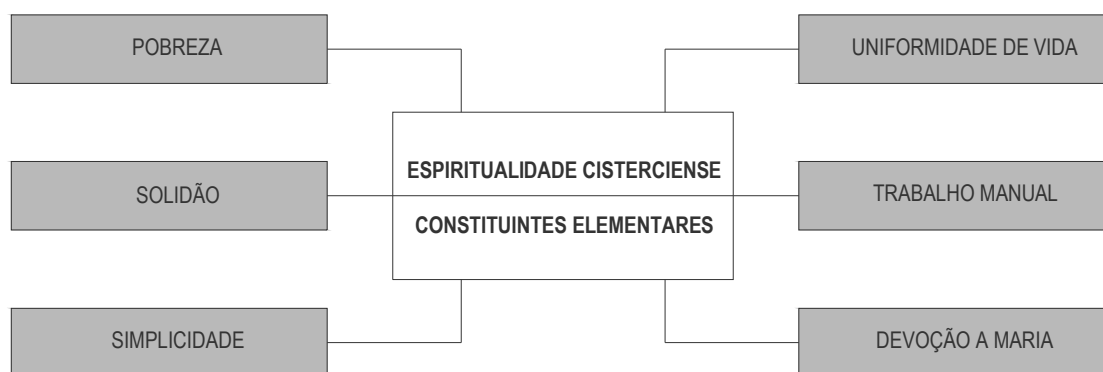
¹⁶⁶ Cfr. SURCHAMP, Dom Angelico; **L’esprit de l’art cistercien** in “L’Art Cistercien – France”; col. La nuit des temps; n° 16; Ed. Zodiaque; 1982; p. 17

Bernardo possuíam não só um profundo conhecimento teórico do pensamento do Oriente Cristão, como também procuravam:

“(...) a comunhão e a participação numa experiência comum, delineando a reforma cisterciense num dinamismo de oposições – a luz e as trevas, o bem e o mal, o homem e o mundo, o espírito e a carne – que se integram no desenrolar da história da salvação, num adensamento temporal configurador da unidade da tradição cristã”¹⁶⁷.

Os documentos primitivos da Ordem de Cister denotam como os primeiros cistercienses quiseram renovar a sua vida regular e regressar às exigências fundamentais da vida monástica.

Pobreza, solidão, simplicidade, uniformidade de vida, trabalho manual e devoção a Maria são constituintes elementares da espiritualidade cisterciense (Esq. 9) e referências presentes nos primitivos documentos cistercienses.¹⁶⁸



Esq. 9 Esquematização dos constituintes elementares da espiritualidade cisterciense
(síntese elaborada pela autora)

Deste modo, faz-se referência a cada um destes elementos, base da espiritualidade cisterciense, constantes nos documentos anteriormente mencionados:

a) Pobreza como refere o capítulo I do *Exordium Cistercii*:

“(...) depois de muitas canseiras e grandíssimas dificuldades que há que suportar por parte de quantos pretendem viver santamente em Cristo conseguiram por fim ver realizado o seu desejo e chegaram a Cister. (...) de facto, aquele pequeno rebanho tinha como único motivo de lamentação o da sua pequenez, quero dizer, o único receio daqueles pobres de Cristo, receio a roçar pelo desespero, era o de não poderem deixar ninguém que fosse

¹⁶⁷ PACHECO, Maria Cândida Monteiro; **Reflexões sobre a ascese e a mística no Pensamento de S. Bernardo** in “Actas do IX centenário do nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa”; Universidade Católica Portuguesa, Câmara Municipal de Alcobaça; Braga; 1991

¹⁶⁸ Cfr. VITI, Goffredo (dir.); **Architettura Cistercense - Fontenay e le Abbazie in Italia dal 1120 al 1160**; Edizioni Casamari – Certosa di Firenze; Firenze; 1995; pp.25-28

herdeiro da sua pobreza; neles, realmente, os vizinhos apreciavam a santidade, mas levavam em menos consideração a austeridade; e assim, muito embora se aproximassem deles com veneração, recusavam-se a imitá-los.”¹⁶⁹

b) Solidão como refere o capítulo XVII do *Exordium Parvum*:

“Foi nesse tempo que os irmãos, em conjunto com o abade (Estêvão Harding), impediram que o Senhor da região ou outro qualquer príncipe, instalasse, em qualquer tempo, a sua corte na comunidade, como era costume acontecer antes, por ocasião das festas”¹⁷⁰

c) Simplicidade como refere o capítulo XXV dos *Capitula*:

“As toalhas dos altares e os paramentos dos ministros não tenham seda, com excepção da estola e do manípulo; a casula seja de uma só cor e não mais.

Qualquer das alfaias do mosteiro, vasos e utensílios, não sejam de ouro, de prata e de pedras preciosas, com a excepção do cálice e da colherinha, que são os únicos objectos que consentimos que sejam de prata ou douradas, mas não inteiramente de ouro”¹⁷¹

d) Uniformidade de vida como refere o capítulo IX dos *Capitula*:

“Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço.

(...) estabeleceu-se que haverá os mesmos livros para o ofício divino e bem assim o mesmo hábito, o mesmo tipo de alimentação, e, enfim, os mesmos usos e os mesmos costumes em tudo.”¹⁷²

e) Trabalho Manual como refere o capítulo XV dos *Capitula*:

“O sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais (...)”¹⁷³

f) Devoção a Maria como refere o capítulo IX dos *Capitula* :

“Fica estabelecido que os nossos mosteiros devem ser fundados em honra da Rainha do Céu e da Terra”¹⁷⁴ e o Statuta XVIII: “Dado

¹⁶⁹ Cit. **Exordium Cistercii**, cap. I in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 49-51

¹⁷⁰ Cit. **Exordium Parvum**, cap. XVII in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 44

¹⁷¹ Cit. **Capitula**, cap. XXV in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 61

¹⁷² Cit. **Capitula**, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 57

¹⁷³ Cit. **Capitula**, cap. XV in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 59

que os nossos antecessores e pais vieram inicialmente da igreja de Molesme para o lugar de Cister, e que aquela igreja é dedicada à bem-aventurada Virgem Maria e daí também nós tivemos origem, por isso mesmo decidimos que todas as nossas igrejas e as dos nossos sucessores sejam fundadas e dedicadas a Santa Maria, Rainha do Céu e da Terra”¹⁷⁵ (Fig. 25)

Na Europa encontram-se numerosas abadias testemunhos da genialidade arquitectónica dos cistercienses. Estes testemunhos traduzem-se desde abadias perfeitamente conservadas ou recuperadas a imponentes ruínas.

A Ordem de Cister em Portugal teve um impacto considerável atendendo ao facto de que as suas fundações tiveram, desde o início, objectivos de povoamento e desenvolvimento económico a que se associaram uma coesão e uma interligação, não só a nível territorial, mas também cultural e civilizacional.



Fig. 25 Fachada lateral do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, nicho que encima o portal lateral da igreja e que abriga a estátua de Nossa senhora da Assunção (fotografia da autora)

¹⁷⁴ Cit. **Capitula**, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 57

¹⁷⁵ Cit. **Statuta** XVIII in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 57

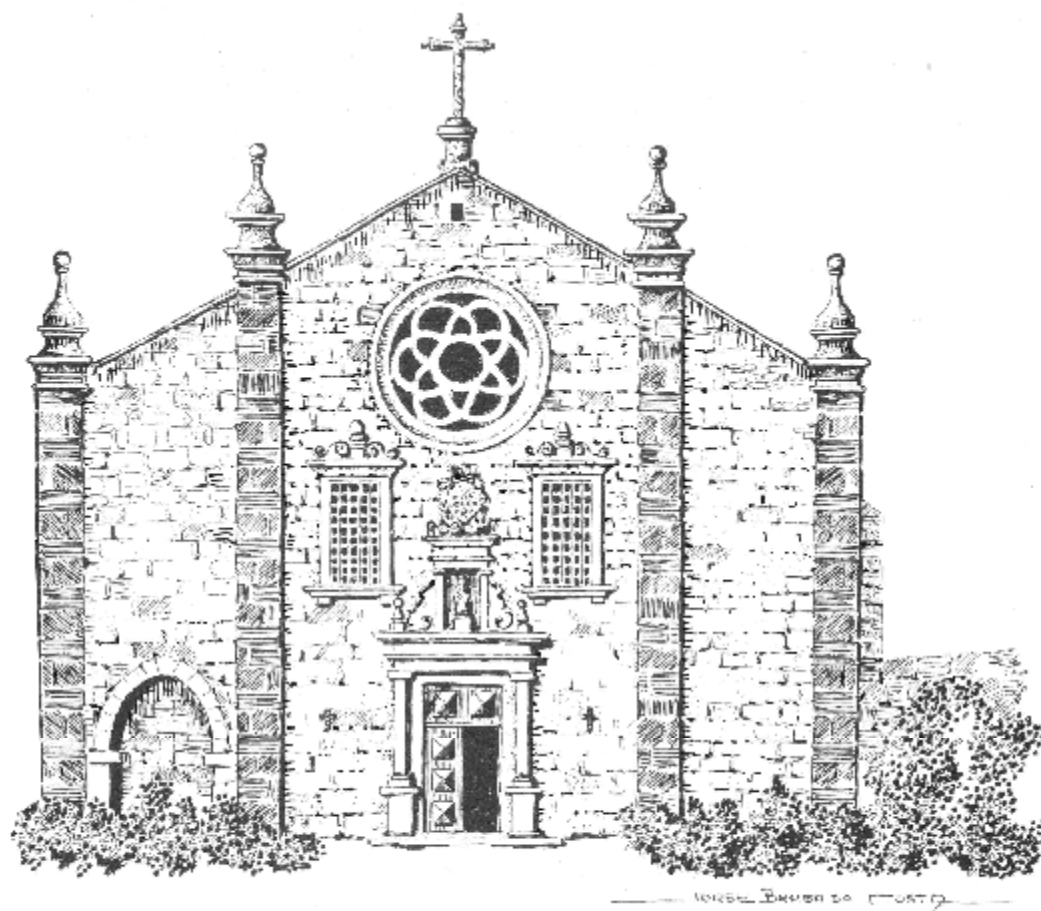


Fig. III Mosteiro de S. João de Tarouca
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

3.

3.1.CISTER NA CONSOLIDAÇÃO DA NACIONALIDADE: a importância de D. Afonso Henriques

3.2.CICLOS EXISTENCIAIS NA CONSOLIDAÇÃO DE CISTER EM PORTUGAL

3.2.1. O Ciclo de Tarouca

3.2.2. O Ciclo de Alcobaça

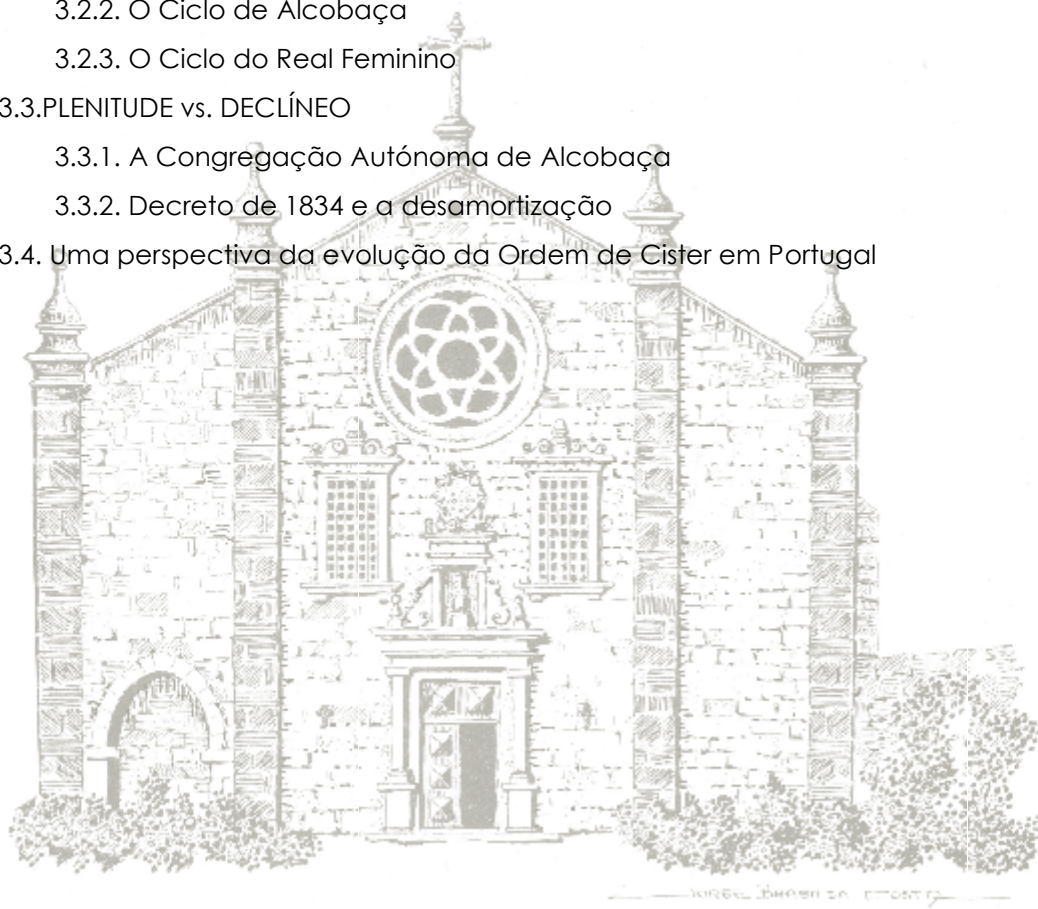
3.2.3. O Ciclo do Real Feminino

3.3.PLENITUDE vs. DECLÍNIO

3.3.1. A Congregação Autónoma de Alcobaça

3.3.2. Decreto de 1834 e a desamortização

3.4. Uma perspectiva da evolução da Ordem de Cister em Portugal



3.1.

CISTER NA CONSOLIDAÇÃO DA NACIONALIDADE: a importância de D. Afonso Henriques

O estado português, em construção, foi evoluindo para a criação de uma nação ao dotar os seus habitantes de formas próprias de a reconhecer e de um sentido de consciência, uno e coeso, de uma comunidade composta por muitas gentes, dotada de costumes variados, mas de uma mesma língua. Portugal enquanto nação foi ganhando forma e foi-se consolidando. Surgiram as primeiras organizações sistemáticas do monaquismo medieval, que chegaram a Portugal pela via borgonhesa, tão familiar a D. Afonso Henriques, provocando repercussões não só a nível social e geográfico mas também económico e político.

A Ordem de Cister é introduzida em Portugal, no século XII, num momento em que a Ordem ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação. A primeira fundação cisterciense em Portugal é S. João de Tarouca em 1143, o mesmo ano em que Afonso VII, rei de Leão e Castela reconheceu a Afonso Henriques o título de rei da "*Portugalensis terra*".

Segundo o cronista cisterciense Fr. António de Brito, a primeira data memorável que fixa o nascimento de Portugal enquanto Nação, é a Batalha de Ourique a 25 de Julho de 1139, data a partir da qual D. Afonso Henriques passa a intitular-se rei e até então apenas apelidada de Condado portugalense.¹

103

Neste momento, Braga era a capital religiosa do reino, Guimarães a capital política e *Portucale* (hoje Porto), na foz do rio Douro, a verdadeira metrópole comercial onde eram feitas as diversas trocas comerciais.

A norte, as fronteiras encontravam-se já bem demarcadas e poucas alterações houve no delinear da linha da raia minhota que hoje se pode observar. Porém séculos mais tarde este vai ser um território em constante mutação devido às guerras da restauração do séc. XVII (a nacionalidade seria restaurada após o reinado filipino em 1640).

Os territórios a sul, nos primórdios da nacionalidade, tinham como limite a cidade de Coimbra. A Reconquista vai-se efectuando de norte para sul, tentando ganhar o máximo possível de território, até então com ocupação islâmica. Foi necessário ganhar a batalha de Santarém (1147) e conquistar a cidade, para esse facto ser exequível D. Afonso Henriques terá pedido a intercessão de S. Bernardo. Em agradecimento e reconhecimento, pela intercessão de Bernardo de Claraval, D. Afonso Henriques oferece aos monges cistercienses as terras onde foi construído o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e onde proliferou a arte da agricultura e as diversas indústrias dos Coutos de Alcobaça.

¹ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; **D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais** in "Separata das Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada"; vol. V; Guimarães; 1982; p. 321

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Toda esta lenda encontra-se historiada em silhares azulejares, azuis e brancos com cercadura, possivelmente provenientes da fábrica do Juncal, datados do séc. XVIII² e presentes na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça (Fig. 26 a 30).



Fig. 26 Voto de D. Afonso Henriques, apelando à intercessão de S. Bernardo, na conquista de Santarém; azulejos do séc. XVIII existentes na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça (fotografia da autora).



Fig. 27 Monges cistercienses apresentam, a D. Afonso Henriques, carta com a resposta de S. Bernardo ao pedido de intercessão; azulejos do séc. XVIII existentes na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça (fotografia da autora).

² Cfr. FERREIRA, Maria Augusta Lage Pablo da Trindade; **Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça**; ELO; Lisboa-Mafra;1994; p12

NOTA: as fotografias 1 a 5 (fotografias da autora) fizeram parte da exposição intitulada "Imagens de Afonso Henriques", comemorativa dos 900 anos do nascimento de Afonso Henriques, levada a cabo pela Associação AVIS (Associação para o debate de ideias e concretizações culturais de Viseu) que teve lugar em Viseu de 6 a 17 de Agosto de 2009.

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 28 D. Afonso Henriques, presente na escolha do primeiro local de implantação dos cistercienses em Alcobaça; azulejos do séc. XVIII existentes na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça (fotografia da autora).



Fig. 29 D. Afonso Henriques e os monges claravalenses, presenciam a colocação das linhas de demarcação das fundações do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; azulejos do séc. XVIII existentes na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça (fotografia da autora).



Fig. 30 D. Afonso Henriques, coloca a 1ª pedra do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, sob o olhar atento dos monges cistercienses; azulejos do séc. XVIII existentes na Sala dos Reis no Mosteiro de Alcobaça (fotografia da autora).

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

A Fé, a crença, a tradição e a prática religiosa permitiram e favoreceram a independência política. É de destacar a importância não só das Ordens Religiosas, mas também dos bispos, no apoio e no auxílio prestado aos Condes portugalenses e ao nosso primeiro Rei, D. Afonso Henriques.³



Fig. 31. Escultura simbólica representando a coroação de D. Afonso Henriques, pelo Papa Alexandre III e por S. Bernardo, executada pelos monges barristas de Alcobaça no séc. XVIII, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Sala dos Reis (fotografia da autora)

De facto, D. Afonso Henriques foi proclamado rei em 1143, mas só em 1179 teve o seu título confirmado solenemente pelo Papa Alexandre III que o reconhece como rei de direito assim como ao Reino de Portugal da Bula "*Manifestis probatum*" (Fig. 31).

Uma vez proclamado rei, muda a capital do Reino de Guimarães para Coimbra, tendo falecido em 1185, num momento em que o País se constituía efectivamente como uma nação.

Foi durante o reinado de D. Afonso Henriques que a Ordem de Cister foi introduzida em Portugal, respondendo de forma positiva ao desafio lançado pelo rei para que fossem implantados mosteiros, nos territórios que se iam conquistando, como forma não só de os povoar mas também de os consolidar enquanto terrenos nacionais (Fig. 32).

³ MATTOSO, José; **Cluny, Cruzios e Cistercienses na formação de Portugal**; Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada (separata do vol. V das Actas); Guimarães; 1982; p.283

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 32 Mosteiro de Santa Maria do Bouro, actual Pousada de Santa Maria do Bouro: Escultura da Sagrada Família, sobre o frontão triangular da entrada, e um pouco mais ao lado a escultura de D. Afonso Henriques, de joelhos, prestando homenagem. (fotografia da autora)

Refere Maria Alegria Marques que as terras “onde se fixaram os monges de Claraval apresentar-se-iam, por então, maioritariamente como ‘área’ de ‘mata virgem e erma’, sendo poucos e diminutos os núcleos populacionais.”⁴ ¹⁰⁷
Acrescentando ainda que:

“Eles próprios e a sua iniciativa ou supervisão aí levaram a cabo uma importante acção de arroteamento que transformou a paisagem bravia em granjas produtivas, base de futuros aglomerados populacionais, mais ou menos significativos. Isto implicou também uma importante tarefa de atracção de povoadores (num conjunto heterogéneo de populações cristãs ou moçárabes do Norte e alguns estrangeiros, desgarrados das cruzadas, e ainda muçulmanos).”⁵

Durante o tempo de vida de D. Afonso Henriques, surgiram quatro mosteiros que tinham como abadia-mãe Claraval, sendo directamente fundados ou filiados por esta abadia. Deste modo, no que se refere aos filiados, deve-se referir o Mosteiro de São João de Tarouca (1143)⁶, o Mosteiro de Santiago de Sever (1143-1144)⁷ e o

⁴ Cfr. MARQUES, Maria Alegria Fernandes; **Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI** in “Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal”; Colecção Estudos; nº 24; Edições Colibri; Lisboa; Junho 1998; p. 183

⁵ Cfr. Idem; p. 183

⁶ Segundo as obras de Dom Maur Cocheril, das quais se destaca COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna –X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978 apesar de hoje em dia disputar a primazia com São Cristóvão de Lafões, cfr. MARQUES, Maria Alegria Fernandes; Op. cit.

⁷ Segundo as obras de Dom Maur Cocheril, das quais se destaca COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna –X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Mosteiro de São Cristóvão de Lafões (1163)⁸. A única fundação em vida de D. Afonso Henriques e a última em vida de São Bernardo foi a fundação do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1153)⁹ sendo de igual modo filha de Claraval. No entanto, em vida de D. Afonso Henriques ainda surge uma filiação que se destaca, por ser filha de um mosteiro português, isto é, do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, e não directamente de Claraval: trata-se do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (1182/1195)¹⁰.

D. Afonso Henriques foi, segundo Dom Maur Cocheril, um guerreiro, um diplomata, um economista e um pragmático que sempre soube adaptar-se às circunstâncias¹¹ (Fig. 33)



Fig. 33 D. Afonso Henriques (desenho de Mestre Jorge Braga cedido pelo autor)

⁸ Conforme nota anterior. No entanto hoje em dia disputa a primazia com São João de Tarouca cfr. MARQUES, Maria Alegria Fernandes; Op. cit.

⁹ Segundo as obras de Dom Maur Cocheril, das quais se destaca COCHERIL, Dom Maur; Op. cit.

¹⁰ Segundo as obras de Dom Maur Cocheril, das quais se destaca COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna -X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978

¹¹ Cfr COCHERIL, Dom Maur; **D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais** in "Separata das Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada"; vol. V; Guimarães; 1982; p. 331

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

3.2.

CICLOS EXISTENCIAIS NA CONSOLIDAÇÃO DE CISTER EM PORTUGAL

Os novos mosteiros que surgiram em Portugal (Fig. 34) foram implantados à imagem e semelhança do mosteiro de Claraval de cujo ramo provêm, definindo assim uma tipologia do lugar. Apenas em 1567 se dá a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência de Claraval com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça.

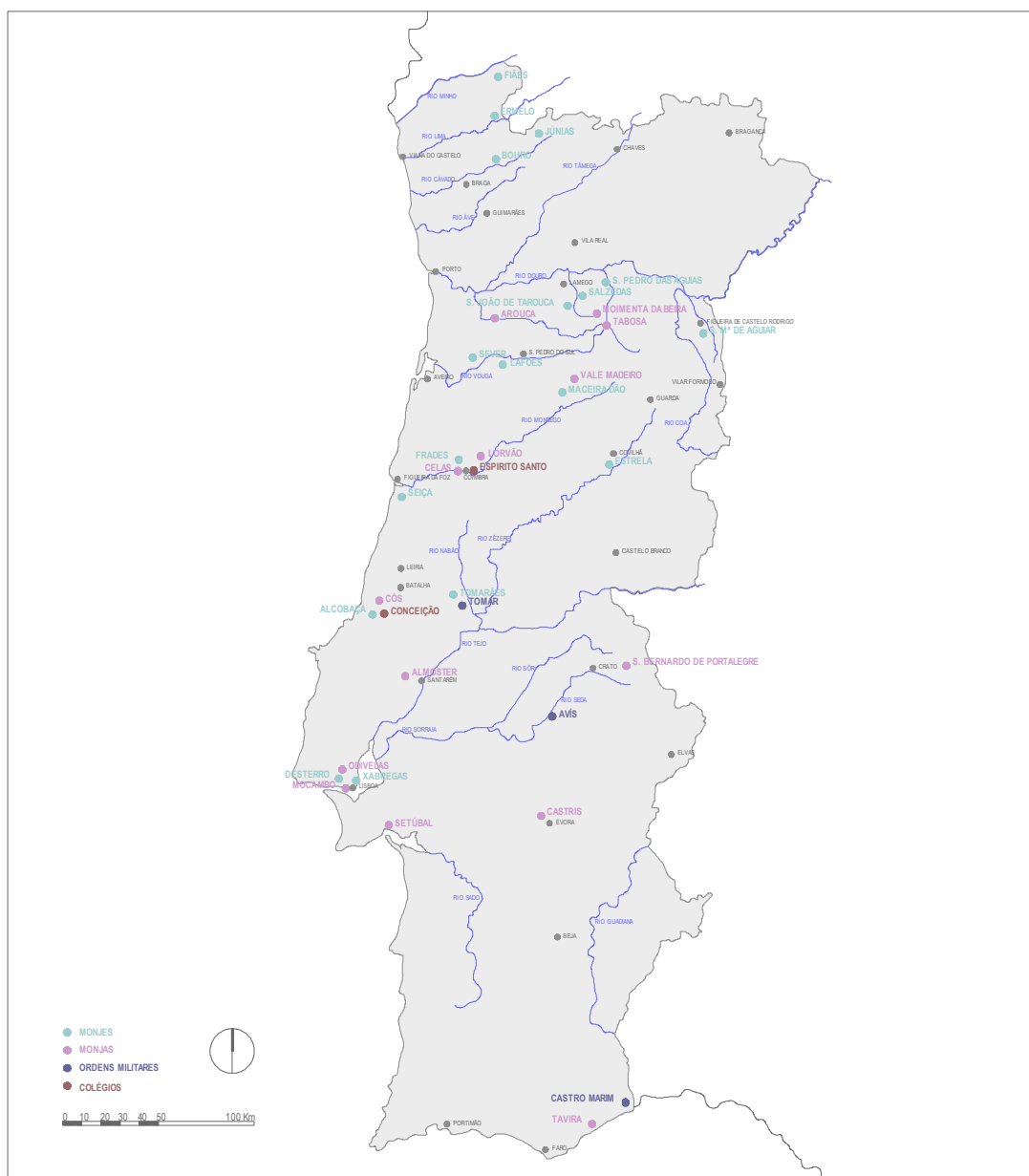


Fig. 34 Mapa com a localização da existência do legado da Ordem de Cister em Portugal (elaborado pela autora ¹²)

¹² adaptado do mapa elaborado por Dom Maur Cocheril in **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna –X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

A história da Ordem de Cister em Portugal (Esq. 10) divide-se em dois momentos fundamentais:

I.

1143-1567

União total, com Cister, que corresponde à fase inicial da Ordem em Portugal, assim como à mais importante contribuição portuguesa de e para o *Novum Monasterium*.

II.

1567-1834

Desvinculação total, relativamente a Cister, com a Congregação autónoma de Alcobaça em 1567.

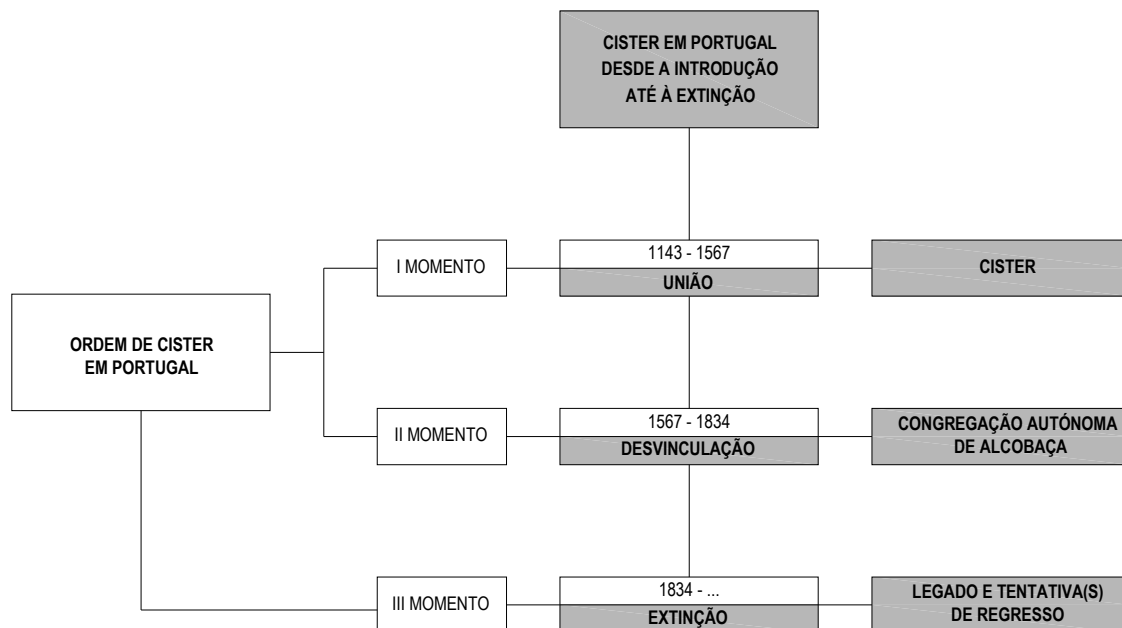
A estes dois momentos é acrescido um terceiro, que só pode ser entendido de modo indirecto, e consequentemente apenas indirectamente se pode dizer que faça parte da história da Ordem de Cister em Portugal:

III.

1834-...: Extinção

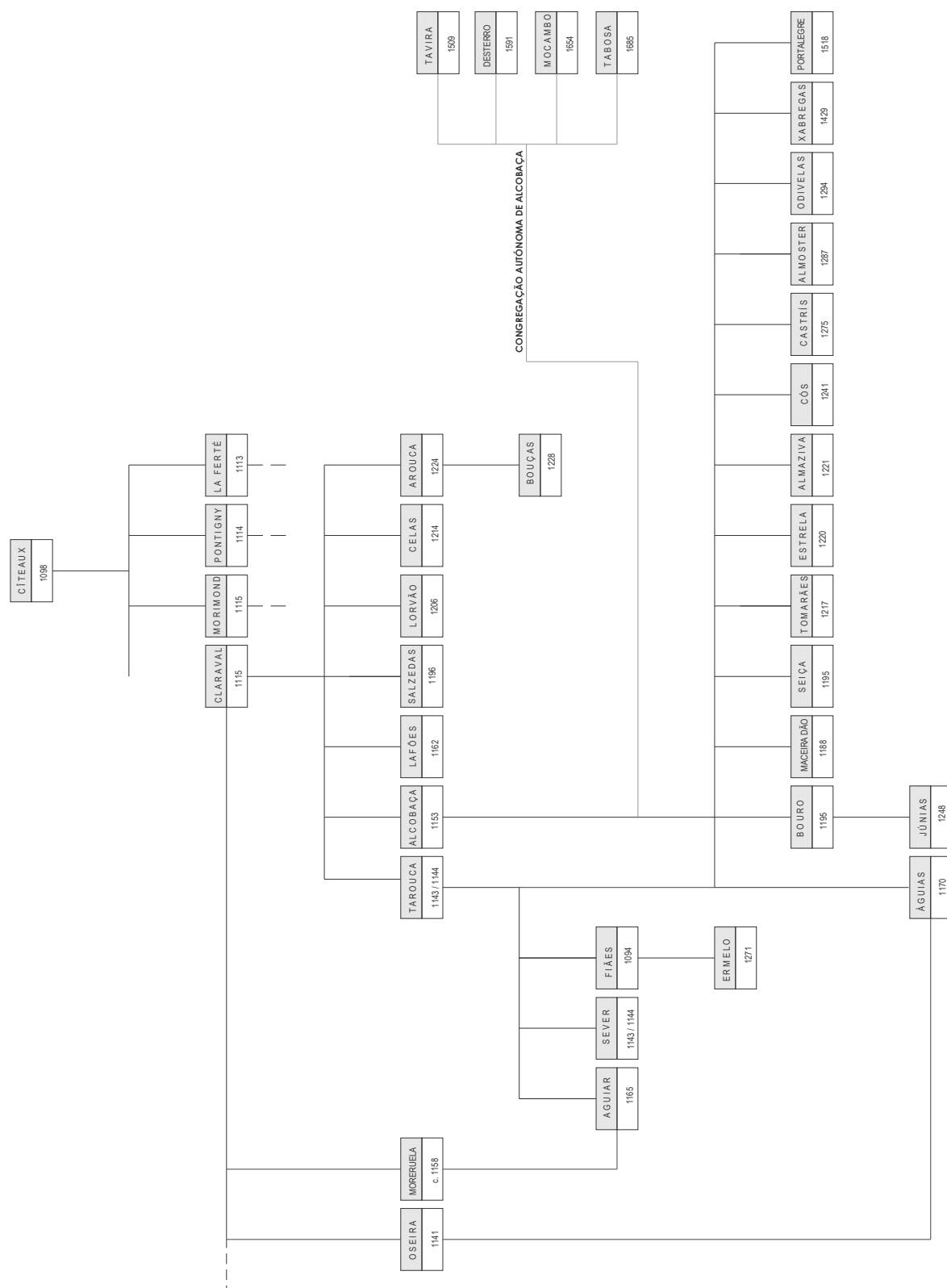
Desapareceram os monges mas ficou o seu legado, quer seja material, quer seja imaterial.

Nos últimos anos tem havido algumas tentativas (até agora sem sucesso) para trazer de novo o espírito de Cister, assim como os monges cistercienses, de volta a este país, curiosamente o único ao qual os cistercienses nunca mais regressaram para se fixarem novamente.



Esq. 10 Momentos fundamentais da Ordem de Cister em Portugal, desde o seu início até à sua extinção (desenho e síntese elaborados pela autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



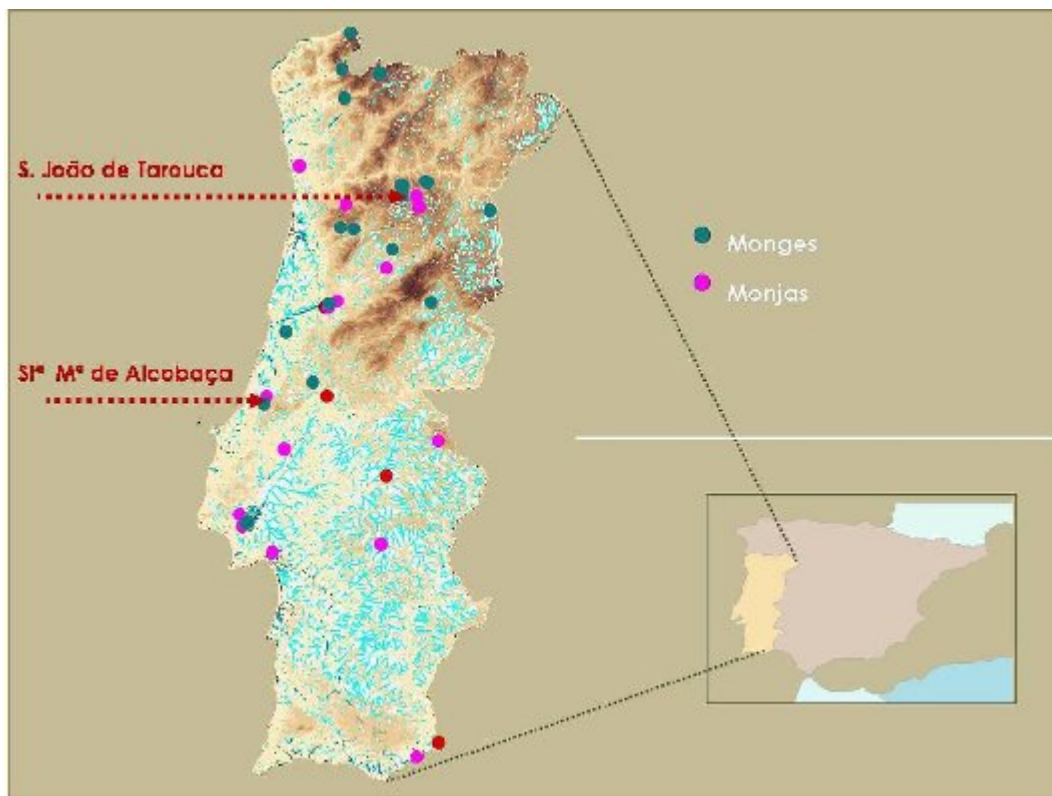
Esq. 11 Fundações e filiações da Ordem de Cister em Portugal desde a fundação da Abadia de Cister e suas quatro Abadias primogénitas (elaborado pela autora)¹³

¹³ A problemática das datações, das fundações e filiações, da Ordem de Cister em Portugal sempre foi uma constante. Sobre este assunto ver anexo 9.2.7

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

As fundações e filiações de Cister em Portugal (Esq. 11) estiveram desde o início associadas a objectivos de ocupação e de administração do território, sobretudo durante o nascimento e criação da Nacionalidade. A estes objectivos associaram-se uma coesão e interligação, não só a nível territorial, como também cultural e civilizacional, sendo o mosteiro cisterciense, no contexto português, também um meio de afirmação e defesa do território. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território, a extensão dos seus domínios e áreas de influência.

Os Mosteiros de S. João de Tarouca e de Santa Maria de Alcobaça destacam-se por serem ambos a casa-mãe de um grande número de mosteiros. Deste modo os mosteiros cistercienses portugueses podem ser sobretudo divididos em dois ciclos temporais e geográficos (Esq. 12).



Esq. 12 Mosteiro de S. João de Tarouca - Ciclo de Tarouca e Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça -Ciclo de Alcobaça (desenho e síntese elaborados pela autora)

Por um lado tem-se o ciclo de São João de Tarouca, associado aos primeiros tempos e ao berço de Cister em Portugal, e posteriormente o ciclo de Alcobaça, que engloba também as fundações da Congregação de Alcobaça, associado ao desenvolvimento e expansão de Cister em Portugal. Pela mesma razão são de destacar os Coutos de Alcobaça e os Coutos de São João de Tarouca, cada um com as suas granjas. A partir do séc. XIII ganha importância a vertente feminina de Cister associada à Casa Real.

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Com a desvinculação portuguesa de Cister, e o nascimento da Congregação Autónoma de Alcobaça (1567), surgem novas fundações das quais faz parte o mosteiro beirão de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em Sernancelhe que foi o último mosteiro a ser fundado em Portugal.

Deste modo, pode-se afirmar a ocorrência de três ciclos existenciais (Esq. 13 e 17) fundamentais, para a consolidação de Cister em Portugal, a reter (Graf. 3 e 4):

I.

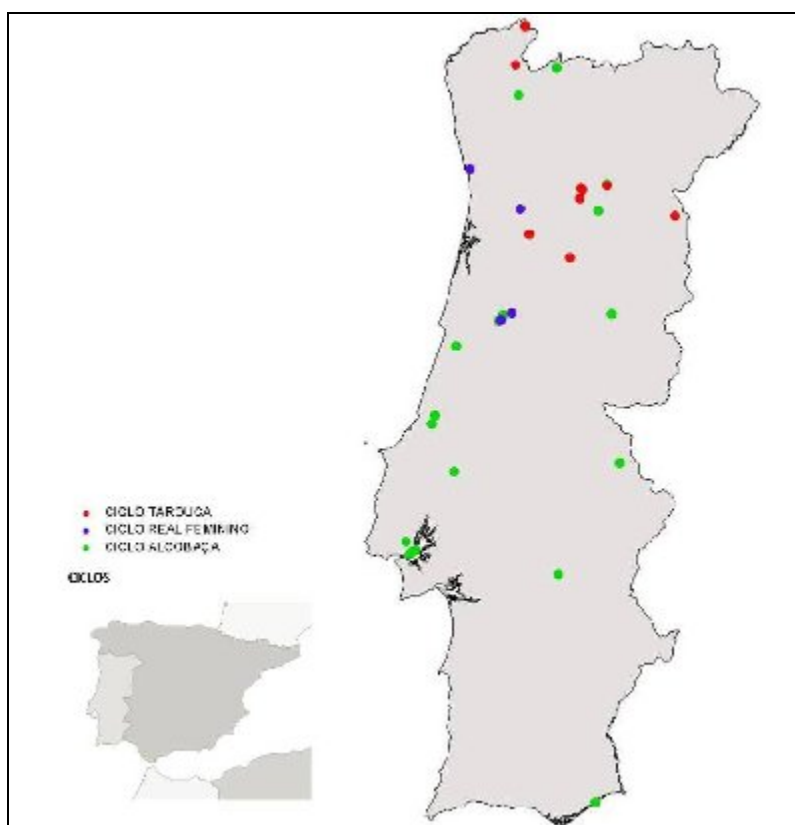
Ciclo de Tarouca: associado às Beiras e aos primórdios da Ordem de Cister em Portugal (Esq. 14).

II.

Ciclo de Alcobaça: associado a Alcobaça, ao desenvolvimento da Ordem de Cister em Portugal e à separação do vínculo com Claraval, e consequentemente com Cister, através da criação da Congregação Autónoma de Alcobaça (Esq. 15).

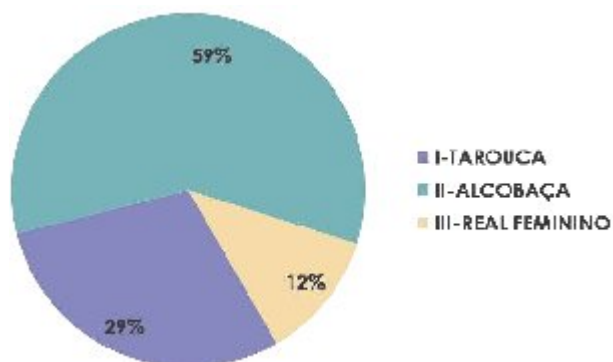
III.

Ciclo Real Feminino: ligado ao estabelecimento da Ordem de Cister, na sua versão feminina, empolgado e tornado possível através das fundações e filiações de mosteiros realizadas por membros femininos da realeza portuguesa (Esq. 16).

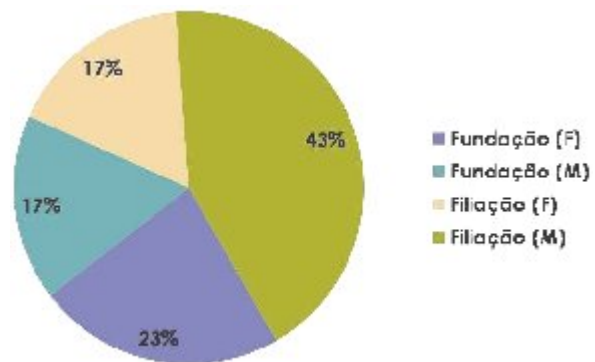


Esq. 13 Ciclos existenciais fundamentais para a consolidação de Cister em Portugal (desenho e síntese elaborados pela autora)

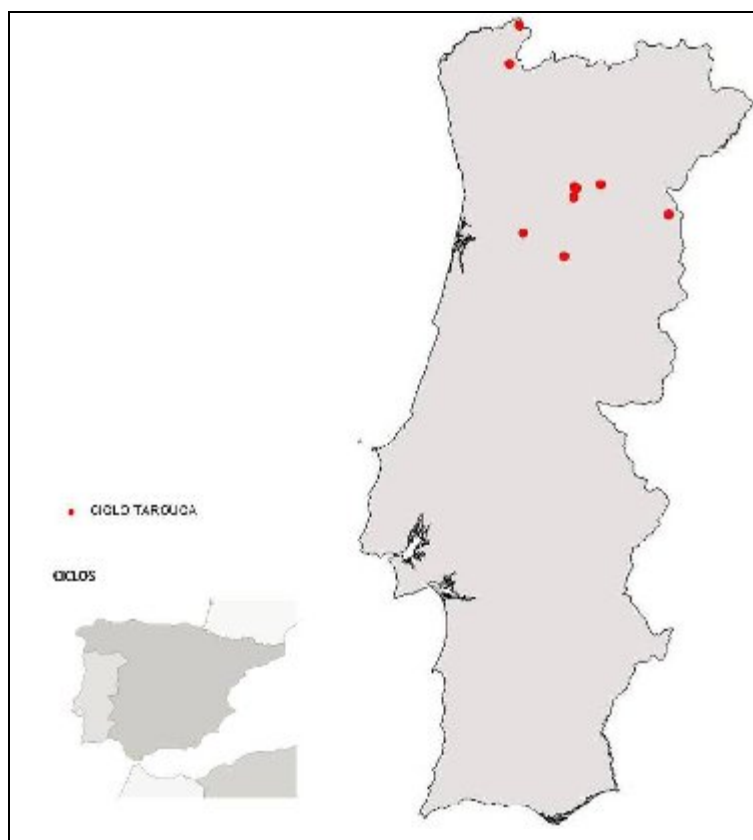
3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Graf.3 Percentagem relativa aos 3 Ciclos fundamentais na génese da consolidação da Ordem de Cister em Portugal (esquema elaborado pela autora)

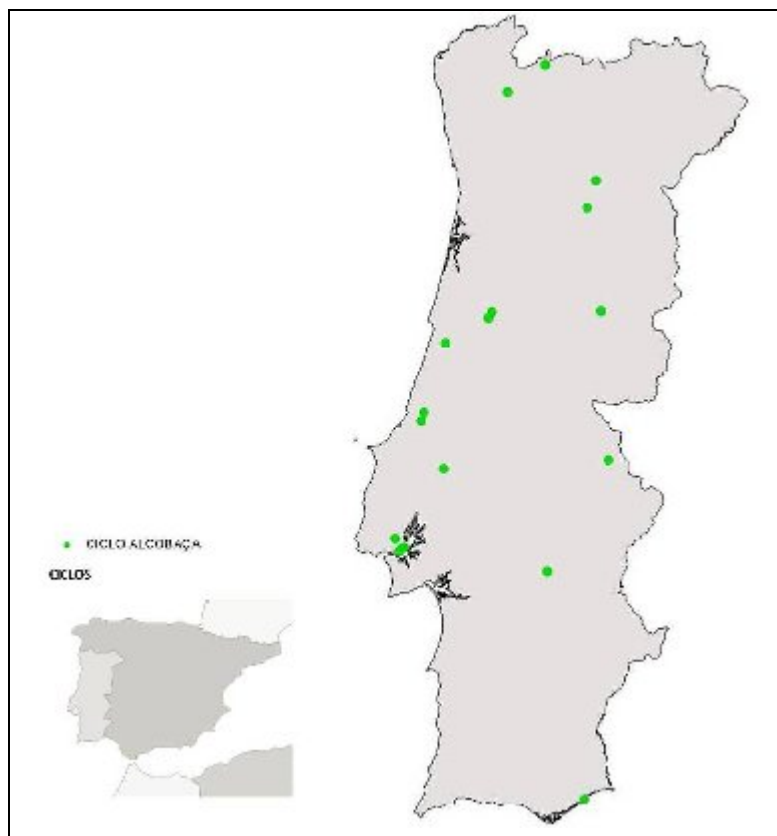


Graf.4 Percentagem relativa aos Mosteiros cistercienses portugueses quanto ao género e quanto ao vínculo (esquema elaborado pela autora)

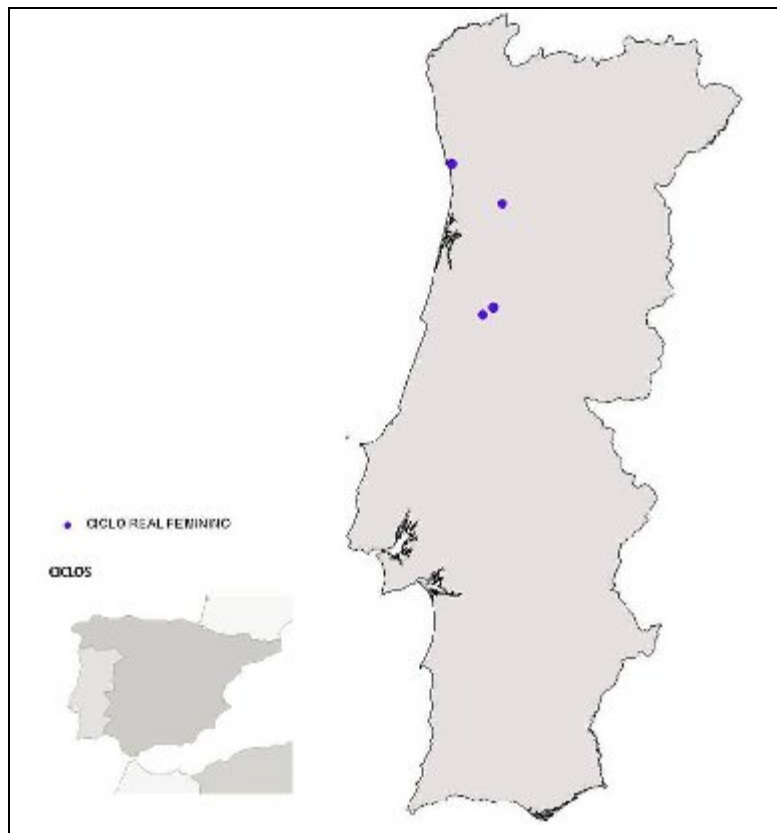


Esq. 14 Ciclo de Tarouca (desenho e síntese elaborados pela autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Esq. 15 Ciclo de Alcobaça (desenho e síntese elaborados pela autora)



Esq. 16 Ciclo Real Feminino (desenho e síntese elaborados pela autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

CICLO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO
I TAROUCA	S. João de Tarouca
	Santa Maria de Aguiar (inicialmente pertenceu a Moreueta)
	S. Tiago de Sever
	Santa Maria de Fiães
	Santa Maria do Ermelo
	S. Pedro da Águias – o velho
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão
	Santa Maria de Salzedas
	Abadia Velha de Salzedas
	S. Cristóvão de Lafões
II ALCobaça	Santa Maria de Alcobaça
	S. Pedro das Águias – o novo
	Santa Maria do Bouro
	Santa Maria das Júnias (inicialmente pertenceu a Oseira)
	Santa Maria de Seça
	Santa Maria de Tomarães
	Santa Maria da Estrela
	S. Paulo de Almaziva
	Colégio do Espírito Santo
	S. Bento de Cástris
	Santa Maria de Almoester
	S. Dinis de Odivelas
	S. Bento de Xabregas
	Nossa Senhora da Conceição de Portalegre
	Santa Maria de Cós
	Nossa Senhora do Desterro
	Nossa Senhora da Piedade de Tavira
	Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo
	Nossa Senhora da Assunção de Tabosa
	Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal
III REAL FEMININO	São Mamede de Lorvão
	Santa Maria de Celas
	São Pedro e São Paulo de Arouca
	S. Salvador das Bouças

Esq. 17 Os três Ciclos fundamentais, que estão na génese da consolidação da Ordem de Cister em Portugal, e seus mosteiros correspondentes (síntese elaborada pela autora)

3.2.1.

O Ciclo de Tarouca

No que respeita a informação sobre a Ordem de Cister em Portugal pode-se afirmar que sofreu um abalo considerável com o incêndio no Arquivo do seminário Diocesano de Viseu (antigo Convento dos Nerys) em 1841 provocando a perda irre recuperável de todo o acervo monástico cisterciense, sobretudo aquele que se relacionava não só com São João de Tarouca e S. Cristóvão de Lafões, assim como também aquele que se relacionava com os mais antigos mosteiros cistercienses portugueses.¹⁴

A Ordem de Cister introduziu-se no território beirão num momento em que a própria instituição ainda se encontrava na primeira fase de expansão, espalhando-se por todo o país acompanhando os movimentos da reconquista. Esta foi uma região muito difícil e totalmente integrada no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do bulício das cidades (Fig. 35).



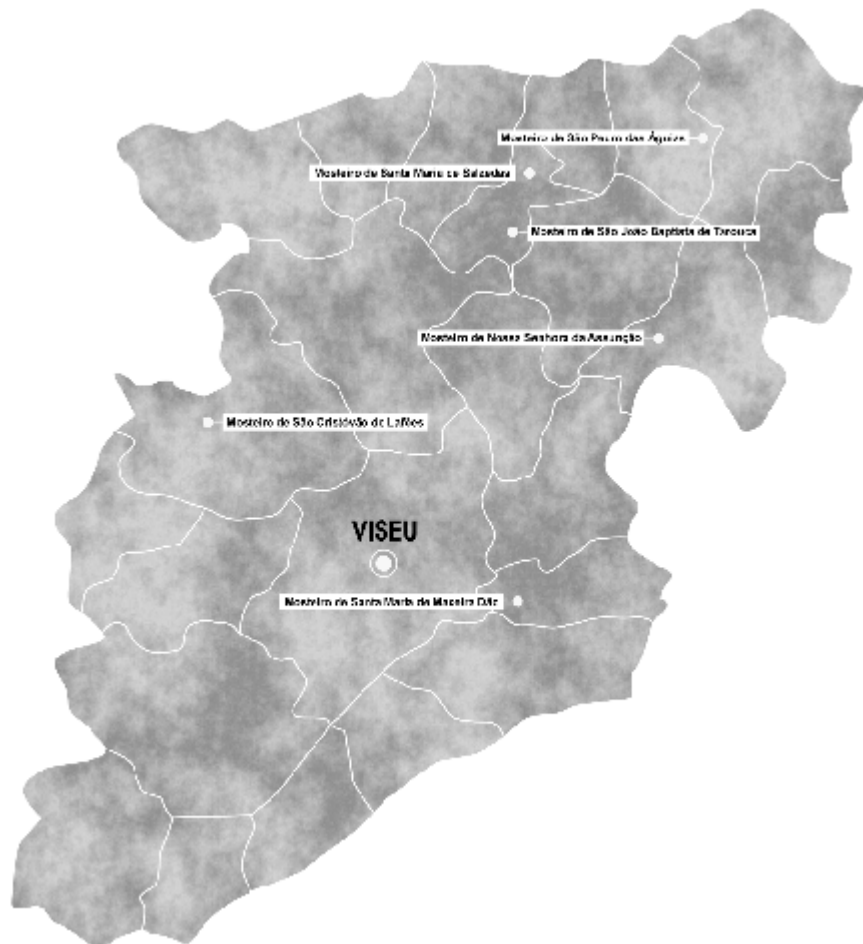
Fig. 35 Local, inserido na região das Beiras, onde se implanta o Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografia da autora)

¹⁴ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'Institut français au Portugal; société d'éditions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; pp.187-189

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

A Beira foi uma região cujas características de austeridade e solidão se ajustavam aos requisitos das fundações e filiações cistercienses. As agruras mas também as riquezas deste território são descritas sabiamente pelas palavras do escritor beirão, Aquilino Ribeiro:

“A Beira, por ser a província mais recolhida no cerne de Portugal, será talvez aquela em que se encontra um reportório de tradições, de usos e costumes, mais genuíno e imareado. Com efeito, não parece ter sido de molde a atrair o invasor, e muito menos a segurá-lo a natureza do solo com escarpa após escarpa, pedregulhal após pedregulhal, estreitos vales como no Vouga descrevendo verdadeiras circunvalações em torno de cabeços empinados. A menos que se tenha operado mudança radical nas condições climáticas, pode dizer-se que o aborígene agarrou-se à fraga pelo mesmo milagre por que um carvalhiço, uma azereira, medram em cima da penedia sem que se veja o húmus que os sustenta. Também ele, deitando raízes na terra de granito, leve e pouco profunda, soube resistir e multiplicar-se.”¹⁵



Esq. 18 Mosteiros do distrito de Viseu. (arquivo da autora)

¹⁵ RIBEIRO, Aquilino; **Arcas encoiradas**; 5ª edição; Bertrand Editora; Lisboa; 1995; p. 111

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

A Região das Beiras (sobretudo o espaço a que corresponde o actual distrito de Viseu, Esq. 18) foi o espaço donde irradiaram muitos mosteiros cistercienses e que esteve ligada, através das suas fundações e filiações, aos objectivos de ocupação e gestão do território português.

Na Beira encontram-se notáveis exemplares arquitectónicos desta Ordem que, apesar de distintos, comungam da mesma expressividade marcante associada eternamente a uma espiritualidade, a um ideal, e a uma linguagem inicialmente austera e quase minimal.

De facto na região das Beiras do séc. XII, mosteiros até então beneditinos ou afectos a outras ordens religiosas foram imbuídos pela presença do novo espírito cisterciense adaptando-se a novos usos e costumes.

Como já foi referido, é tradicionalmente apontado como primeiro mosteiro cisterciense, no território português, o mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144), embora a sua primazia seja disputada actualmente com S. Cristóvão de Lafões, em S. Pedro do Sul, e o último Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692), em Sernancelhe.



Fig. 36 Mosteiro de S. João de Tarouca (a) e mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (b). (fotografias da autora)

No que respeita à questão da primazia (Fig. 36) da teoria de S. João de Tarouca (1143-1144), em detrimento da teoria de S. Cristóvão de Lafões (1138) defendida por Maria Alegria Marques, cabe referir a observação de Saul António Gomes:

“Os primórdios cistercienses em Portugal remontarão, contudo, aos finais da década de 1130 ou aos alvares do decénio imediato. Estes primórdios foram recentemente reequacionados por Maria Alegria Marques, a qual defende a introdução de Cister em Portugal no Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões em 1138. Esta (re)leitura entra em oposição com os dados apurados por Miguel de Oliveira, que aponta S. João de Tarouca como porta de entrada da Ordem no nosso país, fenómeno que teria sucedido por 1144.

Parece-nos ser de difícil demonstração, mas não impossível a entrada cisterciense em Lafões em 1138. A leitura que a referência

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

parte de um elemento não comprovado fornecido por D. Rodrigo da Cunha (...). Das suas palavras, aliás, poderia, se interpretadas à letra, concluir-se que o documento consultado comete a imprecisão de localizar São Cristóvão de Lafões no Bispado de Viseu, em 1138, quando este só foi restaurado em 1147.”¹⁶

O início da Ordem de Cister em Portugal teve lugar quando um pequeno grupo de eremitas, de S. João de Tarouca, se filiou na Abadia de Claraval durante a primeira metade do séc. XII.¹⁷

Salientam-se ainda os mosteiros de Santa Maria de Salzedas, em Tarouca, e de São Pedro das Águias, em Tabuaço, não só pelas suas arquitecturas mas também por serem exemplo de transferência de sítio. Deve-se também destacar os mosteiros de Santa Maria de Maceira Dão, em Mangualde e Santa Maria de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo, este já no distrito da Guarda (Fig.37).



Fig. 37 Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (a), Mosteiro de Santa Maria Aguiar (b).
(fotografias da autora)

Ao ciclo de Tarouca (Esq. 19) pertence Santa Maria de Aguiar (que inicialmente se encontrava ligada a Moreruela), S. Tiago de Sever, Santa Maria de Fiães (do qual mais tarde depende Santa Maria do Ermelo) e S. Pedro da Águias - o velho (Fig.38) (a comunidade de S. Pedro das Águias posteriormente funda S. Pedro das Águias – o novo que depende de Santa Maria de Alcobaça).

¹⁶ Cfr. GOMES, Saul António; **Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça** in “Actas do Colóquio Internacional – Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII, XVIII / Mosteiro de Alcobaça, Novembro 1994”; Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico; Lisboa 2000; p.34 e OLIVEIRA, Pe. Miguel de; **História Eclesiástica de Portugal**; 3ª edição; União Gráfica; Lisboa; 1958

NOTA: Para um maior aprofundamento sobre este assunto confrontar GOMES, Saul António; Op.cit.; pp. 27-72 com MARQUES, Maria Alegria Fernandes; Op.cit.; pp.29-73

¹⁷ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p.2

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



fig. 38 Mosteiro de Santa Maria de Fiães (a), Mosteiro de Santa Maria do ermelo(b), Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho (c). fotografias da autora)

Os mosteiros de Santa Maria de Salzedas (1191-1196), S. Cristóvão de Lafões (1163) e Santa Maria de Maceira Dão (1188) são, de igual modo, directamente dependentes de Claraval. Pela sua proximidade e relações com os mosteiros do ciclo de Tarouca são igualmente inseridos no referido ciclo (Fig. 39 e 40).

121

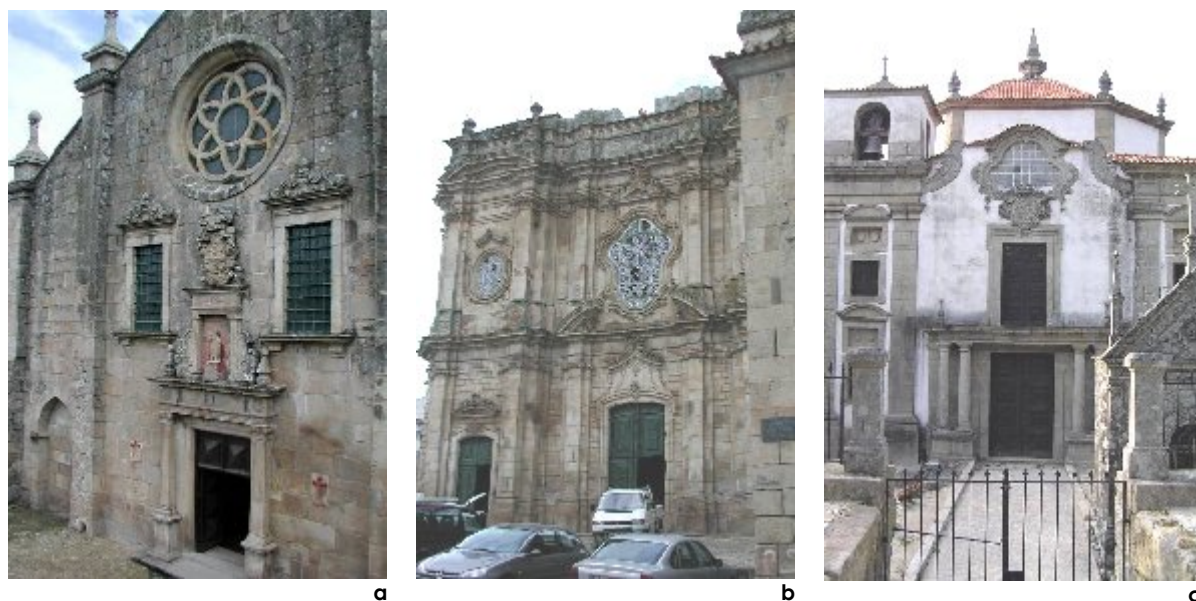


Fig. 39 Mosteiro de S. João de Tarouca (a), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (b), Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (c). (fotografias da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

CICLO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	GENELOGIA
I. TAROUCA	S. João de Tarouca	Claraval – Tarouca
	Santa Maria de Aguiar	Claraval – Moreueta – Aguiar
		Claraval – Tarouca – Aguiar
	S. Tiago de Sever	Claraval - S. João de Tarouca - Sever
	Santa Maria de Fiães	Claraval - Tarouca – Fiães
	Santa Maria do Ermelo	Claraval – Tarouca – Fiães – Ermelo
	S. Pedro da Águias	Claraval – Tarouca – São Pedro das Águias
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	Claraval – Alcobaça – Maceira Dão
	Santa Maria de Salzedas	Claraval – Salzedas
	Abadia Velha de Salzedas	Claraval – Salzedas
	S. Cristóvão de Lafões	Claraval – Lafões

Esq.19 Mosteiros pertencentes ao "Ciclo de Tarouca" e sua ligação a Claraval (esquema e síntese elaborados pela autora)



Fig. 40 Dormitórios do Mosteiro de S. João de Tarouca atestam a sua grandiosidade ao longo do tempo (fotografia da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

3.2.2.

O Ciclo de Alcobaça

Quanto ao ciclo de Alcobaça (Esq. 20), estão vinculados a este mosteiro, e dele dependem, S. Pedro das Águias – o novo (como já foi referido anteriormente), Santa Maria do Bouro (do qual depende Santa Maria das Júnias que por sua vez pertenceu a Oseira no seu início), Santa Maria de Seiça, Santa Maria de Tomarães, Santa Maria da Estrela, S. Paulo de Almaziva, S. Bento de Cástris, Santa Maria de Almoster, S. Dinis de Odivelas, S. Bento de Xabregas, Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, Santa Maria de Cós, Nossa Senhora do Desterro.

CICLO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	GENELOGIA
II. ALCOBAÇA	Santa Maria de Alcobaça	Claraval - Alcobaça
	S. Pedro das Águias	Alcobaça – São Pedro das Águias (Congregação Autónoma de Alcobaça)
	Santa Maria do Bouro	Claraval – Alcobaça – Bouro
	Santa Maria das Júnias,	Claraval – Oseira – Júnias Claraval – Alcobaça – Bouro – Júnias
	Santa Maria de Seiça	Claraval – Alcobaça – Seiça
	Santa Maria de Tomarães	Claraval – Alcobaça – Tamarães
	Santa Maria da Estrela	Claraval – Alcobaça – Maceira Dão – Estrela
	S. Paulo de Almaziva	Claraval – Alcobaça – Almaziva
	Colégio do Espírito Santo	Alcobaça – Espírito Santo (Congregação Autónoma de Alcobaça)
	S. Bento de Cástris	Claraval – Alcobaça – Cástris
	Santa Maria de Almoster	Claraval – Alcobaça – Almoster
	S. Dinis de Odivelas	Claraval – Alcobaça – Odivelas
	S. Bento de Xabregas	Claraval – Alcobaça – Xabregas
	Nossa Senhora da Conceição de Portalegre	Claraval – Alcobaça – Portalegre
	Santa Maria de Cós	Claraval – Alcobaça – Cós
	Nossa Senhora do Desterro	Alcobaça – Desterro (Congregação Autónoma de Alcobaça)
	Nossa Senhora da Piedade de Tavira	Alcobaça – Tavira (Congregação Autónoma de Alcobaça)
	Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	Alcobaça-Mocambo (Congregação Autónoma de Alcobaça)
	Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	Alcobaça – Tabosa (Congregação Autónoma de Alcobaça)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 41 Mosteiro de Santa Maria de Oseira, Espanha (a), Mosteiro de Santa Maria das Júnias, Portugal (b), Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Portugal (c). (fotografias da autora)

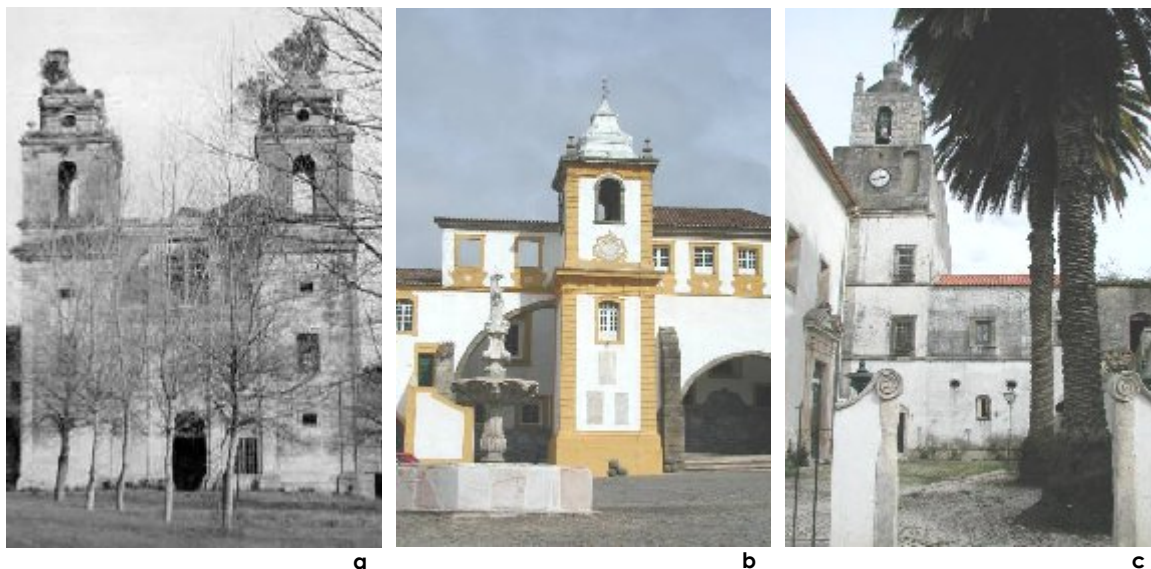


Fig. 42 Mosteiro de Santa Maria de Seíça (a), Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre (b), Mosteiro de Santa Maria de Cós (c). (fotografias da autora)

Com a desvinculação portuguesa de Cister e o nascimento da Congregação Autónoma de Alcobaça (1567) surgem novas fundações directamente vinculadas à Abadia de Alcobaça (Fig. 43): Nossa Senhora da Piedade de Tavira (1530), Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (1653), Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692) e a filiação de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal que acolheu as monjas de Tabosa e do Mocambo por um breve período de tempo durante o Liberalismo (filiação efémera).

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

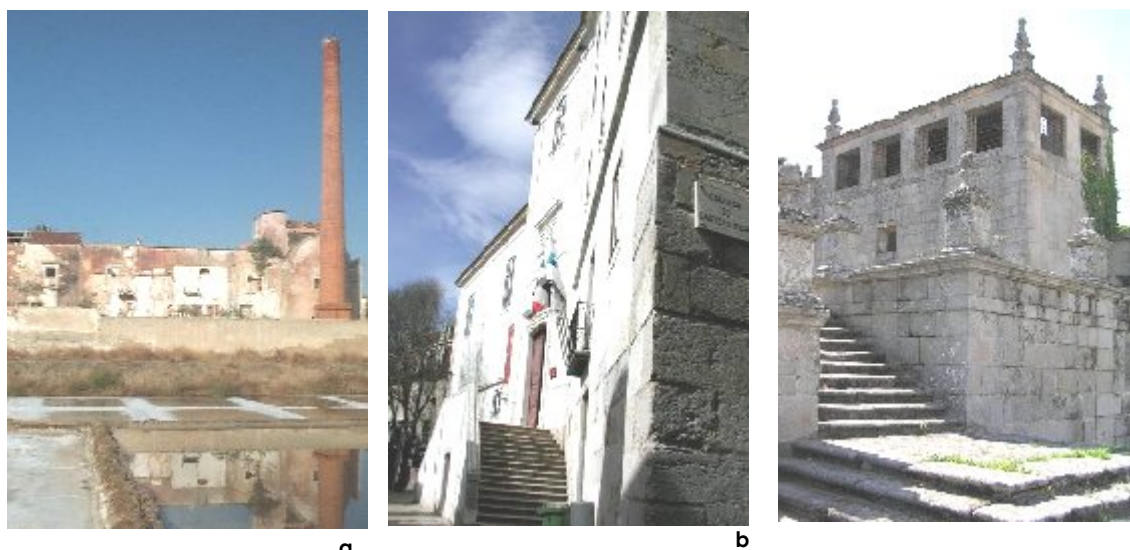


Fig. 43 Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (a), Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Mocambo (b), Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (c). (fotografias da autora)

O Mosteiro de Alcobaça (Fig. 44) é um elemento de excepção dentro da Ordem de Cister não só pelas dimensões como pelo seu plano. A igreja de Santa Maria de Alcobaça é a maior de Portugal.¹⁸



Fig. 44 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

¹⁸ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'Institut français au Portugal; société d'éditions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p. 233

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Os monges agrónomos de Alcobaça exerceram um trabalho notável de conquista de terra ao mar apenas igualável pela abadia cisterciense de Dunes, na Flandres, que conquistou ao mar a maior parte do litoral da que é hoje a Bélgica actual.¹⁹

De idêntico modo, são os monges cistercienses que desempenham um papel fundamental no território pois orientaram, de um determinado modo, a actividade das regiões onde se inserem.

Muitas vezes as actividades iniciadas, nos locais de implantação dos mosteiros cistercienses pelos próprios monges, mantêm-se ainda hoje activas, como é o caso dos Coutos de Alcobaça (Fig. 45) com as indústrias alimentares que ainda hoje vigoram e cuja matéria-prima advém das árvores de fruto cultivadas inicialmente pelos monges. Esta actividade de génese cisterciense dota esta região de uma prosperidade difícil de atingir sem este gérmen histórico-monástico.



Fig. 45 Reservatórios de água pluvial elaborados pelos cistercienses, nos domínios dos Coutos de Alcobaça, na granja de Vale-de-Ventos, Turquel, Alcobaça que ainda hoje se utilizam (fotografia IgeoE²⁰)

Cister exerceu grande influência em Portugal, não só a nível do povoamento e desenvolvimento cultural do país como também no que respeita à arte, agricultura e política.²¹

Existem elementos onde se observa a influência de Cister em Portugal que não podem ser minimizados sobretudo no que diz respeito a Alcobaça, na Ordem

¹⁹ NATIVIDADE, J. Vieira; **Obras várias – II**; Edição da Comissão comemorativa promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade; Alcobaça; s/d.

²⁰ Instituto Geográfico do Exército Português

²¹ Ver COCHERIL, Dom Maur; Op. cit. ; p.181

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

militar de Avis (Fig. 46), no seu início, e depois na Ordem de Cristo (Fig. 47) filiada em Alcobaça.²²



Fig. 46 Mosteiro da Ordem militar de Avis (destacado a cor), cabeça da Ordem de Avis, inserido na actual cidade de Avis e onde se encontram instalados os serviços da câmara municipal (fonte IgeoE)

127



Fig. 47 Convento de Cristo, implantado num promontório, próximo dos limites construídos da cidade de Tomar. (fonte IgeoE)

²² No entanto, por necessidade de delimitação do objecto de estudo, optou-se por manter esta investigação apenas centrada na Ordem de Cister não avançando para o seu braço militarizado – as Ordens militares de Cristo e de Avis.

3.2.3.
O Ciclo Real Feminino

Inicialmente a Ordem de Cister não previa a existência de Cister no feminino, mas a partir do séc. XIII com a fundação do Mosteiro de Tart, na Bélgica, inicia-se o ramo feminino cisterciense.

O desenvolvimento da Ordem de Cister em Portugal atingiu a sua plenitude no momento da fundação dos mosteiros de Arouca, Celas e Lorvão, directamente dependentes de Claraval (Fig. 48).

Há que referir a repercussão de Cister “no feminino” (Esq. 21): São Mamede de Lorvão, Santa Maria de Celas, São Pedro e São Paulo de Arouca (do qual dependeu S. Salvador das Bouças filiado em 1228).

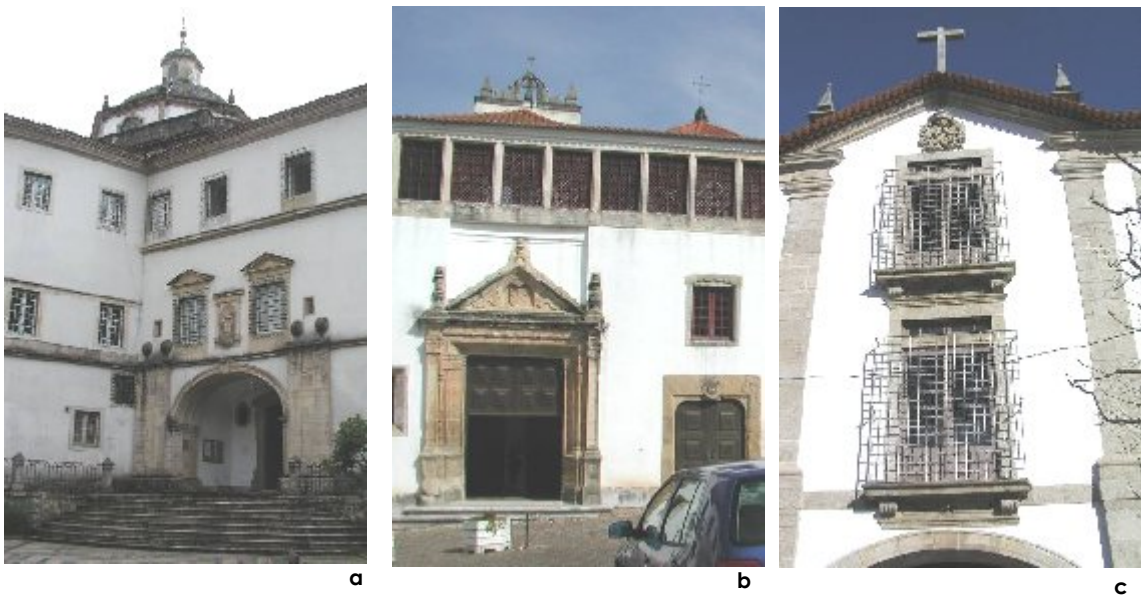


Fig. 48 Mosteiro de São Mamede de Lorvão (a), Mosteiro de Santa Maria de Celas (b), Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca (c). (fotografias da autora)

CICLO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	GENEOLOGIA
III. REAL FEMININO	São Mamede de Lorvão	Claraval - Lorvão
	Santa Maria de Celas	Claraval - Celas
	São Pedro e São Paulo de Arouca	Claraval – Arouca
	S. Salvador das Bouças	Claraval - Arouca - Bouças

Esq. 21 Mosteiros pertencentes ao “Ciclo Real Feminino” e sua ligação a Claraval
(esquema e síntese elaborados pela autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Estes mosteiros constituem elementos de destaque não só pela sua inovação mas também pela sua especificidade pois correspondem à versão feminina de Cister, de forte conotação com a realeza, tendo sido fundados pelas filhas de D. Sancho e netas de D. Afonso Henriques: Teresa, Mafalda e Sancha.

Este foi um dos motivos que levou o mosteiro de Alcobaça a ser alvo dos favores reais e por consequência chegará mesmo a suplantar os Crúzios de Coimbra.

Sendo assim, Lorvão foi fundado por D. Teresa, entre 1200 e 1206, Celas fundado por D. Sancha em 1215 e Arouca filiado por D. Mafalda em 1225.²³

Também são desta época a fundação do mosteiro feminino de Almoester em 1287 e a filiação do também feminino mosteiro de S. Bento de Cástris em 1275. (Fig. 49)



Fig. 49 Mosteiro de Santa Maria de Almoester (a), Mosteiro de S. Bento de Cástris (b).
(fotografias da autora)

Depressa a Ordem de Cister se tornou na Ordem de eleição por parte das mulheres de sangue real e da alta nobreza (Fig. 50) dando origem assim ao terceiro ciclo: o "Real feminino". Cister no feminino ganha cada vez mais adesão:

"Com as monjas o mosteiro, como realidade religiosa, passa a ser um local onde se preocupam com o Homem e seus problemas, sofrendo pela reparação dos pecados humanos. Deixa, pois, de ser uma cidadela onde a igreja alcançava a perfeição, onde não se pensava na realidade exterior mas apenas na demonstração de um testemunho de fé no transcendental. A nova imagem do mosteiro veiculada pelo Cister feminino, de sofrer pelos pecados e pedir pelas necessidades do Homem, redimensiona o êxito das ordens contemplativas na Idade

²³ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna -X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978

Média, redescobrimo um meio de concretizar a missão apostólica do monaquismo.”²⁴



Fig. 50 Santa Mafalda, fundadora do Mosteiro de Arouca (fotografia da autora)

3.3.

PLENITUDE vs. DECLÍNEO

Alcobaça teve um papel fundamental na povoação dos territórios, da Estremadura, reconquistados aos Mouros. Durante séculos foi líder do movimento económico, artístico e cultural.

O espírito de Cister conotado com os seus primórdios foi-se perdendo a pouco e pouco e isso é visível, ainda durante o século XIII, como refere Victor Gomes Teixeira:

“ (...) a decadência sente-se sendo visível nas rendas então aceites nos mosteiros cistercienses, na sepultura de nobres e reis nos claustros e igrejas, na hospedagem de séquitos, na isenção canónica, no

²⁴ Cfr. TEIXEIRA, Victor Gomes; **Síntese da espiritualidade cisterciense** in “Cister no Vale do Douro”; Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto; Edições Afrontamento; Santa Maria da Feira 1999; p.66

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

abandono gradual da simplicidade litúrgica com acrescentos sucessivos”²⁵

A partir do século XIV, surge uma certa mudança na orientação dos cistercienses e a adulteração, em definitivo, do primitivo espírito cisterciense assente nos ensinamentos dos Padres do deserto e da Carta de Caridade. Começaram a surgir neste momento as primeiras queixas dos povoados pertencentes aos Coutos de Alcobaça contra a própria Abadia de Alcobaça e querelas entre esta e os populares “colonizadores” dos seus coutos.²⁶

Em Portugal do séc. XV o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça era já senhor de um vasto domínio. Até então, procedeu-se à ocupação do território e sua organização, assim como ao estabelecimento de um eficiente sistema administrativo abacial.

O mal-estar entre o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e as populações colonizadoras dos seus coutos foi grandemente agravado com a nomeação dos Abades comendatários, o que reflectia a problemática e mal-estar que se sentia no seio da comunidade do próprio Mosteiro.²⁷

O sistema de Abades comendatários foi utilizado amplamente em toda a cristandade no fim da Idade Média. A par surgiu o aumento de poder e a influência não só política, mas também social dos Papas, dos cardeais, do episcopado e do clero diocesano que conduziu a uma fragilização das autoridades monástico-regulares, especialmente as mais antigas no território português como era o caso dos beneditinos e dos cistercienses.²⁸

131

O papa Gregório XI, no contexto do Cisma do Ocidente, decreta a autoridade suprema do Papa que lhe permite a nomeação de abades em qualquer casa monástica masculina.

No entanto, já o seu antecessor, o Papa Urbano V havia reservado à sua vontade o privilégio de nomear e confirmar os abades de Santa Maria de Alcobaça, sendo esta abadia um caso deveras precoce neste sentido pois:

“Quando em 1475, o abade em exercício, D. Nicolau Vieira vende o seu cargo abacial ao Cardeal D. Jorge da Costa, com o agrado régio, podemos falar que havia já condições anteriores que deixavam entrever uma solução semelhante na vida desta abadia (...).”²⁹

O direito régio à interferência nas nomeações dos abades de Alcobaça era um facto:

²⁵ Cfr. Idem; p.63-64

²⁶ AA.VV.; **Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça**; IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico / Ed. ASA; 1995; p.19

²⁷ Idem; p.19

²⁸ Cfr. GOMES, Saul António; **Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – séculos XV-XVI**; Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR); 1998; pp.20-21

²⁹ Cfr. Idem; p.21

“O Dom Abade de Alcobaça era cada vez mais uma presença na Corte, carregando distinções honoríficas de real significado político na época – intitulava-se do conselho del-rei, Fronteiro-mor dos Coutos e Esmoler-mor do Reino – e andando acompanhado por um séquito verdadeiramente senhorial a que não faltavam oficiais de justiça secular e guarda pessoal.”³⁰

Os mosteiros cistercienses portugueses sofreram fortemente durante a vigência dos Abades Comendatários e foram alvo da Visitação do Abade de Claraval, Dom Èdme de Salieu e seu secretário Claude de Bronserval pelo que toda a atenção estava voltada para o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que sempre se destacara pela sua importância e grandiosidade, sendo por sua vez o elemento de junção de todos os mosteiros cistercienses portugueses.

A visita de D. Èdme de Salieu, inicialmente não foi fácil pois muitos obstáculos e entraves lhe foram colocados. Num momento de desespero, o seu secretário Claude de Bronserval, chega mesmo a descrever Lisboa (cidade onde aguardavam autorização para visitar as Abadias Cistercienses do Reino) de modo acutilantemente crítico, depois de a ter percorrido todos os dias, durante três meses na esperança de obter uma autorização.

De facto nesta altura já se fazia sentir a necessidade de separação de Cister e de autonomia de Alcobaça, talvez por isso mesmo tivesse havido este impasse inicial. Bronserval afirma que Lisboa é muito populosa, um receptáculo de Judeus, um reservatório de mercadorias, uma fornalha de usurários, um estábulo de luxúria, um caos de avareza, uma montanha de orgulho, um refúgio para fugitivos, entre outros desabafos...³¹

D. Èdme de Salieu é informado que não poderá visitar nem Alcobaça, nem Seiça ao que este responde:

“Se estes dois mosteiros se apresentam no meu caminho verei os edifícios por fora e não terei o direito de lá entrar? Que maior injúria pode ser feita a São Bernardo, já que sou o seu sucessor, de que interdité-lo sem motivos de visitar a sua filha Alcobaça! Isto é tirânico, cruel e inumano! Alcobaça é governada, povoada e devorada por Judeus e pelos inimigos de Cristo! E a sua entrada é interdita ao vigário de Cristo, ao único e próprio superior deste mosteiro! As mulas, os cavalos, os cães e os pássaros têm o direito de entrar em Alcobaça e o Pai Abade não tem esse direito! Que Deus julgue esta causa e que vingue a injúria feita a S. Bernardo!”³²

³⁰ Cfr. GOMES, Saul António; Op. Cit.; p.22

³¹ Cfr. BRONSEVAL, Frère Claude de ; **Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Èdeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)**; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; pp.328-329

No original : « Civitas ista populosa valde receptaculum est Iudeorum, Indorum quamplurium nutritrix, Agarenorum carcer, mercantiarum lacus, usurarum fornax, luxiae (sic) stabulum, avaritiae chaos, superbiae mons, fugitivorum refugium, damnatorum Gallorum recursus»

³² Tradução livre, Cfr. BRONSEVAL, Frère Claude de ; Op. cit.; pp. 406-407

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

D. João III informado do sucedido, segundo Claude de Bronseval, chora enquanto ouve o relato e responde:

*“Pai Abade, vá a Almoester acabar o bom trabalho que iniciou. Vá de Seguida a S. Bento. Durante esse tempo, tratarei do resto. (...) que lhe prometo, palavra de príncipe, que depois de S. Bento, visitará todo o Reino e que começará por Alcobaça. Agirei de maneira a que não encontre nenhuma oposição e que faça a sua viagem”*³³

Note-se que pela bula de Alexandre VI, de 30 de Abril de 1496, reservava-se o direito de visita unicamente aos abades portugueses e consideravam-se caducados os direitos do Abade de Cister e do Capítulo Geral.

De facto Édme de Salieu, Abade de Claraval, era representante do Capítulo-Geral pelo que só foi autorizado a visitar Alcobaça (Fig. 51) na qualidade de *“Visitador e Reformador Apostólico neste Reino das Sagradas Religiões de S. Bento e de Cister por autoridade do Infante”*³⁴ e não em nome do Capítulo-Geral ou em virtude dos seus direitos de paternidade sobre as Abadias de filiação de Claraval. D. Édme de Salieu e seu secretário por fim visitam Alcobaça no tempo do Abade comendatário Cardeal D. Afonso, irmão de D. João III.



Fig. 51 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

³³ Tradução livre, Cfr. BRONSEVAL, Frère Claude de ; Op. cit.; pp. 408-409

³⁴ Tradução livre, Cfr. BRONSEVAL, Frère Claude de ; Op.cit; p. 399

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

De facto, grande parte dos mosteiros cistercienses portugueses acabaram por ser alvo da visitação do Abade de Claraual, 70% no total (Esq. 22 e 23). Desta percentagem há que reter que 47% dos mosteiros eram masculinos e 23% dos mosteiros eram femininos (Graf. 5). Mosteiros não visitados quer por prévia extinção ou supressão quer por ainda não existirem, foram 30% (12% masculinos contra 18% femininos). Após a sua visita ainda seriam edificadas os mosteiros fundados pela então, ainda inexistente mas prestes a nascer, Congregação Autónoma de Alcobaça.

No entanto, foi durante o governo abacial dos dois filhos de D. Manuel I, os Abades Comendatários, Cardeal D. Afonso e Cardeal D. Henrique que surgiram as grandes obras no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, tal como depois se verificou nas vilas suas dependentes.

GÉNERO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	VISITAÇÃO DE D. EDMÉ DE SALIEU, ABADE DE CLARAVAL
MASCULINO	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	22 a 26 de Janeiro de 1533
	Mosteiro de Santa Maria do Ermelo	20 de Janeiro de 1533
	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	16 a 19 de Janeiro de 1533
	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	27 de Janeiro de 1533
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o velho)	não visitado (mudança de sítio)
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o novo)	1 a 4 de Fevereiro de 1533
	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	6 a 7 de Janeiro 1533
	Abadia Velha de Salzedas	não visitado (mudança de sítio)
	Mosteiro de São João de Tarouca	01 de Janeiro de 1533
	Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	05 a 07 de Fevereiro de 1533
	Mosteiro de São Cristovão de Lafões	03 de Maio de 1536
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	21 e 22 de Dezembro de 1532
	Mosteiro de Santa Maria da Estrela	10 de Fevereiro de 1533
	Mosteiro de S. Tiago de Sever	05 de Dezembro de 1532
	Mosteiro de São Paulo de Almaziva	05 de Dezembro de 1532
	Colégio do Espírito Santo	não visitado (ainda inexistente)
	Mosteiro de Santa Maria de Seiça	27 de Nov. a 01 de Dezembro de 1532
	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	06 de Outubro de 1532
	Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro	não visitado (ainda inexistente)
	Mosteiro de Santa Maria de Tomarães	25 e 26 de Novembro de 1532

Esq. 22 Datas das visitas efectuadas por D. Édme Salieu aos mosteiros masculinos portugueses (esquema e síntese da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

GÉNERO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	VISITAÇÃO DE D. EDMÉ DE SALIEU, ABADE DE CLARAVAL
FEMININO	Mosteiro de S. Salvador das Bouças	não visitado (extinto)
	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	20 de Março de 1536
	Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	não visitado (ainda inexistente)
	Mosteiro de São João de Vale Madeiro	16 de Dezembro de 1532
	Mosteiro de São Mamede de Lorvão	08 a 14 de Dezembro de 1532
	Mosteiro de Santa Maria de Celas	02 a 05 de Dezembro de 1532
	Mosteiro de Santa Maria de Cós	24 de Novembro de 1532
	Mosteiro de São Dinis de Odívelas	05 de Agosto de 1532
	Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	não visitado (ainda inexistente)
	Mosteiro de São Bento de Xabregas	não visitado (fundação efémera)
	Mosteiro de Santa Maria de Almoester	14 de Agosto de 1532
	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	não visitado (ainda inexistente)
	Mosteiro de São Bento de Cástris	05 de Novembro de 1532
	Mosteiro Nossa Senhora da Piedade de Tavira	não visitado (ainda inexistente)

Esq. 23 Datas das visitas efectuadas por D. Èdme Salieu aos mosteiros femininos portugueses (esquema e síntese da autora)

135



Graf. 5 Percentagem das visitas de D. Èdme Salieu aos mosteiros cistercienses portugueses (esquema e síntese da autora)

3.3.1.

A Congregação Autónoma de Alcobaça

Na fronteira temporal, entre o dealbar do mundo moderno e o final do mundo medieval, surge um facto histórico que se traduz pela tentativa de fazer convergir a tradição monástica com os tempos medievais. Porém, este facto deverá ser encarado à luz da nova maneira de ser moderna, isto é, segundo aspectos individuais, experimentais e psicológicos.

Mas acima de tudo, este facto, só foi possível, como refere Rafael de Pascual³⁵, porque os monges souberam cultivar do mesmo modo a teologia dogmática, a história, a pregação, a Bíblia e a patrística, colocando a ciência teológica ao serviço da espiritualidade e da vida monástica. Mas, ao longo do tempo, notou-se um progressivo afastamento entre a espiritualidade e a dogmática, entre o saber e a vida, entre a doutrina e a santidade tal como era patente nos Padres do Deserto.

Os monges cistercienses das congregações que foram aparecendo, um pouco por toda a Europa, e entre as quais se destaca a Congregação Autónoma de Alcobaça, já não pretendiam ser puros "contemplativos" em contraposição aos "Cristãos práticos do mundo", mas sim serem capazes de conseguir através da sua simplicidade primitiva a síntese cristã de acção e de verdade, apresentando-a novamente à Igreja do seu tempo:

*"El mundo con el que se encuentran ya no es el de Dante, quien sólo expresaba las disonancias del mundo para descubrir una armonía superior. A finales del s. XVI, principios del XVII, la experiencia de la rotación de la Tierra sobre su eje, y la nueva ciencia copernicana del cosmos abierto habían ido minando la antigua visión teológica del mundo y el mito de una evidencia o intuición de la correspondencia entre el cielo y la tierra, la naturaleza y la gracia, el saber y el creer, el hombre y Dios. La respuesta de la reforma católica postridentina para recomponer esta fractura se va a centrar sobre todo en la especulación teológica de la escolástica barroca y en el éxtasis místico, intentando repensar los problemas y tensiones a través, respectivamente, de una nueva síntesis metafísica y de la ciencia de los santos y los tratados de teología mística."*³⁶

Deste modo as congregações autónomas estão relacionadas com movimentos de reforma de carácter regionalista, isto é, surgem não só por um desejo de reforma, mas também por uma necessidade de independência, face às influências políticas de outros países, e à vontade de proteger os mosteiros mais

³⁵ PASCUAL, F. Francisco Rafael de; **Las Congregaciones cistercienses de la Península Ibérica**; Abadía de Viaceli; s/d.; texto inédito policopiado; s/paginação

³⁶ Idem

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

pequenos das Visitações empreendidas por visitantes estrangeiros. Como refere Rafael de Pascual:

*“La Congregación de Castilla nació de un auténtico deseo de reforma, y como una reforma; las de Aragón-Navarra y Portugal por un deseo de independizarse de las influencias políticas de otros países y por el deseo de proteger a los monasterios más débiles de visitantes extranjeros. (...)Un sincero deseo de reforma lleva a los diferentes monasterios a buscar el principio de su regeneración en reagrupamientos monásticos, no según la escala demasiado amplia de la cristiandad medieval, sino a la escala más restringida de las nacionalidades.”*³⁷

De facto, em meados do século XV, com o dealbar do mundo moderno, começam a surgir fraquezas na acção e autoridade do Capítulo Geral favorecidas pelo nacionalismo exacerbado que marcou esta época assim como toda a renovação exigida pelo Concílio de Trento e demais instâncias eclesiásticas de várias nações europeias.

O individualismo da Reforma e o espírito renascentista provocaram sem dúvida alguma exacerbação e exageros nacionalistas que por sua vez originaram tendências separatistas. Como refere mais uma vez Pascual:

*“Así se explica el nacimiento de congregaciones cistercienses, que dieron un toque de originalidad a la Orden del mismo nombre y dejaron honda influencia en la evolución del derecho cisterciense. Todas las nuevas Congregaciones aspiraron a establecer su derecho particular y sus instituciones jurídicas propias: constituciones y definiciones, bulas pontificias, privilegios reales, estatutos elaborados en los Capítulos.”*³⁸

137

O processo seguido para a autonomia dos cistercienses portugueses não foi imediato sendo favorecido pela própria história da Igreja, como refere Saul António Gomes:

*“O cisma da Igreja contribuiu fortemente para essa evolução histórica. Alcobaça, porque abadia real e ‘estremada camara de reis’ cedo se encaminhou para o papel histórico de arqui-abacial da Ordem em Portugal. Essa era uma realidade perfeitamente adquirida no ultimo terço de trezentos (...).”*³⁹

Em 1459 o Papa Pio II, através da bula *Constitutus in specula*, concedeu ao Abade de Alcobaça o poder do exercício de visitação em todos os mosteiros cistercienses portugueses. Pelo que:

³⁷ PASCUAL, F. Francisco Rafael de; Op. Cit.

³⁸ Cfr. Idem

³⁹ Cfr. GOMES, Saul António; **Oito séculos de Cister em Portugal: questões em aberto** in in “Actas del III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y en Portugal”; tomo I; Ediciones Monte Casino; Zamora 2006; p.53

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

*"O Papa determinava também que, caso Cister não acatasse o seu decreto, cumpria ao Abade de Alcobaça convocar todos os outros abades do reino e, com eles, eleger por maioria de votos dois visitantes. Isentava, ainda, os abades portugueses da obrigação de se deslocarem todos os anos a Cister para assistirem ao Capítulo de Setembro"*⁴⁰

A 26 de Outubro de 1567 o Papa Pio V, através da bula *Pastoralis officii*, eleva os mosteiros cistercienses portugueses à categoria de Congregação cuja denominação oficial era Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve.⁴¹ (Fig. 52 e Esq. 24)

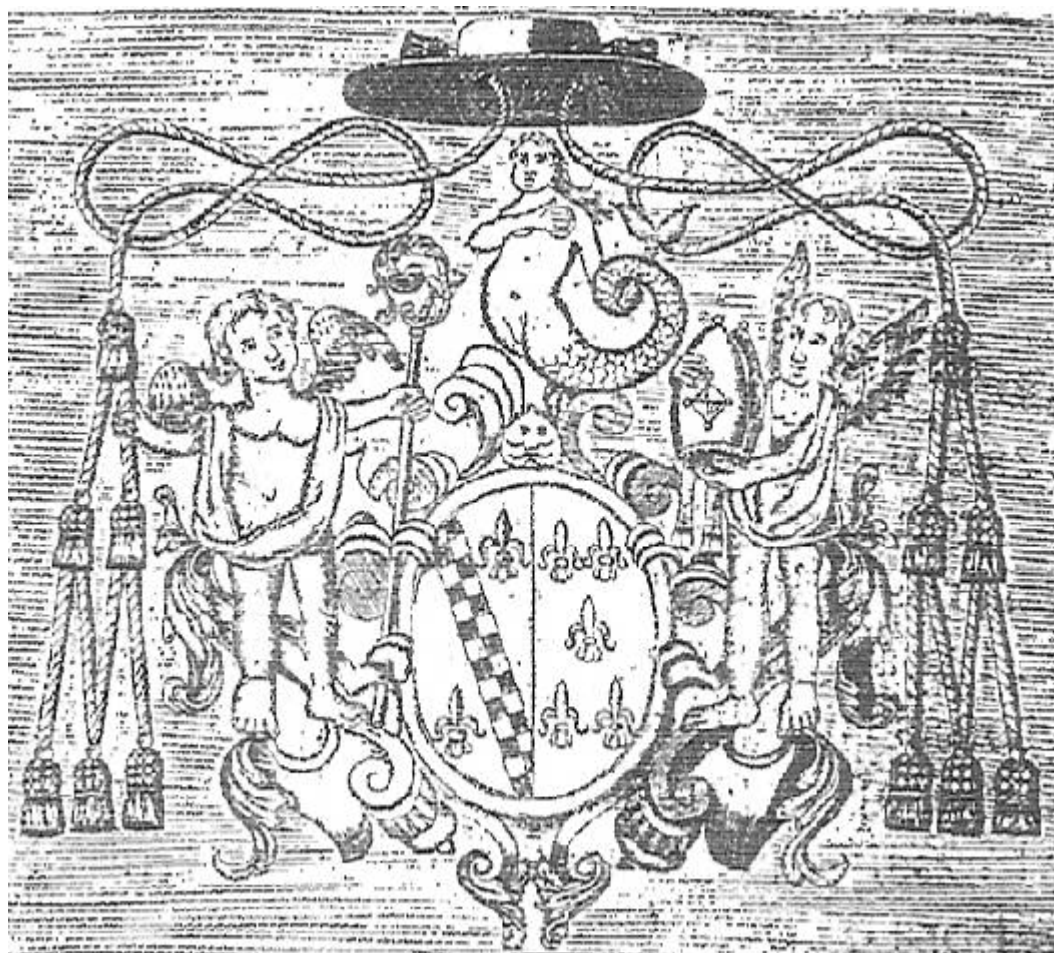


Fig. 52 Gravura com as armas da Congregação Autónoma de Alcobaça, presente na obra de Fr. Manoel Figueiredo, *Alcobaça Ilustrada*⁴²

⁴⁰ Cfr. GOMES, Saul António; **Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – séculos XV-XVI**; Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR); 1998; p.18

⁴¹ Cfr. PASCUAL, F. Francisco Rafael de; Op. Cit.

⁴² In GOMES, Saul António; Op. Cit.; p. 387

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Na sua génese não houve uma tentativa explícita de efectuar o corte com a autoridade do Capítulo Geral da Ordem de Cister, mas era um facto que desde há muito os Abades portugueses não participavam no Capítulo Geral.

O Cardeal D. Henrique obteve do Papa Gregório XIII o privilégio de permanecer responsável pelo Mosteiro de santa Maria de Alcobaça e ser o primeiro Abade Geral da Congregação

Com a Congregação Autónoma instituíram-se abaciados trienais e reformaram-se velhos costumes como nas demais congregações cistercienses. Tal como nestas, também a Congregação Autónoma de Alcobaça possuía um “Abade Geral” que era, em Portugal, simultaneamente Abade do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Os abades eram eleitos pelo Capítulo Geral e podiam sê-lo por duas vezes. Os visitantes possuíam plenos poderes para aplicar as normas da Congregação Autónoma de Alcobaça. Procurava-se restabelecer e melhorar a observância cisterciense adaptando-a aos novos tempos longe da época medieval e dos seus usos. A observância cisterciense foi adaptada às normas e reformas da Igreja e Ordens Religiosas ditadas pelo Concílio de Trento. Os monges deixaram de possuir o voto de estabilidade podendo mesmo der deslocados para outros mosteiros através do voto de obediência.⁴³

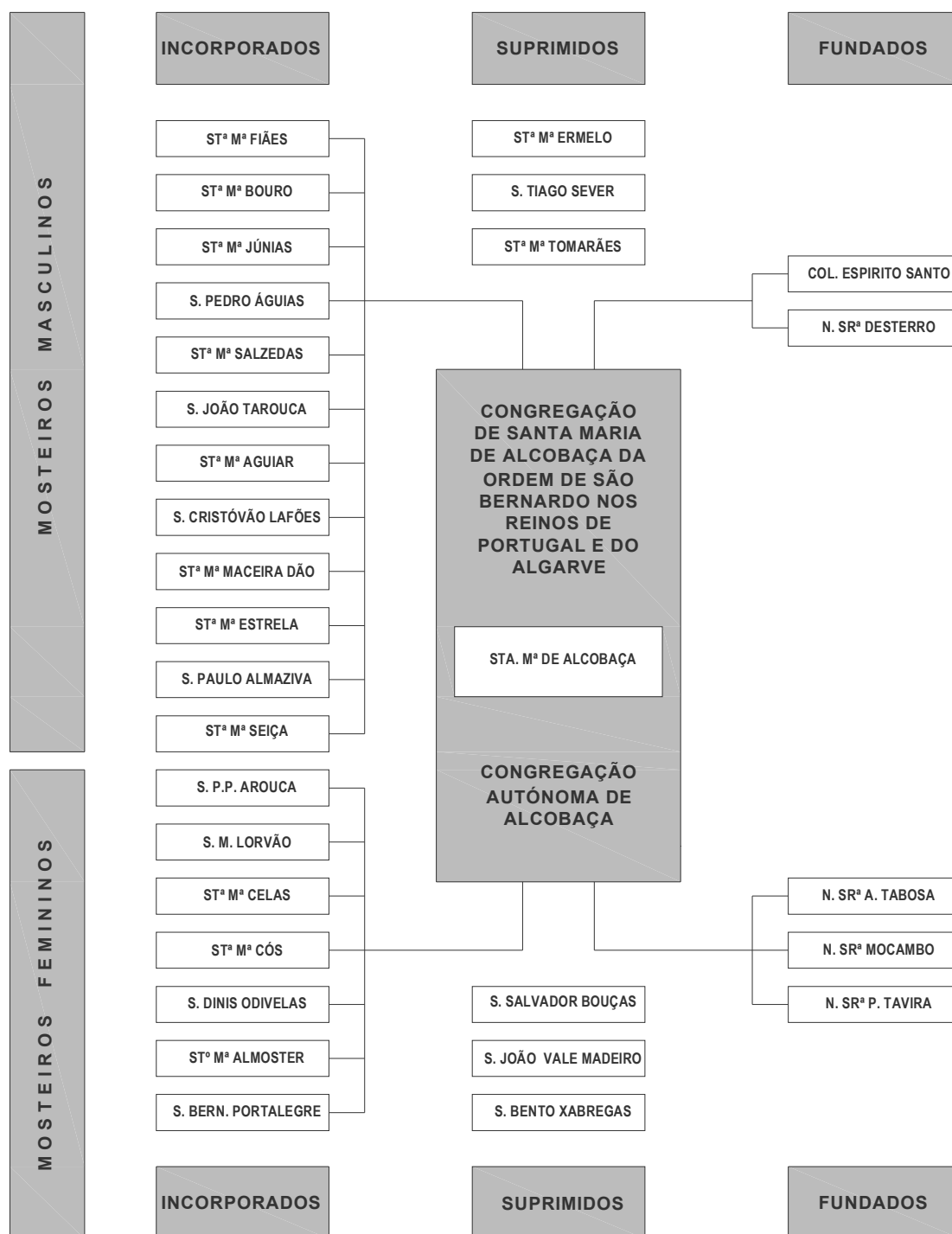
Esta foi uma época de renovação espiritual, de grandes obras e restauros, de investimento na formação (Fig. 53), tudo o que levou à existência de monges ou monjas que eram em simultâneo grandes intelectuais e homens ou mulheres de elevado valor. ¹³⁹

“Foram centúrias em que brilharam intelectuais cistercienses com obra própria, caso de teólogos e sobretudo historiógrafos, florescendo nas diversas abadias da Ordem, artistas como músicos, barristas, iluminadores, arquitectos e escultores.(...) Conheceu a Congregação portuguesa, nos alvares de Setecentos, a confirmação da elevação aos altares das Beatas Sancha, Teresa e Mafalda. Como em Ávila, também em Portugal se conheceram, posto que mais modestas, religiosas visionárias, de que o exemplo mais divulgado é o da Madre Benta de Aguiar, abadessa de Cós falecida em 1578, a qual o Cardeal D. Henrique mandava consultar frequentemente”⁴⁴

⁴³ Cfr. PASCUAL, F. Francisco Rafael de; Op. Cit. / Cfr. GOMES, Saul António; Op. Cit. / Cfr. GOMES, Saul António; **A Congregação cistercienses de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento** in “Lusitania Sacra”; tomo XVIII; 2ª série; Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa; Lisboa, 2006; pp. 375-431

⁴⁴ Cfr. GOMES, Saul António; **Oito séculos de Cister em Portugal: questões em aberto** in in “Actas del III Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal”; tomo I; Ediciones Monte Casino; Zamora 2006; p.54

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Esq. 24 Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve, vulgo Congregação Autónoma de Alcobaça: fundações e incorporações monásticas quer femininas, quer masculinas.⁴⁵ (esquema e síntese da autora)

⁴⁵ Nota: os mosteiros suprimidos foram-no sendo ao longo do tempo. É ainda de referir como dependente da Congregação Autónoma o Colégio da Conceição anexo ao Mosteiro de Alcobaça, destruído aquando o

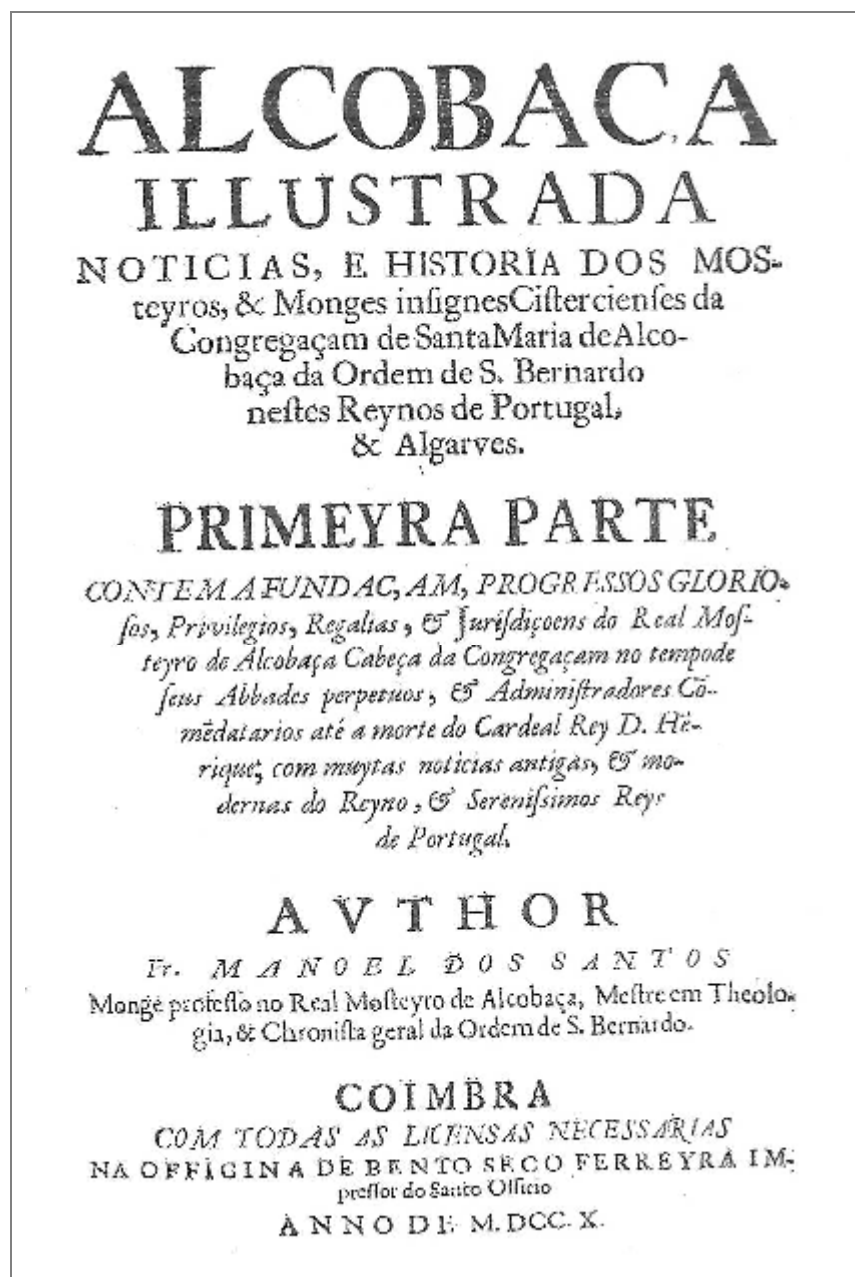


Fig. 53 Frontispício da obra de Fr. Manoel de Figueiredo, *Alcobaca Illustrada* ⁴⁶

terramoto de 1755., apesar de não figurar deste esquema. Optou-se apenas pela sua menção pois na actualidade não existem vestígios do mesmo.

⁴⁶ In GOMES, Saul António; *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – séculos XV-XVI*; Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR); 1998; p. 225

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

GÉN	DESIGNAÇÃO	FUNDAÇÃO FILIAÇÃO	SUPRESSÃO	EXTINÇÃO
MASCULINO	Santa Maria de Fiães	1194	1775	1775
	Santa Maria do Ermelo	1271	1560	1560
	Santa Maria do Bouro	1195	-	1834
	Santa Maria das Júnias	1248	XVII	XVII
	São Pedro das Águias	1170	1775 até 1777	1834
	Santa Maria de Salzedas	1196	-	1834
	São João de Tarouca	1144	1543 até 1559	1834
	Santa Maria de Aguiar	1165	-	1834
	São Cristovão de Lafões	1162	1775 até 1777	1834
	Santa Maria de Maceira Dão	1188	1775 até 1777	1834
	Santa Maria da Estrela	1220	1579	1579
	S. Tiago de Sever	1143-44	XIII	XIII
	São Paulo de Almaziva	1221	1554 até 1559	1555
	Colégio do Espírito Santo	1545	-	1834
	Santa Maria de Seiça	1195	1545 até 1566 1775 até 1777	1834
	Santa Maria de Alcobaça	1153	1833	1833
	Nossa Senhora do Desterro	1591	1755?	?
	Santa Maria de Tomarães	1217	1554	1554
FEMININO	S. Salvador das Bouças	1228	?	?
	São Pedro e São Paulo de Arouca	1224	1775 até 1777	1834
	N. Srª da Assunção de Tabosa	1685	1775 até 1779	1834
	São João de Vale Madeiro	1532	1560	1560
	São Mamede de Lorvão	1206	-	1834
	Santa Maria de Celas	1214	-	1834
	Santa Maria de Cós	1241	-	1834
	São Dinis de Odivelas	1294	-	1834
	N. Srª da Nazaré do Mocambo	1654	1775 até 1777	1834
	São Bento de Xabregas	1429	XV	XV
	Santa Maria de Almoester	1287	1775 até 1777	1834
	São Bernardo de Portalegre	1518	1775 até 1777	1834
	São Bento de Cástris	1275	1775	1776
	N. Srª da Piedade de Tavira	1509	-	1834
	N. Srª da Nazaré de Setúbal	1769	-	1834

Esq. 25 Datas de supressão e de extinção dos mosteiros cistercienses portugueses.
(esquema e síntese da autora)

3.3.2.

A EXTINÇÃO: Decreto de 1834 e a desamortização

A extinção de alguns dos mosteiros da Ordem de Cister começou muito antes de 1834 (Esq. 25). Após a euforia e vontade de renovação geradas pela criação da Congregação Autónoma de Alcobaça muitos mosteiros quer pelo seu estado físico, quer pelo seu estado económico, quer pelo seu estado “humano” foram suprimidos e as suas rendas anexadas a outros mosteiros da mesma congregação.



Fig. 54 Gravura, datada de 1838, apresentando o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, tio de D. Frei Manoel de Mendonça, Abade Geral da Congregação Autónoma de Alcobaça (Biblioteca Nacional)

D. Frei Manoel de Mendonça, Abade Geral da congregação Autónoma de Alcobaça e sobrinho de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (fig. 54), numa Carta pastoral datada de 7 de Maio de 1774 dirigida aos religiosos da Ordem constata que o fervor religioso tem vindo a esmorecer assim como a existência de um número demasiado elevado de religiosos no seio da Congregação.

D. Manoel Mendonça acreditava ser melhor ter menos monges mas mais esclarecidos e assumidos do que muitos “com pouca utilidade”.⁴⁷ Recorda ainda os deveres essenciais dos monges da Congregação: a obediência, a pobreza e a

⁴⁷ Cfr. MOTA, Salvador Magalhães; **A acção de D. Frei Manoel de Mendonça à frente dos destinos da Congregação de Sta. Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo (1768-1777)** in “Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos; Ed. FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto 2004; p.773 e p.775

castidade. Apela ao estudo da Sagrada Escritura assim como à leitura da vida e obra dos Santos Padres.

Era necessário manter o Colégio do Espírito Santo em Coimbra e efectuar obras em muitos dos mosteiros destruídos grandemente pelo trágico terramoto de 1755. A destruição deste tremor de terra fora implacável atingindo a Congregação um pouco por toda a parte mas com especial incidência nos mosteiros mais próximos do epicentro da tragédia: Nossa Senhora do Mocambo, Nossa Senhora do Desterro, S. Dinis de Odivelas, Sta Maria de Alcobaça e o Colégio da Conceição. O interesse posto na reconstrução do Colégio é de sobremaneira elevado.



Fig. 55 Selo de chapa do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.
(Arquivo da Universidade de Coimbra)

Deste modo, a 2 de Dezembro de 1775, por Carta Régia, D. Manoel Mendonça é honrado com o título de fundador do Real Colégio de Nossa Senhora da Conceição com autorização (confirmada por bula papal) de unir e extinguir mosteiros e rendimentos uns aos outros.

Os poderes de que fora revestido eram ilimitados e aplicavam-se não só ao que fora anteriormente referido mas também se aplicavam à visitação e reforma de todos os mosteiros da Ordem de Cister ou seja da Congregação Autónoma de Alcobaça (Fig. 55):

*"(...) com a mesma autoridade com que o Abade de Cister o fazia por breve de Eugénio IV...igualmente no Espiritual e no Temporal usando da sua própria jurisdição ordinária e da plena omnimo da autoridade apostólica que para este efeito lhe conferia..."*⁴⁸

⁴⁸ Cfr. MOTA, Salvador Magalhães; Op. cit.; p.776

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Deste modo, em 1775, os mosteiros de pequenos rendimentos como S. Pedro das Águias, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Seixa, Santa Maria de Maceira Dão são extintos e anexados ao Colégio da Conceição. Utilizando o mesmo argumento de rentabilizar despesas e concentrar monges e monjas em maiores mosteiros, extingue S. Bento de Cástris, S. Bernardo de Portalegre, Santa Maria de Almoester, Nossa Senhora do Mocambo e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa.⁴⁹



Fig. 56 Selo de chapa de D. Maria I.
(Arquivo da Universidade de Coimbra)

No entanto, em 1777, com a subida ao poder da Rainha D. Maria I (Fig. 56) e a queda de D. Manoel Mendonça, restauram-se os mosteiros extintos dois anos antes. Deste modo, a título exemplificativo, apresenta-se o testemunho escrito, nas costas do cadeiral do coro-alto do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, sobre a perseguição, expulsão e depois o retorno das monjas deste mosteiro.

“No ano de mil setecentos e setenta e seis, destruiu-se este Mosteiro e dele saíram as religiosas em duas partidas, para o Mosteiro de Odivelas. As primeiras em 30 de Abril e as segundas em 8 de Maio do mesmo ano, sendo o Geral da Congregação o Padre Manuel de Mendonça e Abadessa deste Mosteiro a Madre D. Joaquina Leonor Quifel Barbarino de Almeida. Em toda a jornada, e no restante tempo que as religiosas estiveram no Mosteiro de Odivelas (que não chegou a ano e meio)

⁴⁹ Cfr. Idem; p.776

padeceram trabalhos e desgostos iguais em tudo como à sua primeira infelicidade e quão bem se pode explicar (?) que subindo ao céu os clamores de tantas filhas da religião perseguidas e desterradas, foi o Senhor servido a ouvir os rogos e permitir que subisse ao augusto trono deste reino a rainha Nossa Senhora D. Maria I; que logo no princípio do seu governo, lamentando a destruição que tinha havido nas casas do Senhor e a impiedade e injustiças com que se tinham desterrado dos seus mosteiros a maior parte das religiosas desta Congregação, foi servida a mesma senhora mandar que sem demoras se reparassem todos os mosteiros destruídos e se restituísse a cada um as suas respectivas religiosas. Em 28 de Julho de 1777 começava-se a obra do conserto deste Mosteiro, não tendo ficado nele outra coisa mais que paredes e telhados, e no espaço de mês e meio se pôs o Mosteiro pronto e a clausura decente para se recolherem as religiosas, tendo trabalhado em todo este tempo sessenta pessoas e em que se fez grande despesa. Sairiam logo as religiosas de Odivelas no mês de Setembro do mesmo ano, se não houvesse inconvenientes para isso porém, vencido tudo, recolheram-se as religiosas a este seu Mosteiro no dia 13 de Novembro do ano de 1777, com grande alegria e alvoroço desta cidade, repiques de sinos e mais festejos, entrando primeiramente as religiosas para a igreja, postas na capela-mor seu Esposo Santíssimo, cantando o seu Te Deo pelos músicos da Sé. Acabadas as orações recolheram-se as religiosas pela portaria para novamente povoarem este santuário que com tantas lágrimas foi destruído. E nos dias seguintes, da entrada, vieram todas as comunidades desta cidade a esta igreja cantar a Deus louvores pela restauração da sua Casa. De tudo isto foram continuando as obras que dentro de dois anos se pôs o Mosteiro completo fazendo-se ultimamente esta obra no ano de 1779 sendo D. Abadessa a Madre D. Joaquina Leonor Quifel Barbarino de Almeida que foi segunda vez eleita, na primeira eleição que as religiosas fizeram depois que se recolheram a este mosteiro.”⁵⁰

O século XIX trouxe consigo fortes doutrinas antimonásticas decorrentes dos princípios e ideais da Revolução Francesa. (Fig. 58)

Em Portugal, as Invasões francesas semearam um rasto de destruição (Fig. 57) e saque dos mosteiros o que contribuiu ainda mais para agudizar o estado deplorável e de crise em que já se encontravam.

⁵⁰ Cfr anexo 9.2.8, pp. 1610-1611. Deve-se salientar que esta foi uma descoberta interessantíssima, de algo que caíra no esquecimento da população de Portalegre, uma vez, que nem o próprio relações-públicas da GNR (entidade que ocupa o Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre) sabia da sua existência.

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 57 / Fig. 58 Desenho (aguada de tinta da china e guache branco), datada de 1807-1809, da Série "As Invasões Francesas" (17 desenhos alegóricos, satíricos e panfletários anti-napoleónicos), apresentando "as misérias que sofreu a Religião". Autoria de Cirilo Volkmar Machado, 1748-1823 (Biblioteca Nacional)

Como consequência da guerra civil entre Liberais, partidários de D. Pedro, e Absolutistas, partidários de D. Miguel, os Monges cistercienses de Alcobaça abandonaram o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em 1833, com receio da expulsão pelo apoio e afinidades Miguelistas, antecipando deste modo o horror da extinção das Ordens Religiosas um ano antes de esta ocorrer.

De facto o século XIX caracterizou-se por um anticlericalismo crescente que culminou com a extinção das Ordens Religiosas, por decreto datado de 28 de Maio de 1834 e promulgado a 30 de Maio do mesmo ano, destinado à secularização dos bens eclesiásticos, redigido por Joaquim António Aguiar (Fig. 59), ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça e promulgado pelo regente D. Pedro contra o parecer expresso do Conselho de Estado.

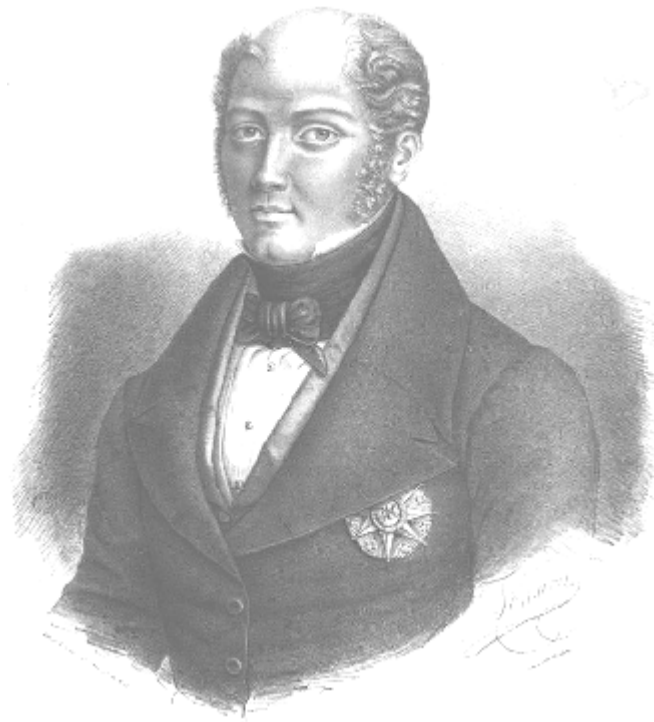


Fig. 59 Litografia, apresentando Joaquim António de Aguiar, Presidente do Conselho de Ministros e Secretário dos Negócios do Reino da autoria de António Manuel da Fonseca, 1796-1890 (Biblioteca Nacional)

Este decreto determinava a total e imediata extinção dos mosteiros, conventos, colégios, hospícios e todas as casas religiosas e ordens regulares, independentemente da sua denominação, instituto ou regra tal como é referido pelos três primeiros artigos do referido decreto:

"Art. 1.º - Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra.

Art. 2.º - Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer casas de religiosos das ordens regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional.

*Art. 3.º - Os vasos sagrados, e paramentos, que serviam ao culto divino, serão postos à disposição dos Ordinários respectivos para serem distribuídos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses."*⁵¹

Às monjas, ao contrário dos monges, foi permitido permanecer nos seus mosteiros até à morte da última religiosa de cada mosteiro.

⁵¹ Cfr anexo 9.2.1.



Fig. 60 Gravura, datada de 1832, apresentando a Imperatriz do Brasil, D. Amélia Augusta, o rei D. Pedro IV, a rainha D. Maria II, sua filha, segurando a Carta Constitucional. Autoria de Nicolas-Eustache Maurin, 1799-1850 (Biblioteca Nacional)

Desde a instauração da Monarquia Constitucional (Fig. 60) até à 1ª República os tempos vividos em Portugal foram algo conturbados no que respeita às Ordens e Congregações religiosas quer pela contradição concomitante entre o impulso persecutório e destrutivo do poder e política coevos, quer por uma dinâmica simultaneamente apologética e restauradora empenhada em revitalizar a Igreja. Deste modo:

*"(...) defrontaram-se no decurso de cerca de um século os promotores da campanha anticongregacionista e anticlerical, e os defensores intrépidos tanto dos direitos das ordens e congregações como do precioso contributo por elas prestado à sociedade portuguesa."*⁵²

Luís Machado de Abreu refere que:

*"Os adversários dos religiosos exploravam de diferentes modos e nas mais diversas áreas o valor argumentativo dos princípios do utilitarismo, procurando mostrar que nenhuma vantagem efectiva advinha da existência de tais instituições. E é em termos de utilidade para o Estado, utilidade que as ordens regulares não teriam, e de lucro para a religião que também lhes não é reconhecido, que o relatório de Joaquim António de Aguiar pretende fundamentar o decreto de 28 de Maio de 1834 (...). Posto que a oposição de anticongregacionistas e anticlericais se movia em torno de argumentos dessa natureza, grande parte da apologética religiosa vai organizar-se com o objectivo de lhes contrapor doutrina e factos, mostrando os muitos domínios em que se afigura irrefutável a importância social e cultural das ordens e congregações no decurso da história."*⁵³

Refere também Frei Geraldo Coelho Dias:

*"É uma pena que Portugal, em 1834, de forma persecutória, por mera 'monacofobia, tenha destruído o que o Rei Fundador, religiosamente, começara por fazer para assegurar a solidez da Nacionalidade. A alma de Cister, que durante oito séculos, foi para Portugal um centro irradiador de espiritualidade e cultura, encontra-se morta no nosso país. Quando muito, poderemos encontrar por aí alguns restos monumentais, vestígios desvirtuados duma presença benéfica, que não soubemos defender nem agradecer."*⁵⁴

Em 1853, quase duas décadas passadas sobre a extinção das Ordens Monásticas, Alexandre Herculano escreve um testemunho pungente e na 1ª pessoa sobre a realidade que era nesse momento vivida no Mosteiro de S. Mamede de Lorvão. O referido texto, do qual se retiraram alguns trechos exemplificativos que se citam de seguida, foi publicado nos seus "Opúsculos", intitulava-se apenas "As freiras de Lorvão" e era dedicado ao seu amigo António de Serpa Pimentel:

⁵² ABREU, Luis Machado de; **Presença das Ordens e Congregações Religiosas na Ciência e na Cultura em Portugal** in "Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República"; Ed. Gradiva; Lisboa 2010; p.30

⁵³ ABREU, Luis Machado de; Op. cit.; pp.30-31

⁵⁴ DIAS, Geraldo Coelho; **A marca de São Bernardo na espiritualidade e na cultura cistercienses**, in Separata de; "Tarouca e Cister: Espaço, Espírito e Poder"; Câmara Municipal de Tarouca; 2004; p.222

"Meu Amigo. - Escrevo-lhe do fundo do estreito valle de Lorvão, defronte do mosteiro onde repousam as filhas de Sancho I; deste mosteiro melancolico e mal-assombrado como as montanhas abruptas que o rodeiam por todos os lados: escrevo-lhe com o coração apertado de dó e repassado de indignação. Descendo a examinar o archivo das pobres cistercienses, penetrei no claustro por ordem da auctoridade ecclesiástica. Lá dentro, nesses corredores húmidos e sombrios, vi passar ao pé de mim muitos vultos, cujas faces eram pallidas, cujos cabellos eram brancos. Esses cabellos nem todos os distinguu o decurso dos annos: a amrgura embranqueceu os mais delles. Quasi todas essas faces tem-nas empallidecido a fome. Morrem aqui lentamente umas poucas de mulheres, fechadas n'uma tumba de pedra e ferro. (...) No mosteiro sumptuoso, vasto, alvejante, com um aspecto exterior quasi indicando opulência, é que não há pão, mas só lagrymas. Lorvão é peor do que um carneiro onde se houvessem mettido vinte esquifes de catalépticos, sellando-se para sempre a lagea da entrada. O cataléptico, fechado no seu caixão, ouve sente, tem a consciência de que foi sepultado vivo. Nas trevas e na immobildade, o terror, a desesperação, a falta de ar matam-no em breve: a sua agonia é tremenda, mas não é longa. Aqui é outra cousa: aqui vê-se, por entre as grades de ferro, a luz do céu, a arvore que dá os fructos, a seara que dá o pão, e tudo isto vê-se para se ter mais fome. Todos os dias uma esperança duvidosa e fugitiva atravessa aquellas grades de envolta com os primeiros raios do sol: todos os dias essa esperança fica sumida debaixo das trevas que á tarde se precipitam sobre Lorvão das ladeiras do poente. Depois as noites de insomnia; depois o choro: depois, sabe Deus se a blasphemia!

(...) aqui há dezoito ou vinte mulheres na idade decadente, que se affizeram na juventude aos commodos, aos regalos, e até ao luxo compatível com as condições da vida monástica. (...) aqui há justamente quanto basta para prolongar por mezes e por annos o martyrio. Dir-se-hia que existe uma providencia infernal para que não falte ás freiras de Lorvão o restrictamente indispensável para, lento e lento, se lhes irem os membros mirrando n'um longo expirar, débeis e senis.

Imagine, meu amigo, uma noite de inverno, no fundo desta espécie de poço perdido no meio da turba de montes que o rodeiam: imagine dezoito ou vinte mulheres idosas, mettidas entre quatro paredes húmidas e regeladas, sem agasalho, sem lume para se aquecerem, sem pão para se alimentarem, sem energia na alma, e sem forças no corpo, comparando o passado, sentindo o presente e

antevendo o futuro. Imagine o vento que ruge, a chuva ou a neve fustigando as poucas vidraças que ainda restam no edifício; imagine essas orgias tempestuosas da natureza que passam por cima das lagrymas silenciosas das pobres cistercienses, e as horas eternas que batem na torre. Imagine tudo isto, e sentirá accender-se-lhe no animo uma indignação reconcentrada e inflexível. [Fig. 61 e 62]

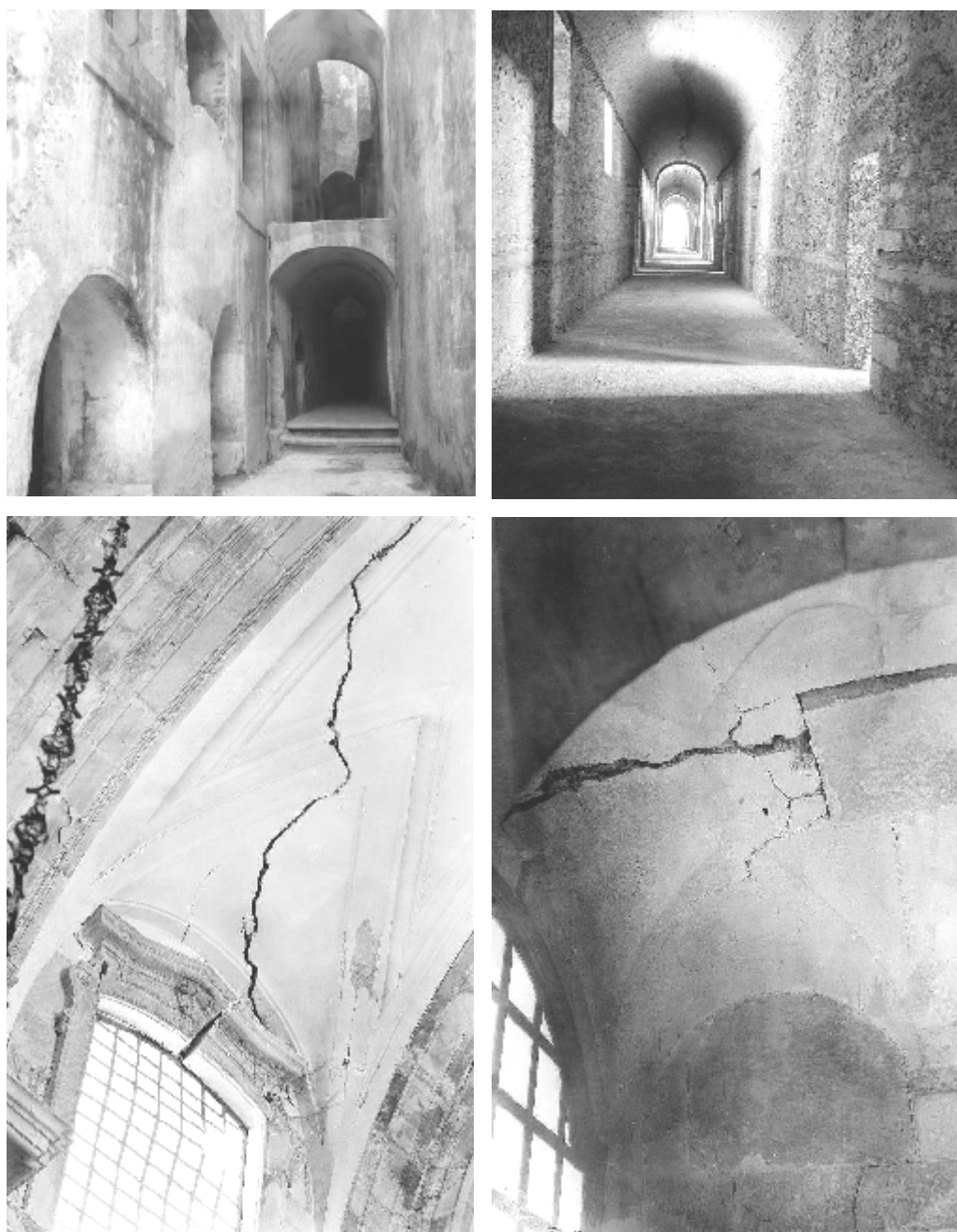


Fig. 61 Aspectos da degradação do interior do Mosteiro de S. Mamede de Lorvão na 1ª metade do século XX, antes da intervenção da DGEMN (arquivo DGEMN/IHRU)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Há poucos dias passou-se em Lorvão uma scena tremenda. N'um accesso de desesperação, parte destas desgraçadas queriam tumultuariamente romper a clausura; queriam ir pedir pão pelas cercanias. Custou muito contê-las. Tinha-se apoderado dellas uma grande ambição; aspiravam á felicidade do mendigo, que póde apellar para a compaixão humana; que póde fazer-se escutar de porta em porta. (...)

Gemidos, brados, prantos, nada disso chega aos ouvidos dos homens que exercem o poder nesta terra; nada disso os incommoda. (...).



Fig. 62 Aspectos da degradação do exterior do Mosteiro de S. Mamede de Lorvão na 1ª metade do século XX, antes da intervenção da DGEMN (arquivo DGEMN/IHRU)

Vacillantes entre a vida e a morte, as freiras do Lorvão prolongam uma existência de dor e miséria (...). Há um ou dous annos, o governo deu-lhes a esmola de um subsidio: este subsidio, porém cessou. Ignora-se o motivo. Por ventura alguma secretaria de estado precisava de novos estofos nas suas commodas poltronas, ou os felpudos tapetes das salas ministeriais tinham perdido o brilho das suas cores variegadas, e cumpria renova-los. São despesas inevitáveis, e é necessária a economia. Se assim foi respeitemos as exigências imperiosas da dignidade governativa. Alta noite, durante o inverno, vinte mulheres curvadas pela inedia e pela velhice podem dirigir-se ao coro, calcando quasi descalças as lageas húmidas e frias destes claustros solitários; mas as botas envernizadas de suas excellencias devem ranger mollemente sobre um pavimento suave, e as suas cabeças, afogueiadas pelas profundas cogitações, reclinarem-se em fofos espaldares. Todavia a magestade das secretarias e os ápices da

economia não excluem a tolerância nem a indulgência. Faço essa justiça ao poder. Quando a ultima freira de Lorvão expirar de miséria, ou debaixo dessas paredes interiores do mosteiro que ameaçam desabar, os ministros soffrerão com animo paternal que mãos piedosas vão lançar o cadáver da pobre monja no ossuario de sete séculos, onde repousam as cinzas de milhares de suas irmãs. Depois venderão o edifício e a cerca a algum destes judeus do século XIX, a que chamamos agiotas, se algum houver a quem passe pelo espírito ter uma casa de campo em Lorvão (...)



Fig. 63 O Mosteiro do Lorvão, como era no século XVIII, representado numa pintura de Gaspar Parente existente na igreja do mosteiro (fotografia da autora)

Mas porque o importuno com esta larga história? Não é, meu amigo, só para desabafo: é para lhe pedir um favor. Supponha que viu, como eu vi, as faces enrugadas e pallidas das monjas de Lorvão, por oonde as lagrymas se penduravam quatro a quatro, enquanto vozes convulsas descreviam scenas do longo drama de miséria de que este sepulcro de vivos tem sido theatro durante vinte annos: suponha que olhava para estas janellas mal reparadas, para estas paredes verdeongas, cujo aspecto produz um sentimento inexplicável de frio, apesar do calor da atmosphaera n'um dia de Julho; para as alfaias roçadas e poidas; para os próprios trajos das freiras; que lia em tudo isso, repetida por cem modos, uma palavra só: infortúnio, infortúnio, infortúnio! Que fazia? Com o seu coração, com os seus princípios, e redactor de um jornal que tem largas sympathias, sentia-se grande e forte pondo a sua penna eloquente ao serviço da desgraça e da fraqueza. Faça-o, meu amigo: faça-o! Peça esmola para as freiras de

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

*Lorvão, que foram ricas e felizes na mocidade, e que na velhice tem fome. A velhice é sancta! Ponha esse contraste do passado e do presente perante os olhos dos opulentos e ditosos, para que se lembrem com alguns cruzados das pobres que gemem debaixo destas abobadas escondidas no meio dos montes ladeirentos e agrestes do concelho de Penacova. Ao governo não peça nem diga nada; dixе esses homens ao seu destino; deixe-os estofar poltronas e dormir nelas. Deus e os vindouros hão de julgar-nos a todos."*⁵⁵



Fig. 64 Madre Carolina Augusta de Castro e Silva, última monja cisterciense portuguesa, faleceu em 1909.⁵⁶

A última monja cisterciense foi Madre Carolina Augusta de Castro e Silva (Fig. 64) que morreu em 1909 com 93 anos de idade. Era monja de Nossa senhora de Nazaré do Mocambo hoje conhecido como Convento das Bernardas. Com ela desapareceu a Ordem de Cister em Portugal, por cerca de oitenta anos até em 1989 ter sido fundado o Mosteiro cisterciense de Nossa Senhora de Maranathá, no Algarve (foi uma tentativa efémera com um diminuto número de monjas).

⁵⁵ HERCULANO, Alexandre; **AS FREIRAS DE LORVÃO (1853 / a António de Serpa Pimentel)** in "Opusculos"; 10 vols - Tomo I; Viúva Bertrand; Lisboa 1873-1908; pp.194-206; parêntesis recto da autora.

⁵⁶ CABRAL, Maria Isabel de Vasconcelos (Introdução, actualização do texto e notas); **O Livro de Receitas da última Freira de Odivelas**; Ed. Verbo; 1999; p.5



Fig. 65 Claustros do Mosteiro de Santa Maria de Oseira (Galiza, Espanha) aquando o “III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal”: num mesmo espaço, a partilha e o interesse por Cister; grupo constituído por monge de Oseira, casal de turistas franceses e conferencista. (fotografia da autora)

Cabe ao século XXI fazer ressaltar o que de melhor tem este legado, preservando a sua memória como um bem nacional que merece ser amado, acarinhado e preservado. *“A vida religiosa será um sinal de contradição para o mundo mas não pode ser um sinal de decepção para os homens.”*⁵⁷

3.4.

Uma perspectiva da evolução da Ordem de Cister em Portugal

A maior parte dos Mosteiros Cistercienses portugueses são, como seria de esperar, consagrados à Mãe de Deus (Fig. 66) e a sua denominação inicia-se geralmente com o nome “Santa Maria” seguindo-se o nome do local onde se implanta o mosteiro (Santa Maria de Alcobaça, Santa Maria do Bouro, Santa Maria Ermelo, Santa Maria de Fiães, Santa Maria das Júnias, Santa Maria de Salzedas, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Maceira Dão, Santa Maria de Seiça, Santa Maria de Celas, Santa Maria de Almoester, Santa Maria de Cós, Santa Maria de Tomarães, Santa Maria da Estrela) ou, então, iniciando-se com o nome “Nossa Senhora” (Fig. 67) sendo fundações da Congregação Autónoma de Alcobaça (Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa).

⁵⁷ ANTUNES, Manuel.; **Obra completa**; T. IV; FCG – Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa 2007; p.28

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



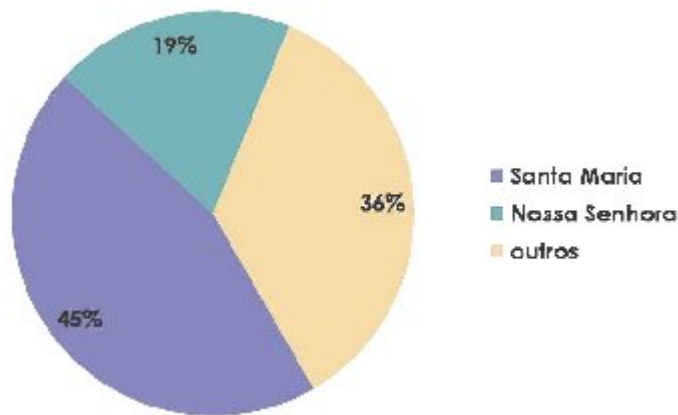
Fig. 66 Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (fotografia da autora)

Os mosteiros cuja denominação não se inicia por Santa Maria estão geralmente associados aos nomes dos eremitérios ou comunidades pré-existentes que aderiram posteriormente à Ordem de Cister mas que conservaram a sua denominação como é o caso de São João de Tarouca (antigo eremitério e depois mosteiro beneditino), São Mamede de Lorvão (antigo mosteiro beneditino), São Pedro e São Paulo de Arouca (mosteiro dúplice), São Cristóvão de Lafões, S. Tiago de Sever, São Paulo de Frades ou São Paulo de Almaziva, S. Pedro das Águias (mosteiro beneditino), S. Salvador das Bouças, S. Bento de Cástris (mosteiro beneditino), S. Bento de Xabregas, São João de Vale Madeiro, São Dinis de Odivelas (Graf. 6).



Fig. 67 Entrada da igreja do Mosteiro de Nossa Senhora de Nazaré do Mocambo onde ainda se pode ler "N. S. DE NAZARETH" (fotografia da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Graf. 6 Percentagem relativa à denominação dos Mosteiros cistercienses em Portugal (esquema elaborado pela autora)

De facto, os mosteiros consagrados a Santa Maria ocupam a maior percentagem de implantação no território Português (45%), sendo seguidos pelas inúmeras denominações que restaram dos antigos mosteiros ou ermitérios que se filiaram na Ordem de Cister (36%). Salienta-se que as filiações cistercienses, como já foi referido, podiam (ou não) adoptar o nome do orago da anterior comunidade que se filiou em Cister. Quanto aos mosteiros consagrados a Nossa Senhora (19%) correspondem aos mosteiros fundados no período da *Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve*, ou simplesmente *Congregação Autónoma de Alcobaça*, a partir da sua instituição em 1567.

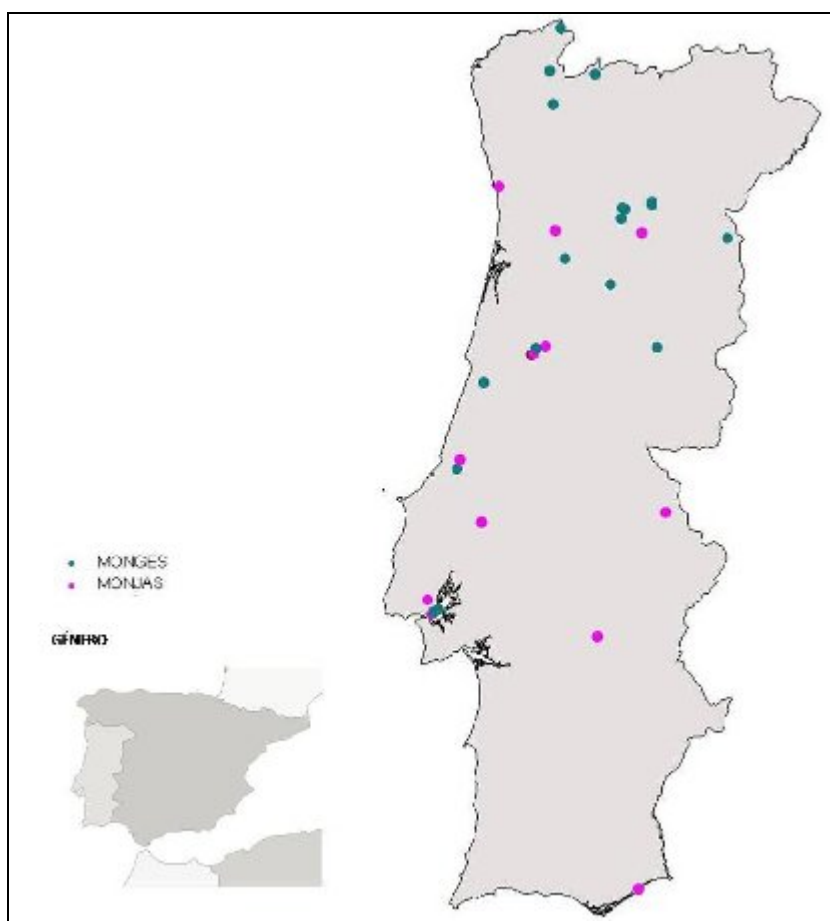


Fig. 68 Mosteiro de Santa Maria do Bouro, sobre a Sagrada Família pode ler-se a inscrição "MATER CISTERCIENTIVM ORA PRONOBIS". (fotografia da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

É curioso observar-se que também a nomenclatura muda com o advento da Congregação Autónoma de Alcobaça, passando o nome dos mosteiros a ser agraciado não por “Santa Maria” mas sim por “Nossa Senhora” que de facto são a mesma e única figura, a “*Mater Cisterciensium*” (Fig. 68) a “Mãe” de todos os cistercienses reformados e não reformados. Talvez o próprio termo “Nossa” esteja mais próximo dos monges e da “sua” nova Congregação

Torna-se importante marcar a diferença entre os Mosteiros Cistercienses femininos (Esq. 29) e os masculinos (Esq. 30), tanto fundados como filiados (Esq. 27 e 28), pois apesar de seguirem o mesmo rigor e preceitos algumas distinções são detectáveis. (Esq. 26 e Graf. 7)



Esq. 26 Mosteiros cistercienses femininos e masculinos – distribuição geográfica (desenho e síntese elaborados pela autora)

A maior parte dos mosteiros portugueses pertencentes à Ordem de Cister foram fundados pela Abadia de Claraval ou nela se encontram filiados.

No entanto, a sua ligação a Claraval nem sempre é a mesma. Isto é, sete mosteiros são directamente relacionados com Claraval: São João de Tarouca, Santa Maria de Alcobaça, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Salzedas, São Mamede de Lorvão, Santa Maria de Celas, São Pedro e São Paulo de Arouca.

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

A partir de 1657 os Mosteiros passam a depender directamente de Alcobaça com a criação da *Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve*.

MOSTEIROS CISTERCIENSES FEMININOS PORTUGUESES

VINCULO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	ANO
FUNDADO	Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	1692
	Mosteiro de São João de Vale Madeiro	1525/1530
	Mosteiro de Santa Maria de Cós	1241
	Mosteiro de São Dinis de Odivelas	1295
	Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	1653
	Mosteiro de Santa Maria de Almoester	1287
	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	1518
	Mosteiro de São Bernardo de Tavira	1530
FILIA DO	Mosteiro de S. Salvador das Bouças	1228
	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	1225
	Mosteiro de São Mamede de Lervão	1206
	Mosteiro de Santa Maria de Celas	1215
	Mosteiro de São Bento de Cástris	1275
	Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal	1756

Esq. 27 Vínculo (fundação/ filiação) dos Mosteiros cistercienses femininos portugueses e respectiva data⁵⁸ (síntese elaborada pela autora)

⁵⁸ No que respeita a datação e cronologia das filiações e fundações dos mosteiros femininos cistercienses portugueses ; cfr. COCHERIL, Dom Maur; **Le problème des foundations cisterciennes au Portugal aux XII et XIII siècles** in "Mélanges à la mémoire du père Anselme Dimier"; Tomo II – Histoire Cistercienne; vol. 4 – Abbayes ; Benoît Chauvin Ed.; Pupillin; 1982 / COCHERIL, Dom Maur; **Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle**; Arquivo do Centro Cultural Português; vol. X – Separata; Fundação Calouste Gulbenkian; Paris 1976 / COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna – X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978 / GUSMÃO, Artur Nobre de; **A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (ensaio de arqueologia da Idade Média)**; s/ed.; Lisboa; 1956 / GUSMÃO, Artur Nobre de; **Os Mosteiros de Cister na Época Moderna** in "Separata da revista LUSÍADA"; vol. III; nº 10; Porto; 1957 / MARQUES, Maria Alegria Fernandes; **Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal**; Colecção Estudos; nº 24; Edições Colibri; Lisboa; Junho 1998 / MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português**; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007 / OLIVEIRA, Pe. Miguel de; **História Eclesiástica de Portugal**; 3ª edição; União Gráfica; Lisboa; 1958 / OLIVEIRA, Pe. Miguel de; **Origens da Ordem de Cister em Portugal**; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos; Coimbra; 1951 / GOMES, Saul António; **Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – séculos XV-XVI**; Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR); 1998

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

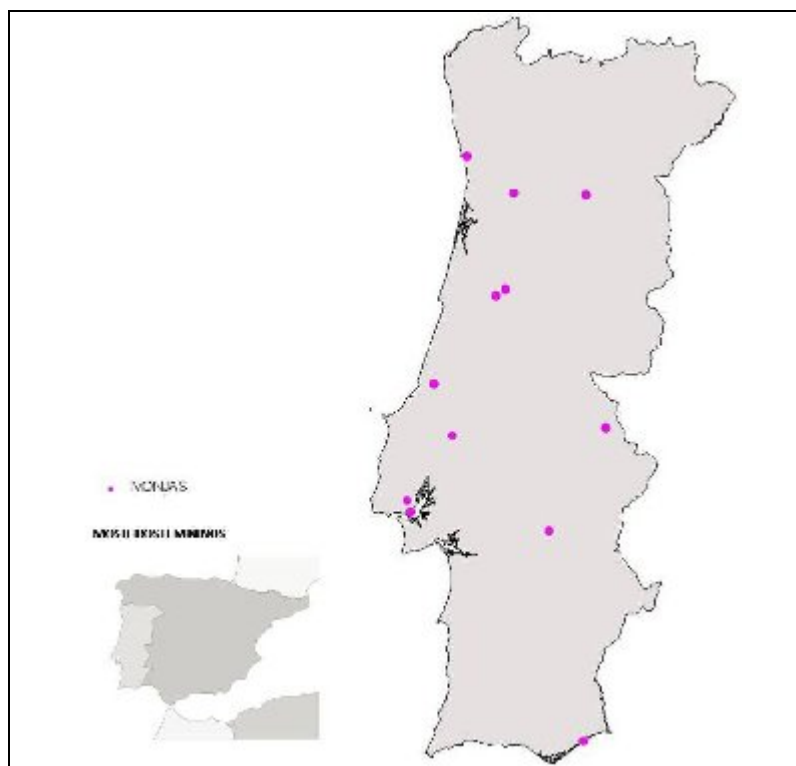
MOSTEIROS CISTERCIENSES MASCULINOS PORTUGUESES

VÍNCULO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	ANO
FUNDADO	Mosteiro de Santa Maria da Estrela	1220
	Colégio do Espírito Santo	1545
	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	1153
	Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro	1591
	Mosteiro de São Bento de Xabregas	1492
	Mosteiro de Santa Maria de Tomarães	1217
FILIA DO	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	1194
	Mosteiro de Santa Maria do Ermelo	antes do séc. XIII
	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	1195
	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	1247
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o velho)	1205
	Mosteiro de São Pedro das Águias	séc.XVI
	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	1196
	Abadia Velha de Salzedas	c.1150
	Mosteiro de São João de Tarouca	1143
	Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	1169
	Mosteiro de São Cristovão de Lafões	1163
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	1188
	Mosteiro de S. Tiago de Sever	1143/1144
	Mosteiro de São Paulo de Almaziva	1221
	Mosteiro de Santa Maria de Seiča	1195

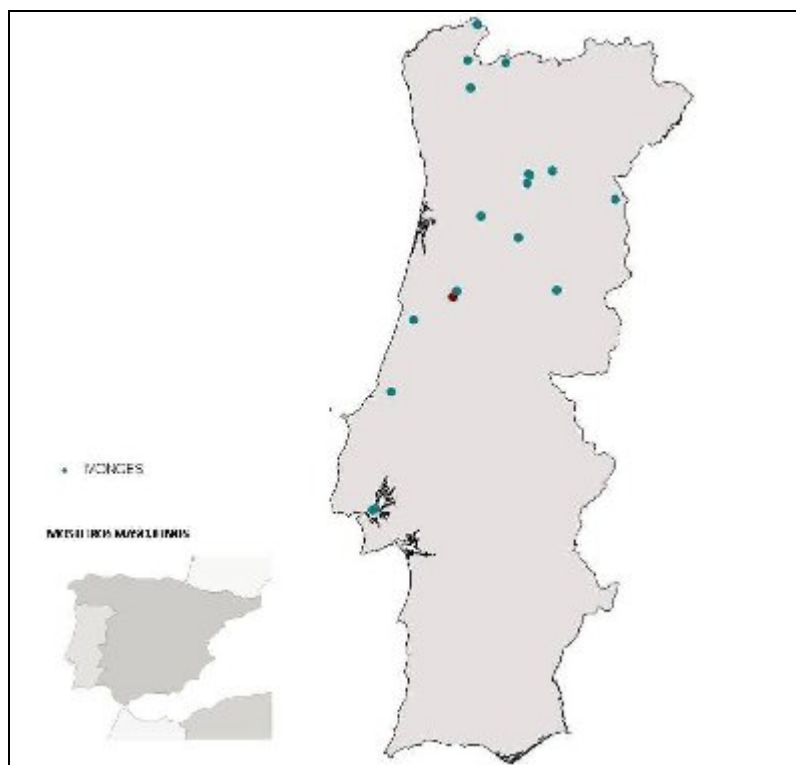
Esq. 28 Vínculo (fundação/ filiação) dos Mosteiros Cistercienses masculinos portugueses e respectiva data⁵⁹ (síntese elaborada pela autora)

⁵⁹ No que respeita a datação e cronologia das filiações e fundações dos mosteiros cistercienses portugueses ; cfr. COCHERIL, Dom Maur; **Le problème des fondations cisterciennes au Portugal aux XII et XIII siècles** in "Mélanges à la mémoire du père Anselme Dimier"; Tomo II – Histoire Cistercienne; vol. 4 – Abbayes ; Benoît Chauvin Ed.; Pupillin; 1982 / COCHERIL, Dom Maur; **Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle**; Arquivo do Centro Cultural Português; vol. X – Separata; Fundação Calouste Gulbenkian; Paris 1976 / COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna –X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978 / GUSMÃO, Artur Nobre de; **A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (ensaio de arqueologia da Idade Média)**; s/ed.; Lisboa; 1956 / GUSMÃO, Artur Nobre de; **Os Mosteiros de Cister na Época Moderna** in "Separata da revista LUSÍADA"; vol. III; nº 10; Porto; 1957 / MARQUES, Maria Alegria Fernandes; **Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal**; Colecção Estudos; nº 24; Edições Colibri; Lisboa; Junho 1998 / MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português**; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007 / OLIVEIRA, Pe. Miguel de; **História Eclesiástica de Portugal**; 3ª edição; União Gráfica; Lisboa; 1958 / OLIVEIRA, Pe. Miguel de; **Origens da Ordem de Cister em Portugal**; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos; Coimbra; 1951 / GOMES, Saul António; **Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – séculos XV-XVI**; Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR); 1998

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

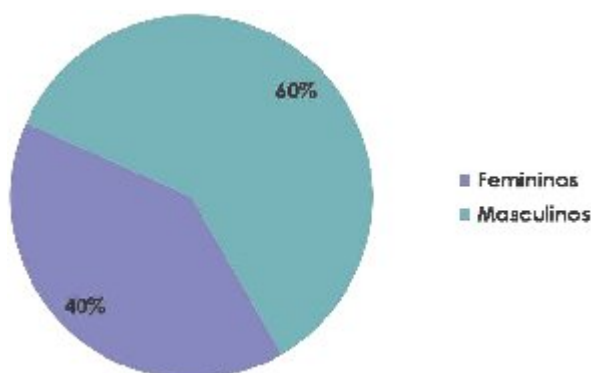


Esq. 29 Mosteiros cistercienses femininos – distribuição geográfica (desenho e síntese elaborados pela autora)

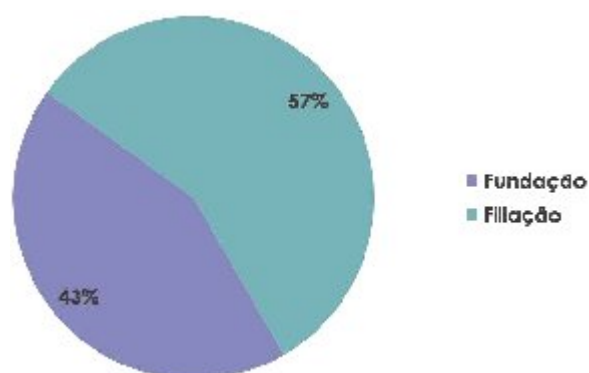


Esq. 30 Mosteiros cistercienses masculinos – distribuição geográfica (desenho e síntese elaborados pela autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

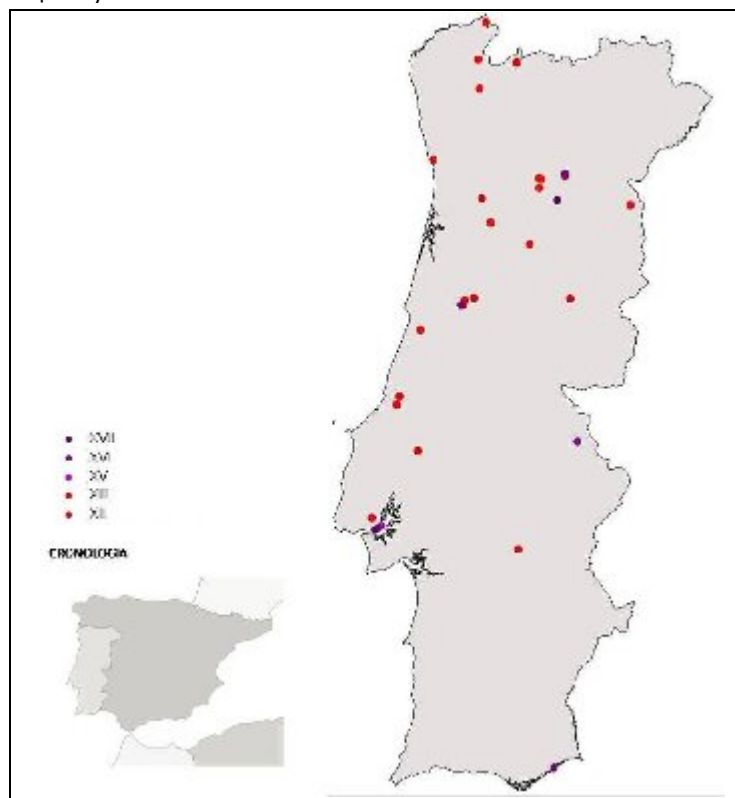


Graf. 7 Percentagem relativa ao género dos Mosteiros cistercienses em Portugal (esquema elaborado pela autora)



Graf. 8 Percentagem relativa ao vínculo dos Mosteiros cistercienses em Portugal (esquema elaborado pela autora)

Do ponto de vista cronológico (Esq. 31) encontram-se as primeiras fundações a partir do século XII. Sendo tradicionalmente apontada como a primeira S. João de Tarouca em 1143⁶⁰ e a última Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, já no século XVII, em 1692. (Esq. 32)



Esq. 31 Cronologia das implantações cistercienses - distribuição geográfica (desenho e síntese elaborados pela autora)

⁶⁰Segundo autores como Cocheril e Ferreira de Almeida. Cfr COCHERIL, Maur; **Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle**; Arquivo do Centro Cultural Português; Fundação Calouste Gulbenkian; Paris 1976 e ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; **Arquitectura** in "Nos confins da Idade Média"; IPM; 1992. No entanto a primazia é disputada com o Mosteiro de Lafões, Cfr. MARQUES, Maria Alegria Fernandes; Op.cit.

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

SÉCULO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	GÉNERO
XII	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	M
	Mosteiro de Santa Maria do Ermelo	M
	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	M
	Abadia Velha de Salzedas	M
	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	M
	Mosteiro de São João de Tarouca	M
	Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	M
	Mosteiro de São Cristovão de Lafões	M
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	M
	Mosteiro de S. Tiago de Sever	M
	Mosteiro de Santa Maria de Seiça	M
	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	M
XIII	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	M
	Mosteiro de São Pedro das Águias	M
	Mosteiro de S. Salvador das Bouças	F
	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	F
	Mosteiro de Santa Maria da Estrela	M
	Mosteiro de São Mamede de Lorvão	F
	Mosteiro de São Paulo de Almaziva	M
	Mosteiro de Santa Maria de Celas	F
	Mosteiro de São Dinis de Odivelas	F
	Mosteiro de Santa Maria de Tomarães	M
	Mosteiro de Santa Maria de Almoester	F
	Mosteiro de São Bento de Cástris	F
	Mosteiro de Santa Maria de Cós	F
XV	<i>Mosteiro de São Bento de Xabregas</i>	F
XVI	Mosteiro de São João de Vale Madeiro	F
	Colégio do Espírito Santo	M
	Mosteiro de São Pedro das Águias, o novo	M
	Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro	M
	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	F
	Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira	F
XVII	Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	F
	Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	F

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

A implementação e incorporação dos mosteiros da Ordem de Cister em Portugal tiveram o seu centro inicial na região das Beiras como foi já referido.

Deste modo os Mosteiros Cistercienses instalaram-se numa primeira fase, entre o rio Douro e o rio Tejo, pelas razões e objectivos já referidos, irradiando deste centro para o resto do País.

Deste modo as arquitecturas de Cister em Portugal, desde o século XII, permitiram e acompanharam a evolução das soluções arquitectónicas das distintas épocas, em que se inseriam, sendo possível encontrar em cada uma delas uma predominância estilística. Isto é, cada exemplar possui um estilo arquitectónico que prevalece e sobressai quando se faz uma atenta análise da sua estrutura ou morfologia arquitectónicas.



Fig. 69 Mosteiro S. João de Tarouca (fotografia da autora)

São João de Tarouca (1144) é considerado o primeiro e mais antigo Mosteiro cisterciense português (Fig. 69). A igreja apresenta três naves, um largo transepto saliente e uma cabeceira composta por três capelas quadrangulares escalonadas. Escavações arqueológicas colocaram a descoberto o claustro original (séc. XII) assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas. Deste modo foi possível identificar-se a planimetria do antigo mosteiro correspondente ao modelo claravalense que se intitula de românico cisterciense.

A introdução da Ordem de Cister, no coração das Beiras, foi iniciada com S. João de Tarouca, mas não se pode esquecer a importância de outros dois mosteiros, também inseridos nesta região e que em muito potenciaram a acção

cisterciense no país: Santa Maria de Salzedas e S. Pedro das Águias. A necessidade de produzir vinho de missa leva os Cistercienses a criar vinhedos, proporcionando o desenvolvimento da cultura da vinha e o fomento do comércio de vinhos. No âmbito europeu, curiosamente mas previsivelmente, observa-se que o desaparecimento de vinhas e vinhedos coincide com a expulsão dos monges.⁶¹

De igual modo, inseridos na região das Beiras, se encontram os mosteiros de Santa Maria de Salzedas (1191) e S. Pedro das Águias (séc. XII, com nova implantação no séc. XVI), que em muito elevaram a acção cisterciense no país. Ambos os mosteiros são exemplos de transferência de sítios, prática corrente em Mosteiros Cistercienses, caso a sua implantação não fosse favorável.

No que respeita ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas existe uma primeira implantação a NE da qual se encontram vestígios arqueológicos em terrenos pertencentes a um particular (Quinta da Abadia Velha). É possível vislumbrar nas ruínas da Abadia Velha de Salzedas (1168) a marca de Cister numa igreja românica e de grande porte que apresenta vestígios de três naves, transepto saliente, cabeceira composta da qual se destacam a abside e absidiolo poligonais, invulgares nos mosteiros cistercienses uma vez que habitualmente apresentavam uma cabeceira recta.

Aquela que é actualmente a Igreja do antigo Mosteiro de Santa Maria de Salzedas permitiu revelar, após obras de conservação, a existência da primitiva igreja de características românicas trazendo à luz do dia capitéis, colunas e arcos ogivais que se encontravam "embutidos", na actual igreja, fazendo parte integrante da sua estrutura, como se tratasse do esqueleto de um organismo vivo e atemporal que é o próprio edifício.

Pode-se mesmo referenciar a existência de três igrejas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas: as ruínas da Abadia Velha e a actual igreja, que se apresenta verdadeiramente como duas igrejas numa só, a primitiva e estrutural por um lado e a subsequente que funciona quase como uma "pele" em relação à anterior.

Assim, do período medieval remanesce a igreja do mosteiro que apresenta planta em cruz latina, três naves e transepto saliente sendo a cabeceira composta por cinco capelas absidiais escalonadas, caso raro no panorama do românico português. Porém, deste período apenas subsistiu um absidiolo semi-circular, no braço norte do transepto, com colunas adossadas no exterior.

Do mesmo modo existe o Mosteiro de S. Pedro das Águias (o novo) que se encontra associado a uma produtora de vinho do Porto (chamada Quinta do Convento) e que foi antecedido pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho) do qual subsiste ainda hoje a Igreja. Do Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho), concelho de Tabuaço, subsiste a Igreja românica de planta simples dotada de nave única e capela-mor rectangular.

⁶¹ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p. 367

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 70 Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho: tímpano com *Agnus Dei* (fotografia da autora)

O destaque vai para a decoração escultórica, sobretudo para o tímpano da porta axial que apresenta uma cruz de características visigóticas e o belíssimo tímpano contendo a representação do *Agnus Dei* no portal norte (Fig. 70).

O Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho) nasceu de um antigo eremitério e nunca chegou a ser acabado. No entanto, foi alvo de obras de restauro e reconstrução pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no início ¹⁶⁷ do século XX, segundo as teorias em voga nessa época.



Fig. 71 Vinhas do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo, na actualidade (fotografia da autora)

É curioso se pensarmos que as vinhas cultivadas pelos Monges Cistercienses ainda subsistem e fazem parte do Património Mundial que é hoje o “Alto Douro Vinhateiro” (Fig. 71). “O desenvolvimento do cultivo e da exploração do vinho no ocidente medieval europeu deve-se às necessidades litúrgicas da igreja (...)” como refere José Ignacio de la Torre Rodríguez.⁶² Os Cistercienses procuraram cultivar os seus vinhedos junto dos rios em solos onde seria difícil fazer outro tipo de cultivo. Na realidade muitas dessas terras e granjas ainda permanecem ligadas à produção do vinho constituindo mesmo o núcleo de algumas das quintas de produção de vinho da região duriense de que são o exemplo a Quinta do Granjão ou a Quinta do Monsul. Também as vinhas das terras do mosteiro de Salzedas permanecem hoje como fonte de receita permitindo produzir o vinho e o espumante das caves Murganheira que se encontram inseridas na Quinta da Abadia Velha (de Salzedas).

A viticultura de origem cisterciense que subsiste ainda hoje também pode ser encontrada em Santa Maria de Aguiar (Fig. 73) em Figueira de Castelo Rodrigo. Este Mosteiro masculino do século XII tem actualmente uma curiosa solução de gestão sendo de certa forma exemplo do estado geral dos mosteiros em Portugal. Nele encontra-se a exploração hoteleira por parte da família que o possui, coexistindo a habitação particular com o turismo de habitação – Hospedaria do Convento, no edifício que correspondia à hospedaria do mosteiro (Fig. 72).



Fig. 72 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, na actualidade
(fotografia da autora)

⁶² Cfr. RODRIGUEZ, José Ignacio de La Torre; **A viticultura nos Mosteiros Cistercienses do Vale do Douro Português** in “Douro: Estudos e Documentos”; nº3; Porto; 1997; p. 17



Fig. 73 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar: Sala do Capítulo (fotografia da autora)

O turismo de habitação é um tipo de exploração turística de um edifício, geralmente longe do meio urbano, no qual um particular acolhe na residência em que habita visitantes e turistas, sob licença da Direcção Geral de Turismo, fazendo disso um meio de rendimento.

A Igreja de Santa Maria de Aguiar é visitável e encontra-se afecta ao IGESPAR. Os terrenos em que se encontra o Mosteiro ainda estão ligados à produção do vinho (D'aguiar) e infelizmente a restante parte do edificado do mosteiro encontra-se em ruína, também visitável, embora propriedade particular.

O século XIII foi essencialmente o das implantações femininas, como foi referido anteriormente, nas quais tiveram um papel preponderante as três netas de D. Afonso Henriques Teresa, Mafalda e Sancha. São deste século mosteiros como o de Lorvão (antigo mosteiro de Monges Beneditinos) fundado por D. Teresa (entre 1200 e 1206) e localizado próximo de Coimbra, Celas (1214), localizado em Coimbra, fundado por D. Sancha e Arouca (1223), localizado a norte do País, filiado por D. Mafalda.



Fig. 74 Cidade de Évora e Mosteiro de S. Bento de Cástris, marcado a vermelho, que se encontra ainda hoje fora dos limites da cidade (desenho da autora sobre imagem *Virtual Earth*)

Também são desta época a fundação do Mosteiro feminino de Almoster (1287) e a filiação do também Mosteiro feminino S. Bento de Cástris (1275). S. Bento de Cástris (Fig. 74), nos arredores da cidade de Évora, nunca chegou a ser absorvido pela expansão da cidade e, é um exemplo de mosteiro de planície, encontrando-se a sul do rio Tejo e no sul de Portugal, na região do Alentejo. Santa Maria de Almoster também se encontra em situação de planície, no Ribatejo, acima do rio Tejo e relativamente próximo de Lisboa.

É de voltar a salientar a existência de um importante segundo pólo de implementação da Ordem de Cister em Portugal, para além da região das Beiras, é a região de Alcobaça. Desde a segunda metade do século XII ao início do século XIV os Cistercienses ergueram um vasto domínio a que se chamou "Coutos de Alcobaça". Ao Mosteiro de Alcobaça se deveu a proliferação de granjas que tiveram um papel preponderante no cultivo e povoamento dos vastos territórios doados à Abadia e devastados pelas lutas da Reconquista cristã (e no início ainda sob a ameaça de novas invasões muçulmanas). Mais tarde estas granjas transformaram-se em vilas florescentes.⁶³ (Fig. 75)

⁶³ NATIVIDADE, J. Vieira; **Obras várias – II**; Edição da Comissão comemorativa promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade; Alcobaça; s/d.; p.11 e p.63



Fig. 75 A Quinta do Campo (marcada a cor), pertencente aos Coutos de Alcobaça, não só foi a escola agrícola dos monges como deu origem a uma vila florescente: Valado de Frades, que se pode observar a Oeste, enquanto a Este da quinta, ainda hoje existem férteis terrenos de cultivo, apesar de serem atravessados pela auto-estrada A8 como se pode observar na fotografia. (desenho da autora sobre fotografia aérea do IGeoE⁶⁴)

A primeira farmácia portuguesa foi a do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Dom Maur Cocheril avança ainda com a suposição de que foi em Alcobaça que eventualmente poderá ter surgido uma das primeiras escolas públicas instaurada pelos monges alcobacenses.

A primeira escola de agricultura surge em *Valado dos Frades* e subsiste até 1833. A granja da *Vestiaria* fabricava tecidos, a granja de *Ferraria* fabricava, entre outros objectos, armas.

As primeiras forjas portuguesas surgiram em *Águas Belas* e em *Ferrarias*, nos Coutos de Alcobaça, pela mão dos abades de Alcobaça que deste modo introduziram, em Portugal, a indústria metalúrgica (Fig. 76).

Com o passar do tempo a Abadia enriquece e transforma-se num poderoso feudo cuja opulência contrastava com a simplicidade e a austeridade primitivas. Acrescenta-se como curiosidade que a grandiosidade e a opulência do Mosteiro de Alcobaça eram tais que simplesmente a sua cozinha do século XVIII foi lembrada pelos escritos de William Beckford como “o mais notável templo de glotonaria de toda a Europa”.⁶⁵

⁶⁴ Agora IGP – Instituto Geográfico Português

⁶⁵ BECKFORD, William; **Alcobaça e Batalha – Recordações de Viagem**; Ed. Vega; Lisboa 1997; p. 36

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

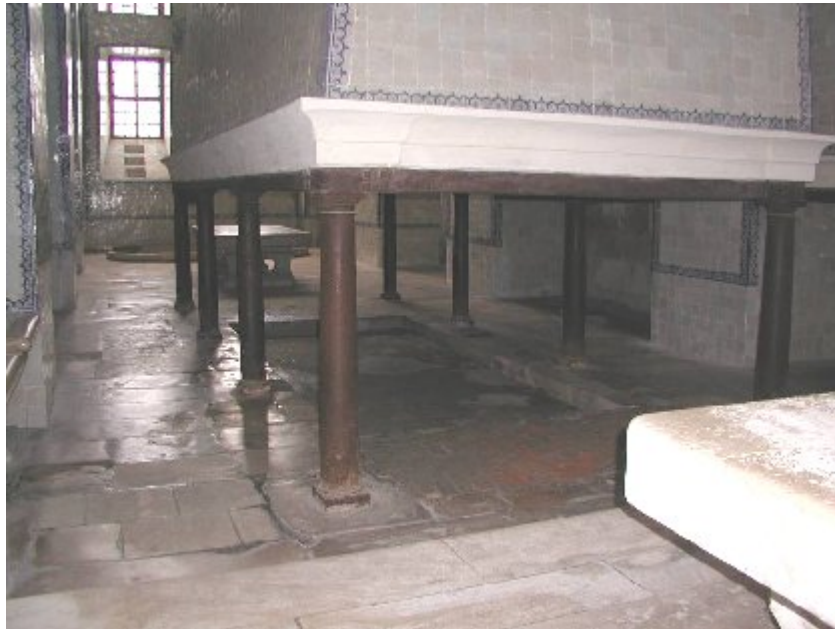
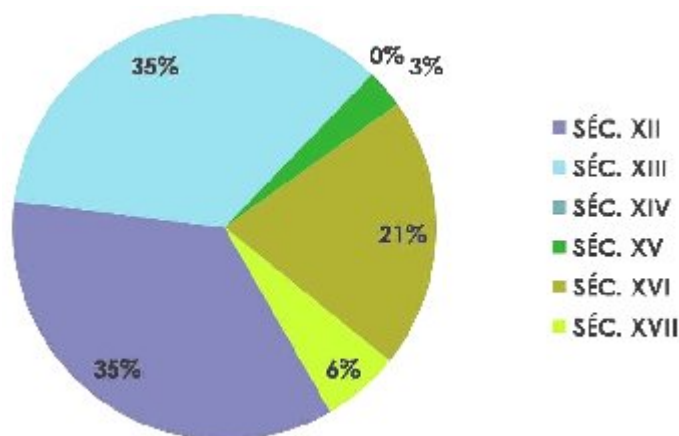


Fig. 76 Cozinha do Mosteiro de Alcobaça – utilização de colunas de ferro estruturais, facto inovador e pioneiro⁶⁶ (fotografia da autora)

Note-se que a maior percentagem de incorporações na Ordem de Cister realizada em Portugal deu-se sobretudo durante os séculos XII e XIII (Graf. 9) correspondendo a 70% do total de mosteiros tendo sido verificada a maior adesão à Ordem de Cister durante o reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185).



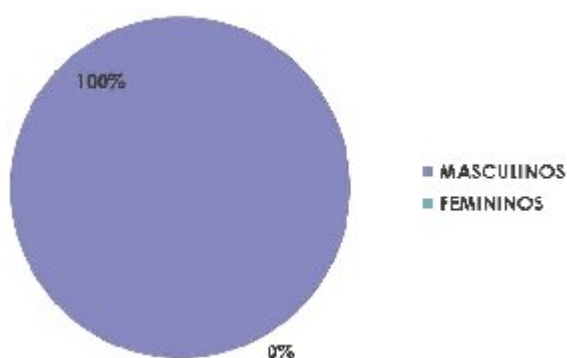
Graf. 9 Mosteiros cistercienses do séc. XII ao XVII (esquema e síntese da autora)

⁶⁶ "(...) a cozinha do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi pioneira na utilização do ferro na construção civil (...). O que a torna famosa para os historiadores não é a sua grande dimensão, mas a estrutura de ferro – constituída por oito colunas – em que assenta a chaminé gigante e a possibilidade de serem as primeiras colunas de ferro fundido, utilizadas como estrutura de suporte em construção." Cfr. FERREIRA, Maria Augusta Lage Pablo da Trindade; **As Colunas de Ferro da Cozinha do Mosteiro de Alcobaça – hipóteses para a solução de um enigma ainda por desvendar**; ACD, Editores; 2004; p.4 e p.11

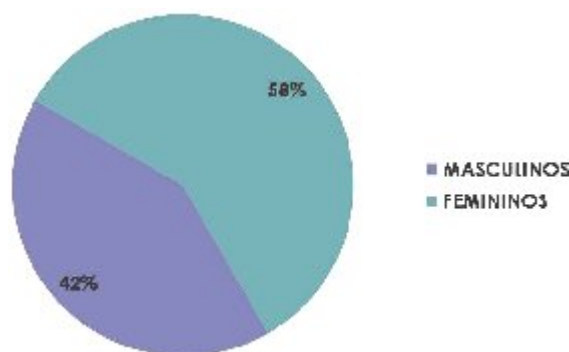
3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Isto é cerca de 35% no século XII (Esq. 33) e idêntica percentagem no século XIII, distinguindo-se apenas no que respeita ao género, o século XII corresponde apenas a mosteiros masculinos (Graf. 10), filiados ou fundados, enquanto o século XIII corresponde a uma elevada percentagem de fundações e filiações femininas (Graf. 11) porquanto relacionada com o s mosteiros do Ciclo do Real Feminino.

Durante o século XIII (Esq. 34) de facto a percentagem de mosteiros femininos correspondeu a 58% das fundações e filiações efectuadas enquanto a percentagem de mosteiros masculinos correspondeu a 42%.



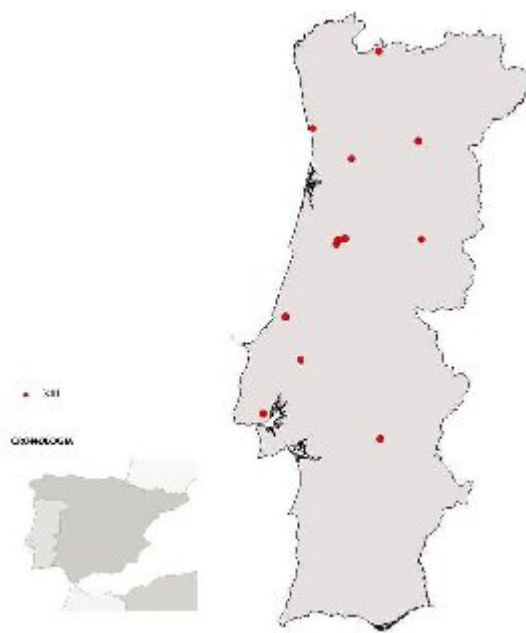
Graf. 10 Mosteiros cistercienses do séc. XII
(esquema e síntese da autora)



Graf. 11 Mosteiros cistercienses do séc. XIII
(esquema e síntese da autora)



Esq. 33 Mosteiros cistercienses do séc. XII
(desenho da autora)

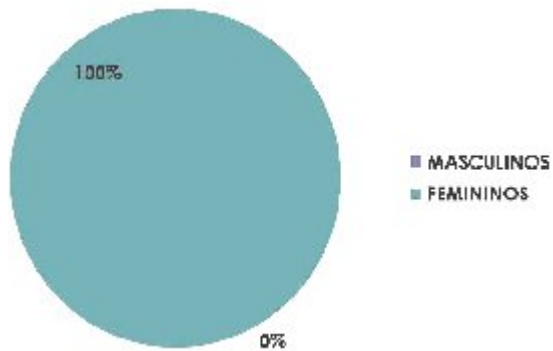


Esq. 34 Mosteiros cistercienses do séc. XIII
(desenho da autora)

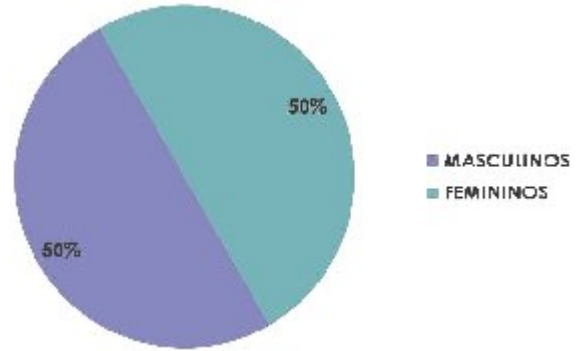
3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

O século XIV foi o século das ordens militares daí a ausência de mosteiros cistercienses fundados ou filiados pois deu-se maior importância ao “braço armado de Cister”

Durante os séculos XIV e XV houve um forte decréscimo de adesão à Ordem de Cister correspondendo apenas a 3% do total no séc. XV (Graf. 12 e Esq. 35).



Graf. 12 Mosteiros cistercienses do séc. XV
(esquema e síntese da autora)



Graf. 13 Mosteiros cistercienses do séc. XVI
(esquema e síntese da autora)



Esq. 35 Mosteiros cistercienses do séc. XV
(desenho da autora)



Esq. 36 Mosteiros cistercienses do séc. XVI
(desenho da autora)

Porém no século XVI (Graf. 13 e Esq. 36), com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça, a 26 de Outubro de 1567, a situação inverte-se subindo a percentagem para os 21% o que permite um novo dinamismo à instituição cisterciense. Pouco depois dá-se início ao período das grandes reconstruções e restauros, e é neste período (caracterizado pelo gosto barroco) que nascem as novas fachadas das Igrejas de Alcobaça e do Bouro (Fig. 77).

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 77 Novas fachadas: (a)Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e (b) Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografias da autora)



Fig. 78 Mosteiro de S. João de Tarouca: igreja (fotografia da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



Fig. 79 Sacristia do Mosteiro de S. João de Tarouca (fotografia da autora)

176

Do século XVI é o colégio do Espírito Santo (1541) em Coimbra (Fig. 80) localizado na Rua da Sofia (sabedoria) um dos arruamentos mais estruturantes da cidade de Coimbra. Nele existiam inúmeros colégios de ordens religiosas construídos após a fixação da Universidade, em 1537, na cidade de Coimbra.

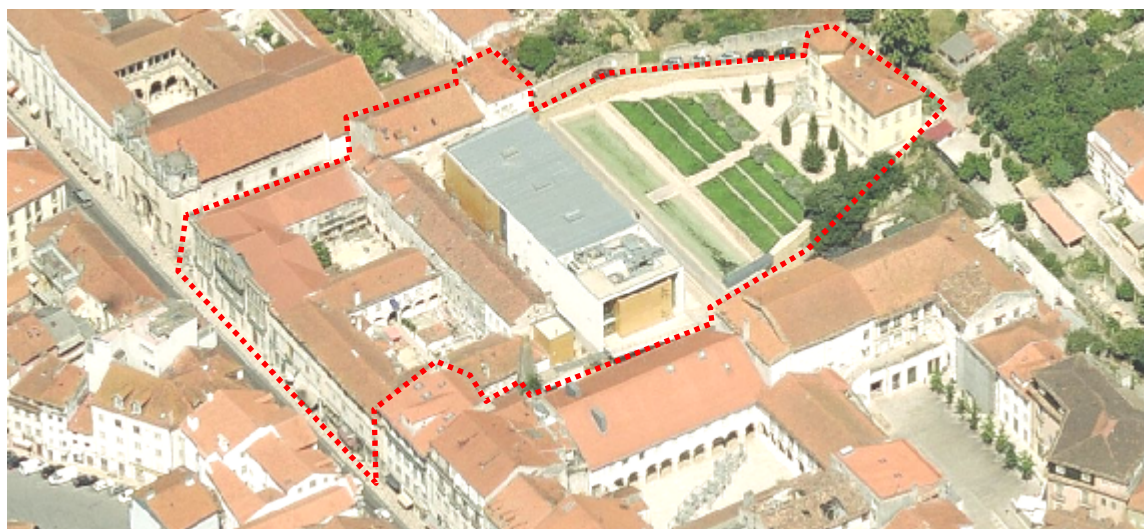


Fig. 80 Colégio do Espírito Santo, com os seus dois claustros bem visíveis, inserido na Cerca de S. Bernardo, agora recuperada paisagisticamente (desenho da autora sobre fotografia Virtual Earth)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

Actualmente o Colégio de S. Bernardo de Coimbra (Fig. 81), como também é conhecido, é hoje utilizado para fins habitacionais sendo o piso térreo destinado ao comércio. A sua cerca foi recentemente alvo de reconversão paisagística (Fig.82).



Fig. 81 Colégio do Espírito Santo localizado na Rua da Sofia (fotografia da autora)

177



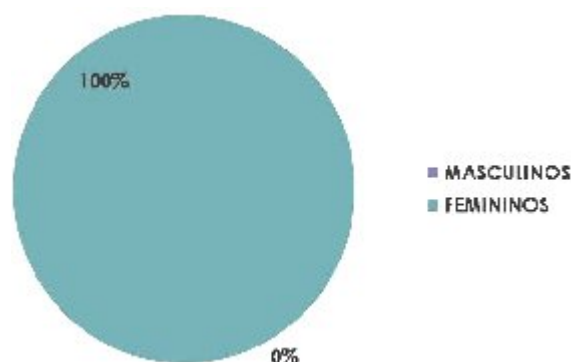
Fig. 82 Detalhe da reconversão e recuperação paisagística da Cerca de S. Bernardo (fotografias da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

O séc. XVII (Graf. 14 e Esq. 37) foi o século das últimas fundações femininas: Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (Fig. 83) e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (Fig. 84).



Fig. 83 Mosteiro de N. Srª da Nazaré do Mocambo (fotografia da autora)



Graf. 14 Mosteiros cistercienses do séc. XVII (esquema e síntese da autora)



Fig. 84 Mosteiros de N. Srª da Assunção de Tabosa (fotografia da autora)



Esq. 37 Mosteiros cistercienses do séc. XVII (desenho da autora)

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

O século XVIII foi o século da talha e dos embelezamentos barrocos que constituem todo um património integrado a preservar. Deste modo, Cister executou um novo período de construção e renovação dos seus mosteiros segundo o novo gosto dos embelezamentos barrocos, distinguindo-se também deste modo das arquitecturas de simplicidade e cariz protestantes que começaram a florescer na Europa tal como já foi referido anteriormente.



Fig. 85 Mosteiro de S. Mamede de Lorvão: Cúpula da Igreja (fotografia da autora)

No séc. XVIII, as guerras liberais e as invasões francesas vêm apenas aprofundar a situação de decadência em que a Ordem se encontrava. No século XIX, em Portugal, a Ordem extingue-se, como todas as outras por decreto (1834).

No século XX iniciam-se as Campanhas de restauro, reconstrução, renovação, reabilitação levadas a cabo pela DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais)⁶⁷, pelo IPPAR⁶⁸ (Instituto Português do Património Arquitectónico) e por particulares estendendo-se até este século (Fig.85).

⁶⁷ Actualmente IHRU

⁶⁸ Actualmente IGESPAR, IP

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

GÉN	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	ESTILOS ARQUITECTÓNICOS	
		DOMINANTE	PARALELO
MASCULINO	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	Românico	Barroco (interior)
	Mosteiro de Santa Maria do Ermelo	Românico	Barroco (interior)
	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	Maneirista	Românico
		Contemporâneo	(vestígios arq.) Barroco
	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	Românico	Gótico
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o velho)	Românico	-
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o novo)	Maneirista	Românico
		Barroco	(vestígios arq.) Contemporâneo
	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	Gótico	Românico
		Barroco	Maneirista
	Abadia Velha de Salzedas	Românico	-
	Mosteiro de São João de Tarouca	Gótico	Românico
		Barroco	Renascentista
	Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	Românico	Contemporâneo
		Gótico	
	Mosteiro de São Cristovão de Lafões	Maneirista	Contemporâneo
		Barroco	
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	Maneirista	-
		Barroco	
	Mosteiro de Santa Maria da Estrela	Maneirista	(descaracterizado)
	Mosteiro de São Paulo de Almaziva	Barroco	Manuelino
	Colégio do Espírito Santo	Renascentista	Contemporâneo
		Maneirista	(descaracterizado)
	Mosteiro de Santa Maria de Seiça	Barroco	Maneirista
	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	Gótico	Renascentista
			Barroco
			Contemporâneo
	Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro	Maneirista	Contemporâneo (descaracterizado)

Esq. 38 Estilos arquitectónicos, dominantes e paralelos, nos mosteiros cistercienses masculinos portugueses (síntese elaborada pela autora)

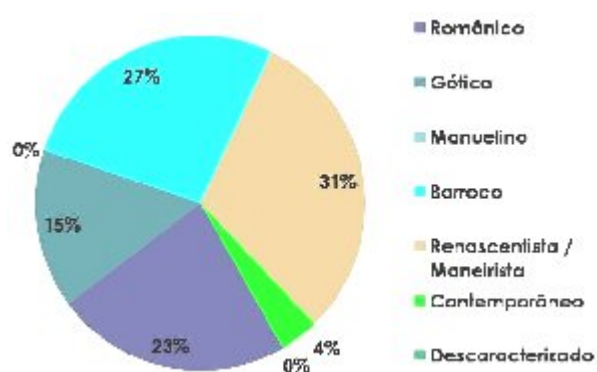
3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE



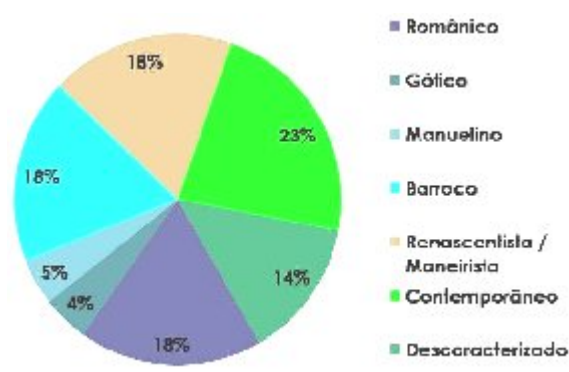
Fig. 86 Mosteiro de S. Mamede de Lorvão: igreja
(fotografia da autora)

181

Os Mosteiros Cistercienses masculinos (Esq. 38) existentes em Portugal apresentam como denominador comum no que respeita ao estilo arquitectónico dominante uma forte presença do estilo renascentista e maneirista (31%) o que é compreensível pelos próprios factos históricos apontados anteriormente uma vez que com a Congregação Autónoma de Alcobaça muitos mosteiros foram renovados, quer por obras de reconstrução, quer por obras de renovação.



Graf. 15 Estilo principal dos mosteiros masculinos cistercienses (esquema e síntese da autora)



Graf. 16 Estilo paralelo dos mosteiros masculinos cistercienses (esquema e síntese da autora)



Fig. 87 Mosteiro de Stª Mª de Alcobaça: fachada barroca (fotografia da autora)

Esta linguagem arquitectónica é seguida pela presença do Barroco (27%), estilo utilizado nos embelezamentos requeridos pela nova Congregação Autónoma de Alcobaça (Fig. 87). Só depois do estilo renascentista, maneirista e barroco, ganha expressão a linguagem arquitectónica utilizada na génese da arquitectura cisterciense portuguesa, isto é o Românico (23%) e o Gótico (15%). Pelo que considerando a primitiva arquitectura cisterciense de carácter românico e gótico pode-se afirmar que esta se sobrepõe maioritariamente constituindo-se quase como um terço do estilo predominante nos mosteiros cistercienses masculinos portugueses, ou seja uma fatia maioritária de 38% que corresponde ao somatório dos vestígios góticos e românicos (Graf.16).

Em termos de estilos paralelos, pelas mesmas razões apontadas apresentam-se três constantes: o Barroco (18%), a arquitectura renascentista / maneirista (18%) e a arquitectura contemporânea (23%). Esta última é a mais expressiva e abrangente linguagem arquitectónica que se verifica existir em termos de paralelismo estilístico nos mosteiros masculinos cistercienses portugueses pois muitos foram intervencionados pela antiga DGEMN e pelo extinto IPPAR ao longo de todo o século XX e parte do século XXI.

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

GÉN	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	ESTILOS ARQUITECTÓNICOS	
		DOMINANTE	PARALELO
FEMININO	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	Maneirista	Contemporâneo
	Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	Barroco	Maneirista
	Mosteiro de São Mamede de Lorvão	Maneirista	Contemporâneo
		Barroco	
	Mosteiro de Santa Maria de Celas	Manuelino	Românico
		Renascentista	Gótico
		Barroco	
	Mosteiro de Santa Maria de Cós	Maneirista	Manuelino
		Barroco	
	Mosteiro de São Dinis de Odivelas	Gótico	Contemporâneo
		Maneirista	
		Barroco	
	Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	Maneirista	Barroco
		Contemporâneo	
	Mosteiro de Santa Maria de Almoester	Gótico	Barroco
		Maneirista	
	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	Renascentista	Manuelino
		Barroco	
	Mosteiro de São Bento de Cástris	Gótico - Mudéjar	Românico
			Barroco
	Mosteiro Nossa Senhora da Piedade de Tavira	Maneirista	Manuelino
		Contemporâneo	

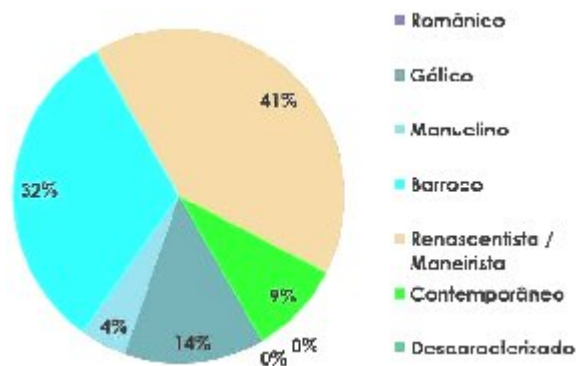
Esq. 39 Estilos arquitectónicos, dominantes e paralelos, nos mosteiros cistercienses femininos portugueses (síntese elaborada pela autora)

Os Mosteiros Cistercienses femininos (Esq. 39) existentes em Portugal apresentam como denominador comum no que respeita ao estilo arquitectónico dominante uma forte presença do estilo renascentista e maneirista (41%) o que é compreensível pelos próprios factos históricos apontados anteriormente quando se referiu o mesmo facto nos Mosteiros Cistercienses masculinos. Tal como os mosteiros masculinos anteriores esta linguagem arquitectónica é seguida pela presença do Barroco (32%), estilo utilizado nos embelezamentos requeridos pela Congregação Autónoma de Alcobaça (Fig. 88).

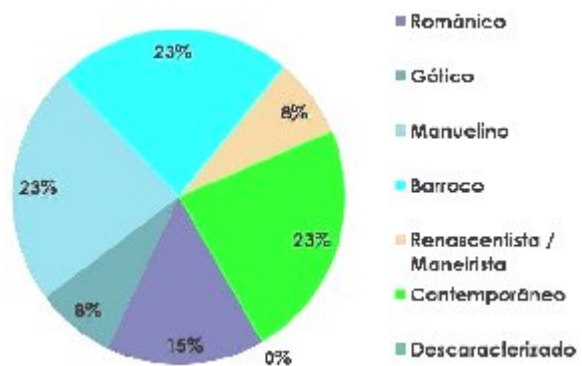


Fig. 88 Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa: armas da Congregação Autónoma de Alcobaça, sobre nicho que contém a imagem de S. Bernardo que se encontra sobre o pórtico de acesso a este mosteiro feminino (fotografia da autora)

184



Graf. 17 Estilo principal dos mosteiros femininos cistercienses (esquema e síntese da autora)



Graf. 18 Estilo paralelo dos mosteiros femininos cistercienses (esquema e síntese da autora)

Uma vez que os mosteiros femininos cistercienses (Graf. 17) só começaram a aparecer em Portugal a partir do século XII é compreensível que o Românico como estilo dominante seja inexistente e que o Gótico apenas tenha uma presença de 14% existindo no entanto alguma expressão do Manuelino (4%).

No entanto em termos de estilos paralelos (Graf. 18) pode-se observar ainda alguma força na presença do Românico (15%) e do Gótico (8%). Porém no que respeita aos estilos não dominantes e paralelos dos Mosteiros Cistercienses femininos portugueses existe uma forte expressão do estilo Manuelino (23%) a par do Barroco (23%) e da arquitectura contemporânea (23%). Este facto é apontado

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

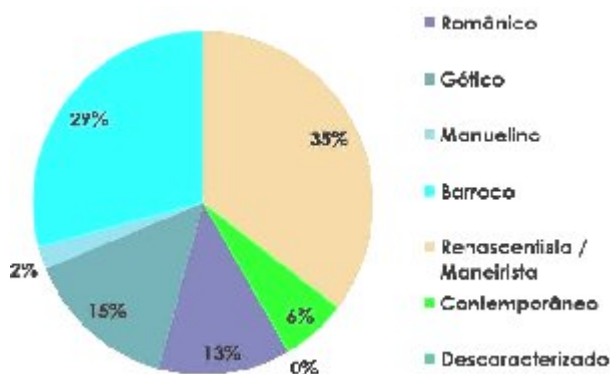
pelas mesmas razões apontadas para os Mosteiros Cistercienses masculinos portugueses.



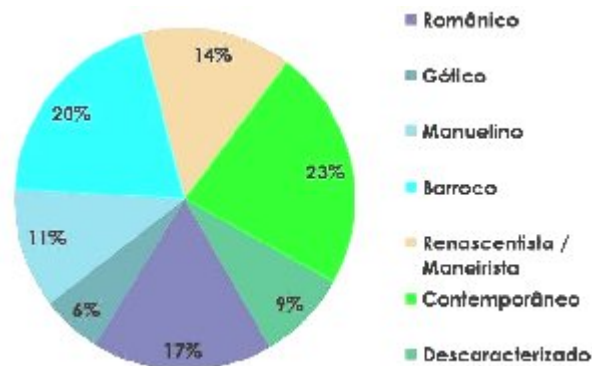
Fig. 89 Mosteiro da N. Sª da Piedade de Tavira: portal manuelino (arquivo da autora)

Referindo-se à generalidade das arquitecturas dos mosteiros cistercienses ¹⁸⁵ subsistentes na actualidade Saul António Gomes afirma:

*"As velhas arquitecturas medievais góticas foram, assim, encaixadas em fisionomias arquitectónicas modernas, posto que, nalgumas situações, se mantenham visíveis e fortemente endogeneizadas como sucede em Alcobaça."*⁶⁹



Graf. 19 Estilo principal dos mosteiros (femininos e masculinos) cistercienses (esquema e síntese da autora)



Graf. 20 Estilo paralelo dos mosteiros (femininos e masculinos) cistercienses (esquema e síntese da autora)

⁶⁹ Cfr. GOMES, Saul António; **Oito séculos de Cister em Portugal: questões em aberto** in in "Actas del III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y en Portugal"; tomo I; Ediciones Monte Casino; Zamora 2006; p.45

De facto as arquitecturas de Cister em Portugal, repartindo-se por mosteiros femininos e mosteiros masculinos, sofreram vastas e profundas remodelações ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XVI, sendo de inegável destaque a riqueza e o esplendor atingidos com o Barroco através da ornamentação e da talha dourada (Fig. 90).



Fig. 90 Cúpula da Capela-relicário da sacristia nova do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

De um modo genérico actualmente pode-se afirmar que os estilos dominantes (Graf. 19), tanto de mosteiros femininos como de mosteiros masculinos, se repartem por três grandes correntes estilísticas. Em primeiro lugar a linguagem Renascentista / Maneirista (35%) seguida pela linguagem da arquitectura cisterciense primitiva (30%), do Românico (13%) ao Gótico (15%) e em última instancia ao Manuelino (2%), uma vez que é já uma expressão tardia do Gótico português e que antecede e anuncia a nova linguagem barroca pois dota o Gótico de elementos característicos das viagens marítimas e descobertas de novos mundos levadas a cabo pelos Descobridores e navegantes portugueses. A acrescentar à linguagem Renascentista / Maneirista e à linguagem do primitivo Cister português surge a linguagem Barroca (29%).

No que refere à existência de estilos paralelos (Graf. 20) característicos nos mosteiros cistercienses, tanto femininos como masculinos, em Portugal é de salientar a forte componente da arquitectura contemporânea (23%) que constitui praticamente um quarto da linguagem arquitectónica que se pode encontrar nos exemplares do Cister português. De facto, como refere Terryl Kinder:

“Quando nel XIV o nel XVIII secolo alcune comunità hanno deciso di ricostruire, lo hanno fatto nello stile proprio del loro tempo; non c'erano

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

dubbi al riguardo, ne si poteva agire deversamente: i costruttori medievali erano morti e spolti e a nessuno sarebbe venuto in mente di ricrearne l'opera (l'imitazione di stile di altre epoche è un fenomeno tipico del nostro tempo, non del passato). Non contribuisce a una migliore comprensione delle cose dichiarare che le strutture edificate in seguito 'non sono cisterciensi'; in realtà, ciò che rimproveriamo loro è che non sono romaniche. (...) il gusto contemporaneo favorisce la purezza del romanico rispetto all'esuberanza del barocco."⁷⁰



Fig. 91 Mosteiro de Santa Maria de Almoester (fotografia da autora)

Pode-se referir que existam ainda em Portugal mosteiros que subsistem com a sua linguagem arquitectónica cisterciense primitiva como é o caso dos Mosteiros de Santa Maria de Fiães, Santa Maria do Ermelo, Santa Maria das Júnias, S. Pedro das Águias (o velho) assim como os vestígios arquitectónicos da Abadia velha de Salzedas. O edifício gótico por excelência da Ordem de Cister em Portugal é o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Inseridos noutra linguagem arquitectónica que não a primitiva (desde o estilo Renascentista, ao Maneirismo, ao Manuelino e ao Barroco) são os Mosteiros de S. Mamede de Lorvão, Santa Maria de Cós, Santa Maria de Almoester (Fig. 91), S. Bento de Cástris, Santa Maria de Seça, S. Paulo de Almaziva, S. Pedro e S. Paulo de Arouca.

Outros possuem o cunho da arquitectura contemporânea: S. Cristóvão de Lafões, Nossa Senhora da Nazaré de Mocambo, a Ala S. Bernardo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; Ou estão construídos com as pedras de um mosteiro

⁷⁰ KINDER, Terryl N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998; p. 230

3. CISTER EM PORTUGAL: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

como é o caso do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Fig. 92) e Nossa Senhora da Piedade de Tavira. Também dotado de uma linguagem contemporânea é o arranjo paisagístico do Colégio do Espírito Santo ou de S. Bernardo de Coimbra.



Fig. 92 Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografia da autora)

Porém, noutros mosteiros nem os estilos paralelos subsistem pois o próprio edificado desapareceu para sempre como é o caso dos Mosteiros de Santa Maria de Tomarães, S. Tiago de Sever ou S. João de vale Medeiro. No entanto, refere Dom Maur Cocheril:

*"Quando os monges, durante séculos e séculos,
impressionaram com a sua marca uma terra,
ainda que não ficasse da moradia dos monges
senão uma pedra que se desagrega,
senão um grão de areia que se esbroa,
a pedra, a areia falam dos monges.
Mesmo que a pedra e o grão de areia
por seu turno desaparecessem,
a terra, a velha e nobre terra,
a terra sobre a qual os monges se debruçavam,
o vale em que rezavam,
as árvores que plantaram
continuariam a falar deles.
Porque, durante séculos e séculos,
os monges impressionaram com a sua marca uma terra."* ⁷¹

⁷¹ Cfr COCHERIL, Dom Maur; **Cister em Portugal**; Edições Panorama; Lisboa; 1965; p.17

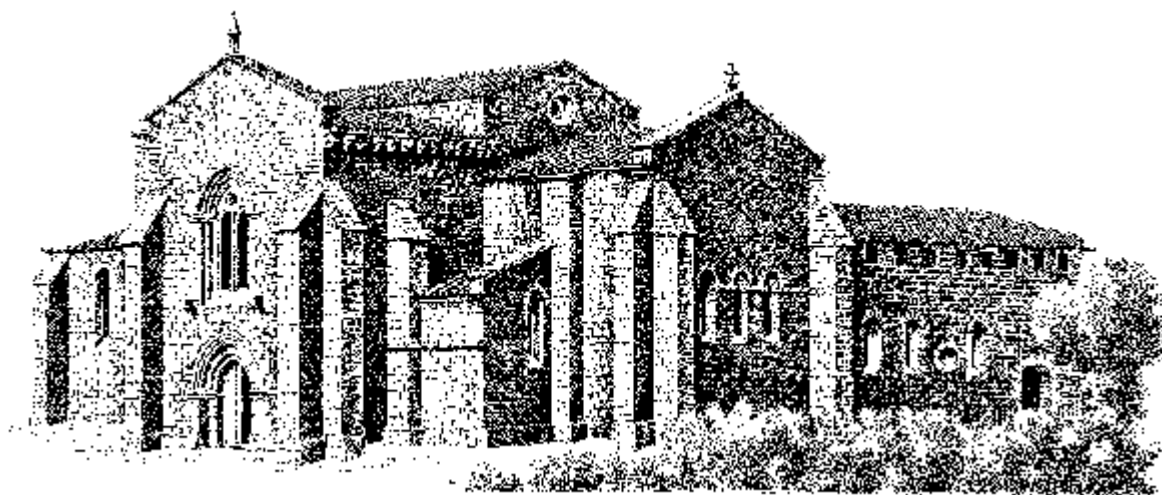


Fig. IV Mosteiro de Santa Maria de Aguiar
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

4.

4.1. CONSTRUÇÃO CISTERCIENSE DO ESPAÇO MONÁSTICO

4.2. MOSTEIRO COMO CIDADE IDEAL E *PARADISUM CLAUSTRALIS*

4.3. ESTÉTICA BERNARDINA E SEU REFLEXO NA ARQUITECTURA:

ARQUITECTURA CISTERCIENSE

4.3.1. Plano Bernardino vs. Plano Cisterciense

4.3.2. Breve cronologia das plantas tipo em estudos dos sécs. XX e XXI

4.3.3. Morfologia do Plano cisterciense

4.4. TEMPO vs. ESPAÇO: A JORNADA CISTERCIENSE

4.5. MINIMALISMO CISTERCIENSE: del Cister del siglo XII al "Minimum" del siglo XXI



4.1.

CONSTRUÇÃO CISTERCIENSE DO ESPAÇO MONÁSTICO

O espaço cisterciense apresenta-se como um lugar que pela sua geomorfologia, pelas suas linhas de água, pelas suas matérias-primas, determina o plano da construção, por vezes também a sua orientação, o seu aspecto e o seu espírito (Fig. 93). Como refere Frei Geraldo Coelho Dias citando um antigo texto monástico latino apelidado de *Sancti Benedicti Regula commentatti*:

*"Primeiro, que o lugar não sofra impedimento de reis, príncipes, bispos ou outros magnates; que, por isso mesmo, esteja afastado do palácio deles (...) Segundo, que o sítio do mosteiro esteja afastado de outros lugares, isto é, de lugares em que, por devoção ou peregrinação, haja concurso de gentes, porque, com isso não pouco se perturbaria a tranquilidade dos monges (...) Terceiro, que o mosteiro se construa em lugar onde haja água, floresta, e tudo o que enumera S. Bento, pelo que os mosteiros dificilmente se hão-de construir nas cidades (...) Quarto, que aquele que funda de novo um mosteiro o dote do suficiente para alimento e vestir dos monges, cuja falta não raro faz surgir questões entre os irmãos ocasião de murmurar ou de vaguear por fora."*¹

191



Fig. 93 Paisagem natural, que ainda hoje se pode observar, a partir de S. Pedro das Águas, o velho (fotografia da autora)

¹ Cit. DIAS, Geraldo Coelho; **Os Mosteiros e a organização dos Espaços: Arquitectura e Espiritualidade**; texto inédito policopiado; 2006; p.2

Deste modo, um mosteiro deveria ser erigido o mais longe possível das zonas habitadas uma vez que o monge, como o nome indica, deverá viver em solidão por esse motivo tal como é referido no capítulo I do *Exordium Cistercii*:

*“Era este local «o sítio de horror e vasta desolação», mas considerando aqueles soldados de Cristo que a dureza do lugar não estava em dissintonia com o rigor do seu propósito e do projecto que haviam concebido no seu espírito como se aquele lugar lhes tivesse sido preparado pela vontade divina, tomaram-no em tanta maior estima quanto mais amor tinham pelo seu propósito.”*²

Como refere Guilherme de S. Teodorico na sua *Vita Bernardi I^a*, citado por Auberger, quando descreve o sítio primitivo de Claraval:

*“Par son site, cette vallée solitaire, placée au milieu d'épaisses forêts, et entourée de tous côtés de montagnes très rapprochées, représentait en quelque sorte à tous les serviteurs de Dieu qui venaient s'y cacher, la grotte où notre père Saint Benoît fut découvert un jour par les bergers; elle rappelait l'habitation et, si je puis parler ainsi, la forme même de la solitude de celui dont ils imitaient la vie.”*³

Frequentemente os cistercienses implantaram os seus mosteiros em vales, sendo para isso necessário proceder a profundas transformações no território de modo a torná-los férteis e habitáveis. A procura e predilecção de vales para a implantação de mosteiros estão patentes não só na legislação primitiva como também nos versos:

*“Bernardus valles, colles Benedictus amabat,
Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes.”*⁴

Segundo Anselme Dimier estes versos teriam sido inspirados numa passagem da *“Chronologia monasteriorum germaniae illustrium”*⁵ do poeta alemão Gasper Brush, que remonta à primeira metade do século XVI, quando este escreveu sobre o mosteiro cisterciense de Königsbrunn em Wurttemberg. Nesta obra encontra-se:

*“Semper enim balles sylvestribus undique cinctas
Arboribus, divus Bernardus amoenaque prata
Et fluvius; juxta sed Benedictus amabat et arces
Caelo surgentes e quarum vertice late*

² Cit. **Exordium Cistercii**, cap. I in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp.49-50

³ Cit. AUBERGER, Jean-Baptiste; **Mystère de Fontenay**; col. La voie lactée; Ed. Zodiaque; 2001; p. 20

⁴ Ver DIMIER, Pe. Anselme; **Stones laid before the Lord. A history of monastic architecture**; Cistercian Studies Series 152; Cistercian Publications; Michigan; 1999; p. 51.

Tradução livre:

Bernardo amava os vales, Bento as colinas, Francisco as vilas, Inácio as grandes cidades.

⁵ Cronologia dos ilustres mosteiros da Alemanha

Prospectus petitur; secessum plebia uterque".⁶

Deste modo pode-se comprovar a preferência dos vales, especialmente aqueles que estavam próximos dos cursos de água, na escolha dos seus sítios. Estes locais permitiam assim o acesso à água, bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana. Mas também era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e terras para cultivo (Fig. 94). Como refere Duby:

*"Nestas paragens isoladas (...) preocuparam-se em adquirir, imediatamente, duas espécies de bens, sem os quais a sua instalação não seria perfeita e que, vulgarmente, rareavam nestes terrenos pantanosos, salpicados de charcos poluídos: pedra dura e água límpida. Adquiriram uma pedreira, uma fonte, o direito de passagem para as condutas que desviariam a corrente de água até ao claustro."*⁷

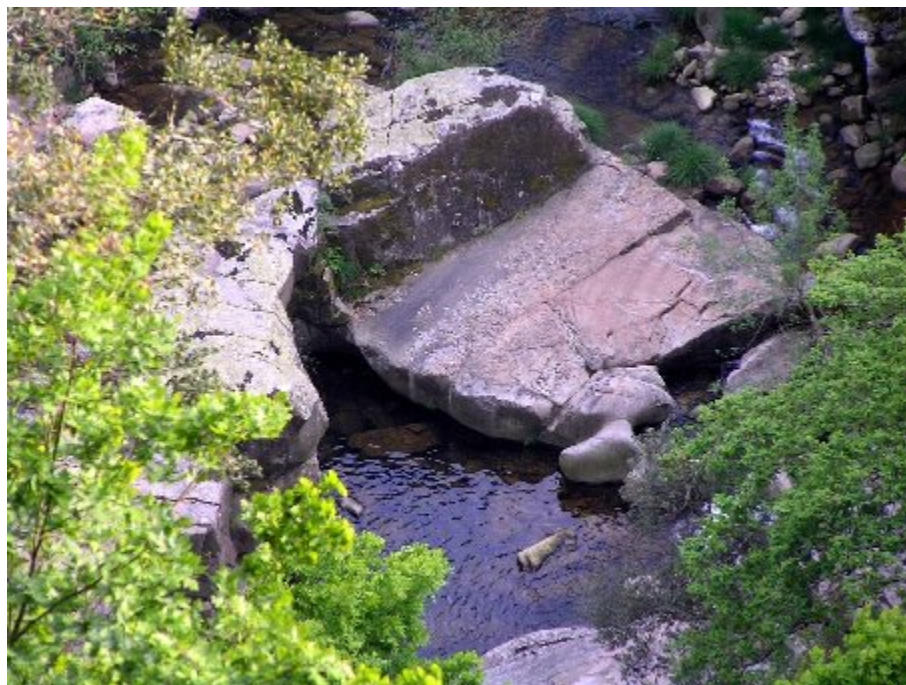


Fig. 94 Curso de água que abastece S. Cristóvão de Lafões, como se encontra na actualidade (fotografia da autora)

O meio onde se insere o monge cisterciense medieval, isto é, o seu habitat monástico apresenta-se como um conjunto arquitectónico completo e coerente, de grande equilíbrio formal, obedecendo a um programa singular

⁶ Ver DIMIER, Pe. Anselme; Op.cit.; pp. 51-52

Tradução livre: S. Bernardo sempre gostara de vales completamente rodeados por florestas, pradarias e rios, enquanto Bento preferia colinas e alturas que atingissem os céus até onde se pudesse ver; mas ambos procuravam locais recatados.

⁷ Cit. DUBY, Georges; **São Bernardo e a Arte Cisterciense**; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997; pp. 118

que foi pensado para acolher e responder adequadamente às exigências funcionais de comunidades monásticas isoladas, de vida sedentária e autosuficientes seguindo o princípio da autarcia. O trabalho dos monges cistercienses juntamente com a sábia administração das terras tornaram os solos difíceis, mas bons, em bosques florescentes ou em terras de cultivo por excelência. Como refere o monge beneditino Gérald de Galles (1188):

*“Donnez a ces moines une lande dénudée ou un bois sauvage, puis laissez passer quelques années, et vous trouverez non seulement de superbes églises, mais de habitations humaines qui se sont bâties autour d’elles.”*⁸

Exemplo deste trabalho vasto, eficaz e transformador do território é a Abadia de Dunes, na Flandres, na qual o trabalho dos monges chega mesmo a rectificar parcialmente o traçado da costa do Mar do Norte. O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo. Quer na sua vertente física, como na vertente ideal, este é o lugar construído pelos homens e ordenado segundo a vontade de Deus.

O mosteiro cisterciense é símbolo do modelo económico da Ordem de Cister baseado na autarcia e no despojamento de bens. Os monges de seu nada possuíam, ou pelo menos assim foi o ideal cisterciense na sua génese pois *“O sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais (...)”*⁹

Sendo assim, depois do local escolhido e da acção cisterciense ter sido iniciada, construindo e modificando o território,

*“(...) as bases do edifício cisterciense estão solidamente construídas: este património, sabiamente gerido, transformou-se numa paisagem que, a pouco e pouco, se foi ordenando, organizada para produzir, para que o mel e o azeite sejam extraídos, cada vez mais abundantes, das pedras e dos rochedos.”*¹⁰

Em arquitectura, o local escolhido determina o processo de concepção, quer a nível de desenho, quer a nível da sua própria construção, pelo que o carácter da própria obra arquitectónica exprime e reflecte o modo de pensar e de a viver. Deste modo, no que respeita a arquitectura cisterciense, surge uma

⁸ Ver. COCHERIL, Dom Maur; **Introduction** in BRONSEVAL, Frère Claude de ; “Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)”; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p. 28

⁹ Ver **Capitula**, cap. XV in CISTER: os Documentos Primitivos; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 59

¹⁰ Cit. DUBY, Georges; Op. cit.; p.120

mimese com a envolvente, com a paisagem circundante, com o local no qual se insere, isto é, com o sítio escolhido.



Fig. 95 Mosteiro de Sta. Maria das Júnias (fotografia da autora)

O local de implantação dos mosteiros cistercienses insere-se num contexto geográfico pleno de misticismo e simbolismo (Fig. 95). A escolha do *genius loci* cisterciense radica na observância literal e escrupulosa da Regra de S. Bento: a predilecção dos vales, pelos cistercienses, radica na sua própria morfologia pois este apresenta-se como o símbolo de terra fértil que é fecundada pelas graças espirituais que descem ao longo dos flancos das colinas próximas. Para S. Bernardo, o vale era o recipiente simbólico onde se construía a vida mística cuja pedra angular era a humildade que é um tema fulcral e constante não só no pensamento monástico, como também na Regra de S. Bento.¹¹

Os locais mais procurados eram aqueles que, inseridos em plena natureza, se encontravam mais isolados e em locais recônditos, porém próximos de linhas de água ou com potencialidades hídricas, propícios à experiência mística e ao trabalho manual, como refere o lema "*Ora et Labora*", facto que sucedeu com mais intensidade, durante os primórdios da Ordem de Cister com resultados práticos na gestão da orgânica e da vivência de um mosteiro.

Deste modo, o território característico dos mosteiros cistercienses obedece a uma topografia específica: vales florestados e solos férteis; longe de povoados e do bulício humano; existência de água potável; existência de materiais que fossem propícios para a construção, ou seja a pedra e a madeira.

¹¹ Ver AUBERGER, Jean-Baptiste; Op. cit.; p.41

A determinação do sítio cisterciense medieval devia estimular e adequar-se a uma vida de espiritualidade, clausura, recolhimento, ascetismo, oração e trabalho dos monges. As áreas de vale amenas têm um papel fundamental na organização e na dinâmica da vida cisterciense. Para aproveitar melhor os seus recursos endógenos, os monges ordenaram a paisagem circundante de modo a garantir a estrutura do sistema produtivo e a sua própria subsistência.

Esta vivência ascética, espiritual, determinada e poética advém da força patente nos valores ambientais, paisagísticos e mesmo ecológicos onde “se aprendem mais coisas do que nos livros”, como refere S. Bernardo e que configuram a sã vivência inserida no *Paradisum Clausuralis*. Note-se que muitos dos mosteiros cistercienses adoptaram nomes que etimologicamente se reportam às características naturais dos locais onde se inseriam primitivamente (são exemplos: água, luz, paz, beleza, alegria, entre outros). Estes são os motivos e os requisitos imprescindíveis para a escolha do lugar para a fundação ou filiação de um mosteiro aliando o factor utilitário ao espiritual.

Com o intuito de garantir a vocação e a suficiência destas condições, os sítios eram inspeccionados, previamente ao acto de anuência do novo estabelecimento monástico, por dois ou três abades delegados do Capítulo Geral. Era edificado um muro de clausura, a cerca, para lá do qual se domesticava a natureza.

O mito da fundação no “deserto” é hoje criticado por alguns historiadores pois um considerável número de fundações, no seu início, reutilizaram antigas estruturas conventuais obtidas por doação e apenas mais tarde se deslocam para outro local. As circunstâncias do local, a par de determinadas necessidades e coincidências do momento, explicam que alguns locais sejam tudo menos um “deserto”, como é o caso de Alcobaça, nos termos da fundação real de 1153, encabeçando uma colónia populacional dentro de uma zona ainda muçulmana.¹² Ou ainda como refere Duby:

*“Muitas vezes, nos locais onde os cistercienses se instalaram, existia já, sem dúvida, um pequeno espaço ajardinado, tratado por um eremita aí anteriormente instalado; mas não passava de uma clareira aberta no meio do espaço inculto. Tudo permanecia por fazer.”*¹³

As primeiras cabanas em madeira cedo foram substituídas por monumentais e imponentes construções em pedra erigidas segundo os moldes contidos na Carta de Caridade, plano de conduta espiritual e física da Ordem. O capítulo IX dos *Capitula* refere que:

¹² Ver PRESSOUYRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; n° 95; Ed. Gallimard; Paris; 1998; p. 34

¹³ Cit. DUBY, Georges; Op. cit.; p.118

“Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia.

Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular.

Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais.”¹⁴

Razões de ordem espiritual e material exerceram um papel decisivo na escolha do local onde iria ser edificado cada mosteiro da Ordem de Cister. Surge a existência de uma tipologia, dos sítios nos quais eram fundados os novos mosteiros, que se encontra de acordo com o espírito e modo de vida levado a cabo pelos cistercienses, resultando assim numa integração arquitectónica e paisagística consideráveis. A Ordem de Cister tinha entre os seus irmãos leigos e conversos um conjunto de mestres construtores de elevada qualificação, muito provavelmente oriundos de França (sobretudo de Claraval).

A partir de 1119 com o reconhecimento da Ordem de Cister pelo Papa Calixto II foi necessário proceder às devidas adaptações para acolher comunidades mais numerosas por isso assiste-se a uma diversificação e consequente transformação da arquitectura.

197

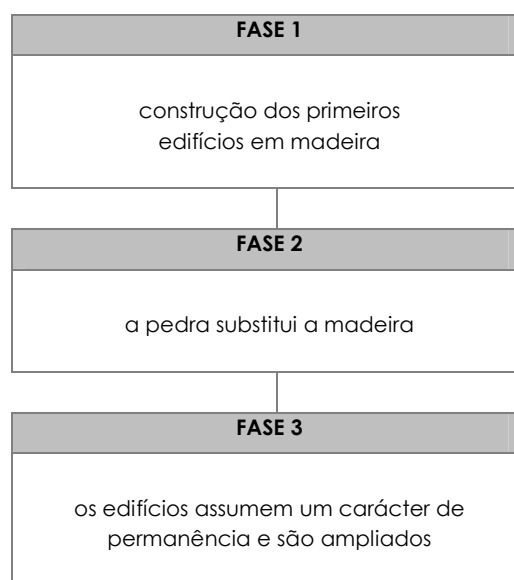
As mudanças de sítio sucederam-se sempre que o primeiro local revelasse alguma insuficiência ou dificuldade, ou seja insuficiente existência de água, escassez de espaço, proximidade de habitantes laicos. Segundo Peter Fergusson as mudanças de local foram numerosas numa proporção média de um em cada três. Uma vez escolhido o sítio e se este não revelasse algum tipo de insuficiência ou impedimento o seu desenvolvimento era efectuado por fases. Num momento inicial construíam-se os primeiros edifícios em madeira, mais tarde utilizava-se a pedra para a substituir o que permitia aos edifícios assumir um carácter de permanência podendo mesmo vir a sofrer alterações em conformidade com as necessidades da comunidade monástica (Esq. 40).

Na construção dos seus mosteiros os cistercienses lançavam os alicerces para todo o conjunto monástico logo na primeira campanha da construção. De seguida as obras iam progredindo por partes sendo a primeira construída a que correspondia à ala dos monges de modo a permitir a exigência do *Ora et Labora* da Regra Beneditina. Deste modo garantia-se a vida de oração e trabalho dentro da clausura a que correspondia esta ala ao ser constituída, como já foi referido, a nível do piso térreo pela sala do capítulo e passagem do

¹⁴ Ver **Capitula**, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 57

claustro para o exterior, sala de trabalho e a nível superior dormitório dos monges com acesso através da escada das matinas para a igreja.

"Ils commençaient par délimiter leur domaine au moyen de petites croix de bois, puis ils élevaient les quelques bâtiments indispensables (...). Tout cela était en bois. (...) Ce n'est que plus tard, quand la vie matérielle de la petite communauté était à peu près assurée et que les premiers novices s'étaient présentés, que les cabanes cédaient la place à un monastère proprement dit, bâti en pierre, disposé suivant des règles précises (...)." ¹⁵



Esq. 40 As distintas fases construtivas de um mosteiro cisterciense (síntese elaborada pela autora)

"L'église terminée, le travail se poursuit habituellement par le bâtiment des convers, puis para le chapitre, la salle des moines et le dortoir, enfin par l'aile du réfectoire, de la cuisine et du chauffoir. Le cloître, qui n'est généralement d'abord qu'une structure de bois en appentis, remplacée bien plus tard par des galeries de pierre, parachève l'ensemble." ¹⁶

A igreja abacial era, deste modo, o primeiro edifício a ser construído (Fig. 96), sendo iniciada a sua construção pela extremidade oriental. "Les abbayes

¹⁵ Cfr. COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972, p.10

¹⁶ Cfr. TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995; pp. 75-78

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

*cisterciennes sont toujours orientées, ce qui veut dire que le maître-autel est invariablement tourné vers l'est, sauf en cas d'obstacle naturel"*¹⁷



Fig. 96 Construção do Mosteiro de S. João de Tarouca a partir do seu plano previamente traçado. Painel de azulejos presente junto ao altar-mor do Mosteiro de São João de Tarouca (fotografia da autora)

Inicialmente as medições e marcações do terreno eram feitas com uma corda (Fig. 97), sem grande controlo de esquadrias nem de pontos de descarga das abóbadas (Fig. 98).



Fig. 97 Anjos executam, no céu, as marcações do Mosteiro de santa Maria de Alcobaça que seriam depois repetidas pelos monges e assalariados aquando a construção do mosteiro como reza a lenda. Sala dos Reis Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

¹⁷ Cfr. TOBIN, Stephen; Op. cit; p.75



Fig. 98 Sob a supervisão dos monges cistercienses e o olhar atento de d. Afonso Henriques, repete-se em terra o trabalho que os Anjos executam, no céu, ou seja, as marcações do Mosteiro de santa Maria de Alcobaça como reza a lenda. Sala dos Reis, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

A construção de uma abadia cisterciense estendia-se assim por muitos e longos anos (Fig. 99). O mestre pedreiro era assistido pelo mestre carpinteiro e pelo vidraceiro. Este último era responsável não só de trabalhar o vidro mas também o chumbo.

Utilizava-se o fio-de-prumo para controlar a verticalidade das paredes que estavam a ser erigidas. *“On se sert d'un fil à plomb pour faire en sorte que les murs montent droit, et l'on utilise beaucoup l'équerre et le compas.”*¹⁸

Na construção empregavam-se guas rudimentares (Fig. 100), cofragens de madeira como refere Tobin:

*“Au fur et à mesure que les murs de l'église s'élèvent en hauteur, des échafaudages de bois sont dressés et des grues rudimentaires montent les pierres. Les voûtes sont élevées sur des coffrages de bois, coffrages que seront enlevés une fois le mortier posé. Assemblées au sol, les sections de la charpente sont hissées, mises en place, couvertes de plomb puis de tuiles. Une fois que le toit, construit au sol morceau par morceau, est posé, l'intérieur des bâtiments peut être achevé sans hâte, même, s'il fait mauvais.”*¹⁹

¹⁸ Cfr. TOBIN, Stephen; Op. cit.; p. 75

¹⁹ Cfr. Idem; p. 75

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS



Fig. 99 Construção do Mosteiro de Salem, Alemanha (arquivo Editions Gaud)

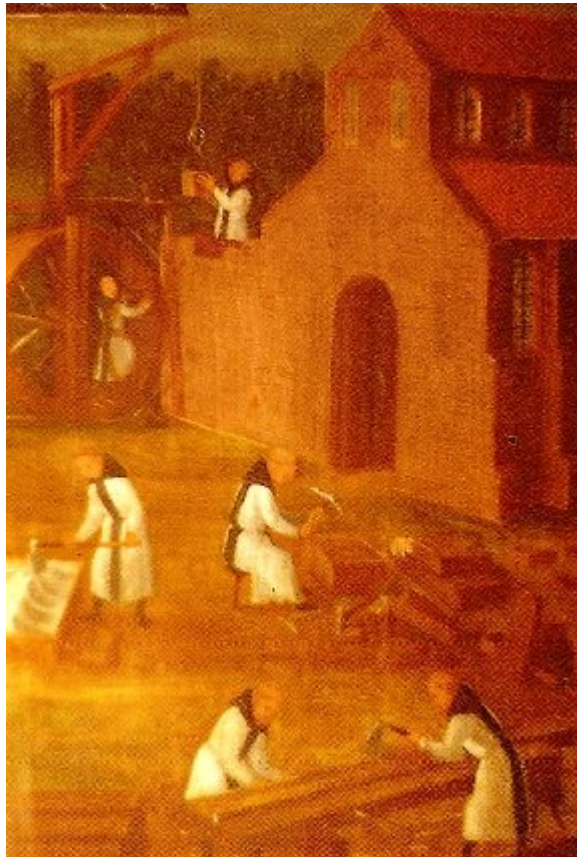


Fig. 100 Monges construtores ²⁰

²⁰ In PRESSOUYRE, León; Op. cit.; p.91

Num primeiro momento pode-se afirmar que as construções cistercienses estavam unidas por um mesmo pensamento, uma mesma maneira de abordar e trabalhar a edificação dos seus mosteiros.

Pode mesmo afirmar-se que existia, *a priori*, um estaleiro-escola²¹ na Borgonha onde os monges aprendiam e eram previamente preparados para depois serem capazes de erigirem e executar qualquer tipo de edificado, em qualquer tipo de região, em qualquer ponto geográfico seguindo os mesmos modelos e preceitos assimilados.

De facto está-se perante a génese de um plano-tipo definido e obtido, como refere Romani, a partir da reformulação das formas típicas da arquitectura da Borgonha do século XII associadas a todas as aquisições tecnológicas e artísticas dos meios onde se inseriam que eram por sua vez interpretadas à luz do pensamento e razão cisterciense, ou seja do pensamento de S. Bernardo, nos primórdios da sua disseminação arquitectónica europeia.

À medida que o tempo passava a rigidez morfológica do edificado e da sua própria localização iam-se amenizando pelo que as sucessivas etapas tornaram-se cada vez mais variadas.

Consequentemente pode-se assumir que muitos dos edifícios a que por vezes se apelida de bernardinos só o são na medida em que foram fundados ou filiados segundo Claraval, ou no tempo de S. Bernardo ou então a sua construção primordial era coeva de S. Bernardo.

O restante edificado permanece como uma marca ou um legado de um pensamento humano e de uma estética muito própria que no entanto soube adaptar-se aos tempos e absorver as variantes não só geográficas, como também regionais, culturais e históricas. Como refere Tobin:

"Chaque abbaye est la synthèse entre les talents du maître maçon et de son équipe, habitués à travailler les matériaux régionaux dans le style local, et les consignes rigides d'un abbé et ses moines attachés à reproduire pour chaque abbaye leur 'cher Cîteaux' dans l'esprit et dans la pierre" ²²

No que respeita à construção, no início teriam sido os próprios monges a assegurar pelo menos uma grande parte da construção, pois o trabalho manual fazia parte do propósito e do equilíbrio de vida enunciados nas orientações da Ordem de Cister (Fig. 101). Como refere Duby:

"Milhares de monges cuja voz se fundia em uníssono no canto-chão de um coro, e que foram sepultados na terra nua, no próprio local do seu trabalho, no meio das pedras do edifício em construção. São eles os construtores. Anónimos (...). Mas a obra desses monges

²¹ Ver ROMANINI, Angiola Maria; **O projecto cisterciense** in "A Idade Média"; dir. Georges Duby e Michel Lacroix; col. História Artística da Europa; tomo II; Quetzal Editores; Lisboa; 1998; p.147

²² Cfr. TOBIN, Stephen; Op. cit.; p. 78

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

está assinada: todos quiseram conformar o seu trabalho aos ensinamentos de um grande mestre, que foi São Bernardo."²³



Fig. 101 Iluminura apresentando monges construtores ²⁴

Esta evolução pode ser observada em Claraval, pois inicialmente os monges ocupavam edifícios de madeira construídos pelos próprios que são progressivamente substituídos por edifícios de pedra. Note-se que em Claraval estes edifícios permaneceram em utilização por cerca de vinte anos.²⁵

A abadia depressa se tornou insuficiente para acolher a sua comunidade e o local original era demasiado pequeno para permitir o seu crescimento e expansão, pelo que foi necessário deslocá-lo para outro local que oferecesse melhores condições.

²³ Ver DUBY, Georges; Op.cit.; p. 9

²⁴ Iluminura – Yates Thompson 26 - British Library in DIMIER, Pe. Anselme; Op. cit. (capa)

²⁵ Ver FERGUSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in " Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 41

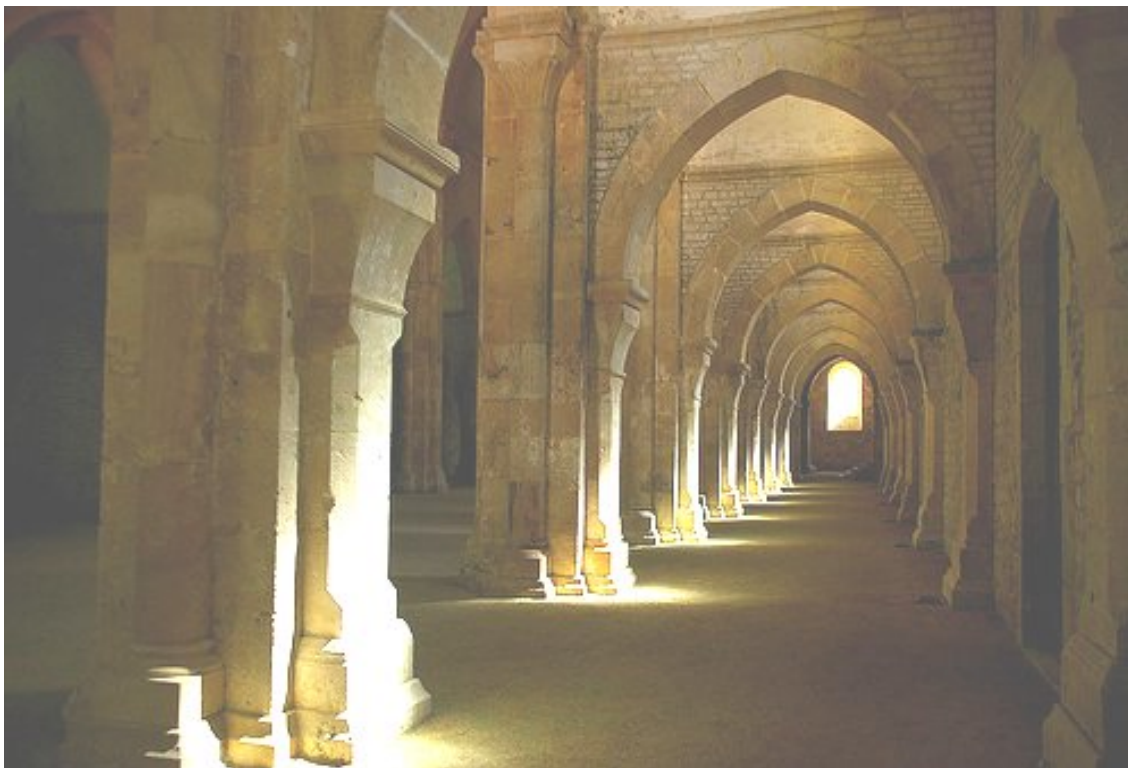


Fig. 102 Fontenay na actualidade (arquivo da autora)

Hoje nada resta da primeira construção arquitectónica de Claraval, pois esta abadia não sobreviveu à revolução e aos tempos que se seguiram.

Porém Fontenay (Fig. 102), sua filha, sobreviveu e revela-se um dos mais bem conservados exemplares, testemunho, em primeira-mão, da génese desta arquitectura que se reporta aos anos 1140-1150.

No entanto não será de excluir o auxílio externo de mão-de-obra laica como artesãos e pedreiros. É sabido que se recorreu ao auxílio de mão-de-obra exterior ao mosteiro no que respeita ao trabalho das granjas, pois segundo o *Statuta VIII* "*Os trabalhos nas granjas devem ser executados pelos conversos e bem assim por assalariados (...)*"²⁶ pelo que se pode equacionar a hipótese de se ter também utilizado assalariados na construção.

Esta afirmação é reforçada quando se observa um mosteiro cisterciense e se encontram pedras sigladas, claramente vestígio de mão-de-obra exterior ao mosteiro e assalariada (Fig. 103).

²⁶ Ver **Statuta VIII** in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 82

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

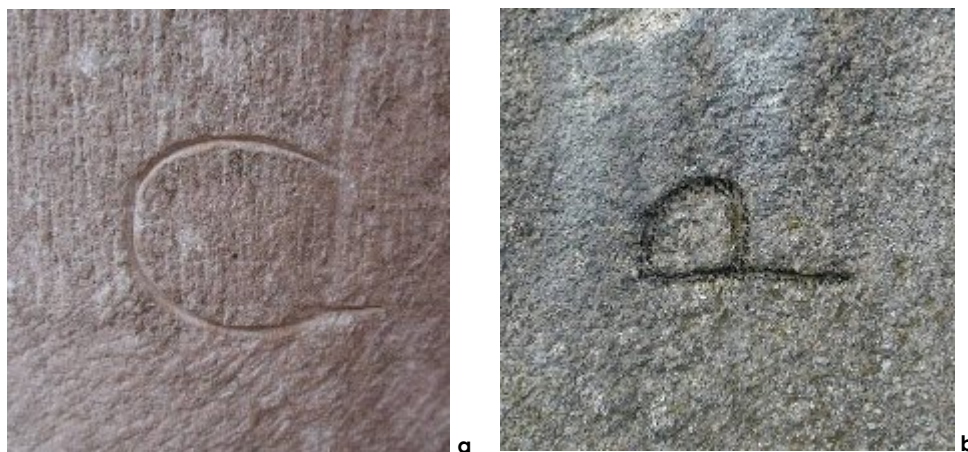


Fig. 103 Pedras com siglas de pedreiros (a) no interior da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e (b) no exterior da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Fiães. (fotografias da autora)

Deste modo, os monges cistercienses construíram os seus mosteiros (Fig. 104), pelo menos numa fase inicial os mosteiros provisórios. No entanto, a construção de um mosteiro de maiores dimensões em pedra teve que ter ajuda externa sob a forma de operários, pedreiros e mestre-de-obras assalariados o que pode ser comprovado pelas inúmeras pedras sigladas existentes nos mosteiros cistercienses.

“En principe, les pierres arrivent de la carrière déjà taillées et portent la marque du maçon, puisque celui-ci est payé à la tâche et non à l’heure.”²⁷

205



Fig. 104 Construção do Mosteiro de Salem, Alemanha (arquivo Editions Gaud)

²⁷ Cfr. TOBIN, Stephen; Op. cit.; pp. 75

Assim, a par dos monges encontra-se também no estaleiro de obra cisterciense a ajuda de conversos e de assalariados.

Por vezes, era de entre os conversos que se destacava o mestre pedreiro que viria a ser o mestre-de-obras como está na memória da construção do mosteiro de Sta Maria de Alcobaça a existência de um monge chamado Didier que teria vindo directamente de Claraval para dirigir os trabalhos de Alcobaça.²⁸

De facto, um novo mosteiro era edificado sobre a direcção de um mestre-de-obras formado nos estaleiros de outras obras cistercienses e que era o encarregado de vigiar e assegurar a tradição da Ordem. Didier, para além da memória, seria um destes conversos tornados mestres-de-obras e arquitecto.

Por outro lado, tal ocorrência demonstra a capacidade que os monges cistercienses tinham para dirigir obras de grande envergadura onde certamente a mão-de-obra teria sido numerosa e de que são exemplo a construção da abadia de Fontenay (Fig. 105) ou do mosteiro de S. João de Tarouca (Fig. 106).



Fig.105 Mosteiro de Fontenay, França (arquivo da autora)

²⁸ Ver COCHERIL, Dom Maur; Op. cit.; p. 40



Fig. 106 Mosteiro de S. João de Tarouca, Portugal (fotografia da autora)

Durante os primeiros séculos do cristianismo os mosteiros foram verdadeiras escolas de artesãos e os monges verdadeiros construtores. Os monges construtores desbravavam as terras, abatiam árvores para criarem clareiras propícias à implantação do mosteiro no território. Dom Maur Cocheril cita um testemunho da época relativamente à descrição dos trabalhos e da construção da Abadia de Bonnevaux pelos próprios monges fundadores:

“Les moines s’y adonnait eux-mêmes au défrichement des terres, abattaient les forêts, arrachaient les broussailles qu’ils laissaient sécher pour les brûler ensuite. Ils attisaient le feu au moyen de grandes perches qu’on appelle des fourgons, tisonnant le brasier à la manière des défricheurs.”²⁹

Os primeiros trabalhos em Claraval são de igual modo levados a cabo pelos monges como também é referido por Dom Maur Cocheril:

“Après le choix du lieu, le 25 juin 1115, par saint Bernard qui y plante une croix, fixa les limites de l’emplacement du cimetière ainsi que de l’enceinte, et après les premiers défrichements par ses douze compagnons les constructions consistèrent, d’abord, dans la clôture de l’enceinte, en une modeste chapelle et des cabanes fragiles, en bois, accompagnant l’aménagement sommaire du ruisseau au

²⁹ Ver COCHERIL, Dom Maur; Op. cit.; p. 37

moyen d'un barrage formant un petit étang, le tout mis sur pied en cinq ou six semaines, selon l'opinion la plus généralement admise."³⁰

Também Orderic Vital, cronista do século XII refere que: "tous les monastères cisterciens sont construits dans les déserts et au milieu des bois, et ces religieux les bâtissent de leur propres mains."³¹



Fig. 107 Estaleiro e construção do Mosteiro de Novýdvr (OCSO), República Checa, 2000 (a³²,b³³)

Um novo mosteiro era edificado sobre a direcção de um mestre-de-obras formado nos estaleiros de outras obras cistercienses e que era o encarregado de vigiar e assegurar a tradição da Ordem (Fig. 107).

De facto constata-se que não existe um regulamento formal para a arquitectura da Ordem de Cister. No entanto consegue-se, a partir de imposições ou delimitações, estabelecer algumas directivas que se reflectem na morfologia do plano cisterciense.

Até que uma abadia estivesse capaz de acolher os seus membros no pleno exercício da vida monástica os monges viviam em instalações provisórias, que eram construídas ou reaproveitadas para este efeito.

Por vezes o tempo que decorria desde o início da construção até à transferência definitiva da comunidade para o novo mosteiro, mesmo que este ainda estivesse com a sua construção incompleta, era muito extenso. A título de

³⁰ Ver COCHERIL, Dom Maur; Op. cit. p. 37

³¹ Orderic Vital citado por Dom Maur Cocheril in **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p. 39

³² Imagem retirada de PRUVOT, Samuel; **Une fondation en chantier: les Trappistes de sept-fons en République Tchèque** in "France Catholique"; n° 2757; 6 Octobre ; 2000 ; p.13

³³ Arquivo do Mosteiro de Novýdvr

exemplo o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça com data de fundação de 1153 só teve a sua comunidade instalada (num mosteiro ainda incompleto, note-se) em Agosto de 1223, ou seja 70 anos depois.³⁴

4.2.

MOSTEIRO COMO CIDADE IDEAL E *PARADISUM CLAUSTRALIS*

O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades.

Mas também pode ser apresentado como um organismo urbano na medida em que pode ser entendido como tendo características urbanas, fazendo parte integrante de realidade urbana contribuindo para o seu desenvolvimento.³⁵

A cidade é constituída por um sem número de relações complexas entre aquilo que a compõe tanto materialmente como imaterialmente, tudo aquilo que lhe dá vida e confere existência sendo umas vezes de submissão, outras de reacção, pois a cidade é uma coexistência. Mas a cidade também pode ser um ideal, ou pelo menos entendida como a procura desse ideal.

A cidade ideal alberga uma determinada sociedade, assim como a arquitectura que esta habita; é resultado de um desenho urbano próprio e pode ser possuidora de uma civilização própria, é contentor e conteúdo; é a descrição de uma sociedade ideal ou de uma civilização afastada no tempo e no espaço; é a representação da sua forma arquitectónica quer seja pela pintura, perspectiva, maquete ou plano.

A cidade ao ser idealizada transgride por vezes a imagem e a teoria, assumindo por vezes uma forma concreta e experimental tentando as suas incursões na realidade.³⁶

³⁴Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; **Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval** in "Actas do 1º Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões: As Beiras e a presença de Cister – Espaço, Património edificado, Espiritualidade."; Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões; São Cristóvão de Lafões; 2006; p.74

³⁵ MARTINS, Ana Maria Tavares F; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Stª Maria de Alcobaça, a portuguese case** in "THE PLANNED CITY?"; Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa; vol. III; Union Gráfica Corcelli Editrice; Bari 2003; pp.760-764

³⁶ TAVARES MARTINS, Ana Maria; **Do ideal no espaço monástico: utopia e realidade. O caso cisterciense** in *UTOPIA AND UTOPIANISM – Utopian Studies Journal*; nº 2; Ed. The University Book; Madrid 2007



Fig.108 As cidades celestial e terrestre apresentadas na obra de Sto. Agostinho *A Cidade de Deus*, detalhe de iluminura, da autoria de Mestre François, 1473 (arquivo B. N. France)

Não foi por acaso que Santo Agostinho (354-430) atribuiu a uma das suas obras o título "*A cidade de Deus*" (Fig. 108), concebendo para a humanidade uma ordem ideal obtida sob a forma de uma cidade (Fig. 109) governada e legislada por Deus – a cidade de Deus³⁷.

Em Sto Agostinho encontra-se a ideia de salvação com conotações urbanas, uma dicotomia entre a Babilónia terrestre e a Jerusalém celeste³⁸.

A cidade é a evocação de um mundo estruturado, racional, mas também é possuidora de uma ordem consciente, planeada, assim como de uma organização convergente para um fim, neste caso a salvação, que se opõe a uma natureza desgovernada, lugar de contradições.

Na essência da tradição cristã o paraíso encontrava-se na terra, mas o seu acesso seria sempre impedido aos homens.

³⁷ MATTOSO, José.; **Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder** in "Cidades e História – ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes"; Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço de Belas-Artes; Lisboa; 1987; p.9

³⁸ Salmo 137, 5-6



Fig. 109 Jerusalém, Escola Flamenga, 1510 in Museu Nacional do Azulejo, Lisboa
(arquivo da autora)

O monaquismo procura dar resposta a algumas das mais profundas aspirações da alma humana: a busca da perfeição e o desejo da contemplação. Para tal ser possível, é necessária a *fuga mundi* (fuga do mundo) para buscar uma união do espírito com Deus e o espaço propício é o mosteiro onde se vive em comunidade.

O cenóbio é o lugar de vida religiosa em comum, ou seja é o mosteiro. Muitos mosteiros tornaram-se centros de civilização e alguns dos actuais municípios viram mesmo a sua génese na existência de um mosteiro naquele que é hoje seu território e de que são exemplos Alcobaça (contemporâneo da fundação da nacionalidade), Tarouca, Arouca, Salzedas.

A Ordem de Cister foi, nos seus primórdios, avatar da ruptura com a sociedade feudal que condicionava o monaquismo nesse momento. O regresso às origens, à Regra de S. Bento, preconizado pelos cistercienses traduziu-se num esforço em atingir através desta o valor evangélico fundamental: a busca de Deus através da oração e do trabalho. Deste modo os cistercienses não pretendiam o primitivo ou o arcaico mas sim a pureza e a autenticidade.³⁹

³⁹ Ver FORNARI, Federico Farina Benedetto; **L'architettura cistercense e l'abbazia di Casamari**; Edizioni Casamari; Casamari (Frosinone); 1981; p.2

Foi a vontade de alterar a situação pré-estabelecida que fez com que os cistercienses procurassem um regresso às origens da regra de S. Bento, isenta das interpretações e desvios dos séculos transcorridos, e assim aos padres do Deserto tal, como estes no seu tempo, buscaram a “fuga mundi” e estabeleceram os princípios do monaquismo para se posicionarem num tempo e num espaço afastado do mundo dos homens, vivendo para atingir Deus e sonhando com um mundo melhor, com o paraíso.



Fig. 110 Jerusalém Celeste, iluminura, c. séc. XIV
(arquivo B.N. France)

Desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso do Éden do Génesis (Génesis 2; 8-10)⁴⁰, mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste (Fig. 110) apresentada pelo Apocalipse de S. João (Fig. 111) e símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal (Apocalipse 21 e 22). Como refere S. João:

"1Vi, depois, um novo Céu e uma nova Terra, porque o primeiro Céu e a primeira Terra haviam desaparecido, e o mar já não existia. 2E vi a cidade Santa, a nova Jerusalém que descia do Céu, de junto de Deus, bela como uma esposa que se ataviou para o seu esposo. (...) 9Então um dos sete anjos (...) 10Transportou-me em espírito ao

⁴⁰ 8Depois, o Senhor Deus plantou um jardim no Éden, ao oriente, e nele colocou o homem que havia formado. 9O Senhor Deus fez desabrochar da terra toda a espécie de árvores agradáveis à vista e de saborosos frutos para comer; a árvore da vida, ao meio do jardim; e as árvores da ciência do bem e do mal.

¹⁰Um rio nascia no Éden e ia regar o jardim, dividindo-se a seguir em quatro braços.

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

cimo de uma alta montanha e mostrou-me a Cidade Santa, Jerusalém, que descia do Céu, de junto de Deus, ¹¹(...).O seu esplendor era semelhante a uma pedra muito preciosa (...) ¹²Tinha uma grande e alta muralha com doze portas, guardadas por doze anjos (...) ¹⁴a muralha da Cidade tinha doze fundamentos (...) ¹⁵Aquele que falava comigo tinha uma cana de ouro para medir a cidade, as suas portas, e a sua muralha. ¹⁶A cidade formava um quadrado e o seu comprimento era igual à sua altura. Mediu pois a cidade com a cana; tinha doze mil estádios. O seu comprimento, largura e altura eram iguais. ¹⁷Depois mediu a muralha: tinha cento e quarenta e quatro côvados. O anjo media com a medida usada pelo homem." (Apocalipse 21; 1-2, 9-17)



Fig. 111 Apocalipse de S. João, iluminura do séc. XIV
(arquivo B.N. France)

Esse paraíso celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, diminutas réplicas da imensa Jerusalém Celeste, o Paraíso na Terra e Cidade de Deus.

*"Cada mosteiro digno representa um corpo através do qual a vida segundo a Regra é em primeiro lugar possível, depois racionalizada e finalmente simbolizada. (...) Todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da Civitas Dei."*⁴¹

⁴¹ BRAUNFELS, Wolfgang; **Monasteries of Western Europe**; Thames and Hudson; London 1993, intr.

Uma cidade ideal, tal como a micro-cidade que é o mosteiro, consiste sobretudo numa elaboração descritiva e mítica de uma organização social, política e económica de uma comunidade humana.⁴²

Segundo a Regra de S. Bento o mosteiro deveria dar resposta às necessidades materiais e espirituais dos monges baseando-se no princípio da autarcia e da auto-suficiência. Deste modo o mosteiro assume-se como uma cidade independente.

O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister.

O mosteiro não é apenas um paraíso na terra, também os locais escolhidos pelos cistercienses se tornaram, através da sua domesticação, paraísos terrestres.

Eles tornaram os mais desertos e inhóspitos locais (Deuteronomio 32,10)⁴³ em "paraísos", criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Tal como relatam os documentos primitivos de Cister:

"(...) depois de muitas canseiras e grandíssimas dificuldades que há que suportar por parte de quantos pretendem viver santamente em Cristo conseguiram por fim ver realizado o seu desejo e chegaram a Cister.

*Era este local «o sítio de horror e vasta desolação», mas considerando aqueles soldados de Cristo que a dureza do lugar não estava em dissintonia com o rigor do seu propósito e do projecto que haviam concebido no seu espírito como se aquele lugar lhes tivesse sido preparado pela vontade divina, tomaram-no em tanta maior estima quanto mais amor tinham pelo seu propósito."*⁴⁴

Este espaço, conquistado à natureza, no qual o homem impõe uma ordem para aí viver em comunidade, orando e trabalhando, estabelecendo um vínculo com o Sagrado e com o sobrenatural, é um espaço ordenado segundo a vontade de Deus.

⁴² Cfr. MARTINS, Ana Maria Tavares; Op. cit.; p.13

⁴³ (O Senhor) achou-o numa terra do deserto, num sítio de terror e de isolamento imenso, volteou em torno dele para lhe chamar a atenção e defendeu-o como se fosse a pupila dos seus olhos

⁴⁴ Cit. **Exordium Cistercii**, cap. I in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp.49-50

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

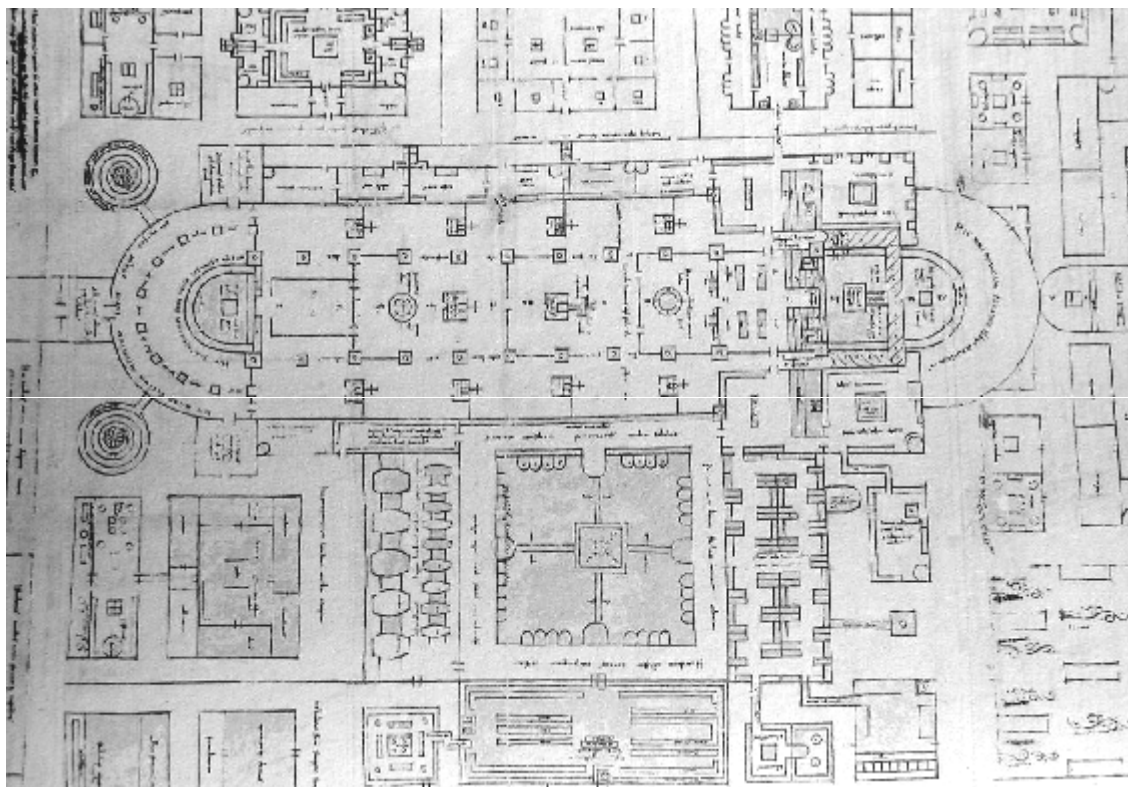


Fig. 112 Planta de Saint-Gall ⁴⁵

Talvez o mais significativo exemplar de Plano de mosteiro ideal seja o de Saint-Gall (Fig. 112), Suíça elaborado cerca de 820 (no seguimento do Concílio de Aix-la-Chapelle em 814). Este é um mosteiro beneditino inserido na continuidade da tradição cluniacense apresentando, no entanto, pequenas variantes e algumas melhorias no que respeita à própria espacialidade e usos, dotando o plano de uma grande unidade.

215

*"S. Bento não gizou qualquer plano para a construção dos mosteiros nem deixou normas concretas para isso. Com o tempo, os monges é que descobriram aquilo que poderíamos chamar o plano ideal, o qual aparece, pela primeira vez, numa planta para o grande mosteiro suíço de Saint Gall Suíça, elaborada cerca do ano de 820 por um autor anónimo, e que, apesar de possivelmente nunca ter sido implementada; um "arquitecto" anónimo, possivelmente monge, esboça o croqui completo dos diversos espaços ou corpos do mosteiro. Esse modelo repete-se praticamente em todas as construções monásticas posteriores."*⁴⁶

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal e dotado de todos os elementos necessários à subsistência.

⁴⁵ In BRAUNFELS, Wolfgang; Op. cit.; p.38

⁴⁶ Cit. DIAS, Geraldo Coelho; **Os Mosteiros e a organização dos Espaços: Arquitectura e Espiritualidade**; texto inédito policopiado; 2006; pp.1-2

*"Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas."*⁴⁷

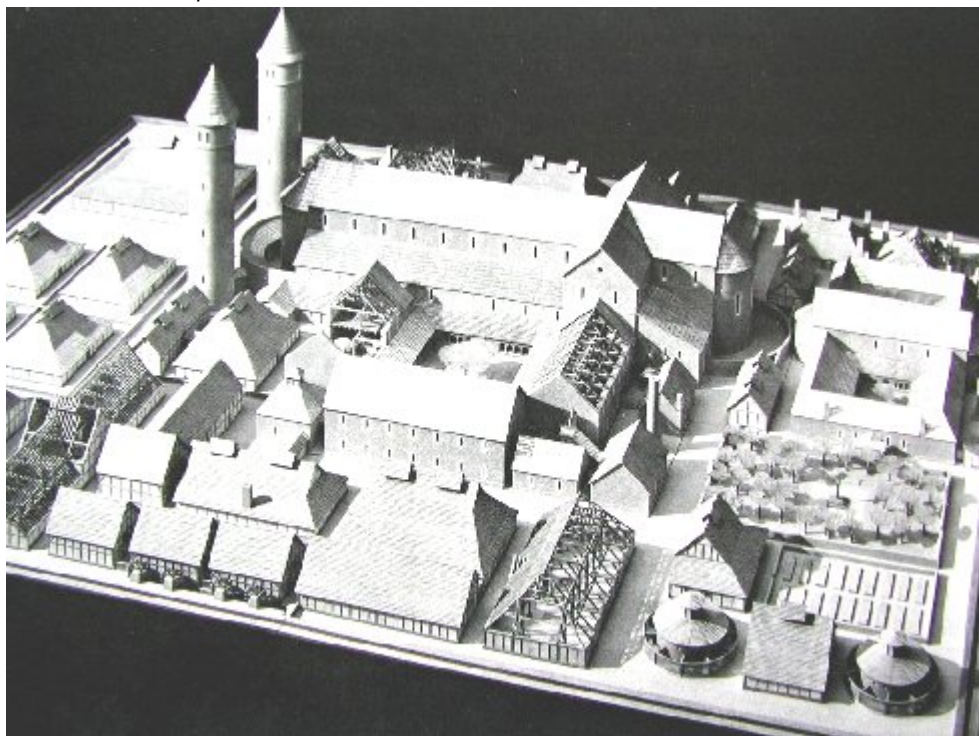


Fig. 113 Maquete do Mosteiro ideal de Saint Gall ⁴⁸

Um mosteiro com as características e perfeição como as que estão patentes no plano de Saint-Gall (Fig. 113) nunca poderia ser construído na íntegra⁴⁹ pois é reflexo de uma cidade ideal que se aproxima cada vez mais da cidade de Deus.

Para além de toda a sua carga simbólica, o mosteiro, é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar planeado pois acima de tudo o mosteiro é um local de habitação dos Homens (os monges) mas também de Deus⁵⁰ espelhando a Jerusalém celeste na terra. O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis*⁵¹ sendo a

⁴⁷ Regra do Patriarca S. Bento, Cap. LXVI; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; Edições "Ora & Labora", Mosteiro de Singeverga, Singeverga, 1992, 2 ed.

⁴⁸ In BRAUNFELS, Wolfgang; Op. cit.; p.38

⁴⁹ Ver ROSENAU, Helen; **La Ciudad Ideal**; Alianza Editorial; Madrid;1999; pp 37-53

⁵⁰ Ver DIAS, Geraldo Coelho; **Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges** in "O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos "; Edições Afrontamento; Porto; 1997; pp.13-37

⁵¹ Ver MUMFORD, Lewis; **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**; Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1961; p.271/ SIMSON, Otto von; **La catedral gótica**; Alianza Forma; Madrid; 2000; p. 64

vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso,

*"(...) não se pode deixar de, no claustro, contemplar o céu visível, que o transporta para o paraíso transcendente. Por essa razão, o mosteiro, situado no aqui e agora do mundo, apresenta-nos, de certo modo, uma geografia do sobrenatural, do além. É preciso reconhecer a funcionalidade dos espaços onde vivem os religiosos (...). Um edifício material monástico, com as suas oficinas, mesmo de simples e aparente função laboral, tem sempre uma semiótica espiritual. A simbólica impregnava a vida dos monges de antanho. (...) a construção dum mosteiro e a subsequente instalação dos monges num determinado sítio constituiu uma forma de luta pela fé, um trabalho de evangelização."*⁵²

S. Bernardo referirá, a cidade ideal, este Paraíso na sua Epístola 64⁵³ ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível Jerusalém Celeste na terra (Fig. 114).

Relativamente, não ao Claustro cisterciense, mas sim a todo e qualquer claustro Nelson Correia Borges refere:

"O Claustro aparecia assim configurado como uma cidade sagrada, a Jerusalém celeste de que fala o Apocalipse e, ao mesmo tempo, como um microcosmo, em cujo centro se cruzavam coordenadas espaciais e temporais: as quatro ruas, orientadas segundo os pontos cardeais; o poço, tanque ou obelisco, marcando o centro do mundo. Do obelisco-fonte jorravam águas pelas quatro bocas voltadas aos pontos cardeais, numa clara alusão à Árvore da Vida, plantada no centro do Paraíso, de cujo pé corriam os quatro rios.

Centro cósmico se afirmava igualmente, pela união dos três níveis do universo: o mundo subterrâneo, simbolizado pelas sepulturas; a superfície terrestre, presente no solo que se pisa; o mundo celestial, apontado pela fonte, por vezes em forma de obelisco, que já em si é, por excelência, uma alegoria solar e cósmica.

Além do mais, a forma quadrangular do claustro, coberta pela cúpula celeste, congregando as mais perfeitas figuras geométricas – o quadrado e o círculo – é um símbolo eloquente da união da

⁵² Ver DIAS, Geraldo Coelho; Op. cit.; p. 23

⁵³ "Et si vultis scire, Claravallis est. Ipsa est Ierusalem, ei quae in caelis est, tota mentis devotione, et conversationis imitatione, et cognatione quadam spiritus sociata. Haec requies illius, sicut ipse promittit, in saeculum saeculi: elegit eam in habitationem sibi, quod apud eam sit, etsi nondum Visio, certe exspectatio verae pacis, illius utique de qua dicitur: Pax Dei, quae exsuperat omnem sensum." in S. BERNARDO; **Epístola 64** in "Obras Completas de San Bernardo"; vol. VII; B.A.C.; Madrid; 2003; pp. 246-247 / ver DIAS, Geraldo Coelho; Op.cit; pp.206-207

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

terra com o céu e, consequentemente, da intimidade com os mistérios divinos."⁵⁴ (Fig. 115)



Fig. 114 **a.** Livro da Propriedade das Coisas, desenho do Paraíso (manuscrito francês do séc. XV, arquivo da B.N. France) / **b.** Desenho do Paraíso como Cidade (manuscrito da Flandres do séc. XIV, arquivo B.N. France)



Fig. 115 **a.** Fonte circular do Mosteiro de Santa Maria de Celas (fotografia da autora) / **b.** Fonte quadrangular do claustro do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografia da autora)

⁵⁴ BORGES, Nelson Correia; **Arquitetura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)** in MUSEU; IV série; nº7; 1998; p.41

4.3.

ESTÉTICA BERNARDINA E SEU REFLEXO NA ARQUITECTURA: ARQUITECTURA CISTERCIENSE

Na Idade Média, sobretudo no decorrer do século XII, é importante ter em atenção a existência de duas correntes estéticas paralelas, mas inteiramente opostas no que respeita à espiritualidade da arte.

Por um lado, encontra-se uma concepção da espiritualidade da arte defendida por Sugério de S. Dinis (1081-1151), assim como pelos cluniacenses em geral, segundo a qual se procura um equilíbrio entre o sensível, o belo e o sumptuoso *per visibilia ad invisibilia*.⁵⁵



Fig. 116 Abadia de S. Dinis, França (arquivo da autora)

A Cluny correspondia a exterioridade, a exuberância, a opulência, a efusiva decoração de carácter figurativo e simbólico de modo a dar relevo à casa de Deus (Fig. 116). A materialidade era um meio de atingir a espiritualidade, era necessário o "(...) valor da riqueza e da beleza como homenagem à fé, para fazer realçar a claridade e o belo fulgor da luz Divina".⁵⁶ Para os cluniacenses, imbuídos de um espírito profundamente feudal, Deus era o Senhor sendo por

⁵⁵ Cfr. VITI, Goffredo (dir.); **Architettura Cistercense - Fontenay e le Abbazie in Italia dal 1120 al 1160**; Edizioni Casamari – Certosa di Firenze; Firenze; 1995; p.29

⁵⁶ Cfr. DIAS, Geraldo Coelho; **Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média** in "Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade"; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; p.14

isso atribuída uma grande importância ao ofício Divino pelo que a liturgia era celebrada em estruturas grandiosas.

Por outro lado, encontra-se uma outra concepção da espiritualidade da arte defendida em particular por S. Bernardo e pelos cistercienses, segundo a qual é rejeitada a analogia entre a beleza terrena e o esplendor celeste, constituindo a ascese, e por consequência a renúncia dos sentidos, um meio de alcançar Deus (Fig. 117).

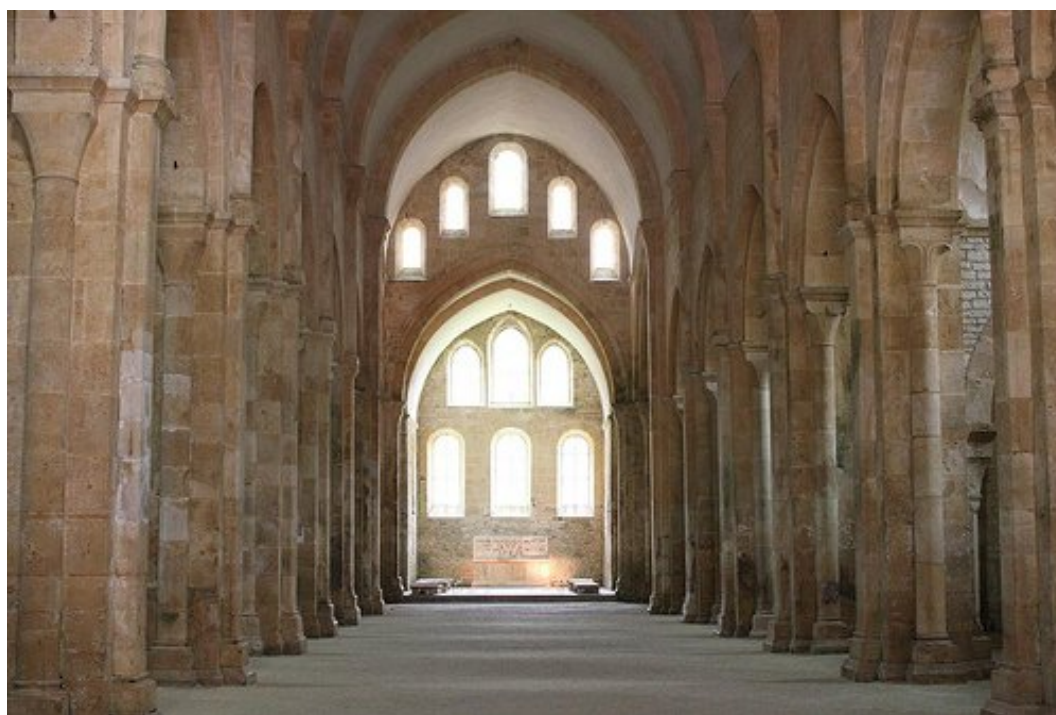


Fig. 117 Abadia de Fontenay, França (arquivo da autora)

Os cistercienses pretendiam a união mística com Deus, sendo o homem necessitado de penitência, e realçando a função ascética do trabalho manual num ambiente retirado e humilde.⁵⁷ Para S. Bernardo o luxo é inútil e perigoso estando não só em contradição com as exigências da vida espiritual como também em conflito com esta. A alma, segundo S. Bernardo, necessita de concentração interior para poder atingir o conhecimento.

No que respeita à arquitectura, esta oposição entre S. Bernardo e Sugério de S. Dinis, demonstra que a diferença que os distingue não pode ser considerada em termos meramente arquitectónicos mas sim segundo termos teológicos e teóricos.⁵⁸

⁵⁷ DIAS, Geraldo Coelho; Op. cit.; p.14

⁵⁸ Cfr. MARTINS, Ana Maria Tavares; **A Arquitectura Religiosa nas Beiras nos primórdios da Nacionalidade** in *Catálogo da exposição "Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais – a identidade de Portugal em construção"*; Ed. Câmara Municipal de Viseu; Viseu, 2009; pp.48-59

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

Este novo modo de encarar a arte tem início com a publicação de um dos primeiros tratados de S. Bernardo, a “Apologia para Guilherme, Abade” (1125) que foi o resultado de uma querela, entre Cistercienses e Cluniacenses, sobre a interpretação da regra de S. Bento e traduziu-se na resposta de S. Bernardo (então já abade de Claraval) a Guilherme, abade de S. Teodorico. Como refere Dom Angelico Surchamp, duas interpretações da mesma regra, ambas abençoadas pela Providência, não podiam deixar de se afrontar mais tarde ou mais cedo.⁵⁹



Fig. 118 Monge Negro e Monge Branco representados em pintura mural, da autoria de Cláudio Pasto, existente na Sala do Capítulo do Mosteiro beneditino de Singesverga, Portugal (arquivo Frei Geraldo Coelho Dias).

Neste escrito ideológico encontra-se a dissertação teórica das diferenças entre as duas observâncias da Regra beneditina que deste modo opunham “beneditinos cluniacenses” a “beneditinos cistercienses”, monges negros a monges brancos (Fig. 118).

Até esse momento, e após um longo período de desenvolvimento, os beneditinos viviam as suas vidas moderadas não só pela regra de S. Bento como também por diversos costumes resultantes de condicionantes de ordem vária (eclesiástica, litúrgica, económica, sociológica, psicológica).⁶⁰

⁵⁹ Cfr. SURCHAMP, Dom Angelico; *L'esprit de l'art cistercien* in “*L'Art Cistercien – France*”; Ed. Zodiaque; 1982; p.16

⁶⁰ Ver LECLERCQ, Jean osb; *introduction* in *Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apology to abbot William*; Michael Casey ocso (trad.); Cistercian Publications; Kalamazoo, Michigan; 1970; pp.3-4

Em contraste encontravam-se os Cistercienses que reviviam a primitiva observância da regra de S. Bento e nela encontravam a sua fundamentação ao seguirem as suas vidas com simplicidade e pobreza⁶¹ sem a obstrução de costumes acumulados ao longo dos anos.

Os cistercienses procuraram um equilíbrio entre *Opus Dei*, *Lectio Divina* e *Labor manum* que constituíam as componentes fundamentais da Regra de S. Bento. Este equilíbrio foi conseguido através de um espírito de grande rigor, pobreza, árduo trabalho manual, solidão, uniformidade de vida.

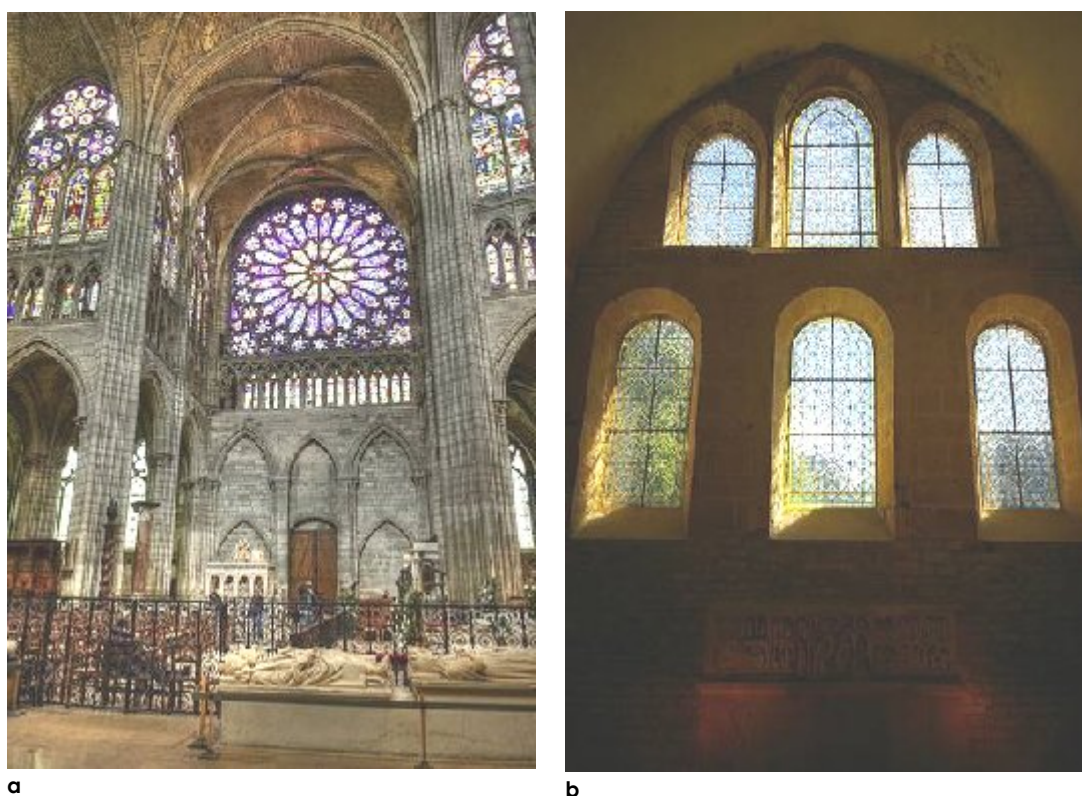


Fig. 119 Abadia de S. Dinis (a) e Abadia de Fontenay (b), França (arquivo da autora)

A *Apologia para Guilherme, abade*⁶², de S. Bernardo, pode dividir-se em três partes que se desenvolvem essencialmente segundo os seguintes parágrafos chave:

⁶¹ A procura de simplicidade era tal que nem os seus hábitos eram tingidos (isto era também símbolo de aspiração à primitiva observância da regra, caracterizada por simplicidade e pobreza), daí os cistercienses serem apelidados de Monges Brancos nome que também surge para os distinguir dos Monges Negros, os beneditinos, cujos hábitos eram tingidos de negro.

⁶² Foram consultadas duas versões da *Apologia* de S. Bernardo: num primeiro momento a tradução, de 1970, do latim para o inglês de Michael Casey OCSO com introdução de Jean Leclercq OSB publicada pelas Cistercian Publications (Kalamazoo, Michigan) e posteriormente a versão bilingue latim-português com tradução, de 1997, para o português de Geraldo Coelho Dias OSB/FLUP publicada pela Fundação Eng. António de Almeida (Porto). Ver **Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apology to abbot William**; Michael Casey ocsa (trad.); Cistercian Publications; Kalamazoo, Michigan; 1970 / DIAS, Geraldo Coelho

I.

Primeira parte:

Unidade e pluralidade das Ordens Religiosas na Igreja

- Presta esclarecimentos sobre os motivos e disposições que o levaram a escrever o texto (1-4)
- Faz uma exposição teológica a cerca do tema da unidade e pluralidade na Igreja (5)
- Aplicação às várias ordens monásticas (6-9)

II.

Segunda parte:

Observância cisterciense

- Necessidade universal da caridade (10-12)
- Aviso aos cistercienses para não darem mais importância às observâncias do que à prática da humildade e caridade (13-14)
- Considerações sobre a presente carta (15)

III.

Terceira parte:

Crítica aos cluniacenses

- Contra os excessos; algumas considerações contra a observância levada pelos cluniacenses (16-18)
- Comparação com o antigo monaquismo (19)
- Sobre a comida (20)
- Sobre a bebida (21)
- Sobre os que ficam na enfermaria sem estarem doentes (22-23)
- Sobre as vestes caras e extravagantes (24-26)
- Sobre a negligência dos superiores e mostras de vaidade dos abades (27)
- Sobre os custos dos edifícios e sobre as imagens de ouro e de prata presentes nos mosteiros (28-29)
- Epílogo (30-31)

Desta maneira o novo modo de encarar a arte e a arquitectura encontrava já reflexo na *Apologia* de S. Bernardo pelo que se pode afirmar que esta não se constitui como um compêndio de arte e estética, mas sim como um tratado de espiritualidade monástica.⁶³ A arquitectura e a arte cistercienses não têm como finalidade o deleite (Fig. 119). Nada deverá desviar a atenção de Deus. Assim

(apresentação, tradução e notas); **Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade;** Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997

⁶³ Ver DIAS, Geraldo Coelho; **Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média** in "Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade"; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; p. 16

desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade (Fig. 120).

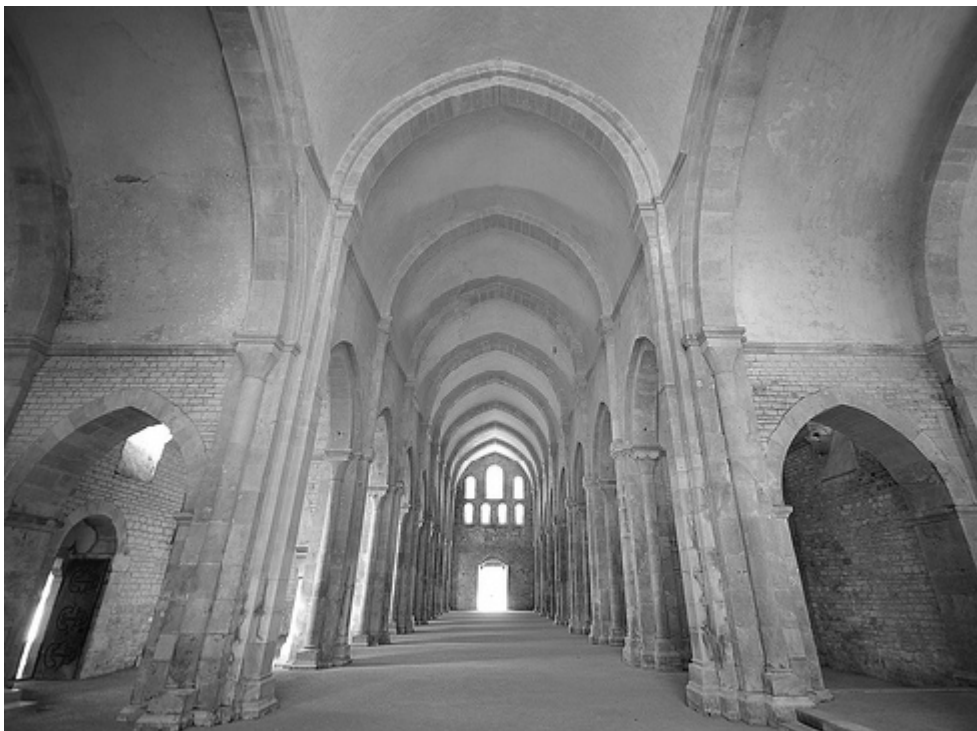


Fig. 120 Abadia de Fontenay, França (arquivo da autora)

Para os defensores da via ascética e da pobreza, apenas através da libertação dos bens materiais e da dádiva pode o Homem encontrar o amor espiritual e Deus. Cister é uma rigorosa demanda de perfeição, a arte cisterciense é austera, despojada, disciplinada fundamentando-se na busca de pureza de linhas.

Deste modo é feita a apologia de uma “estética da pobreza” segundo a qual apenas deverão ser apresentadas formas funcionais extremamente simples, limitando-se à essência.

Consequentemente, a uma opulência exuberante que está patente na arte românica, opõe-se uma estética da pobreza e da simplicidade que se limita ao essencial, apresentando apenas formas funcionais de extrema simplicidade mas plena de significações.

É essa exuberância decorativa românica que S. Bernardo censura para os mosteiros cistercienses referindo:

“De resto, nos claustros, diante dos irmãos a fazer leituras, que faz aquela ridícula monstruosidade, aquela disforme beleza e bela disformidade? Para que estão lá aqueles imundos macacos? Para quê os leões ferozes? Para quê os centauros monstruosos? Para quê os semi-homens? Para quê os tigres às manchas? Para quê os

soldados a combater? Para quê os caçadores a tocar trombeta? Vês uma cabeça com muitos corpos e um corpo com muitas cabeças. Daqui vê-se um quadrúpede com cauda de serpente, dali um peixe com cabeça de quadrúpede. Ali uma besta tem frente de cavalo e de cabra a parte de trás; acolá um animal cornudo tem traseiro de cavalo. Tão grande e tão admirável aparece por toda a parte a variedade das formas que mais apetece ler nos mármores que nos códices, gastar todo o dia a admirar estas coisas que a meditar na lei de Deus. Meu Deus! Se a gente não se envergonha destas frivolidades, porque não tem pejo das despesas?"⁶⁴



Fig. 121 Capitéis de Santa Maria de Villanueva, Asturias, Espanha (arquivo da autora)

A curiosidade é inimiga da introspecção pois pode colocar em perigo o espírito distraíndo-o. Assim nada deverá deter o olhar ou o espírito daquilo que é essencial, ou seja, a concentração interior para buscar Deus (Fig. 121). A procura do conhecimento de Deus, por parte dos cistercienses, fazia-se

⁶⁴ Cit. **Apologia**, cap. XII in DIAS, Geraldo Coelho (apresentação, tradução e notas); "Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade"; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; pp.66-67 / Cfr. Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apologia to abbot William; Michael Casey ocso (trad.); Cistercian Publications; Michigan; 1970; p. 66

versão original: "Ceterum in claustris, coram legentibus fratribus, quid facit illa ridicula monstruositas, mira quaedam deformis formositas ac formosa deformitas? Quid ibi immundae simiae? Quid feri leones? Quid monstruosa centauri? Quid semihomines? Quid maculosae tigrides? Quid milites pugnantes? Quid venatores tubicinant? Videas sub uno capite multa corpora et rursus in uno corpore capita multa. Cernitur hinc in quadrupede cauda serpentis, illinc in pisce caput quadrupedis. Ibi bestia praefert equum, capram trahens retro dimidiam; hic cornutum animal equum gestat posterius. Tam multa denique, tamque mira diversarum formarum apparet ubique varietas, ut magis legere libeat in marmoribus, quam in codicibus, totumque diem occupare singulari ista mirando, quam in lege Dei meditando. Proh Deo! si non pudet ineptiarum, cur vel non piget expensarum?"

também com elementos simbólicos e arquitectónicos, porém bem distintos daqueles que os cluniacenses utilizavam.

Deste modo, através do despojamento das suas igrejas, para os cistercienses bastava a simplicidade das linhas, a harmonia dos volumes, a elegância das proporções, a esbelteza dos arcos, a pureza das paredes caiadas, a luminosidade e o seu claro-escuro para se elevarem em direcção a Deus. Procurava-se assim uma articulação dos três registos da vida contemplativa, isto é uma articulação do corpo, da alma e do espírito procurando eliminar o que pudesse de alguma forma desviar a alma da incessante busca interior do divino.⁶⁵

S. Bernardo condenava a ornamentação e a beleza sumptuosa não porque fora insensível aos seus encantos, antes pelo contrário, precisamente por ser capaz de os sentir de modo a aperceber-se que estes constituíam uma sedução invencível, logo um perigo irreconciliável com as exigências do sagrado sendo para si mais importante a busca da contemplação Divina do que o fascínio pela arte.⁶⁶ No entanto, S. Bernardo limita esta crítica aos mosteiros e admite a importância da arte nas outras igrejas, que não as dos mosteiros. O critério subjacente à estética bernardina não será propriamente artístico mas sim ético e ascético.

“E, de facto, uma é a razão dos bispos, outra a dos monges. Sabemos, com efeito, que aqueles, sendo devedores a sábios e insensatos, promovem a devoção do povo carnal com adornos materiais por não poder com os espirituais. Nós, porém, que já nos saímos do povo, que, por Cristo, deixámos as coisas preciosas e belas do mundo, todas as lindamente brilhantes, musicalmente embaladoras, suavemente inebriantes, docemente saborosas, agradáveis ao tacto, enfim, julgamos todos os prazeres do corpo como estrume para lucrarmos a Cristo, pergunto-vos a quem é que incitamos com elas a devoção? Que fruto disso pretendemos colher: a admiração dos insensatos ou a oferta dos simples? Acaso, porque andamos misturados com pagãos, aprendemos as obras deles e ainda prestamos culto às suas esculturas?”⁶⁷

⁶⁵ Ver DIAS, Geraldo Coelho; Op. cit.; p. 17

⁶⁶Cfr. PANOFKY, Erwin; **O significado nas artes visuais**; Ed. Presença; Lisboa; 1989; p.92

⁶⁷ Cit. **Apologia**, cap. XII in DIAS, Geraldo Coelho (apresentação, tradução e notas); “Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade”; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; pp. 64-65 / Cfr. *Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apology to abbot William*; Michael Casey (trad.); Cistercian Publications; Kalamazoo, Michigan; 1970; p.64

versão original: “Et quidem alia causa est episcoporum, alia monachorum. Scimus namque quod illi, sapientibus et insipientibus debitores cum sint, carnalis populi devotionem, quia spiritualibus non possunt, corporalibus excitant ornamentis. Nos vero qui iam de populo exivimus, qui mundi quaeque pretiosa ac speciosa pro Christo reliquimus, qui omnia pulchre lucentia, canore mulcentia, suave olentia, dulce sapientia, tactu placentia, cuncta denique oblectamenta corporea arbitrate sumus ut stercora, ut Christum lucrificamus, quorum, quaeso, in his devotionem excitare intendimus? Quem, inquam, ex his fructum

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

Deste modo, a crítica exercida por S. Bernardo na *Apologia para Guilherme*, abade constitui essencialmente o texto elementar no qual estão patentes os seus ideais. Através da crítica ao luxo e aos excessos de ornamentação (*superfluitas*), às deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), aos excessos das proporções (*supervacuitas*), S. Bernardo abre caminho para uma estética da moderação (*moderatio*) ornamental onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) constituem os novos critérios estéticos.⁶⁸

A arte deve elevar o espírito de modo a torná-lo livre favorecendo a contemplação, e não ser apelativa aos sentidos (Fig. 122), pois mais que a fruição da arte por si só encontra-se “(...)o gozo da presença de Deus, que a imaterialidade das coisas, as paredes nuas, a luz com os contrastes do claro-escuro e as formas dos arcos a elevar-se para as alturas, como mãos erguidas em ogiva, sugerem e proporcionam”⁶⁹ de modo a permitir o encontro com o Deus da absoluta beleza. Por este motivo, os cistercienses, partindo de objectivos muito claros de espiritualidade, criaram normas e regras para construírem os seus mosteiros e igrejas, sem no entanto nunca estabelecerem os princípios rígidos característicos de uma escola de arte ou de arquitectura.



Fig. 122 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

requirimus: stultorum admirationem, an simplicium oblationem? An quoniam commixti sumus inter gentes, forte didicimus opera eorum, et servimus adhuc sculptilibus eorum?"

⁶⁸ MARTINS, Ana Maria Tavares; **Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem** in "Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias"; Vol. 1; Edição FLUP; Porto, 2006, pp.92-93

⁶⁹ Ver DIAS, Geraldo Coelho; **Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média** in "Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade"; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; p. 17

Consequentemente as abadias e mosteiros cistercienses caracterizavam-se sobretudo pela racionalidade na articulação dos espaços e o despojamento de elementos decorativos.

Porém, usaram-se soluções locais com materiais disponíveis *in loco* assimilando as tradições culturais existentes. Os cistercienses utilizaram a arte e os modos de construir característicos da região e do país onde se inseriam sem no entanto deixar de aplicar alguns dos princípios que norteavam a sua espiritualidade de carácter austero e simples.

Segundo Otto von Simson as opiniões artísticas de S. Bernardo, mais do que as de alguém que pode ser descrito como um puritano, são opiniões carregadas da influência de S. Agostinho:

*“Las opiniones artísticas de san Bernardo suelen describirse como las de un puritano. Pero son en realidad, agustinianas. Ningún autor ejerció una influencia mayor que san Agustín sobre su formación teológica. Consideraba al obispo de Hipona la mayor autoridad en teología desde los Apóstoles; junto con san Agustín – escribe en los momentos culminantes de su controversia con Abelardo – desea equivocarse al igual que saber.”*⁷⁰

É certo que se encontra bem patente a influência de S. Agostinho no pensamento de S. Bernardo podendo mesmo considerar-se a existência de um paralelismo entre a experiência musical de S. Agostinho e a experiência espacial de S. Bernardo.

No entender de von Simson, a experiência musical vai-se apoderando da imaginação de Santo Agostinho ao ponto de este encontrar na *harmonia* o termo apropriado para designar a obra de reconciliação com Cristo.

*“Y el misticismo musical puede presentar a san Agustín como su más grande portavoz: no sólo penetró sus especulaciones cosmológicas y estéticas, sino que llegó hasta el centro de su experiencia teológica. (...) la experiencia musical se va apoderando poco a poco de su imaginación hasta que de repente cae en la cuenta de que el término apropiado para designar la obra de reconciliación de Cristo es armonía. No es este el lugar, exclama san Agustín, de demostrar el valor de la octava, que parece tan profundamente inculcado en nuestra naturaleza – ¿por quién sino por Aquel que nos creó?”*⁷¹

Não encontrará paralelo nesta experiência musical a experiência espacial de S. Bernardo quando este pergunta no seu *De Consideratione*: “O que é Deus?” E ao mesmo tempo responde que Este “é comprimento, largura, altura e

⁷⁰ Cit. SIMSON, Otto von; **La catedral gótica**; Alianza Forma; Madrid; 2000; p. 60

⁷¹ Cit. Idem; p.60

profundidade" (*Quid est Deus? Longitudo, latitudo, sublimitas et profundum*⁷²). Não são estes, numa leitura simplificada, os atributos intrínsecos da arquitectura também? (Fig. 123)

As ideias de S. Bernardo sobre a música proporcionam também uma chave indispensável para conhecer as suas convicções sobre a arte religiosa.⁷³

*"Para un hombre impregnado de la tradición agustiniana como era Bernardo, la presencia de las razones «perfectas» debió ser tan manifiesta en las proporciones visibles como en las consonancias audibles. Y no pudo dejar de respetar en la arquitectura bien proporcionada aquella dignidad metafísica de las razones que admiraba en la composición musical."*⁷⁴

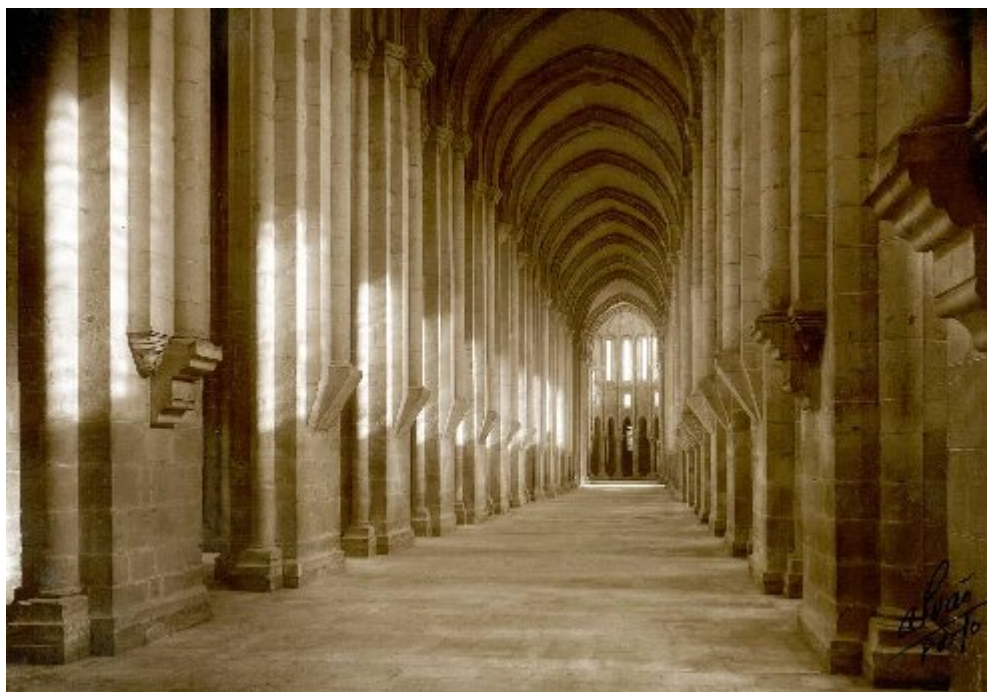


Fig. 123 Nave da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
(arquivo do Engº Pedro Tavares – Foto Alvão, Porto)

O que se considera hoje como movimento artístico cisterciense, sobretudo no que se refere aos primeiros séculos, e com particular destaque para o pensamento de S. Bernardo sobre a arte foi profundo. De tal modo que após a morte de S. Bernardo nada permaneceu como era, a sua marca e o seu legado estão presentes não só a nível humano e espiritual, mas também na própria arquitectura monástica e em cada objecto artístico. No entender de G. Viti não parece ser exagerado falar-se numa estética cisterciense ou mesmo

⁷² S. BERNARDO; **De Consideratione ad Eugenium Papam** in "Obras Completas de San Bernardo"; (Los Monjes Cistercienses de España, ed.); vol. II; Biblioteca de Autores Cristianos; Madrid; 1994; pp. 226

⁷³ Ver SIMSON, Otto von; Op. cit.; p. 62-63

⁷⁴ Cit. Idem; pp. 62-63

numa estética bernardina, correspondente a uma nova era dotada de um total rigor ascético.⁷⁵

A arte cisterciense não se reporta aos sentidos nem ao mundo das sensações, mas sim à razão, à racionalidade imersa na simplicidade e clareza das relações geométricas e da geometria pura. No que respeita à arquitectura em geral para além dos princípios de proporção e de simetria patentes na própria arquitectura existe também a preocupação com o próprio fim a que se destina, isto é, o uso e a finalidade do espaço que se cria pelo que a funcionalidade e a estética devem conformar um conjunto harmonioso.

A arquitectura permite a interligação e a harmonização estética do espaço interior do edificado com a sua formalização exterior. Também a Arquitectura de Cister se centra nestes princípios. A simplicidade, a funcionalidade (a que São Bernardo chamava autenticidade), o despojamento e a austeridade que permitem deixar a descoberto e visíveis as paredes e as estruturas destacando apenas a harmonia e a beleza das formas *per si* sem acrescentos. O único elemento iconográfico presente numa Igreja cisterciense era a imagem da Virgem Maria (Fig. 124) uma vez que todos os Mosteiros eram dedicados a Santa Maria.⁷⁶

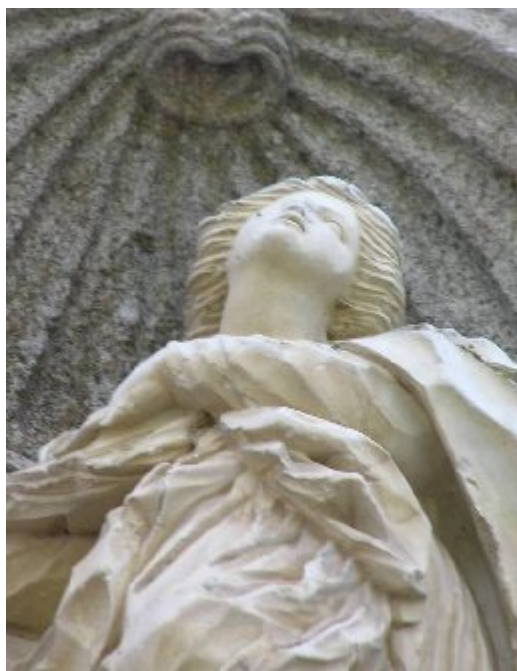


Fig. 124 Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Imagem de Nossa Senhora da Assunção existente sobre o frontão da entrada para a Igreja do mosteiro. (fotografia da autora)

⁷⁵ Ver VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; 1995; p.32

⁷⁶ KINDER, Terry N.; Op. Cit.; p.123

Deste modo as Abadias cistercienses caracterizavam-se sobretudo pela racionalidade na articulação dos espaços e o despojamento de elementos decorativos. Porém, como já foi referido anteriormente, usam-se soluções locais ou regionais com materiais disponíveis *in loco* assimilando as tradições culturais existentes.

A Arquitectura Cisterciense nasce como reacção à ostentação e riqueza das Arquitecturas suas contemporâneas e sobretudo como resposta à opulência dos Cluniacenses. Nela encontra-se presente um modelo de clareza, simplicidade e precisão.

A simplicidade era a ideia e o ideal subjacente a todos e a tudo o que estivesse inserido na Ordem de Cister, estando patente não só na arquitectura e na arte, mas também no modo de vida, no trabalho, na alimentação, nas vestes, na liturgia.

A arquitectura cisterciense, do ponto de vista estilístico apresenta certas influências ora regionais, ora ecléticas, provenientes de diversos meios e aceites pelos monges quando ainda não existia nenhuma doutrina que versasse o tema.

Salienta-se assim a importância da Arquitectura cisterciense na história de Portugal como refere também Alberto Estima:

“(...)os edifícios que melhor expressam a vocação religiosa dos seus autores são anteriores ao século XX e reportam às obras dos monges construtores, os cistercienses. A importância que atribuíam ao edifício religioso fica expresso, não só no estudo exaustivo do projecto como no grau de perfeccionismo com que o edificavam.

A Abadia de Alcobaça é provavelmente o seu paradigma maior.”⁷⁷

A austeridade cisterciense reflectia-se não só na rotina quotidiana dos monges, mas também na própria lógica, na racionalidade da articulação dos espaços arquitectónicos e no despojamento de elementos decorativos, no que respeita à arquitectura:

“Proibimos que haja esculturas ou pinturas nas nossas igrejas ou em quaisquer dependências do mosteiro, pois quando se olha para elas, deita-se a perder a utilidade da boa meditação ou a disciplina da gravidade monástica. No entanto, temos cruzeiros pintados que são de madeira”⁷⁸

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante as demandas da realidade do contexto em que se inseriam. Apesar da utilização de um plano tipo,

⁷⁷Cit. Estima, Alberto; **A nova vanguarda da Arquitectura Religiosa fundamentada em valores metafísicos (simbólico-religiosos)** in Revista da Faculdade de Letras CIENCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO; I Série, vol. V-VI; Porto 2006-7; p.156

⁷⁸ Ver **Statuta** XX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 84

difícilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local.

A tipologia das igrejas cistercienses seguia assim um plano tipo que durante muito tempo foi apelidado de Plano Cisterciense ou mesmo de Plano Bernardino.⁷⁹ Um dos exemplos mais representativos deste plano é o da abadia de Fontenay, em França e o da primitiva abadia de Alcobaça em Portugal.

De facto, é a influência do pensamento de S. Bernardo que vai proporcionar a utilização das linhas simples e direitas e que vai repercutir-se sobretudo nas igrejas dos mosteiros com filiação em Claraval (como é o caso de mosteiros em solo português). As outras fundações e filiações também adoptaram este programa e esta linguagem. No entanto a utilização de mão-de-obra local e as influências das arquitecturas regionais trouxeram elementos característicos do próprio local onde se inseriam.

Os cistercienses adaptaram as suas arquitecturas não só à topografia dos locais escolhidos como também tiveram em atenção os cursos de água, as direcções dos ventos dominantes.

As condicionantes à construção do mosteiro são deste modo: terreno desimpedido e livre; proximidade de água e bosque; distanciação de locais povoados e habitados; lugar isento de Senhorios.

Os mosteiros cistercienses eram, como tem vindo a ser referido complexos sistemas arquitectónicos. A parte mais interna da cerca monástica era composta por edificações próprias para o serviço divino e para a habitação, dispostos de "*more nostrum*" seguindo um rígido esquema, enquanto os espaços acessórios, mas igualmente necessários como oficinais, armazéns, enfermaria eram colocados de um modo mais livre.

A zona mais afastada do edificado principal do mosteiro era constituída pelas granjas que, como já foi referido, eram essencialmente zonas de trabalho

⁷⁹ Sobre a discussão acerca do plano tipo ver: COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 / DIMIER, Pe. Anselme; **L'Art Cistercien - France**; col. La nuit des temps; n° 16; Ed. Zodiaque; 1982 / DIMIER, Anselme; **Eglises cisterciennes sur plan Bernardin et sur plan Bénédictin** in "Mélanges à la mémoire du père Anselme Dimier"; Tomo I - Père Anselme Dimier; vol. 2 - Travaux inédites et rééditions; Benoît Chauvin Ed.; Pupillin; 1987/ KINDER, Terry N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / INCERTI, Manuela; **Il Disegno della Luce nell'Architettura Cistercense**; Edizioni Certosa Cultura; Firenze; 1999 / MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem** in "**Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias**" - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006 / MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português**; Ed. Autor; Viseu, 2007 / PRESSOUYRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; n° 95; Ed. Gallimard; Paris; 1998 / ROMANINI, Angiola Maria; **O projecto cisterciense** in "A Idade Média"; dir. Georges Duby e Michel Laclotte; col. História Artística da Europa; tomo II; Quetzal Editores; Lisboa; 1998 / VITI, Goffredo (dir.); **Architettura Cistercense - Fontenay e le Abbazie in Italia dal 1120 al 1160**; Edizioni Casamari - Certosa di Firenze; Firenze; 1995 / VITI, Goffredo; **La Gerusalemme celeste presente nell'impianto architettonico cistercense**; texto policopiado; s/d

agrícola, isto é, quintas distanciadas no máximo a um dia de viagem do mosteiro e administradas pelos conversos.

Na granja cisterciense, dirigida pelo *magister grangii*, existia o dormitório, o refeitório, o calefactório e a capela. Nas primeiras décadas do séc. XII, a evolução da Ordem de Cister esteve relacionada com o desenvolvimento da arquitectura e arte caracterizadas pela simplicidade e pela harmonia das proporções que se traduziram num estilo de grande perfeição.

Nos primórdios, sobretudo na primeira metade de século XI, a arquitectura cisterciense progrediu rapidamente. Num primeiro momento, o Românico e depois o Gótico, ajustados a esta austeridade apresentam-se como resposta às exigências dos Cistercienses traduzindo perfeitamente a espiritualidade da Ordem (Fig. 125).



Fig. 125 Mosteiro de S. João de Tarouca
(fotografia da autora)

Nos territórios onde se implantava a Ordem de Cister eram apresentadas soluções inovadoras, o que não significa que permanecessem como tal, fora destes territórios, pois os cistercienses sempre souberam utilizar as premissas singulares dos locais onde se encontravam, como refere Terry Kinder:

“Per progettare la pianta, l'alzato, le volte e il decoro (o articolazione) più adatti alle loro esigenze, i primi Cisterciensi si avvalsero delle fonti più immediate a disposizione: il vocabolario architettonico del tempo e del luogo in cui vivevano.”⁸⁰

⁸⁰ KINDER, Terry N.; Op. Cit.; p.94

Estas construções sofreram influências de particularidades locais para além do carácter de homogeneidade. Esta homogeneidade foi resultado, não só de uma organização centralizada, mas também devido à existência do Capítulo Geral a partir do qual eram tomadas todas as decisões destinadas a todos os mosteiros aliada às visitas regulares dos mosteiros.

Segundo Fergusson⁸¹ a arquitectura cisterciense apresentava por vezes, em alguns países, uma certa semelhança e analogia com a arquitectura resultante do movimento de reforma gregoriana⁸² que ocorrera na região do Monte Cassino cerca de seis séculos antes.

A difusão da Ordem de Cister na Europa originou a elaboração de plantas e alçados muito semelhantes denotando uma repetição de modelos e homogeneidade que apontavam para alguma "standardização".

A arquitectura cisterciense contemplava já a ampliação ou mesmo a reconstrução que se estendia para além da Igreja e se alargava aos dormitórios, à cozinha, ao refeitório, e outros edifícios necessários devido à disposição planimétrica do edificado.⁸³

O desenvolvimento da arquitectura cisterciense não correspondeu apenas ao tipo e estilo da sua construção mas também à disposição de todo o conjunto monástico (Fig. 126) ou seja, igreja, edifícios regulares, construções agrícolas e industriais, assim como todo o tipo de anexos.⁸⁴



Fig. 126 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (fotografia da autora)

⁸¹ Ver FERGUSSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in "Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 44

⁸² reforma Desiderius

⁸³ KINDER, Terry N.; Op. Cit.; p.98

⁸⁴ Ver FERGUSSON, Peter; Op. cit.; p. 40

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

A partir de 1150 começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos *de more nostro* (Esq. 41), isto é, "do nosso modo". Assim, a arquitectura de um mosteiro cisterciense acomoda-se a:

I.

Particularidades do *sítio*;

II.

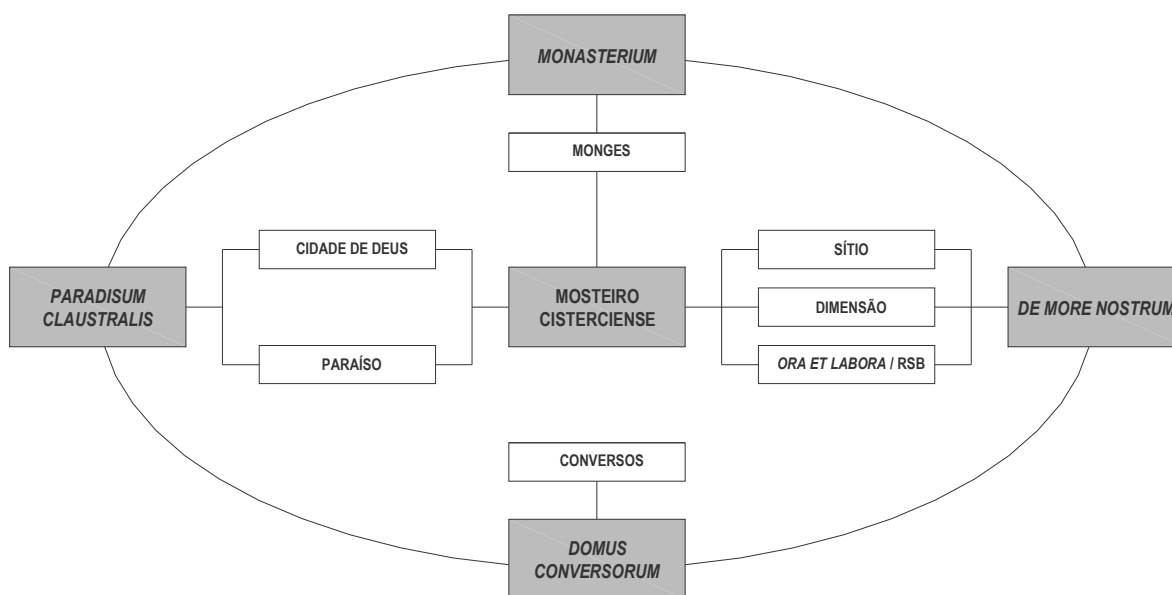
Dimensão da comunidade nele instalada;

III.

Necessidade da dualidade *ora et labora* que preenche a vida de cada monge cisterciense segundo a *Regra de S. Bento*;

IV.

Existência de *dois grupos diversos*, de duas sociedades bem hierarquizadas e distintas compostas pelos monges do coro e pelos conversos que ocupavam diferentes espaços. Por este facto é tão importante a relação entre espaço e tempo dentro de um mosteiro cisterciense.



Esq. 41 Elementos que se encontram na génese arquitectónica de um mosteiro cisterciense (síntese e esquema da autora)

Os planos, a disposição do edificado, a linguagem arquitectónica, os materiais serão escolhidos de acordo com os princípios definidos pela regra de S. Bento. Assim desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. A economia de meios, o rigor, os jogos de volumes e luminosidade traduzem-se através da

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

perfeita unidade entre um ideal espiritual e as escolhas formais. Deste modo a arquitectura cisterciense, para além de tudo o que foi referido pode sintetizar-se através de quatro definições intrínsecas: a austeridade, a simplicidade, a funcionalidade e os regionalismos que absorveu adaptando-os à sua construção nos locais onde se inseria.⁸⁵



Fig. 127 (a.) Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, Portugal: o material utilizado na sua construção é a pedra (fotografia da autora); (b.) Mosteiro de Vallis Rosarium Birstel, Alemanha: o material utilizado na sua construção é o tijolo (fotografia de Peter Bleckwenn)

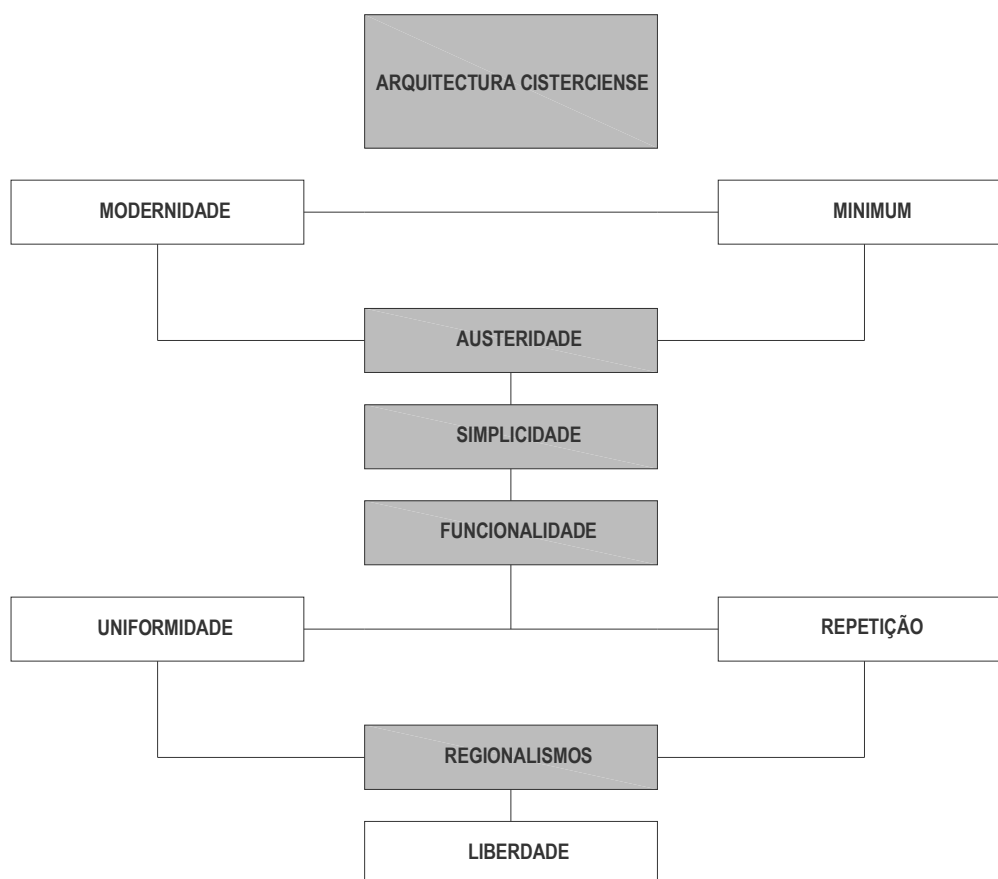


Fig. 128 (a.) Mosteiro de Le Thoronet, França: o material utilizado na sua construção é a pedra (arquivo da autora); (b.) Mosteiro de Vallis Rosarium Birstel, Alemanha: o material utilizado na sua construção é o tijolo (fotografia de Peter Bleckwenn)

⁸⁵ AA. VV.; **LES BÂTISSEURS – des moines cisterciens...aux capitaines d'industrie**; Ed. LE MONITEUR; 1997; pp.22-23

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

Em paralelo, e conseqüentemente, destaca-se a repetibilidade das suas arquitecturas que foram exequíveis devido à uniformidade do pensamento e de obediência à Regra de S. Bento, havendo sempre lugar à liberdade conformada pelos regionalismos destas mesmas arquitecturas (Esq. 42).



237

Esq. 42 Elementos definidores da arquitectura cisterciense (síntese e esquema da autora)

Esta liberdade, para além dos regionalismos, corresponde também à liberdade da escolha do local de implantação e às necessidades regionais que eram justapostas ao programa-base, desenvolvido através dos princípios da Regra de S. Bento, a utilização de materiais próprios de uma região.

É exemplo deste facto a existência de mosteiros edificadas em pedra, como o granito (no caso português), e outros edificadas em tijolo correspondendo a locais parcos em pedra (Fig. 127 e 129).

“Di solito, gli statuti o i brevi compendi delle decisioni prese dal Capitolo Generale hanno natura restrittiva; in altre parole, attirano l'attenzione su ciò il Capitolo Generale rupta indesirabile, anziché soffermarsi su ciò che è gradito. Nonostante questo possa sembrare un modo di procedere negativo, sottolinea invece il fatto che le

abbazie erano libere di prendere autonomamente molte decisioni in campo architettonico. Basti pensare alle torri campanarie di pietra: queste erano bandite, ma essendosi rivelate le torri in legno troppo fragili per resistere al mistral, le abbazie della Francia meridionale ottennero il permesso di costruire piccoli campanili di pietra. Gli statuti stessi furono soggetti a modifiche nel tempo. Prima del 1180, ad esempio, le porte delle chiese potevano essere dipinti di bianco o di nero, ma dopo tale data dovettero essere bianche. Questa prescrizione informano l'architettura secondo lo spirito cisterciense – semplicità ed esclusione di ogni distrazione e di lussi superflui -, lasciando però alla discrezione di ogni singola abbazia la scelta dei modi ad essa convenienti.”⁸⁶

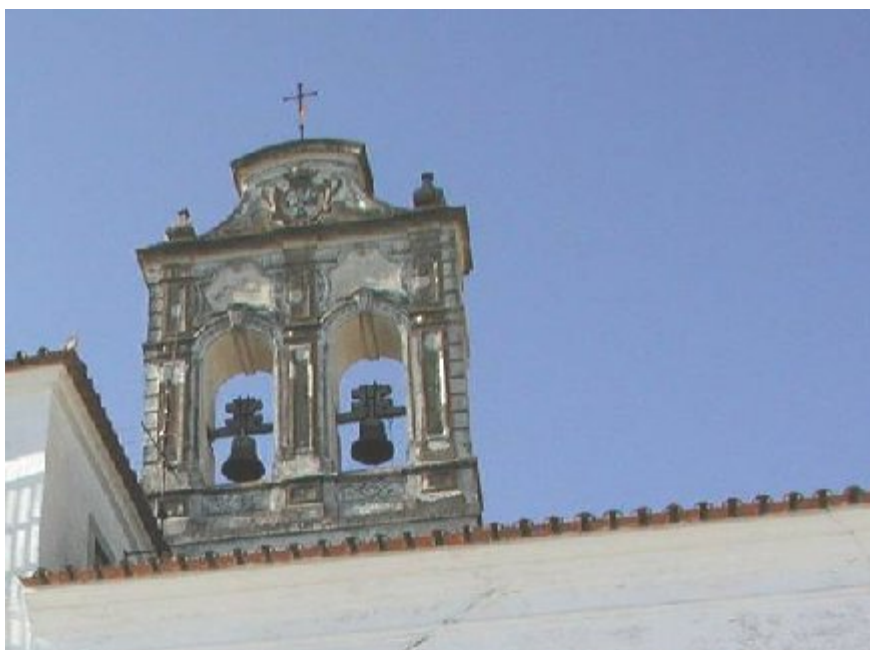


Fig. 130 Campanário em pedra de S. Bento de Cástris (fotografia da autora)

A Ordem de Cister é dotada de uma linguagem arquitectónica própria (plantas tipo, linhas sóbrias, simplicidade, luz) onde se incluem elementos e directivas que possuem um certo paralelismo com a actualidade (Fig. 130). Como refere Terryl Kinder:

“'Semplicità' è paradossalmente un concetto complesso (...). Un progetto 'semplice' non è un progetto poco intelligente, né un progetto 'semplicistico' e la sua realizzazione non è necessariamente poco costosa (i Cisterciensi costruivano in modo accurato e con materiali di alta qualità) Risulta chiaro che nei

⁸⁶ KINDER, Terryl N.; Op. cit.; pp.115-116

*progetti cisterciensi ci voleva molta capacità di previsione; spesso un progetto 'semplice' richiedi sforzi maggiori di uno meno semplice, anche perché mette in luce persino gli errori più piccoli."*⁸⁷

Pode-se assinalar a importância da Ordem de Cister, não só no que respeita à arquitectura das Ordens Monásticas, em geral, mas também no que concerne à arquitectura contemporânea.⁸⁸

Como refere o arquitecto Cláudio Silvestrin no seu ensaio "On Cistercian architecture" apresentado numa conferência em *The Insel Hombroich*, Neuss em 1996:

"The monastery is therefore a spiritual place where man can speak to God, unfettered by material desires and distractions: it is not a place designed to be admired. The form matter of the building is therefore conceived in such a way that there are no material features which divert the eye from the hyper-sensitive communication with the invisible – paradoxically, the form-matter must be so simple and essential that it comes across as non-existent: metaphorically speaking, the material is transformed into formlessness.

Non-object entities, such as space, light, thought and energy are therefore intensified to their highest potency.

(...)Simplicity became for the Cistercians a quality of life.

*It was understood, together with immortality and free will, as one of the three fundamental characteristics of the soul".*⁸⁹

239

As características anteriormente enunciadas foram também responsáveis pelos rasgos de modernidade existentes não só na arquitectura, como também na construção cisterciense e que evidenciam o espírito de austeridade que procura a simplicidade na sua forma mais pura (Fig. 131). Não confundir com simplista, pelo contrário, esta era uma simplicidade coerente e complexa, permitindo a procura do "mínimo" ou seja do "*minimum*" que contrasta com a "*curiositas*" dos estilos coevos (do românico e por vezes mesmo do gótico).

Este "*minimum*" irá influenciar muitos artistas e arquitectos, até mesmo arquitectos contemporâneos como Le Corbusier, John Pawson e Claudio Silvestrin.⁹⁰

⁸⁷ Idem; p.92

⁸⁸ Ver Cap. 4; p. 287

⁸⁹ SILVESTLIN, Claudio; **On Cistercian Architecture – talk at the Insel Hombroich Neuss, 1996** in Bertoni, Franco "Claudio Silvestrin"; Birkhäuser – Publishers for Architecture; Basel; 1999; p.219

⁹⁰ Cfr. HERVÉ, Lucien; **Architecture of Truth – the cistercian abbey of Le Thoronet**; Phaidon Press Limited; 2001, reedição do original de 1957 que apresenta fotografias da abadia cisterciense de Le Thoronet, cuja arquitectura muito influenciou Le Corbusier, sendo por isso mesmo esta obra prefaciada por Le Corbusier. A reedição de 2001 é acrescida de posfácio de John Pawson pelo mesmo motivo – a influencia da arquitectura cisterciense na sua própria obra. / PETIT, Jean; **Un Couvent de Le Corbusier**; Les Cahiers Forces Vives – Editec; 1961 que apresenta o Mosteiro dominicano de La Tourette, obra de Le Corbusier, com notórias influencias da simplicidade cisterciense. / PAWSON, John ; **Minimum** ; Phaidon Press Limited no qual este arquitecto assume

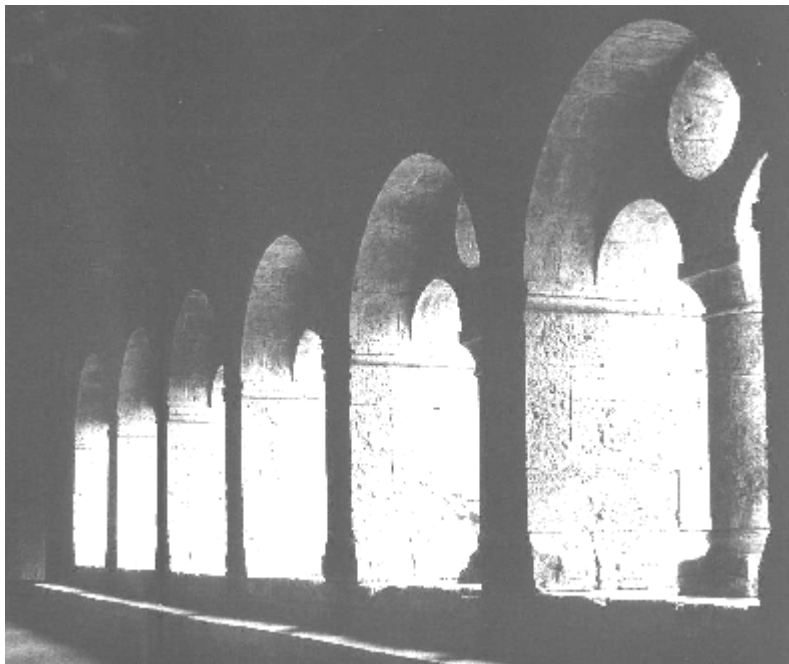


Fig. 131 Claustro de Le Thoronet (séc.XII), França (fotografia de Lucien Hervé)⁹¹



Fig. 132 Pedra nua dos claustros do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, palco de inúmeros jogos de luz e sombra (fotografia da autora)

Também a própria construção servirá de inspiração a muitos arquitectos (Fig.132). Observando a fase Brutalista de Le Corbusier pode-se estabelecer um

as influencias cistercienses na sua arquitectura e busca um fio condutor para o conceito de "mínimo" ao longo do tempo, da história e das culturas; 1996 / SILVESTREIN, Claudio; **Architecture of lessness** in Architectural Design Magazine – Aspects of Minimal Architecture; 1994 e SILVESTREIN, Claudio; **Aforism** in Bertoni, Franco "Claudio Silvestrin"; Birkhäuser – Publishers for Architecture; Basel; 1999, arquitecto, em tempos colaborador de John Pawson, de modo identico assumidamente influenciado pela simplicidade, rigor e austeridade da arquitectura cisterciense.

⁹¹ Imagem retirada de HERVÉ, Lucien; Op. cit.; pp. 66-67

paralelo entre Corbusier e a arquitectura cisterciense também pela via dos próprios materiais e do modo como se inseriam na construção e obra arquitectónica.

Um dos mais eficazes exemplos desta influência em Le Corbusier é o Convento dominicano de La Tourette. O Projecto de La Tourette nasceu do reencontro entre o dominicano Marie-Alain Coturier e de Le Corbusier (Fig. 133).

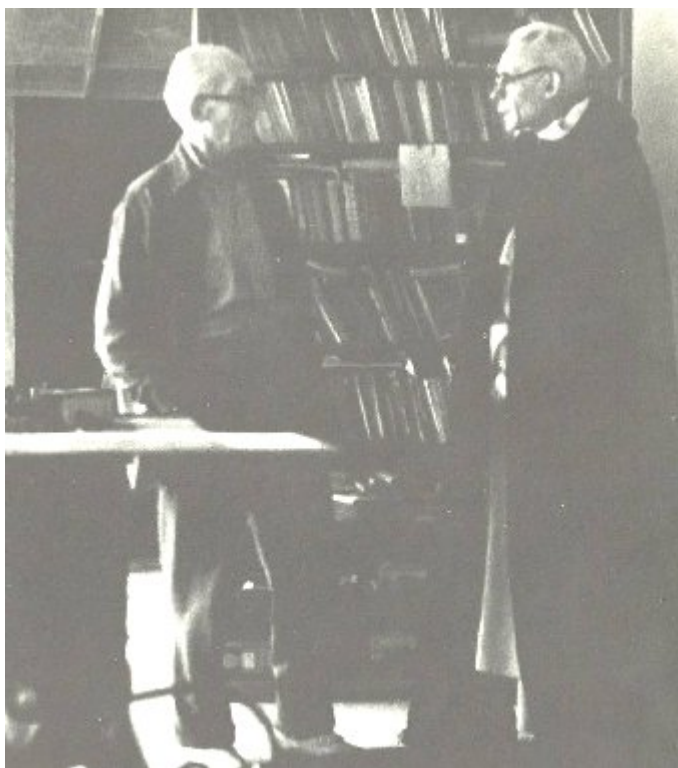


Fig. 133 Le Corbusier e Pe. Marie-Alain Coturier ⁹²

Do reencontro entre os dois surge um diálogo arquitectónico, filosófico e espiritual. Enquanto Marie-Alain Coturier era um fervoroso defensor de uma fé renovada através da arte contemporânea, o arquitecto Le Corbusier “ateu” estava à procura de valores renovados no espírito da modernidade. Tratava-se pois de duas personalidades que apesar de diferentes se confrontavam no sentido do sucesso em torno do um mesmo projecto: por um lado a perspectiva espiritual de Marie-Alain Coturier e por outro lado a perspectiva arquitectónica de Le Corbusier. ⁹³

Marie-Alain Coturier procurava a espiritualidade através da arquitectura enquanto Le Corbusier procurava a arquitectura através da espiritualidade.

⁹² Imagem retirada de PETIT, Jean; **Un Couvent de Le Corbusier**; Les Cahiers Forces Vives – Edittec; 1961; p.21

⁹³ Cfr. PETIT, Jean; **Un Couvent de Le Corbusier**; Les Cahiers Forces Vives – Edittec; 1961 ; p.21

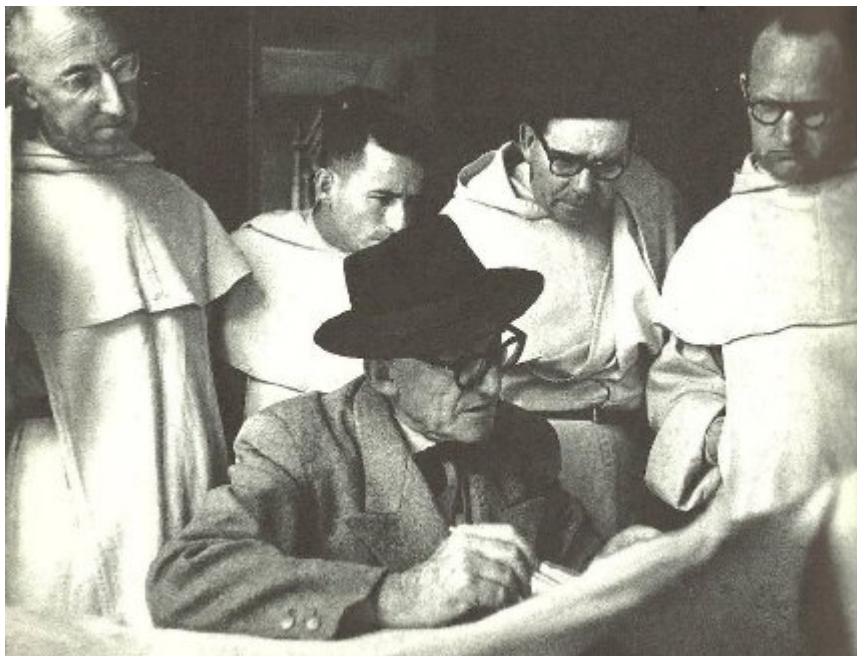


Fig. 134 Le Corbusier discute o projecto para La Tourette com os frades dominicanos.⁹⁴

O convento La Tourette apresenta múltiplas interpretações e permite uma multiplicidade de olhares. Esta obra não deve ser vista como um manifesto, mas como uma elaborada epopeia oferecida à meditação arquitectónica (Fig.134). O convento dominicano de La Tourette permite a unidade: do tempo de trabalho e do tempo de repouso, de vida colectiva e de vida em solitário.



Fig. 135 Cella de La Lourette (arquivo da autora)

⁹⁴ Imagem retirada de PETIT, Jean; **Un Couvent de Le Corbusier**; Les Cahiers Forces Vives – Édithec; 1961; p.126

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

Mais tarde Le Corbusier aplicará este conceito aos seus programas de unidades de habitação. A cela (Fig. 135) era o modelo do habitat mínimo que se tornará a figura simbólica de ligação entre o espaço interior e o espaço exterior, é ela que vai proporcionar a criação das fachadas.

Para Corbusier era importante a verdade dos materiais (Fig. 136), sendo a fase do seu “béton brut” (Fig. 139), a que mais se pode aproximar da construção cisterciense pois, para os Cistercienses era igualmente importante a verdade dos materiais e a importância da “pedra nua”.



Fig. 136 Capela do Convento de La Tourette
(arquivo da autora)

Note-se que a arquitectura cisterciense auxiliou a inovação ao substituir a abóbada de arestas pela abóbada de ogiva (Fig. 137), isto é, ao substituir o românico pelo gótico atinge a modernidade. ⁹⁵ “*L’architettura cisterciense non segna una rottura con il passato, ma edifica su questo ‘continuum’ storico, proprio como fa la sua ‘raison d’être’, la vita cisterciense.*” ⁹⁶

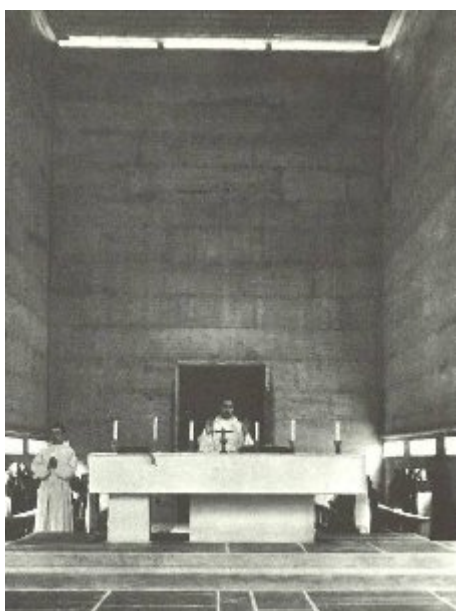
⁹⁵ AA. VV.; **LES BÂTISSEURS – dès moines cisterciens...aux capitaines d’industrie**; Ed. LE MONITEUR; 1997; p.23

⁹⁶ KINDER, Terry N.; Op. cit.; p.67



Fig. 137 Vista de abside unida ao transepto, gótico, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (arquivo Editions Gaud)

Com o passar dos séculos a arquitectura cisterciense foi perdendo este cunho característico ao abraçar as correntes estilísticas que se iam sucedendo ao longo do tempo. Apenas no século XX (Fig. 138) voltará a buscar o “*minimum*” arquitectónico que a distinguiu nas primeiras centúrias da sua existência (Fig.140).



a



b

Fig. 138 (a) Convento de La Tourette: igreja, altar-mor. (b) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: ala S. Bernardo (fotografia da autora)

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS



Fig. 139 Betão aparente, "béton brut" da igreja do Convento dominicano de La Tourette, da autoria de Le Corbusier (séc.XX), França⁹⁷

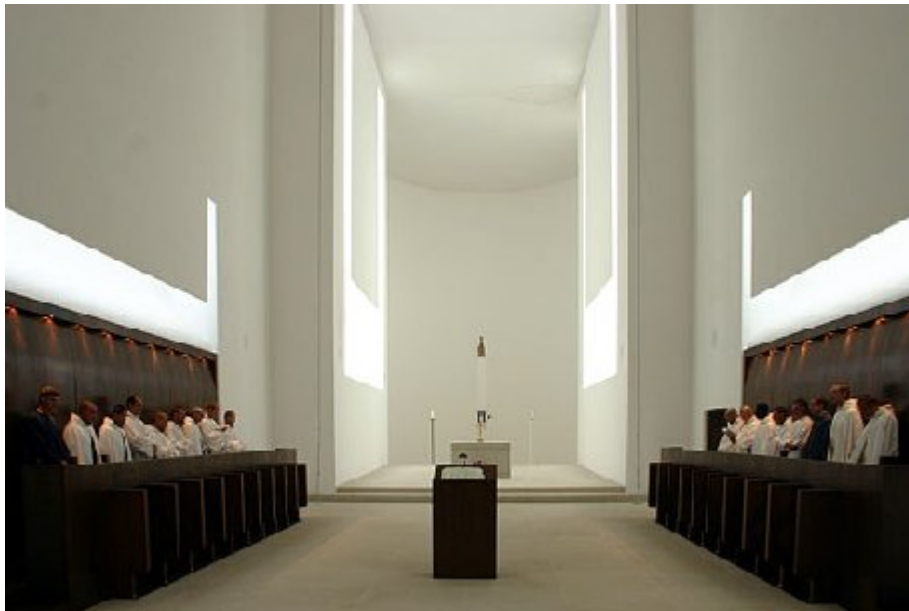


Fig. 140 Minimalismo da igreja do Mosteiro cisterciense de Nový Dvůr, da autoria de John Pawson (séc.XXI), República Checa (arquivo Mosteiro Nový Dvůr)

⁹⁷ In PETIT, Jean; Op. cit.; p.90

4.3.1.

PLANO BERNARDINO vs. PLANO CISTERCIENSE

O Cister primitivo apresenta certas influências ora regionais, ora ecléticas provenientes de diversos meios e aceites pelos monges quando ainda não existia nenhuma doutrina que versasse o tema.

Neste sentido, J. Porcher refere que “ *La peinture d'esprit cistercien, stricte, dépouillé, ennemie du vain décor, saint Bernard va l'imposer chez lui, mais hors de Clairvaux même, on l'ignore et, Bernard disparu, il n'en sera plus question* ”.⁹⁸

A tipologia das igrejas cistercienses seguia um plano tipo que durante muito tempo foi apelidado de Plano Cisterciense ou mesmo de Plano Bernardino.⁹⁹ Um dos exemplos mais representativos deste plano é o da abadia de Fontenay.

De facto, é a influência do pensamento de S. Bernardo que vai proporcionar a utilização das linhas simples e direitas e que vai repercutir-se sobretudo nas igrejas dos mosteiros com filiação em Claraval (como é o caso de mosteiros em solo português).

As outras fundações e filiações também adoptaram este programa e esta linguagem. No entanto, a utilização de mão-de-obra local e as influências das arquitecturas regionais trouxeram elementos característicos do próprio local onde se inseriam.

A variável constante em todas as igrejas cistercienses assenta essencialmente na simplicidade, austeridade e despojamento total da

⁹⁸ Cit COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p. 136

⁹⁹ Sobre a discussão acerca do plano tipo ver: COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 / DIMIER, Pe. Anselme; **L'Art Cistercien - France**; col. La nuit des temps; n° 16; Ed. Zodiaque; 1982 / DIMIER, Anselme; **Eglises cisterciennes sur plan Bernardin et sur plan Bénédictin** in "Mélanges à la mémoire du père Anselme Dimier"; Tomo I - Père Anselme Dimier; vol. 2 - Travaux inédites et rééditions; Benoît Chauvin Ed.; Pupillin; 1987/ KINDER, Terry N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / INCERTI, Manuela; **Il Disegno della Luce nell'Architettura Cistercense**; Edizioni Certosa Cultura; Firenze; 1999 / MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem** in "**Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias**" - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006 / MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português**; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007 / PRESSOUYRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; n° 95; Ed. Gallimard; Paris; 1998 / ROMANINI, Angiola Maria; **O projecto cisterciense** in "A Idade Média"; dir. Georges Duby e Michel Laclotte; col. História Artística da Europa; tomo II; Quetzal Editores; Lisboa; 1998 / VITI, Goffredo (dir.); **Architettura Cistercense - Fontenay e le Abbazie in Italia dal 1120 al 1160**; Edizioni Casamari - Certosa di Firenze; Firenze; 1995 / VITI, Goffredo; **La Gerusalemme celeste presente nell'impianto architettonico cistercense**; texto policopiado; s/d

decoração, aquilo que Dom Maur Cocheril chama de “puritanismo”¹⁰⁰ Referindo-se ao mesmo assunto Dom Angélico Surchamp afirma que:

*“L’art cistercien fut en partie une véritable révolution, parce que Cîteaux lui-même ouvrait des perspectives sur un idéal qui est déjà celui des siècles à venir. Cîteaux représente à coup sur l’un des plus rigoureuses quêtes de perfection. Dans l’étonnante période de la fin du XI^e siècle et du début du XII^e, cet élan n’est point isolé (...) il est du moins l’un des plus significatifs et des plus saillants”.*¹⁰¹

Dom Maur Cocheril que afirma nada caracterizar melhor o espírito de Cister como a arquitectura, na qual se reflecte e se magnifica a vontade de atingir o limite possível pela abnegação, dos primeiros monges brancos.

É também Dom Angélico Surchamp que reafirma esta determinação referindo-se ao “espírito” que imana de cada estrutura, plano ou construção cisterciense:

“Ainsi l’art de Cîteaux se définit-il moins par certaines inventions de structures, de plans ou de formes que par l’esprit dans lequel ces structures, de plans ou de formes se voient employés. Les proportions des monuments sont romanes. Les structures et les formes également. Mais par contre l’esprit qui anime les édifices, jusque dans le moindre détail, est absolument original. Il marque un dépouillement volontaire, un dénuement complet, qu’on a rarement poussés à ce point.

247

*N’était-ce point trop exiger des bâtisseurs, comme aussi des moines qui devaient habiter ces lieux ? L’admirable avenue de l’art cistercien pose avec acuité l’irritant et insoluble problème de l’étendue du renoncement dans l’art chrétien (...)”.*¹⁰²

*“Tel est bien l’enjeu réel de l’art cistercien en fin de compte. Il clôt définitivement la tradition romane dans laquelle il demeure profondément ancré par ses racines. Il inaugure la mentalité moderne Son message nous est d’autant plus accessible que, partageant les deux tendances, il s’en trouve plus proche de nous sur bien des points.”*¹⁰³

Relativamente à existência de um plano estritamente cisterciense as opiniões dividem-se. Por um lado encontram-se aqueles que defendem a existência de um plano regulador de características cistercienses que serve de modelo a todas as arquitecturas monásticas da ordem. Por outro encontram-se um outro

¹⁰⁰ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l’institute français au Portugal; société d’éditions “Les Belles Lettres” - Paris; Livraria Bertrand – Lisbonne; 1966 ; p. 137

¹⁰¹ Cit SURCHAMP, Dom Angelico; **L’esprit de l’art cistercien** in “ L’Art Cistercien – France”; col. La nuit des temps; nº 16; Ed. Zodiaque; 1982; p.13

¹⁰² Cit SURCHAMP, Dom Angelico; Op. cit.; pp. 18-19

¹⁰³ Cit Idem; p. 23

grupo que são de opinião contrária e que defendem a existência de um plano beneditino e não cisterciense, comum a todos os que seguem a regra de S. Bento, sendo de opinião que este plano segue depois a corrente estilística em voga na época em que se inseria.

Assim ao primeiro grupo pertencem pessoas como Dom Maur Cocheril, Artur Nobre de Gusmão, Elisabeth Évora Nunes, Stephen Tobin, Godofredo Vitti, John Pawson, Virgolino Jorge e Georges Duby.

*"Toutes les abbayes cisterciennes **sont bâties sur le même plan.***

*Lorsqu'on y relève des anomalies, elles sont ordinairement dues à la configuration du terrain."*¹⁰⁴ *"(...) l'abbaye cistercienne idéal, celle dont le plan se retrouve sous-jacent à celui de toutes celles qu'édifièrent les Moines Blancs."*¹⁰⁵ (Dom Maur Cocheril)

*"(...) St Bernard of Clairvaux established a comprehensive **blueprint for the construction** of Cistercian houses which aimed to translate the Rule into Architecture"*¹⁰⁶ (John Pawson)

*"Il semplice confronto di planimetrie tra le abbazie cistercensi e quelle delle precedenti esperienze monastiche presenta una tale diversità, anche nella distribuzione degli spazi conventuali, che determinò, già nel secolo scorso, **l'individuazione di una 'pianta cistercense'**, razionalmente più ordinata e distribuita, ripetuta negli insediamenti sparsi nell'intera Europa tra i secoli XII-XIII."*¹⁰⁷ (Godofredo Vitti)

*"A chamada '**planta cisterciense**' e a utilização de uma arquitectura depurada e austera é a tradução pétrea do espírito e dos ideais de S. Bernardo, que deram o tom ao grande movimento reformista saído dos beneditinos"*¹⁰⁸ (Nelson Correia Borges)

*"En effet, bien qu'ils n'en aient pas l'intention, **les Cisterciens réussissent à développer un style architectural propre**, distinct, qui, par son originalité même, ne se laisse assimiler à aucune des catégories traditionnelles."*¹⁰⁹ (Stephen Tobin)

Otto von Simsom encontra-se entre os dois grupos:

*"Debe subrayarse en este punto que **lo que es cisterciense o bernardino en estos edificios no es el plano, sino el estilo.***

¹⁰⁴ COCHERIL, Dom Maur; **Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Cultura Medieval e Moderna –X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978; p.38

¹⁰⁵ COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p. XIV

¹⁰⁶ Cfr. PAWSON, John; **Afterword** in Lucien Hervé "Architecture of Truth – the cistercian abbey of Le Thoronet"; Phaidon Press Limited; 2001; p.151

¹⁰⁷ Cfr. VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; p.34

¹⁰⁸ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.35

¹⁰⁹ Cfr. TOBIN, Stephen; Op. cit.; p.81

Prácticamente todos y cada uno de los elementos de la primitiva iglesia cisterciense se los hallamos en otros tipos de arquitectura religiosa. Es el espíritu del templo bernardino lo que le asigna un lugar aparte. Los detalles en cuanto al plano y a la construcción que se tomaron de la arquitectura benedictina anterior se transformaron de un modo que crea un tono único e inconfundible.”¹¹⁰

Ao segundo grupo pertencem pessoas como Terryl N. Kinder e Frei Geraldo Coelho Dias.

*“Per molti, l'architettura cisterciense è definita da linee semplici, nude pareti di pietra, archi a tutto sesto e spazi non interrotti; tale percezione non è errata, ma potrebbe valere anche per un grandissimo numero di edifici che cisterciensi non sono. In realtà, **non ci sono elementi, né serie di elementi che permettano di considerare una costruzione come ‘cisterciense’**”¹¹¹ (Terryl N. Kinder)*
*“S. Bernardo (...) **tão pouco criou a ‘arquitectura bernardina’**, como tantas vezes erradamente, se afirma, mas deu ao estilo gótico a mais valia da espiritualidade que, hoje, de forma genérica, vemos embelezar a maneira cisterciense de construir igrejas no século XII-XIII”¹¹² (Frei Geraldo Coelho Dias)*

O plano ideal do mosteiro cisterciense assenta em alguns preceitos fundamentais insistindo numa tripla lógica como refere Pressouyre: a lógica do sítio, a lógica das tarefas e a lógica dos homens.¹¹³

249

Como referido anteriormente, o local escolhido pelos cistercienses para a construção dos seus mosteiros tem como característica principal a presença e a distribuição da água, necessária a toda a vida comunitária que dita qualquer tipo de implantação do edificado.

A água permitia a existência de viveiros, servia para irrigar jardins, fazia mover as noras dos moinhos, era canalizada através de condutas até ao interior da abadia, para o lavabo, cozinha, sendo por fim conduzida a um esgoto através de descargas e das latrinas. Para a definição do plano ideal também é de máxima importância, como já tem vindo a ser referido, o *Orare et laborare*¹¹⁴ pois são os actos essenciais da vida monástica que encontram correspondência em espaços precisos e repartidos de modo a fazer a correspondência entre os volumes e as suas localizações às funções e horários,

¹¹⁰ Cit. SIMSON, Otto von; Op. cit.; p. 67

¹¹¹ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.225

¹¹² Cfr. Geraldo Coelho Dias in AA.VV.; **Cister no Vale do Douro**; Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto; Edições Afrontamento; Santa Maria da Feira; 1999

¹¹³ Cfr. PRESSOUYRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; n° 95; Ed. Gallimard; Paris; 1998; pp. 34-45.

¹¹⁴ orar e trabalhar

como era o caso do dormitório, do calefactório, do refeitório, da cozinha, do claustro, da sala do capítulo, do locutório.

Porém, é igualmente um factor indubitável que a sociedade que habita um mosteiro funciona como um verdadeiro microcosmo, amostragem da diversidade do mundo constituindo-se no entanto como uma sociedade restrita.

Há um espaço reservado aos monges no lado Este do Claustro, onde se encontra o dormitório num primeiro piso encontrando-se no piso inferior, no piso térreo, a Sala do Capítulo que é geralmente ladeada por uma sacristia e um locutório.

O espaço que se opõe ao lado da Igreja em toda a sua extensão (de norte a sul) é constituído pela cozinha, o calefactório e o refeitório. Este espaço é bem distinto da *domus conversorum*, dependência destinada à habitação dos conversos ou irmãos leigos. O edifício destinado aos irmãos leigos ou conversos é mais rudimentar, encontrando-se no lado Oeste do claustro, e sendo separado frequentemente por uma ruela no rés-do-chão.

Este edifício possui no piso térreo o refeitório e o celeiro enquanto no piso superior encontra-se o dormitório.

O princípio da segregação volta a ser aplicado na Igreja onde o coro dos monges se encontra próximo do altar encontrando-se o dos conversos bastante mais afastado.

Através destas disposições, os Cistercienses exprimiram plenamente a lógica criadora, próximo da porta principal da Abadia e no interior da cerca encontra-se uma hospedaria que abrangia dormitório, refeitório e enfermaria. Esta dependência de visitantes / hóspedes possuía muitas vezes uma capela que seria inicialmente destinada aos visitantes que se encontravam de passagem.

A partir de 1135 ocorre o maior processo de transformação da Ordem. As comunidades aumentaram e o número de monges era cada vez mais elevado no seu seio pelo que os edifícios de menores dimensões das primeiras décadas do século XII (1110-1120) foram sendo substituídos por edifícios de maiores dimensões.

Assim os novos edifícios desenvolveram-se em volta de um claustro e são rodeados pelos mais variados anexos, tais como uma enfermaria ou uma hospedaria, mas distanciada.

A arquitectura cisterciense rejeita deliberadamente as pinturas murais, os vitrais coloridos, os capiteis arduamente trabalhados, as torres de tal modo que:

“Não é permitido ter em lugar algum esculturas, mas apenas cruzes pintadas, e não sejam senão de madeira.”¹¹⁵

¹¹⁵ Ver **Capitula**, cap. XXVI in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 61

O que será reforçado pelos *statuta* segundo os quais:

*"Proibimos que haja esculturas ou pinturas nas nossas igrejas ou em quaisquer dependências do mosteiro, pois quando se olha para elas, deita-se a perder a utilidade da boa meditação ou a disciplina da gravidade monástica. No entanto, temos cruzes pintadas que são de madeira"*¹¹⁶

Segundo Peter Fergusson, a disposição apresentada pela planta de cruz latina, plena de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular estava relacionada com os intervalos musicais decorrentes do canto monástico que fora reformado por S. Bernardo assim como também estava presente na "De musica" de Santo Agostinho.¹¹⁷

S. Bernardo participou activamente na criação de um *modelo* de arquitectura cisterciense. Estas arquitecturas têm vindo a ser muito discutidas ao longo dos tempos existindo várias tomadas de posição relativamente à existência ou inexistência de um plano específico delineado e elaborado para as arquitecturas desta Ordem. Como refere von Simson,

*"No cabe duda alguna de que el abad de Claraval participó activamente en la creación del modelo de arquitectura cisterciense, aunque no sabemos exactamente hasta dónde llegaría su supervisión; tampoco cabe duda de que el estilo concreto que se desarrolló bajo su dirección es uno de los principales acontecimientos de la historia de la arquitectura medieval. (...) Sin embargo, la arquitectura bernardina es mucho más que un «románico expurgado». Parece como si la desaparición de las artes figurativas hubiera dejado libre el camino para una pureza y una perfección inigualables de construcción y proporción arquitectónica. (...) A san Bernardo le movían exclusivamente motivaciones religiosas. Pero su ascetismo, incluidas sus implicaciones iconofóbicas, concuerda en la perfección con la marcada preferencia por las formas sobrias y «abstractas», por los valores arquitectónicos, que aparece incluso en el estilo de las ilustraciones de los libros de esta época."*¹¹⁸

S. Bernardo foi de facto construtor de matéria ao impulsionar a construção das arquitecturas de Cister das quais muitas subsistem ainda hoje constituindo exemplares vivos ou simples marcas impregnadas do ideal cisterciense mas também foi construtor de almas pois despoletou o florescimento de Cister enquanto um corpo que se traduz na Ordem assim como dos cistercienses

¹¹⁶ Ver **Statuta** XX in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 84

¹¹⁷ Ver FERGUSSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in " Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 43

¹¹⁸ Cit. SIMSON, Otto von; Op. cit.; p.67

enquanto elementos desse mesmo corpo e por conseguinte seus construtores (Esq. 43). Segundo Georges Duby S. Bernardo foi um construtor com duplo título:

“Porque, falando aos monges, lhes descreve o modelo pelo qual devem conformar o edifício: o edifício cisterciense deve ser a projecção de um sonho de perfeição moral, como os edifícios que Boullée e Ledoux sonharam construir. Construtor, Bernardo é-o, também, por ter falado aos homens do exterior, desviando para Cister os favores do seu século e reunindo os meios para uma construção”.¹¹⁹



Esq. 43 Esquema-síntese da importância de S. Bernardo no que respeita à matéria e ao espírito na construção do ideal cisterciense (elaborado pela autora)

Para S. Bernardo:

“(...) o que é necessário é a unidade, esta parte excelente que nunca mais nos será tirada. A divisão cessará quando chegar a plenitude. Então, a cidade santa de Jerusalém participará no próprio ser de Deus. Enquanto espera, o espírito de sabedoria não é apenas único, ele é múltiplo. Funda a interioridade sobre a unidade, mas mantém uma distinção entre as manifestações exteriores da sua presença. (...) Mas a unidade interior, esta unanimidade que se realiza no interior de cada um, reúne toda esta multiplicidade num molho bem atado pelo laço da caridade e da paz”.¹²⁰ E ainda “À unidade genética, que é a da ordem, deve a arte cisterciense a sua própria unidade, que marca com um ar familiar as suas arquitecturas, da Escócia à Terra Santa, da Polónia à Espanha. No entanto, os mosteiros não são cópias e a construção

¹¹⁹ DUBY, Georges; **São Bernardo e a Arte Cisterciense**; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997; pp.107-108

¹²⁰ DUBY, Georges; Op. cit.; p.109

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

cisterciense não é monótona. Cada edifício ajusta-se à mesma «forma» exemplar. Mas é deixado espaço para alguma singularidade."¹²¹

Mesmo quando as condicionantes do terreno o não permitiam como é o caso de Alcobaça os cistercienses adaptavam o plano, tendo sido neste caso feita uma rotação na planimetria.

A Regra de S. Bento nada refere sobre a arquitectura do mosteiro, ou sobre a utilização de um plano tipo. Apenas menciona os espaços indispensáveis à vida monástica de modo a encontrar no claustro todos os elementos necessários à vida (Fig. 141).



Fig. 141 Regra de S. Bento com desenho de esfera armilar de D. Manuel I datada do século XV (BN)

253

Segundo A. Dimier o monge de S. Bento, ou seja o que segue a sua Regra é inseparável do seu mosteiro dado que este resume-se a toda a sua existência constituindo de igual modo todo o seu horizonte.

"(...) pois, de acordo com a Regra, a morada dos monges deveria ser no claustro.

Também porque aqueles santos varões tomavam conhecimento de que S. Bento não construíra os mosteiros nas cidades nem nos castelos ou em aldeias, comprometiam-se eles a imitá-lo."¹²²

¹²¹ Idem; pp.108-109

Deste modo é compreensível que o mosteiro, sobretudo a sua arquitectura, exerça grande influência sobre o monge não sendo de conceber um sem o outro. É por este motivo que os cistercienses apenas faziam novas fundações quando os lugares regulares estivessem construídos, assim como o grupo fundador devia ser composto por doze monges acompanhados do seu abade, de modo a que a vida regular e todos os exercícios comunitários a ela inerentes fossem possíveis de ser executados.¹²³

*"É preciso entender, de uma vez por todas que o mosteiro no seu todo, é um signo simbólico, que nos obriga a ultrapassar a mera visão do formalismo arquitectónico e estético. De facto, na materialidade dos seus volumes, o mosteiro leva-nos à descoberta de uma verdadeira antropologia monástica que, de forma objectiva, nos permite compreender o «homo monasticus», a sua vivência e os seus ideais, tantas vezes considerado apenas no exótico dos seus ritos e no esquisito do seu «habitat»."*¹²⁴

*"... o mosteiro situado no aqui e agora do mundo, apresenta-nos, de certo modo, uma geografia do sobrenatural, do além. É preciso reconhecer a funcionalidade dos espaços onde vivem os religiosos que, exactamente porque querem ser «homens de Deus», nos obrigam sempre a vê-los também na sua dimensão transcendente e simbólica."*¹²⁵

254

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal na qual todas as necessidades da comunidade em geral e do monge em particular deveriam ser atendidas e saciadas. Esta ideia é reforçada pelos *Statuta* referindo:

*"Serão doze os monges a enviar com um abade, que fará o número de treze, a fundar novos mosteiros; não sejam para aí destinados enquanto o local não estiver fornecido com livros, casas e as coisas indispensáveis: por livros entenda-se o missal, a Regra, o livro de usos, o saltério, o himnário, o colectário, o leccionário, o antifonário, o gradual; por casas, o oratório, o refeitório, o dormitório, a cela de hóspedes e de porteiro; por coisas indispensáveis, mesmo de carácter material, aquelas que tornam possível aí viver e aplicar a regra sem tardar."*¹²⁶

¹²² Cit. **Exordium Paruum**, cap.XV, 10-14 in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; pp. 42-43

¹²³ DIMIER, Pe. Anselme; **L'Art Cistercien – France**; col. La nuit des temps; nº 16; Ed. Zodiaque; 1982; p.29

¹²⁴ Ver DIAS, Geraldo Coelho; **Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges**. in "O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 Anos "; Edições Afrontamento; Porto; 1997; pp.15-16

¹²⁵ Idem; p. 23

¹²⁶ Ver **Statuta** XII in "CISTER: os Documentos Primitivos"; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 83

A Regra de S. Bento dotou o mosteiro de um programa que por sua vez gerou a planimetria da sua arquitectura:

“Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço.”¹²⁷

O que a arquitectura cisterciense aporta de novo é uma simplicidade e uma coerência inéditas no seu tempo. Ao ter sido baseada no rigor e na razão do pensamento de S. Bernardo foi e ainda é muitas vezes apelidada de *arquitectura bernardina*.

Consequentemente quando surge uma referência à planta das igrejas cistercienses encontra-se, muitas vezes, a designação de *planta bernardina* ou *“berardinischer Grundtypus”*.¹²⁸

S. Bernardo uniu a experiência estética e a religiosa permitindo criar hipóteses e conclusões acerca de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos de *“more nostro”*, tendo por base o chamado *plano bernardino*, apesar de nada ter escrito especialmente sobre este assunto.

A planta das igrejas cistercienses, é caracterizada por uma cruz latina conformada por um corpo longitudinal com três naves, estando voltada para oriente a cabeceira rectilínea e sendo também dotada de um transepto regular saliente, apresentando a ocidente um coro rectangular, flanqueado por filas paralelas e simétricas de capelas igualmente quadrangulares.

255

Esta planta, tantas vezes apelidada de *plano bernardino*, não mantém o seu princípio unificador no seu traçado, ou desenho, mas sim no método utilizado na sua obtenção.

O método caracteriza-se pela obtenção do traçado através de dois módulos base que possuem entre si uma relação de três para quatro. Este será o processo metodológico utilizado na elaboração da referida planimetria e não só serve para regular a planta mas também as elevações ou alçados e todo o corpo monástico. Como refere Romanini:

“Porque as igrejas são uma parte homogénea desse complexo, assimilável a todas as outras, incluindo as estruturas de trabalho, a rede viária e o traçado das canalizações, que penetrando cada vez mais longe nos campos cultivados para melhor os estruturar, acabam por modelá-los à sua própria imagem. (...) Mais ainda: a traça bernardina regulamenta com igual precisão as máxima e as mínima, as volutas de um capitel ou as canalizações de pedra dos

¹²⁷ Ver **Capitula**, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”; Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento; Edições Colibri; Lisboa; Março 1999; p. 57

¹²⁸ Esta nomenclatura é utilizada por autores como Esser, Eydoux, Romani, Vittì.

adutores de água, não estabelecendo qualquer diferença entre o que é visível e o que, pelo contrário, fica escondido"¹²⁹

Consequentemente o referido *plano Bernardino*, ou *planta-tipo*, não só regula o plano da igreja cisterciense e todo o edifício monástico, mas também a vida da comunidade monástica a cada instante como se pode observar pela rigorosa disposição dos edifícios que constituem o corpo monástico.

A planta-tipo respondia às exigências de funcionalidade, abolindo o supérfluo, permitindo economia de espaço e de movimento possibilitando assim a coexistência de monges, conversos e noviços articulando as suas vidas e tarefas segundo o lema *ora et labora*.

A evidente homogeneidade e simultânea novidade da arquitectura cisterciense que se observa em toda a Europa atestam segundo alguns autores, como é o caso de Angiola Maria Romanini¹³⁰, a existência *a priori* de um projecto arquitectónico predefinido "*preciso ao pormenor, concebido e executado por uma vontade planificadora dotada de uma eficácia e de uma capacidade fora do comum*."¹³¹

Esta evidente homogeneidade, austeridade e simplicidade é indagada, relativamente ao seu conceito e conteúdo arquitectónico, inicialmente por Cesare Brandi¹³² e depois por Goffredo Viti¹³³. Brandi refere:

"Quel che è certo è che una lettura dell'architettura cistercense sembra facilissima. Perché cosa c'è nell'architettura cistercense che non sia subito a contatto di gomito con chi la indaga? Non ci sono ornati, non ci sono pitture; ci sono solo delle strutture tettoniche, che si rivelano per quel che sono, non hanno nessun sottinteso. Posso dire che non sembra che abbiano neanche un sottinteso simbolico. Per lo meno al di là di quello che è l'incedere simbolico di tutto il Medioevo ... Per l'architettura cistercense non c'è proprio nulla: nasce, vorrei dire, se non per caso, con i mezzi di bordo che erano a disposizione, ossia con quelle forme architettoniche che erano state elaborate indipendentemente dai Cistercensi. D'altra parte, i Cistercensi chi sono? Non sono un ordini nuovo. Sono un ordini che intende riportare la regola di san Benedetto all'originale. Ossia in termini poveri, un ordine regressivo,

¹²⁹ Cit ROMANINI, Angiola Maria; **O projecto cisterciense** in "A Idade Média"; dir. Georges Duby e Michel Laclotte; col. História Artística da Europa; tomo II; Quetzal Editores; Lisboa; 1998; p.143

¹³⁰ Ver ROMANINI, Angiola Maria; Op. cit.; pp.133-151 e VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; pp. 32-33

¹³¹ Cit ROMANINI, Angiola Maria; Op. cit.; p.142

¹³² Ver BRANDI, Cesare; **Lettura dell'architettura cistercense** in "I Cistercensi e il Lazio – atti delle giornate di studio dell'Istituto di storia dell'Arte dell'università di Roma"; Istituto Nazionale di Archeologia e Storia dell'arte, Istituto di Storia dell'Arte dell'Università di Roma; Multigrafica Editrice; Roma 1978 pp.1-9

¹³³ Ver VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; pp. 41-43 e VITI, Goffredo; **La Gerusalemme celeste presente nell'impianto architettonico cistercense**; texto policopiado; s/d

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

perché ritorna ad una lettera che, evidentemente, i Cluniacensi non avevano rispettato".¹³⁴

As arquitecturas cistercienses dos primeiros tempos, isto é, dos séculos XII e XIII apresentam uma geometria baseada na subdivisão "ad quadratum" de modo a serem obtidas proporções próximas da perfeição absoluta no que respeita às suas relações planta / alçado. Como refere Virgolino Ferreira Jorge:

*"Na sua subordinação a um efectivo sistema rigoroso e coerente de medidas antropométricas, esta grelha ortogonal regula todas as dimensões essenciais do monumento (ritmo dos elementos arquitectónicos, espessura de paredes, espacialidade e volumetria, etc.), por adição ou fraccionamento simples da sua unidade geométrica básica. Esta teoria proporcional de modulação simples segundo a quadratura (ad quadratum), de grande eficácia funcional e vantagem estética, por gerar proporções comensuráveis e possibilitar uma organização eurítmica da área edificada, sem espaços residuais, foi considerada uma lei áurea da arquitectura cisterciense."*¹³⁵

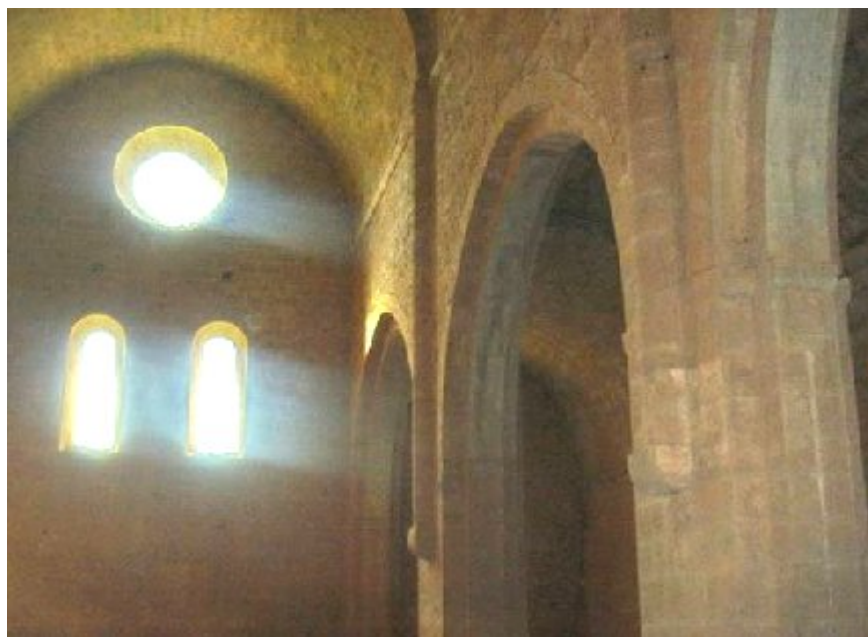


Fig. 142 Mosteiro de Le Thoronet, França (arquivo da autora)

Esta arquitectura plena de pureza e racionalidade é expressa através de uma única linguagem, profundamente relacionada não só a uma forte

¹³⁴ Cfr. BRANDI, Cesare; Op. cit.; p.1

¹³⁵ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; **Espaço e Euritmia na Abadia Medieval de Alcobaça** in Separata do "Boletim Cultural" da Assembleia Distrital de Lisboa; Série IV; nº 93; Lisboa 1999; p. 8

espiritualidade como também à ascese, racionalidade, simplicidade e pobreza determinantes no pensamento e vida cistercienses (Fig. 142).

*“Se la pianta definisce il tracciato della chiesa al suolo e l'alzato le differenti parti dei muri (da cui dipende l'illuminazione), perché l'edificio sia completo occorre che questi due elementi siano riuniti dalla 'struttura', essa stessa animata dalla 'articolazione' della superficie. Non deve sorprendere il fatto che la costruzione di una chiesa cisterciense possa assumere le forme più diverse, in funzione delle tecniche e dei materiali disponibili nelle singole regioni e nelle singole epoche.”*¹³⁶

De facto a espacialidade e os cuidados com a austeridade arquitectónica cisterciense revelaram-se não só como um grito de protesto contra o esplendor e o luxo cluniacenses mas também como um grito de afirmação espiritual, vivencial e arquitectónica. Como refere Lekai:

*“El efecto de los rasgos puramente arquitectónicos de las iglesias cistercienses, que como deliberada protesta contra el esplendor de Cluny, carecían casi por completo de elementos ornamentales, era, por esta razón más impresionante. Las líneas estilizadas de sus amplios arcos góticos, la serena armonía de sus bóvedas de crucería. Acentuada por sus aristas, la elegancia de los pilares y la belleza de la proporción en cada uno de los detalles de su estructura, caracterizan a la primitiva arquitectura cisterciense.”*¹³⁷

A austeridade cisterciense reflectia-se não só na rotina quotidiana dos monges, mas também na própria lógica racionalidade da articulação dos espaços arquitectónicos e no despojamento de elementos decorativos, tanto no que respeita à arquitectura como no que respeita aos manuscritos:

*“Nos mosteiros não haverá pinturas nem esculturas, apenas cruces de madeira (...) As portas serão pintadas unicamente de branco (...). Os calígrafos escreverão apenas numa cor, e as letras sem pinturas (...) Não se farão torres de pedra para os sinos, nem de madeira demasiado altas.”*¹³⁸

O espaço cisterciense permitiu o *ora et labora*, o viver e orar, com a alma, o coração e também com as mãos, tendo sido a arquitectura o instrumento que possibilitou esta vida, em harmonia com o lugar escolhido. Terryl Kinder refere:

“È importante sottolineare l'onnipresenza del cambiamento nella costruzione delle chiese. I monasteri non sono dei musei, ma una sorta di 'villaggio' in costante evoluzione.

¹³⁶ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.118

¹³⁷ Cfr. LEKAI, Louis J.; **Los Cistercienses – ideales y realidad**; Biblioteca Herder - Sección de Historia; vol. 177; Editorial Herder; Barcelona; 1987; p.347

¹³⁸ In Statuta

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

*(...) il nostro amore per la semplicità riecheggia quello del XII secolo, ma nei secoli successivi la sfida consistette nell'equilibrare i gusti in evoluzione, la tecnica in continuo progresso e le circostanze esterne con le tradizioni cisterciensi, caratterizzate dall'armonia tra struttura, funzione e messaggio"*¹³⁹

No entanto, assim que chegou o século XIII, começaram os desvios a estes princípios e cada vez mais as arquitecturas de Cister se afastaram das suas premissas iniciais.

Durante o século XIV as normas estritas relativas à construção e arquitectura cistercienses deixam de ser cumpridas e são ignoradas.

Os edifícios monásticos começaram a necessitar de obras de conservação e/ou remodelação que foram sendo executadas ao sabor da época na qual se inseriam e segundo novas exigências.

Porém, com a crise iniciada no século XIV e prolongada pelo século XV, a actividade arquitectónico-constructiva dos cistercienses diminuiu.

Era época da Reforma, de vários conflitos religiosos e da existência de Abades comendatários à frente do destino e da gestão das Abadias. Aquelas que puderam ter construção nova tiveram-na ao sabor do novo estilo Renascentista (Fig. 143).



Fig. 143 Igreja da Abadia de Fuerstenfeld
(fotografia de Peter Bleckwenn)

¹³⁹ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.128-131

Os vestígios do românico cisterciense e do gótico foram abafados ou mesmo destruídos para que o novo estilo se impusesse:

"Por desgracia, el barroco, con su concepción diametralmente diferente, no comprendió ni respectó los monumentos del pasado y destruyó o remodeló sustancialmente edificios góticos o románicos de acuerdo con el cambio de exigencias del nuevo estilo. (...) La mayoría de las Abadías cistercienses de toda la Europa católica, desde Portugal hasta Hungría y Polonia hicieron esfuerzos para reconstruir, remodelar o por lo menos volver a decorar sus viejos edificios de acuerdo al estilo nuevo, cada una según los medios económicos de que disponía para tales proyectos, muy onerosos y con frecuencia absolutamente innecesarios."¹⁴⁰

Cister executou um novo período de construção e renovação dos seus mosteiros segundo o gosto barroco, distinguindo-se também deste modo das arquiteturas de simplicidade e cariz protestantes. (Fig. 144)

O espírito barroco instalou-se na arquitetura de cariz cisterciense, sobretudo na Europa Central, dada a maior presença protestante nesta zona geográfica (Fig. 145).



Fig. 144 Igreja da Abadia de Furstenzell (fotografias de Peter Bleckwenn)

¹⁴⁰ Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; pp.359-360



Fig. 145 Igreja da Abadia de Fuerstenfeld (fotografia de Peter Bleckwenn)

Refere Dom Angelico Surchamp a propósito da simplicidade protestante e do recurso aos primeiros pensamentos cistercienses:

*“«Calvin et Luther ne se trompaient pas assurément, quand ils allaient chercher dans les pages de saint Bernard une confirmation pour leurs plus hautes aspirations spirituelles. C'est déjà ce Dieu seul, seul glorifié sans confusion possible avec aucune créature, par la seule vertu de sa grâce souveraine, sans confusion possible avec aucun moyen qui procédât de l'homme ou de ce monde, qui explique l'iconoclasme farouche de l'ascèse cistercienne». Et il ajoute que «Cîteaux a exprimé ainsi ce qu'il y a de plus profond et de plus primitif dans le catholicisme ascétique et mystique vu de l'intérieur ... Il faut comprendre en effet, explique-t-il, que tout ce qui touche la sensibilité, tout ce qui arrête les regards a été impitoyablement banni (du culte calviniste), pour que cet anéantissement même de tout l'humain impose la seule présence de Dieu, la reconnaissance de ce que sa gloire a d'absolument transcendant à tout ce qui est de l'homme et du monde». On ne peut mieux exprimer la raison profonde du dépouillement cistercien.”*¹⁴¹

261

¹⁴¹ Cit SURCHAMP, Dom Angelico; *L'esprit de l'art cistercien* in "L'Art Cistercien – France"; col. La nuit des temps; n° 16; Ed. Zodiaque; 1982; p.35

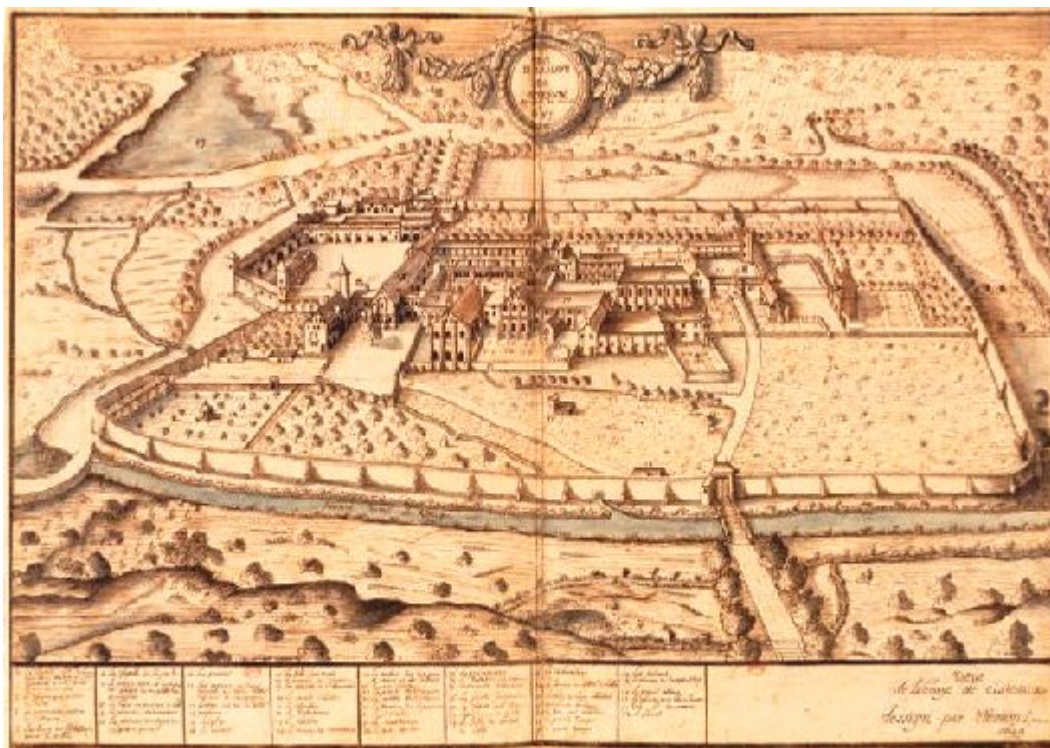


Fig. 146 Vista da Abadia de Cister no séc. XVII, desenho de Pe. Thomain, 1689 (arquivo B.N.France)

A partir do século XVII (Fig. 146) até ao final do séc. XVIII, existiu um breve período de paz e prosperidade relativas.¹⁴² Com a Revolução Francesa em 1789 surgiram novos tempos de amargura e destruição para as Abadias cistercienses, seguindo-se a sua secularização. Porém no século XIX e no dealbar do século XX o regresso dos monges e o gosto do Romantismo pelas ruínas gerou um novo sentimento e consciencialização pelas Abadias cistercienses, entretanto de novo habitadas ou simples ruínas para o deleite e admiração das populações oitocentistas e novecentistas (Fig. 147). Como refere Lawrence:

“Los coros desnudos y en ruinas y los claustros vacíos despiertan la imaginación del turista moderno pero no la satisfacen. De pie en el suelo del dormitorio de Fontenay y echando una mirada a las oscuras escaleras que llevan al transepto de la gran iglesia, es fácil visualizar las figuras encapuchadas, con las manos escondidas dentro de las mangas blancas y voluminosas, escabulléndose hacia abajo para el oficio nocturno. Desde el púlpito de piedra, en lo alto de la pared del refectorio sin techo de Fountains, se puede mirar hacia abajo, hacia una multitud fantasmal de cabezas

¹⁴² Cfr. LEKAI, Louis J.; Op. cit.; pp.349-359

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

encorvadas. Pero es difícil volver a captar las experiencias y el ambiente de la vida cotidiana en un claustro medieval.”¹⁴³



Fig. 147 Abadia de Fountains, Inglaterra (arquivo da autora)

Note-se que no Portugal de então nunca houve o regresso dos monges cistercienses pelo que as suas arquitecturas ficaram na posse de particulares, do estado ou pura e simplesmente ao abandono. Ainda relativamente a esta fase da história da mundial e também da Ordem de Cister (Fig. 148), refere Lekai:

“El siglo XIX no proporcionó nuevas glorias arquitectónicas a los cistercienses, pero los monjes de ambas observancias [O. Cist. e OCSO] son dignos de encomio por haber dado vida nuevamente y conservado una cierta cantidad de abadías anteriormente deshabitadas. El aumento constante del aprecio del público por el gótico dio por resultado una nueva consciencia de los valores de los monumentos medievales, y cuando la mayoría de los gobiernos occidentales emprendieron la tarea de preservar esos tesoros, se aseguró su supervivencia efectiva, con frecuencia sólo en la forma de ruinas”¹⁴⁴

263

¹⁴³ Ver LAWRENCE, C. H.; *El Monacato Medieval - Formas de vida religiosa en Europa Occidental durante la Edad Media*; Editorial Gredos, S. A.; Madrid; 1999; p. 139

¹⁴⁴ Cfr. LEKAI, Louis J.; *Op. cit.*; pp.363

NOTA: a informação [O. Cist e OCSO] foi adicionada pela autora e designa as iniciais dos dois ramos reformados da Ordem de Cister. O. Cist corresponde à Ordem Cisterciense da Comum Observância e OCSO corresponde à Ordem Cisterciense da Estrita Observância, vulgo *Trapistas*. Como a Portugal nunca chegaram estas Reformas e depois de 1834 não terem regressado Cistercienses a este país, não se achou essencial abordar este assunto com mais detalhe deixando apenas esta nota explicativa.



Fig. 148 Mosteiro de S. Pedro das águias, o velho, antes das obras de restauro da DGEMN no séc. XX (arquivo DGEMN/IHRU)

4.3.2.

BREVE CRONOLOGIA DAS PLANTAS TIPO EM ESTUDOS DOS SÉCULOS XX E XXI

264

A planimetria dos mosteiros cistercienses é de facto bem distinta (Fig. 149) das que a precederam apesar de se basear sobretudo na planta beneditina (ou não fosse S. Bento o autor da sua Regra).

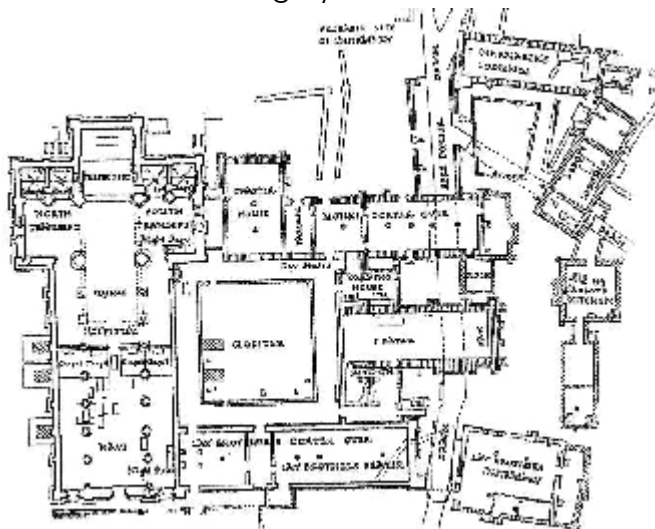
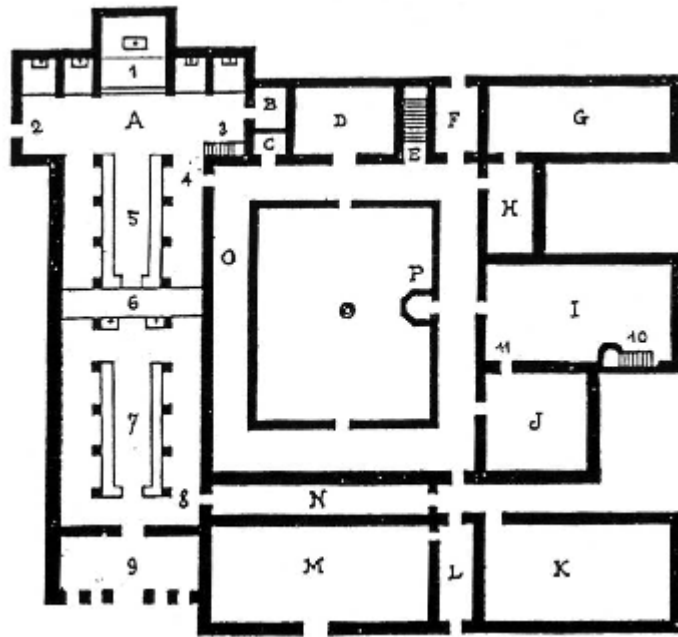


Fig. 149 Abadia de Roche, Inglaterra¹⁴⁵

¹⁴⁵ Imagem retirada de CASSIDY-WELCH, Megan; **Monastic Spaces and their Meanings: Thirteenth-Century English Cistercian Monasteries**; Medieval Church Studies; nº 1; Brepols Publishers; 2001; p.139



Pl. 2 Planta-tipo de um edifício cisterciense segundo Anselme Dimier (1949) ¹⁴⁸

- | | |
|---------------------------------------|---|
| A. Igreja | 1. Presbitério elevado um ou dois degraus com o altar maior precedido de um novo degrau |
| B. Sacristia | 2. Porta conducente ao cemitério |
| C. <i>Armarium</i> ou biblioteca | 3. Escada do dormitório |
| D. Sala do Capítulo | 4. Porta dos monges |
| E. Escada do dormitório dos monges | 5. Coro dos monges |
| F. <i>Auditorium</i> ou parlatório | 6. Jubeu |
| G. Grande sala dos monges | 7. Coro dos conversos |
| H. Calefactório | 8. Porta dos conversos |
| I. Refeitório dos monges | 9. Nartex |
| J. Cozinha | 10. Púlpito do leitor |
| K. Refeitório dos conversos | 11. Passa-pratos |
| L. Passagem | |
| M. Grande celeiro | |
| N. Ruela dos conversos | |
| O. Claustro da collatio e do mandatum | |
| P. Lavabo | |

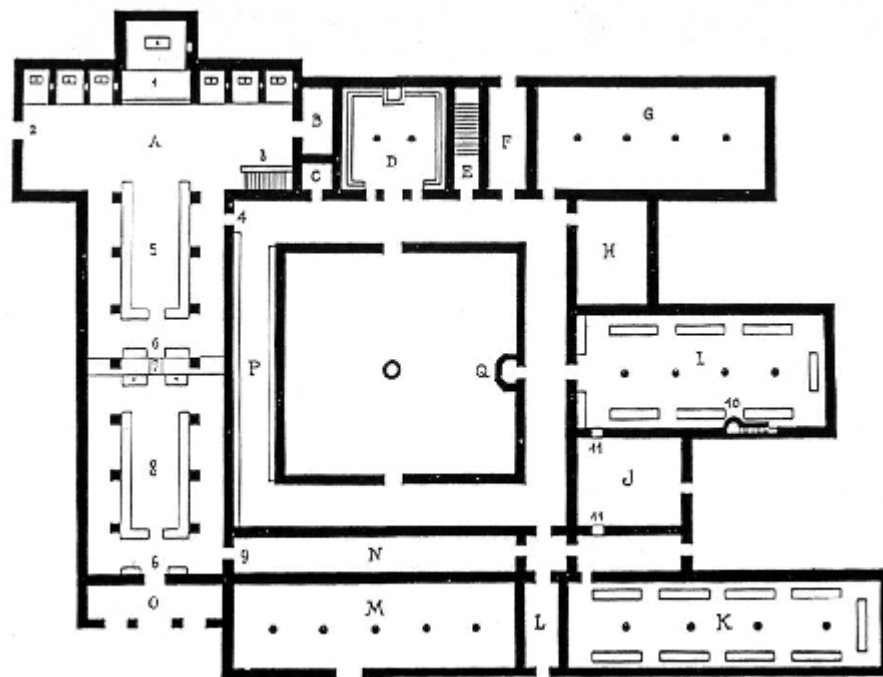
Anselme Dimier, primeiro em 1949 (Pl. 2) e depois em 1962 (Pl. 3) apresenta duas propostas para planta-tipo. A primeira proposta apresentada por Dimier encontra-se inserida na sua obra *Recueil de plans d'églises cisterciennes*¹⁴⁹ enquanto que segunda proposta é apresentada na sua obra *L'art cistercien en France*¹⁵⁰.

¹⁴⁸ In DIMIER, Anselme ; **Recueil de plans d'églises cisterciennes**; Abbaye N-D. D'Aiguebelle; Paris; 1994; p. 16

¹⁴⁹ Idem; p. 16

¹⁵⁰ Ver DIMIER, Anselme; **L'art cistercien en France**; La Pierre-qui-Vire; 1962; p.45

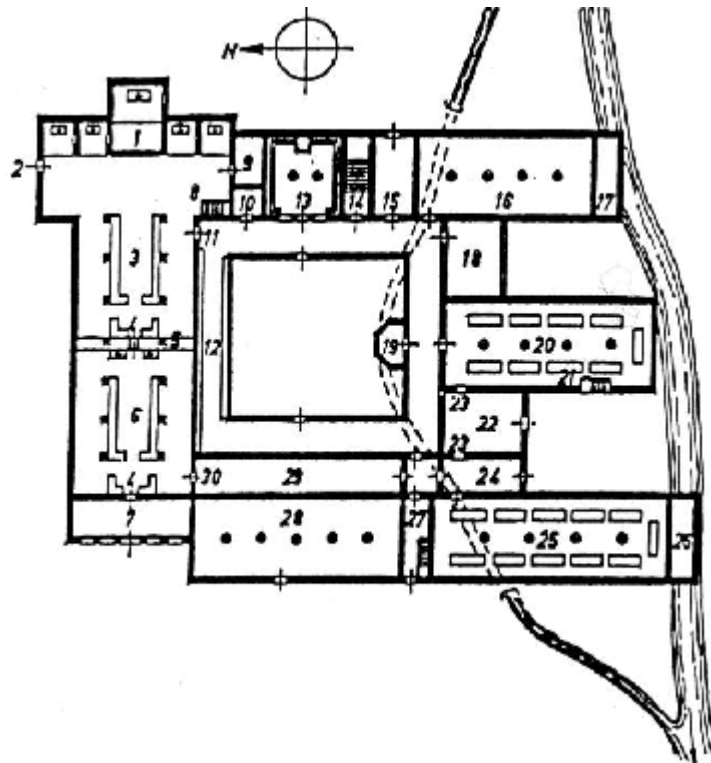
4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS



Pl. 3 Planta tipo do edifício de um mosteiro cisterciense segundo Anselme Dimier (1962) ¹⁵¹

- | | |
|---|-----------------------------|
| A. Igreja | 1. Santuário ou Presbitério |
| B. Sacristia | 2. Porta dos mortos |
| C. <i>Armarium</i> ou biblioteca | 3. Escada do dormitório |
| D. Sala do Capítulo | 4. Porta dos monges |
| E. Escada do dormitório dos monges | 5. Coro dos monges |
| F. Auditorium ou parlatório | 6. Banco dos enfermos |
| G. Sala dos monges | 7. Jubeu |
| H. Calefactório | 8. Coro dos conversos |
| I. Refeitório dos monges | 9. Porta dos conversos |
| J. Cozinha | 10. Púlpito do leitor |
| K. Refeitório dos conversos | 11. Passa-pratos |
| L. Passagem | |
| M. Grande celeiro | |
| N. Ruela dos conversos | |
| O. Nartex | |
| P. Claustro da <i>collatio</i> e do <i>mandatum</i> | |
| Q. Lavabo | |

¹⁵¹ DIMIER, Pe. Anselme; Op. cit.; p.41

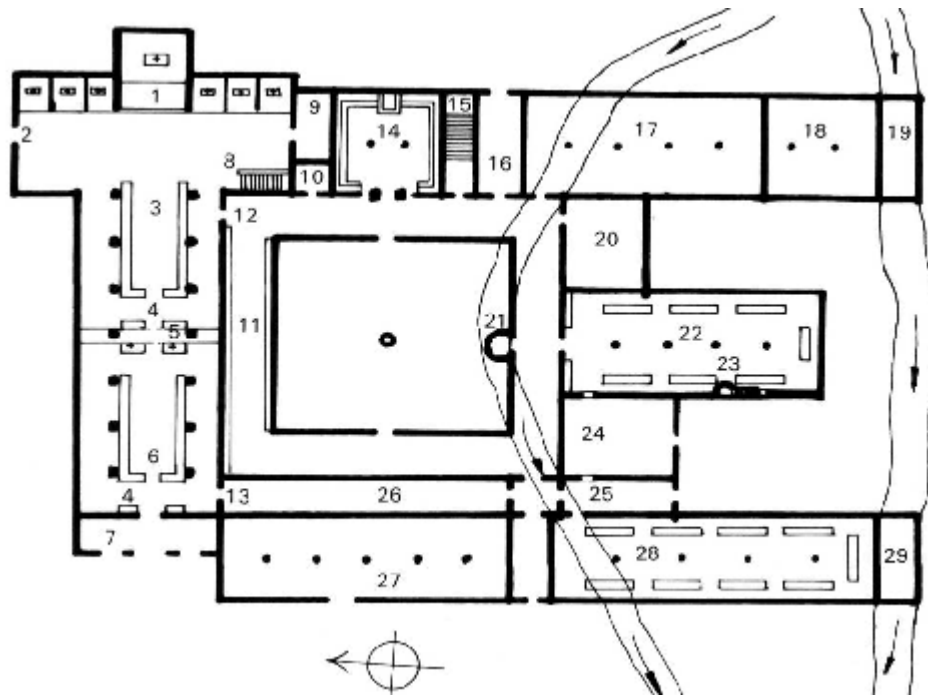


Pl. 4 Planta tipo do edifício de um mosteiro cisterciense segundo A. Schneider ¹⁵²

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| 1. Presbitério | 16. Sala dos monges |
| 2. Porta dos mortos | 17. Latrinas dos monges |
| 3. Coro dos monges | 18. Calefactório |
| 4. Banco dos enfermos | 19. Lavabo |
| 5. Jubeu | 20. Refeitório dos monges |
| 6. Coro dos conversos | 21. Púlpito do leitor |
| 7. Nartex | 22. Cozinha |
| 8. Escada do dormitório | 23. Passa-pratos |
| 9. Sacristia | 24. Auditorium dos conversos |
| 10. Armarium | 25. Refeitório dos conversos |
| 11. Porta dos monges | 26. Latrinas dos conversos |
| 12. Claustro | 27. Passagem |
| 13. Sala do Capítulo | 28. Celeiro |
| 14. Escada do dormitório | 29. Ruela dos conversos |
| 15. Auditorium, parlatorium | 30. Porta dos conversos |

¹⁵² In VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; p. 39

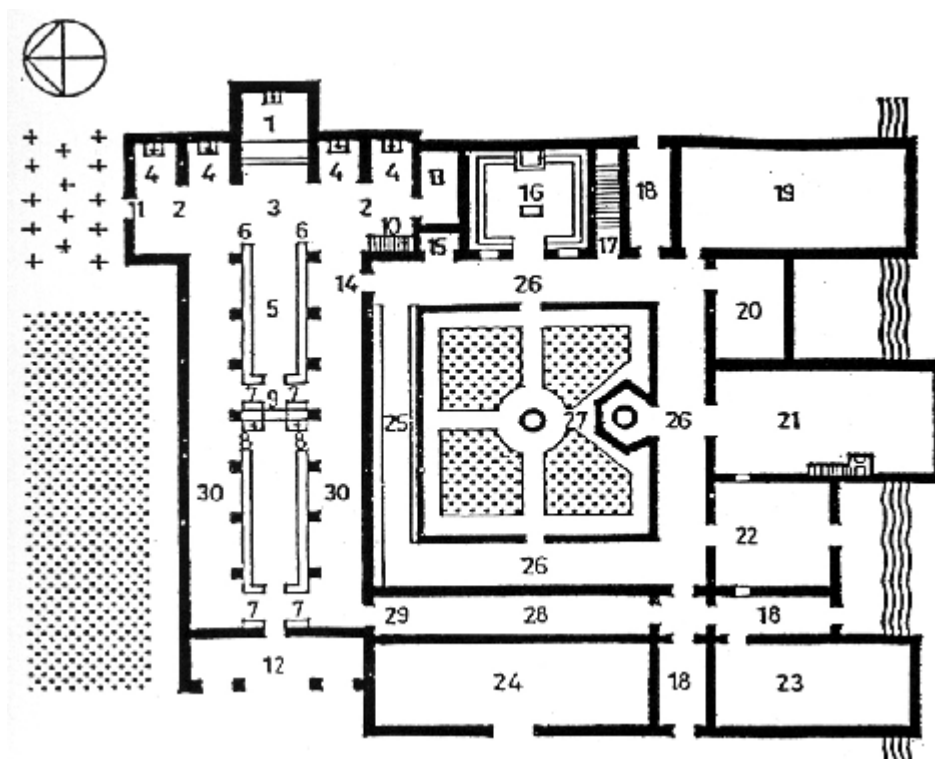
4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS



Pl. 5 Planta tipo do edificado de um mosteiro cisterciense segundo W. Braunfels¹⁵³

- | | |
|--|--|
| 1. Santuário | 15. Escadas do claustro para o dormitório |
| 2. Porta dos mortos | 16. Parlatório |
| 3. Coro dos monges | 17. Sala dos monges |
| 4. Banco dos enfermos | 18. Sala dos noviços |
| 5. Jubeu | 19. Latrina em utilização no andar superior |
| 6. Coro dos conversos | 20. Calefactorium |
| 7. Nartex | 21. Lavabo |
| 8. Escada da Igreja para o dormitório | 22. Refeitório |
| 9. Sacristia | 23. Púlpito para leitura durante as refeições |
| 10. Armarium onde eram guardados os livros | 24. Cozinha |
| 11. Bancos para leitura e para o mandatum
(cerimónia da lavagem de pés) | 25. Parlatório dos conversos |
| 12. Porta dos monges | 26. Ruela dos conversos |
| 13. Porta dos conversos | 27. Celeiro ou armazém |
| 14. Sala do Capítulo | 28. Refeitório dos conversos |
| | 29. Latrina do dormitório dos irmãos conversos |

¹⁵³ In BRAUNFELS, Wolfgang; Op. cit.; p. 75



Pl. 6 Planta tipo do edificado de um mosteiro cisterciense segundo F. L. Hervay ¹⁵⁴

DIPOSITO TYPICA MONASTERIORUM CISTERCIENSIIUM

- | | |
|--------------------------|---|
| 1. Sanctuarium | 16. Capitulum |
| 2. Navis transversalis | 17. Scalæ ad dormitorium |
| 3. Decussatio | 18. Transitus |
| 4. Capellæ | 19. Frateria |
| 5. Navis centralis | 20. Calefactorium |
| 6. Chorus monachorum | 21. Refectorium nonachorum |
| 7. Chorus infirmorum | 22. Culina |
| 8. Chorus conversorum | 23. Refectorium conversorum |
| 9. Paries medius | 24. Domus conversorum et cellarium |
| 10. Scalæ ad dormitorium | 25. Claustum sive ambitus collationis vel lectionis |
| 11. Porta mortuorum | 26. Claustum sive ambitus |
| 12. Narthex sive atrium | 27. Fontana seu lavabo |
| 13. Sacristia | 28. Vicus conversorum |
| 14. Porta monachorum | 29. Porta conversorum |
| 15. Armarium | 30. Navis lateralis |

¹⁵⁴ In VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; p. 39

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

A obra de Schneider (Pl. 4), Abade de Himmerod, "*Die Cistercienser, Geschichte, Geist, Kunst*" apresenta uma outra planta-tipo da autoria de Jürgen Eberle¹⁵⁵.

De igual modo, uma planta-tipo é apresentada por Braunfels (Pl. 5) na sua, obra *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders* ¹⁵⁶.

Hervay (Pl. 6) na sua obra "*Reportorium historicum Ordinis Cisterciensis in Hungaria*"¹⁵⁷ apresenta ainda outra planta-tipo de abadia cisterciense.

A maior parte dos autores que abordam a temática cisterciense, sobretudo a temática relacionada com a arte ou a arquitectura utilizam quase sempre uma planta-tipo da autoria de Marcel Aubert, Anselme Dimier ou de Wolfgang Braunfels.

No que respeita a todos estes exemplares de é evidente a falta de escala gráfica em todas estas plantas-tipo pelo que não é possível compará-las no que se refere às suas hipotéticas dimensões.

Uma vez mais esta ocorrência vem realçar o facto de ser um plano ideal, de ser um rasgo do espírito e da razão consolidado através da arquitectura e da construção desse mesmo ideal, isto é, da materialização de uma forma de vida muito particular.

A planta-tipo que apresenta maior detalhe morfológico-espacial é a representada por Maur Cocheril datada de 1968 (Pl. 7) e baseada na planta de Marcel Aubert datada de 1943.

Porém a mais esquemática é a segunda planta-tipo representada por Anselme Dimier em 1962.

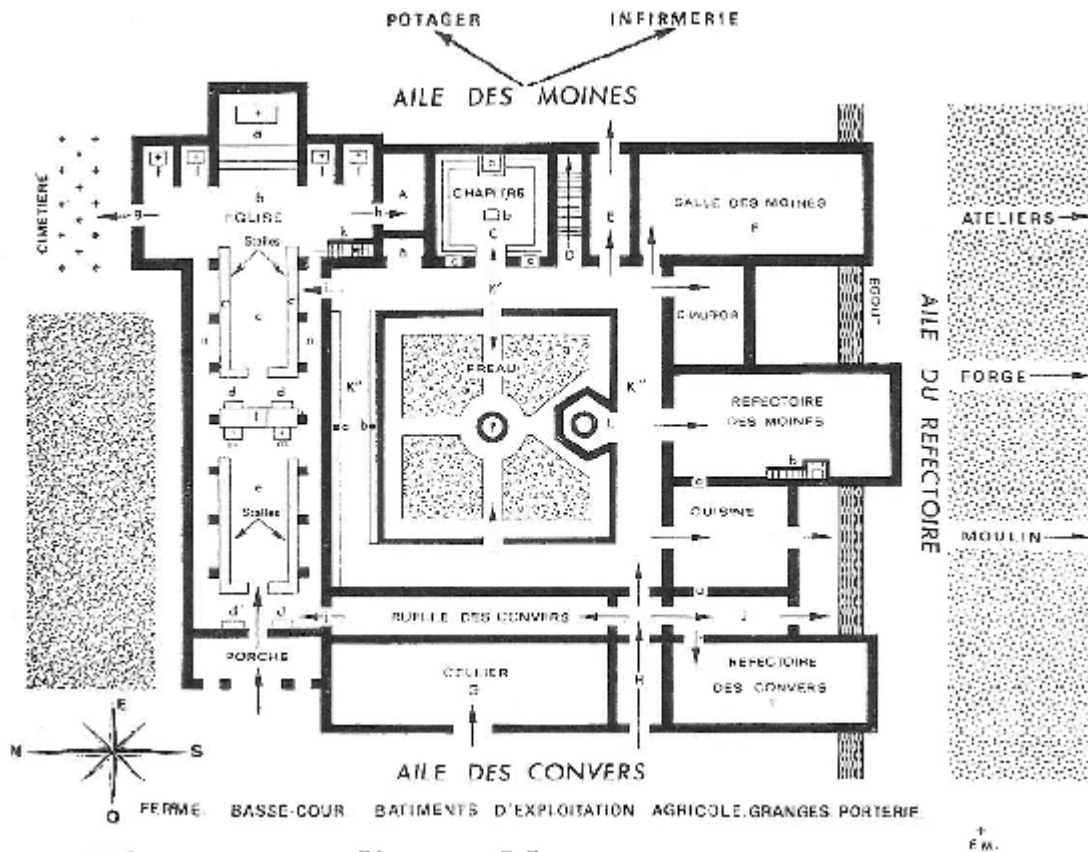
O plano das igrejas apelidado de "Plano Bernardino" por alguns autores, como foi referido anteriormente, traduz as ideias de S. Bernardo: planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular.

271

¹⁵⁵ Cfr. VITI, Goffredo (dir.); Op. cit.; p. 39

¹⁵⁶ Ver BRAUNFELS, Wolfgang; Op. cit.; p.75

¹⁵⁷ Ver HERVAY, F.L.; **Reportorium historicum Ordinis Cisterciensis in Hungaria**; Biblioteca Cisterciensis; n.7; Roma,1984; p. 235



Pl. 7 Planta tipo do edificado de um mosteiro cisterciense segundo Dom Maur Cocheril (1968)¹⁵⁸

PLANO TIPO DE UMA ABADIA CISTERCIENSE

1-IGREJA

- a – Presbitério com altar-mor
- b – transepto
- c – coro dos monges
- d – coro dos enfermos
- e – coro dos conversos
- f – capelas do transepto
- g – porta dos mortos conducente ao cemitério
- h – porta da sacristia
- i – porta dos monges
- j – porta dos conversos
- k – escada do dormitório
- l – jubeu
- m – altares do coro dos conversos
- n – colaterais

2-ALA DOS MONGES

- A – sacristia
B – armarium
C – capitulo
D – escada do dormitório
E – passagem conducente ao jardim e à enfermaria. Serve também de parlatório
F – sala de trabalho dos monges

Capítulo

- a – cadeira abacial
b – púlpito do leitor
c – aberturas para permitir a assistência dos
conversos ao capítulo.

¹⁵⁸ In COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p.25

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

3-ALA DO REFEITÓRIO

- Calefactório: entre a sala dos monges e o refeitório
- Refeitório dos Monges
- a – passa-pratos
- b – cadeira do leitor
- Cozinha: entre o refeitório dos monges e o dos conversos

4-ALA DOS CONVERSOS

- j – passagem que servia também de parlatório para o celeireiro
- G – celeiro / tulha
- H – passagem que também servia de entrada do mosteiro
- I – refeitório dos conversos

5-CLAUSTROS

- K' – claustro do capítulo ou da *Terça*
- K'' – claustro da leitura ou da *colacção*
- a – assento do Abade
- b – assento do leitor
- K''' – claustro do *refeitório*
- P – poço

273

NOTA:

O dormitório dos monges ocupa todo o primeiro andar da ala dos monges. O dos conversos encontra-se sobre a sua respectiva ala.

O esgoto encontra-se sempre na extremidade da ala dos monges e dos conversos.

A *ruela dos conversos* permite o seu livre acesso à igreja. Esta isola o edifício dos conversos do resto do mosteiro. Os edifícios de exploração estão em directa relação com o edifício dos conversos. O celeiro encontra-se sempre na parte mais próxima da igreja de modo a localizar-se na extremidade do edifício o refeitório dos conversos que se encontra deste modo próximo da cozinha.

Villard de Honnecourt no seu caderno (1230) desenhou um plano tipo de igreja (Fig. 150) com o título: "*esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem Cisterciense*" ¹⁵⁹ no qual não representa a espessura das paredes apontando para a existência de um plano ideal, provavelmente baseado na unidade que caracteriza a arquitectura cisterciense (Fig. 151).

¹⁵⁹ Cfr. VILARD DE HONNECOURT – CUADERNO (siglo XIII); Ed. Akal; 2001; lám.28

Como refere Fergusson, “Porque a arquitectura personifica ideias, reflecte a identidade e dá forma física e significado expressivo aos valores”.¹⁶⁰ Esta é a mais antiga planta tipo de uma igreja cisterciense.



Fig. 150 Folha do caderno de Villard d'Honnecourt, na qual é apresentada (no canto inferior esquerdo), uma planta tipo de igreja cisterciense ¹⁶¹

274

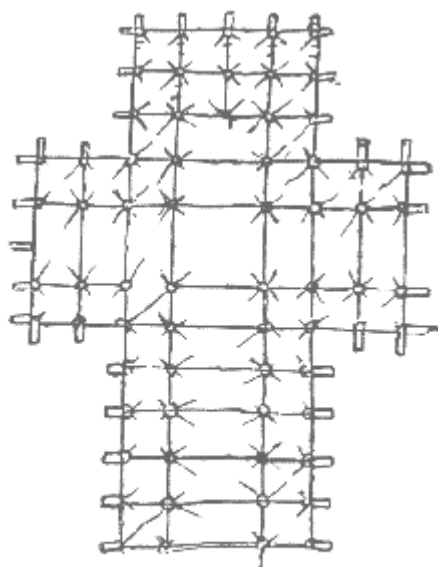


Fig. 151 Detalhe da porção de página do caderno de Villard d'Honnecourt que apresenta uma planta tipo de igreja cisterciense apenas esquemática (planta reposicionada e depurada para melhor leitura)¹⁶²

Voici une glise desquarre la fin
elgardue a faire en loz dene deistab

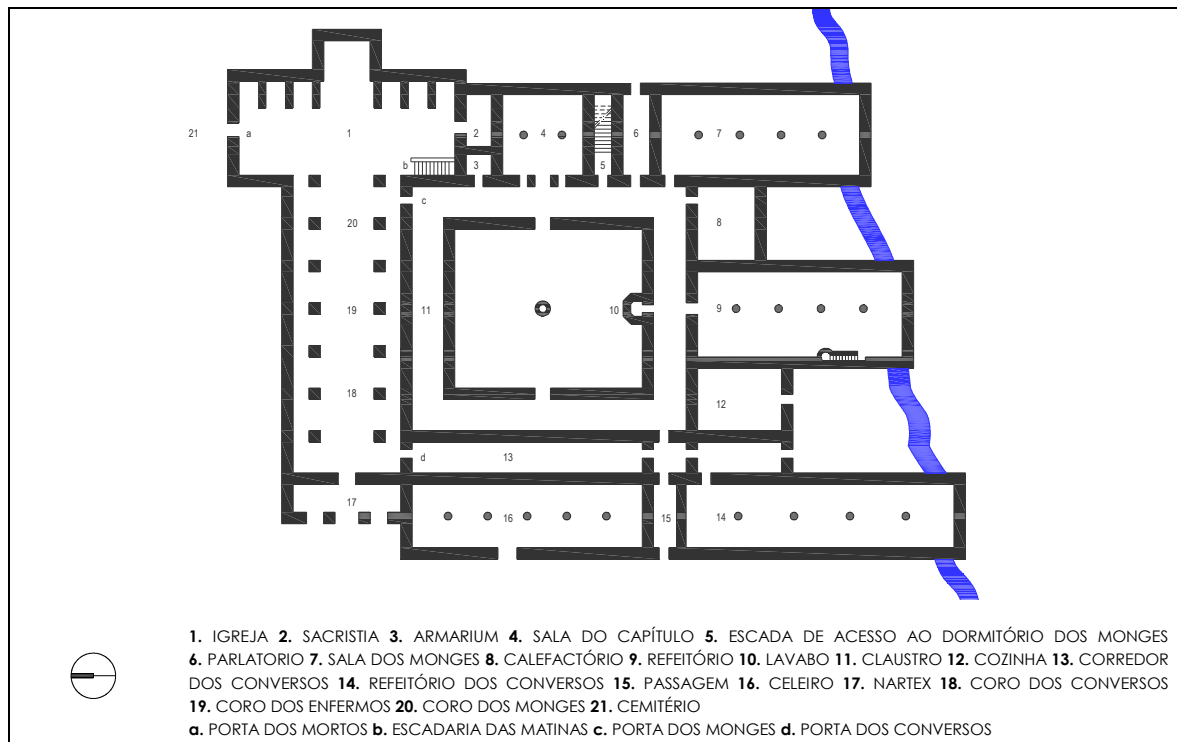
¹⁶⁰ Cfr. FERGUSSON, Peter; **Architecture of Solitude**; Princeton University Press; 1984; p.78

¹⁶¹ VILARD DE HONNECOURT; Op. cit.; lám.28

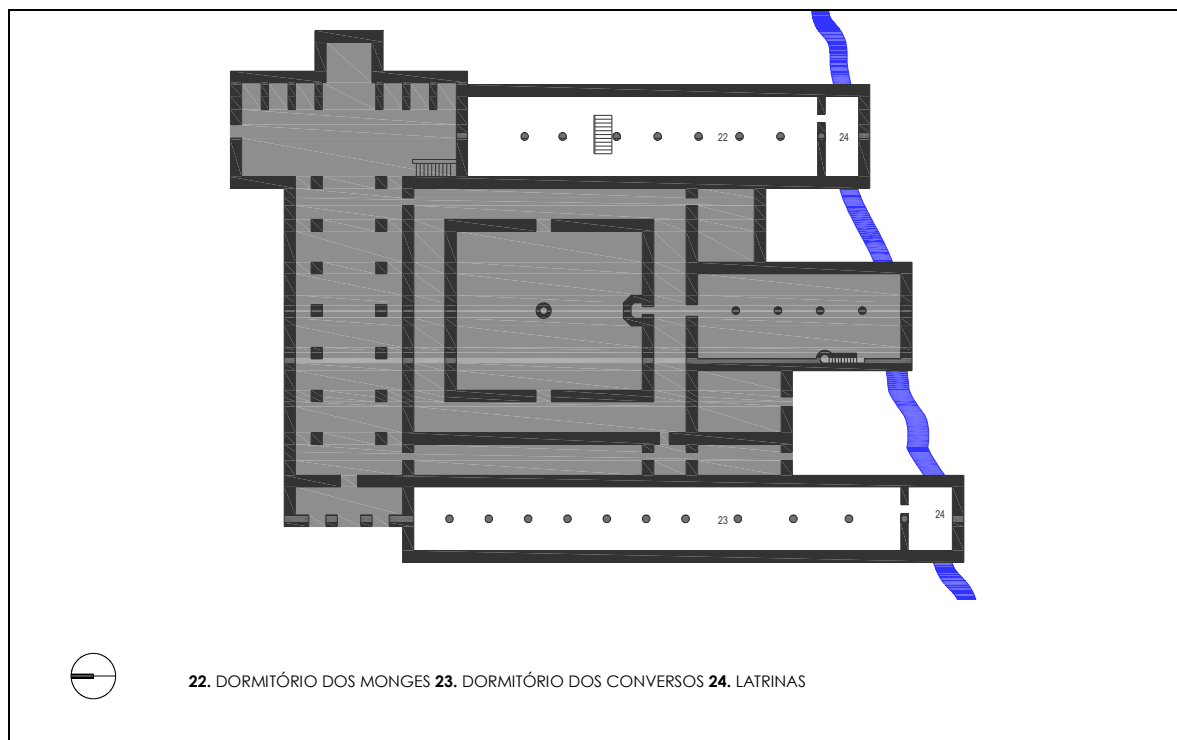
¹⁶² Idem; lám.28

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

De seguida apresentam-se duas plantas tipo, uma correspondente ao primeiro piso (Pl. 9) e outra correspondente ao piso térreo (Pl. 8), elaboradas com a base na informação recolhida e nas plantas estudadas.



Pl.8 Proposta de Planta-tipo (res-do-chão) de mosteiro cisterciense (elaborado pela autora)



Pl. 9 Proposta de Planta-tipo (primeiro piso) de mosteiro cisterciense (elaborado pela autora)

4.3.3.

Morfologia do Plano Cisterciense

*“O mosteiro, plural nos seus edifícios, é com razão uniforme nos seus objectivos. Lá o homem vive para Deus e o mosteiro comunica com o mundo através da porta principal da igreja e da portaria. Há como que uma coordenação subsidiária no conjunto monástico que se articula à volta da igreja e do claustro que lhe está contíguo. É ali, e a partir dali, que se estrutura a vida dos monges e se organiza todo o espaço envolvente do seu trabalho quotidiano”*¹⁶³

Bernardo de Claraval uniu a experiência estética e a religiosa ao apresentar a arquitectura cisterciense como a expressão que mais se adequava à nova actividade religiosa. A partir de 1150 começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos *de more nostro* (do nosso modo).

Os cistercienses utilizaram um plano tipo para a construção dos seus mosteiros. O mosteiro desenvolve-se a partir da Igreja e em torno do claustro. O claustro era o epicentro do espaço monástico, três dos seus lados correspondem às funções essenciais: *spiritus* (igreja) a norte, *anima* (sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual) a este, *corpus* (cozinha, calefactório, refeitório, latrinas) a sul e o quarto lado do claustro, a oeste, é aberto aos irmãos conversos, é o *domus conversorum* (celeiro, dormitório, refeitório, latrinas).

Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito.

O esquema de estruturas sociais adoptadas pela Ordem de Cister também se reflectiu na sua arquitectura através de importantes contributos e respectiva repercussão. Assim de modo a poder albergar dois grupos tão díspares, como eram os monges e os conversos, na verdade, os mosteiros apresentam-se com uma divisão em dois sectores distintos de acordo com as estruturas sociais da Ordem. Deste modo estas eram duas vidas que não se cruzavam fisicamente mas que dependiam inteiramente uma da outra no sentido de cumprir e honrar a Regra que observavam no *stricto sensu*.

Aos monges estava destinada a parte oriental da igreja com o seu coro e capelas assim como uma ala na qual se inseria a nível do piso térreo, a sacristia, o *armarium* (biblioteca), o parlatório onde o prior recebia os monges, a Sala Capitular (ou sala do capítulo), a sala dos monges destinada ao trabalho

¹⁶³ Ver DIAS, Geraldo Coelho; **Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges.** in "O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos "; Edições Afrontamento; Porto; 1997; p. 24

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

intelectual e a nível do piso superior o dormitório e as latrinas. Aos monges ainda cabia a utilização dos claustros espaço destinado à leitura.

Aos conversos estavam destinadas a parte ocidental da igreja assim como uma ala na qual se inseria a nível inferior o refeitório, o parlatório, o celeiro e a ruela (que permitia a ligação com a igreja e demais dependências que eram no entanto apenas destinadas a estes irmãos sem ter de passar pelo claustro) e a nível do piso superior o dormitório e as latrinas.

Consequentemente existiam dois corpos no edificado que não só se opunham quanto à sua situação relativamente à igreja, local de oração comum a ambos¹⁶⁴, como também quanto à sua vivência. Apenas a igreja e a cozinha, cuja utilização possuía diferentes horários quer se tratasse de monges ou de conversos, eram comuns.

No entanto, toda a comunidade estava presente na igreja nos dias de festa durante os quais, depois da missa, se encontravam na sala do capítulo para ouvir o abade. Os conversos ficavam do lado de fora da sala ouvindo o abade através das aberturas que se fazem notar ao lado da porta de acesso a esta dependência (Fig. 152).

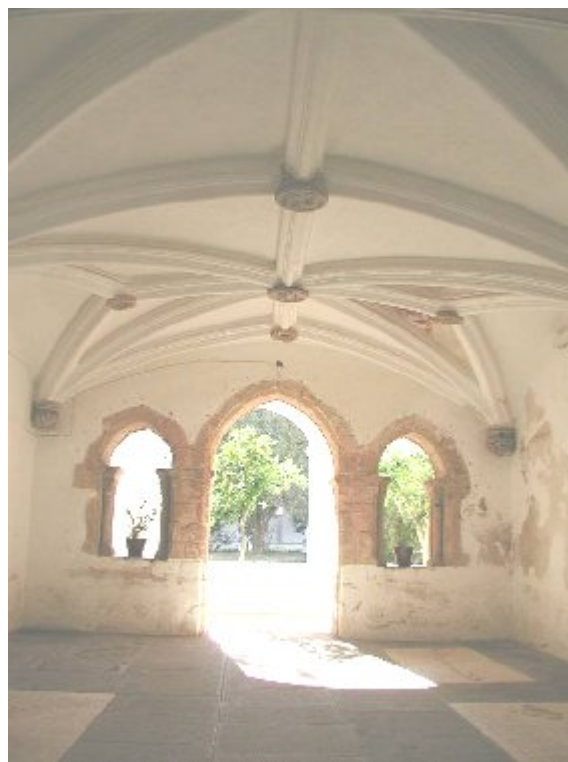


Fig. 152 Sala do Capítulo do Mosteiro de S. Bento de Cástris (arquivo da autora)

¹⁶⁴ No entanto deve-se ter em atenção que tanto monges como conversos ocupavam também na igreja locais distintos mantendo-se deste modo a separação.

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

O lado paralelo à igreja destinava-se a saciar todas as necessidades do corpo, ou seja, era composto pelo refeitório, cozinha, lavabo e calefactório.

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante as demandas da realidade do contexto em que se inseriam (Fig. 153). Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local (Esq. 44).

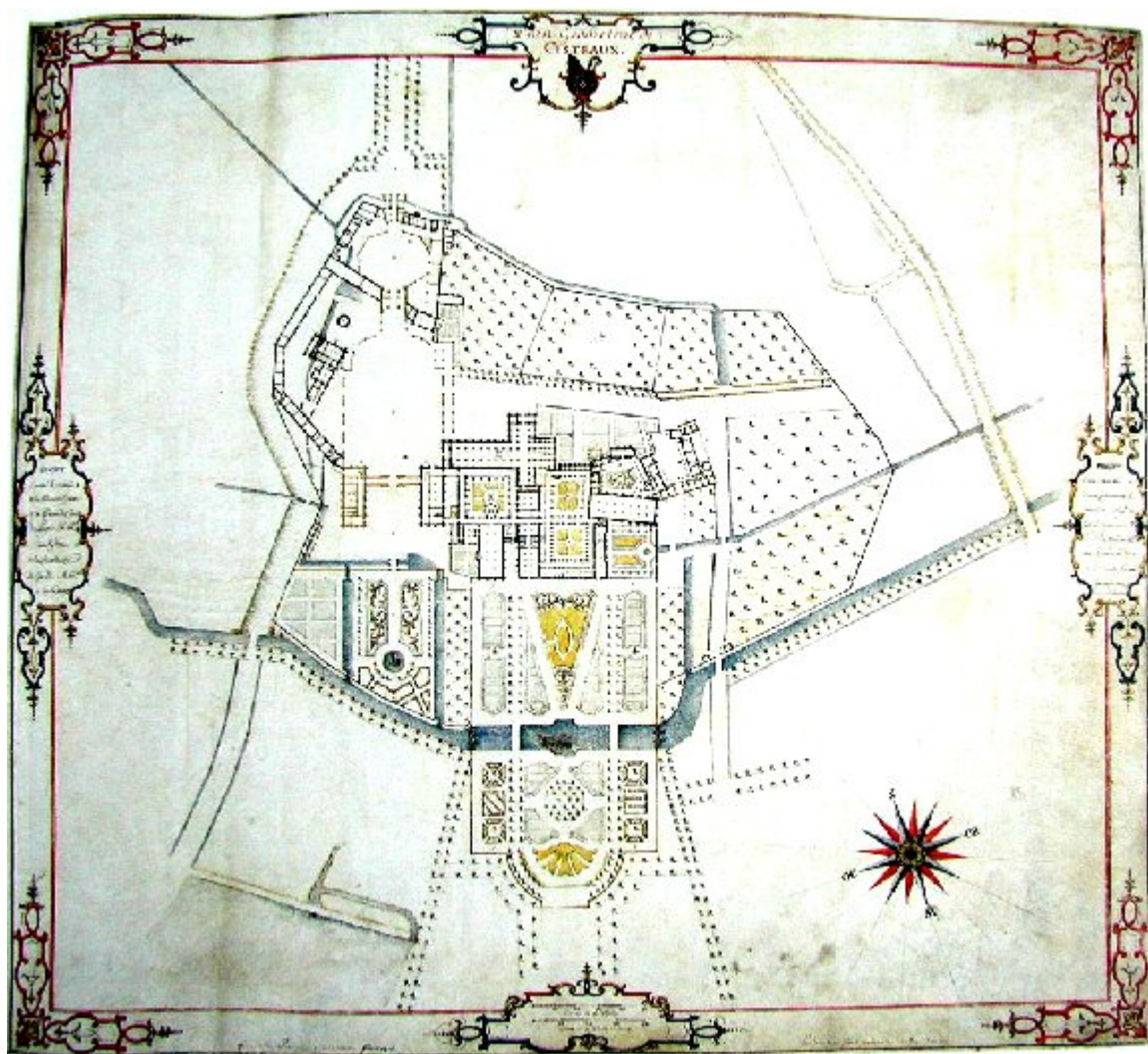


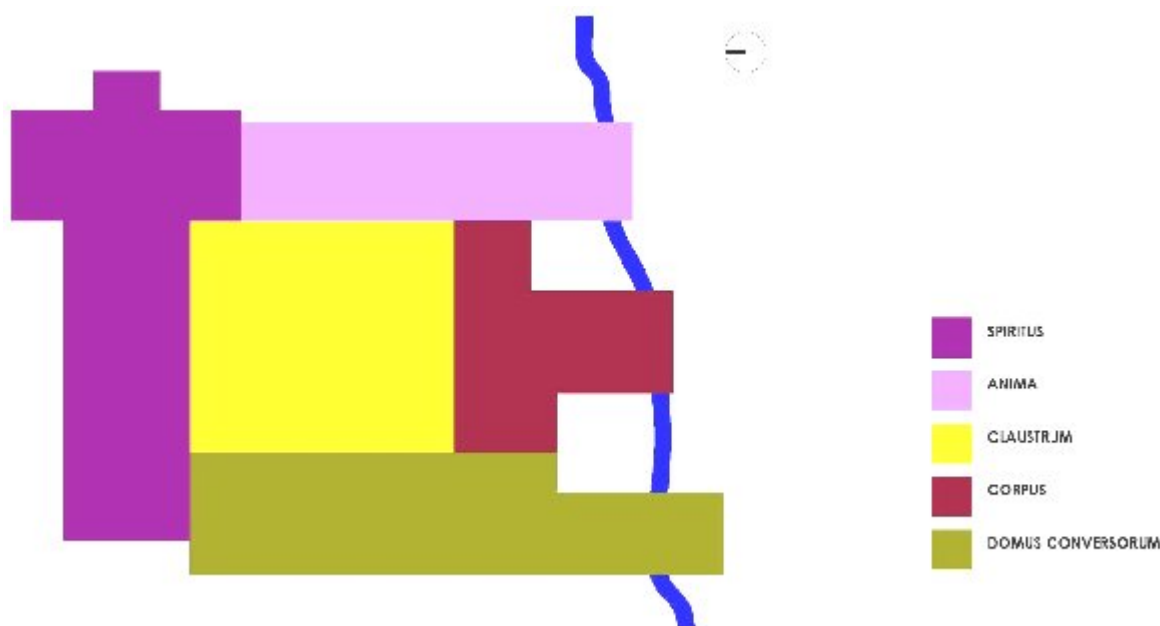
Fig. 153 Planta da Abadia de Cister no séc. XVIII, desenho de Pe. Stephanus. (1718) ¹⁶⁵

Assim, num momento inicial, os primeiros refeitórios foram paralelos ao lado do claustro para mais tarde o seu eixo sofrer uma rotação e assumirem a

¹⁶⁵ In ARABEYRE, Patrick e Maurice Bathellier; **Atlas de Cîteaux. Le domaine de l'abbaye au XVIII^e siècle**; Conseil Général de la Côte-d'Or, Archives départementales de la Côte-d'Or; Éditions de l'Armançon; 1998; p.21

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

perpendicularidade. Desta maneira, conseguiu-se não só aumentar a dimensão dos refeitórios, (pois não tinham obstáculos pelo exterior ao seu crescimento), como também a sua capacidade permitindo dar resposta ao crescendo de vocações. Esta operação permitiu também alterações no que respeita às dimensões da cozinha e calefactório pois com a rotação do refeitório surgiu um acréscimo de espaço livre propício ao alargamento destas dependências. Também como resultado desta adaptação, em muitos exemplares arquitectónicos cistercienses, foi construído um piso sobre o calefactório destinado à conservação de documentos.



Esq. 44 Esquemática tipológica e funcional (síntese e desenho elaborados pela autora)

O elemento morfológico de maior destaque deste plano cisterciense é a Igreja que devia ficar sempre no ponto mais elevado e orientada para nascente.

A igreja situava-se do lado norte com o claustro imediatamente a sul. Era como foi referido de planta rectangular, com cabeceira recta e capelas no transepto sendo dividida sensivelmente a meio separando monges e conversos. Não tinha uma fachada monumental nem grandes torreões. Era de uma tipologia simples sem decoração. As naves laterais surgiam quase à mesma altura da central.

Os edifícios das demais dependências monásticas, para além da igreja, eram erigidos do lado sul da igreja, por ser o que apanha mais horas de sol, e sendo as diferentes dependências articuladas em volta do claustro, de acordo com as deslocações normais dos monges e com as necessidades de luz e calor.

Deste modo a igreja situa-se na face norte do claustro quadrangular e a sul, comunicando com o claustro encontra-se o calefactório, o refeitório e a cozinha. O refeitório e a cozinha estavam sempre próximo de uma linha de

água e articulavam-se directamente com o claustro. A cozinha separava o refeitório dos monges do refeitório dos conversos.

Na face ocidental encontra-se a ala dos conversos que comunica com a igreja por uma porta localizada no ângulo sudoeste do claustro. É também aqui que se localiza o celeiro que por se encontrar voltado face a Oeste, recebe apenas a incidência do sol do atardecer.

Na face oriental encontra-se, no piso térreo, a sacristia e a sala capitular flanqueadas por passagens que permitem aos monges a saída, para os campos e terrenos no interior da cerca monástica, salvaguardando a clausura. No piso superior desta ala encontra-se o dormitório dos monges que comunica directamente, através de uma escada, com a igreja pelo braço adjacente do transepto. O dormitório ocupava longitudinalmente todo o piso superior e ficava virado a Este, para ter sol logo de manhã.

No ângulo sueste do claustro, ainda no que respeita à ala dos monges e ao seu piso térreo, antes da porta de acesso à igreja localiza-se o *armarium* que consistia num estreito vestíbulo onde os monges dispunham os seus livros antes de entrarem para a igreja ou de saírem para os terrenos adjacentes.

4.4.

TEMPO vs. ESPAÇO: A JORNADA CISTERCIENSE

A vida de clausura e de estabilidade professada numa comunidade monástica cisterciense pressupõe uma forte convicção aliada a uma profunda vocação. Os momentos fundamentais do dia-a-dia cisterciense conjugam tempos de trabalho e de oração, de actividade e de contemplação, que por sua vez são equilibrados através da santificação do próprio tempo.

S. Bento divide o ano em apenas duas estações: Inverno e Verão. O Inverno era contabilizado desde o primeiro¹⁶⁶ dia de Novembro até à Páscoa, e o Verão, desde a Páscoa até ao primeiro dia de Novembro.

Quanto ao dia este rege-se pelo sistema horário romano, ou seja, o dia e a noite dividiam-se em doze partes correspondentes às horas. A noite contabilizava-se desde o ocaso ao nascer do sol e o dia desde o nascer do sol ao ocaso. Ao fim da sexta hora da noite correspondia a meia-noite e ao fim da sexta hora do dia correspondia o meio-dia. Como os dias de Inverno eram mais curtos as horas do dia eram igualmente reduzidas sendo as horas da noite mais longas.

No Verão, pelo contrário, como os dias eram maiores, acontecia precisamente o inverso sendo as horas do dia mais longas que as da noite. Por este motivo S. Bento refere na Regra que a hora se deve determinar segundo

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

um cálculo razoável. Assim, “Durante o Inverno, isto é desde as calendas de Novembro até à Páscoa, levantem-se os monges à oitava hora da noite, que se há-de determinar segundo um cálculo razoável”¹⁶⁷ Deste modo a uma hora poderiam corresponder desde 45 a 75 minutos nos moldes da medição actual do tempo.¹⁶⁸

O dia de um monge cisterciense tem início, na Igreja, com as *Vigílias*¹⁶⁹ pelas duas ou três da madrugada, conforme a época do ano e por consequência estas duram cerca de uma hora a uma hora e meia.

Com a madrugada iniciam-se as *Laudes*¹⁷⁰ sendo a eucaristia celebrada próximo das sete da manhã.

O ofício que se seguia era a Prima. Mais tarde na Sala do Capítulo eram lidos, em voz alta, um capítulo da Regra de S. Bento assim como a martirologia, várias orações eram efectuadas para pedir a graça de Deus para mais um dia de trabalho que se seguia às instruções dadas pelo abade.

Por último, ainda na Sala do Capítulo eram anunciados os nomes dos irmãos falecidos nas várias casas da Ordem de Cister. Depois do *Capitulum* segue-se a *lectio divina*, ou seja uma hora a duas horas de leitura espiritual até ao ofício da Tércia¹⁷¹.

De seguida cada monge executa o trabalho que lhe foi destinado pelo abade. Os mais jovens que ainda não tivessem sido ordenados preparam-se para tal através do estudo não só das escrituras como também de teologia, filosofia, lei canónica e história da Igreja. Por volta do meio-dia, após o período de trabalho, é tempo do ofício da sexta¹⁷².

Depois do ofício é altura da refeição que tem lugar no refeitório. Os monges dão as graças e comem em silêncio absoluto ouvindo a leitura efectuada em voz alta por um monge durante todo o período da refeição. São lidos trechos das escrituras seguidos de outros textos espirituais seleccionados pelo abade.

Após a refeição os monges estão livres para orar ou ler conforme a sua vontade. Por volta das duas horas da tarde é tempo do ofício da Noa¹⁷³ sendo

¹⁶⁷ Ver capítulo VIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 45

¹⁶⁸ Ver **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992

¹⁶⁹ Também designadas por *Matinas*, do latim *matutinus* que significa de manhã. É a primeira das sete horas canónicas de oração, é recitada à meia-noite ou às primeiras horas do dia. Ver HERVÉ, Lucien; **Architecture of Truth – The Cistercian Abbey of Le Thoronet**; Phaidon Press Limited; 2001; p.155

¹⁷⁰ Do latim *Laus* que significa louvor. É a segunda das sete horas canónicas de oração, é recitada ao amanhecer com o levantar do sol. Ver HERVÉ, Lucien; Op. cit.; p.156

¹⁷¹ Do latim *Tertius* que significa terceiro e de *Tertia hora*, a terceira hora do dia romano. É a terceira das sete horas canónicas de oração, é recitada cerca das 9h00m. Ver HERVÉ, Lucien; Op. cit.; p.157

¹⁷² Do latim *Sexta hora* que significa Sexta hora. É a quarta das sete horas canónicas de oração, é coincidente com o meio do dia. Ver HERVÉ, Lucien; Op. cit.; p.157

¹⁷³ Do latim *Nona hora* que significa Nona hora. É a quinta das sete horas canónicas de oração, é recitada cerca das 15h00m. Ver HERVÉ, Lucien; Op. cit.; p.158.

seguido por cerca de duas horas e meia de trabalho consoante a altura do ano.

Por volta das cinco horas da tarde procede-se ao ofício das Vésperas¹⁷⁴ seguido de uma refeição ligeira (sem ser acompanhada de leitura no período desde o dia 14 de Setembro até à Páscoa).

Um pequeno intervalo segue a refeição ligeira e antecede o ofício das Completas¹⁷⁵. Uma pequena leitura dá início às Completas ainda na galeria do claustro junto à Igreja prosseguindo depois já dentro da Igreja. Depois do ofício os monges deslocam-se em fila em direcção ao dormitório passando pelo abade que os abençoa.¹⁷⁶

Deste modo o tempo cisterciense e respectiva ocupação do espaço monástico pode ser esquematizado do modo apresentado pela tabela que se apresenta na página seguinte (Esq. 45).

*“Aparte de las horas de plegaria en común, la Regla dividía el día del monje en períodos de trabajo manual y períodos de lectura. El horario de verano, que empezaba en Pascua, asignaba más de siete horas al trabajo y tres horas a la lectura; en invierno el período de trabajo se acortaba y se aumentaba el tiempo de lectura. En los días más largos del verano la Regla preveía dos comidas: la primera poco después del mediodía y la segunda al comenzar la noche; mientras que el horario de invierno dejaba margen para una sola comida, que se tenía en torno a las 2.30 de la tarde, y aun más tarde en cuaresma.”*¹⁷⁷

Segundo Frei Geraldo Coelho Dias:

*“Em princípio o monaquismo não criou qualquer programa arquitectónico-artístico; todavia, com o tempo e com a vivência prática da vida religiosa, os monges foram dando corpo a um costume, a um «estatuto», que redundou num estereótipo, o qual, apesar de de certas adaptações se tornou comum a quase todas as instituições religiosas da Igreja católica ao longo dos tempos e que S. Bernardo e os primeiros Capítulos Gerais Cistercienses tentam regular.”*¹⁷⁸

¹⁷⁴ Do latim *Vesperus* que significa noite. É a sexta das sete horas canónicas de oração, é recitada nas primeiras horas da noite com o por do sol. Ver HERVÉ, Lucien; Op. cit.; p.158

¹⁷⁵ Do latim *Hora completa* que significa hora completada. É a última das sete horas canónicas de oração, é recitada entre as 20h00m e as 21h00m completando as orações do dia. Ver HERVÉ, Lucien; Op. cit.; pp.158-159

¹⁷⁶ Ver DIMIER, Pe. Anselme; **Stones laid before the Lord. A history of monastic architecture**; Cistercian Studies Series 152; Cistercian Publications; Michigan; 1999; pp. 48-49

¹⁷⁷ LAWRENCW, C. H.; Op. cit.; p. 53

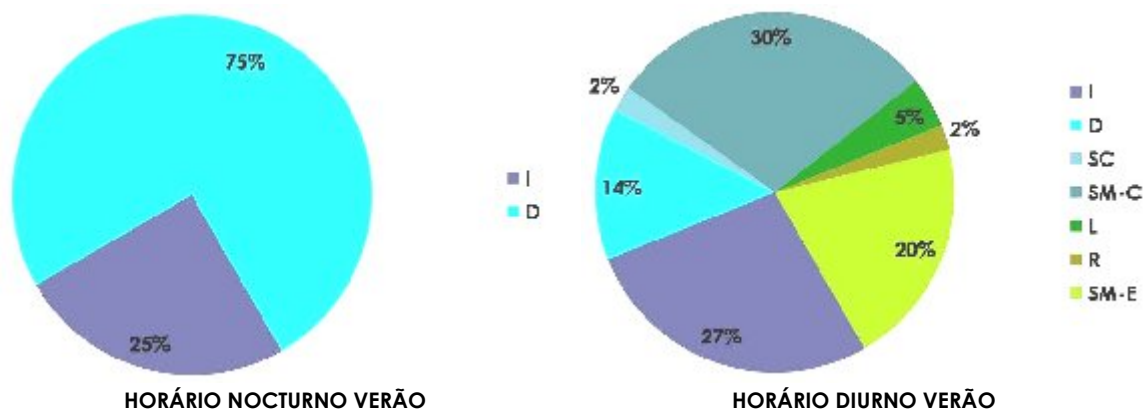
¹⁷⁸ Ver DIAS, Geraldo Coelho; Op. cit.; p. 24

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

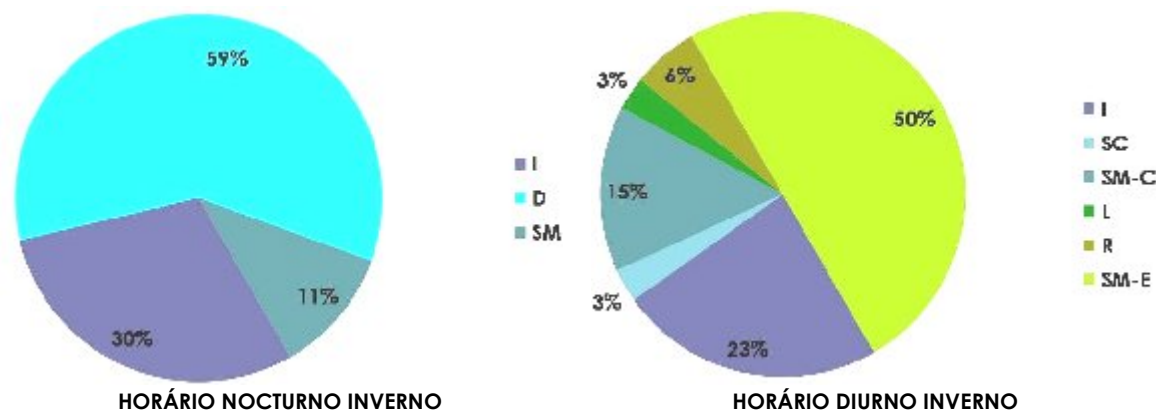
VERÃO: horário nocturno			
HORAS	ACTIVIDADE	LOCAL	
1ª a 9ª	Descanso nocturno	Dormitório	D
9ª	Vigílias	Igreja	I
<i>intervalo</i>	-	-	-
11ª a 12ª	Laudes	Igreja	I
VERÃO: horário diurno			
HORAS	ACTIVIDADE	LOCAL	
<i>intervalo</i>	-	-	-
1ª	Prima	Igreja	I
1ª ½	Capitulum	Sala do Capitulo	SC
2ª a 3ª	Trabalho / Leitura	Sala dos Monges Exterior - Claustro	SM E-C
3ª	Tércia / Eucaristia	Igreja	I
3ª ½ a 6ª	Trabalho / Leitura	Sala dos Monges Exterior - Claustro	SM E-C
6ª	Sexta	Igreja	I
6ª½	Ablução das mãos	Lavabo	L
6ª½	Almoço	Refeitório	R
6ª a 8ª	Repouso	Dormitório	D
9ª	Noa	Igreja	I
9ª ½ a 11ª ½	Leitura / Trabalho	Sala dos Monges Claustro	SM CL
11ª ½	Vésperas Jantar (após as vésperas)	Igreja Refeitório	I R
12ª	Completas	Igreja	I
INVERNO: horário nocturno			
HORAS	ACTIVIDADE	LOCAL	
1ª a 8ª	Descanso nocturno	Dormitório	D
8ª a 9ª	Vigílias	Igreja	I
9ª ½ a 11ª	Estudo / Leitura	Sala dos Monges	SM
11ª a 12ª	Laudes	Igreja	I
INVERNO: horário diurno			
HORAS	ACTIVIDADE	LOCAL	
<i>Intervalo</i>	-	-	-
1ª	Prima / Eucaristia	Igreja	I
1ª ½	Capitulum	Sala do Capitulo	SC
2ª a 3ª	Trabalho / Leitura	Sala dos Monges Exterior	SM E
3ª	Tércia	Igreja	I
3ª ½ a 6ª	Trabalho / Leitura	Sala dos Monges Exterior	SM E
6ª	Sexta	Igreja	I
6ª a 9ª	Trabalho	Sala dos Monges Exterior	SM E
9ª	Noa	Igreja	I
9ª ½	Ablução das mãos	Lavabo	L
9ª ½	Almoço	Refeitório	R
9ª a 11ª ½	Leitura	Sala dos Monges Claustro	SM C
11ª ½	Vésperas Jantar (após as vésperas)	Igreja Refeitório	I R
12ª	Completas	Igreja	I

Esq. 45 Horário: tempo vs. espaço (elaborado pela autora com base na RSB)

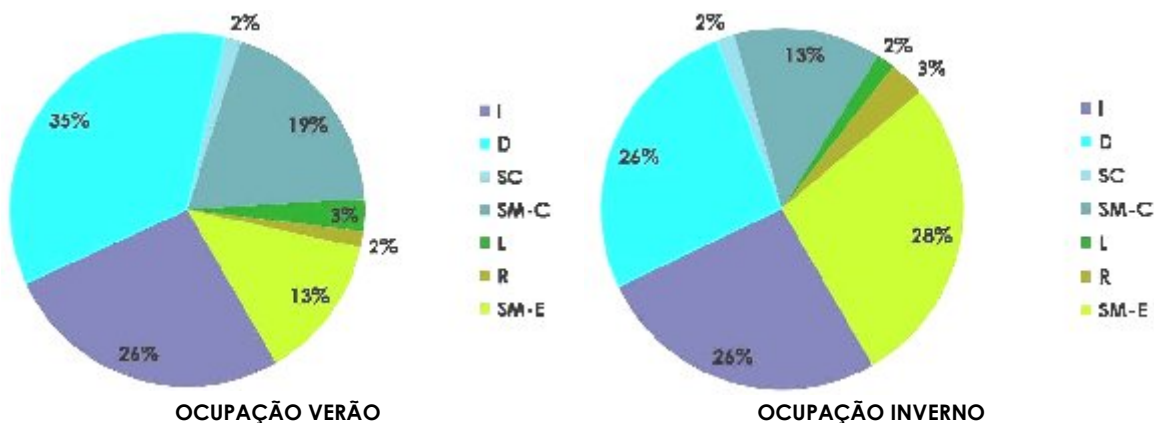
4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS



Graf. 21 Ocupação dos espaços monásticos durante o horário de Verão noturno e horário de Verão diurno (elaborado pela autora com base na RSB)



Graf. 22 Ocupação dos espaços monásticos durante o horário de Inverno noturno e horário de Inverno diurno (elaborado pela autora com base na RSB)



Graf. 23 Ocupação dos espaços monásticos durante o horário de Verão e horário de Inverno (elaborado pela autora com base na RSB)

NOTA

I: Igreja; D: Dormitório; SC: Sala do Capítulo; SM-C: Sala dos Monges - Claustro; L: Lavabo; R: Refeitório; SM-E: Sala dos Monges - Exterior

O conceito de mosteiro está ligado ao conceito de “encarceramento” mas assumido como uma opção de vida como refere Bada i Elias:

“La condición terrenal constituye por sí misma una especie de cárcel para el alma, que se ve sometida a la servidumbre del mundo y del demonio. Al optar por el monasterio, el monje sustituye esta cárcel por la servidumbre del claustro, como expresión exterior del encarcelamiento interior y espiritual.”¹⁷⁹

Encontram-se espalhados por toda a Europa mosteiros que permanecem isolados. Estes mosteiros, seja pela sua integração no território, seja pela sua dimensão, seja por definirem e construírem a paisagem na qual se integram, são dotados de uma tipologia arquitectónica muito própria.

“ Se trata de edificaciones sólidas y silenciosas que permanecen emblemáticas y monumentales en cada lugar, casi siempre solitarias, recordadas de vez en cuando por alguna visita cultural o simplemente turística.”¹⁸⁰

Pelo contrário existem outros que se inserem em cidades ou por elas foram absorvidos.

“Algunos monasterios se han transformado en edificaciones diluidas dentro de la ciudad que, con sus edificios residenciales y calles ruidosas, han macizado densamente el espacio vacío, libre, claro y favorecedor de la percepción monumental de sus muros. Han quedado transformados en «un edificio más»; su percepción puede pasar desapercibida y se debe redescubrirlos a través de criterios urbanos.”¹⁸¹

285

Durante o período nocturno, a ocupação do dormitório intensifica-se no Verão (75%) mais do que no Inverno (59%). Note-se que no Inverno (Graf. 22) o período nocturno divide-se quase equitativamente entre o período de sono (ocupação do dormitório) e o período destinado ao *Ora et Labora* (41%), pois uma parte da noite é passada na igreja (30%), em oração, sendo a outra parte passada na Sala dos Monges (11%). Recorde-se que a Sala dos Monges deveria ser contígua ao calefactório e por isso uma das zonas mais quentes do mosteiro.

No que responde ao período diurno, do horário de Verão (Graf. 21), existe de igual modo um grande equilíbrio entre o *Ora et Labora*, mas também está contemplado o descanso uma vez que os dias são grandes e é necessário restabelecer o corpo assim como o espírito na frescura do dormitório (14%). O período do dia para assistir ao capítulo é sensivelmente o mesmo tanto no Inverno como no Verão (Graf. 23). A ocupação da Sala dos Monges/Claustro

¹⁷⁹ Cit. BADA I ELIAS, Joan; **Teología del Monasterio** in “Monasterios – Intervención en el Patrimonio Arquitectónico”; Col.lecció “Papers Sert”; Col.legi d’arquitectes de Catalunya; Barcelona; 2002

¹⁸⁰ Ver PLA I GISBERT, Albert; **Introducción** in “Monasterios – Intervención en el Patrimonio Arquitectónico”; Col.lecció “Papers Sert”; Col.legi d’arquitectes de Catalunya; Barcelona; 2002; p. 11

¹⁸¹ Cit. Idem; p. 11

duplica no horário de Verão (30%) em relação ao horário de Inverno (15%). Também o tempo de abluções é maior no Verão (5%) do que no Inverno (3%).

O tempo destinado à oração e ofício divino, em ambos os períodos (Verão e Inverno) é sensivelmente o mesmo. A ocupação da igreja durante o Inverno é de 23% enquanto no Verão é de 27% (note-se que também os dias de verão são maiores que os de Inverno).

No que se refere ao tempo repartido entre a Sala dos Monges, Claustro e Exterior existe algum equilíbrio. Porém no Inverno, este somatório (75%) é superior ao do Verão (60%).

No que respeita à ocupação do Refeitório, esta duplica no Inverno pois é necessário cuidar da alimentação do corpo para aguentar os invernos rigorosos. Deste modo, a ocupação do refeitório em horário de Verão é de apenas 2% contra os 6% em tempo de Inverno (mais uma refeição).

Note-se que comparando o período de Inverno e o de Verão, sem distinção entre horário diurno e nocturno, verifica-se exactamente a mesma ocupação da Igreja (26%), em ambos os períodos, passando-se o mesmo com a ocupação da Sala do capítulo (2%).

O binómio espacial Sala dos Monges - Claustro diminui no Inverno (13%) em relação ao Verão (19%) uma vez que na no Inverno a ocupação da Sala dos Monges é intensificada por estar próximo da fonte de calor (Calefactório). O binómio espacial Sala dos Monges - Exterior é claramente superior no Inverno (28%) em relação ao Verão (13%) pela razão anteriormente apontada.

Também a permanência no dormitório é superior no Verão (35%) em relação ao Inverno (26%) o que se compreende pelo tamanho dos dias e pela necessidade de procurar um local fresco para recuperar corpo e espírito.

Assim, pode-se afirmar que sensivelmente dois terços do dia, tanto no Inverno como no Verão, destinam-se à oração e ao trabalho, restando apenas um terço do dia para o descanso.

O tempo é cíclico, assim como é cíclica a vida na clausura cisterciense, acompanhando o Verão e o Inverno assim como o jogo da luz e da sombra que valorizam o espaço arquitectónico tornando-o perfeito para uma experiencia contemplativa. Como refere Terryl Kinder:

*"Ciò che si riscontra in una abbazia cisterciense, e con abbondanza, sono 'la presenza e il gioco della luce'. È la luce del sole che anima l'edificio durante il giorno, tracciando il profilo di ogni sporgenza e di ogni vano e valorizzando appieno il particolare architettonico."*¹⁸²

4.5.

MINIMALISMO CISTERCIENSE: del Cister del siglo XII al “Minimum” del siglo XXI

Los principios, fundamentos y bases del ideal cisterciense, influyen su materialización arquitectónica, de gran simplicidad y ascetismo, tanto en su génesis en el siglo XII como ahora en el arranque del nuevo milenio (Fig. 154). La consecuente conexión entre todos estos principios y la reciente rehabilitación de una antigua granja en la actual República Checa (Fig. 155 e 156).

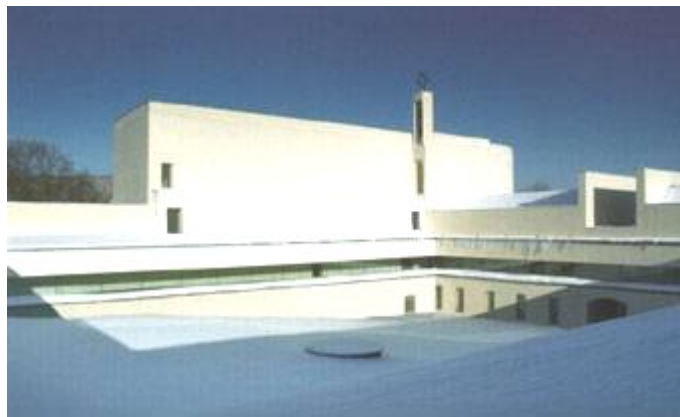


Fig. 154 Claustro e Igreja (archivo John Pawson office)

287

El arquitecto fue el minimalista John Pawson y la granja es actualmente el Monasterio de Nový Dvůr, el primer monasterio cisterciense del post-comunismo en la República Checa.



Fig. 155 Antigua granja antes de la intervención de John Pawson (archivo Monasterio Nový Dvůr)



Fig. 156 Antigua granja antes de la intervención de John Pawson
(archivo John Pawson office)

Hay cuestiones para las cuales se busca una respuesta, ¿Cuáles fueran los ideales arquitectónicos cistercienses y como se materializaron a lo largo de los siglos?, ¿Cómo se entendió, de modo arquitectónico, la espiritualidad cisterciense desde la “Apología” de San Bernardo hasta nuestros días?, ¿Cuáles fueron los ideales y la realidad cistercienses en su génesis del siglo XII y cuál fue su legado?, ¿Y en nuestros días, como se materializan los ideales cistercienses?

En primer lugar, es conveniente mencionar el hecho de que el patrimonio monástico ha sido concebido según ideales específicos que se traducen en una realidad material.

El monasterio debe ser visto como una microciudad, como una ciudad ideal, como una ciudad de Dios. Por ello, no deben dejarse de lado las connotaciones simbólicas, ideales y espirituales inherentes a este tipo de edificios, ni tampoco las transformaciones producidas que permitieron la dialéctica entre la pequeña y la gran escala, es decir, de la ciudad de Dios al monasterio y, actualmente, del monasterio a la ciudad del Hombre.

Se entiende un monasterio cisterciense como un lugar lleno de ideales y de espiritualidad, dónde se busca a Dios. El monasterio cisterciense es así un ideal que tiene una representación y materialización que, con los siglos transcurridos, sufrieron algunas transformaciones y adaptaciones.

Es importante percibir el encuentro entre la arquitectura contemporánea y la arquitectura cisterciense pues se puede hacer un paralelo entre la austera arquitectura del Císter del siglo XII, del plan “*ad quadratum*” de las iglesias y de toda la influencia del aparente plan-tipo de sus monasterios, en la arquitectura de los siglos siguientes (Fig. 157).

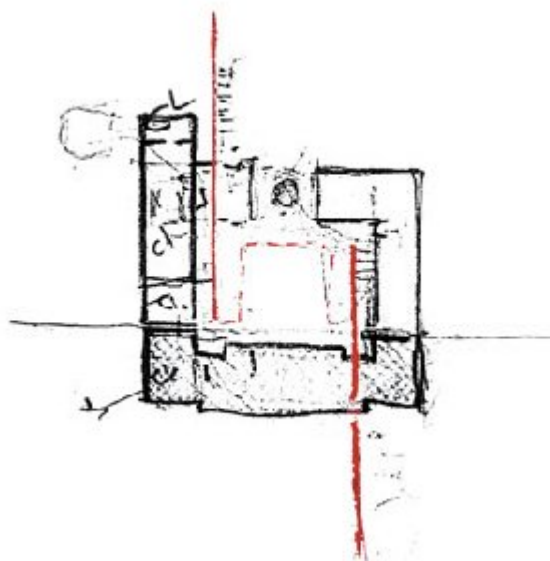


Fig. 157 Croquis funcional (archivo John Pawson office)

La búsqueda y predilección de valles para la implantación de los monasterios (Fig. 158) están patentes no solo en la legislación cisterciense primitiva sino también en los versos:

*"Bernardus valles, colles Benedictus amabat,
Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes".*¹⁸³

289

Tal como relatan los documentos primitivos del Císter:

*"6Y después de los muchos trabajos y extremadas dificultades que han de padecer los que quieren seguir las huellas de Cristo, finalmente alcanzaron su deseo y llegaron a Císter, que entonces era un lugar de horror y una vasta soledad. 7Pero aquellos soldados de Cristo pensaron que la aspereza del lugar no estaba en desarmonía con el firme propósito que en su ánimo tenían ya concebido, y considerándolo como preparado por Dios para ellos, amaron tanto el lugar como su ideal."*¹⁸⁴

Este espacio conquistado a la naturaleza, en el cual el hombre impone una orden para vivir allí en comunidad, orando y trabajando, estableciendo un vínculo con lo Sagrado y con lo sobrenatural, es un espacio ordenado según la voluntad de Dios¹⁸⁵. (Fig. 159)

¹⁸³ Cf. DIMIER, Pe. Anselme; Op. cit.; p. 51.

¹⁸⁴ "Bernardo amaba valles, Benito colinas, Francisco pueblos e Ignacio ciudades pobladas."

¹⁸⁵ **Exordium Cistercii**, cap.I, 6-7

¹⁸⁵ Cf. DIAS, Geraldo Coelho; Op. cit.; pp.13-37



Fig. 158 Monasterio de Novy Dvur después de la intervención de John Pawson (archivo John Pawson office)

El monje benedictino G rald de Galles (1188), dice según cita Don Maur Cocheril¹⁸⁶, dad a estos monjes una tierra "desnuda" o un bosque salvaje, después dejad pasar algunos años y encontraréis no solo iglesias magníficas, sino también viviendas que se construyeran alrededor de los mismos. Dice también San Bernardo en su Carta 106:

*"F ate de mi experiencia: encontrarás bastante más en los bosques que en los libros. Los árboles y las rocas te enseñaran lo que no pueden decirte los maestros.  O no crees que se puede extraer miel de la roca y aceite del peñasco durísimo?"*¹⁸⁷

En respecto a la elección del lugar, para la fundación del Monasterio de Novy Dvur, pasó lo mismo y, de una ruina, se hizo un monasterio con un lenguaje novedoso y perfectamente integrado en el espíritu cisterciense sin olvidar el lugar donde se inserta (Fig. 160).

Un Monasterio cisterciense, sea del siglo XII o del siglo XXI como Novy Dvur, debería ser construido lo más lejos posible de las zonas habitadas debido que el monje, como su nombre indica, tenía que vivir aislado.

Así, motivos de orden espiritual y material ejercen un papel decisivo en la elección de los lugares de edificación de cada monasterio de la Orden del Císter.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Cf. COCHERIL, Dom Maur; **Introduction** in BRONSEVAL, Fr re Claude de ; "Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom  deme de saulieu, Abb  de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)"; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p. 28

¹⁸⁷ Cf. S. BERNARDO; **Epístola 106** in "Obras Completas de San Bernardo"; (Los Monjes Cistercienses de España, ed.); vol. VII; Biblioteca de Autores Cristianos; Madrid; 1994; pp. 390-391

¹⁸⁸ Cf. DIAS, Geraldo Coelho; **A Alma de Císter em Portugal** in "Religião e Simbólica"; Granito Editores; Porto; 2001

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS



Fig. 159 Parte del edificio monástico ya con la intervención de John Pawson
(archivo de la autora)

Un monasterio cisterciense debe ser considerado como una ciudad ideal y dotado de todos los elementos necesarios para su subsistencia.

“Si es posible, debe construirse el monasterio de modo que tenga todo lo necesario, esto es, agua, molino, huerta, y que las diversas artes se ejerzan dentro del monasterio, para que los monjes no tengan necesidad de andar fuera, porque esto no conviene en modo alguno a sus almas.”¹⁸⁹.

291



Fig. 160 antigua granja antes de la intervención
(archivo John Pawson office)

¹⁸⁹ Cf. **Regla de San Benito**; Cap.66, 6-7

Así que el monasterio se asume como una ciudad independiente. Además de toda su carga simbólica es un lugar funcional donde todo tiene su justificación y se sitúa en un lugar planeado pues el monasterio es primordialmente un lugar donde habitan los monjes, pero también de Dios reflejando la Jerusalén Celeste en la tierra. Para los cistercienses:

"¹Todos nuestros monasterios se fundarán en honor de la Reina del Cielo y de la tierra. ²Ninguno se edificará en ciudades, aldeas o castillos. (...) ⁴Fuera de la puerta del monasterio no se edificará ninguna vivienda, a no ser los establos para los animales."¹⁹⁰

El monasterio no es sólo un paraíso en la tierra, también los lugares escogidos por los cistercienses se convirtieron, a través de su labor, en paraísos terrestres. Ellos convirtieron los más desérticos e inhóspitos lugares¹⁹¹ en "paraísos", creando en su seno la Ciudad de Dios, utilizando para ello diversos recursos, entre los que destaca la hidráulica cisterciense.¹⁹²



Fig. 161 Iglesia del Monasterio de Novy Dvur (archivo de la autora)

El claustro, según Bernardo de Claraval era el "Paradisum Claustralis" y la vida en el claustro cisterciense no era exclusivamente un ideal de vida sino también una imagen y una anticipación del paraíso (Fig. 161). Según la *Carta 64* de San Bernardo (a Alejandro, obispo de Lincoln) Claraval era Jerusalén en la Tierra pues como dice:

¹⁹⁰ Cf. **Capitula IX**; 1-2,4

¹⁹¹ Cf. **Deuteronomio** 32,10

¹⁹² Cf. TAVARES F. MARTINS, Ana María; **Do Ideal no espaço monástico: Utopia e realidade. O caso cisterciense** in "Utopolis journal – utopian studies"; nº 2; Utopia Research Publisher; Madrid

*"Vuestro Felipe, deseando marchar a Jerusalén, dio con un camino más corto y llegó a donde quería. (...) Ya están pisando sus pies los umbrales de Jerusalén (...). Ha entrado en la santa ciudad, y le cayó en suerte la herencia de los que con razón exclaman: Ya no sois extranjeros ni advenedizos, sino conciudadanos de los consagrados y familia de Dios. Junto con ellos entra y sale, como uno consagrado más, y se gloria con los demás diciendo: Somos ciudadanos del cielo. (...) Y si queréis saber cuál es, se trata de Claraval."*¹⁹³



Fig. 162 Monasterio de Novy Dvur, Consagración de la Iglesia (archivo Monasterio Novy Dvur)

Para los cistercienses la simplicidad de líneas, la pureza de las formas, la luminosidad y su claro-oscuro se bastan por sí solas, permitiendo la elevación hacia Dios (Fig. 162). Para San Bernardo nada debería distraer la mirada y el espíritu de la idea de Dios. Para John Pawson la arquitectura produce un impacto en el alma. (Fig. 163)

¹⁹³ S. BERNARDO; **Epístola 64** in "Obras Completas de San Bernardo"; (Los Monjes Cistercienses de España, ed.); vol. VII; Biblioteca de Autores Cristianos; Madrid; 1994; pp.246-247 / Cf. DIAS, Geraldo Coelho; **Monaquismo, Arte e Arquitectura – o caso do Mosteiro de Alpendurada** in "Religião e Simbólica"; Granito Editores; Porto; 2001; pp.206-207



Fig. 163 Monasterio de Novy Dvur, Ceremonial de tomada de votos (archivo Monasterio Novy Dvur)

*“Al construir para los monjes, el señor Pawson, aún siendo el minimalista absoluto que es, ha tenido que desarrollar una aproximación aún más radical a la simplicidad”.*¹⁹⁴ (Fig. 164)

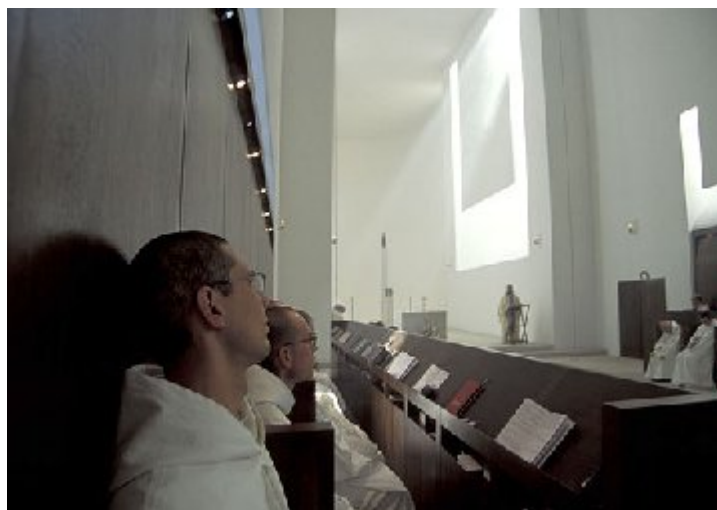


Fig. 164 Monasterio de Novy Dvur, interior de la Iglesia, (archivo Monasterio Novy Dvur)

¹⁹⁴ Cf. **Los Monjes y la Arquitectura – por un monje de la Abadía de Sept-Fons / Novy Dvur** in “John Pawson – Temas y proyectos”, Phaidon Press Limited; 2002; p.72

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

San Bernardo condenaba la ornamentación y la belleza suntuosa no porque fuera insensible a sus encantos, sino todo lo contrario, precisamente por ser capaz de sentirlos de modo a notar que estos constituían una seducción invencible y por eso un peligro irreconciliable con las exigencias de lo sagrado.¹⁹⁵

Bernardo de Claraval unió la experiencia estética a la religiosa al presentar la arquitectura cisterciense como la expresión que más se adecuaba a la nueva actividad religiosa. A partir de 1150 se empieza a hablar de una construcción y disposición de los diferentes espacios arquitectónicos de "more nostro" (del nuestro modo).

"⁵Para que entre las abadías se mantenga siempre una unidad indisoluble, establecemos, en primer lugar, que la regla de San Benito sea entendida por todos de la misma manera, sin desviarse de ella ni un ápice."¹⁹⁶



Fig. 165 Monasterio de Novy Dvur, Refectorio (archivo Monasterio Novy Dvur)

Así que la Regla de San Benito dotó al monasterio de un programa que a su vez generó la planimetría de su arquitectura. (Fig. 165)

De hecho, San Bernardo ha sido constructor de materia al impulsar la construcción de las arquitecturas del Císter, de las cuales hoy todavía subsisten muchas, constituyéndose ejemplares vivos o simples huellas impregnadas del ideal cisterciense.

¹⁹⁵ Cf. PANOFKY, Erwin; **O significado nas artes visuais**; Editorial Presença; Lisboa; 1989; p.92

¹⁹⁶ Cf. **Capitula IX**; 5



Fig. 166 Monasterio de Novy Dvur, recorrido del claustro (archivo Monasterio Novy Dvur)

La crítica realizada por San Bernardo en la *Apología al abad Guillermo*¹⁹⁷ (1125) constituye esencialmente el texto elemental en que están patentes sus ideales.

El nuevo modo de encarar el arte y la arquitectura ya se presentía en la *Apología* que no es un compendio de arte y estética sino un tratado de espiritualidad monástica.¹⁹⁸

Este tratado es resultante de una controversia entre Cistercienses e Cluniacenses sobre la interpretación de la Regla de San Benito y se traduce en la respuesta de Bernardo, Abad de Claraval a Guillermo, Abad de San Teodorico.

En la “*Apología al abad Guillermo*” se encuentra la disertación teórica de las diferencias entre las dos observancias de la Regla Benedictina que de este modo enfrentaban los “benedictinos cluniacenses” a los “benedictinos cistercienses”, monjes negros a monjes blancos.

A través de la crítica al lujo y a los excesos de ornamentación, a las deformaciones y distorsiones fantásticas del arte románico, a los excesos de las proporciones, San Bernardo abre camino para una estética de la moderación (Fig. 166) de las ornamentaciones donde la necesidad y la utilidad constituyen los nuevos criterios estéticos.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Cf. **Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade**; Geraldo Coelho Dias osb (apr.n, trad. y notas); Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; Cf. **Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apology to abbot William**; Michael Casey ocso (trad.); Cistercian Publications; Michigan; 1970;

¹⁹⁸ Cf. DIAS, Geraldo Coelho; **Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média** in “Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade”; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; p. 16

¹⁹⁹ Cf. VITI, Goffredo (dir.); Op. Cit.; p. 31

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

El plano de las iglesias fue titulado, por algunos autores, de *Plano Bernardino* pues traducía las ideas de San Bernardo: planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidad y alineamientos basados en un módulo cuadrangular. (Fig.167)

Villard de Honnecourt²⁰⁰ en su cuaderno (1230) dibujó un plano tipo de iglesia con el título “*ésta es una iglesia hecha de cuadrados para la Orden Cisterciense*” en el cual no se representa la espesura de las paredes lo que apunta para la existencia de un plano ideal, probablemente basado en la unidad que caracteriza la arquitectura cisterciense.²⁰¹

“Porque la arquitectura personifica ideas, refleja la identidad y da forma física y significado expresivo a los valores” (Fig. 168) como refiere Fergusson²⁰²

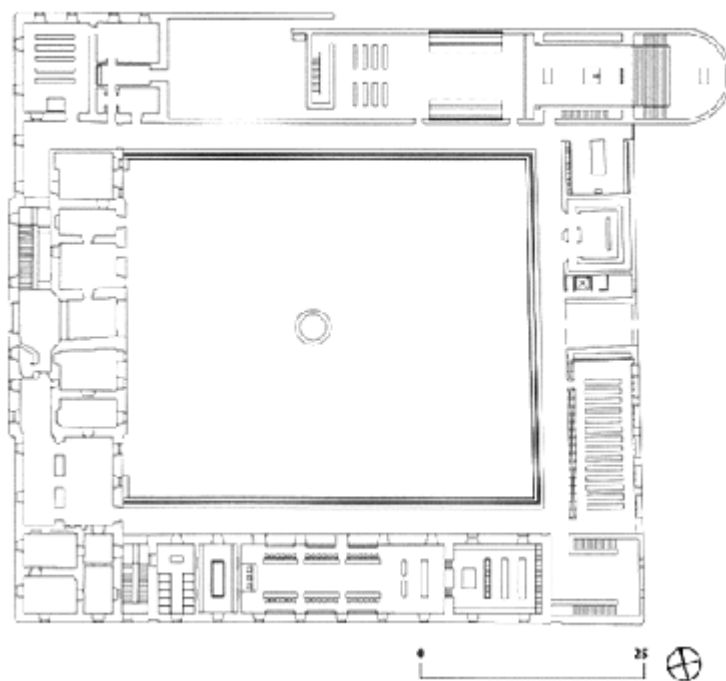


Fig. 167 Plano del Monasterio de Novy Dvur (archivo John Pawson office)

²⁰⁰ Cf. VILLARD DE HONNECOURT; Op. cit.; lám.28

²⁰¹ Cf. FERGUSON, Peter; Op. cit.; 1984; p.78

²⁰² idem; p.pref.



Fig. 168 Monasterio de Novy Dvur, interior del edificio monástico (archivo Monasterio Novy Dvur)



Fig. 169 Monasterio de Novy Dvur, Iglesia
(archivo del Monasterio Novy Dvur)

El proyecto de Pawson para el Monasterio de Novy Dvur y su posterior construcción posibilitaron repensar en términos contemporáneos la tradición cisterciense (Fig. 168 e 169). Es curioso que Pawson haya buscado sus referencias arquitectónicas en el monasterio cisterciense de Le Thoronet

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

(Fig.170) del siglo XII (tal como Le Corbusier) de modo constante, una década antes de aceptar el encargo de Novy Dvur. (Fig. 171)



Fig. 170 Monasterio de Le Thoronet (archivo de la autora)



Fig. 171 Monasterio de Novy Dvur, interior del edificio monástico, Claustro (archivo Monasterio Novy Dvur)

Tal como el plano de San Bernardo, también en el plano de Novy Dvur, la iglesia es el espacio más importante, todavía arquitectónicamente el claustro es el

4. PREMISSAS DO ESPAÇO CISTERCIENSE PORTUGUÊS

corazón de la vida monástica proporcionando el acceso a todos los espacios significativos y necesarios a la comunidad cisterciense, además de la iglesia, la sacristía, la casa capitular, el *scriptorium*, el refectorio, la cocina, la biblioteca. (Fig. 172)



Fig. 172 Monasterio de Novy Dvur, Biblioteca (archivo Monasterio Novy Dvur)

Es así posible que esta espiritualidad cisterciense tenga una materialización arquitectónica y que siga influenciando arquitectos contemporáneos, como John Pawson (Fig. 173), no solo en su obra como también instigándoles a la creación de una arquitectura llena de espiritualidad.²⁰³

300



a



b

Fig. 173 Los dos libros que hacen el puente entre el siglo XII y los arquitectos del siglo XX y XXI. (a) Portada del libro de fotografías de Le Thoronet (fotografiadas por Lucien Hervé) que tanto ha influenciado a Le Corbusier como a JohnPawson. (b) Portada del libro "minimum" obra maestra del pensamiento teórico de John Pawson con referencias recurrentes a la arquitectura cisterciense y su influencia en su obra. (imágenes Phaidon Press)

²⁰³ Ver PAWSON, John ; **Minimum** ; Phaidon Press Limited; 1996

*"El monasterio de Novy Dvur, incluso antes de ser finalizado, supone quizá el más importante acontecimiento religioso y arquitectónico que se ha producido en Europa Central durante este siglo. Quienes lo habiten serán personas dedicadas a la vida contemplativa y aisladas del mundo por su vocación. Dentro de diez, quince o cien años, si los monjes son lo bastante fuertes para mantener viva su fe – y por la gracia de Dios – la comunidad y la arquitectura se habrán fundido como si fueran una sola cosa. Mientras esperamos a que esto suceda permítannos rendir tributo tanto al hombre como al arquitecto por esta obra que sólo puede abrirse parcialmente a la contemplación de otras personas, como la vida de un monje, esencialmente apartada del mundo."*²⁰⁴ (Fig. 174)



Fig. 174 Monasterio de Novy Dvur durante la obra (fotografía de Bruno Rotival)

John Pawson en el discurso respectante a la ceremonia del emplazamiento de la primera piedra de la iglesia de Novy Dvur en el día 21 de Marzo del se refiere a la necesidad de volver hacia el modelo arquitectónico de san Bernardo y del siglo XII.

El arquitecto minimalista inglés refiere también la énfasis cisterciense en la cualidad de la luminosidad y de las proporciones; la simplicidad de los muros y del detalle. (Fig. 175)

²⁰⁴ Cf. **Los Monjes y la Arquitectura – por un monje de la Abadía de Sept-Fons / Novy Dvur** in "John Pawson – Temas y proyectos", Phaidon Press Limited; 2002; pp.72-73



Fig. 175 Monasterio de Novy Dvur: interior del edificio monástico
(archivo John Pawson)



Fig. 176 Monasterio de Novy Dvur: interior del edificio monástico, celas de los monjes
(archivo Éditions Gaud)

John Pawson refiere también que buscará la forma contemporánea una vez que hubiese habido el rigor en la comprensión del modelo cisterciense original. Añade que habrá una continuación en la estética de Novy Dvur de la estética cisterciense original. (Fig. 176)



Fig. 177 Discurso de John Pawson (archivo John Pawson office)

Del mismo modo señala la existencia de una simbólica entre pasado y futuro como afirma el propio arquitecto en su discurso (Fig. 177):

"When I first received the commission from the monks, I knew what I wanted to achieve here at Novy Dvur. It involved going back directly to St Bernard's twelfth century architectural model for the Cistercian order, with its emphasis on the quality of light and proportion, on simple, pared down elevations and detailing. From a rigorous understanding of the essence of this original model, I was sure, would follow the perfect form for its contemporary expression. Some of the architectural vocabulary of Novy Dvur may be new, but there is a strong underlying continuity of aesthetic. The cantilevered design of the cloister, for instance, has no literal precedent in Cistercian architectural history, but is true, I believe, to the spirit of its twelfth century blueprint. (...) The combination of new and old elements has made the project more complicated, breaking the architectural unity which is normal in a monastery, but there is a nice symbolism here in the link between past and future, in the integration of religious life within a secular context." ²⁰⁵

La arquitectura de Nuestra Señora de Novy Dvur es un mezcla de lo antiguo y de lo contemporáneo, del ideal y de la realidad, de lo espiritual y de lo secular, concede la vida al nuevísimo monasterio así como simboliza los cambios en la región donde se inserta.

²⁰⁵ PAWSON, John; **Speech given at the ceremony of laying the first stone for the church at Novy Dvur; Novy Dvur Monastery; Czech Republic; March 21, 2002** (policopiado)

En la arquitectura de John Pawson la luminosidad, la simplicidad, el “*mínimum*” son sobre todo basados en el ideal cisterciense. Así es interesante pensar en esto y al mismo tiempo acordarse de la frase de San Bernardo, en su tratado *De la Consideratione*, con una muy “arquitectónica” definición de Dios cuando escribe: “*Quid est Deus? Longitudo, latitudo, sublimitas et profundum.*”²⁰⁶

Así que podría decirse que Dios podrá ser realmente encontrado en el Monasterio de Pawson, Novy Dvur. Esto es, del Císter del siglo XII hasta el *minimum* del siglo XXI.



Fig. 178 Monasterio de Novy Dvur, Capilla-mor
(archivo Monasterio Novy Dvur)

El monasterio cisterciense de Nuestra Señora de Novy Dvur en la República Checa obtuvo el “*Frate Sole International Prize for Sacred Architecture*” en Octubre del 2008 (Fig. 178).

²⁰⁶ “¿Qué es Dios? Longitud, anchura, altura y profundidad.” Ver *Tratado De Consideratione ad Eugenium Papam* in “*Obras Completas de San Bernardo*”; vol. II; B.A.C; Madrid; 1994, pp.226-227

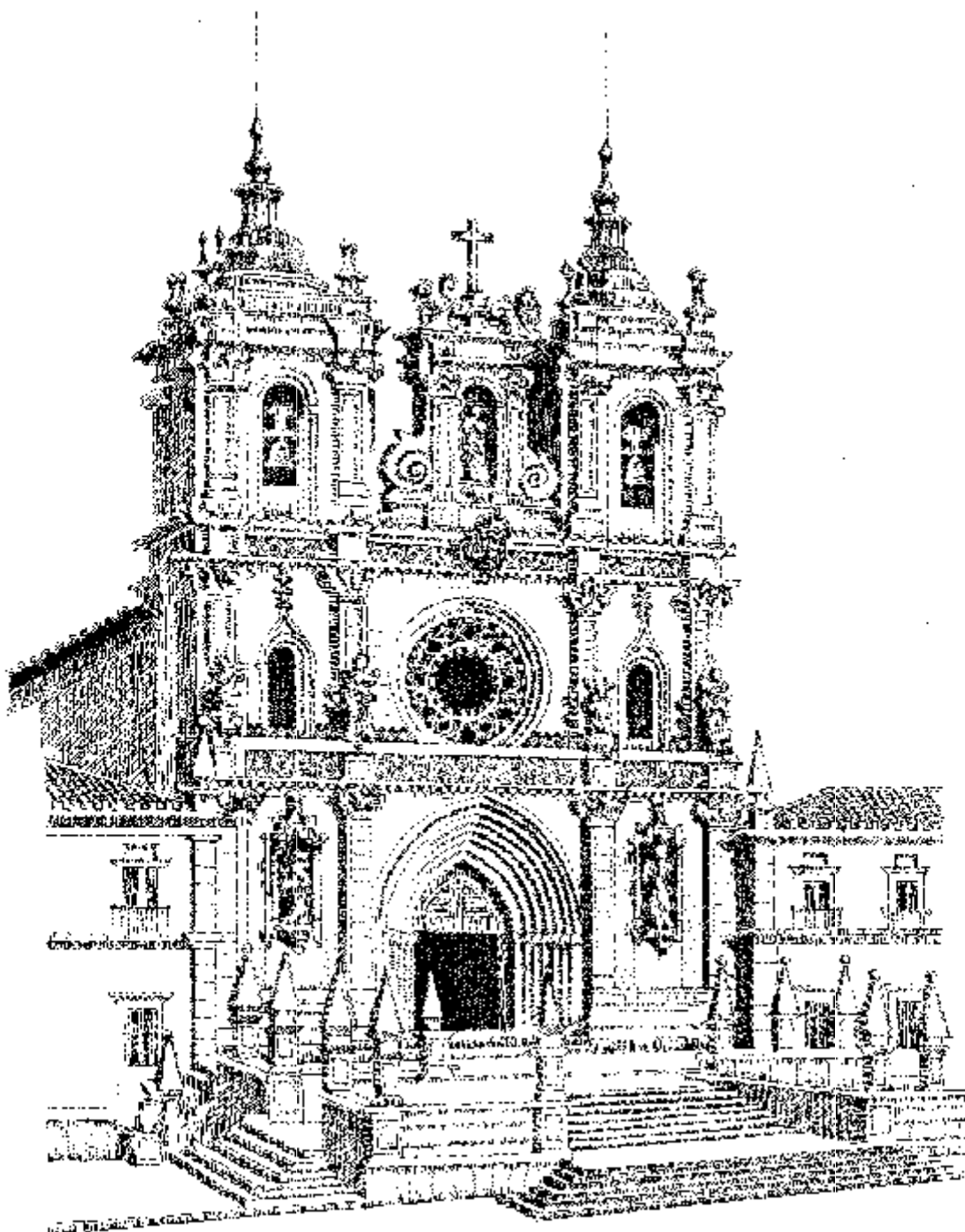


Fig. V Fachada barroca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

5.

5.1. MORFOLOGIA DAS ARQUITECTURAS DE CISTER EM PORTUGAL

5.1.1. *CLAUSTRUM*

5.1.2. *SPIRITUS*

5.1.3. *ANIMA*

5.1.4. *CORPUS*

5.1.5. *DOMUS CONVERSORUM*

5.1.6. *EXTERIOR*

5.2. TIPOLOGIAS DOS MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES

5.2.1. Planimetria dos Mosteiros Cistercienses Portugueses Masculinos

5.2.2. Planimetria dos Mosteiros Cistercienses Portugueses Femininos



5.1.

MORFOLOGIA DAS ARQUITECTURAS DE CISTER EM PORTUGAL

No panorama português, o plano dito bernardino (Fig. 179) encontra-se em cerca de metade dos mosteiros masculinos dos quais é um bom exemplo, o Mosteiro de Alcobaça I. Este Mosteiro, tal como Claraval III, não possuía a ábside circular na sua construção inicial. Quando posteriormente foi necessário aumentar o número de capelas a ábside toma a forma circular (Fig. 180).

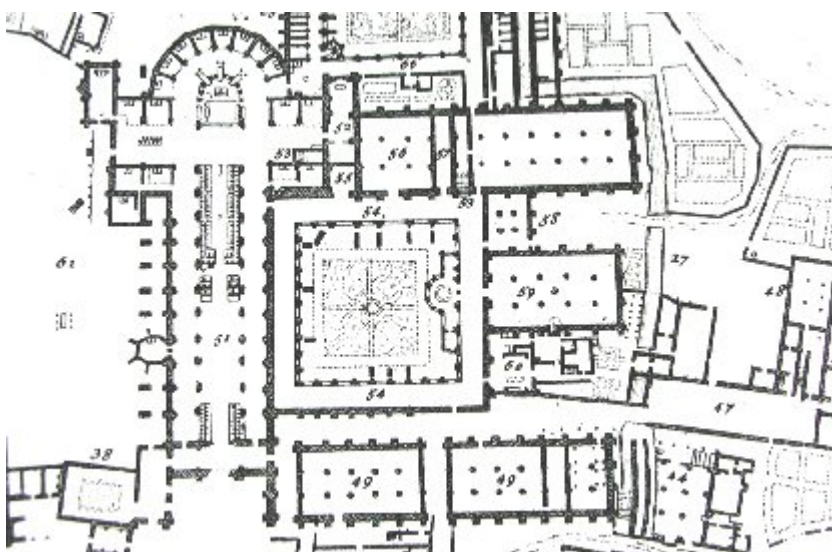


Fig. 179 Planta do Mosteiro de Claraval¹

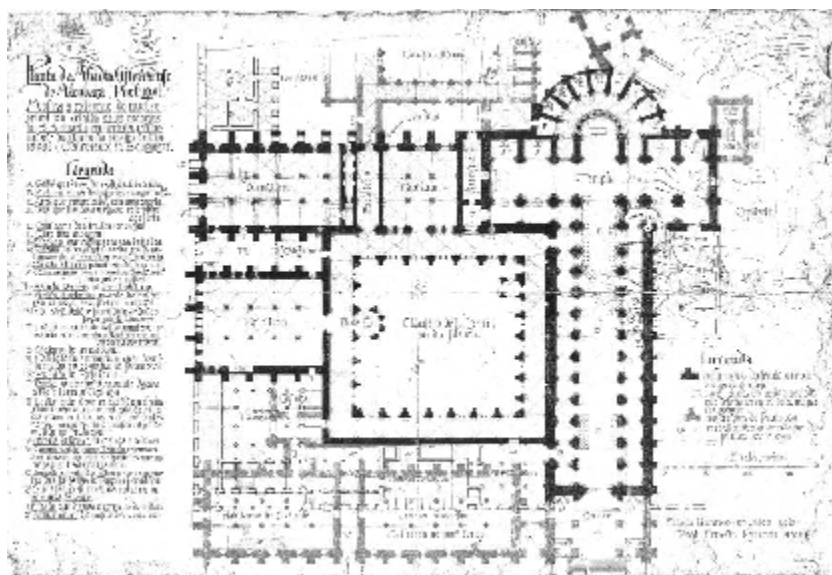
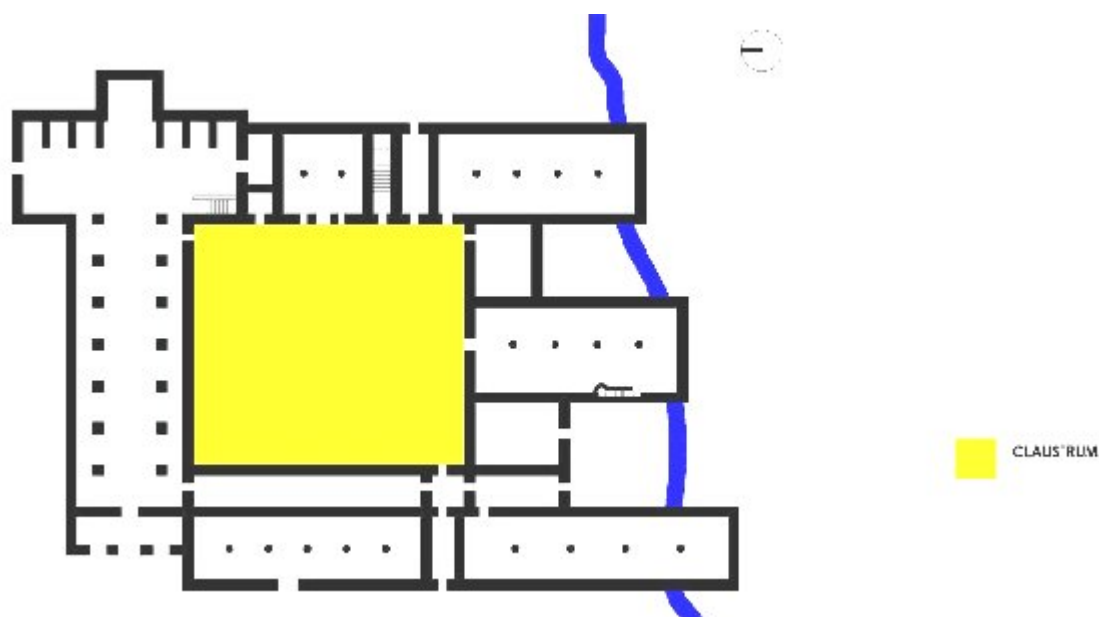


Fig. 180 Planta de Santa Maria de Alcobaça desenhado por Ernesto Korrodi (DGEMN/IRHU)

¹ Imagem parcial retirada de BRAUNFELS, Wolfgang; **Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders**; Thames and Hudson; London 1993; p.80

Segundo L. Pressouyre, a Abadia cisterciense, inserida na sua cerca, apresenta-se como um conjunto coerente e completo, uma obra-mestra do domínio do espaço e da organização social².

5.1.1. **CLAUSTRUM**



308

Esq. 46 Esquematização morfo-tipológica do CLAUSTRUM (elaborado pela autora)

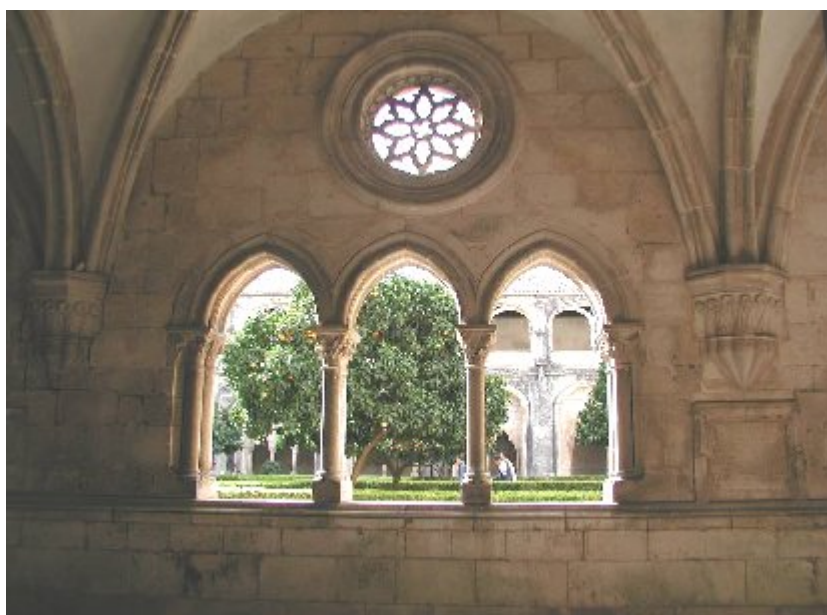
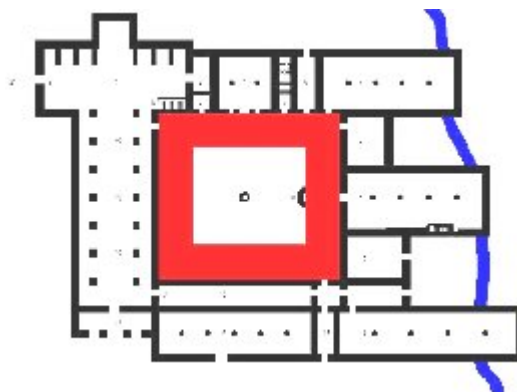


Fig. 181 Claustro Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia autora)

² Ver PRESSOUYRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; n° 95; Ed. Gallimard; Paris; 1998; p.39

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Esq. 47 Esquematização indicativa do claustro
(elaborada pela autora)

O **claustro**³ (Esq. 47) é o epicentro do edifício monástico, em termos de desenho e de funcionalidade. Como refere Terryll Kinder, “Il chiostro è il cortile più interno dell'abazia, il cuore del monastero”.⁴ É o elemento de ligação entre todos os espaços arquitectónicos do mosteiro, é também o elemento que proporciona a luz natural (vital e espiritual) que ilumina parte do edificado monástico. Deriva do latim *claustrum*, ou seja algo de fechado, ou algo que possa fechar (Fig.181).



Fig. 182 Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

³ Para a definição de Claustro ver: BANGO, Isidro; **El monasterio medieval**; Ed. Anaya; Madrid; 1990; pp. 44-45 / KINDER, Terryll N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998; pp. 75-87 / KINDER, Terryll N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / BORGES, Nelson Correia; **Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)** in MUSEU; IV série; n°7; 1998; pp. 34-42; TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995; pp.100-102

⁴ KINDER, Terryll N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998;p. 75

O claustro permite dar resposta, em termos arquitectónicos, às mais variadas exigências comunitárias. Era no claustro que os monges se encontravam antes e depois do trabalho, era nele que faziam as suas leituras e seguiam as procissões sendo neste ultimo caso como que um prolongamento da Igreja (Fig.182).

Apresenta-se como uma obra-prima da organização e da simplicidade cistercienses. Como refere Tobin:

*"C'est un chef-d'œuvre d'organisation pratique, élevé à une nouvelle dignité par la simplicité que lui confère la Conception cistercienne. Situé sur le côté sud de l'église, chaque fois que c'est possible afin de tirer parti au maximum de la lumière naturelle, le cloître est souvent une structure de bois en appentis, que l'on remplace par une construction de pierre une fois tous les autres bâtiments du monastère achevés."*⁵

Através das suas galerias liga-se à ala dos monges, dos conversos, do corpus e à igreja que é para a espiritualidade do mosteiro o epicentro. A sua função era essencialmente de circulação e não de atravessamento do espaço aberto.

Os claustros medievais tinham um conceito de espaço extremamente fechado, pois as arcadas que se abriam para os pátios eram assentes em elevados parapeitos (Fig. 183).



Fig. 183 Mosteiro de Santa Maria de Celas (a) e Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (b)
(fotografias da autora)

⁵ TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995 ; pp.100-102

O espírito renascentista altera esta situação ao dotar o claustro de “construções à escala terrestre” (Fig. 184) como refere Nelson Correia Borges:

“(...) o Renascimento, com as suas construções à escala terrestre, celebrativas da luz da inteligência humana, vem introduzir o espírito de livre fruição do espaço, convidando a entrar e a sair. Esta característica é que torna os claustros verdadeiramente modernos.”⁶

No entanto a modernidade dos claustros foi definitivamente afirmada com o claustro do Mosteiro de S. Mamede de Lervão onde as arcadas comungam já do espírito inovador do Renascimento.⁷



Fig. 184 Mosteiro de S. Mamede de Lervão (fotografia da autora)

Relativamente à tipologia dos claustros⁸, que ainda existem nos mosteiros cistercienses portugueses, podemos dividi-los essencialmente em cinco tipos:

I. Arcadas sequentes sobre colunas:

Este tipo de claustro é composto por arcadas de ritmo sequente assentes sobre colunas. São deste tipo os claustros dos Mosteiros de Santa Maria das Júnias, de S. Dinis de Odivelas, de S. Mamede de Lervão e de Santa Maria do Bouro (Fig. 185).

⁶ BORGES, Nelson Correia; Op.cit.; pp. 35-36

⁷ Idem; p. 36

⁸ Ibidem; pp. 36-38



Fig. 185 Claustros com arcadas do tipo I: Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (a), Mosteiro de Santa Maria do Bouro(b), Mosteiro de Santa Maria das Júnias (c) Mosteiro de S. Mamede do Lorvão (d). (fotografias da autora)

II. Arcadas sequentes sobre dupla coluna:

Este tipo de claustro é composto por arcadas de ritmo sequente assentes sobre colunas duplas. São deste tipo os claustros dos Mosteiros de Santa Maria de Celas e de Santa Maria de Almoester (Fig.186).

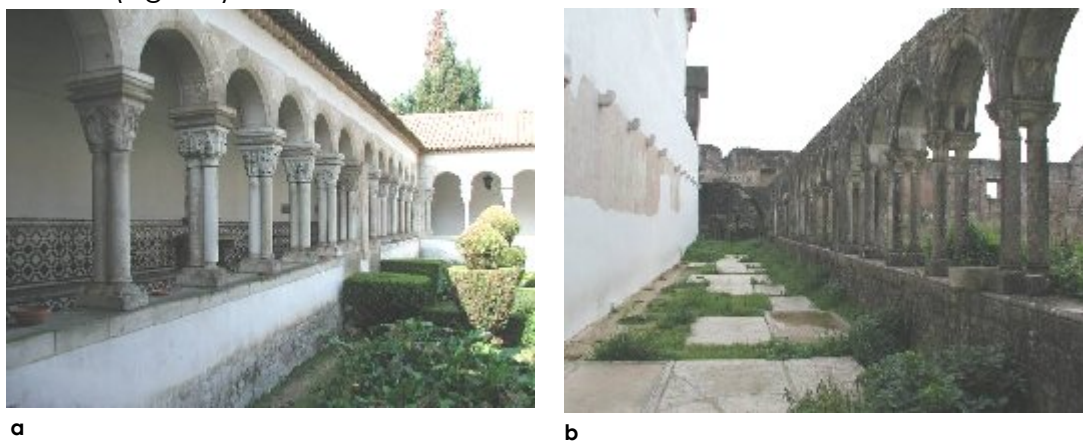


Fig. 186 Claustros com arcadas do tipo II: Mosteiro de Santa Maria de Celas (a) e Mosteiro de Santa Maria de Almoester (b). (fotografias da autora)

III. Arcadas não sequentes com arcatura geminada

Este tipo de claustro é composto por arcadas não sequentes com arcatura geminada devido à necessidade de se utilizarem, pilares ou contrafortes que sustivessem a cobertura abóbada. Surge assim uma cadência ritmada de arcos geminados que se apoiam em colunas (que podem ser duplas ou não) entre cada pilar ou entre cada contraforte. Este é o caso dos Claustros dos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, de S. Bento de Cástris e de S. Bernardo de Portalegre (Fig. 187).



Fig. 187 Claustros com arcadas do tipo III: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça(a, b), Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (c, d) e Mosteiro de S. Bento de C (e, f). (fotografias da autora)

IV. Arcadas sequentes sobre pilares:

Este tipo de claustro é composto por arcadas de ritmo sequente assentes sobre pilares. São deste tipo os claustros dos Mosteiros de S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Salzedas, Santa Maria de Maceira Dão, S. Pedro das Águias (o novo), S. Pedro e S. Paulo de Arouca, Santa Maria de Seiça, Nossa Senhora de Nazaré do Mocambo, Nossa Senhora do Desterro e do Colégio do Espírito Santo (Fig. 188).



Fig. 188 Claustros com arcadas do tipo IV: Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões(a), Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (b), mosteiro de S. Pedro das Águias (o novo) (c), Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (d), Mosteiro de Santa Maria de Seiça (e), Mosteiro de Nossa Senhora de Nazaré do Mocambo (f), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (g), Colégio do Espírito Santo (h)e Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (i). (fotografias da autora, excepto fotografias d, e, i: DGEMN/IHRU)

V. Colunata sob arquitrave:

Este tipo de claustro é composto por uma colunata de ritmo sequente sobre a qual assenta uma arquitrave. Este tipo de claustro, dentro dos mosteiros cistercienses portugueses, apenas aparece no Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (Fig. 189).



Fig. 189 Claustros com arcadas do tipo V: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (a,b). (fotografias da autora)

De facto, a funcionalidade do claustro é essencial ao cumprimento da vida cíclica vivida pelos monges ou monjas em clausura, como refere Nelson Correia Borges:

*“Comunicando com o ar livre, mas abrigado do pátio interno, as suas galerias porticadas constituíam um resguardo para os ardores do verão e o vento gélido do inverno. Por ali circulam os monges durante o dia para cumprir os preceitos da regra, dirigindo-se à igreja ou às diversas dependências claustrais que se articulam à sua volta. Ali se reúnem antes e depois do trabalho. Nos tempos livres ali passeiam, meditam e rezam”*⁹

Muitos dos mosteiros cistercienses portugueses, na sua génese não possuíam **sobreclaustro**.¹⁰ No entanto com o decorrer do tempo começaram a surgir galerias, abertas ou fechadas, sobre o piso térreo a que corresponde o claustro.

O sobreclaustro passava assim a fazer parte da fachada arquitectónica do próprio claustro.

Quanto à tipologia dos sobreclaustros, que se podem ainda observar nos mosteiros cistercienses portugueses, podemos dividi-los essencialmente em três tipos:

⁹ BORGES, Nelson Correia; Op. cit; p. 39

¹⁰ Para a definição de sobreclaustro ver: BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; pp. 38-39

I. Entablamento recto sobre colunas assente em parapeito

Este tipo de sobreclaustro é composto por um entablamento recto que assenta directamente sobre colunas ou colunelos que por sua vez assentam em parapeito ou balaustrada. O parapeito pode apresentar-se como um pano contínuo, como é o caso do sobreclaustro do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, ou como um pano com aberturas ritmadas ou balaústres como é o caso do sobreclaustro do Mosteiro de S. Mamede do Lorvão (Fig. 190).



Fig. 190 Sobreclaustros do tipo I: Mosteiro S. Mamede do Lorvão (a) e Mosteiro de Santa Maria de Seiça (b).
(a. fotografia da autora, b. fotografia DGEMN/IHRU)

316

II. Arcatura geminada sobre colunas assentes em parapeito

Este tipo de sobreclaustro é composto por uma arcatura geminada, assente numa coluna ou colunelo que assenta directamente em parapeito. A arcatura encontra-se confinada entre pilares ou contrafortes. O parapeito apresenta-se como um pano contínuo. São deste tipo os sobreclaustros dos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, S. Bernardo de Portalegre e S. Bento de Cástris (Fig. 191).



Fig. 191 Sobreclaustros do tipo II: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (a), Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (b) e Mosteiro de S. Bento de Cástris (c). (fotografias da autora)

III. Pano de parede rasgado por janelões

Este tipo de sobreclaustro é composto por um pano de parede contínuo que é rasgado por janelões podendo seguir (ou não) o ritmo previamente marcado pelo claustro. São deste tipo os sobreclaustros dos Mosteiros de Santa Maria de Salzedas, S. Cristóvão de Lafões e S. Pedro das Águias (o novo). Este último é o único que não concilia as aberturas do sobreclaustro com a métrica do claustro, ao contrário dos dois exemplos referidos anteriormente (Fig.192)



Fig. 192 Sobreclaustros do tipo III: Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (a), Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (b) Mosteiro de S. Pedro das Águias (o novo) (c). (fotografias da autora)

IV. Mimetismo Claustral

Este tipo de sobreclaustro é composto por uma réplica do claustro utilizando apenas uma guarda em ferro forjado (note-se que este sobreclaustro corresponde já à intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos (DGEMN) na 1ª metade do século XX. Este exemplo, no âmbito dos mosteiros cistercienses portugueses, apenas se encontra no Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (Fig. 193).

317



Fig. 193 Sobreclaustros do tipo IV: Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca. (a) durante a execução do sobreclaustro, (b) sobreclaustro resultado da reconstrução final (fotografias DGEMN/IHRU)

V. Galeria aberta

Este tipo de sobreclaustro é composto por uma galeria, a céu aberto e avarandada, que possuía um parapeito constituído por um pano contínuo podendo ter (ou não bancos) adjacentes ao mesmo (Fig.194). São deste tipo os sobreclaustros dos Mosteiros S. Dinis de Odivelas, de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo e de S. Bento de Cástris. Este último possui os referidos bancos corridos e adjacentes ao lado interno do parapeito contínuo. É de salientar que o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, intervencionado pela Câmara Municipal de Lisboa no final do século XX, possui um pano contínuo que constitui o parapeito da galeria. No entanto, de modo ritmado de acordo com a cadência das arcadas claustrais, surgem esgrafitos¹¹ simulando guardas de ferro forjado através do recurso a este tipo de tratamento cromático, tão característico de algumas cidades do Sul de Portugal, como é o caso de Évora. O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas é a excepção à regra, uma vez que é desprovido de parapeito, apresentando apenas uma guarda de barras metálicas verticais (Fig. 195).



Fig. 194 Sobreclaustros do tipo V: Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (a, b), Mosteiro de S. Bento de Cástris (c,d) (fotografias da autora, excepto (d): DGEMN/IHRU)

¹¹ Sobre esgrafitos consultar para mais informação AGUIAR, José; **Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património**; Publicações FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2002



Fig. 195 Sobreclaustros do tipo V: Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (fotografia da autora)

De facto, com o decorrer do tempo a arquitectura palaciana (Fig.196) começa a impor-se sobre as regras arquitectónicas monásticas ao ser necessário expandir os espaços do mosteiro bem como possibilitar a fluida circulação nesses mesmos espaços. Refere Nelson Correia Borges:

*"A influência palaciana é cada vez mais notória, à medida que o tempo avança e os edifícios monásticos vão crescendo e multiplicando as dependências, criando por vezes pátios e claustros secundários. O avanço e assentamento dos beirados lembra a arquitectura civil, mas ainda no decorrer de Seiscentos e ao longo de todo o século XVIII, o sobreclaustro seculariza-se, em pouco deferindo das fachadas das casas nobres urbanas, com janelas de sacada e ferros de barra, em vez das anteriores galerias avarandadas"*¹²

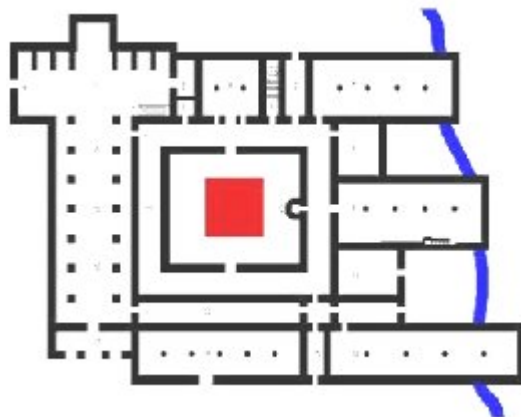
¹² BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p. 39



Fig. 196 Janela do sobreclaustro do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografia da autora)

Note-se que o claustro é para a arquitectura monástica o epicentro e local com que todos os espaços confinam. É através dele que os monges fazem a sua circulação cumprindo a Regra. Como refere Nelson Correia Borges:

*“O claustro assume-se como o coração de toda a estrutura monástica, como uma força centrípeta e ordenadora, dentro da arquitectura monástica, em volta da qual se congregam todos os restantes elementos necessários a que a vida religiosa siga o seu curso regular.”*¹³



Esq. 48 Esquematização indicativa da fonte do claustro (elaborada pela autora)

¹³ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p. 34

O espaço central é geralmente quadrangular sendo ocupado por um jardim ou por um espaço verde. Nele encontra-se a marcar a sua centralidade, uma **fonte** (Esq. 48).

No que respeita a este elemento preponderante na arquitectura cisterciense pode-se afirmar que com o decorrer do tempo ganhou contornos cada vez mais complexos aproximando-se mesmo da obra escultórica. Por esse motivo os exemplares encontrados actualmente nos mosteiros cistercienses portugueses podem ser classificados de dois tipos:

I. Simples

São deste tipo as fontes que mantêm a sua horizontalidade sobre a sua verticalidade, podendo possuir repuxos de água ou não. São também aquelas que se aproximam mais do conceito de poço do que de fonte. Destas últimas fazem parte as fontes dos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça e de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo pelos seus contornos circulares e de reduzida elevação. Pertencem de igual modo a este tipo as fontes dos Mosteiros de Santa Maria de Celas e de Santa Maria do Bouro (Fig. 197).



Fig. 197 Fontes tipo I.: Mosteiro de Santa Maria do Bouro (a), Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (b), Mosteiro de Santa Maria de Celas (c), Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (d) (fotografias da autora)

II. Complexa

São deste tipo as fontes constituídas com elementos complexos, preponderantemente escultóricos, e que são contrapostas, na sua centralidade, por um elemento vertical que poderia possuir repuxos de água, ou não. São deste tipo as fontes dos Mosteiros de São Pedro das Águias (o novo), S. Pedro e S. Paulo de Arouca, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, S. Bento de Cástris, S. Bernardo de Portalegre, S. Dinis de Odivelas, Santa Maria de Aguiar, S. Mamede do Lorvão e S. Cristóvão de Lafões (Fig. 198)

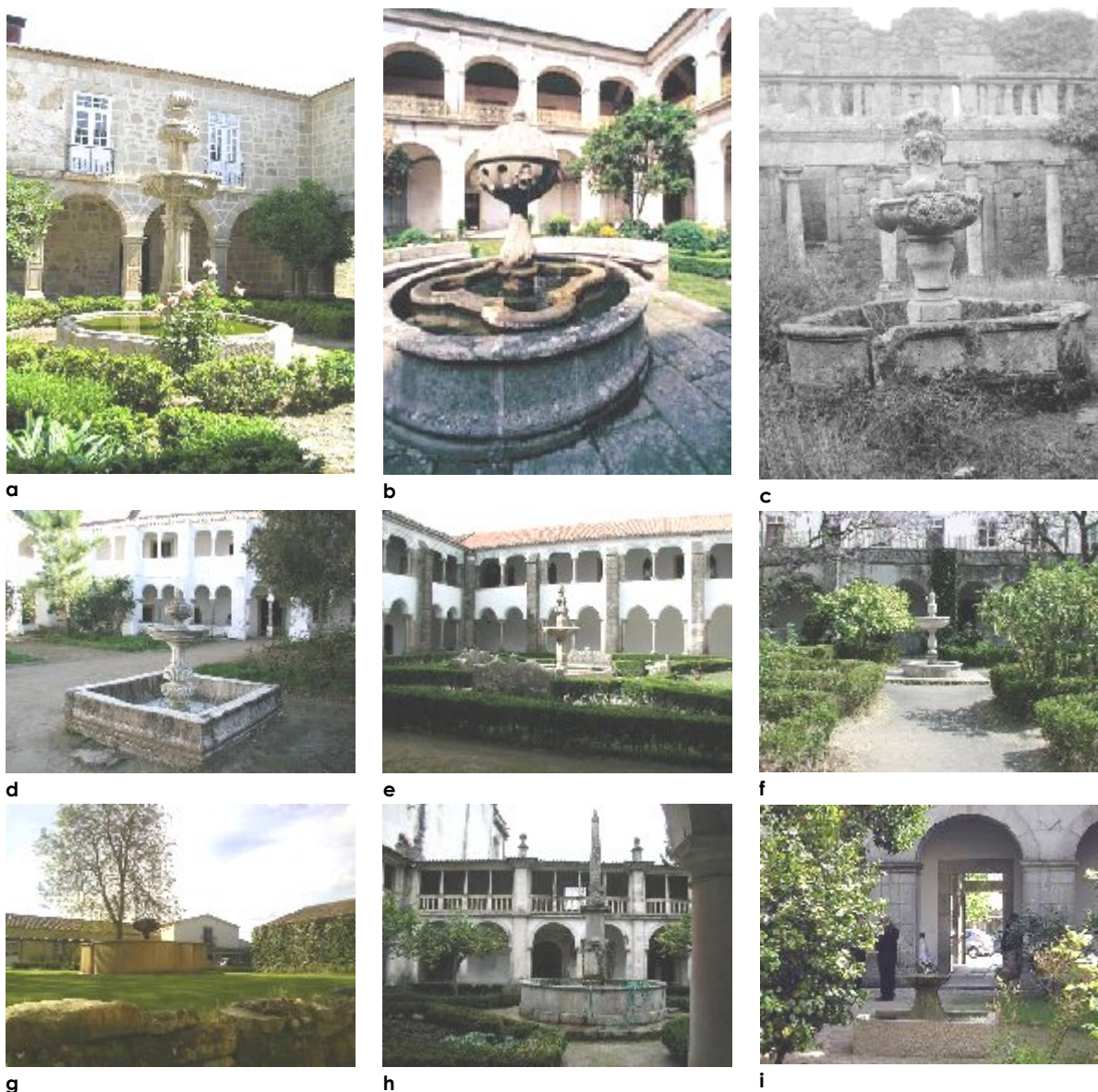
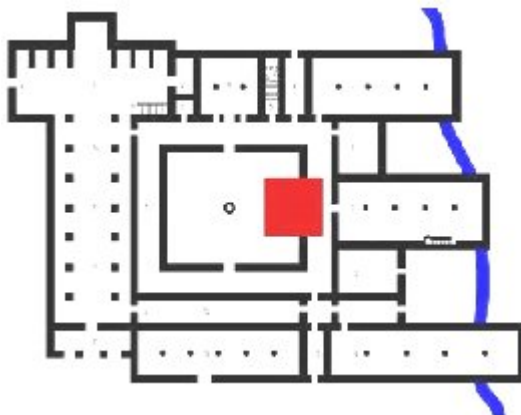


Fig. 198 Fontes tipo II.: Mosteiro de S. Pedro das Águias (o novo) (a), Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (b), Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (c), Mosteiro de S. Bento de Cástris (d), Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (e), Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (f), Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (g), Mosteiro de S. Mamede do Lorvão (h), Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (i). (fotografias da autora, excepto (b) Ed. Gaud, (c) DGEMN/IHRU)



Esq. 49 Esquematização indicativa do lavabo
(elaborada pela autora)

O **Lavabo** ou *lavatorium*¹⁴ encontra-se junto ao refeitório em pleno claustro acomodando-se de uma maneira geral ao vão de uma arcada da galeria do claustro diante do refeitório (Esq. 49) de modo a permitir que os monges pudessem fazer aqui as suas abluções (Fig. 201). Também aqui, além de necessária, a imagem da água era simbólica como refere Terry Kinder:

*"Poche cose danno un immediato senso di pace, abbondanza e ristoro come una fontana zampillante. Dal punto de vista spirituale, l'immagine dell'acqua come fonte di vita e strumento di rinnovamento è ricorrente nell'immaginario cristiano. (...) La fontana (...) forniva una sorgente d'acqua pura all'interno dell'abbazia, talvolta l'unica."*¹⁵

323

De igual modo, como tantos outros elementos do espaço monástico, englobando os elementos constituintes dos mosteiros cistercienses portugueses, vão sendo alterados e adaptados com o decorrer do tempo. De facto podem-se considerar dois tipos de lavabos nos mosteiros cistercienses portugueses:

I. Complexo

São deste tipo os lavabos que sobressaem das arcadas claustrais encontrando abrigo numa construção geralmente octogonal. No seu interior encontra-se uma fonte, que pode possuir de um a três níveis, na sua altura. Como refere Tobin, esta construção desapareceu de quase todos os mosteiros cistercienses (não só dos portugueses) talvez devido à sua fragilidade.¹⁶ No panorama dos mosteiros cistercienses portugueses este exemplo apenas pode ser encontrado no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Fig. 199).

¹⁴ TOBIN, Stephen; Op. cit. ; p.116

¹⁵ KINDER, Terry N.; Op. cit. ; 1998;p83

¹⁶ TOBIN, Stephen; Op. cit ; p.116

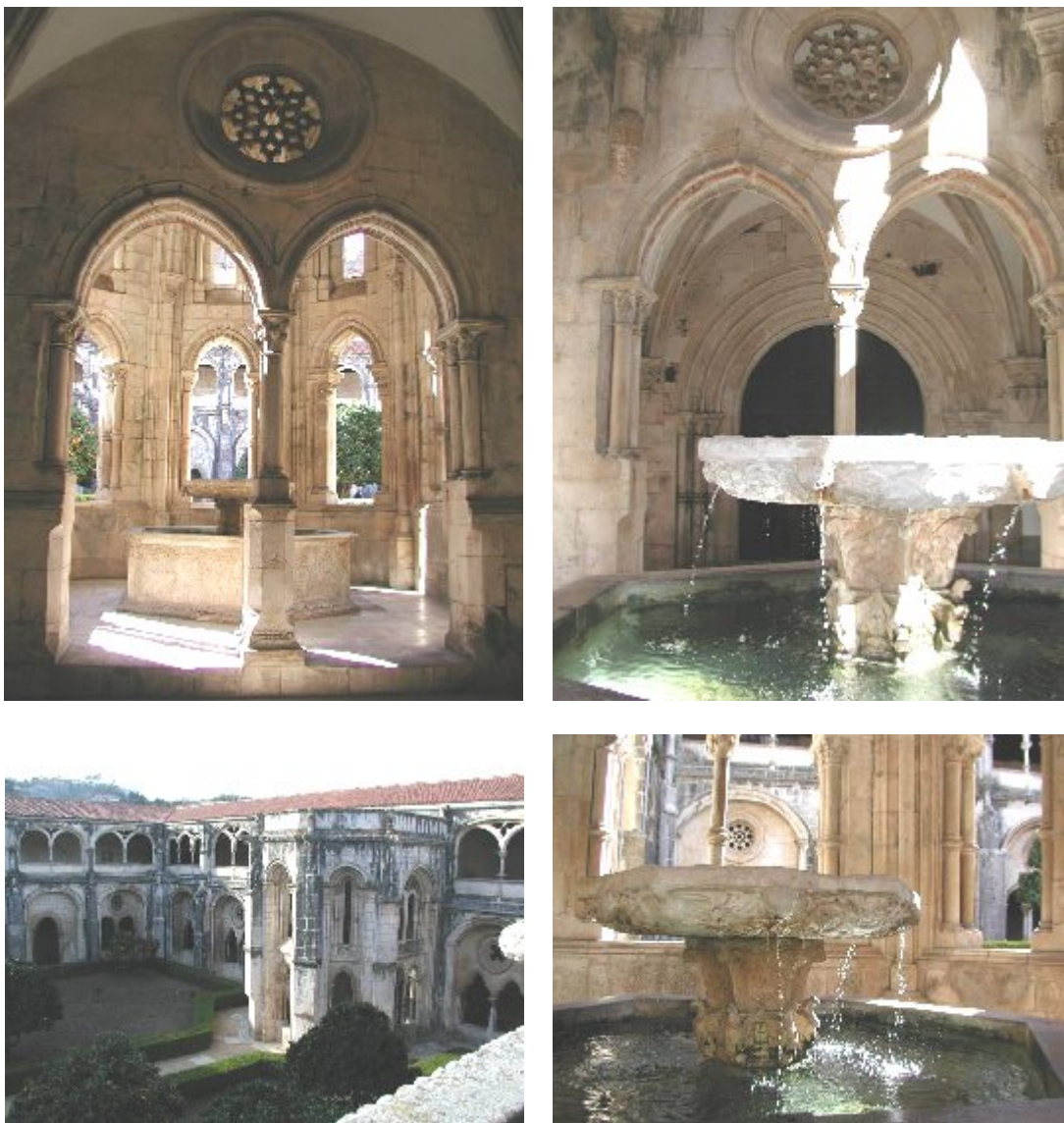


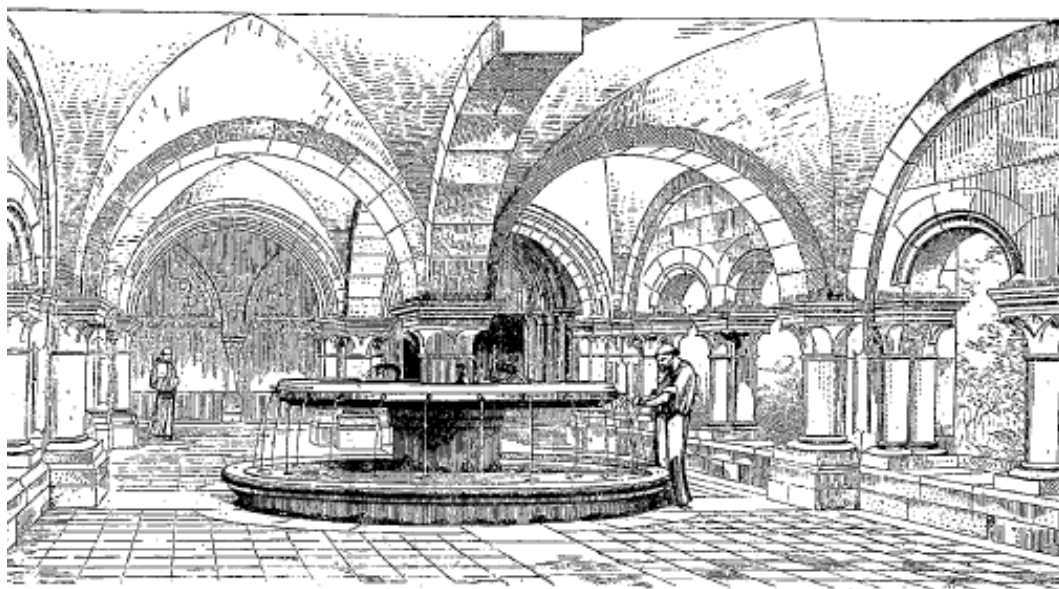
Fig. 199 Lavabo tipo I.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografias da autora)

II. Simples

São deste tipo os lavabos que se acomodaram ao pano de parede próximo do refeitório, deixando de ter o destaque inicial do volume que sobressaía, de entre o espaço claustral imediatamente fronteiro ao refeitório, e reduzindo-se a uma simples estrutura que apenas aparava a água corrente quando se abriam as torneiras. Estes lavabos são os que mais subsistem nos mosteiros cistercienses portugueses. São deste tipo os lavabos dos Mosteiros de Santa Maria de Maceira Dão, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Salzedas, S. Bento de Cástris e de Santa Maria do Bouro (Fig. 200).



Fig. 200 Lavabo tipo II.: Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (a), Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa(b), Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (c), Mosteiro de Santa Maria do Bouro (d, e), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (e), Mosteiro de S. Bento de Cástris (f) (fotografias da autora)



326

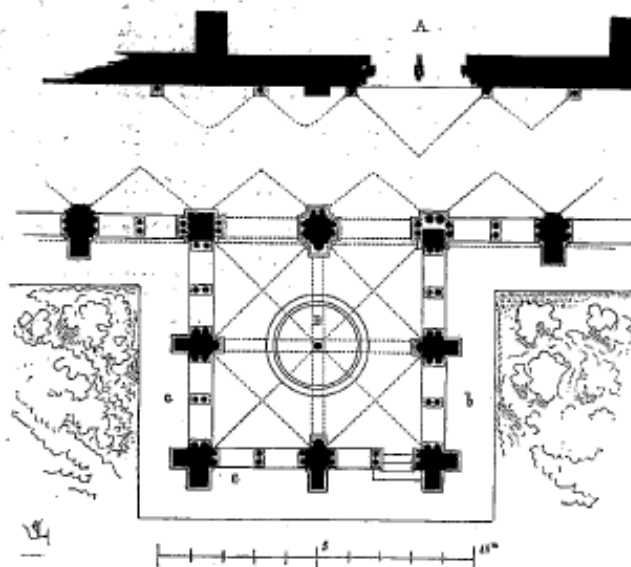


Fig. 201 Perspectiva e respectivo plano do lavabo de Fontenay, segundo desenho de Viollet-le Duc¹⁷

¹⁷ Imagem retirada de BAGULE, Lucien; **L'Abbaye de Fontenay et l'architecture cistercienne**; A. Rey Imprimeur-Éditeur; Lyon 1912 ; p.36

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

O jardim claustral (Fig. 202) ou "*hortus conclusus*" era o local onde muitas vezes se cultivavam hortas e plantas medicinais para as boticas, árvores de fruto, flores para os altares (Fig. 203).



Fig. 202 Laranjeiras do pátio do claustro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)



Fig. 203 Pátio do claustro do Mosteiro de S. Bento de Cástris (fotografia da autora)

Com o Renascimento o jardim claustral é dotado de um certo “ar urbanizado” (Fig. 204) apresentando passeios lajeados, muretes que conformam os canteiros.¹⁸ (Fig. 205)



Fig. 204 Pátio do claustro do Mosteiro de Santa Maria de Celas (fotografia da autora)



Fig. 205 Pátio do claustro do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografia da autora)

¹⁸ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p. 41

Actualmente os jardins claustrais dos mosteiros cistercienses portugueses estão demasiado modernizados e adulterados pela contemporaneidade, ou então pelo seu abandono, e desprovidos do seu uso inicial, pelo que não é possível tipificá-los.

No que respeita aos claustros medievais, não cistercienses, em geral Nelson Correia Borges refere que:

*"O simbolismo do claustro era muitas vezes, na época medieval, sublinhado através da escultura e dos vitrais. A escultura confinava-se em geral aos capitéis, mas por vezes, revestia os fustes das colunas, assumindo também a forma de relevos autónomos e de escultura de vulto. Normalmente a temática versava motivos alusivos aos fundadores das ordens, aos apóstolos, modelos de vida comunitária, à vida de Cristo e da Virgem, às virtudes."*¹⁹

No entanto, alguns mosteiros cistercienses portugueses adoptaram o cunho da sua época, e da região onde se inseriam, abraçando algum simbolismo confinado aos capitéis como é o caso do Mosteiro de Santa Maria de Celas com os seus capitéis historiados, do séc. XIV, que apresentam cenas da vida de Cristo (Fig. 206).



Fig. 206 Capitéis historiados do claustro do Mosteiro de Santa Maria de Celas (fotografia da autora)

¹⁹ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p. 41

Com o advento da época moderna surgem as ordens clássicas e a expressão iconográfica é levada para capelas devocionais (Fig. 207 e 208). Como igualmente refere Nelson Correia Borges:

*"A temática era, em geral, alusiva aos patriarcas das ordens, mas aparecem igualmente cenas da paixão de Cristo, da vida dos Santos e alegorias morais. Sempre funcionou como elemento indutor de misticismo, fervor religioso e propiciador de meditação e oração. (...) O significado místico e contemplativo, vindo da época medieval, encontrou nas capelas e nas paredes a ampliação que a espiritualidade seiscentista e setecentista lhe conferiu."*²⁰



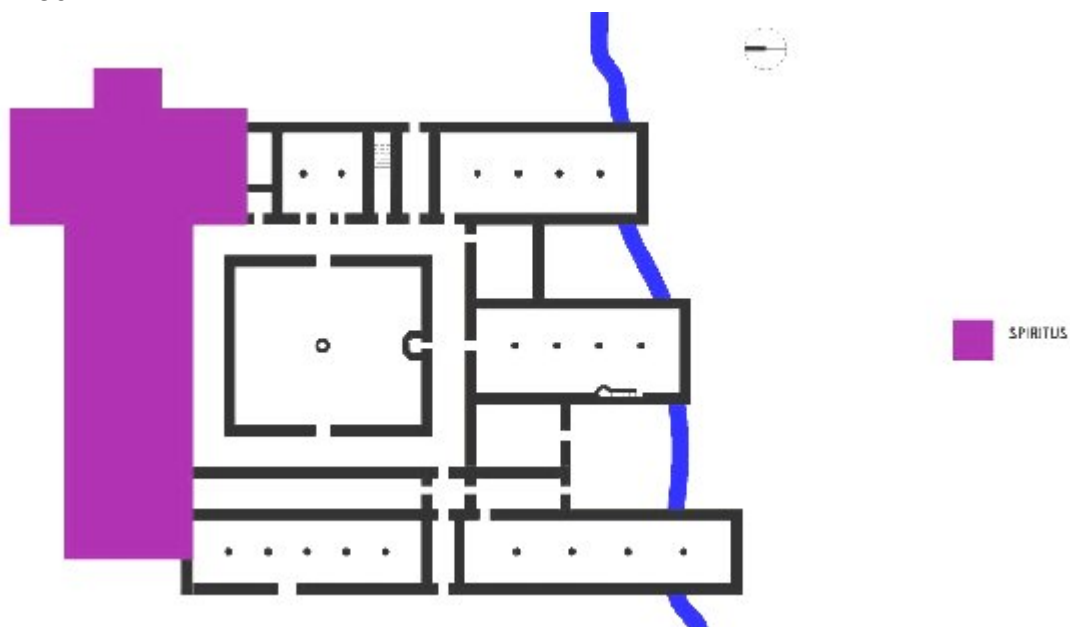
Fig. 207 Capela devocional no claustro do Mosteiro de S. Mamede do Lorvão (fotografia da autora)

²⁰ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p. 42



Fig. 208 Capela devocional no claustro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

5.1.2. *SPIRITUS*

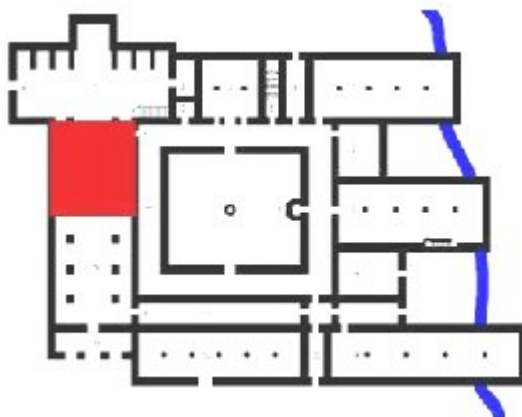


Esq. 50 Esquematização morfo-tipológica do *SPIRITUS* (elaborado pela autora)

Se o Claustro (Esq. 50) é o epicentro do Mosteiro, em termos arquitectónicos e funcionais, a **Igreja**²¹ é o coração, o epicentro do “corpus” monástico, isto é, o coração que faz pulsar o sangue que flui para o “ora et labora”, é o centro anímico e espiritual do mosteiro. A igreja encontrava-se orientada em direcção ao levantar do sol, ao oriente, e era implantada no ponto mais elevado do vale. A sul encontravam-se ancoradas as demais dependências monásticas.

De um modo geral a igreja cisterciense possui uma planta em cruz latina, disposta na maior parte dos casos no lado norte do mosteiro, assim como apresenta uma ábside direccionada a oriente. Como refere Tobin:

*“L'abbatiale cistercienne garde du plan bénédictin la croix latine, remplaçant l'abside semi-circulaire de la tradition bénédictin et le plus récent déambulatoire en demi-cercle avec ses chapelles absidiales d'inspiration clunisienne, par un chœur de petite taille à chevet carré”*²²



Esq. 51 Esquematização indicativa do coro dos monges
(elaborada pela autora)

Deste modo, em forma de cruz latina, a igreja era composta geralmente por três naves sendo a nave central subdividida no **coro dos monges** (*chorus monachorum*), antes do transepto (Esq. 51), e no **coro dos conversos** (*chorus conversorum*). (Fig. 209)

O coro dos monges ocupa assim as primeiras arcadas da nave central, diante da capela-mor, e presbitério (Fig. 210 - 211), seguindo-se o coro dos

²¹ Para a definição de Igreja ver: BANGO, Isidro; **El monasterio medieval**; Ed. Anaya; Madrid; 1990; pp. 42-43 / KINDER, Terry N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998; pp. 89 - 131 / KINDER, Terry N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / BORGES, Nelson Correia; **Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)** in MUSEU; IV série; n°7; 1998; pp. 53 - 55; TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995; pp. 88 - 100

²² TOBIN, Stephen; Op. cit; p. 88

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

conversos (ou também apelidado de retrocoro), que se encontrava separado por uma tribuna ou jubeu.



Fig. 209 Coro: (a)Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (b) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (c) Mosteiro de S. João de Tarouca; (d) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca; (e) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão; (f,i) Mosteiro de Santa Maria de Cós; (g) Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre – coro inferior; (h) Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre – coro superior (fotografias da autora, excepto d: fotografia DGEMN/IHRU)

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



a



b



c



d



e



f



g



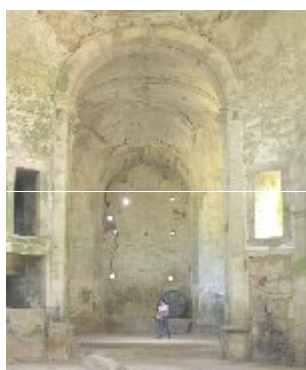
h



i



j



k



l



m



n

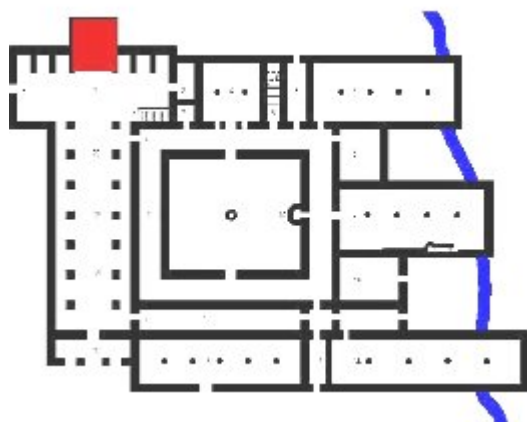


o

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Fig. 210-211 Altar-mor / Presbitério: (a)Mosteiro de Santa Maria de Fiães; (b) Mosteiro de Santa Maria de Ermelo; (c) Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (d) Mosteiro de S. Pedro das águias, o novo; (e) Mosteiro de S. Pedro das Águas, o novo; (f) Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa; (g) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca; (h) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (i) Mosteiro de S. João de Tarouca; (j) Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões; (k) Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão; (l) Mosteiro de Santa Maria da Estrela; (m) Mosteiro de Santa Maria de Seiça; (n) Mosteiro de Santa Maria das Júnias; (o) Mosteiro de Santa Maria de Aguiar; (p) Mosteiro de Santa Maria de Celas; (q) Mosteiro de Santa Maria de Cós; (r) Mosteiro de Santa Maria de Almôster; (s) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão; (t) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (u) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; (v) Mosteiro de S. Bento de Cástris; (w) Mosteiro de Nossa Senhora de Nazaré do Mocambo; (x) Mosteiro de S. Paulo de Almaziva (fotografias da autora, excepto fotografias DGEMN/IHRU: d,e,f,m,n,x)



Esq. 52 Esquematização indicativa da capela-mor
(elaborada pela autora)

Presbitério (presbiterium) é também o nome pelo qual se designa a Capela-mor, ou melhor o espaço que circunda o altar-mor (Esq. 52), e que ganha importância sobretudo a partir do século XVI, no seguimento do Concílio de Trento (1545-1563), assim como outros elementos tais como o púlpito, as capelas laterais e o órgão.²³ (Fig. 212)

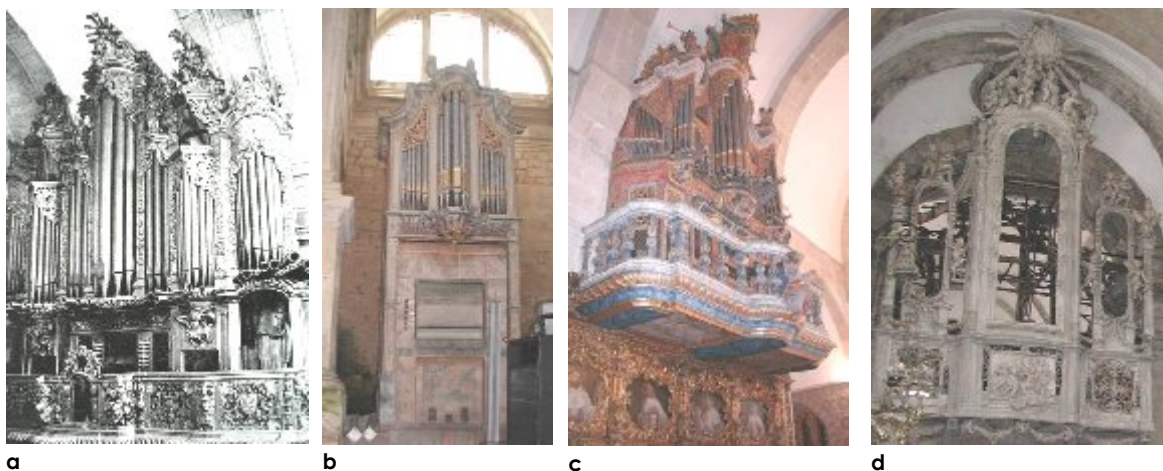


Fig. 212 Orgãos: (a) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca; (b) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (c) Mosteiro de S. João de Tarouca; (d) Mosteiro de S. Mamede de Lervão (fotografias da autora)

O **Jubeu** separa assim os coros de monges e de conversos sendo o local a partir do qual se cantavam os salmos de Vigílias e se faziam as leituras da Epístola e do Evangelho. Jubeu provém da frase latina "*Jube, Domine, benedicere*" que era pronunciada pelo leitor quando subia a este elemento e, antes de iniciar a sua leitura, pedia a bênção ao celebrante.²⁴ Os monges enfermos sentavam-se

²³ DIAS, Geraldo Coelho; **Os Mosteiros e a organização dos Espaços: Arquitectura e Espiritualidade**; texto inédito policopiado; 2006

²⁴ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; **Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval** in "Actas do 1º Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões: As Beiras e a presença de Cister – Espaço, Património

junto ao jubeu e os conversos enfermos sentavam-se próximos do lado poente da igreja.²⁵

Os elementos exteriores à comunidade estavam confinados ao lado ocidental da igreja e às naves laterais.

No que respeita à Igreja na Regra de S. Bento apenas se encontra como referência:

*"O oratório seja o que o seu nome indica e nenhuma outra coisa ali se faça ou guarde. Findo o Ofício Divino, saiam todos em profundo silêncio, possuídos de reverência para com Deus; de modo que, se algum irmão quisesse continuar a orar em particular, não seja estorvado pela impertinência de outrem."*²⁶

Segundo S. Bento o mosteiro é "...uma escola do serviço do Senhor."²⁷ e a Igreja assume-se como ponto fulcral deste microcosmo pois é nela que o monge encontra o sentido da sua vida e concretiza a sua vocação estando em comunhão com Deus através do ofício divino e da liturgia. Como refere Terryl Kinder:

*"(...) le chiese cisterciensi venivano progettate e costruite come luoghi di preghiera, di contemplazione e di celebrazione liturgica per le monache e i monaci che li abitavano. (...) i Cisterciensi cercarono di creare un'atmosfera che favorisse l'esperienza dell'interiorizzazione, ossia il raggiungimento di Dio attraverso la preghiera."*²⁸

337

A utilização da igreja difere em muito da das outras ordens monásticas pois os desenvolvimentos da liturgia com as suas missas de intercessão e procissões foram reduzidos de modo avassalador. As consequências desta diferente utilização são perceptíveis no extremo oriental do edifício pois deste modo a capela-mor é quadrangular ladeada por duas capelas alinhadas, ao contrário das outras igrejas onde existiam deambulatórios e capelas radiais, assim como transeptos elaborados.

A cor, quando utilizada nas igrejas cistercienses, era o branco ou o branco sujo ou simplesmente a cor da pedra natural à vista. A nave central é frequentemente iluminada por várias aberturas nos tramos perpendiculares ao eixo da igreja. Como refere Terryl Kinder:

edificado, Espiritualidade."; Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões; São Cristóvão de Lafões; 2006; p.81

²⁵ TOBIN, Stephen; Op. cit.; p. 93

²⁶ Ver capítulo III R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 107

²⁷ Ver Prólogo in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 17

²⁸ KINDER, Terryl N.; Op. cit; pp. 90-91

*"L'animazione è data dalla luce che si muove da est a ovest all'interno della costruzione nel corso della giornata, da un punto basso sopra l'orizzonte a uno alto nel cielo man mano che dall'inverno si passa all'estate, da un netto contrasto di luci e ombre a una luce diffusa a seconda del tempo. È un ritmo lento, e questa stessa lentezza che gioca lungo le linee ben definite dell'architettura, può aiutare particolarmente chi trascorre gran parte del tempo senza parlare a trovare l'armonia interiore che cerca. (...)costruendo una chiesa secondo principi geometrici elementari, limitando al minimo la decorazione ed evitando di ricorrere agli elementi figurativi o al colore (per lo meno nel modo in cui all'epoca era impiegato altrove), l'edificio stesso della chiesa offra un messaggio di semplicità, armonia, tranquillità che si propone di essere assorbito nello stile de vita – e, in ultima analisi, nel modo d'essere – del monaco o della monaca che lì prega."*²⁹

Nas igrejas cistercienses utilizava-se na sua altura a razão "perfeita" agostiniana de 1:2 como refere von Simson *"En ningún otro estilo de la arquitectura cristiana se hallaron patentes con tanta claridad las razones «perfectas» agustinianas como en las iglesias de la Orden Cisterciense."*³⁰ Com o decorrer do tempo também a própria planta da igreja se vai adaptando a distintos territórios, evoluindo para outras soluções construtivas e novas espacialidades de cunho regional do meio onde se inserem.

Note-se que o coro nos mosteiros femininos apresenta-se de modo distinto pois as monjas estavam obrigadas ao completo isolamento não só do sacerdote como dos demais assistentes do ofício. Assim o coro monástico feminino era separado, por uma grade, a **grade de clausura** (Fig. 213), ou mesmo por uma parede divisória, dos restantes espaços da igreja ou então localizava-se numa galeria sobrelevada em relação à igreja. Como refere Terry Kinder:

*"Un elemento comune a tutte le chiese delle abbazie femminili è la rigida separazione fra le monache e il clero, tale per cui le monache partecipavano agli uffici da una tribuna o da una galleria sopraelevata, oppure erano separate dal celebrante mediante una grata. Questa esigenza sembra aver avuto più importanza di molte altre considerazioni e naturalmente limitava il disegno della chiesa. Com'è ovvio, il problema di procedere alla ricostruzione per aumentare il numero di cappelle per la moltiplicazione delle Messe non si presenta nelle case femminile(...)."*³¹

²⁹ KINDER, Terry N.; Op. cit.; pp. 92-93

³⁰ Cit. SIMSON, Otto von; **La catedral gótica**; Alianza Forma; Madrid; 2000; pp. 68-69

³¹ KINDER, Terry N.; Op. cit.; p. 99



Fig. 213 Grade de clausura: (a) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca; (b) Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa; (c) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão; (d) Mosteiro de Santa Maria de Celas; (e) Mosteiro de Santa Maria de Cós; Mosteiro de s. Bernardo de Portalegre (fotografias da autora, excepto fotografia b: DGEMN / IHRU)

O **coro das monjas** conforma-se no local oposto ao altar-mor, afirmando-se ambos os espaços como dois pólos de fervor religioso.³² Deste modo compreende-se que a **entrada do templo** não seja axial, como nos masculinos, mas sim lateral. No caso dos mosteiros femininos cujo coro se encontrava sobre-elevado, a entrada poderia ser axial tal como nos mosteiros masculinos.

339

Deste modo, no que respeita aos mosteiros cistercienses femininos, apresentam-se três tipos de entradas na Igreja:

I. Acesso lateral

São deste tipo os mosteiros cujo acesso, de elementos exteriores à comunidade, se faz por uma porta lateral rasgada directamente na parede da Igreja. São deste tipo os Mosteiros de Santa Maria de Cós, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa e S. Pedro e S. Paulo de Arouca (Fig. 214).



Fig. 214 Entradas laterais características dos mosteiros femininos: Mosteiro de Santa Maria de Cós (a), Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (b), Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (c) (fotografias da autora)

³² BORGES, Nelson Correia; Op. cit; p.55

II. Acesso através de loggia

São deste tipo os mosteiros cujo acesso, de elementos exteriores à comunidade, se faz através de uma loggia que conduz a uma porta lateral rasgada directamente na parede da Igreja. São deste tipo os Mosteiros de Santa Maria de Almoester (vestígios), S. Dinis de Odivelas e S. Bernardo de Portalegre (Fig. 215).



a



b



c



d

Fig. 215 Entradas laterais através de loggias: Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (a,b), Mosteiro de Santa Maria de Almoester - vestígios (c), Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (d) (fotografias da autora)

III. Acesso indirecto com antecâmara

São deste tipo os mosteiros cujo acesso, de elementos exteriores à comunidade, se faz através de uma antecâmara prévia que conduz à porta da Igreja do mosteiro. São deste tipo os Mosteiros de Santa Maria de Celas, S. Mamede do Lorvão, S. Bento de Cástris e Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (Fig. 216).



a



b

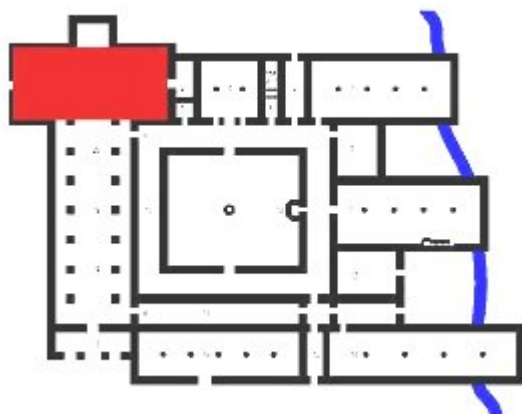


c



d

Fig. 216 Entradas laterais, através de antecâmaras, nos mosteiros femininos: Mosteiro S. Mamede do Lorvão (a), Mosteiro de S. Bento de Cástris (b), Mosteiro de Santa Maria de Celas (c), Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (d) (fotografias da autora)



Esq. 53 Esquematização indicativa do transepto
(elaborada pela autora)

O **transepto** (Esq. 53) confinava com a ábside rectangular, de carácter sólido e austero, era no **presbitério** que se celebrava a eucaristia. O transepto permitia dotar a igreja de uma maior espacialidade e luminosidade (Fig. 217), permitia também acolher capelas nos seus braços como refere Terryl Kinder:

*"I transetti, anche se non obbligatori, rendono molto più spaziosa l'estremità orientale della chiesa, cosa utile per la circolazione in genere; inoltre erano un luogo adatto per ospitare cappelle rivolte a oriente e a volte anche per cappelle rivolte a occidente, per la celebrazione delle Messe private (...). Per alcuni uffici, i monaci che erano stati di recente sottoposti al salasso dovevano rimanere davanti a un altare nel transetto."*³³

342

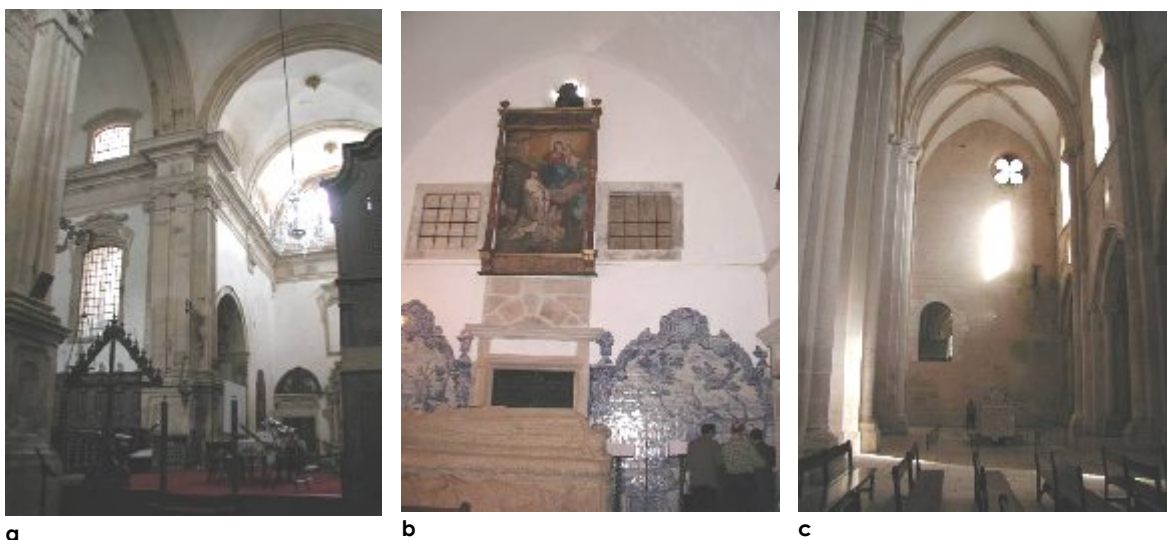
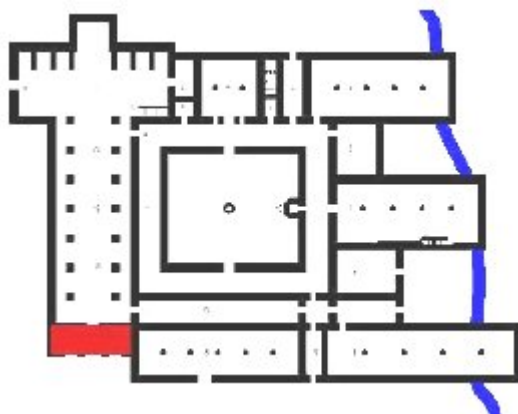


Fig. 217 Transepto: Mosteiro Santa Maria de Salzedas(a), Mosteiro de S. João de Tarouca (b), Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (c). (fotografias da autora)

³³ KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p. 109



Esq. 54 Esquematização indicativa do nártex
(elaborada pela autora)

Habitualmente a igreja não estava aberta ao público mas no entanto existia uma entrada específica, destinada a elementos exteriores à comunidade, na fachada principal da igreja, era o **pórtico** ou **nártex**. O nártex assinala a passagem do mundo terreno ao local de culto sagrado (esq. 54).

Os cistercienses reduziram o pórtico à sua expressão mais simples ao contrário dos cluniacenses (Fig. 218 e 219). Porém, alguns mosteiros cistercienses apresentam um nártex significativo facto apenas compreendido pelas influências arquitectónicas do local e região onde se inseriam. Tobin refere que:

*"À l'extérieur de la façade occidentale, de nombreuses églises arborent une espèce de portique ou de narthex dont le but n'est pas immédiatement apparent. Les narthex ouvragés de la tradition clunisienne et bénédictine, prétendument construits pour offrir un abri aux pèlerins, sont un emprunt direct aux imposants 'westwerk' si caractéristiques de l'architecture carolingienne des VIII^e et IX^e siècles. IL semble probable qu'on admettait les portiques comme faisant partie intégrante de l'architecture de l'église monastique, et que ceux-ci jouaient un rôle dans les cérémonies et les processions, par exemple lorsqu'on allumait le cierge pascal pendant la vigile de Pâques. Là encore, les Cisterciens se sont débarrassés des outrances et on réduit le portique à sa plus simple expression."*³⁴

³⁴ TOBIN, Stephen; Op. cit.; p. 97



Fig. 218 Nártex do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografia da autora)

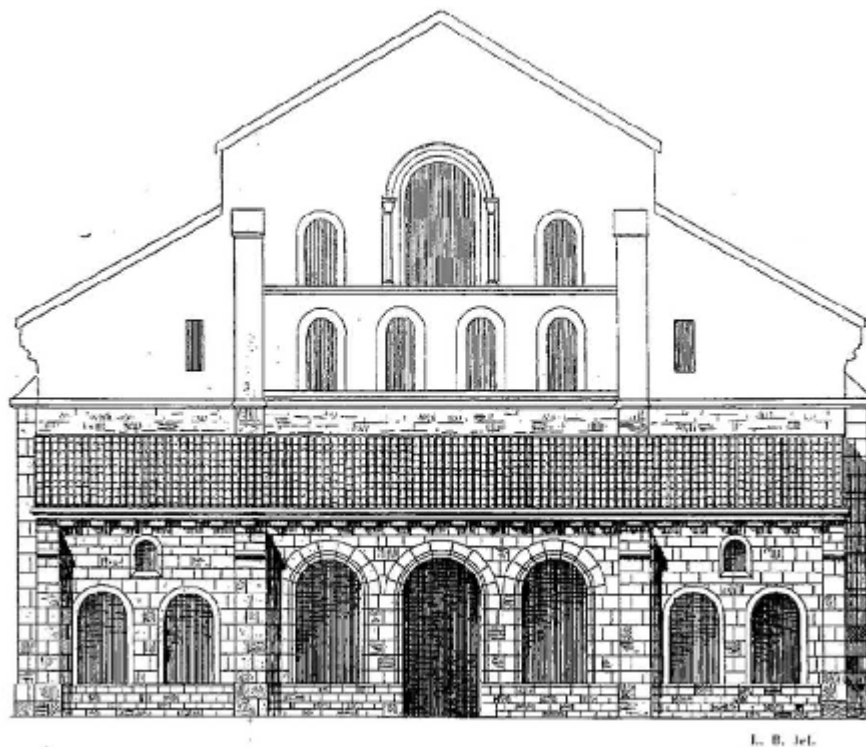
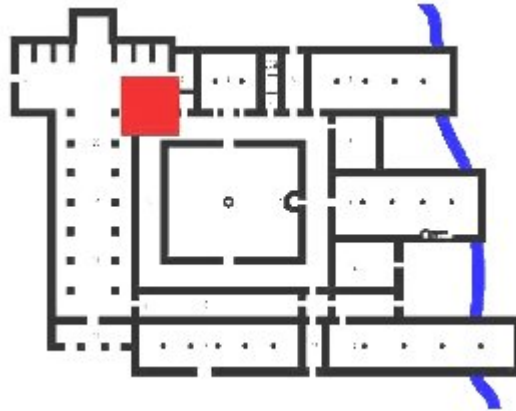


Fig. 219 Reconstituição do nártex de Fontenay³⁵

³⁵ Imagem retirada de BAGULE, Lucien; **L'Abbaye de Fontenay et l'architecture cistercienne**; A. Rey Imprimeur-Éditeur; Lyon 1912 ; p.24



Esq. 55 Esquematização indicativa da escada das matinas (elaborada pela autora)

Na parede sul existia o acesso à **sacristia**³⁶ ou “*vestiarium*” e através de uma escadaria, apelidada de **escada das matinas** (Esq. 55), tinha-se acesso ao dormitório dos monges (Fig. 220). Segundo Tobin: “*L’escalier des matines est, la plupart du temps, la première chose à avoir été démolie, ce qui explique la présence énigmatique d’une porte à mi-hauteur d’un mur, ouvrant sur le vide.*”³⁷ (Fig. 221)



Fig. 220 Escada das Matinas, Abadia de Fontenay (arquivo da autora)

³⁶ Para uma definição de sacristia ver KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p. 133-137

³⁷ TOBIN, Stephen; Op. cit; p. 100

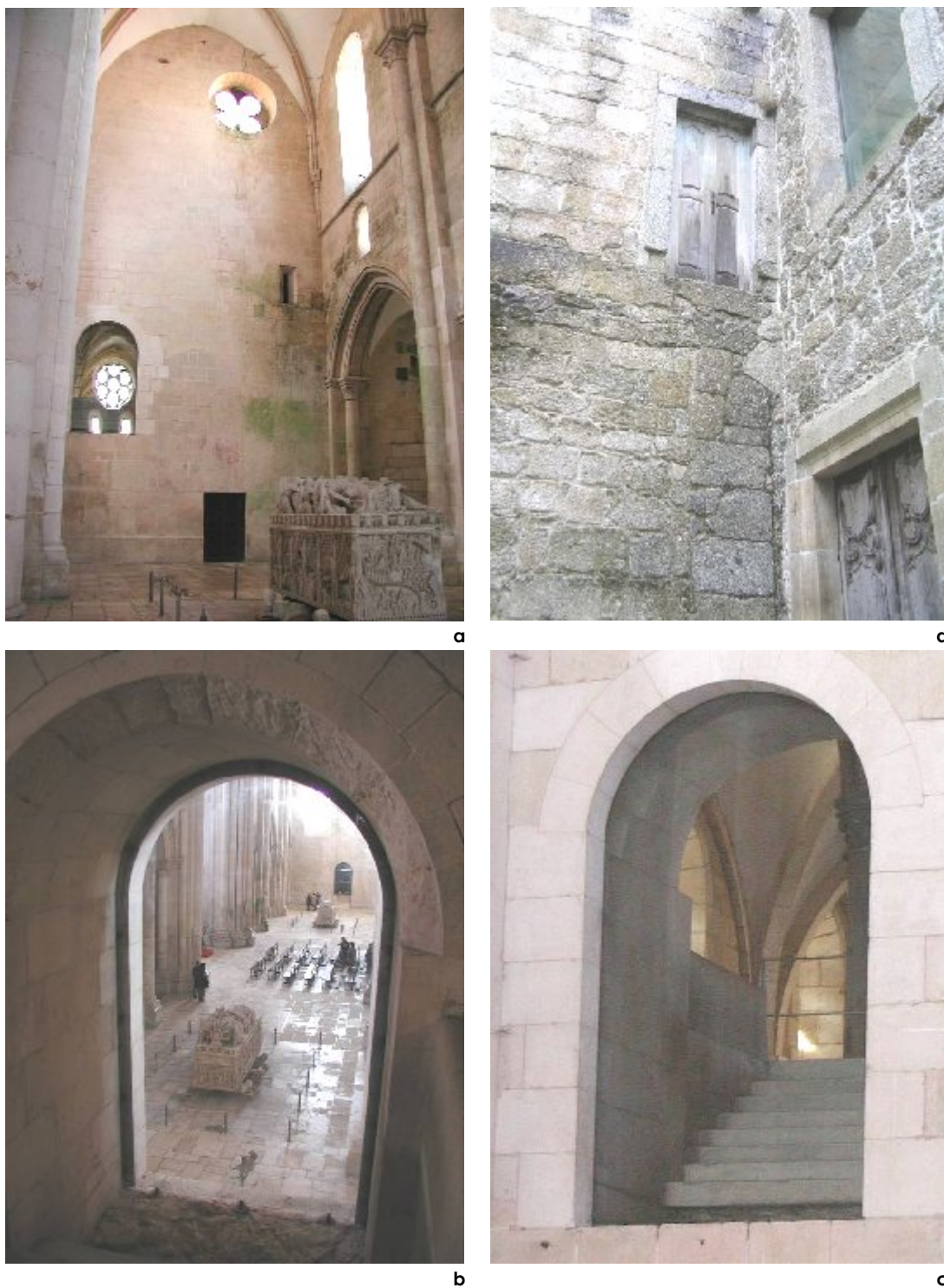
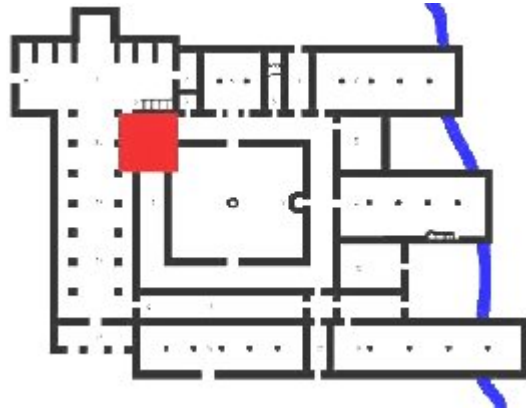


Fig. 221 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: transepto com abertura correspondente ao vão da escada das matinas (a), vista do transepto através da abertura da escada das matinas no dormitório (b), troço das escadas das matinas com vista para porção do dormitório (c); Mosteiro de Santa Maria do Bouro: abertura correspondente às escadas das matinas (síntese e fotografias da autora)

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Esq. 56 Esquematização indicativa da porta dos monges (elaborada pela autora)

Através de uma quarta porta, localizada próximo do coro e igualmente na parede sul, acedia-se ao claustro (esq. 56): era a **porta dos monges** (Fig. 222).



a



b



c



d

Fig. 222 Porta dos monges: Mosteiro de Santa Maria das Júnias (a), Mosteiro de Santa Maria de Fiães (b), Mosteiro de S. João de Tarouca (fotografias da autora)

Na parede norte abria-se a **porta dos mortos** (Esq. 57) que conduzia ao **cemitério** dos monges (Fig. 223). A morte, para um cisterciense, era o momento

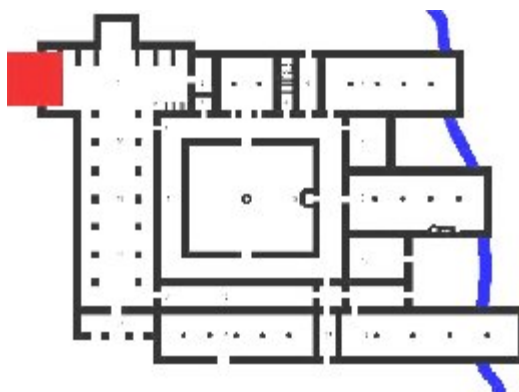
esperado para o qual se tinha preparado durante toda a sua vida. Este momento era entendido como a passagem do mundo terreno para o mundo celestial. Ou seja, como refere Terryl Kinder: *"un felice passaggio da questo mondo di peccato e di dolore alla felicità eterna del mondo a venire. È dunque comprensibili che il momento del trapasso fosse accompagnato de ogni solennità."*³⁸



Fig. 223 Mosteiro de Santa Maria de Fiães: cemitério (a), porta dos mortos (b); Mosteiro de S. João de Tarouca: cemitério (c, d); Mosteiro de Santa Maria das Júnias: cemitério (e), porta dos mortos (f) (fotografias da autora, excepto (e): DGEMN/IHRU)

³⁸ KINDER, Terryl N.; Op. cit; p.134

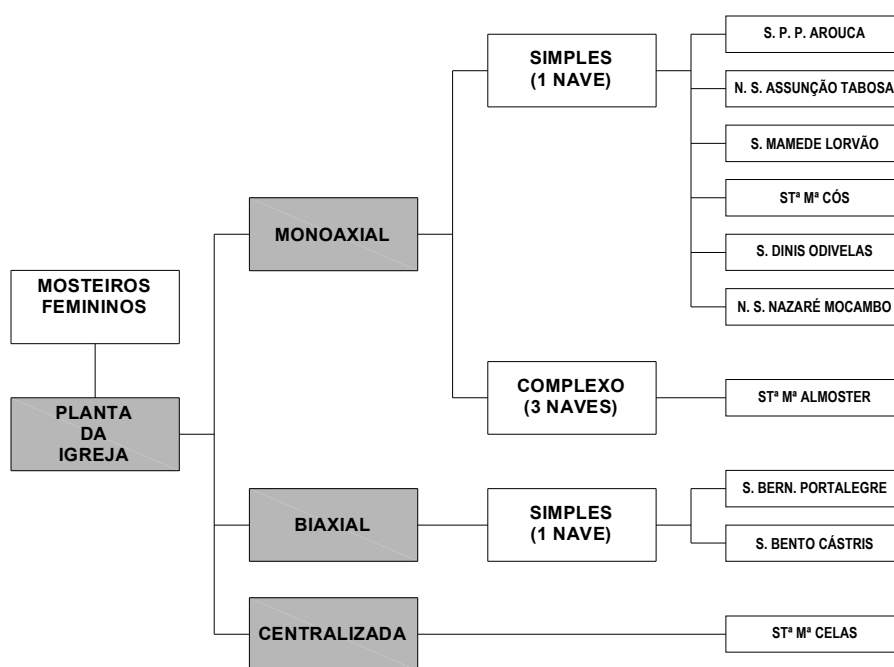
5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Esq. 57 Esquematização indicativa da porta dos mortos (elaborada pela autora)

No que respeita à igreja como um todo, nos mosteiros cistercienses portugueses que chegaram até à contemporaneidade pode-se observar uma vasta utilização de tipologias não ficando apenas vinculada à métrica e desenho claravalense o que vem, uma vez mais, demonstrar o que se vem afirmando: a existência de um plano tipo mas com espaço para a singularidade regional e para a liberdade na aplicação das ideias de S. Bernardo.

Deste modo, tanto no que respeita aos mosteiros femininos como aos mosteiros masculinos, encontram-se plantas monoaxiais, biaxiais e centralizadas (Esq. 58).



Esq. 58 Tipologia das plantas das igrejas monásticas cistercienses femininas em Portugal (síntese e esquema elaborados pela autora)

Deste modo os mosteiros femininos portugueses pertencentes à Ordem de Cister apresentam a igreja segundo três tipos distintos, segundo a sua planta:

I. Monoaxial

São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um único eixo, não possuindo transepto. As igrejas podem ser monoaxiais simples (se possuírem apenas uma nave) ou complexas (se possuírem mais do que uma nave, no caso português, apresentam três naves).

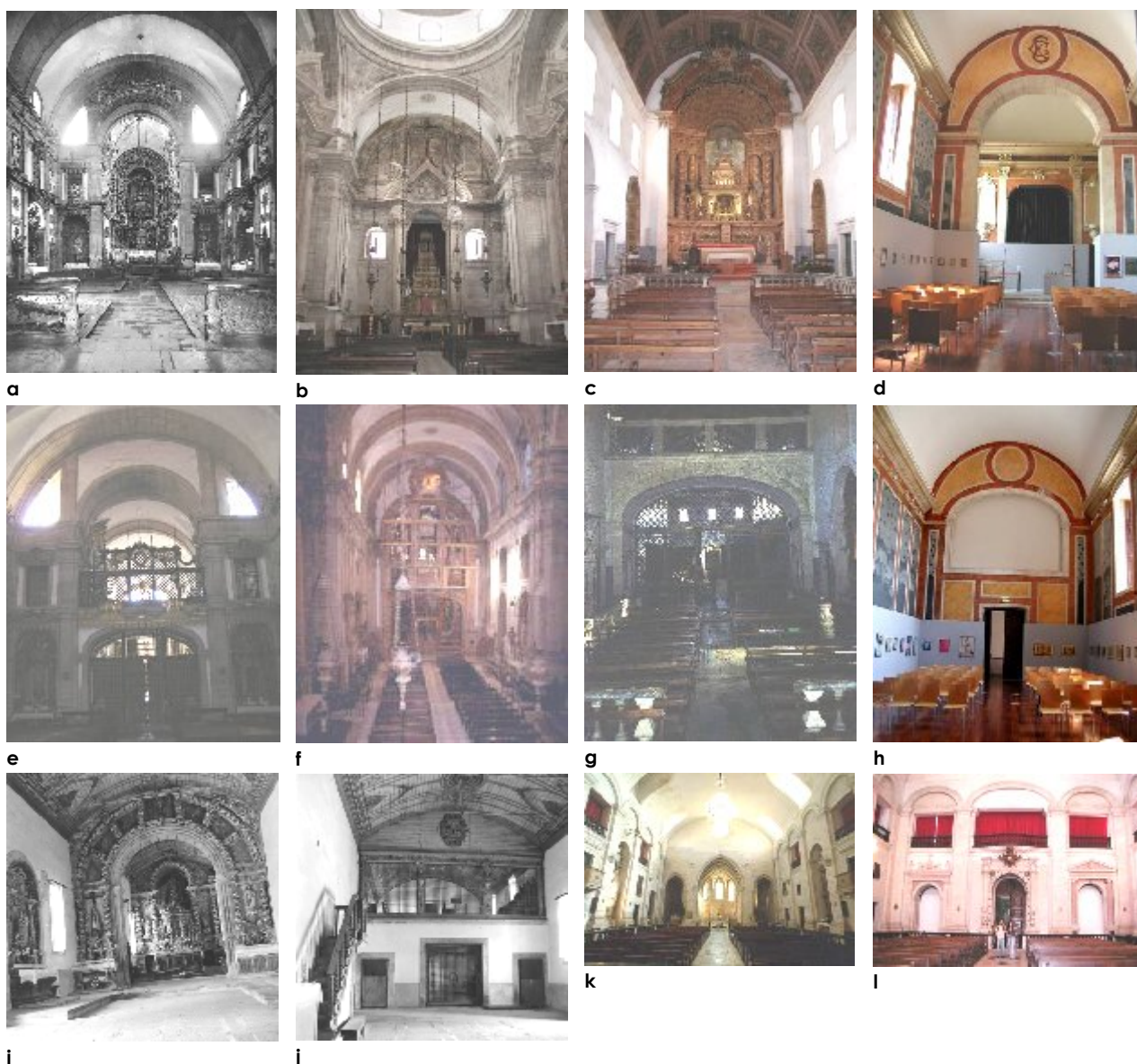


Fig. 224 Tipo de igreja monoaxial simples em Mosteiros femininos: Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (a,e); Mosteiro de S. Mamede de Lorvão (b, f); Mosteiro de Santa Maria de Cós (c,g); Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (d,h); Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (i,j); Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (k,l) (b,c,d,e,h,l: fotografias da autora; a,g,i,j: fotografias DGEMN/IHRU; f: IPPAR/IGESPAR; k: fotografia Câmara Municipal de Odivelas)

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

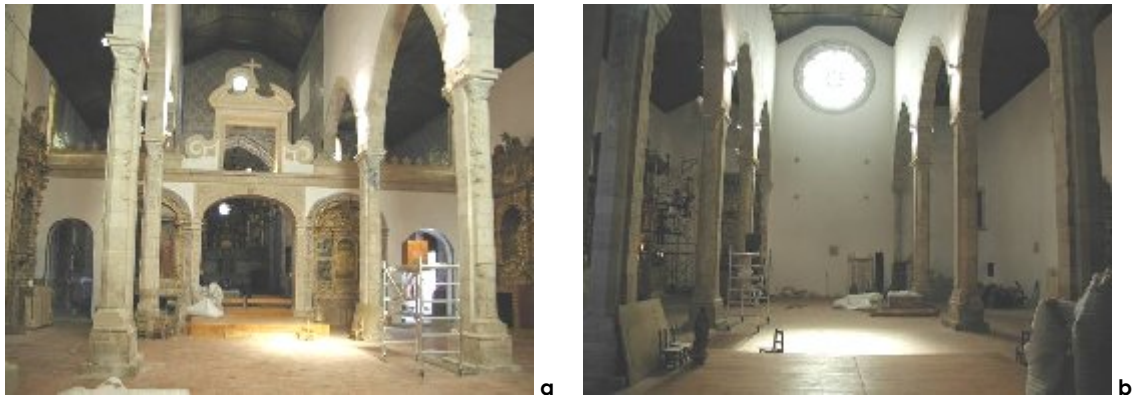


Fig. 225 Tipo de Igreja monoaxial complexa em mosteiros femininos: Mosteiro de Santa Maria de Almoester (fotografias da autora)

São do tipo monoaxial simples (apenas uma nave) as igrejas dos Mosteiros de S. Pedro e Paulo de Arouca, nossa Senhora da Assunção de Tabosa, S. Mamede de Lorvão, Santa Maria de Cós, S. Dinis de Odivelas, Nossa senhora da Nazaré do Mocambo (Fig. 224). É do tipo complexo (três naves) a igreja do Mosteiro de Santa Maria de Almoester (Fig. 225).



Fig. 226 Tipo de Igreja biaxial simples em Mosteiros femininos: Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, (a) nave e coro, (b) nave e altar-mor, (c) transepto; Mosteiro de S. Bento de Cástris, (d) nave e coro, (e) nave e altar-mor, (f) transepto (fotografias da autora, excepto (b): DGEMN /IHRU e (c) Éditions Gaud)

II. Biaxial

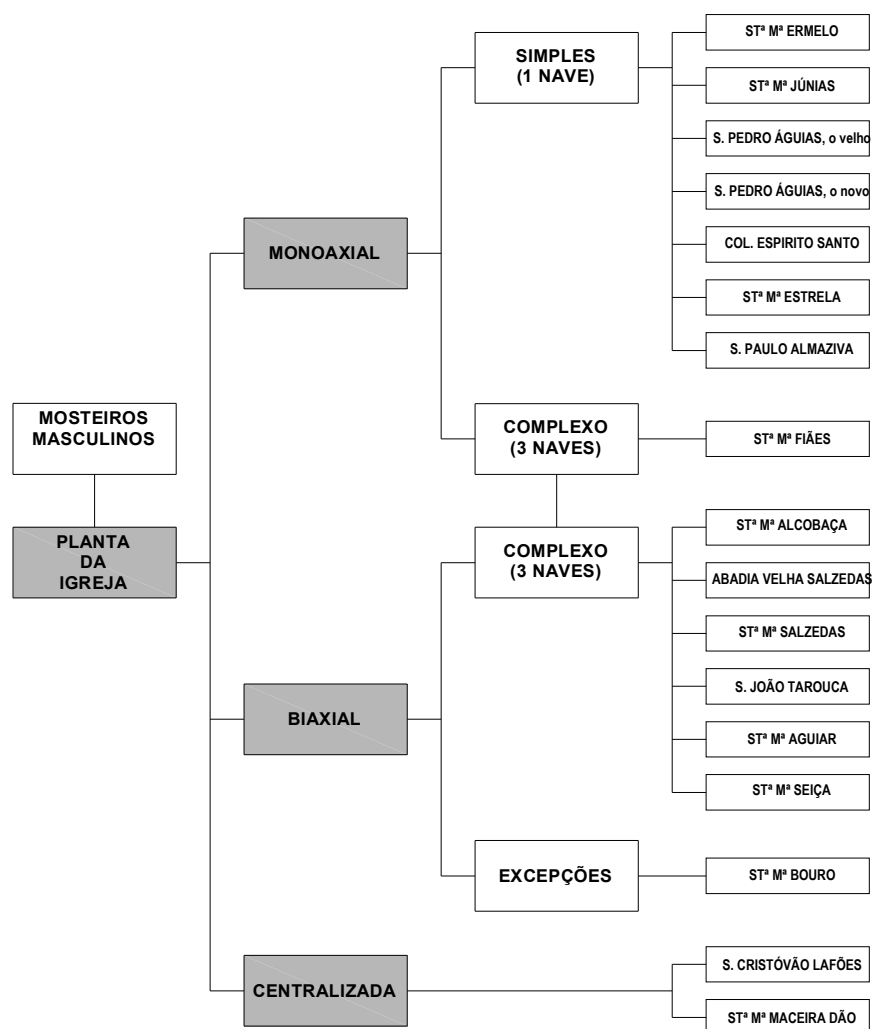
São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta dois eixos, possuindo deste modo transepto. As igrejas monásticas femininas deste tipo apresentam-se como biaxiais simples, isto é, possuindo apenas uma nave e um transepto. São do tipo biaxial simples as igrejas dos Mosteiros de S. Bento de Cástris e de s. Bernardo de Portalegre (Fig. 226).

III. Centralizada

São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um foco central. No caso das igrejas monásticas femininas estas apresentam apenas um foco associado a uma circunferência enquanto as igrejas monásticas deste tipo apresentam mais do que um foco pois as suas plantas são elípticas. Deste tipo, apenas o Mosteiro de Santa Maria de Celas apresenta uma planta centralizada (Fig. 227).



Fig. 227 Tipo de Igreja de planta centralizada em Mosteiros femininos: Mosteiro de Santa Maria de Celas (fotografias da autora, excepto (b,c): DGEMN /IHRU)



Esq. 59 Tipologia das plantas das igrejas monásticas cistercienses masculinas em Portugal (síntese e esquema elaborados pela autora)

Tal como os mosteiros femininos portugueses, pertencentes à Ordem de Cister, também os mosteiros masculinos portugueses, pertencentes à mesma Ordem, apresentam a igreja segundo três tipos distintos (Esq. 59), segundo a sua planta:

I. Monoaxial

São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um único eixo, não possuindo transepto. Como já foi referido para os mosteiros femininos, de igual modo, as igrejas podem ser monoaxiais simples (se possuírem apenas uma nave) ou complexas (se possuírem mais do que uma nave, no caso português, apresentam três naves).

São do tipo monoaxial simples (apenas uma nave) as igrejas dos Mosteiros de Santa Maria do Ermelo (tendo em tempos pertencido ao tipo complexo pois ainda se podem observar as marcas de três naves, agora adaptadas às mais diversas necessidades de uma

igreja de província, tendo mesmo desaparecido uma das naves³⁹), Santa Maria das Júnias, S. Pedro das Águias (ovelho e o novo), Colégio do Espírito Santo, Santa Maria da Estrela, S. Paulo de Almaziva (Fig. 228). É do tipo monoaxial complexo (três naves) a igreja do Mosteiro de Santa Maria de Fiães (Fig. 229).

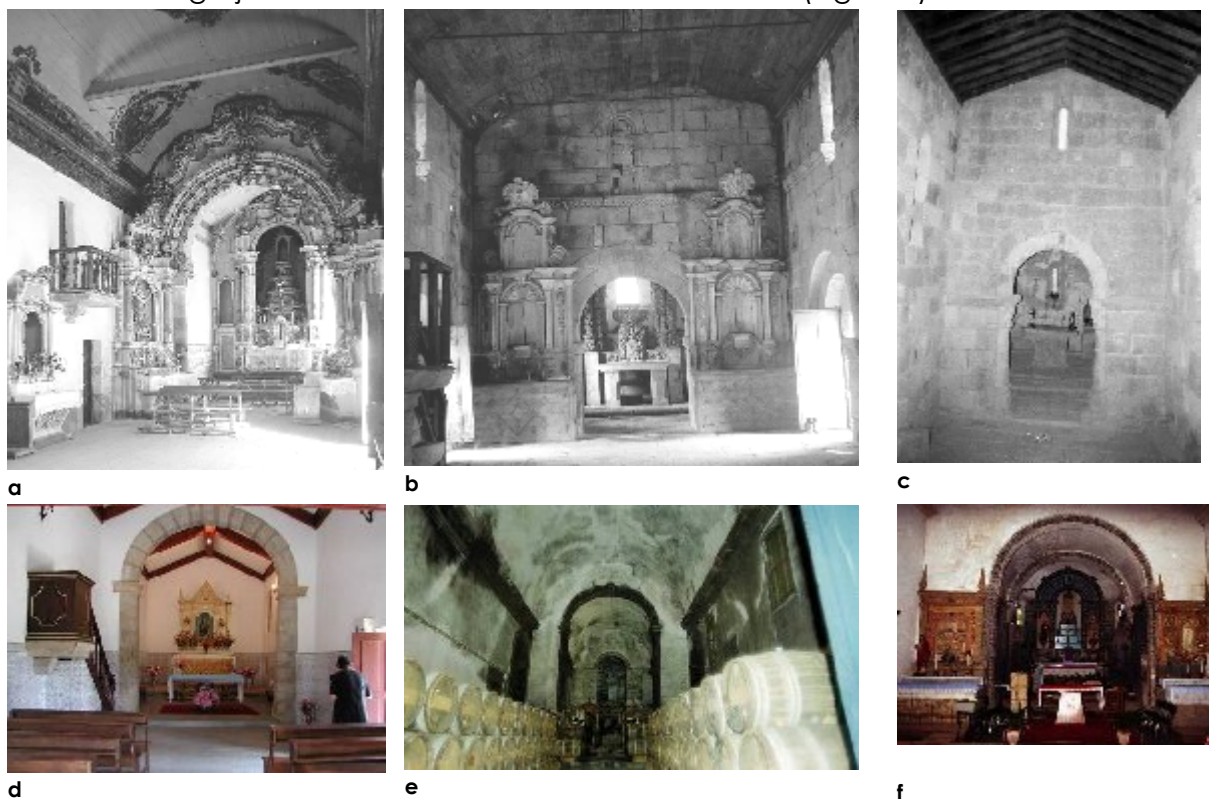


Fig. 228 Mosteiros masculinos com Igrejas de planta monoaxial: (a)Mosteiro de Santa Maria de Ermelo; (b) Mosteiro de Santa Maria das Júnias; (c) Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho; (d) Mosteiro de Santa Maria da Estrela; (e) Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo; (f) Mosteiro de S. Paulo de Almaziva (a,b,c,e,f: fotografias da DGEMN/IHRU; d: fotografia da autora)

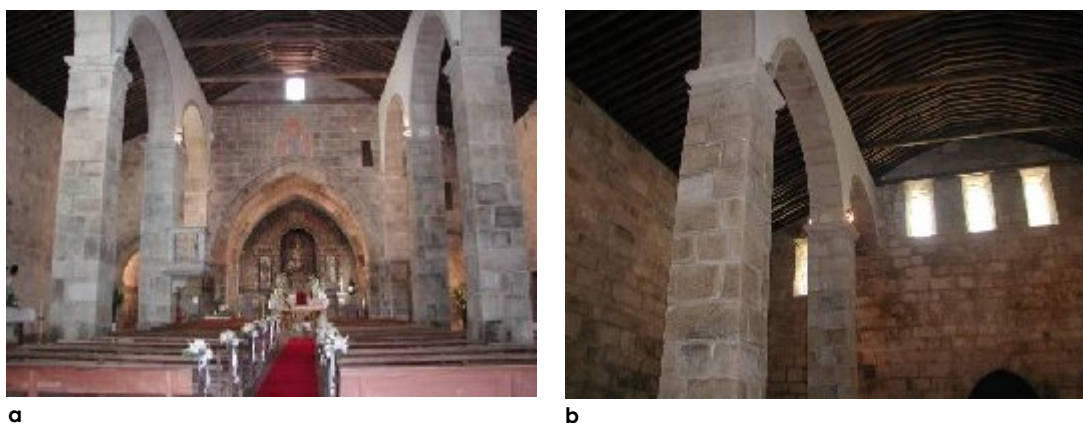


Fig. 229 Mosteiro masculino com igreja de planta monoaxial complexa: Mosteiro de Santa Maria de Fiães (fotografias da autora)

³⁹ Para mais informação sobre esta ocorrência consultar: BRAZ, António Manuel da Silva; **O Mosteiro e a Igreja de Ermelo**; Faculdade de Teologia – Braga (Universidade Católica Portuguesa); Braga; 2009

II. Biaxial

São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta dois eixos, possuindo assim transepto. As igrejas monásticas masculinas deste tipo apresentam-se como biaxiais complexas, isto é, possuindo um corpo de três nave e um transepto. São do tipo biaxial complexa (Fig. 231) as igrejas dos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, Santa Maria de Salzedas, Abadia velha de Salzedas, S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Seiça (vestígios). Considera-se uma excepção a planta do Mosteiro de Santa Maria do Bouro pois os braços do transepto estão perfeitamente integrados na sequência de nichos de capelas laterais. No entanto como estas capelas apresentam passagens de umas para as outras pode-se admitir a existência em ambos os lados da nave central de uma nave colateral, perfazendo assim as três naves que juntamente com a existência de um transepto fazem parte desta tipologia (Fig. 230).



Fig. 230 Mosteiro masculino com igreja de planta biaxial complexa, caso excepcional: Mosteiro de Santa Maria do Bouro (a) altar-mor, (b,d) sequência de capelas laterais com passagem, (c) braço do transepto pelo qual se acede à sacristia (fotografias da autora)

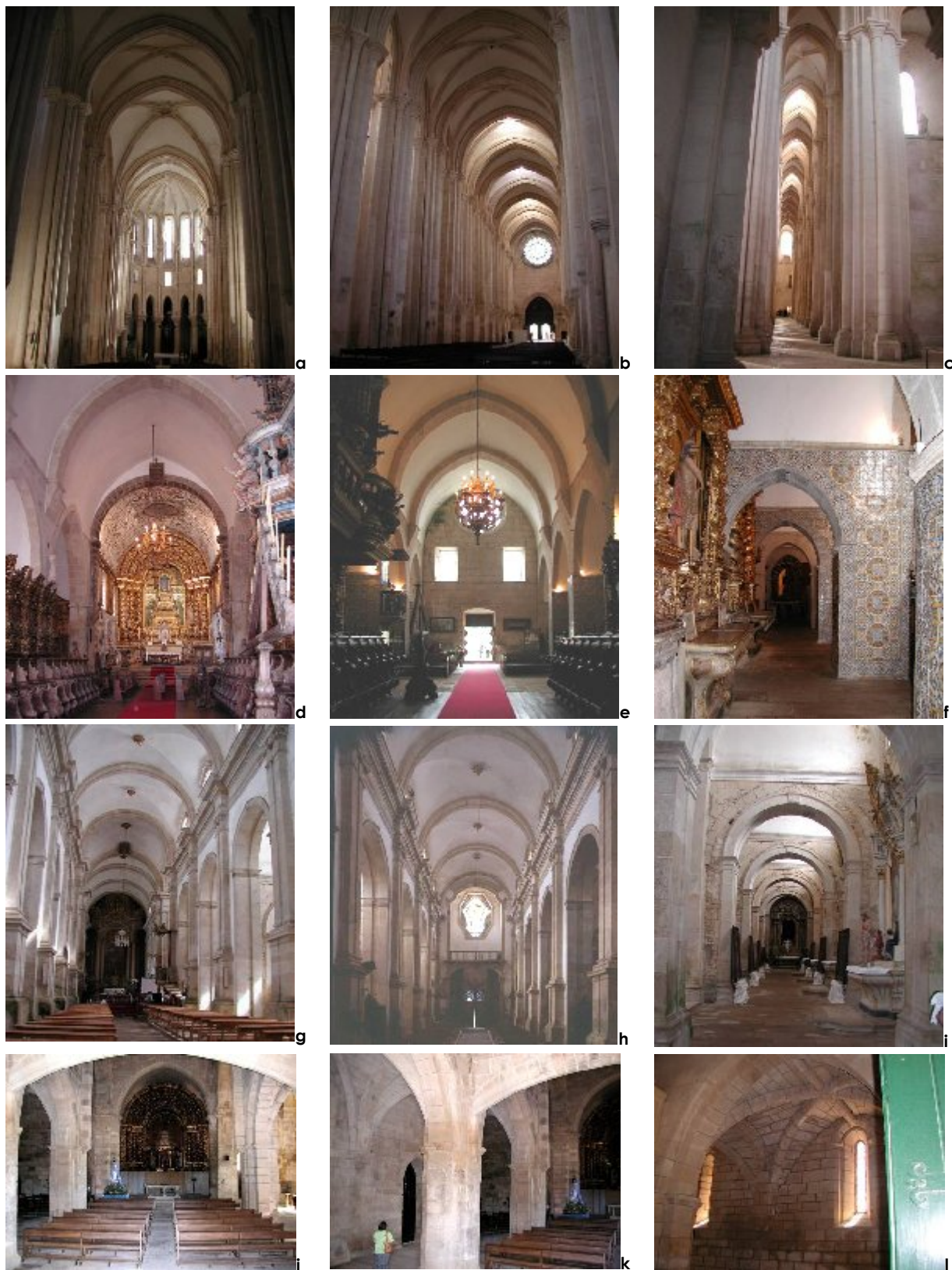


Fig. 231 Mosteiros masculinos com igreja de planta biaxial complexa: (a,b,c) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (d,e,f) Mosteiro de S. João de Tarouca; (g,h,i) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (j,k,l) Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (fotografias da autora)

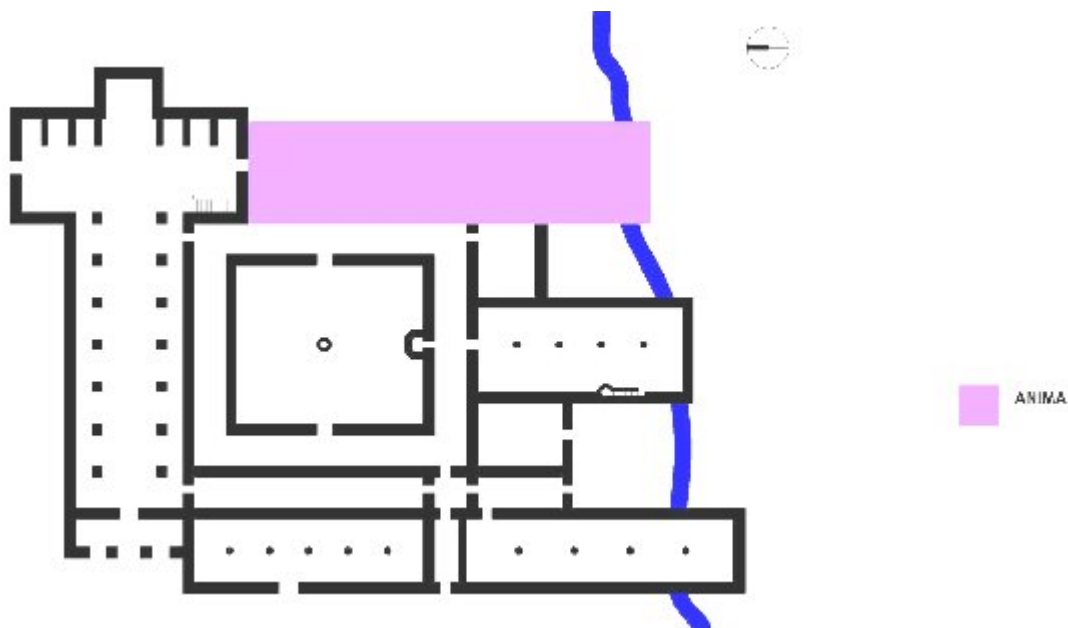
III. Centralizada

São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um foco central. No caso das igrejas monásticas femininas estas apresentam mais de um foco associados a uma forma elíptica enquanto as igrejas monásticas femininas deste tipo apresentam apenas um foco. São possuidores de planta centralizada os Mosteiros de S. Cristóvão de Lafões e Santa Maria de Maceira Dão (Fig. 232).



Fig. 232 Mosteiros masculinos com igreja de planta centralizada: (a,b,c) Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões; (d,e,f) Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (fotografias da autora)

5.1.3. ANIMA



Esq. 60 Esquematização morfo-tipológica da ANIMA (elaborado pela da autora)

358

A ala oriental era a **ala dos monges** (Esq. 60), como o nome indica, dedicada aos monges do coro possuindo a sacristia, a biblioteca ou armarium, a sala do capítulo, o parlatório.

A **sacristia** (vestiarium) encontra-se anexa à igreja, sendo geralmente de dimensões reduzidas (Esq. 61), aqui se guardam, as alfaias e os paramentos litúrgicos utilizados pelos monges durante a missa (Fig. 233).

Este era também o local onde o sacerdote se vestia e de transição entre a igreja e os demais espaços monásticos para o monge que celebrava a eucaristia, como refere Terryl Kinder:

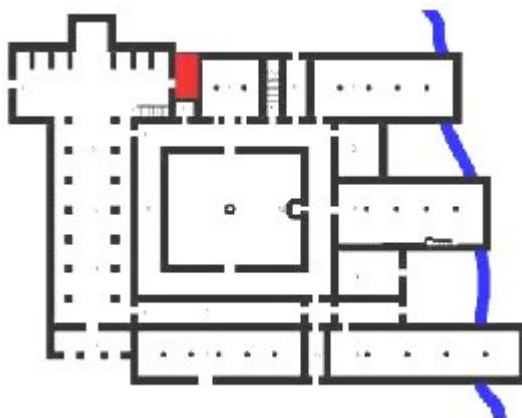
*“Naturalmente la sacrestia era un luogo di servizio, ma al tempo stesso, costituiva anche un'area di transizione psicologica, dove il monaco indossa gli abiti sacerdotali e si predispone mentalmente a celebrare la liturgia. Dopo essere uscito dalla chiesa ed esseri tolti i paramenti in sacrestia, la sua fonzione di celebrante dell'Eucaristia.”*⁴⁰

⁴⁰ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.134

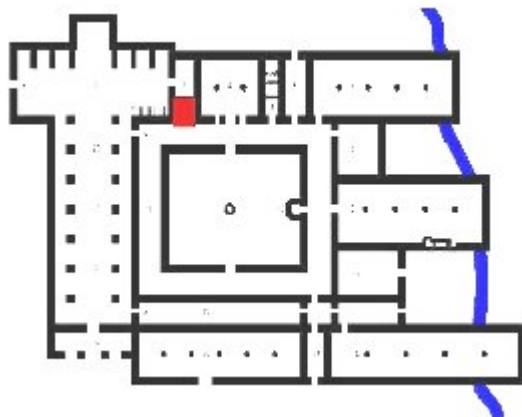
5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Fig. 233 Sacristia: (a)Mosteiro de Santa Maria de Fiães; (b) Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (c) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (d) Mosteiro de S. João de Tarouca; (e) Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões; (f) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (g) Mosteiro de Santa Maria de Cós; (h) Mosteiro de Santa Maria de Almoester; (i) Mosteiro de S. Bento de Cástris (fotografias da autora, exceptuando g: arquivo DGEMN/IHRU)



Esq. 61 Esquemática indicativa da sacristia (elaborada pela autora)



Esq. 62 Esquemática indicativa do armarium
(elaborada pela autora)

A par do trabalho manual, a *lectio divina* e a meditação dos santos livros era considerada uma das actividades principais. A *lectio* monástica, de modo individual ou de modo colectivo, faz parte integrante dos requisitos da vida comunitária cisterciense.⁴¹

Por este motivo os monges cistercienses necessitavam da existência de uma **biblioteca** ou **armarium** de fácil acesso (Esq. 62).

Este era geralmente um pequeno espaço adjacente à Sacristia e à Sala do Capítulo, mas que dava directamente para o Claustro, sobretudo durante os primeiros tempos da Ordem (Fig. 234).

Com o decorrer do tempo as obras litúrgicas e de interesse monástico-cisterciense foram aumentando pelo que se tornou necessário construir bibliotecas de maiores dimensões tais como as conhecemos hoje, destacando-se a biblioteca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Como refere Nelson Correia Borges:

*"Na época moderna ganha especial relevo a biblioteca ou livraria que, por influência da arquitectura palaciana, atinge em certas casas grandiosidade invulgar, pela amplidão do espaço e riqueza da decoração"*⁴²

⁴¹ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit; p.82

⁴² BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.51



Fig. 234 Mosteiro de S. Bento de Cástris: armarium
(fotografia da autora)

O **Scriptorium** é um espaço amplo⁴³ e polivalente que era o local de trabalho dos copistas e de trabalhos intelectuais assim como de leitura Esq. 63. Mas também era onde os monges copistas se dedicavam a manufacturar os livros litúrgicos e os textos necessários à vida espiritual da comunidade.

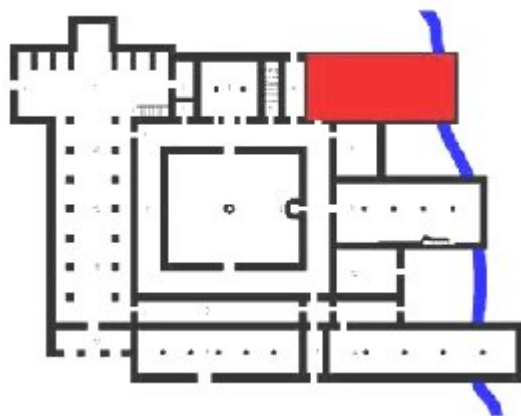
O Scriptorium, ou sala dos monges, consistia geralmente num espaço amplo e abobadado dividido em duas partes (Fig. 235), ao centro, por uma fileira de pilares.⁴⁴ Ligada ao Scriptorium monástico está o nascimento da tipografia. Com o decorrer do tempo surgirá a biblioteca que atingirá, como já foi referido, grandes proporções.

Inicialmente, a sala dos noviços podia localizar-se aqui ou na contiguidade desta sala comum de trabalho ou, então, noutro sítio fora da zona de clausura, separado dos monges. Como refere Terryl Kinder:

"In generale, comunque, è forse più opportuno considerare la sala comune dei monaci come un locale multifunzionale in cui ogni abbazia poteva svolgere varie attività a seconda delle proprie esigenze, dall'istruzione dei novizi alla copiatura dei manoscritti. Le possibilità sono numerose e senza dubbio sono mutate nel corso dei

⁴³ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.148

secoli, in funzione della trasformazione delle attività economiche del monastero e del calo della popolazione monastica. Come molti altri ambienti dell'abbazia, la sala comune dei monaci sarebbe stata adattata a nuovi usi."⁴⁵



Esq. 63 Esquematização indicativa do scriptorium (elaborada pela autora)

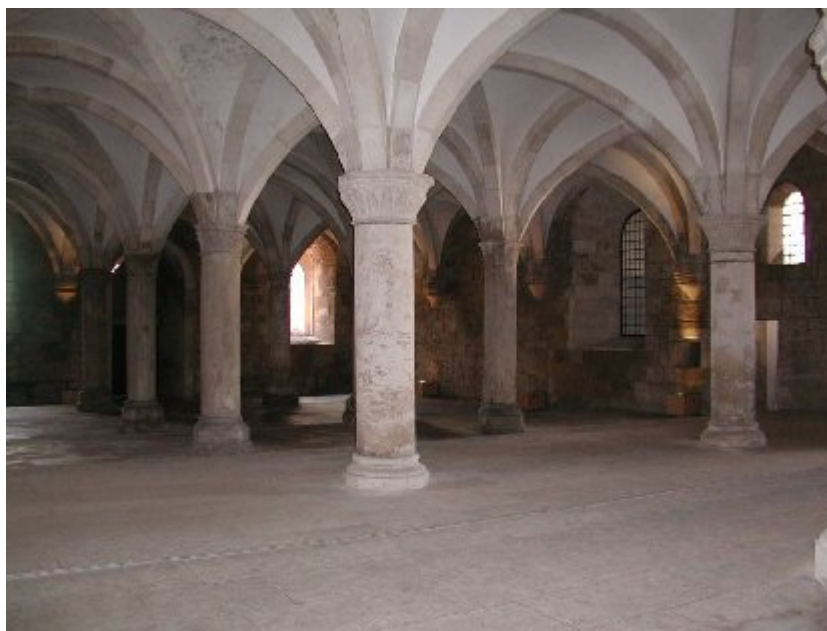


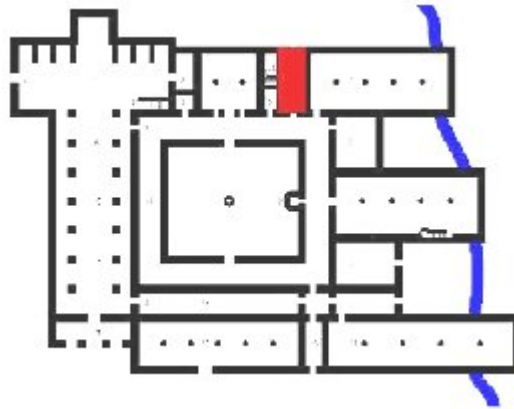
Fig. 235 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Scriptorium ou sala dos monges (fotografia da autora)

Numa parede extrema desta sala de trabalho abre-se uma porta de acesso ao bloco das latrinas (*domus necessaria*) ⁴⁶, as quais descarregam para um curso de água inferior.

⁴⁴ TOBIN, Stephen; Op. cit.; p. 110

⁴⁵ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.148

⁴⁶ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit.

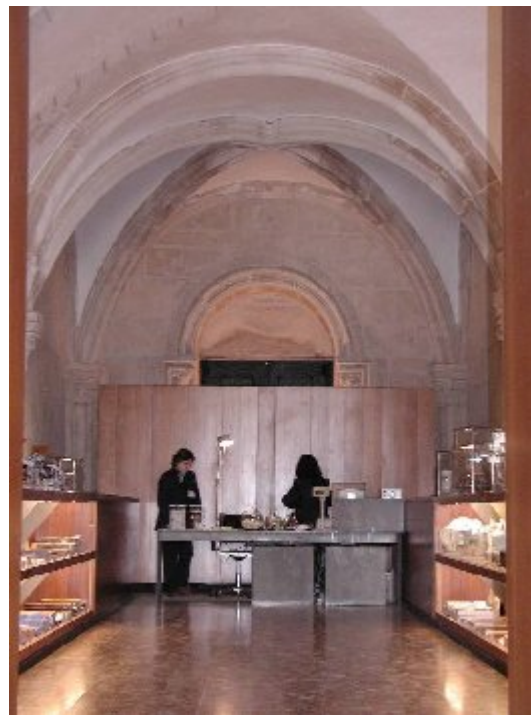


Esq. 64 Esquematização indicativa do locutório
(elaborada pela autora)

A ênfase do silêncio da palavra e o espírito do silêncio interior são valores essenciais da vida monástica pois são entendidos como a melhor forma para escutar Deus.



a



b

Fig. 236 Parlatório do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: (a) ligação com o claustro, (b) interior - podendo ser observada ao fundo a porta que se opõe à do claustro entretanto dissimulada pela instalação da loja do mosteiro neste espaço. (fotografia da autora)

O **locutório ou parlatório**⁴⁷ é o espaço onde se podia falar, ouvir ou transmitir uma mensagem verbal ao abade ou ao prior, para distribuir as várias tarefas manuais domésticas ou receber uma admoestação, isto é, apenas em circunstâncias especiais (Esq. 64).

É também através desta divisão que se fazia o acesso à zona posterior do edifício, ao jardim à enfermaria e à botica (Fig. 236).⁴⁸ Refere Terryl Kinder que:

*"Di solito c'erano due parlatori o 'auditoria' (sale d'ascolto), così chiamati perché i monaci non vi dovevano entrare se non perché convocati e, quando ciò avveniva, dovevano ascoltare. Uno si trovava vicino alla cucina ed era usato particolarmente dal cellerario quando si intratteneva con i conversi; l'altro, situato nell'ala orientale, dopo la sala capitolare, era riservato al priore."*⁴⁹

Note-se que nos mosteiros femininos o locutório era também apelidado de "grades", sendo este o único local onde se permitia o contacto das monjas com pessoas estranhas à comunidade.⁵⁰ Como refere Nelson Correia Borges:

*"As restrições eram rigorosas, apenas permitindo que nas grades se pudesse falar somente com pais, mães, irmãos e tios, restrições que eram extensivas mesmo a educandas e seculares residentes nos mosteiros. Mesmo a troca de presentes era condicionada pela autorização da abadessa e, em certas épocas do ano litúrgico, como a Quaresma e o Advento era proibido qualquer tipo de comunicação com o exterior. As grades ficavam sempre contíguas à portaria".*⁵¹

Nos mosteiros femininos esta era uma sala dividida por duas grades de ferro com cerca de um metro de afastamento entre si impedindo qualquer contacto físico. As visitas acediam por uma porta exterior enquanto as monjas acediam por um corredor interior. Segundo Nelson Correia Borges:

*"O crescente número de religiosas nos séculos XVII e XVIII – época em que as famílias eram numerosas e grande parte das meninas nobres e burguesas continuava a ser colocada na vida religiosa e visitada com frequência pelos parentes – fez aumentar a quantidade de grades em muitos mosteiros. Como exemplo cite-se o caso de Arouca, que dispunha de 10 grades, e o de Lorvão, onde havia 8."*⁵²

⁴⁷ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; pp.144-146

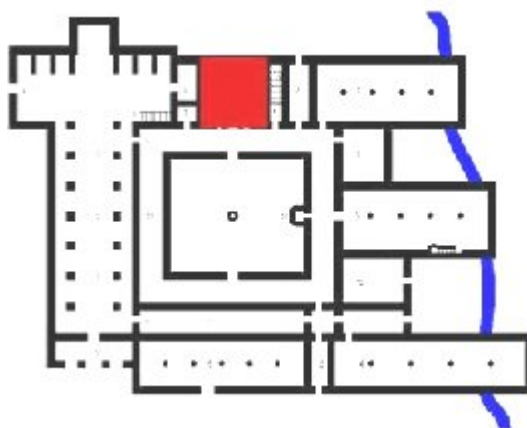
⁴⁸ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit.

⁴⁹ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.146

⁵⁰ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.44

⁵¹ Idem; p.44

⁵² Ibidem; p.44



Esq. 65 Esquematização indicativa da Sala do Capítulo (elaborada pela autora)

A **Sala do Capítulo**⁵³ é o local onde se reunia a comunidade monástica, para ouvir a leitura e explicação breve de um capítulo (*caput*) da regra de São Bento assim como escutarem a palavra do abade (*collationes*) e discutirem assuntos importantes de interesse para o próprio mosteiro (Esq. 65). Como refere a Regra de S. Bento no seu capítulo III:

*“ Todas as vezes que no mosteiro houver algum assunto importante a resolver, reúna o abade toda a comunidade e diga do que se trata. (...) Se houver a tratar algum assunto de menor importância para interesse do mosteiro, tome o abade conselho somente com os mais velhos, conforme o que está escrito: ‘Faz tudo com conselho e, uma vez feito, não terás de te arrepender’ [Ecli.32,24]”*⁵⁴

A sala do capítulo é depois da igreja o lugar de reunião mais importante e significativo do mosteiro quer pela sua função, quer pelo seu uso.

Também é o local onde se procede a outros actos comunitários, tal como a confissão pública de culpas, eleição do abade, nomeação dos cargos principais e as tomadas de hábito.⁵⁵

⁵³ Para a definição de sala do capítulo ver: BANGO, Isidro; **El monasterio medieval**; Ed. Anaya; Madrid; 1990; pp. 46-47 / KINDER, Terryl N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998; pp. 137-144 / KINDER, Terryl N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / BORGES, Nelson Correia; **Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)** in MUSEU; IV série; n°7; 1998; pp. 52-53

⁵⁴ Ver capítulo III R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; pp. 28-29 (parêntesis recto da autora)

⁵⁵ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit.



Fig. 237 Sala do Capítulo: (a)Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (b) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca; (c) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (d) Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões; (e,f) Mosteiro de Santa Maria de Aguiar; (g) Mosteiro de Santa Maria de Celas (h,i) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (j) Mosteiro de Santa Maria de Almoester; (k,l) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; (m) Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre; (n) Mosteiro de S. Bento de Cástris; (o) Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (fotografias da autora, exceptuando b: arquivo Éditions Gaud)

Como refere Terryl Kinder:

*"Si tratta della 'sala della comunità' della abbazia, un importante luogo di incontro e uno spazio carico di notevole significato. Qui si svolgevano attività liturgiche, commemorative, disciplinari ed educative, e qui venivano discusse le questioni interne dell'abbazia. La disposizione della sala – le aperture di accesso che dovevano permettere alla luce di entrare e ai suoni di uscire – la decorazione e l'organizzazione dello spazio interno sono il riflesso delle differenti funzioni di questo luogo. (...) Quando si dice che i monaci e le monache sono 'in Capitolo', la frase assume un significato più ampio, in quanto si riferisce sì all'aspetto architettonico – la stanza in sé –, ma anche a quella riunione che, attraverso la sua attività e le decisioni prese, plasma tutta la vita della comunità monastica."*⁵⁶

Geralmente a sala do capítulo apresenta uma planta quadrangular por razões de comodidade visual e acústica. Possuía bancos em toda a sua periferia (Fig.237). Devido a uma decisão do Capítulo Geral de 1180, os abades tinham o privilégio de ser aqui sepultados⁵⁷.

Depois do século XVII, em algumas casas monásticas ocupou outros locais.

As aberturas existentes na parede da sala do capítulo que confinam com o claustro permitem não só a existência de luz natural mas também permitiam que os conversos e os noviços ouvissem alguns actos capitulares (Fig. 238 e 239).

O Capítulo na vida comunitária era essencial para que esta se mantivesse em regra e sana (Fig. 240). Quando os capítulos começaram a diminuir e a perder alguma da sua importância basilar, conduziram entre outros elementos ao aligeirar das regras e da vida em comunidade no século XV.

367



Fig. 238 Aberturas da Sala do Capítulo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

⁵⁶ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.138

⁵⁷ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit.



Fig. 239 Sala do Capítulo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

No entanto o capítulo é inteiramente restabelecido na vida comunitária, com os movimentos de reforma do século XVI e XVII, permitindo a existência deste desempenho fundamental no qual o capítulo se assumia como o elemento principal na vida quotidiana da comunidade.⁵⁸

368

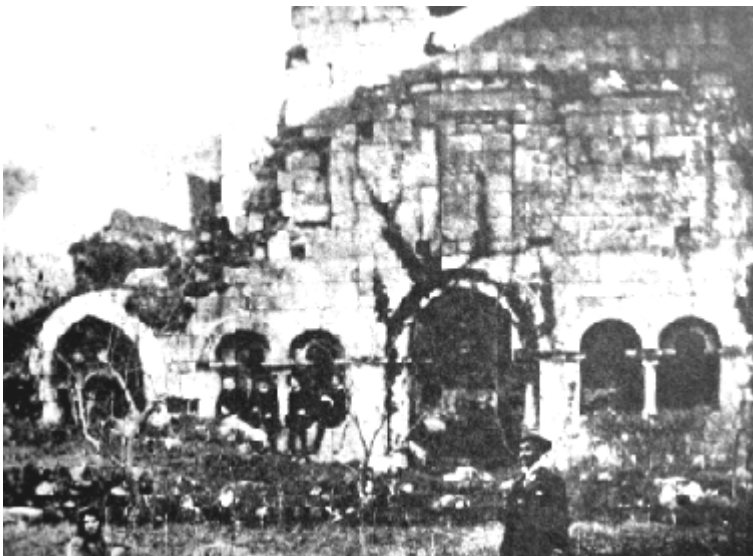
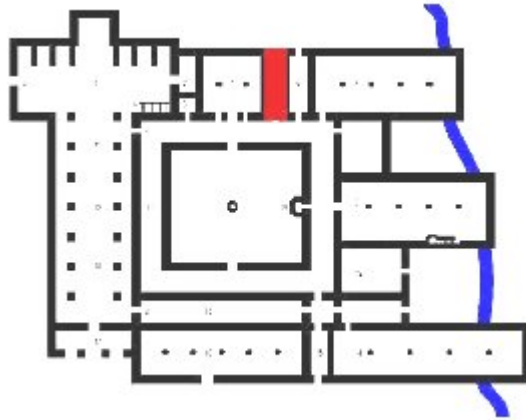


Fig. 240 Aberturas da Sala do Capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca em 1933 (actualmente desaparecidas encontrando-se apenas vestígios arqueológicos).⁵⁹

⁵⁸ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.140

⁵⁹ Imagem retirada de VASCONCELOS, J. Leite de; **Memórias de Mondim da Beira**; 2ª Edição em Fac-simile do livro de 1933; Ed. Câmara Municipal de Tarouca; Tarouca; 2002; p.215



Esq. 66 Esquematização indicativa da Escada dos Monges (elaborada pela autora)

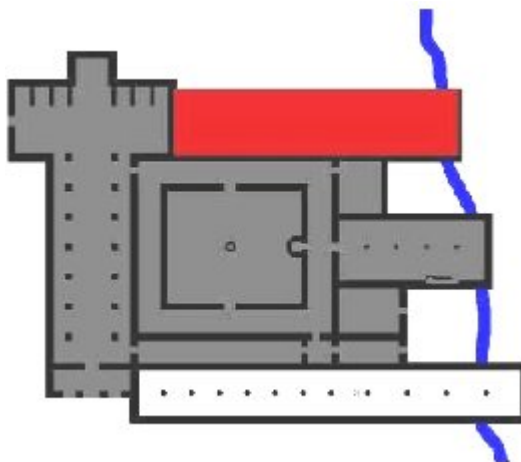
No piso superior da Ala dos monges, ao qual se acedia pelas **escadas dos monges**⁶⁰ (Esq. 66) que se localizavam entre o locutório e o scriptorium, também chamada escada diurna (Fig. 241), encontrava-se o **dormitório dos monges**⁶¹ (Esq. 67) e as latrinas.



Fig. 241 Escadas dos Monges: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografias da autora)

⁶⁰ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.144

⁶¹ Para a definição de sala do capítulo ver: BANGO, Isidro; Op. cit.; pp. 52 / BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; pp. 47-49



Esq. 67 Esquematização indicativa do Dormitório dos Monges (elaborada pela autora)

Como refere o capítulo XXII da Regra de S. Bento:

"Durma cada qual em seu leito separado. Receba cada um a roupa de cama de harmonia com o teor da vida (monástica) e consoante as determinações do abade. Podendo ser, durmam todos no mesmo lugar; se porém, não for possível, por serem muito numerosos, repousem em grupos de dez ou de vinte, com anciãos que olhem por eles. No dormitório haverá uma luz continuamente acesa, até de manhã.(...) Estejam os monges sempre aprestados; e dado o sinal levantem-se sem demora e dêem-se pressa por chegar cada qual primeiro ao ofício divino, mas com toda a gravidade e modéstia.

*Os irmãos mais novos não devem ter as camas uns junto aos outros, mas entremeadas com as dos anciãos."*⁶²

O dormitório dos monges nos primeiros séculos da vida monástica cisterciense era uma ampla sala, localizada no primeiro andar da ala nascente do claustro (Fig. 242).

Havia também uma ligação directa à igreja, através de uma porta aberta na parede do braço adjacente do transepto, como já foi anteriormente referido, utilizada para aceder aos ofícios nocturnos, era a escada das matinas.

As camas dispunham-se perpendicularmente às paredes laterais, ficando a cabeceira junto à parede. Segundo Nelson Correia Borges:

"Este preceito, que proibia as celas individuais, foi a pouco e pouco sendo transgredido, apesar do rigor regral imposto pela reforma cisterciense. Por celas individuais entendiam-se divisórias fechadas com porta, provida de fechadura. Tolerava-se, portanto, a existência de tabiques baixos a separar os leitos, expediente que

⁶² Ver capítulo XXII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 65

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

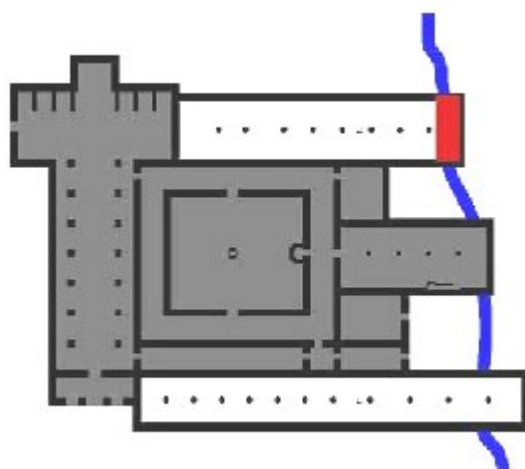
*aliás, foi também inicialmente combatido. (...) Finalmente, em 1666, o papa Alexandre VII, pela bula 'In Suprema', autorizou a construção de celas nos dormitórios, mobiladas com moderação."*⁶³

É possível, segundo Virgolino Jorge, que inicialmente, enquanto as obras do mosteiro não fossem concluídas, o dormitório fosse comum para toda a comunidade.



Fig. 242 Dormitório dos monges: (a) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (b,e) Mosteiro de S. João de Tarouca; (c,f) Mosteiro de Santa Maria de Cós; (d) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão; (g,h) Mosteiro de Santa Maria das Júnias; (i) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (j) Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (fotografias da autora, exceptuando d,g,h,i: arquivo DGEMN/IHRU)

⁶³ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.47



Esq. 68 Esquematização indicativa das latrinas
(elaborada pela autora)

Numa extremidade do dormitório, oposta à igreja, localizam-se as **latrinas**, o "*necessarium*" ou o "local das necessidades" do mosteiro medieval (Esq. 68). Na maior parte das vezes era construído na continuação do dormitório mas também podia ser construído em ângulo recto em relação ao mesmo (Fig. 243 e 244). Isto dependia do aprovisionamento de água e da localização dos canais e levadas utilizados para a evacuação.



Fig. 243 Latrinas ou "*necessarium*" do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões
(fotografia da autora)

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

Refere Terryl Kinder:

"Le latrine comunicavano con il dormitorio attraverso due porte, una per entrare e una per uscire, tra le quali è frequente trovare un'apertura o una finestra interna. (...) Nelle latrine, i monaci dovevano mostrare il consueto pudore e decoro. 'Quando vanno al gabinetto', recitano gli Ecclesiastica officia, 'devono nascondere il volto con il cappuccio (per quanto possibile) e sedersi in modo che le maniche siano piegati di fronte a loro e la cocolla scenda sino ai piedi' Viò vuol dire, in altre parole. Che tutte le parti del corpo che fuoriuscivano dalla tunica – testa, mani e piedi – dovevano essere coperte, al fine di preservare il più assoluto anonimato."⁶⁴

No entanto, as latrinas não existiam apenas nos dormitórios dos monges do coro pois existiam noutras partes do edificado monástico como o dormitorio dos conversos e a enfermaria.

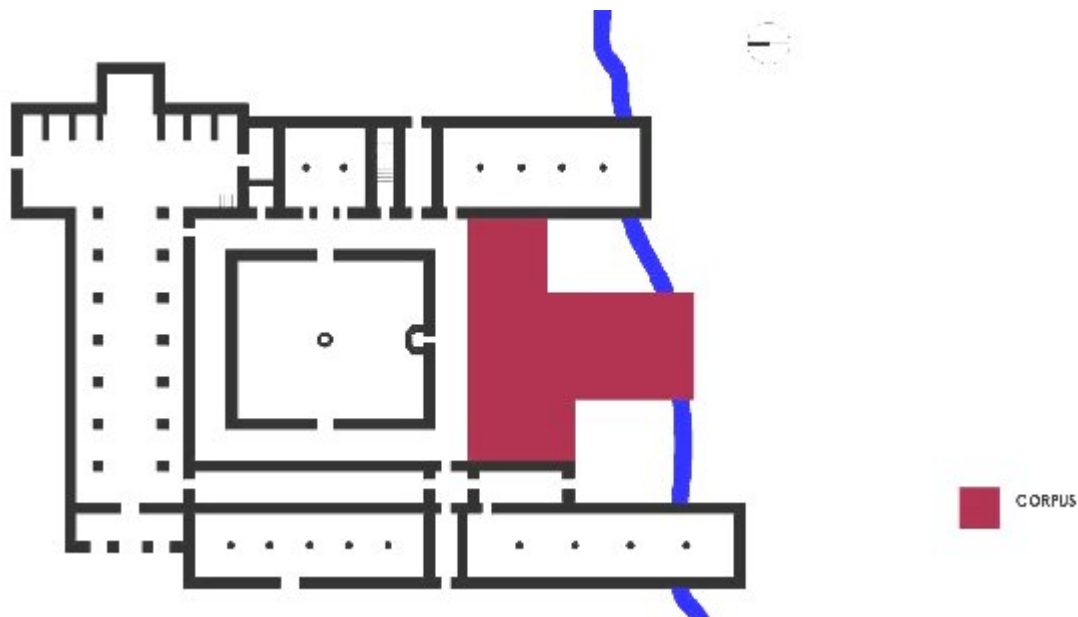


Fig. 244 Latrinas do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões
(fotografia da autora; planta e corte Prof. Virgolino Ferreira Jorge)

⁶⁴ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.154

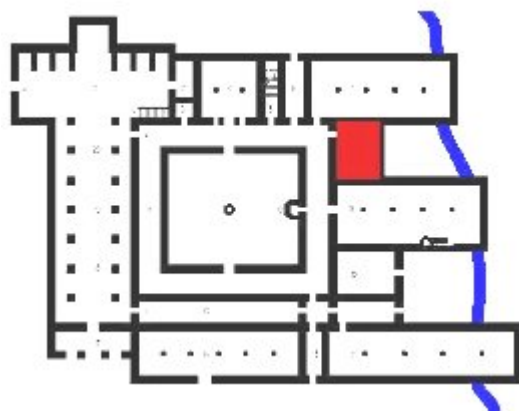
5.1.4.

CORPUS



Esq. 69 Esquematização morfo-tipológica *CORPUS* (elaborado pela autora)

O **calefactório** (calefactorium) era o local que proporcionava aquecimento (Esq. 70) ao mosteiro onde os monges se podiam aquecer (Fig. 245). Deste modo era o local, à excepção da cozinha, onde era permitido fazer fogo para diluir as tintas de escrita ou a cera e o sebo para o calçado (Fig. 246).



Esq. 70 Esquematização indicativa do calefactório (elaborada pela autora)

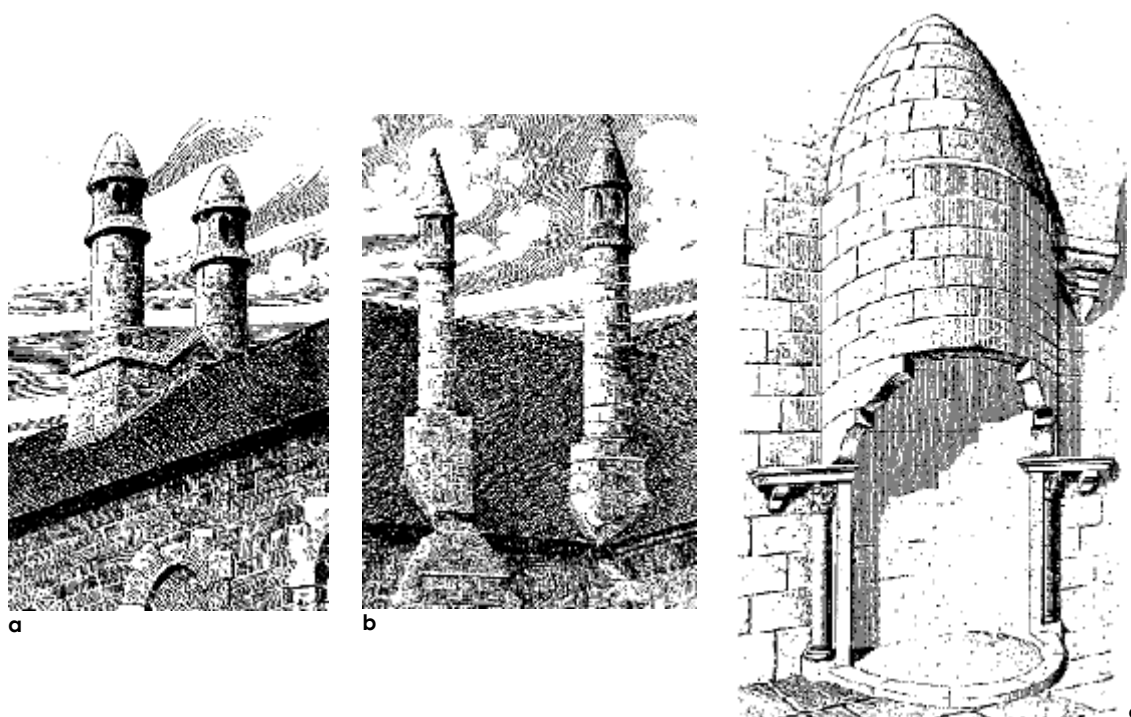
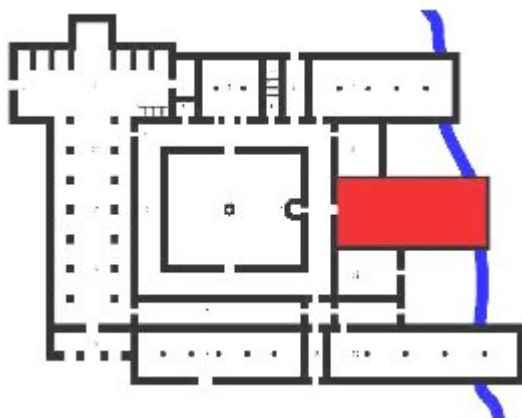


Fig. 245 Desenho das chaminés do Calefactório de Fontenay (a) e de Noirlac (b). Desenho do Calefactório de Sénanque (c)⁶⁵



Fig. 246 Calefactório do Convento de Cristo em Tomar (fotografias da autora)

⁶⁵ Imagens retiradas de BAGULE, Lucien; **L'Abbaye de Fontenay et l'architecture cistercienne**; A. Rey Imprimeur-Éditeur; Lyon 1912; pp.44-45 (a,b) correspondem à p.44 e (c) à p.45



Esq. 71 Esquematização indicativa do refectório
(elaborada pela autora)

O **Refeitório dos Monges**⁶⁶ é o local de reunião destinado às refeições tomadas em comunidade (Esq. 71). Situa-se na ala oposta à igreja e perpendicularmente ao claustro o que permitia a sua ampliação para o exterior assim como a obtenção de uma maior e mais eficaz iluminação natural (Fig. 247). Como refere Terryl Kinder:

"Quando le comunità si espandevano e veniva intrapresa la costruzione di un chiostro e dei suoi edifici circostanti, il refettorio dei monaci, così come gli altri ambienti che rispondevano a necessità di natura corporale, prendeva posto nell'ala di fronte alla chiesa. Se la topografia lo permetteva, il refettorio cisterciense era perpendicolare al chiostro, anziché parallelo, come accade invece nella tradizione benedettina.

*Probabilmente questa diversa disposizione, che sembra essersi sviluppata in modo empirico, aveva lo scopo di fare maggior spazio agli edifici dei conversi lungo l'ala occidentale e di permettere l'edificazione di una cucina che potesse servire sia al refettorio dei conversi che a quello dei monaci. (...) Lo spazio disponibile lungo il chiostro era necessariamente limitato e, poiché era di grande praticità che la cucina, le dispense e il calefactorium fossero vicini, si decise di far ruotare il refettorio di 90° e di costruirlo verso l'esterno, in senso perpendicolare al chiostro."*⁶⁷

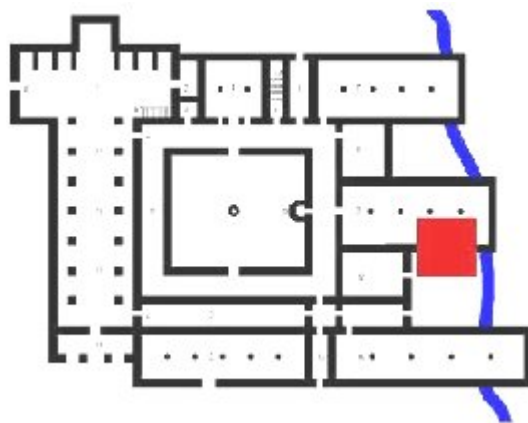
⁶⁶ Para a definição de Claustro ver: BANGO, Isidro; **El monasterio medieval**; Ed. Anaya; Madrid; 1990; pp. 54-55 / KINDER, Terryl N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998; pp. 165-167 / KINDER, Terryl N.; **L'Europe Cistercienne**; col. Les formes de la nuit; Ed. Zodiaque; 1998 / BORGES, Nelson Correia; **Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)** in MUSEU; IV série; n°7; 1998; pp. 50-51; TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995; p.116

⁶⁷ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; pp. 165-166



Fig. 247 Refeitório: (a)Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (b) Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão; (c) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (d) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (e) Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões; (f) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (antes das obras da DGEMN (g) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; (h) Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Mocambo (fotografias da autora, exceptuando e, f: arquivo DGEMN/IHRU, g: Câmara Municipal de Odivelas, h: Restaurante "A Travessa")

No entanto existem casos quer pela sua especificidade a nível da implantação num terreno extremamente acidentado quer por serem comunidades com um reduzido número de monges nos quais o refeitório surge implantado paralelamente à ala do claustro como se de um mosteiro beneditino de tratasse. É de salientar que o refeitório cisterciense não era um simples espaço onde se punha uma mesa na qual se faziam as refeições, mas sim um espaço santificado no qual se alimentava o corpo e a alma. No interior do refeitório as mesas são dispostas em “U” sendo os assentos junto às paredes (e apenas desse lado) libertando assim o lado interior para circulação de quem serve as refeições. Por vezes o espaldar dos assentos é decorado com azulejos (como é o caso do mosteiro de S. Cristóvão de Lafões)



Esq. 72 Esquematização indicativa do púlpito do leitor, no refeitório (elaborada pela autora)

É de referir a existência no refeitório do **púlpito do leitor**⁶⁸ (Esq. 72), geralmente localizado na parede ocidental e com as escadas de acesso embebidas na espessura da parede de modo a não impedir nem alterar o equilíbrio da espacialidade do refeitório (Fig. 248).

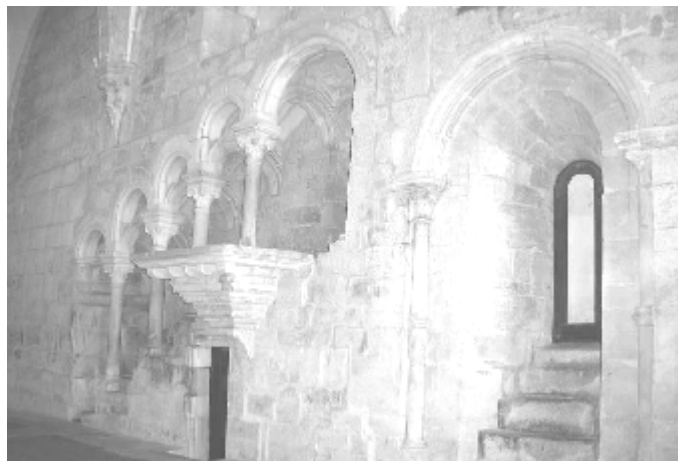


Fig. 248 Púlpito leitor existente no refeitório do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

⁶⁸ ver: BANGO, Isidro; Op. cit.; p. 57 / BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p. 57

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

Era do púlpito do leitor que se liam durante as refeições, cenas do martirológio, entre outros textos hagiográficos, de carácter bíblico ou espiritual.⁶⁹ (Fig. 249) Como refere o capítulo XXXVIII da Regra de S. Bento:

*"À mesa dos irmãos não deve faltar a leitura. (...) Guarde-se [à mesa] absoluto silêncio, de forma que não se ouça murmúrio ou palavra de ninguém, a não ser somente a voz do leitor."*⁷⁰

De igual modo refere Terry Kinder:

"Il lettore settimanale si esercitava nella lettura del testo durante i momenti dedicati alla lettura nel chiostro, per poter essere certo della pronuncia e della accentazione.

*A tavola bisognava osservare un silenzio rigoroso, e quindi gli oggetti venivano passati senza fare rumore, in modo da poter sentire bene il lettore."*⁷¹



a



b



c

Fig. 249 Púlpito do Refeitório: (a) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (b) Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (c) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (fotografias da autora excepto fotografia (c):arquivo da Câmara Municipal de Odivelas)

⁶⁹ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit.

⁷⁰ Ver capítulo XXXVIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 85

⁷¹ Cfr. KINDER, Terry N.; Op. cit.; p. 169

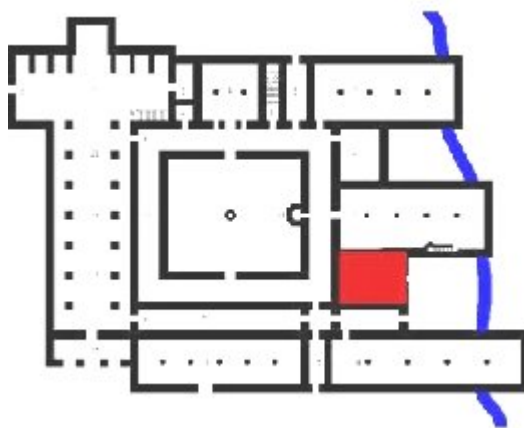
A **cozinha** (Esq. 73) encontrava-se quase sempre anexa ao refeitório. A espacialidade da cozinha adquire a sua importância consoante o número de monges que habitam o mosteiro (Fig. 250).

Como refere o capítulo XXXV da Regra de S. Bento:

*“Sirvam-se os irmãos uns aos outros e ninguém seja dispensado do serviço da cozinha, a não ser por motivo de doença ou por estar algum ocupado em coisas de grande utilidade. E que, com isto, se adquire maior merecimento e aumento de caridade. Aos fracos dêem-se ajudantes, para que desempenhem este ofício sem tristeza. De resto, tenham todos quem os ajude, consoante o exigir o número da comunidade e a situação do lugar”.*⁷²

De um modo geral a cozinha apresenta uma planta quadrada ou rectangular tal como salienta Nelson Correia Borges:

*“(...) é geralmente abobadada e com grande chaminé, ou várias, correspondendo cada uma à sua lareira. Entre os cistercienses possui sempre água encanada. (...) junto à cozinha situava-se em geral, o forno, também de dimensões adequadas à comunidade.”*⁷³ (Fig. 251)



Esq. 73 Esquematização indicativa da cozinha
(elaborada pela autora)

⁷² Ver capítulo XXXV R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 80

⁷³ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.51



Fig. 250 Cozinha: (a,b,c,f) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (d) Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (e) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas;; (g) Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão; (h) Mosteiro de S. Paulo e S. Pedro de Arouca; (i)Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografias da autora excepto fotografia (h):arquivo Éditions Gaud)



Fig. 251 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: (a) interior da chaminé, (d) forno, (g) volume externo da chaminé; Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: (b,e) forno, (h) interior da chaminé; Mosteiro de Santa Maria das Júnias: (c) forno e chaminé, (f) volume exterior da cozinha; Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões: interior da chaminé (fotografias da autora, excepto fotografia (f):arquivo DGEMN/IHRU)

Deste modo, a cozinha, localiza-se no extremo da ala sul, comunicando com o refeitório dos monges e com o refeitório dos conversos, geralmente através de uma **“roda”** ou **“ministra”** (Fig. 252 e 253), uma espécie de passa-pratos, servindo assim toda a comunidade monástica. As refeições confeccionadas na cozinha adquirem relevante importância como se pode observar no capítulo XXXVIII da Regra de S. Bento:

“Parece-nos, que serão suficientes em todas as mesas, para a refeição diária – quer se coma à sexta hora, quer à nona – dois cozinhados, em atenção às diversas enfermidades, para que assim quem não poder comer dum, possa comer do outro. Portanto a todos os irmãos devem bastar dois pratos de cozinhado. E, se houver

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

*fruta ou legumes frescos ajunte-se um terceiro. (...) Às crianças de pouca idade não se deve dar a mesma quantidade de alimentos, mas sim menos que aos adultos, guardando-se em tudo sobriedade. Da carne de quadrúpedes todos se abstenham em absoluto, excepto os enfermos extremamente fracos."*⁷⁴



Fig. 252 Elemento de comunicação entre a cozinha e o refeitório. Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (a) lado do refeitório, (b) lado da cozinha; Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (c) lado do refeitório, (d) lado da cozinha (fotografias da autora)



Fig. 253 Roda, elemento de comunicação entre a cozinha e o refeitório. Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (a) lado da cozinha, (b) lado do refeitório (fotografias: arquivo da Câmara Municipal de Odivelas)

⁷⁴ Ver capítulo XXXVIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; pp. 86-88

De facto são (Fig. 254) poucas as cozinhas cistercienses primitivas que chegaram até aos nossos dias quer pela evolução das necessidades da comunidade quer por ser um lugar propenso a incêndios como refere Terryl Kinder:

*"Ci sono tre importanti ragioni per cui si sa relativamente poco sulle cucine del XII secolo, sia nelle abbazie cisterciensi che altrove. Innanzi tutto, nelle cucine c'erano dei forni e dei focolari, e gli incendi rappresentavano un pericolo costante; a volte le cucine dovevano essere ricostruite a causa di incidenti e quindi ben presto vennero regolarmente coperte con volti di pietra. In secondo luogo, la tecnica in questo campo progredì i secoli e ovunque si preparasse il cibo per una comunità numerosa doivenne normale beneficiare di tali progressi. Infine, era inevitabile la periodica sostituzione di strutture e di materiali che venivano usati quotidianamente in modo così intensivo"*⁷⁵ (Fig. 255)

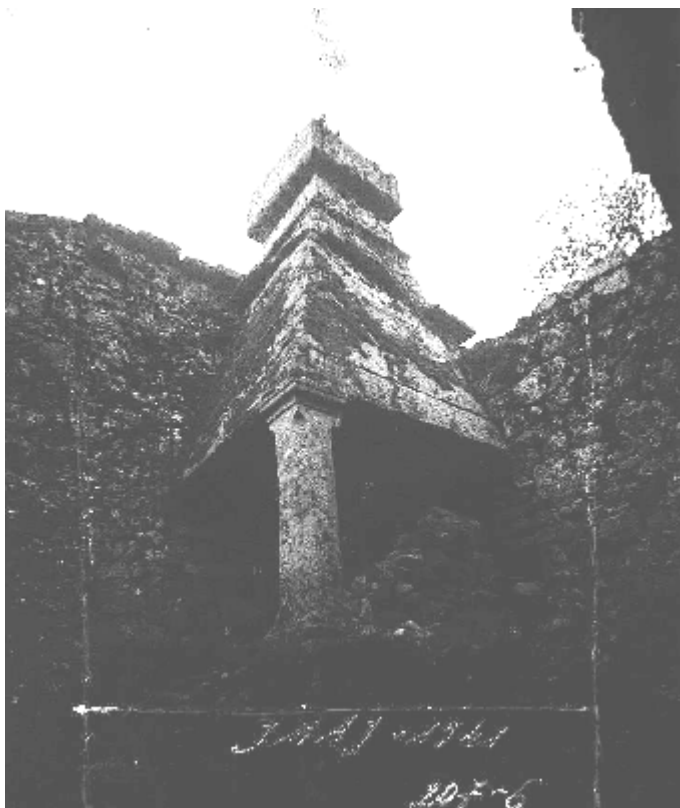


Fig. 254 Cozinha, em ruínas, do Mosteiro de Santa Maria das Júnias na primeira metade do século XX(arquivo DGEMN/IHRU)

⁷⁵ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; pp.163-64

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

Na Apologia encontra-se a dissertação teórica das diferenças entre as duas observâncias da Regra Beneditina que deste modo opunham “beneditinos cluniacenses” a “beneditinos cistercienses”, monges negros a monges brancos.

É curioso o facto de nesta carta, pequeno tratado sobre os preceitos cistercienses, encontrarmos algumas das poucas observações feitas por São Bernardo relativamente à arte e arquitectura Cisterciense. É ainda mais curioso encontrar o registo das “utilizações gastronómicas” dos ovos (Fig. 257) num mosteiro sendo sugerida uma longa lista das suas variantes culinárias assim como dos cuidados a ter com a ingestão da bebida.



Fig. 255 Cozinha do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca: recriação da culinária medieval (arquivo da autora)



Fig. 256 Cozinha do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca: recriação da culinária medieval (arquivo da autora)

E como é óbvio, seria com as ervas medicinais, da horta monástica, que se faziam, na botica, as mezinhas e preparados para solucionar os hipotéticos problemas gástricos de tal excesso. Como refere São Bernardo na sua violenta crítica:

“A barriga, sem dar por ela vai-se enchendo, mas a variedade tira o fastio. Com efeito enfastiamo-nos dos alimentos puros, como a

natureza os criou, enquanto de muitos modos, se fazem misturas dumas coisas com outras, e desprezando os sabores naturais que Deus lhes incutiu, provoca-se a gula com sabores adulterados, passam-se os limites do necessário e nem assim se supera o prazer. Quem seria capaz de dizer de quantos modos, para calar os demais, só os ovos se deitam e batem, com que cuidado se viram, se reviram, mal passados, bem passados, se reduzem e se servem ora cozidos, ora estrelados, ora recheados, ora mexidos, ora sós? Para quê tudo isto, senão para prevenir o fastio? Depois, cuida-se em fazer aparecer à vista a qualidade das coisas para que uma pessoa não se deleite menos na apresentação que no gosto e quando já o estômago se mostra cheio com grandes arroto ainda não se satisfaz a curiosidade. Mas quando os olhos são seduzidos pelas cores, o paladar pelos sabores, o pobre estômago, que nem conhece as cores nem aprecia os sabores, é obrigado a receber tudo e violentado, fica mais sobrecarregado do que refeito.

(...) Já agora, que direi da bebida da água, quando de maneira nenhuma, se admite vinho aguado? Todos, sobretudo desde que somos monges, temos um estômago débil (...). Mas quando as veias estiverem saturadas de álcool e toda a cabeça a palpitar, levantando-se da mesa que é que apetece senão dormir? Ora se és obrigado a levantar-te para as vigílias com a digestão por fazer, não executarás o canto mas antes o pranto.”⁷⁶

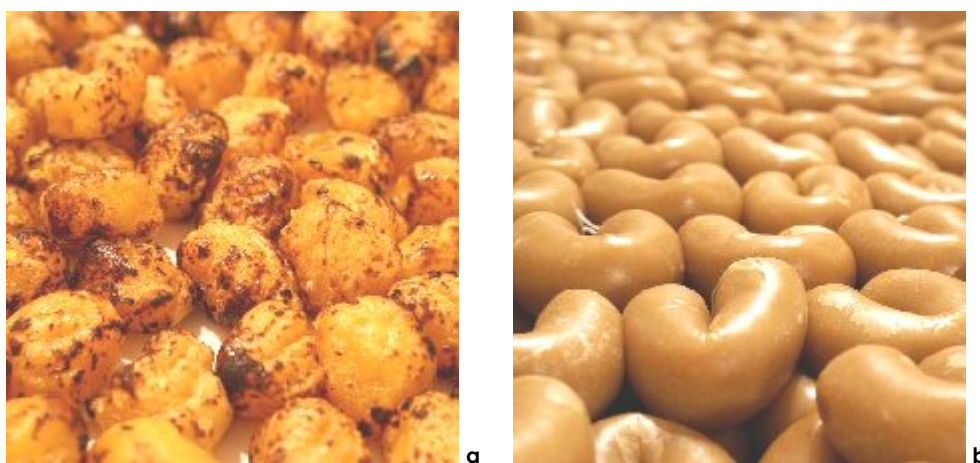


Fig. 257 Doces típicos de Arouca que ainda hoje se confeccionam com base nas receitas das monjas do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca: castanhas de ovos e morcelas doces (arquivo da autora)

⁷⁶ DIAS, Geraldo Coelho (apresentação, tradução e notas); **Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade**; Fundação Eng. António de Almeida; Porto; 1997; p.51-53



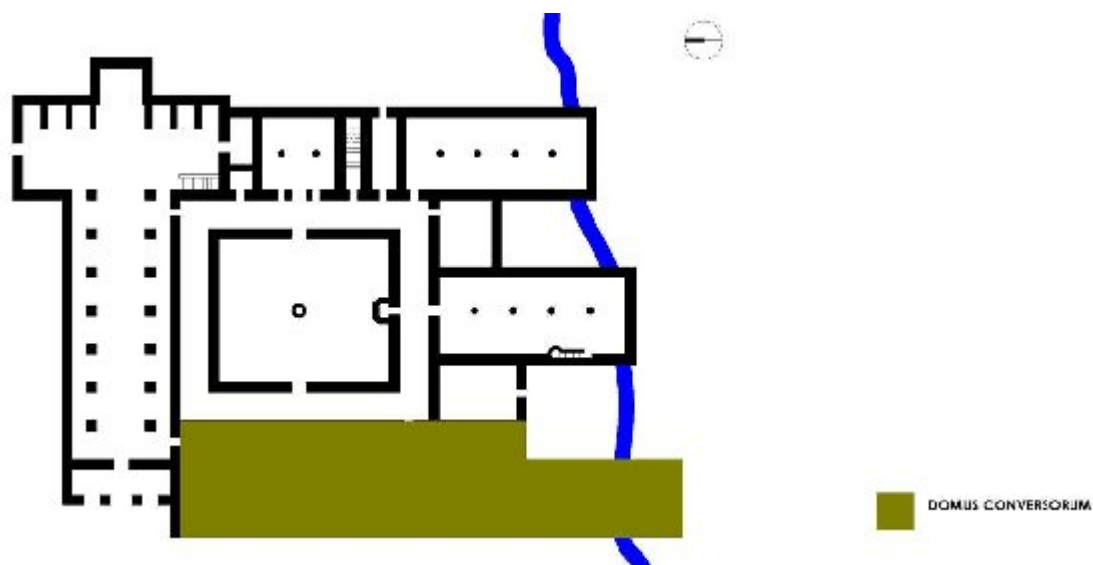
Fig. 258 Cozinha de Santa Maria do Bouro, actualmente restaurante da Pousada de Santa Maria do Bouro. A mesa das sobremesas é a antiga mesa de pedra da cozinha (fotografia da autora)



Fig. 259 Cozinha de Santa Maria de Alcobaça, pia onde corria água directamente retirada de um desvio do rio (fotografia da autora)

5.1.5.

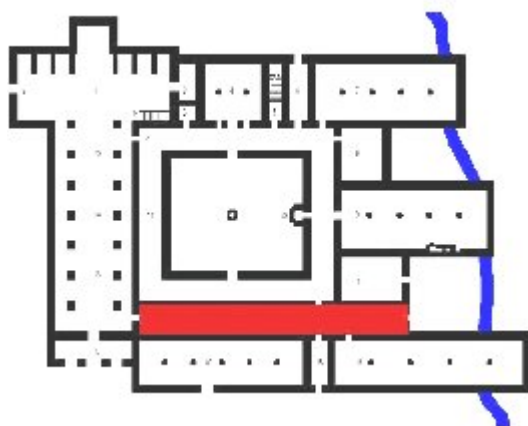
DOMUS CONVERSORUM



Esq. 74 Esquematização morfo-tipológica DOMUS CONVERSORUM (elaborado pela autora)

A **ala ocidental** ou **Domus Conversorum** (Esq. 74) era reservada aos conversos encontrando-se ao nível do piso térreo o celeiro, a entrada, o refeitório dos conversos, o corredor ou "ruela" (Esq. 75) dos conversos e no piso superior encontravam-se os seus dormitórios e latrinas. Como refere Terryl Kinder:

"È comprensibile, dunque, che la storia architettonica dell'ala occidentale del chiostro rifletta la storia istituzionale dei conversi. Nel XII e nel XIII secolo, quando fu edificata la maggior parte delle abbazie, si rese necessaria una adeguata sistemazione per accogliere un'importante forza lavoro."⁷⁷



Esq. 75 Esquematização indicativa do corredor dos conversos (elaborada pela autora)

⁷⁷ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p. 178

As **“ruelas dos conversos”** começam a surgir cerca de 1150 no entanto nem sempre se encontra este elemento morfo-tipológico, pelo que se pode dizer que por vezes eram inexistentes ou então não foram consideradas aquando a construção do mosteiro, seja por ter sido reaproveitado um edifício previamente existente. Nestas situações de inexistência de corredor de conversos o lado do claustro que lhes corresponde é sempre cego.⁷⁸

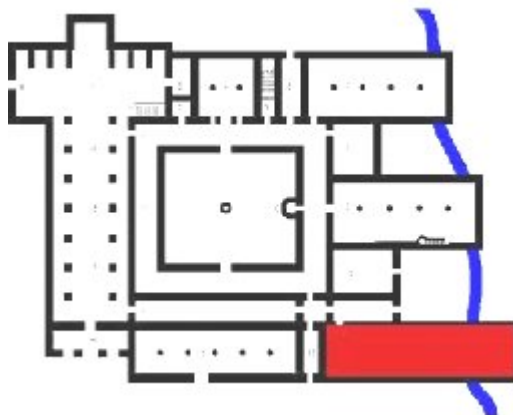


Fig. 260 “Ruela” interior do Mosteiro de S. Bento de Cástris
(fotografia da autora)

O **corredor dos conversos** é uma passagem paralela à ala ocidental do claustro, que estabelece a separação entre a zona dos monges e a dos irmãos conversos. No entanto permite as ligações entre as dependências dos conversos e a igreja, a cozinha e o exterior do mosteiro (Fig. 260) como refere Tobin:

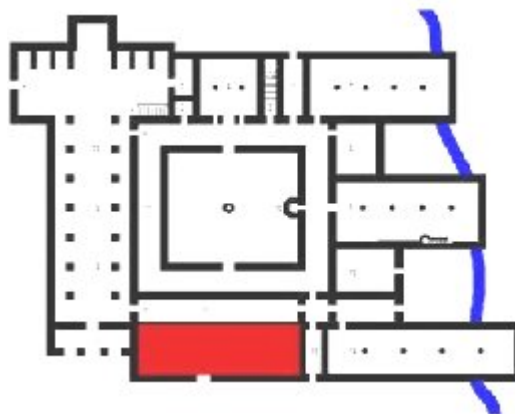
⁷⁸ Ver FERGUSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in " Cîteaux 1098 – 1998, L'Épopée Cistercienne – Dossiers d'Archeologie"; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 46

"(...) ils doivent utiliser cette étroite ruelle qui longe l'allée occidentale du cloître mais en est complètement séparée par un mur, afin que les contacts entre les moines de chœur, souvent d'origine noble, et les frères convers illettrés, de plus humble extraction, soient les moins nombreux possible."⁷⁹



Esq. 76 Esquematização indicativa do refeitório dos conversos (elaborada pela autora)

O **Refeitório dos conversos** situa-se na extremidade da ala poente (Esq. 76), oposta à igreja e próxima da cozinha, em disposição perpendicular ao claustro, tal como o refeitório dos monges.



Esq. 77 Esquematização indicativa do celeiro (elaborada pela autora)

O **celeiro** era o armazém geral de víveres e dos utensílios correntes do mosteiro, era também o local onde se recebiam os géneros alimentícios (Esq. 77). O celeireiro assume as funções de maior dificuldade e responsabilidade na

⁷⁹ TOBIN, Stephen; Op. cit.; p. 97

administração quotidiana do mosteiro logo a seguir ao abade (Fig. 261 e 262). Segundo o capítulo XXXI da Regra de S. Bento:

“ Para celeireiro do mosteiro deve-se escolher de entre os irmãos um que seja sábio, maduro de costumes, sóbrio, não de muito comer, nem orgulhoso, nem turbulento, nem injuriador, nem indolente, nem pródigo, mas temente a Deus e que seja como um pai para toda a comunidade. (...) Considere-se todas as alfaias e fazenda do mosteiro como se fossem vasos sagrados do altar. Nada lhe pareça de pequena monta. Não seja nem avarento nem pródigo e dissipador dos bens do mosteiro; mas tudo faça com peso e medida, consoante as ordens do abade.”⁸⁰

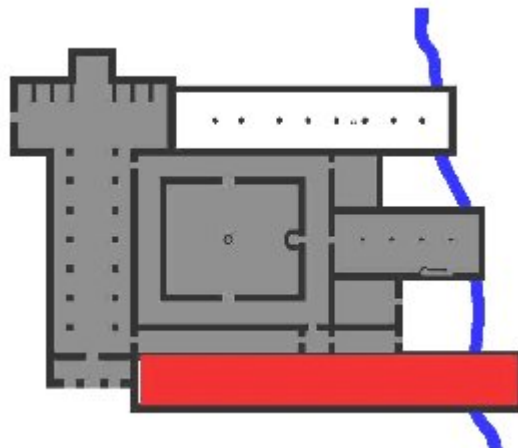


Fig. 261 Celeiro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)



Fig. 262 Interior do Celeiro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, actualmente sala de exposições e de ensaio para um a companhia de dança alcobacense (fotografia da autora)

⁸⁰ Ver capítulo XXXI R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 75



Esq. 78 Esquematização indicativa do dormitório dos conversos (elaborada pela autora)

No piso superior da ala dos conversos encontra-se o **dormitório dos conversos** (Esq. 78). Este dormitório, tal como o dormitório dos monges, é um espaço de características amplas e localiza-se na extensão da ala poente do claustro, sobre o celeiro, a entrada principal e o refeitório dos conversos.

O acesso ao dormitório fazia-se através da **escada dos conversos** que comunicava com o corredor dos conversos ou com a zona adjacente de entrada no mosteiro.

À semelhança do que se passava no piso do dormitório dos monges, também na extremidade do dormitório dos conversos se podia encontrar a existência de **latrinas** que descarregavam para a mesma levada que servia para as descargas das latrinas dos monges.

A **hospedaria** ficava próximo da portaria mas o mais afastada possível dos espaços habitados pelos monges (Fig. 263). Os laicos são nos termos da regra como consta do capítulo LIII, hóspedes a receber como o próprio Jesus Cristo:

*"Todos os hóspedes que se apresentam (no mosteiro) sejam recebidos como se fosse o próprio Cristo, pois Ele dirá [um dia]: «Fui hóspede, e recebeste-me». E a cada qual sejam prestadas as honras convenientes (...)"*⁸¹

O acolhimento a viajantes, peregrinos ou apenas aqueles que necessitavam de pousada era uma das funções dos mosteiros tal como preconiza a Regra de S. Bento. O seu traçado, como salienta Nelson Correia Borges "(...) não se diferencia da arquitectura civil, embora os grandes edifícios fossem sempre

⁸¹ Ver capítulo LIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; pp. 108-109

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

repartidos interiormente em espaços que seguíam de perto o esquema dos dormitórios(...)."82

A Regra de S. Bento especifica que eles deveriam dispor de uma cozinha à parte e de uma casa de hóspedes onde serão preparadas camas em número suficiente. Assim,

*"A cozinha do abade e dos hóspedes deve ser separada, para que os hóspedes que nunca faltam ao mosteiro e vêm a horas incertas, não perturbem os irmãos. (...)Da hospedaria seja igualmente encarregado um irmão cuja alma esteja possuída do temor de Deus. Nela deve haver camas preparadas em número suficiente. Assim, a casa do Senhor será por homens sábios sabiamente governada."*83



Fig. 263 Hospedaria: (a) Mosteiro de S. João de Tarouca, (b) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, (c) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (fotografias da autora)

393

O **Noviciaria** é o espaço previsto pela regra de S. Bento para a formação daqueles que entram na vida monástica. Deveria estar afastado do resto do edificado monástico e era posto sob a regência do "Mestre dos noviços" a quem competia dar a devida formação.⁸⁴

*"Quando alguém, pela primeira vez se apresentar para abraçar a vida monástica, não se lhe facilite a entrada (...). E assim, se o recém-vindo perseverar em bater à porta (...) e persiste no seu pedido faculte-se a entrada, ficando durante alguns dias na hospedaria. Depois passará para os aposentos dos noviços, onde todos se entreguem aos exercícios espirituais, comam e durmam."*85

O espaço destinado aos noviços devia estar dotado de todos os requisitos necessários tal como o mosteiro segundo a Regra de S. Bento. Refere Nelson Correia Borges:

⁸² BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.43

⁸³ Ver capítulo LIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; pp. 109-110

⁸⁴ DIAS, Geraldo Coelho; **Os Mosteiros e a organização dos Espaços: Arquitectura e Espiritualidade**; texto inédito policopiado; 2006; p.8

⁸⁵ Ver capítulo LVIII R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 116

*"Os noviços deviam habitar um lugar apartado do mosteiro (...). O corpo de edifício a eles destinado devia estar provido de todos os requisitos necessários: celas, sala de estudo e aula, sala capitular, capela, cozinha, refeitório, instalações para higiene individual – casa da água, lavatório e secreta. (...) e a grandeza da noviciaria estava sempre de acordo com a importância da casa."*⁸⁶



Fig. 264 Portaria do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (fotografias da autora)

394

Na **portaria** (Fig. 264) encontrava-se geralmente um monge idoso de modo a que fosse o único a ter contacto visual para além dos elevados muros da cerca monástica pois exterior era uma tentação à qual o monge devia resistir.

*"À portaria do mosteiro ponha-se um ancião prudente que saiba receber e transmitir recados e cuja maturidade o não deixe andar a vaguear. O porteiro deve ter a sua cela junto da portaria, para os que chegam encontrem sempre presente quem os atenda."*⁸⁷

Neste local eram recebidos os viajantes, visitas ou pedintes que chegassem ao mosteiro como refere Nelson Correia Borges

*"(...) muito para além da função de acolhimento, era na portaria que se punha em prática a caridade monástica, com a chamada 'esmola da porta', em geral constituída por alimentos – caldo ou pão. Este costume tinha também a intenção de sufragar os defuntos da comunidade."*⁸⁸ (Fig. 265)

⁸⁶ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.50

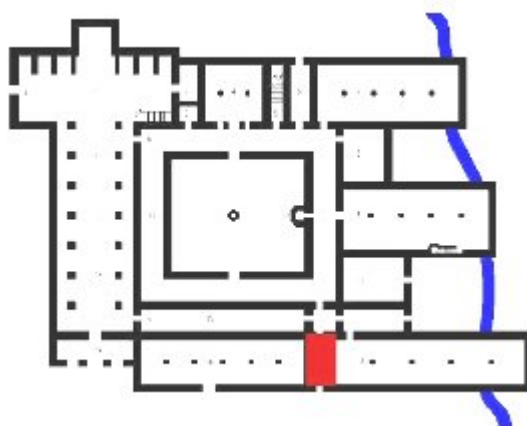
⁸⁷ Ver capítulo LXVI R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 132

⁸⁸ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.43

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Fig. 265 Pintura policroma existente num dos caixotões que revestem o tecto do refeitório do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (arquivo da Câmara Municipal de Odivelas)



Esq. 79 Esquemática indicativa da entrada principal no mosteiro (elaborada pela autora)

395

A **Entrada principal** era localizada entre o celeiro e o refeitório dos conversos (Esq. 79). Este espaço servia de parlatório dos conversos. (Fig. 266)



Fig. 266 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas(arquivo DGEMN/IHRU)

5.1.6

EXTERIOR

A **cerca monástica** (Fig. 267) de elevadas dimensões delimita o mosteiro desligando-o do mundo exterior, com o qual faz fronteira, mas também protegendo-o da eventual intrusão de animais ou pessoas (Fig. 260). É um espaço intemporal de contacto com a natureza por excelência.



Fig. 267 Cerca (lado interior) do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa
(fotografia da autora)

A cerca dos mosteiros podia possuir na sua inteira totalidade dezenas de hectares assim como construções agrícolas e industriais, como forjas, ferrarias, moinhos, currais, estrebarias, fornos e tudo o mais que fosse indispensável à vida quotidiana e às actividades práticas dos monges.

A ocupação do terreno estaria repartida por pastagens, viveiros, jardins polvilhada por moinhos destinados à moagem de cereais.

Como refere Nelson Correia Borges:

“A cerca acabou assim por assumir o significado primitivo da palavra ‘claustrum’ correspondendo à ideia de lugar fechado por muros e designando a parte das casas monásticas com jardins, hortejos, pomares e áreas de recreação reservadas exclusivamente para uso de religiosos.

A separação deste espaço do exterior, por meio de altas paredes, remonta às origens do monaquismo. (...) era uma barreira contra a contaminação do mundo impuro e barulhento do exterior, um

*auxílio para o fortalecimento do sentimento comunitário e para a observância da castidade monástica."*⁸⁹



Fig. 268 Cerca (lado exterior) do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre (fotografia da autora)

Nos mosteiros femininos, muitas vezes, algumas tarefas como fiar, bordar, tecer ou remendar paramentos litúrgicos, eram realizadas no exterior do mosteiro, nos espaços verdejantes do interior da cerca. É a partir do século XVII que as cercas monásticas começaram a ser "recheadas" de um sem número de elementos decorativos como tanques, grutas, chafarizes ou cascatas.⁹⁰ Mas também dentro da cerca monástica existem capelas. Como refere Nelson Correia Borges:

"Meditação e oração eram feitas, sobretudo, nas capelas devocionais que se dispuseram pelas cercas, em locais proeminentes do terreno e conjugadas com os caminhos que até elas levavam, por entre jardimzinhos, hortejos, pomares e arvoredo. (...) Nessas capelas das cercas se podiam fazer retiros espirituais e até circuitos de peregrinação em que estas desempenhavam o papel de 'estações' nas romarias que, sobretudo, as religiosas se propunham cumprir, sem sair dos muros da clausura."⁹¹

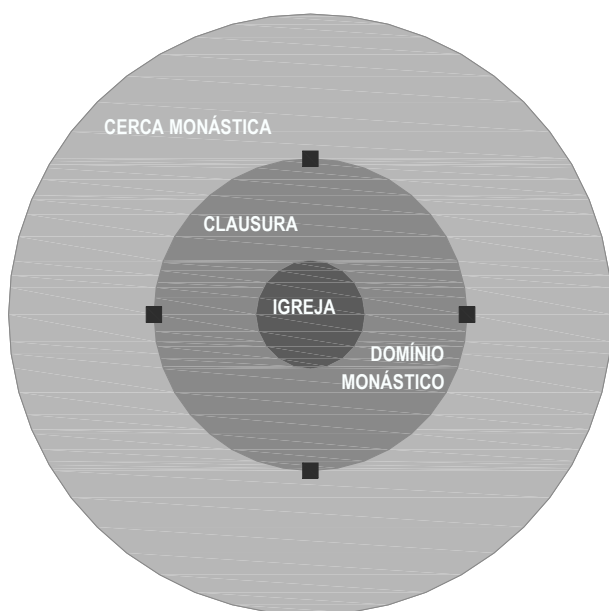
Geralmente o acesso ao exterior da parte interna do mosteiro era feito por quatro portas rasgadas em cada um dos lados do complexo monástico.⁹²

⁸⁹ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.45

⁹⁰ Idem; p.46

⁹¹ Ibidem; pp.46-47

⁹²Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; Op. cit.



Esq. 80 Esquematisação dos níveis de clausura/privacidade de um mosteiro assim como as suas conexões com o restante espaço monástico, constituídas por quatro portas – uma em cada um dos quatro lados do mosteiro - inserido na cerca com o restante espaço (esquema e síntese da autora)

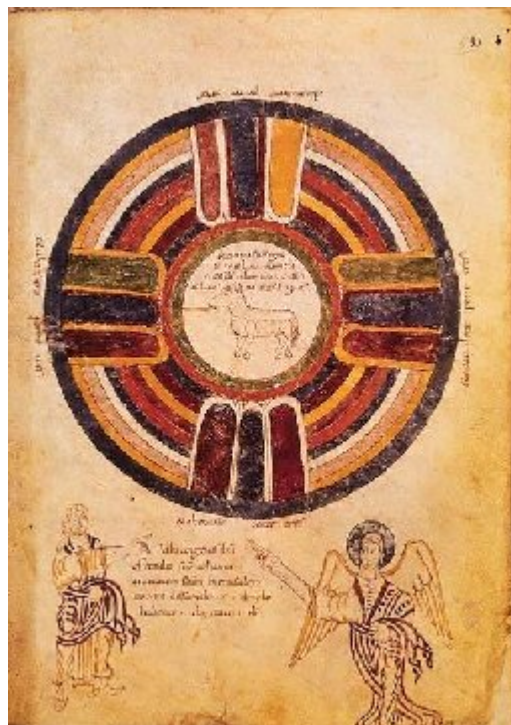


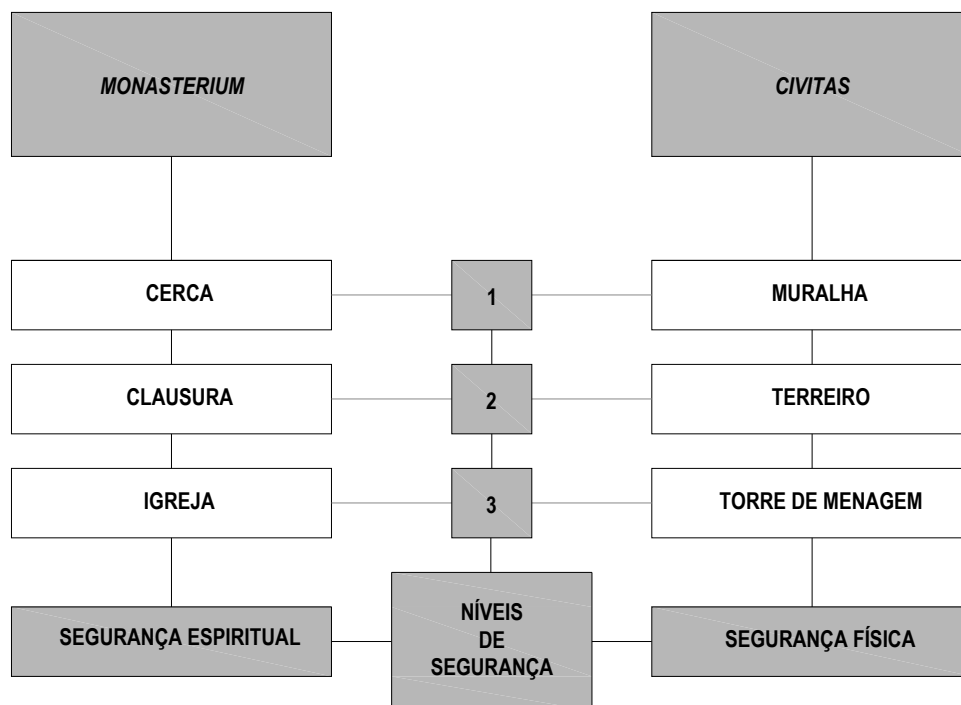
Fig. 269 Apocalipse, Jerusalém celeste, manuscrito francês datado do séc. IX (B.N.F.)

O mosteiro medieval além de ser visto como uma micro-cidade (Esq. 80), neste caso a tentativa de se aproximar da Jerusalém Celeste (Fig. 269), devia ser visto também como uma micro-cidade medieval, segundo o tempo em que se inseria. A cidade medieval possuía três níveis de segurança e defesa:

1.
a **muralha**;
2.
o **terreiro**, que consistia numa zona ampla, que circundava a parte externa do castelo;
3.
a **Torre de Menagem**.

No caso do mosteiro cisterciense medieval existiam também três níveis de "segurança espiritual" (Esq. 81):

1.
a **cerca**;
2.
área de **clausura** ou seja de domínio privado dos monges
3.
a **igreja**



Esq. 81 Esquemática comparativa dos níveis de segurança do mosteiro medieval e da cidade medieval (esquema e síntese da autora)

Refere a este propósito Terryl Kinder:

*"Se, dal punto di vista economico, un monasterio mediavale funzionava pressappoco como un feudo medievale, dal punto di vista topografico era molto simile a una città medievale. E come la città medievale aveva tre livelli di difesa – le mura cittadine, i cortili esterni del castello e il torrione o maschio -, così il monastero aveva tre livelli di quella che potremmo definire sicurezza spirituale. Alle mura cittadine corrispondeva il muro di cinta; ai cortili esterni del castello l'area della clausura, dominio privato dei monaci; al torrione o machio la chiesa."*⁹³

⁹³ Cfr. KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p.218



Fig. 270 Cerca do Mosteiro de S. Pedro e s. Paulo de Arouca nos anos 40 do século XX (arquivo DGEMN/IHRU)



Fig. 271 Cultivo do jardim por monges cistercienses na Abadia de Salem, Alemanha (Editions Gaud)

A **horta/jardim** servia para o cultivo de plantas medicinais, frutas e legumes, servindo também para o combate à ociosidade (Fig. 271). Como refere Nelson Correia Borges:

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

“O combate à ociosidade foi uma constante nas casas monásticas, em todos os tempos, desde a Regra de S. Bento e a jardinagem uma das ocupações recomendadas para preenchimento das horas livres.”⁹⁴

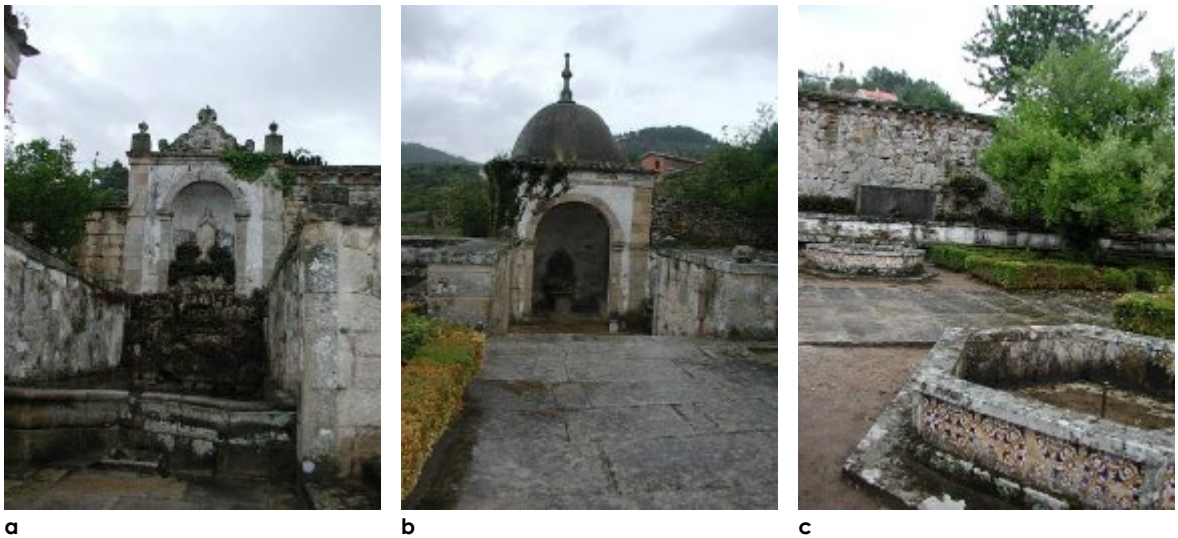


Fig. 272 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: Jardins (fotografias da autora)



Fig. 273 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: lagar (a) e palheiro (b) (fotografias da autora)

O monge medieval cuidadosamente trata da pequena porção de terra, que é reservada dentro da horta do mosteiro, para o cultivo das plantas medicinais. É com o mesmo cuidado que estuda a sua colheita, as suas propriedades curativo-medicinais e extrai os elementos com os quais fará os seus manipulados e preparados.

⁹⁴ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.45

É numa dependência próxima ou contígua, a botica, o local onde estes mesmos preparados e manipulados são guardados. Já no plano de Saint-Gall surge uma dependência com esta finalidade localizada no jardim, é o "*domus medicorum*".⁹⁵

As **Boticas** ⁹⁶ tornaram-se elementos chave no fabrico de remédios para os monges e mesmo para os leigos.

A botica encontrava-se nas proximidades da enfermaria, era aqui que se faziam as sangrias⁹⁷. Os monges estavam obrigados a uma sangria periódica pelo que teve um grande papel o monge que praticava a tonsura e a sangria (Fig. 274), era o "rasor et minutor", mais tarde apelidado de barbeiro-sangrador.

A sangria foi um dos pilares da medicina medieval sendo praticada já desde a antiguidade não só na tradição hipocrática como também estava presente nas escolas árabes⁹⁸.



Fig. 274 Sangria, Londres BL MS Harley 3719, fols 158-159

Pode-se afirmar que os monges boticários surgiram na solidão das suas celas, dotados de um saber intrínseco e profundo e que através da oração, do louvor a Deus, da simplicidade ascética e da pobreza procuravam, através do conhecimento e da ciência, a sabedoria de Deus e a comunhão com Cristo.

Num momento inicial surge a figura do monge herbário que lidava com as pequenas ervas e condimentos, cuja mestria acabaria por se centrar nas plantas medicinais confeccionando poções e mezinhas dando lugar ao monge boticário (Fig. 276).

⁹⁵ MARTINS, Ana Maria Tavares; **O Mosteiro como espaço de recuperação do corpo e do espírito** in *Mosteiro e Saúde – Cerca, Botica e Enfermaria*. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões; Ed. Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões; São Cristóvão de Lafões, 2008

⁹⁶ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; pp.49-50

⁹⁷ DIAS, Geraldo Coelho; **Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges** in "O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos "; Edições Afrontamento; Porto; 1997; p.33

⁹⁸ LIZARRA LECUE, RAFAEL DE; **Boticas Monásticas Benedictinas**; texto policopiado; s/d.



Fig. 275 Elemento cerâmico para conservação de preparados característico das Boticas (arquivo da autora)

É do árduo trabalho deste monge, figura genérica de todos aqueles que se dedicaram ao auxílio dos seus irmãos tanto a nível do corpo terreno como do seu espírito que surge mais tarde o monge boticário.



Fig. 276 Botica do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (arquivo da autora)

A figura do monge vocacionado para o estudo das espécies e dos diversos tipos de plantas surge como uma das figuras centrais do mosteiro. É a ele que recorrem monges e população em geral pois é este que com o seu conhecimento incansável e inesgotável recorre às suas poções e mezinhas para curar o que é terreno, o que faz parte do corpo, aquilo que mantém e sustém o "corpo-monástico", aqueles corpos frágeis e humanos recipientes que contém a alma que aspira à comunhão com Deus. O pequeno horto de plantas medicinais de distintas espécies vocacionadas para as mais diversas mezinhas dá origem à moderna e muitíssimo bem apetrechada botica

renascentista, aquela que viria a ser a botica monástica propriamente dita. Será para sempre referenciada pelas suas prateleiras plenas de frascos e vasilhas rotuladas, cheias de fármacos, tal como seria referido por Quevedo para aliviar ou remediar a “desenfreada cólera” da doença.⁹⁹ A contemplação e o empirismo dos monges boticários, como refere Vicente González, esses “românticos de Deus”, proporcionavam meios e modos de responder com alívio às mais diversas maleitas.



Fig. 277 Tecto revestido com caixotões apresentando pinturas policromadas de diversas plantas medicinais, Convento de Cristo (fotografia da autora)

Os monges herbários e boticários são assim aqueles que, dia a dia, enriqueceram o seu conhecimento através da observação e da experiência contínuas. São aqueles que começam a redigir os “hortuli”, os “horti” e os “hortus sanitatis” mais por um motivo prático que científico mas que virão a tornar-se preciosos para o estudo da História da Botânica (Fig. 277). Estes “compêndios” eram o guia, com desenhos ou iluminuras, a seguir pelos monges, para bem elegerem, cultivarem e recolherem as plantas medicinais. Mais tarde, sobretudo a partir do séc. XV, estes compêndios são impressos tornando-se verdadeiras preciosidades e testemunho de um tempo e de um saber.

No entanto a botica em si vai crescendo e dando lugar a locais de saber e de pesquisa, com laboratório, armazém e demais dependências. Também com o passar do tempo, e sobretudo com os alvores renascentistas, as hortas monásticas transformam-se em jardins botânicos com estufas e instalações sofisticadas para plantas de maior delicadeza, raridade ou exotismo. Deste modo, os monges boticários aos poucos e poucos, com a graça de Deus, através da contemplação e dotados de mentes empíricas foram procurando, buscando, aprendendo e trazendo à luz as propriedades medicinais e

⁹⁹ VICENTE GONZÁLEZ, José de; **Boticas monásticas, cartujanas y conventuales en España**; tresCtres Editores; Santa Comba – A Coruña, 2002

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

terapêuticas daquelas plantas cujas pequenas sementes lançavam à terra e mais tarde colhiam no horto do boticário. Estas plantas cuidadas com toda a dedicação e carinho, seguindo o ritmo do Ora et Labora, deram origem a medicamentos utilizados nas mais diversas patologias¹⁰⁰

A Ordem de Cister dá especial atenção aos idosos e doentes tendo por isso adoptado um sistema de hospício aberto¹⁰¹ com capela própria, residência para o enfermeiro, jardim onde se cultivavam apenas espécies medicinais, banhos e claustro.

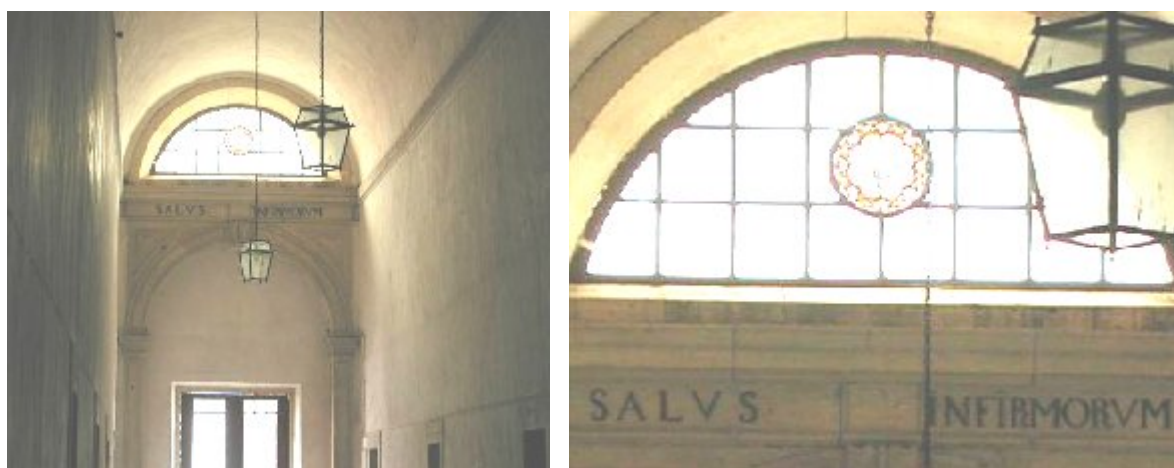


Fig. 278 Enfermaria: Convento de Cristo (fotografias da autora)

405

A Regra de S. Bento especifica que cada mosteiro deve ser dotado de uma **enfermaria**¹⁰² ou então existirá um monge destinado a cuidar especificamente dos seus irmãos doentes. Como refere Terryl Kinder:

*"La 'raison d'être dell'infermeria era la cura particolare per i monaci che si ammalavano, senza mai dimenticare che essi rimanevano monaci anche durante la malattia."*¹⁰³

Do mesmo modo o abade deve velar pelos enfermos de maneira a aperceber-se se existe algum tipo de negligência para com estes. A Regra de S. Bento chega mesmo a salientar no seu capítulo 36:

"Antes e acima de tudo deve-se ter cuidado dos doentes e servi-los como se fossem Cristo em pessoa, pois Ele disse: «Estive doente, e fostes-me visitar»; e: «O que fizeste a um destes pequeninos, a mim o

¹⁰⁰ MARTINS, Ana Maria Tavares; Op. cit.

¹⁰¹ Foram exemplo do sistema de hospício aberto Rievaulx a partir de 1150 assim como Tintern.

¹⁰² Para a definição de enfermaria KINDER, Terryl N.; Op. cit.; pp. 207-212 / BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.49

¹⁰³ KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p. 208

fizeste». (...)Para os doentes deve haver uma cela à parte, destinada a esse fim, e um servente temente a Deus, diligente e solícito.”¹⁰⁴

Segundo Fergusson a Ordem de Cister terá tido contacto com os avanços medicinais muçulmanos e bizantinos que eram ensinados nas grandes escolas de medicina de Montpellier e de Salerno.¹⁰⁵

A enfermaria deveria localizar-se sempre afastada do principal núcleo monástico, não só para evitar contágios e propagação de doenças com também para dotar os pacientes de maior conforto e sossego. Refere Nelson Correia Borges que “A sua estrutura foi sempre semelhante à do dormitório, quer no tempo em que foi espaço comum, quer depois de se passarem a utilizar celas individuais.”¹⁰⁶

Os doentes eram divididos em três grupos:

1. **Convalescença**

Este é o mais numeroso grupo composto por aqueles que tivessem recentemente utilizado um silício, o que correspondia a uma “enfermidade” breve e de rápida cura, exceptuando aqueles que tivessem complicações resultantes dessa prática (estes curavam-se na enfermaria ao contrário dos primeiros)

2. **Convalescença “extra chorum”**

Grupo composto por todos aqueles cujo estado de saúde exigia que estivessem afastados do coro (*extra chorum*) mas não suficientemente doentes para que a recuperação das suas maleitas fosse realizada na enfermaria.

3. **Convalescença na enfermaria**

Grupo composto por todos aqueles que apresentavam um quadro clínico grave de doença que tinha de ser efectivamente tratado na enfermaria.

A enfermaria funcionava como um mosteiro de reduzidas dimensões, até porque cada doente era antes de mais um monge. Refere Terry Kinder:

“L’infermeria funzionava come una sorta di piccolo monastero nel monastero. Per quanto possibile, vi si osservava il silenzio e gli uffici venivano svolti esattamente come in comunità. L’infermiere accendeva la candela per il Mattutino; per i vari uffici portava i libri di cui c’era bisogno dalla chiesa e poi li rimetteva al loro posto; in oltre doveva decidere quale dei fratelli presenti fosse

¹⁰⁴ Ver Capítulo XXXVI R.S.B. in **Regra do Patriarca S. Bento**; traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; 2ª edição; Edições “Ora & Labora”; Mosteiro de Singeverga; Singeverga; 1992; p. 82

¹⁰⁵ Ver FERGUSSON, Peter; **Les Cisterciens et le Roman** in “ Cîteaux 1098 – 1998, L’Épopée Cistercienne – Dossiers d’Archeologie”; n. 229; Dec. 97 – Jan. 98; p. 47

¹⁰⁶ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; p.49

*maggiormente in grado di intonare le Ore e le letture, e gli affidava tale incarico."*¹⁰⁷

A enfermaria cisterciense é de difícil localização como afirma Terryl Kinder, pois não existe listagem de edifícios obrigatórios para os cistercienses. No entanto é possível que fosse inicialmente construída, no séc. XIII, em madeira e mais tarde poderia ser substituída por uma de pedra como refere Terryl Kinder:

*"Dov'era ubicata questa 'stanza speciale' per i Cisterciensi ammalati? È impossibile una risposta precisa per i primissimi monasteri e non ne è fatta menzione nella lista degli edifici obbligatori necessari al momento della fondazione. Tuttavia, gli 'Ecclesiastica officia' che l'infermiere può andare in cucina e nel refettorio a prendere cuò di cui ha bisogno per il suo ufficio. (...) È possibile che inizialmente l'infermeria fosse una costruzione in legno, poi sostituita de una delle splendide infermerie in pietra del XIII secolo, o che fosse una stanza a parte la cui identità come antica infermeria si è persa per la mancanza di caratteri architettonici identificativi."*¹⁰⁸

Para além desta enfermaria existia uma segunda destinada aos irmãos conversos e poderia ainda existir uma terceira destinada aos visitantes ou habitantes das proximidades se fosse esse o caso. Esta última no caso de existir seria colocada próximo da porta principal.

A construção de uma **biblioteca** (Fig. 279) numa dependência à parte, isto é, projectada especificamente para albergar os livros dos mosteiros era um acontecimento insólito no século XII. Só a partir do século XV se começaram a construir especificamente dependências para os livros, ou seja, bibliotecas, uma vez que o "armarium" já não cumpria a sua função devido ao número de livros existentes.¹⁰⁹ Refere Terryl Kinder:

*"La costruzione di grandi biblioteche nell'area immediatamente all'esterno dell chiostro fu essenzialmente una conseguenza dell'introduzione in Europa della stampa a caratteri mobili all'inizio degli anni Cinquanta del XV secolo. (...) Le raccolte di libri sempre più grandi del tardo XII e del XIII secolo non potevano essere custodite nell'armarium comune e in genere si risolveva il problema dividendo lo spazio della sacrestia in modo da creare anche una stanza per i libri."*¹¹⁰

Depois do início do século XV aumentou a aquisição de livros pois a cultura europeia estava a transformar-se numa cultura literária e bibliográfica. Em Alcobaça no século XVI o dormitório foi repartido em celas individuais de modo

¹⁰⁷ KINDER, Terryl N.; Op. cit.; p. 210

¹⁰⁸ Idem; p. 210

¹⁰⁹ Ibidem; p. 196

¹¹⁰ Ibidem; p. 196

que grande parte do espaço foi utilizada para construir uma nova e grandiosa biblioteca.



Fig. 279 Biblioteca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça reconvertida em Asilo de 3ª idade (fotografia arquivo Éditions Gaud)

As condições da clausura feminina obrigam a algumas alterações no que respeita à constituição do seu plano arquitectónico e organização espacial pelo que apresentam algumas diferenças no que concerne o modelo predefinido masculino.

As construções monásticas femininas, devido à sua fábrica de estrutura mais simplificada e rápida, mostram algumas diferenças de adaptação na planta e oferecem uma variedade construtiva e tipológica maior, isto é, surgem dimensões mais reduzidas dos espaços monásticos mantendo-se no entanto a simplicidade como mote, tanto no que respeita à sua planta como ao desenho dos lugares regulares e das igrejas.

É de salientar a existência de elementos arquitectónicos claramente distintivos e pertencentes apenas aos mosteiros femininos.

Uma dependência exclusivamente existente nos mosteiros femininos era o **mirante** (Fig. 280). Após o concílio de Trento o rigor da vida de clausura intensificou-se pelo que foi necessário dotar o mosteiro de espaços destinados ao desafogo e recreação das monjas.

O mirante era uma espécie de logradouro aterracado localizado numa zona elevada do mosteiro, em geral próximo da portaria.



Fig. 280 Mirantes em mosteiros femininos: (a) Mosteiro S. Pedro e S. Paulo de Arouca, (b,c) Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, (d) Mosteiro de S. Bento de Cástris, (e,f) Mosteiro de Santa Maria de Celas (fotografias da autora)

Os mirantes ou miradouros constituíam-se como elementos arquitectónicos que faziam parte integrante do desenho de um mosteiro feminino e que, como refere Nelson Correia Borges:

“(...) assumiam a forma de torreões e galerias, quer num, quer noutro caso, rasgados de múltiplas janelas ou varandas, sempre protegidas por rótulas ou adufas. Ali se podia gozar a tranquilidade do sol no Inverno ou a frescura dos ares no Verão e também, certamente, lançar um olhar discreto sobre o mundo exterior.”¹¹¹

Um outro elemento arquitectónico, igualmente marcadamente feminino, no âmbito da arquitectura monástica é a existência do **torno** (Fig. 281). Este é um suporte giratório, próprio dos mosteiros femininos, que permite a troca de objectos com o exterior, sem qualquer contacto físico ou visual entre os intervenientes. O torno era também um elemento existente nas grades ou locutórios para o mesmo efeito.

¹¹¹ BORGES, Nelson Correia; Op. cit.; pp. 44-45



Fig. 281 Exemplos de Torno em mosteiros femininos: (a) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, (b, c, d, e, f) Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, (g, h) Mosteiro de S. Bento de Cástris (fotografias da autora)

No exterior do Mosteiro, mas dentro da cerca, existiam além dos jardins, capelas devocionais (Fig. 282). São de referir as capelas de Santo António e Santa Umbelina inseridas na cerca do Mosteiro de S. João de Tarouca, a Capela de N. Senhora da Cabeça do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão e a Capela

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

do Senhor da Boa Morte do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre assim como as capelas do Desterro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Maria de Salzedas.



Fig. 282 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: (a,b) exterior da Capela do Desterro, (c) interior da Capela do Desterro; Mosteiro de S. João de Tarouca: (d) exterior da Capela de Santo António, (e) interior da Capela de Santo António, (f) exterior da Capela de Santa Umbelina; Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: (g) exterior da Capela de N. Senhora da Cabeça; Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre: (h) exterior da Capela do Senhor da Boa Morte, (i) interior da Capela do Senhor da Boa Morte; Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: (j,l) exterior da Capela do Desterro, (k,m) interior da Capela do Desterro (fotografias da autora, excepto fotografia (b):arquivo DGEMN/IHRU)

*"O estado em que chegaram até nós os conventos e mosteiros portugueses – profundamente transformados, porque adaptados a funções para que não tinham sido criados, quase sempre arruinados ou destruídos, no todo ou em parte, pálidas sombras, para não dizer fantasmas, de um passado muitas vezes glorioso – não permite visualizar, nem por vezes identificar, a função ou a razão de ser das suas dependências. São mudos enigmas, nem sempre fáceis de decifrar. Talvez o conhecimento da sua orgânica espacial ajude a compreendê-los melhor e, oxalá, a preservar este património tão nacional como desgraçado."*¹¹²



Fig. 283 Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, Reconstrução dos Claustros na primeira metade do século XX. (arquivo DGEMN/IHRU)

5.2.

Planimetria dos mosteiros cistercienses portugueses

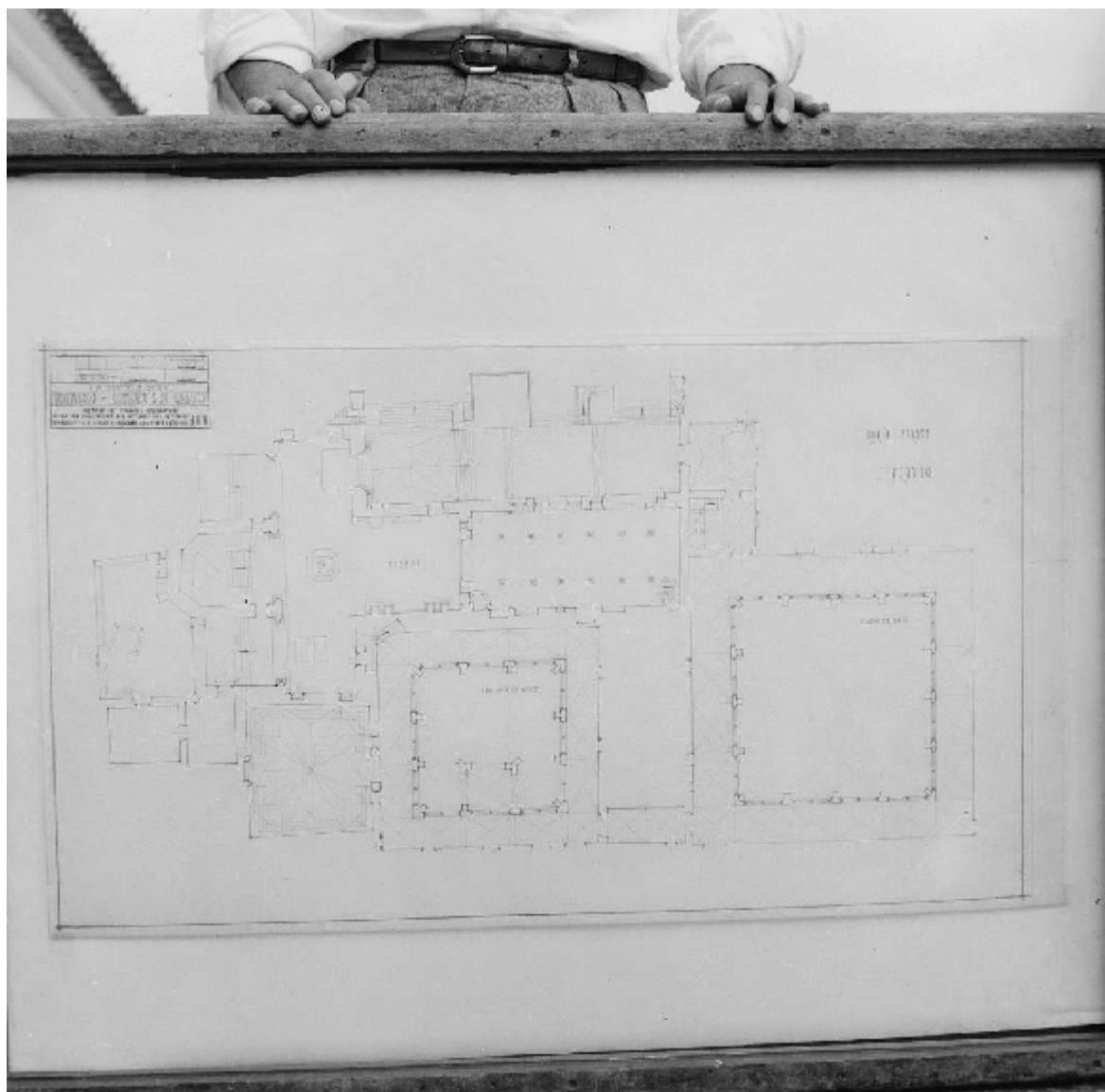
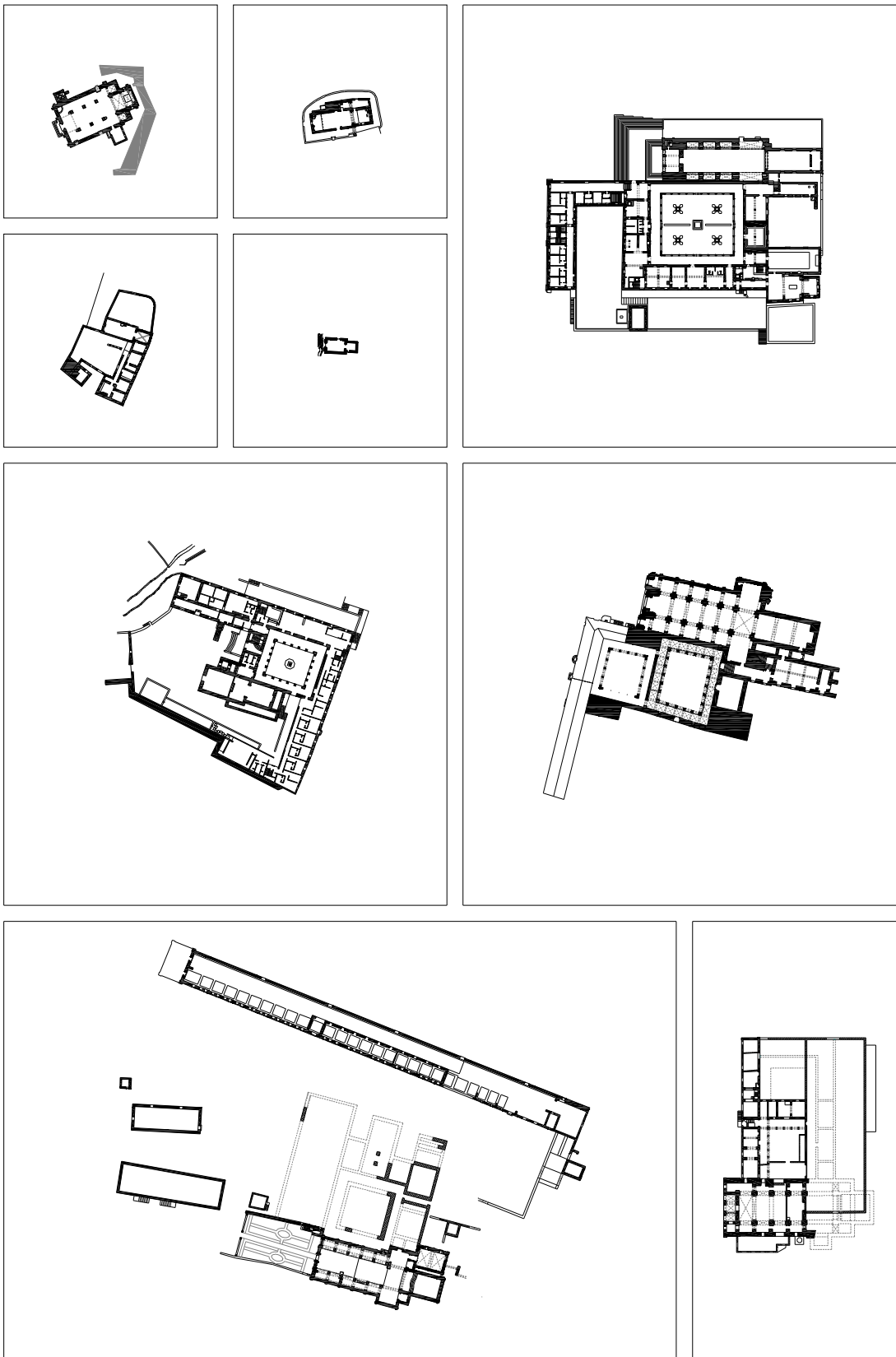
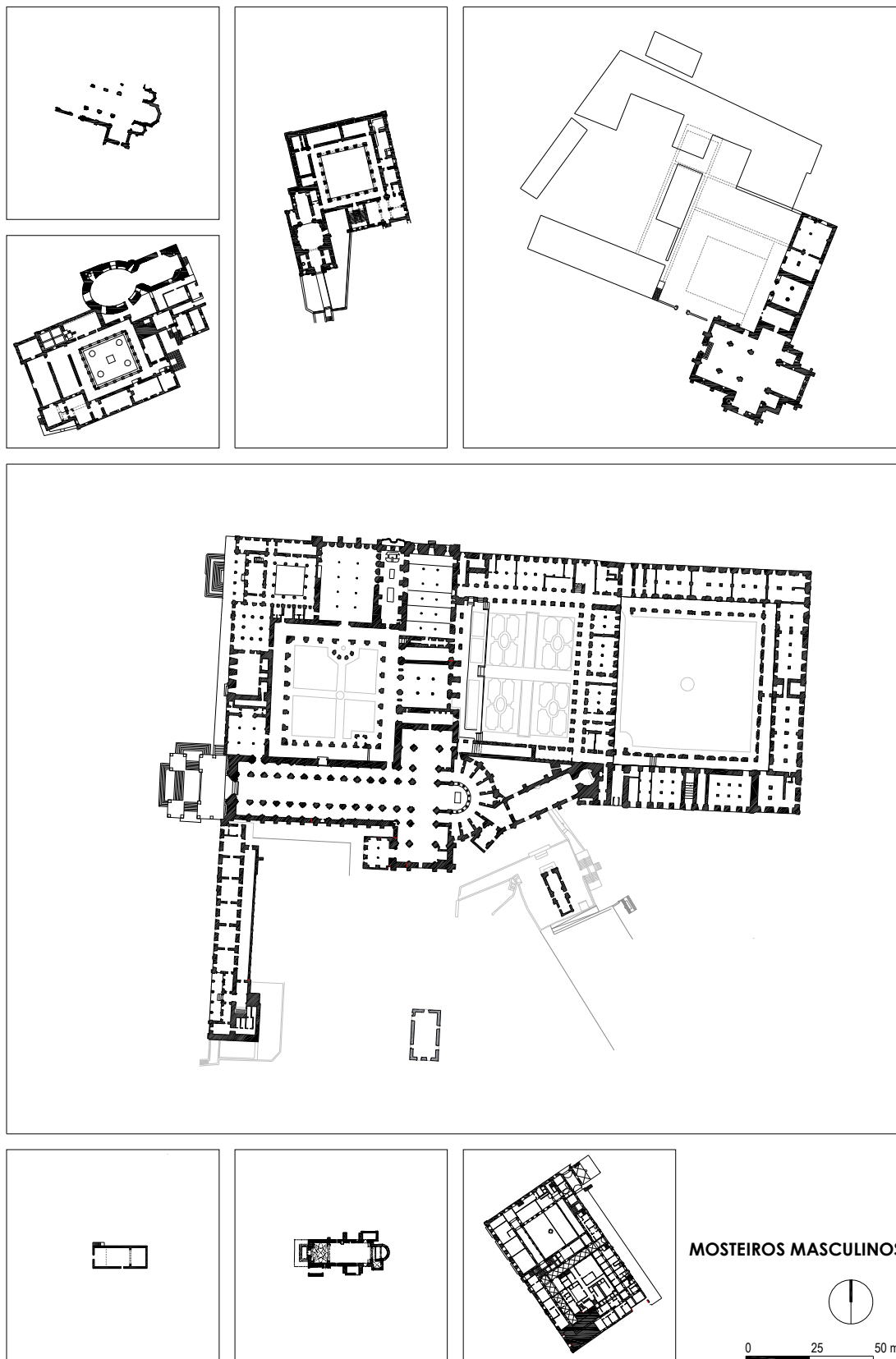
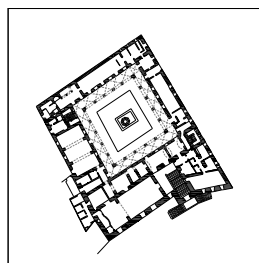
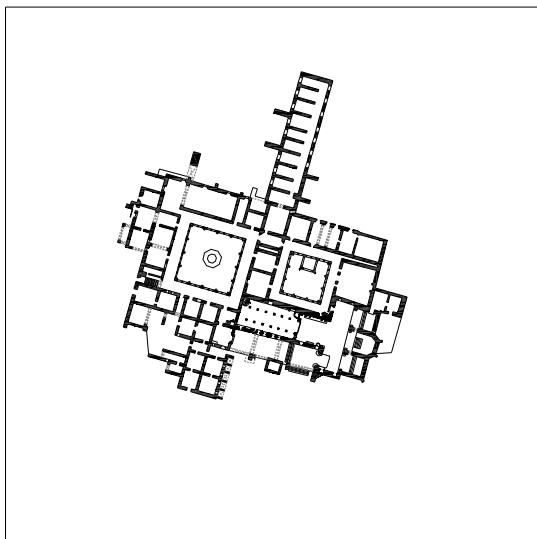
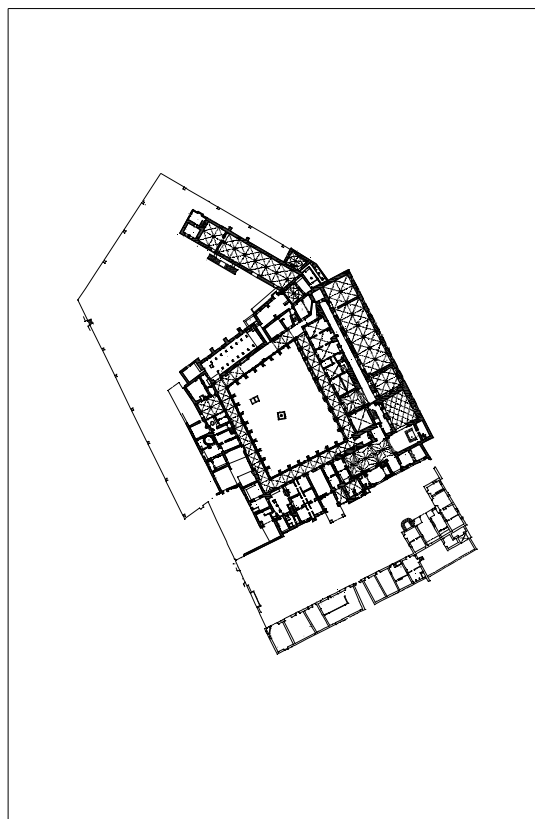
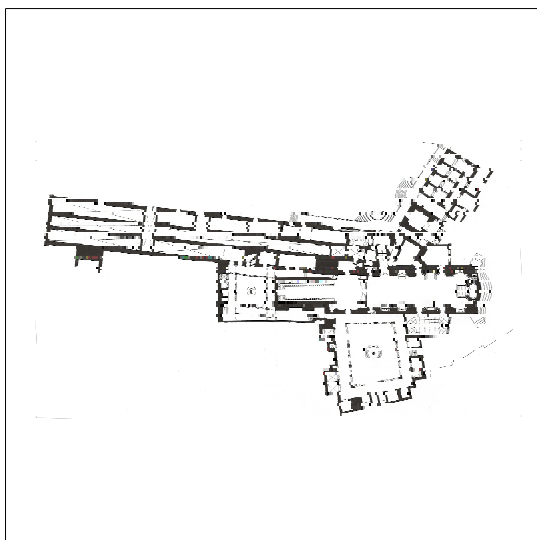
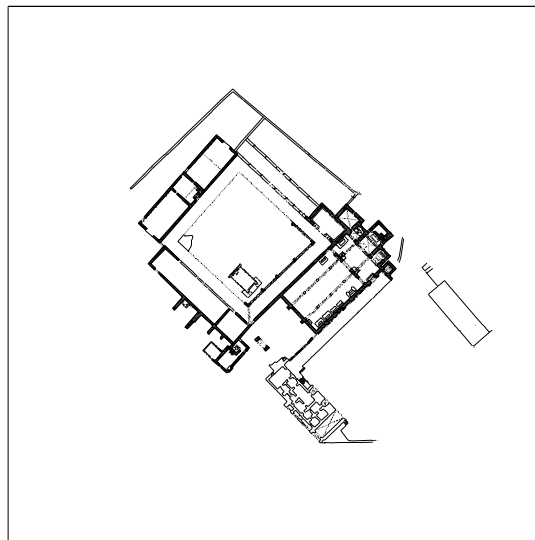
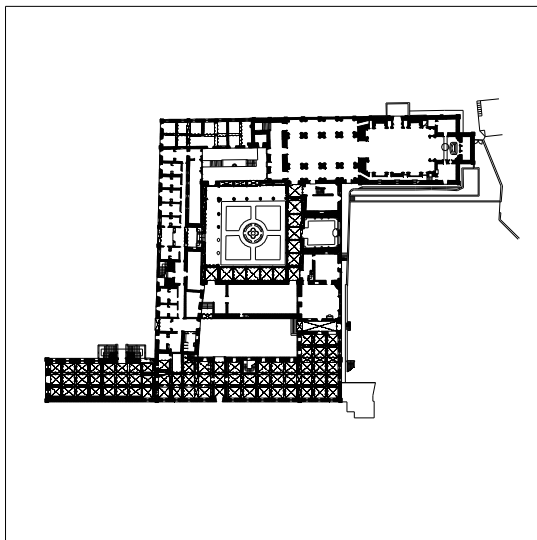


Fig. 284 Planta de trabalho das obras da GGEMN no Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
(fotografia DGEMN/IHRU)

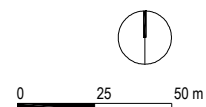


5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

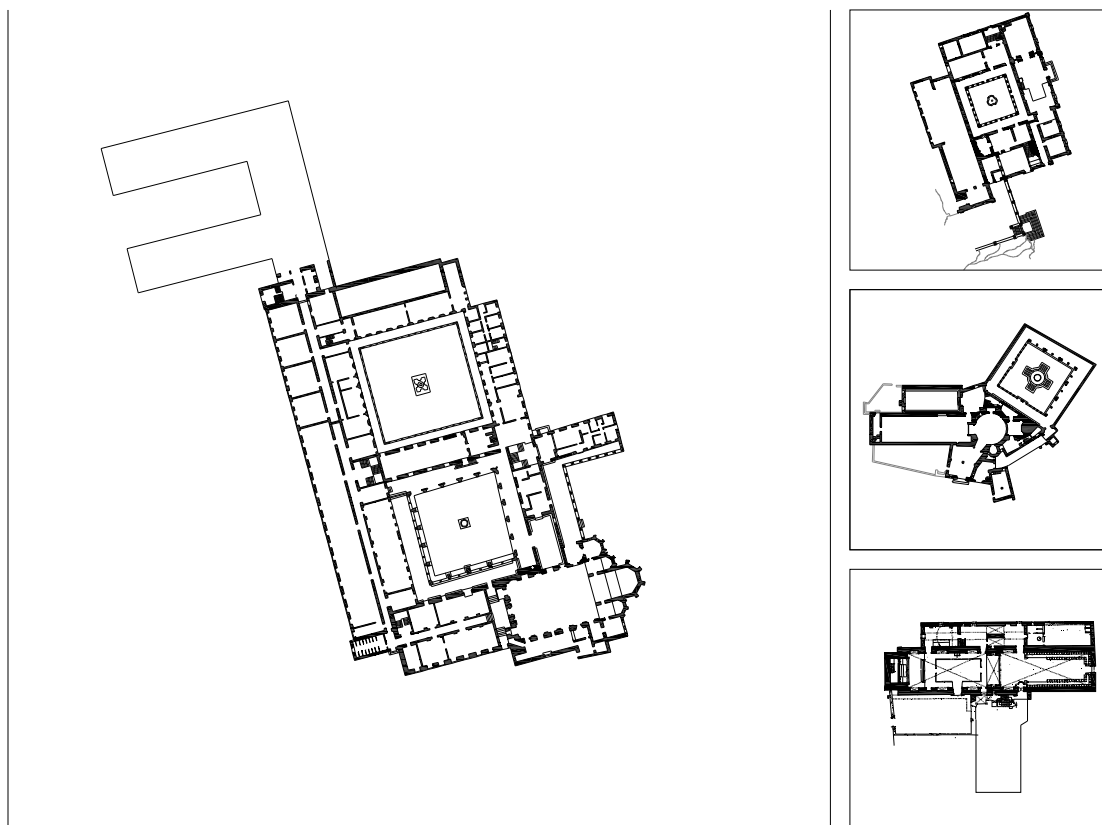




MOSTEIROS FEMININOS



5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

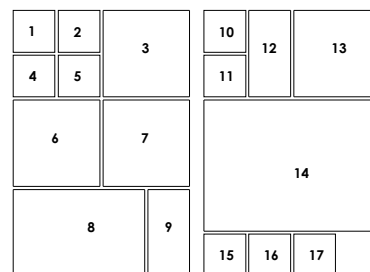


Esq.82 MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES: ESTRUTURA MORFO-TIPOLÓGICA

417

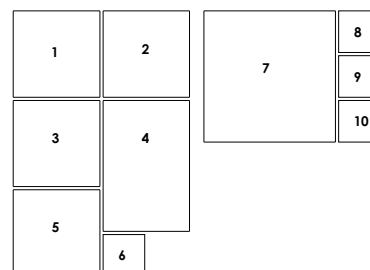
MOSTEIROS MASCULINOS

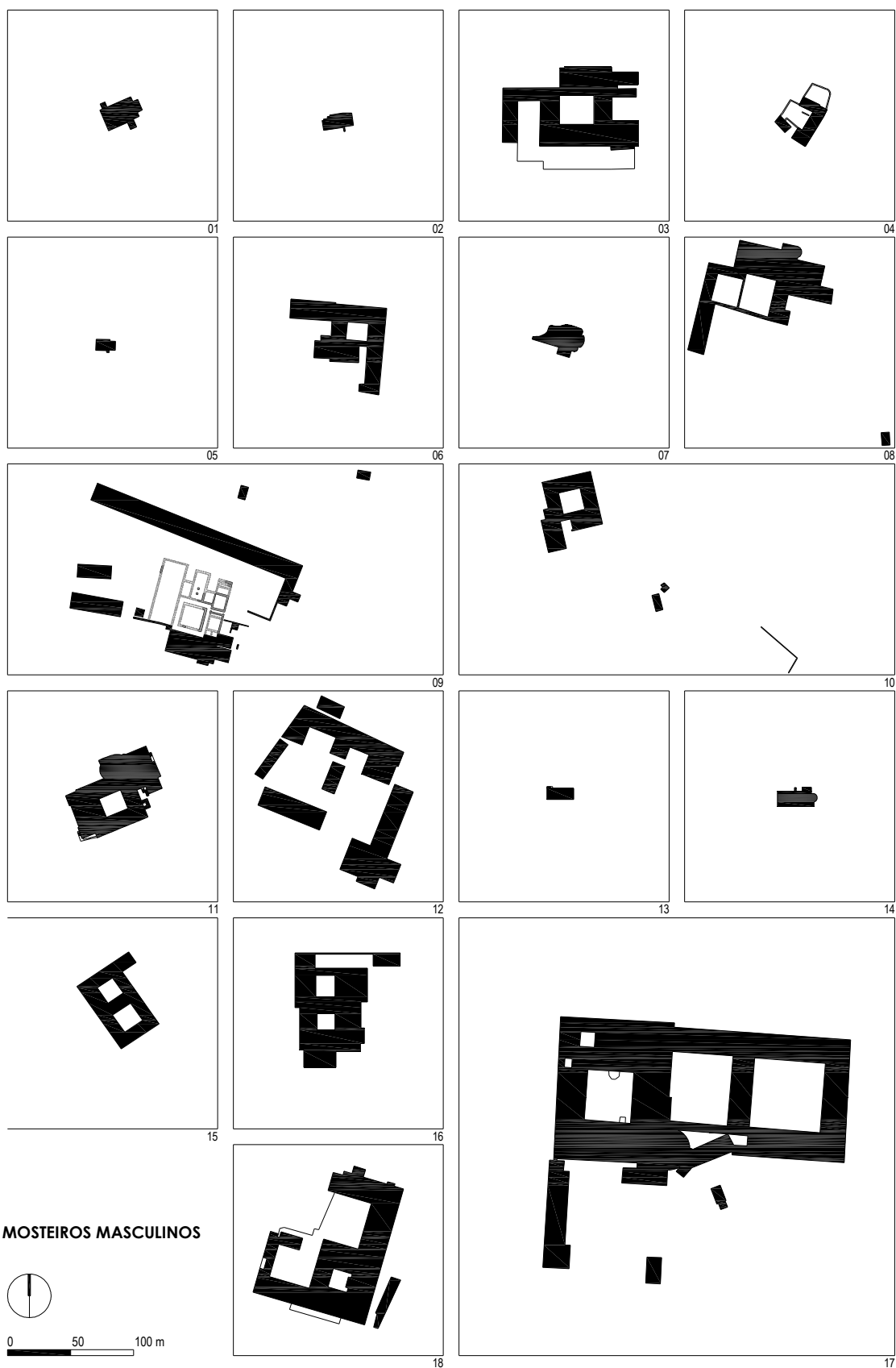
- | | |
|----------------------------------|-------------------------------|
| 01. Sta. Maria de Fiães | 10. Abadia Velha de Salzedas |
| 02. Sta. Maria de Ermelo | 11. Sta. Maria de Maceira Dão |
| 03. Sta. Maria do Bouro | 12. S. Cristóvão de Lafões |
| 04. Sta. Maria das Júnias | 13. Sta. Maria de Aguiar |
| 05. S. Pedro das Águias, o velho | 14. Sta. Maria de Alcobaça |
| 06. S. Pedro das Águias, o novo | 15. Sta. Maria da Estrela |
| 07. Sta. Maria de Salzedas | 16. S. Paulo de Almaziva |
| 08. S. João de Tarouca | 17. Espírito Santo |
| 09. Sta. Maria de Seixa | |



MOSTEIROS FEMININOS

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| 01. S. Pedro e S. Paulo de Arouca | 07. S. Dinis de Odivelas |
| 02. Sta. Maria de Almoester | 08. N. Sra. da Purificação de Tabosa |
| 03. S. Mamede de Lorvão | 09. Sta. Maria de Celas |
| 04. S. Bento de Cástris | 10. Sta. Maria da Cós |
| 05. S. Bernardo de Portalegre | |
| 06. N. Sra. de Nazaré de Mocambo | |





5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

Esq. 83

CHEIOS E VAZIOS

MOSTEIROS MASCULINOS

01. Sta Maria de Fiães
02. Sta maria de Ermelo
03. Sta Maria do Bouro
04. Sta Maria das Júnias
05. S. Pedro das Águas (o velho)
06. S. Pedro das Águas (o novo)
07. Abadia Velha de Salzedas
08. Sta Maria de Salzedas
09. S. João de Tarouca
10. S. Cristóvão de Lafões
11. Sta Maria de Maceira Dão
12. Sta Maria de Aguiar
13. Sta Maria da Estrela
14. S. Paulo de Almaziva

15. Espírito Santo

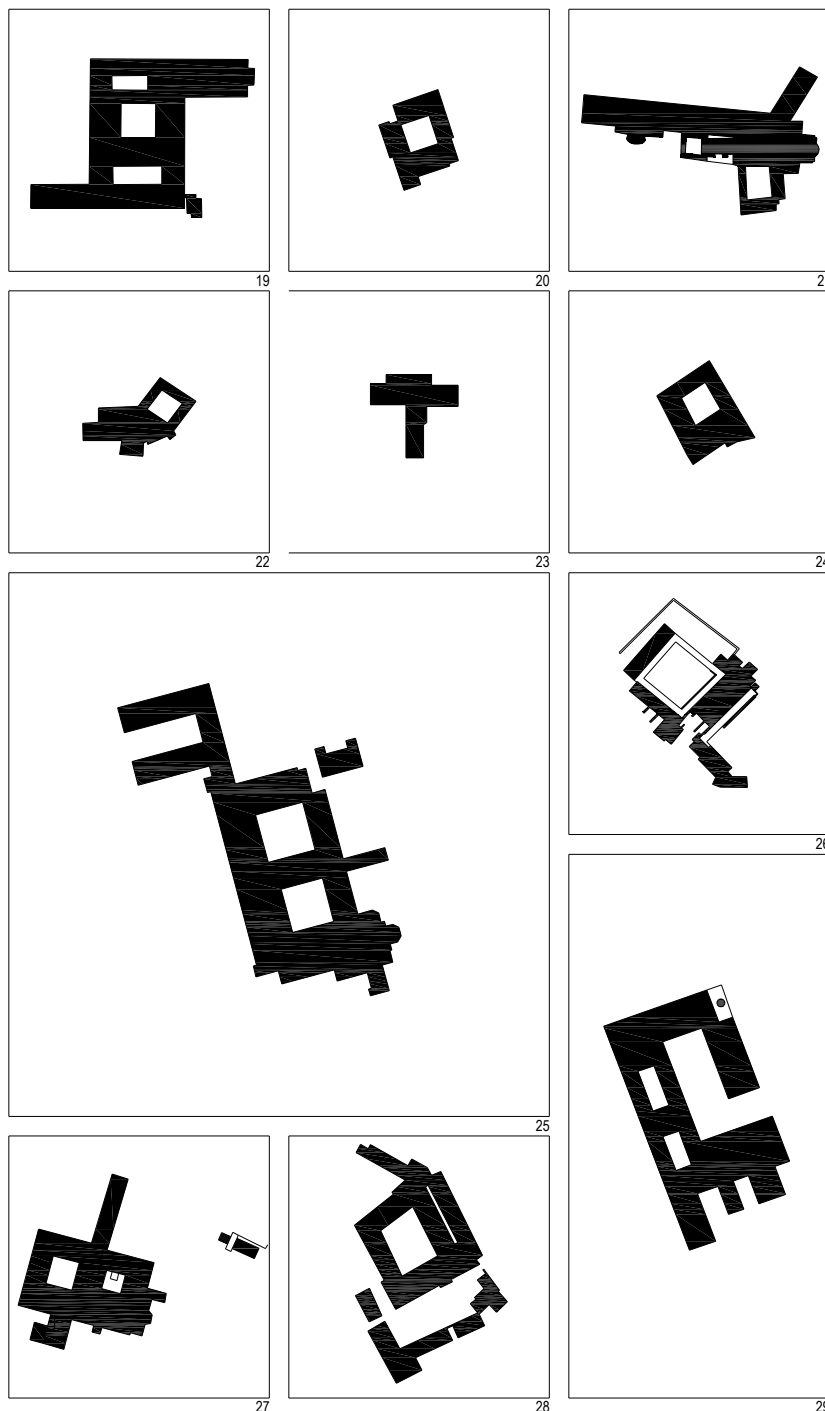
16. Sta Maria de Seiça

17. Sta Maria de Alcobaça

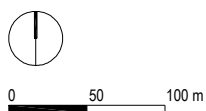
18. Sta Maria do Desterro

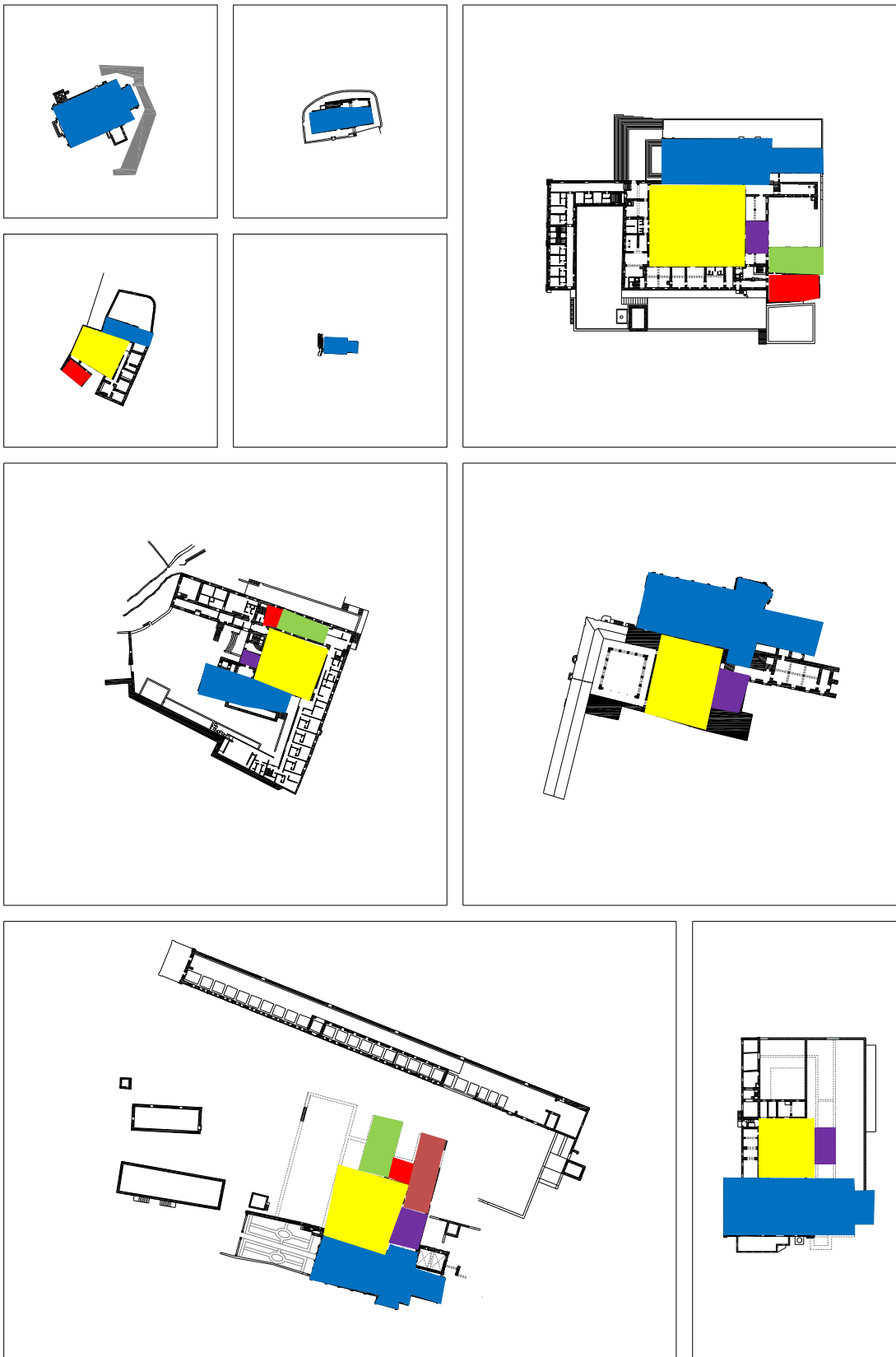
MOSTEIROS FEMININOS

19. S. Pedro e S. Paulo de Arouca
20. N. Sra da Purificação de Tabosa
21. S. Mamede de Lorvão
22. Sta Maria de Celas
23. Sta Maria de Cós
24. N. Sra de Nazaré de Mocambo
25. S. Dinis de Odivelas
26. Sta Maria de Almoester
27. S. Bernardo de Portalegre
28. S. Bento de Cástris
29. N. Sra da Conceição de Tavira

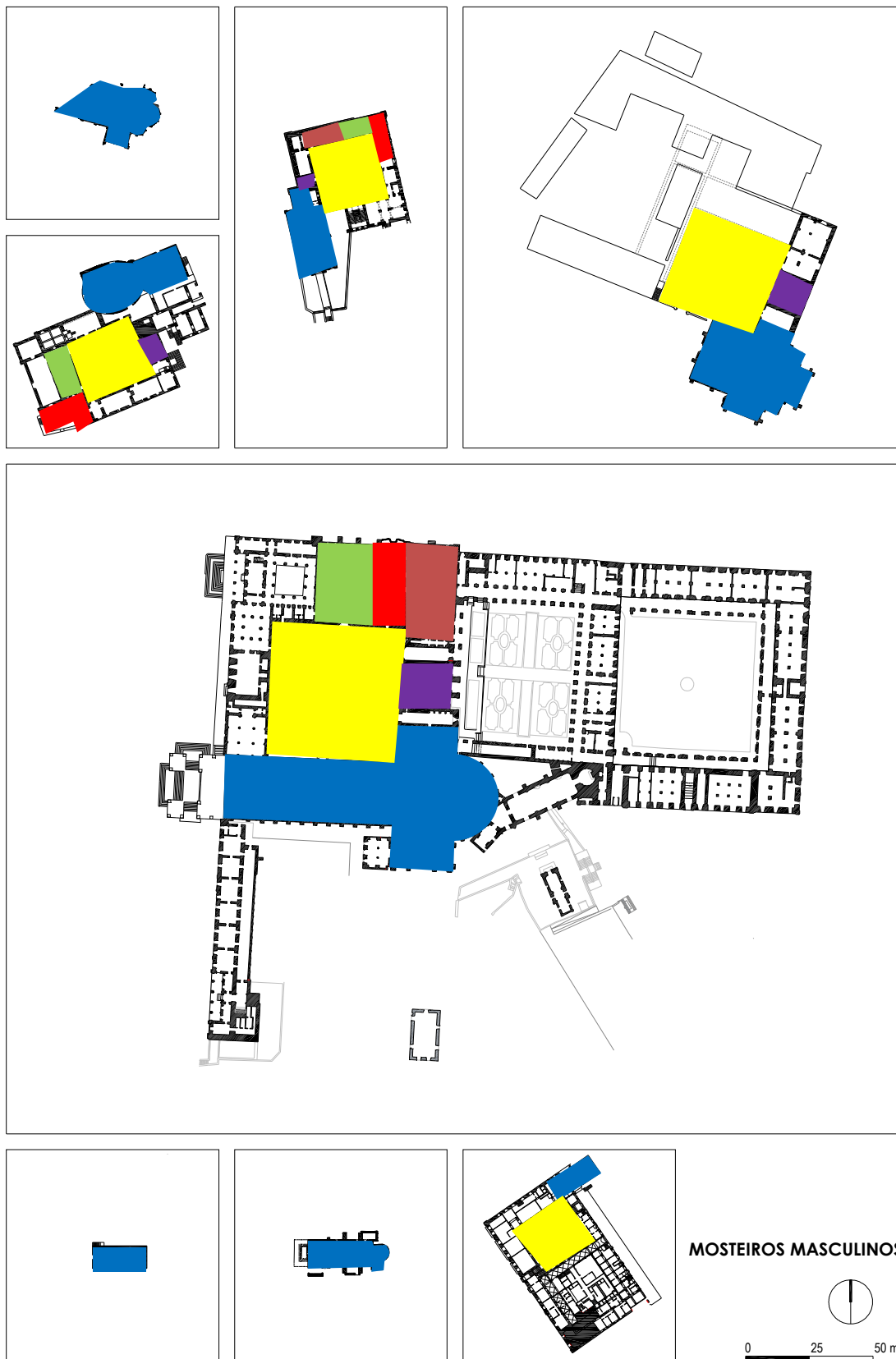


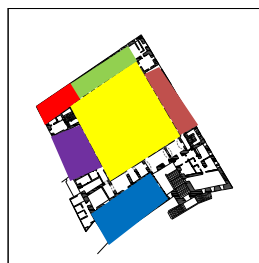
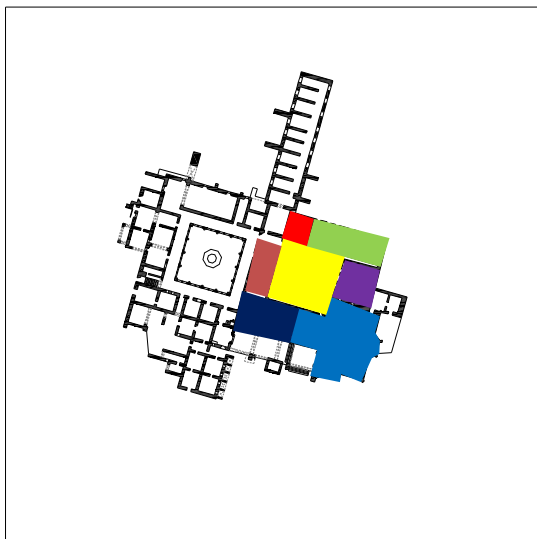
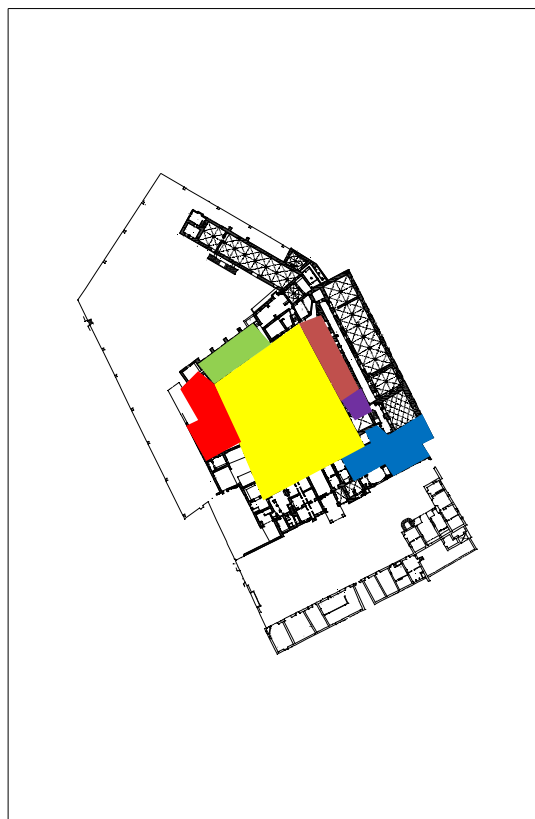
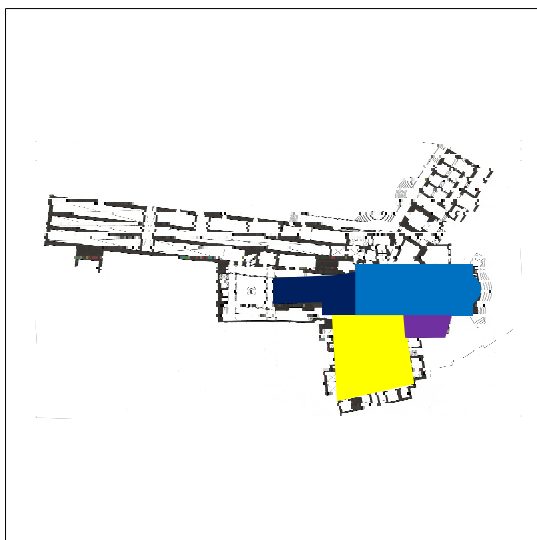
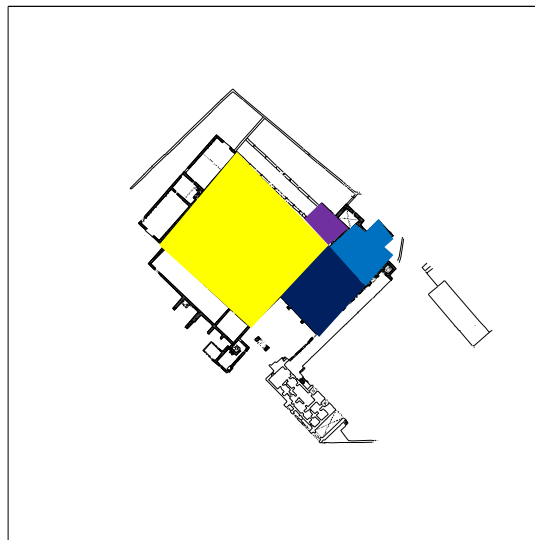
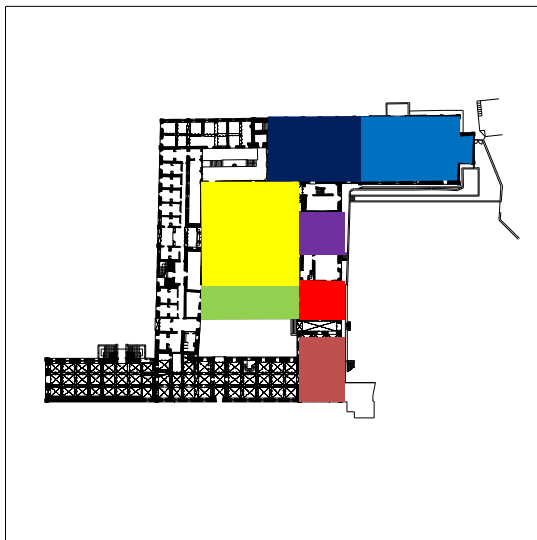
MOSTEIROS FEMININOS



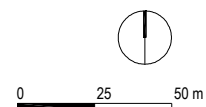


5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

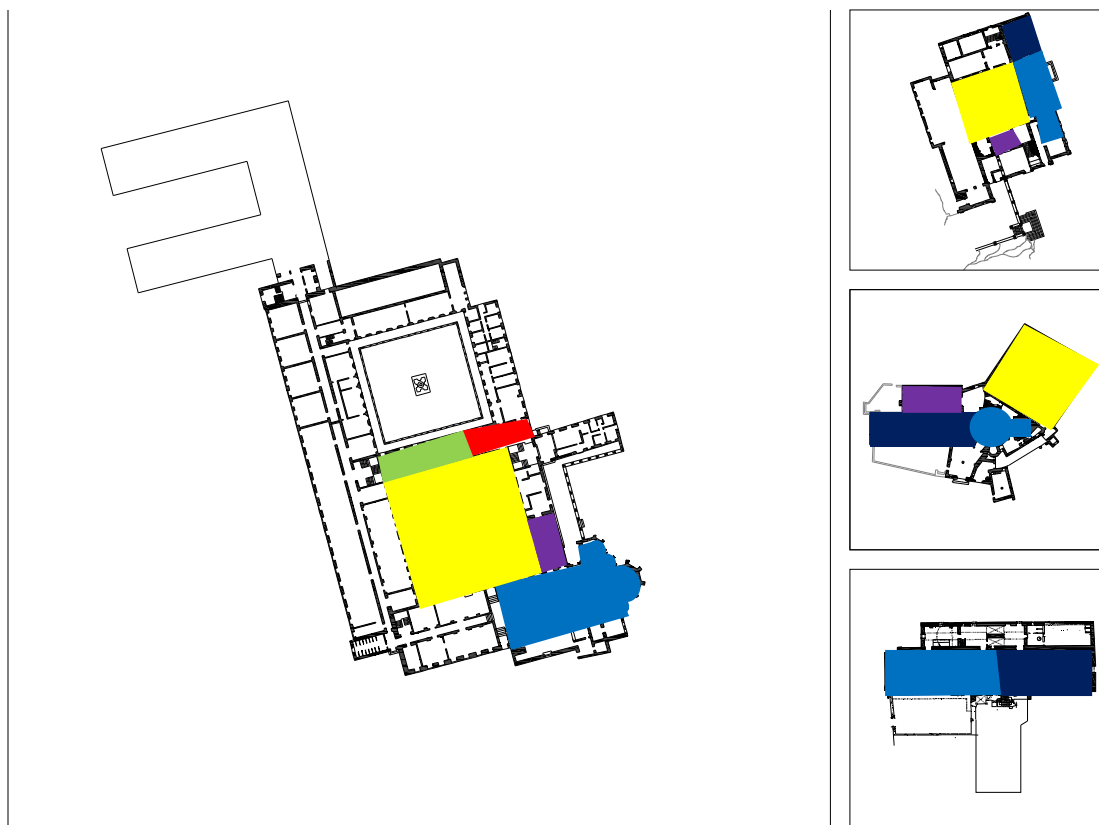




MOSTEIROS FEMININOS



5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Esq. 84 MOSTEIROS CISTERCIENSES PORTUGUESES: PRINCIPAIS ESPAÇOS DEFINIDORES

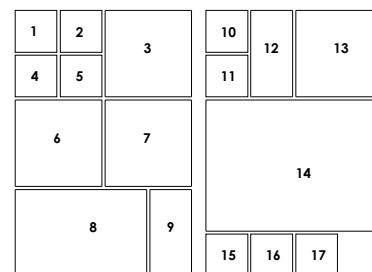
423

Igreja Claustro principal Sala do Capítulo Refeitório Cozinha Scriptorium Coro (monjas)



MOSTEIROS MASCULINOS

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------|
| 01. Sta. Maria de Fiães | 10. Abadia Velha de Salzedas |
| 02. Sta. Maria de Ermelo | 11. Sta. Maria de Maceira Dão |
| 03. Sta. Maria do Bouro | 12. S. Cristóvão de Lafões |
| 04. Sta. Maria das Júnias | 13. Sta. Maria de Aguiar |
| 05. S. Pedro das Águias, o velho | 14. Sta. Maria de Alcobaça |
| 06. S. Pedro das Águias, o novo | 15. Sta. Maria da Estrela |
| 07. Sta. Maria de Salzedas | 16. S. Paulo de Almaziva |
| 08. S. João de Tarouca | 17. Espírito Santo |
| 09. Sta. Maria de Seixa | |



MOSTEIROS FEMININOS

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| 01. S. Pedro e S. Paulo de Arouca | 07. S. Dinis de Odivelas |
| 02. Sta. Maria de Almoester | 08. N. Sra. da Purificação de Tabosa |
| 03. S. Mamede de Lorvão | 09. Sta. Maria de Celas |
| 04. S. Bento de Cástris | 10. Sta. Maria da Cós |
| 05. S. Bernardo de Portalegre | |
| 06. N. Sra. de Nazaré de Mocambo | |

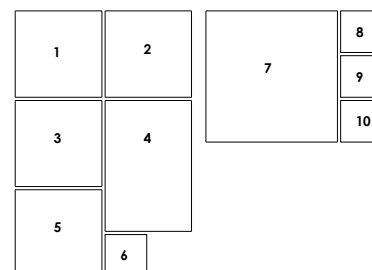
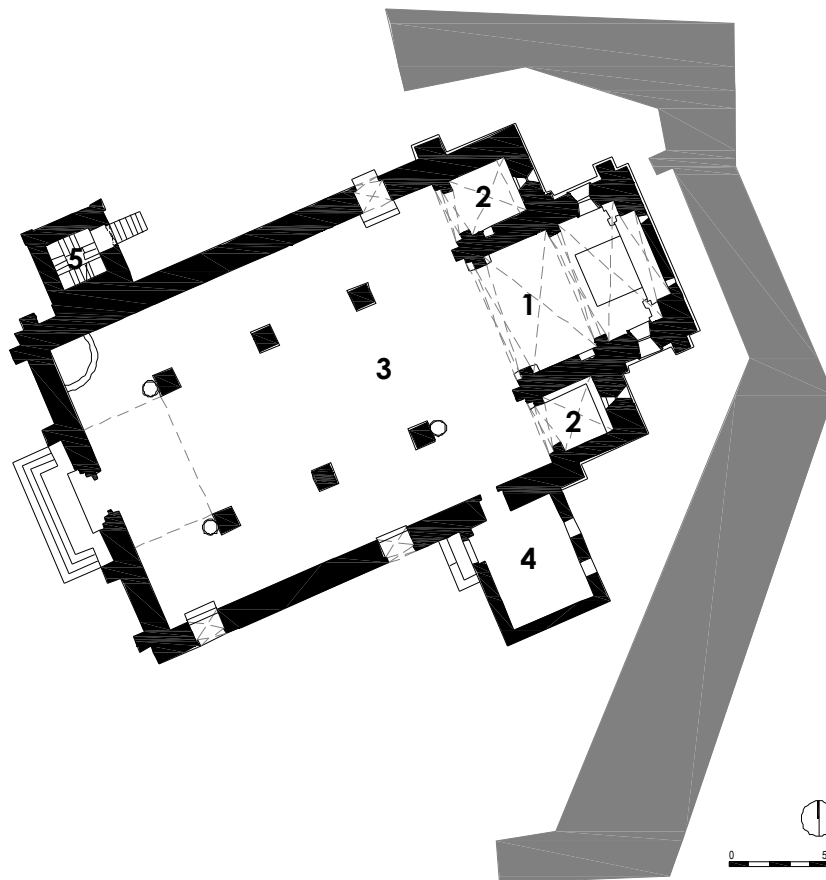




Fig. 285 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, entrada da Sala do Capítulo (fotografia DGEMN/IHRU)

5.2.1.

Planimetria dos mosteiros cistercienses portugueses masculinos



- 1 - Capela-mor
- 2 - Absidiolos
- 3 - Nave
- 4 - Sacristia
- 5 - Torre

Pl. 10 Mosteiro de Santa Maria de Fiães¹ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

¹ Mosteiro de Santa Maria de Fiães (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 657 - 678) Localização: Lugar do Convento - Fiães / Diocese: Viana do Castelo / Distrito: Viana do Castelo / Concelho: Melgaço / Freguesia: Fiães / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XIII e XVII. Filiado em Tarouca (1173/1194). A primeira edificação ali existente terá sido levantada por volta do século XI e em 1173 D. Afonso Henriques doou-lhe bens reguengos que possuía desde Melgaço ao termo de Chaviães. Cerca do ano de 1530 são mandados restaurar, pelo abade João de Cós, os edifícios da igreja, casa do capítulo e residência abacial. No século XVII é mandado restaurar o frontispício. No século XVIII é edificada a torre sineira. Em 1834 o Mosteiro é extinto e vendido em haste pública.

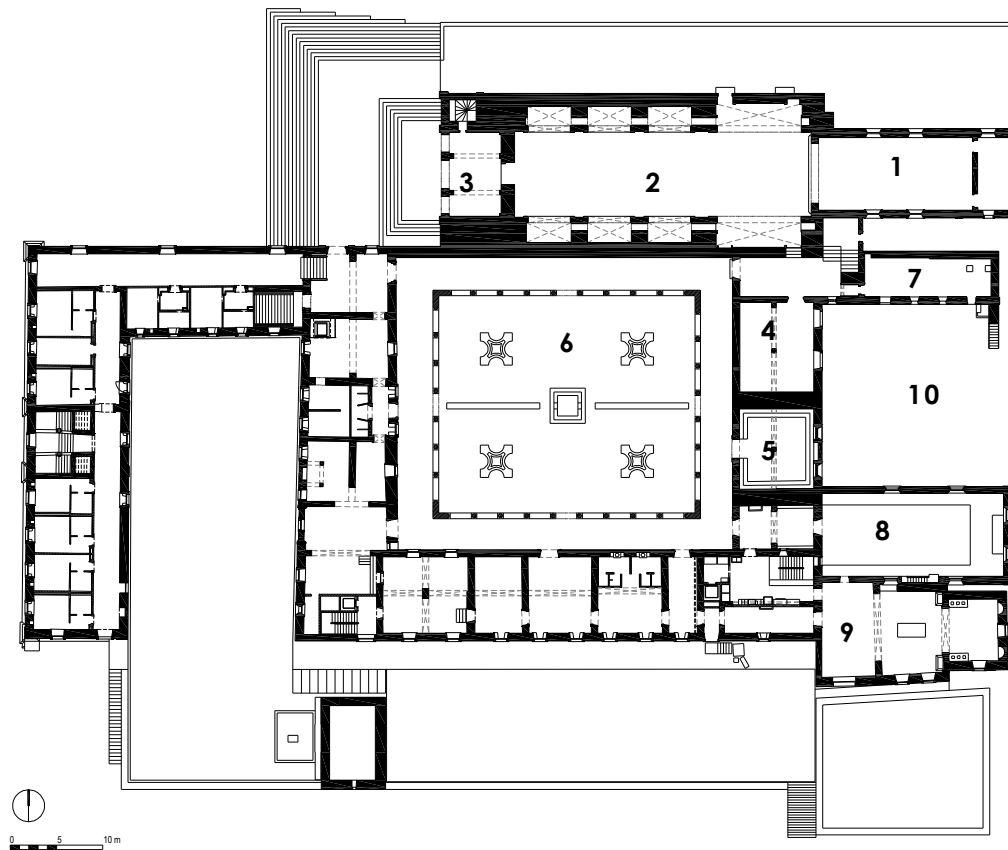


- 1 - Capela-mor
2 - Nave
3 - Sacristia

Pl. 11 Mosteiro de Santa Maria do Ermelo²(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

² Mosteiro de Santa Maria do Ermelo (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 679 - 700)Localização: Lugar da Igreja / Diocese: Viana do Castelo / Distrito: Viana do Castelo / Concelho: Arcos de Valdevez / Freguesia: Ermelo / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XIII e XVIII. Inicialmente beneditino depois filiado em Tarouca (séc. XII/XIII). D. Afonso Henriques coutou S. Pedro do Vale em favor do Mosteiro. Em 1221 D. Afonso II doa-lhe, por testamento, 100 morabitinos e em 1271 também D. Afonso III faz uma doação de 500 libras. Em 1560 o Cardeal D. Henrique suprime o Mosteiro e a Igreja passa a paroquial.

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL

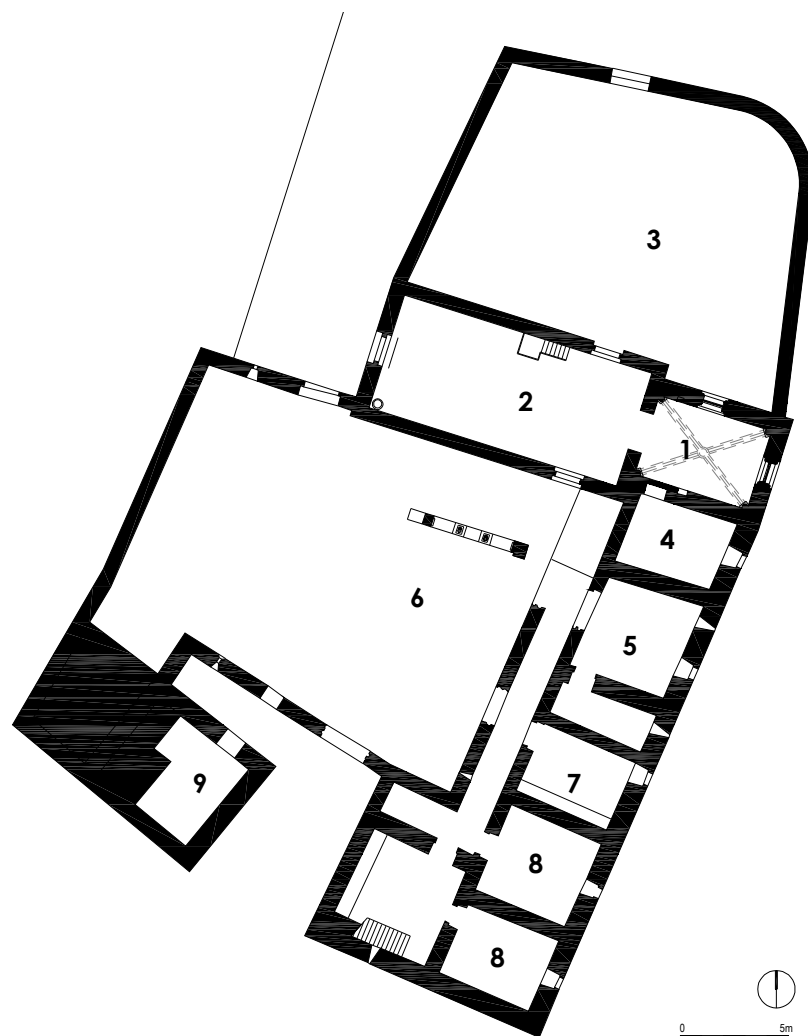


427

- | | |
|----------------------|--|
| 1 - Capela-mor | 6 - Claustro |
| 2 - Nave | 7 - Residência Paroquial |
| 3 - Nartex | 8 - Refeitório (actualmente Salão de Festas) |
| 4 - Sacristia | 9 - Cozinha (actualmente Restaurante) |
| 5 - Sala do Capítulo | 10 - Cemitério |

Pl. 12 Mosteiro de Santa Maria do Bouro³(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN e planos do arquitecto Eduardo Souto de Moura)

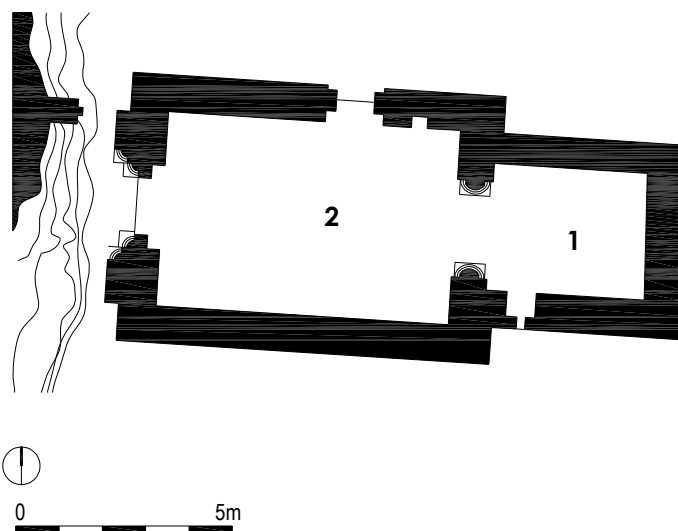
³ Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 701 - 752) Localização: Pousada de Santa Maria do Bouro / Diocese: Braga / Distrito: Braga / Concelho: Amares Freguesia: Bouro / Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XI e XVII, recebendo obras de adaptação no século XX. Inicialmente começou como ermitério passando depois a mosteiro beneditino, acabando filiado em Alcobaça (1182/1195). Em 1148 D. Afonso Henriques fez doação do couto ao mosteiro. Sofreu grandes obras de restauro em finais do século XVII. Foi extinto em 1834. Em 1853 o órgão foi para a Igreja do Bom Jesus de Braga. Em 1986 parte do edifício monástico foi adquirido pela Câmara Municipal e doado ao então IPPC. Em 1989 os arquitectos Eduardo Souto Moura e Humberto Vieira elaboraram um projecto de adaptação do que restava do mosteiro a Pousada.



- | | |
|----------------------|--|
| 1 - Capela-mor | 6 - Claustro |
| 2 - Nave | 7 - Parlatório |
| 3 - Cemitério | 8 - Scriptorium (salas de trabalho dos monges) |
| 4 - Sacristia | 9 - Cozinha |
| 5 - Sala do Capítulo | |

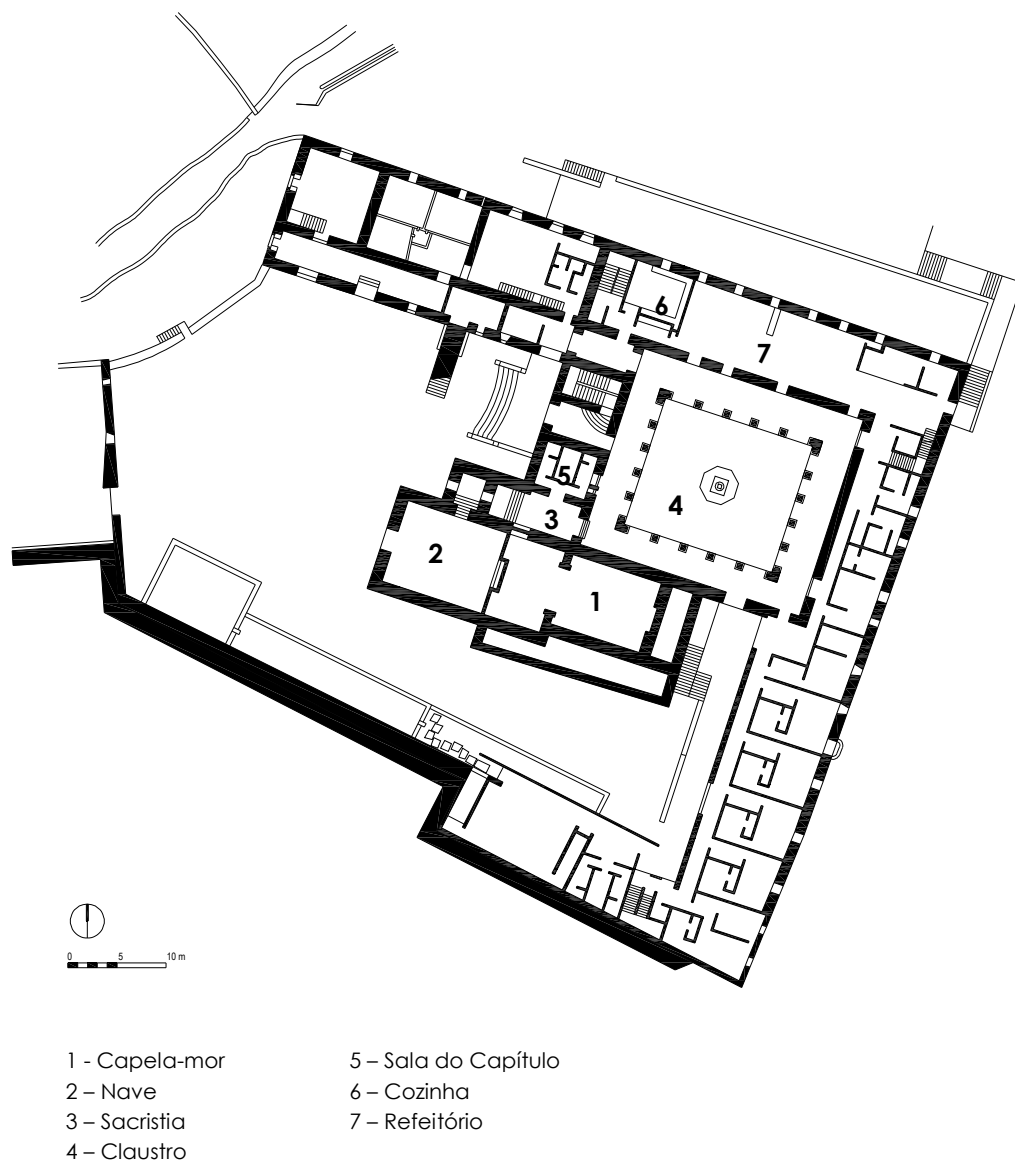
Pl. 13 Mosteiro de Santa Maria das Júnias⁴(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

⁴ Mosteiro de Santa Maria das Júnias (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 753 - 774)Localização: Pitões das Júnias / Diocese: Vila Real / Distrito: Vila Real / Concelho: Montalegre / Freguesia: Pitões das Júnias / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVII. Inicialmente eremitério, depois mosteiro beneditino, passou em 1247, por Breve, do papa Inocêncio IV, a cisterciense. Está inserido em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, junto à margem direita da Ribeira de Campesinho. Foi restaurado entre os séculos XVII e XVIII. Extinto em 1834.



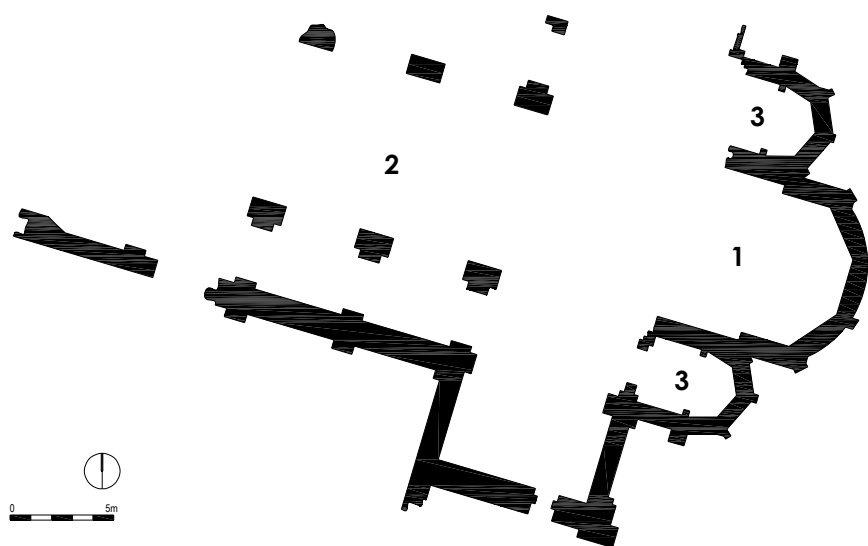
Pl. 14 Mosteiro de S. Pedro das Águas, o Velho⁵(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

⁵ Mosteiro de Mosteiro de São Pedro das Águas, o Velho (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 775 - 794)Localização: S. Pedro das Águas / Diocese: Lamego / Distrito: Viseu / Concelho: Tabuaço Freguesia: Granjinha / Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XIII. Inicialmente eremitério ligado aos beneditinos, passou à Ordem de Cister por volta de 1170. Tem ligada a si a Lenda de D. Tedon, e D. Rausendo, cavaleiros cristãos e da Princesa moura Ardínia.



Pl. 15 Mosteiro de S. Pedro das Águias, o Novo⁶(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN e no projecto de TOPOS-arquitectos)

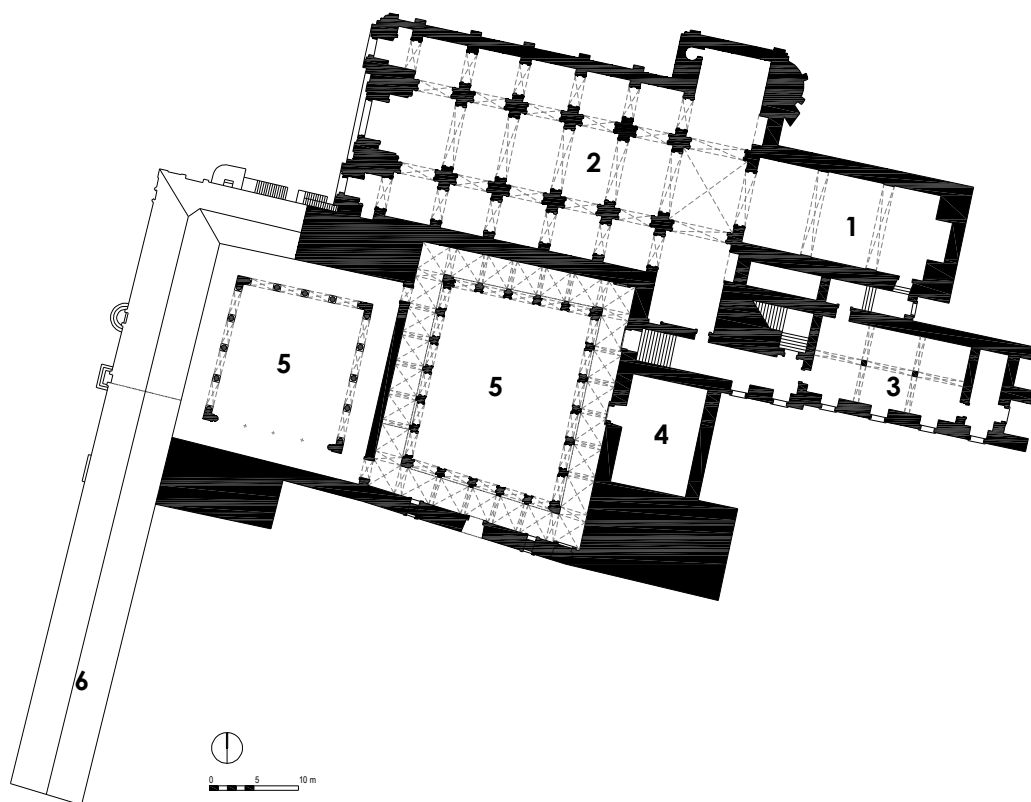
⁶ Mosteiro de São Pedro das Águias, o Novo (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 795 - 820) Localização: Quinta do Convento de S. Pedro das Águias / Diocese: Lamego / Distrito: Viseu / Concelho: Tabuaço / Freguesia: Távora / Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XXI. Foi reconstruído no século XVI. Em meados do século XVIII foi encerrado por ordem do Marquês de Pombal, por ser ali o panteão dos Távora. Foi reaberto no reinado de D. Maria I. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em haste pública. Em 1997 transformou-se numa sociedade agrícola passando a ser produtor de "vinho do Porto".



- 1 - Capela-mor
2 - Nave
3 - Absidíolos

Pl. 16 Abadia Velha de Salzedas⁷ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

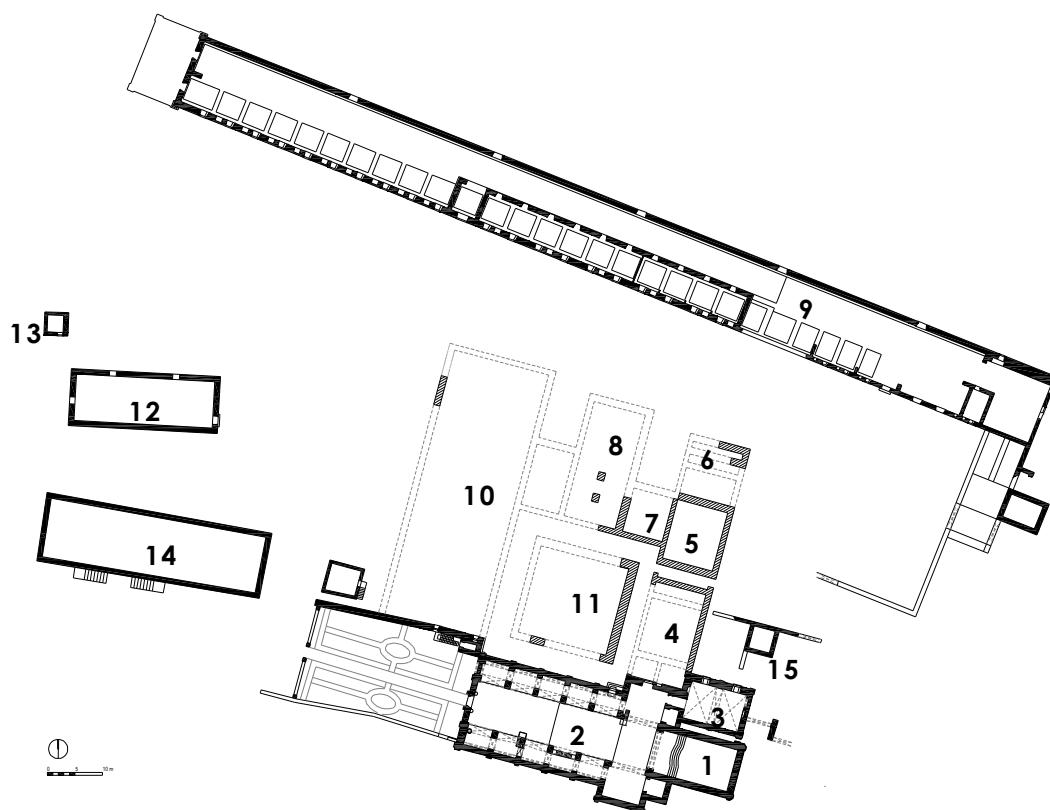
⁷ Abadia Velha de Salzedas (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 821 - 832) Localização: Quinta da Abadia Velha / Diocese: Lamego / Distrito: Viseu / Concelho: Tarouca / Freguesia: Ucanha / Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção terá ocorrido cerca de 1150. Foi a primitiva construção do Mosteiro de Salzedas, de que apenas restam as fundações.



- | | |
|----------------|----------------------|
| 1 - Capela-mor | 4 - Sala do Capítulo |
| 2 - Nave | 5 - Claustro |
| 3 - Sacristia | 6 - Hospedaria |

Pl. 17 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas⁸(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

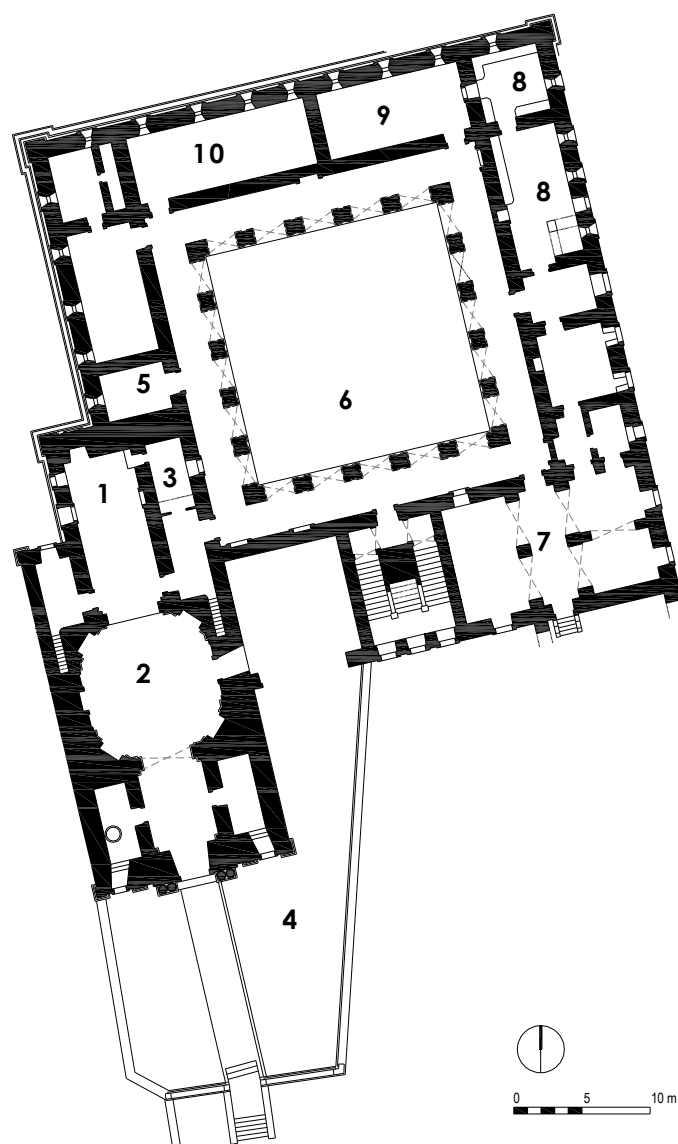
⁸ Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 833 - 876) Localização: Praça António Pereira de Sousa / Diocese: Lamego / Distrito: Viseu / Concelho: Tarouca / Freguesia: Salzedas / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XIX. Inicialmente beneditino depois filiado em Cister, em 1196. Em 1163, D. Afonso Henriques doou o Couto de Algeris (Salzedas) a D. Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz e esta por sua vez faz doação do mesmo aos monges da Regra de S. Bento (seriam beneditinos que passaram depois para a Ordem de Cister). No século XVI, D. João III encerra o Mosteiro sendo restaurado em 1564. No século XVIII continuaram as remodelações na estrutura do Mosteiro, com incidência na fachada principal sendo construída no século XIX a torre sineira. Em 1834 o Mosteiro é extinto.



- | | | |
|----------------------|------------------------|--------------------|
| 1 - Capela-mor | 6 - Latrinas | 11 - Claustro |
| 2 - Nave | 7 - Cozinha | 12 - Tulha |
| 3 - Sacristia | 8 - Refeitório | 13 - Moinho |
| 4 - Sala do Capítulo | 9 - Dormitórios | 14 - Hospedaria |
| 5 - Scriptorium | 10 - Ala dos Conversos | 15 - Torre sineira |

Pl. 18 Mosteiro de S. João de Tarouca⁹ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

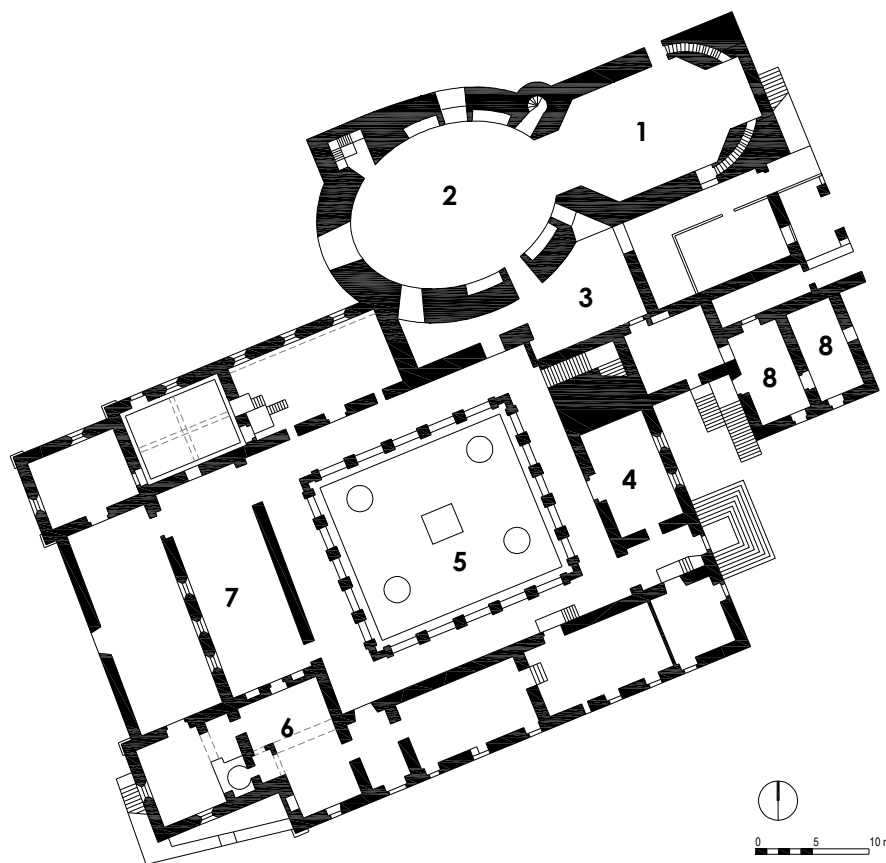
⁹ Mosteiro de S. João de Tarouca (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 877 - 920) Localização: S. João de Tarouca / Diocese: Lamego / Distrito: Viseu / Concelho: Tarouca / Freguesia: S. João de Tarouca / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVII. Inicialmente ligado à Ordem Beneditina filiou-se em 1143 em Claraval. Teria sido primeiramente um ermitério, onde depois da vitória sobre os mouros, em Trancoso, D. Afonso Henriques lançou a primeira pedra da igreja e em 1140 passou Carta de Couto ao Mosteiro. A construção da torre sineira ocorreu no século XVI e no século XVII foi reformulada e ampliada a capela-mor para receber um retábulo de talha dourada. Datam de 1718 os azulejos da capela-mor e de 1766 a encomenda do órgão. Em 1834 o Mosteiro foi extinto.



- | | |
|----------------------|------------------|
| 1 - Capela-mor | 6 - Claustro |
| 2 - Nave | 7 - Adega |
| 3 - Sacristia | 8 - Cozinha |
| 4 - Cemitério | 9 - Refeitório |
| 5 - Sala do Capítulo | 10 - Scriptorium |

Pl. 19 Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões¹⁰(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

¹⁰ Mosteiro de São Cristóvão de Lafões (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 921 - 952) Localização: S. Cristóvão de Lafões / Diocese: Viseu / Distrito: Viseu / Concelho: S. Pedro do Sul / Freguesia: S. Cristóvão de Lafões / Breve nota histórica: Mosteiro masculino filiado na Ordem de Cister em 1161. Inicialmente ligado a um ermitério, provavelmente mais tarde pertenceu a beneditinos, em 1137 D. Afonso Henriques doou ao Mosteiro o Couto de Valadares. Em 1704 houve lugar à terceira reconstrução da igreja, após incêndio. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em haste pública. Nos anos 80, do século XX a família Osswald adquiriu a parte dos edifícios monásticos e regulares que requalificou para turismo rural. A Igreja pertence à paróquia.

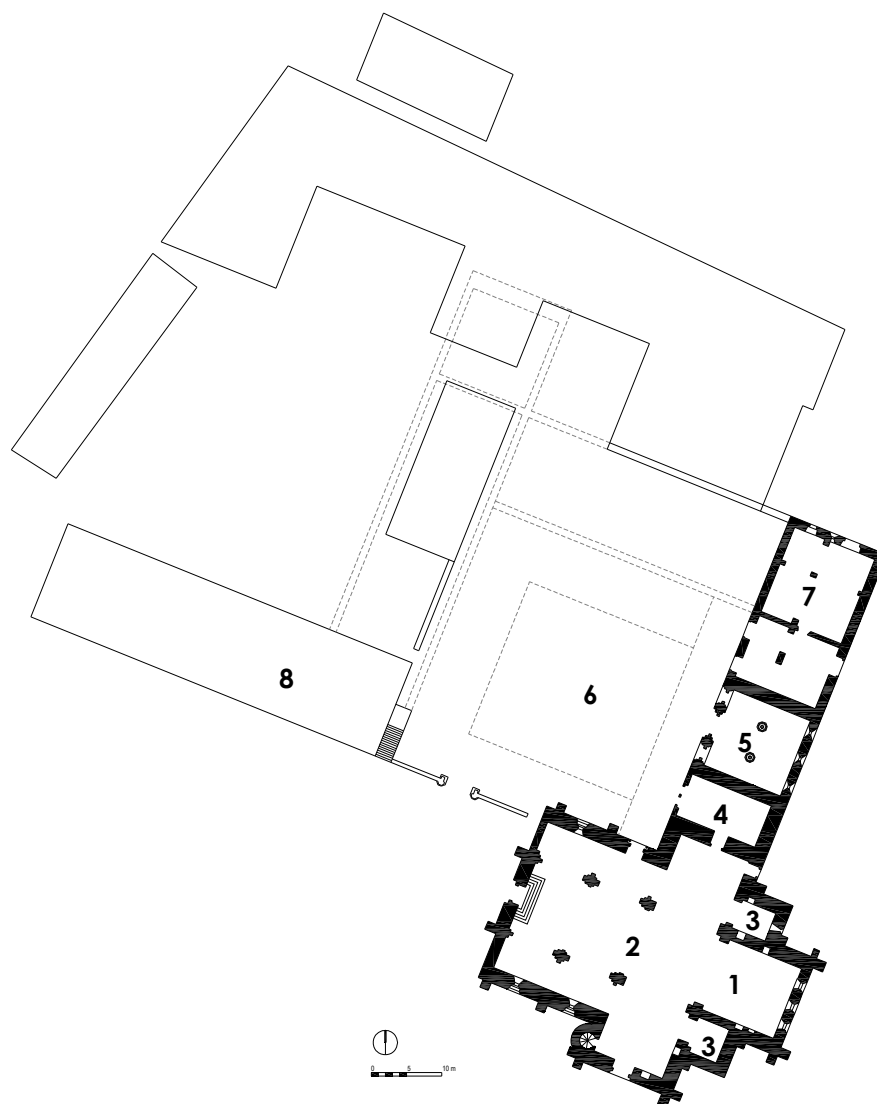


1 - Capela-mor
2 - Nave
3 - Sacristia
4 - Sala do Capítulo
5 - Claustro

6 - Cozinha
7 - Refeitório
8 - Tulha

Pl. 20 Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão¹¹ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

¹¹ Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 953 - 982) Localização: Maceira Dão / Diocese: Viseu / Distrito: Viseu / Concelho: Mangualde / Freguesia: Fornos de Maceira Dão / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVIII. Filiado na Ordem de Cister em 1188. Tudo começou com a edificação em 1161, de um ermitério, em Moimenta do Dão, fundado por D. Sueiro Teodoniz, em terras doadas por D. Afonso Henriques. Posteriormente, em 1168, é fundado um mosteiro beneditino em Maceira Dão, num vale entre os maciços de Santo António dos Cabaços e de Fagilde, junto ao regato das Freiras, nos limites de Casal Garcia, que viria a abraçar a reforma cisterciense. Em 1613 o Mosteiro sofre grande reestruturação sendo praticamente reedificado. Em 1834 o mosteiro é extinto e vendido em haste pública.

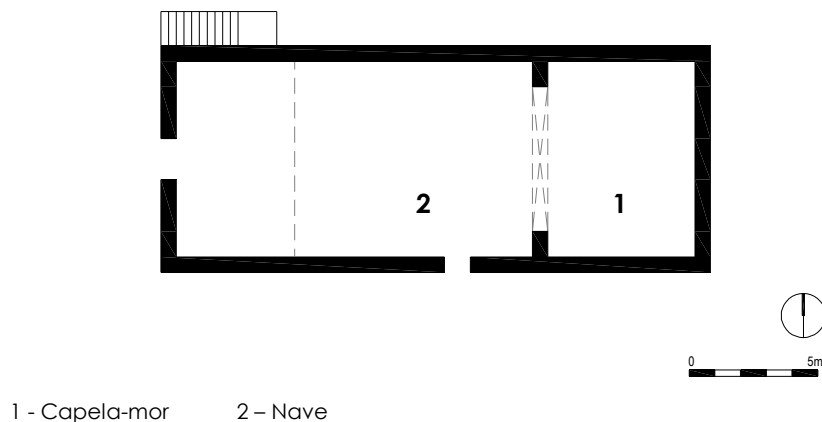


- | | |
|----------------|----------------------|
| 1 - Capela-mor | 5 - Sala do Capitulo |
| 2 - Nave | 6 - Claustro |
| 3 - Absidíolo | 7 - Armazém |
| 4 - Sacristia | 8 - Hospedaria |

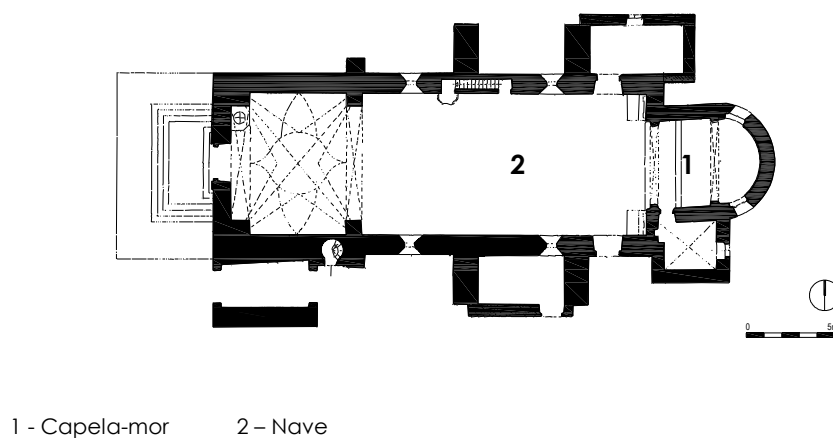
Pl. 21 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar¹²(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

¹² Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 983 - 1018) Localização: Figueira de Castelo Rodrigo / Diocese: Guarda / Distrito: Guarda / Concelho: Figueira de Castelo Rodrigo / Freguesia: Castelo Rodrigo / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVIII. Inicialmente beneditino português foi mais tarde anexado pelo Reino de Leão, sendo filiado na Abadia leonesa de Moreruela. Voltou à soberania portuguesa em 1169. Em 1810 sofreu a devastação das Invasões Francesas. Em 1834 o Mosteiro foi extinto e vendido em haste pública. Parte dos antigos edifícios monásticos (hospedaria) está hoje reconvertida num complexo de Turismo de habitação estando em posse de particulares.

5. ARQUITECTURA CISTERCIENSE EM PORTUGAL



Pl. 22 Mosteiro de Santa Maria da Estrela¹³ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)



Pl. 23 Mosteiro de S. Paulo de Almaziva¹⁴ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

¹³ Mosteiro de Santa Maria da Estrela (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 1019 - 1030) Localização: Rua da Nossa Senhora da Estrela / Diocese: Guarda / Distrito: Guarda / Concelho: Covilhã / Freguesia: Boidobra / Breve nota histórica: Mosteiro masculino construído entre os séculos XIII e XVI. Filiado na Ordem de Cister em 1220. Fundado no século XIII, por D. Mendo Abade de Maceira Dão. Por ser uma fundação de Maceira Dão, daí a sua designação primitiva no testamento de Afonso III como 'Maceira de Covelliana'. Foi suprimido a 1 de Maio de 1579 e as suas receitas juntaram-se às dos mosteiros do Ermelo e Tamarães dotando o Colégio do Espírito Santo em Coimbra.

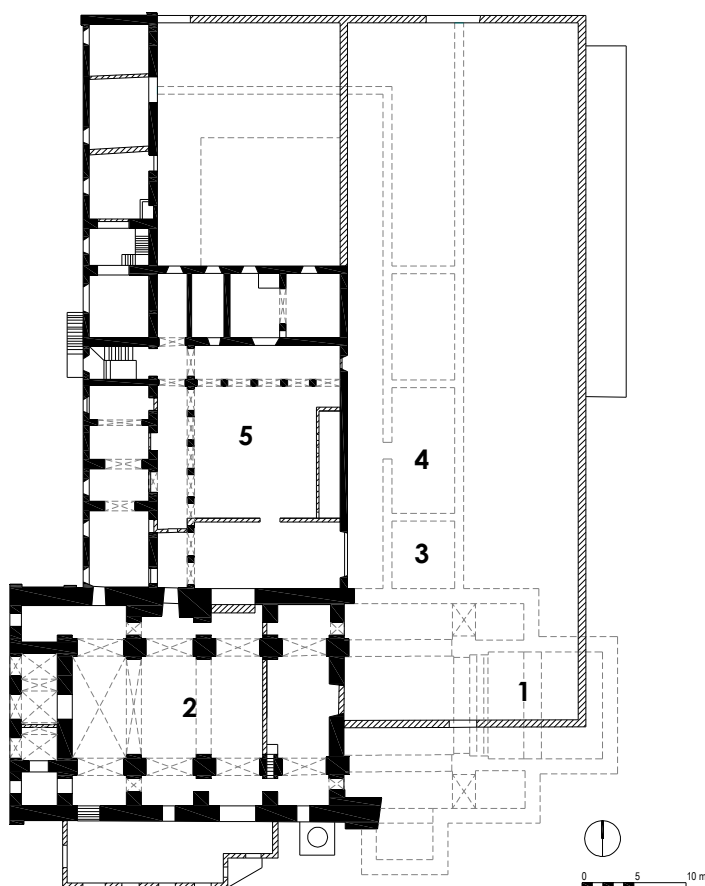
¹⁴ Mosteiro de São Paulo de Almaziva (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 1031 - 1042) Localização: Largo da Igreja / Diocese: Coimbra / Distrito: Coimbra / Concelho: Coimbra / Freguesia: São Paulo de Frades / Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XI e XVII. Filiado na Ordem de Cister em 1221. Desde o século XII que o mosteiro albergava uma pequena comunidade religiosa ligada à Regra de S. Bento. Por volta de 1220, Fernando Peres, notário da chancelaria de D. Sancho I e chantre da Sé de Lisboa, doou o mosteiro aos cistercienses e assim, por bula do papa Honório III, surge o Mosteiro de S. Paulo de Almaziva. Em 1555 o mosteiro foi anexado ao Colégio do Espírito Santo, por vontade do rei D. João III e autorização do papa Júlio III. A partir do século XVII a igreja monástica passou para a paróquia de S. Paulo de Frades.



- 1 – Igreja (vestígios)
2 – Claustro

Pl. 24 Colégio do Espírito Santo¹⁵(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

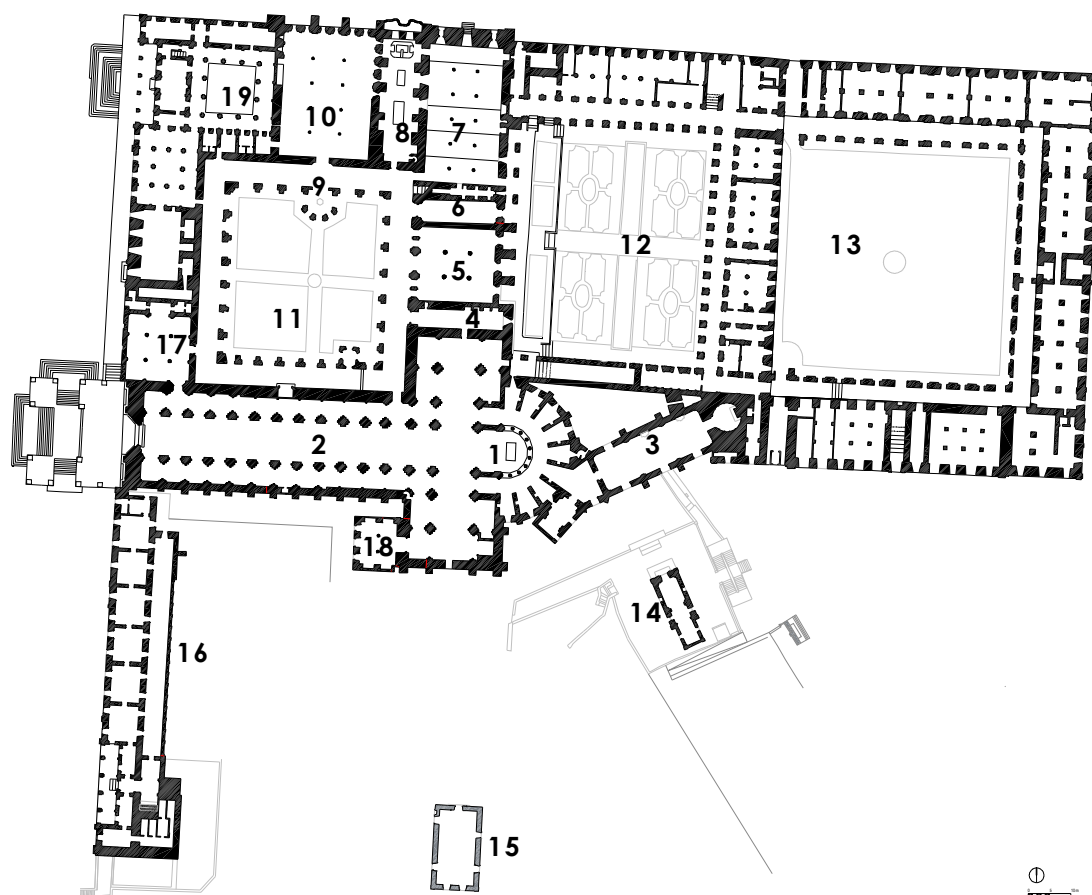
¹⁵ Colégio do Espírito Santo (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 1043 - 1072) Localização: Rua da Sofia / Diocese: Coimbra / Distrito: Coimbra / Concelho: Coimbra / Freguesia: Santa Cruz / Breve nota histórica: Fundado em 1541, por iniciativa do Cardeal D. Henrique, pertencendo à Ordem de Cister, daí também ser conhecido por Colégio de S. Bernardo. Em 1550 recebeu os primeiros colegiais e foi elevado à categoria de Abadia em 1596. Após a extinção das Ordens Religiosas em 1834, foi o edifício vendido em haste pública em 1838.



- 1 - Capela-mor
- 2 - Nave
- 3 - Sacristia
- 4 - Sala do Capítulo
- 5 - Claustro

Pl. 25 Mosteiro de Santa Maria de Seixa¹⁶(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

¹⁶ Mosteiro de Santa Maria de Seixa (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 1073 - 1092) Localização: Ribeira de Seixa / Diocese: Coimbra / Distrito: Coimbra / Concelho: Figueira da Foz / Freguesia: Paião / Breve nota histórica: Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XVIII, situa-se no vale da Ribeira de Seixa. Filiou-se na Ordem de Cister em 1195. Fundado por volta de 1162, esteve inicialmente ligado aos frades Crúzios passando depois à Regra de S. Bento. D. Afonso Henriques deu-lhe Carta de Couto em 1175. D. João III suprime o Mosteiro no século XVI. Em 1560 D. Sebastião reabre o Mosteiro. Em 1834 é extinto e vendido mais tarde em haste pública em 1895. No ano 2000 foi adquirido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz.



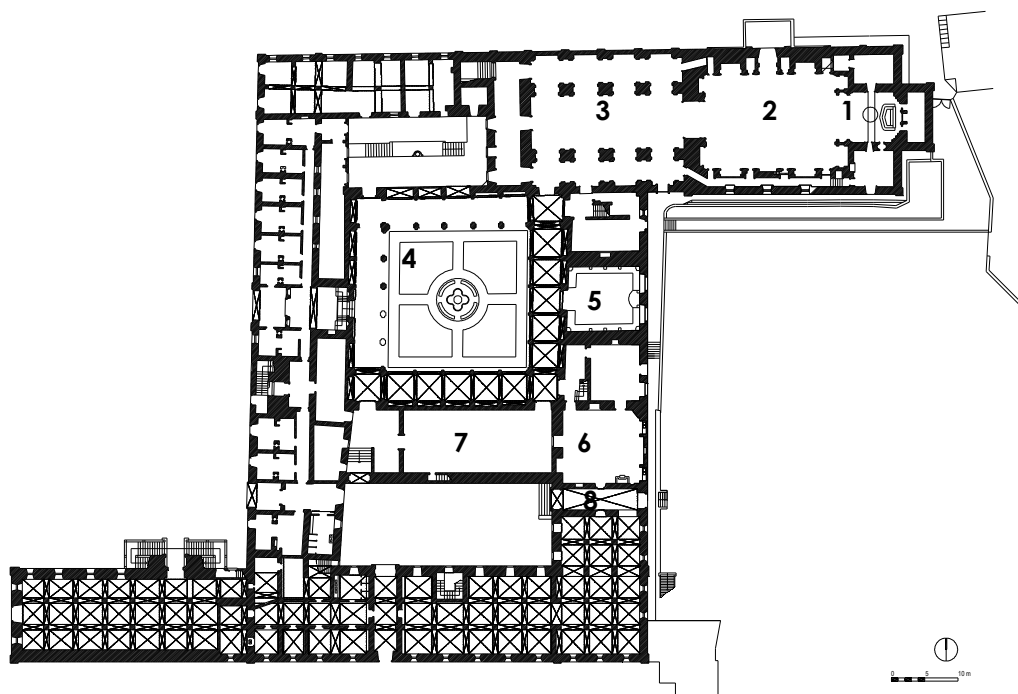
- | | | | |
|----------------------|-----------------|--|---|
| 1 - Capela-mor | 6 - Parlatório | 11 - Claustro | 15 - Celeiro |
| 2 - Nave | 7 - Scriptorium | 12 - Claustro do Cardeal
(ou dos Noviços) | 16 - Ala S. Bernardo
(antiga Hospedaria) |
| 3 - Sacristia Nova | 8 - Cozinha | 13 - Claustro do Rachadoiro | 17 - Sala dos Reis |
| 4 - Antiga Sacristia | 9 - Lavabo | 14 - Capela do Desterro | 18 - Panteão Régio |
| 5 - Sala do Capitulo | 10 - Refeitório | | 19 - Claustro de D. Afonso VI |

Pl. 26 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça¹⁷(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN e nos planos cedidos pelo arquitecto João Pedro Falcão de Campos)

¹⁷ Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Ver ficha no anexo 9.1.1, pp. 1093 – 1173) Localização: Alcobaça / Diocese: Lisboa / Distrito: Leiria / Concelho: Alcobaça / Freguesia: Alcobaça / Breve nota histórica: Mosteiro masculino da Ordem de Cister, fundado em 1153 e construído entre os séculos XII e XX. Só em 1223 os monges habitam as dependências do mosteiro. Entre 1308/1311 é edificado o Claustro de D. Dinis. Em 1567 é instituída a Congregação Autónoma de Alcobaça. Em 1656/1667 é construído o Claustro de D. Afonso VI. Os franceses saqueiam o Mosteiro no ano de 1811. Em 1833 os monges abandonam o Mosteiro e no ano seguinte é extinto. Serve de Panteão a D. Pedro I e a Inês de Castro.

5.2.2.

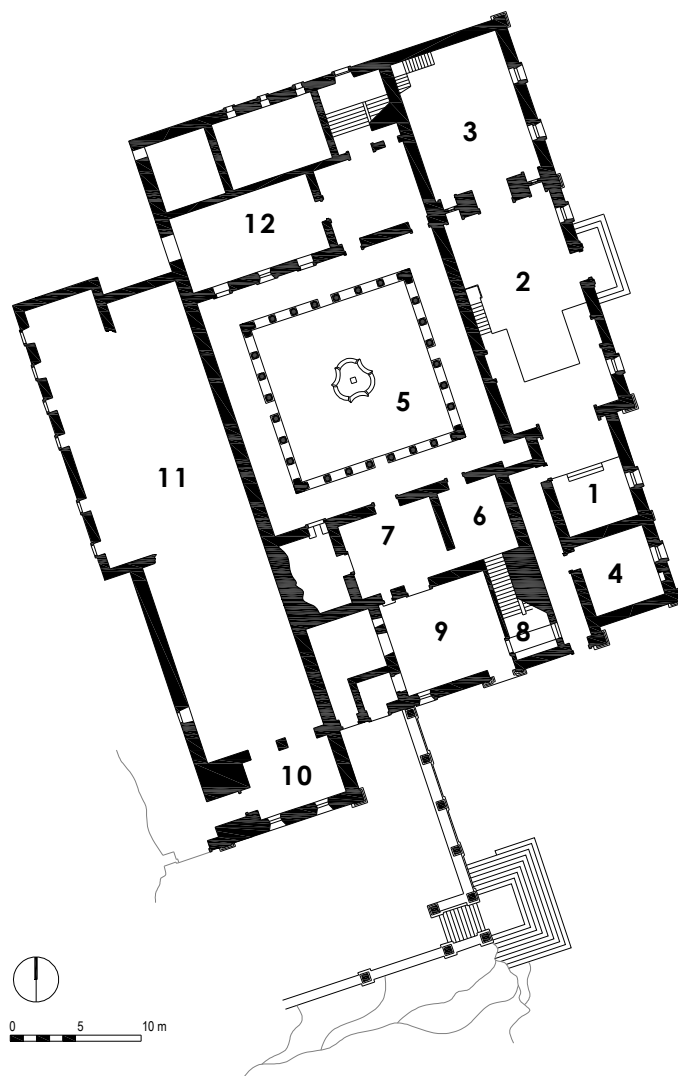
Planimetria dos mosteiros cistercienses portugueses femininos



- | | |
|----------------|----------------------|
| 1 - Capela-mor | 5 - Sala do Capitulo |
| 2 - Nave | 6 - Cozinha |
| 3 - Coro | 7 - Refeitório |
| 4 - Claustro | 8 - Parlatório |

Pl. 27 Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca¹⁸(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

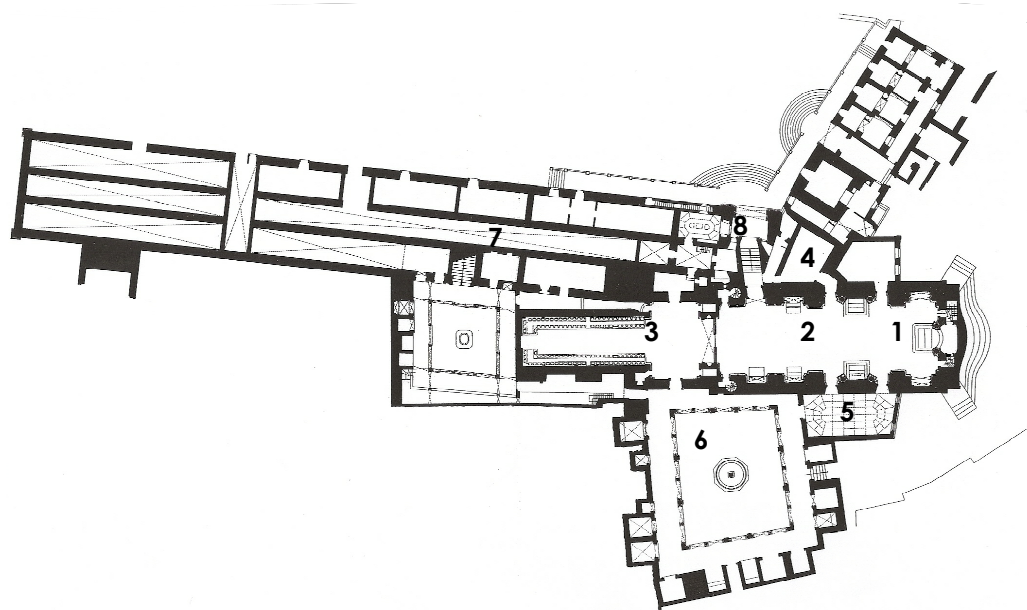
¹⁸ Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1211 - 1254) Localização: Largo de Santa Mafalda / Diocese: Porto / Distrito: Aveiro / Concelho: Arouca / Freguesia: Arouca / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos X e XVIII. Entre 1085 e 1095 adoptou a Regra de São Bento. Em 1132 D. Afonso Henriques passou-lhe carta de Couto. Em 1220 D. Mafalda, filha de D. Sancho I, professa no Mosteiro. Em 1226 o Mosteiro filia-se na Ordem de Cister. A 3 de Junho de 1886 morre a última freira e o Mosteiro é extinto, sendo os seus bens incorporados na Fazenda Pública. Em 1890 é criada a Irmandade de Santa Mafalda, para salvaguardar o espólio do Mosteiro, onde actualmente possui um Museu de Arte Sacra e o Centro de Estudos "D. Domingos Pinho Brandão". Em 1990 o Mosteiro foi cedido à Câmara Municipal.



- | | | |
|----------------|----------------------|--|
| 1 - Capela-mor | 5 - Claustro | 9 - Portaria |
| 2 - Nave | 6 - Sala do Capítulo | 10 - Mirante |
| 3 - Coro | 7 - Parlatório | 11 - Área arruinada (cozinha e refeitório) |
| 4 - Sacristia | 8 - Acesso à torre | 12 - Dormitórios |

Pl. 28 Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa¹⁹(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

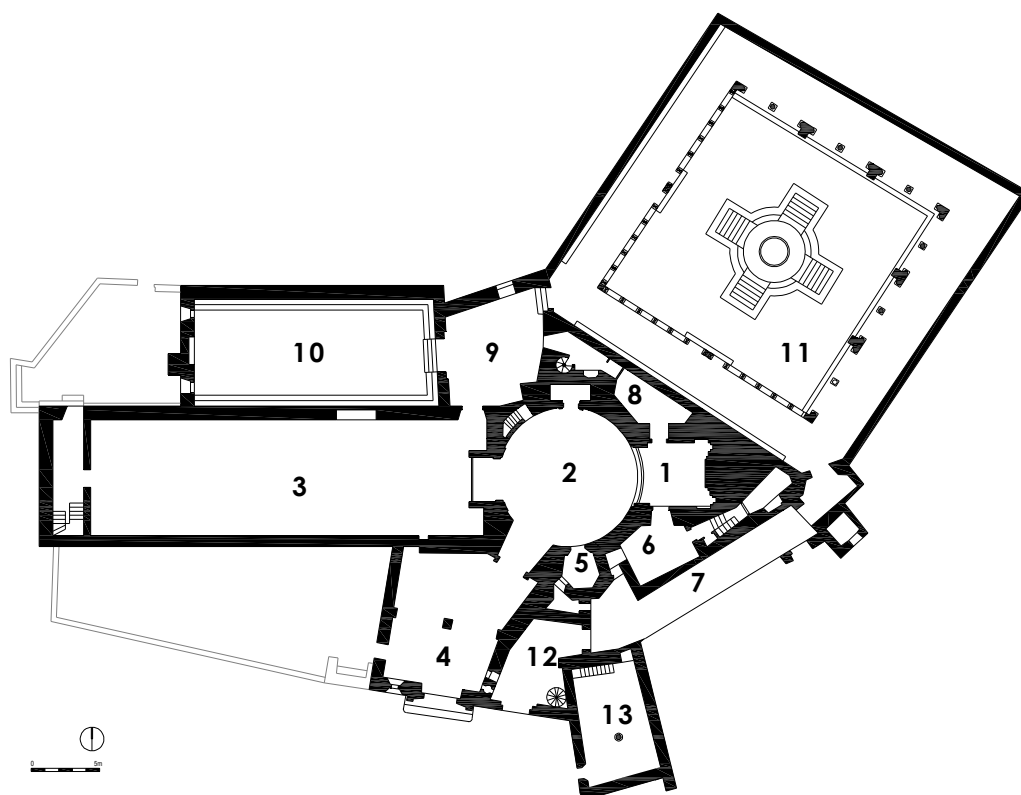
¹⁹ Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1255 - 1286) Localização: Tabosa / Diocese: Lamego / Distrito: Viseu / Concelho: Sernancelhe / Freguesia: Carregal / Breve nota histórica: Mosteiro feminino cuja construção remonta aos finais do século XVII. Fundado na Ordem de Cister em 1690, por escritura outorgada entre Maria Pereira (a instituidora) e a Congregação de Alcobaça. As primeiras monjas, provenientes do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, chegaram em 1692. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em haste pública com excepção da igreja que passou a pertencer à paróquia.



- 1 - Capela-mor
- 2 - Nave
- 3 - Coro
- 4 - Sacristia
- 5 - Sala do Capítulo
- 6 - Claustro
- 7 - Dormitórios
- 8 - Nártex

Pl. 29 Mosteiro de S. Mamede do Lorvão²⁰(desenho da autora sobre planta do arquivo IHRU/DGEMN)

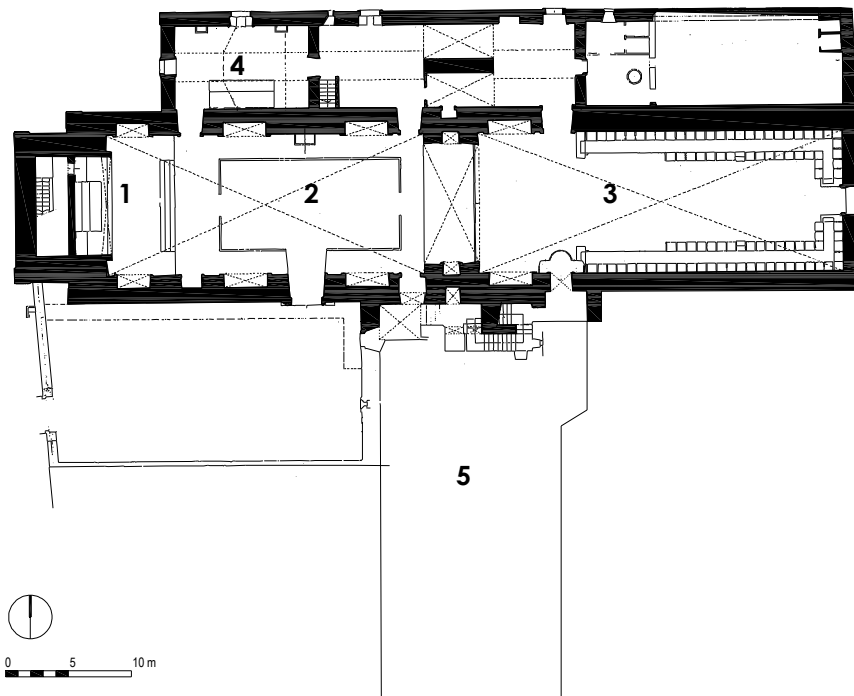
²⁰ Mosteiro de São Mamede de Lorvão (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1287 - 1324) Localização: Pátio do Mosteiro - Lorvão / Diocese: Coimbra / Distrito: Coimbra / Concelho: Penacova / Freguesia: Lorvão / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XX. Filiado na Ordem de Cister em 1211. É remota a notícia da edificação de um espaço monástico nestas paragens, desde a lenda que o dá existente no século VI, passando pela provável fundação em 878 na sequência da primeira reconquista de Coimbra, sendo então masculino e dedicado a S. Mamede e S. Pelágio, até ao século X onde a sua importância é já acentuada. No século XI ingressa na Ordem de S. Bento. Em 1183 é aqui elaborado o "Livro das Aves" de grande beleza artística e em 1189 a iluminura de excelência "Comentário do Apocalipse". Em 1206 passa a feminino e abraça posteriormente a Ordem de Cister. Em 1834 o mosteiro é extinto passando a acolher um hospital psiquiátrico.



- | | | | |
|----------------|------------------------------|-----------------------|--|
| 1 - Capela-mor | 5 - Capela de Santa Sanches | 9 - Sala das Sessões | 13 - Ruínas dos antigos aposentos abaciais |
| 2 - Nave | 6 - Sacristia | 10 - Sala do Capítulo | |
| 3 - Coro | 7 - Passagem para o Claustro | 11 - Claustro | |
| 4 - Nártex | 8 - Arrumos | 12 - Serviço | |

Pl. 30 Mosteiro de Santa Maria de Celas²¹(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

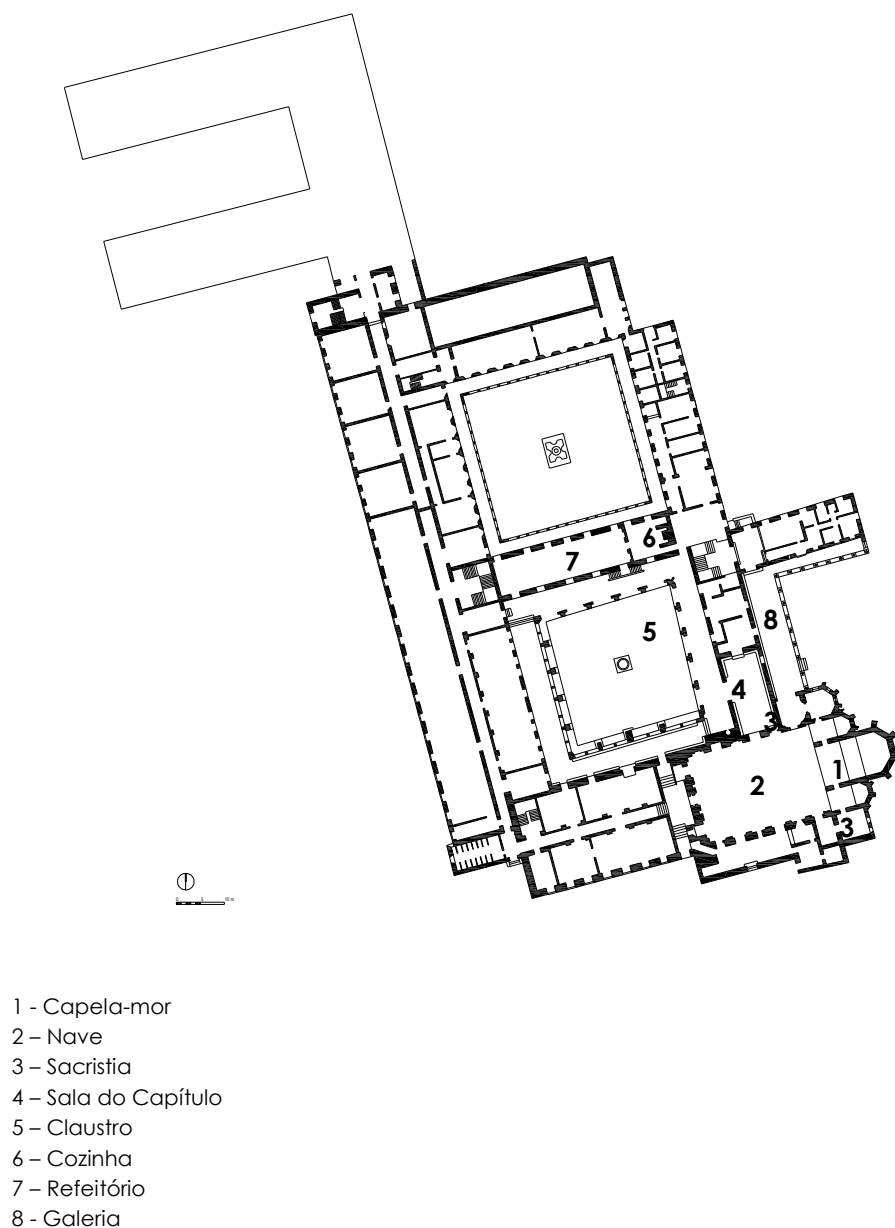
²¹ Mosteiro de Santa Maria de Celas (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1325 - 1352) Localização: Largo de Celas / Diocese: Coimbra / Distrito: Coimbra / Concelho: Coimbra / Freguesia: Santo António dos Olivais / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XIX. Filiado na Ordem de Cister em 1215. Foi fundado em 1210 por D. Sancha, filha de D. Sancho I, em 1219 recebeu as primeiras monjas e em 1293 foi sagrado pelo bispo Aymeric D'Eibrad. A 15 de Abril de 1883 faleceu a última monja e o mosteiro passou para a posse do Estado.



- 1 - Capela-mor
- 2 - Nave
- 3 - Coro
- 4 - Sacristia
- 5 - Ruínas dos Dormitórios

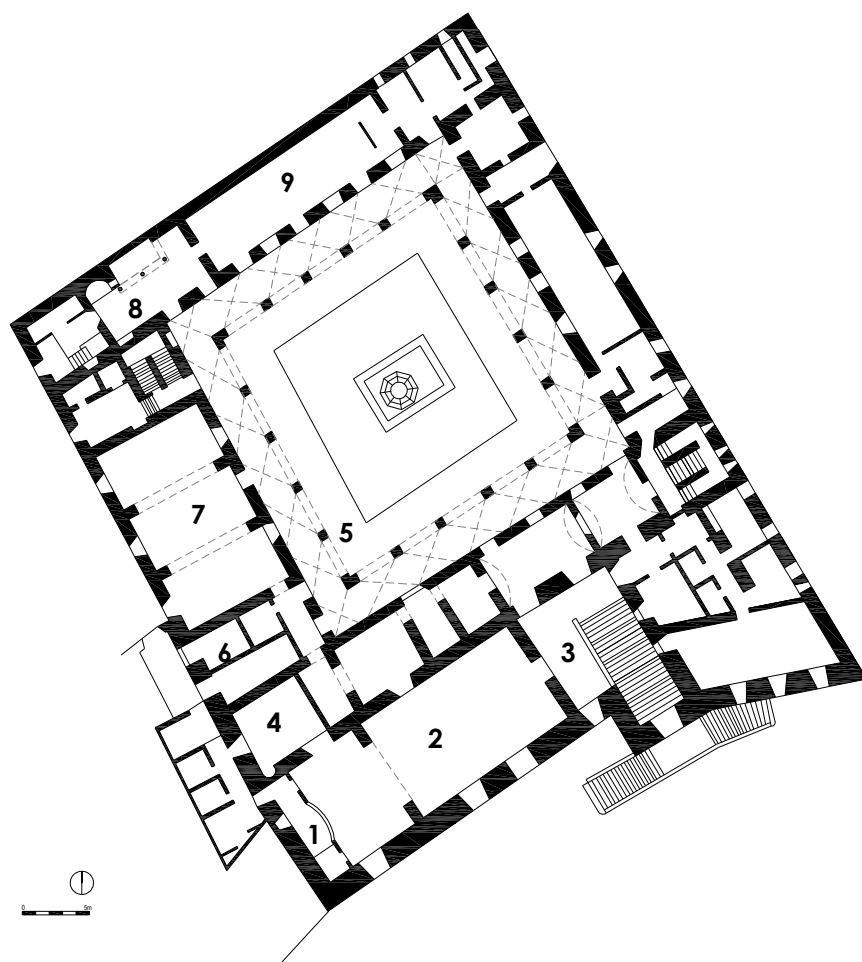
Pl. 31 Mosteiro de Santa Maria de Cós²²(desenho da autora com base em do arquivo IHRU/DGEMN)

²² Mosteiro de Santa Maria de Cós (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1353 - 1390) Localização: Rua de Santa Rita / Diocese: Lisboa / Distrito: Leiria / Concelho: Alcobaça / Freguesia: Cós / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XVI e XVIII, nos Coutos de Alcobaça. Fundado na Ordem de Cister em 1530. Das obras mandadas efectuar pelo Cardeal Infante D. Afonso apenas resta a porta manuelina. Em 1714 foi feito o revestimento azulejar das paredes da sacristia e do coro. Foi extinto em 1834, sendo vendido em haste pública.



Pl. 32 Mosteiro de S. Dinis de Odivelas²³(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

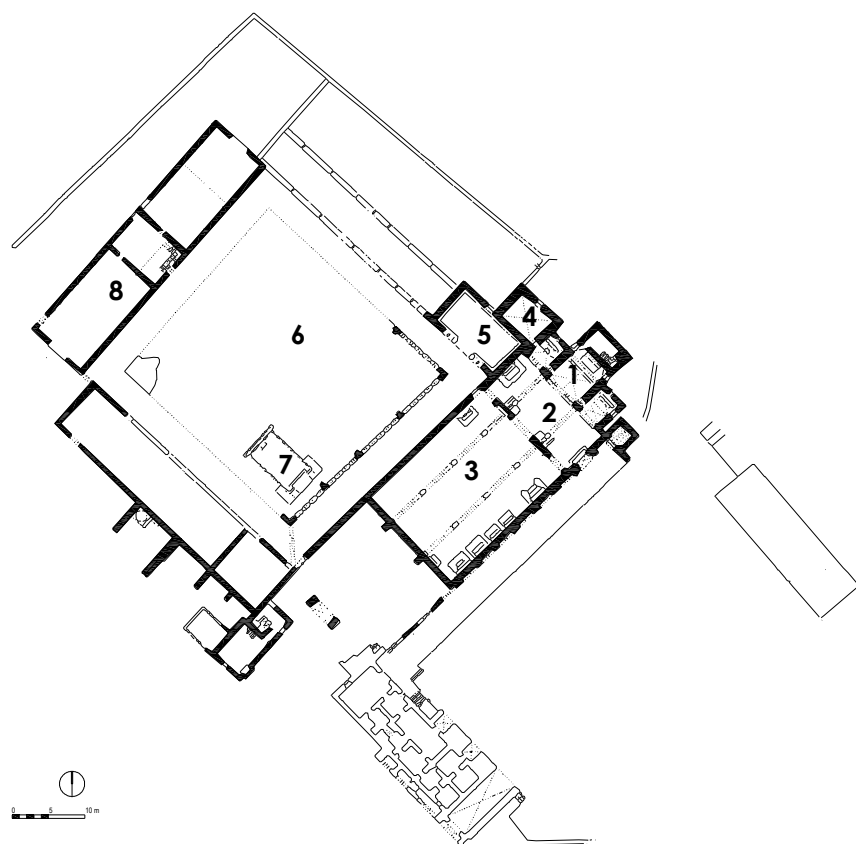
²³ Mosteiro de São Dinis de Odivelas (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1391 - 1428) Localização: Largo de D. Dinis / Diocese: Lisboa / Distrito: Lisboa / Concelho: Odivelas / Freguesia: Odivelas / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XIV e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1295. A primeira pedra foi lançada por D. Dinis ficando as monjas a viver junto ao Paço Real até 1305 altura em que o mosteiro foi concluído. Em 1516 foi sepultada na sala do capítulo a Abadessa D. Violante, irmã de Pedro Álvares Cabral. Extinção do mosteiro em 1834. Em 1898 o Infante D. Afonso solicitou ao Ministério da Fazenda as dependências do mosteiro para ali instalar as órfãs dos oficiais do Exército, o que veio a acontecer em 1900.



- | | | |
|----------------------------------|----------------------|---|
| 1 - Capela-mor | 4 - Sacristia | 8 - Cozinha (Restaurante "A Travessa") |
| 2 - Nave | 5 - Claustro | 9 - Refeitório (Restaurante "A Travessa") |
| (sala de exposições temporárias) | 6 - Parlatório | |
| 3 - Nártex | 7 - Sala do Capítulo | |
| (Acolhimento Museu) | (Museu) | |

Pl. 33 Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo²⁴(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

²⁴ Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1429 - 1462)
Localização: Travessa Convento das Bernardas / Diocese: Lisboa / Distrito: Lisboa / Concelho: Lisboa / Freguesia: Santos-o-Velho / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XVII e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1653. D. Antónia Moniz foi a primeira Abadessa. Com o terramoto de 1755 ruíram as dependências do lado Sul, incluindo a Igreja. As obras de reconstrução começaram em 1778. É extinto em 1834 sendo posteriormente adquirido por Joaquim Lopes Câmara que aí instalou o Colégio de Nossa Senhora da Conceição. Foi Villa operária e a Igreja cine-teatro. Actualmente alberga o Museu da Marioneta, habitações e um restaurante.

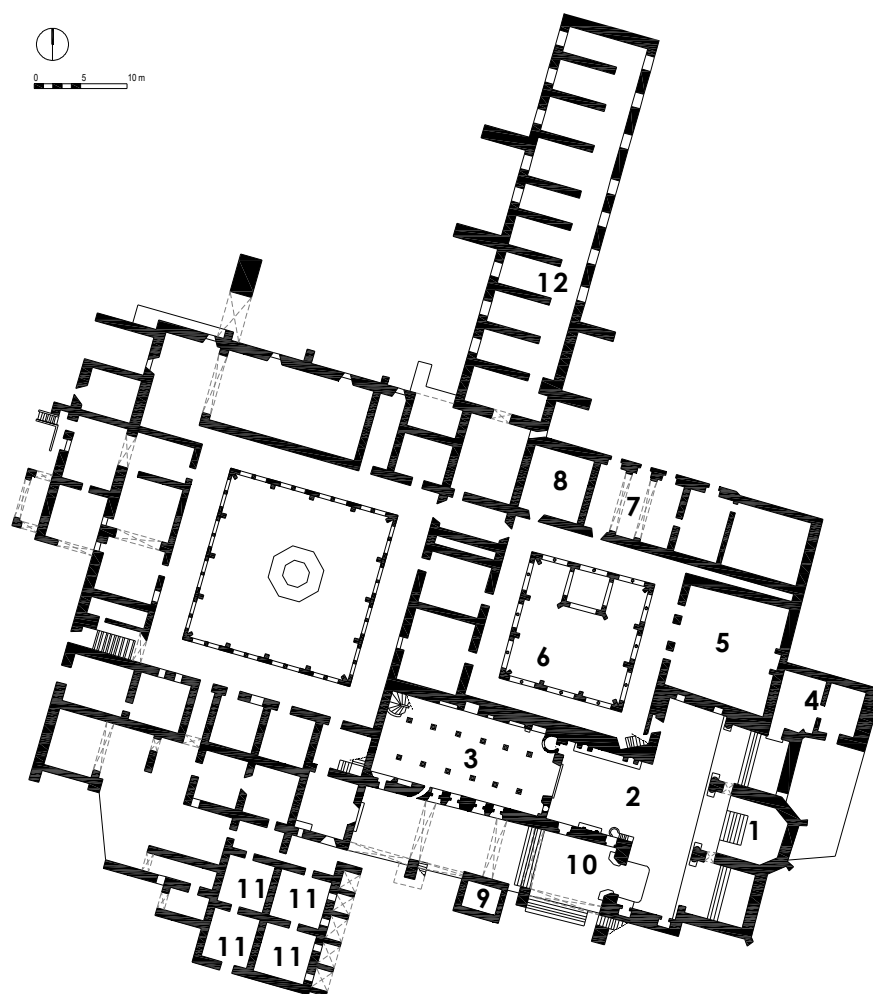


448

- | | | |
|----------------|----------------------|--------------------------------------|
| 1 - Capela-mor | 4 - Sacristia | 7 - Fonte |
| 2 - Nave | 5 - Sala do Capítulo | 8 - Cozinha e Refeitório |
| 3 - Coro | 6 - Claustro | (adaptados a instalações a grícolas) |

Pl. 34 Mosteiro de Santa Maria de Almoester²⁵(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

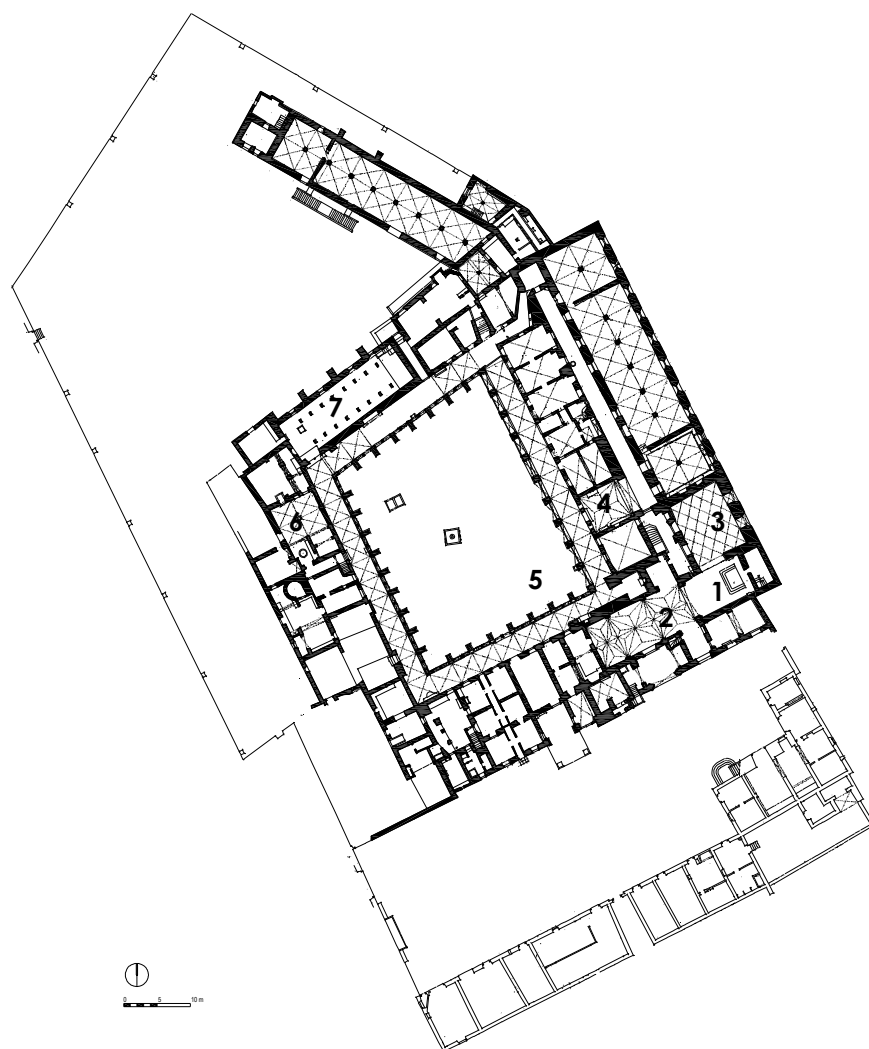
²⁵ Mosteiro de Santa Maria de Almoester (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1463 - 1492) Localização: Largo do Convento / Diocese: Santarém / Distrito: Santarém / Concelho: Santarém / Freguesia: Almoester / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XX. Fundado na Ordem de Cister em 1289, por D. Berengária Aires, aia da rainha Santa Isabel. Em 1910, com a implantação da República, a igreja foi vandalizada tendo desaparecido azulejos, quadros e um pórtico da sala do capítulo. Em 1956 foram retiradas as telas atribuídas a Gregório Lopes.



- | | | | |
|----------------|---|-----------------|-----------------|
| 1 - Capela-mor | 5 - Sala do Capítulo
(Sala dos Oficiais) | 8 - Cozinha | 12 - Dormitório |
| 2 - Nave | 6 - Claustro | 9 - Torre | |
| 3 - Coro | 7 - Refeitório | 10 - Nártex | |
| 4 - Sacristia | | 11 - Hospedaria | |

Pl. 35 Mosteiro de São Bernardo de Portalegre²⁶(desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

²⁶ Mosteiro de São Bernardo de Portalegre (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1493 - 1526) Localização: Av. Jorge Robinson / Diocese: Portalegre - Castelo Branco /Distrito: Portalegre /Concelho: Portalegre /Freguesia: São Lourenço / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XVI e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1518, pelo bispo da Guarda, D. Jorge de Melo. A consagração da igreja foi feita em 1572. Em 1878 foi o Mosteiro extinto com a morte da última monja. Em 1879 teve instalado o Seminário Diocesano, entre 1880 e 1887 ali funcionou o Liceu e desde 1911 que está afecto ao Ministério da Defesa Nacional como Escola Prática de Instrução da Guarda Nacional Republicana.



- | | |
|----------------------|----------------|
| 1 - Capela-mor | 5 - Claustro |
| 2 - Nave | 6 - Cozinha |
| 3 - Sacristia | 7 - Refeitório |
| 4 - Sala do Capítulo | |

Pl. 36 Mosteiro de S. Bento de Cástris²⁷ (desenho da autora com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN)

²⁷ Mosteiro de São Bento de Cástris (Ver ficha no anexo 9.1.2, pp. 1527 - 1554) Localização: Estrada de Arraiolos / Diocese: Évora / Distrito: Évora / Concelho: Évora / Freguesia: São Bento / Breve nota histórica: Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XIX. Filiado na Ordem de Cister em 1275. Fundado no século XII, no lugar da primitiva ermida de S. Bento, erigida por D. Soeiro, bispo de Évora, a pedido de D. Urraca Ximenes, o Mosteiro cedo abraçou o ramo cisterciense. O claustro gótico-mudéjar é datado do século XV. A 18 de Abril de 1890 foi extinto, após a morte da última religiosa.

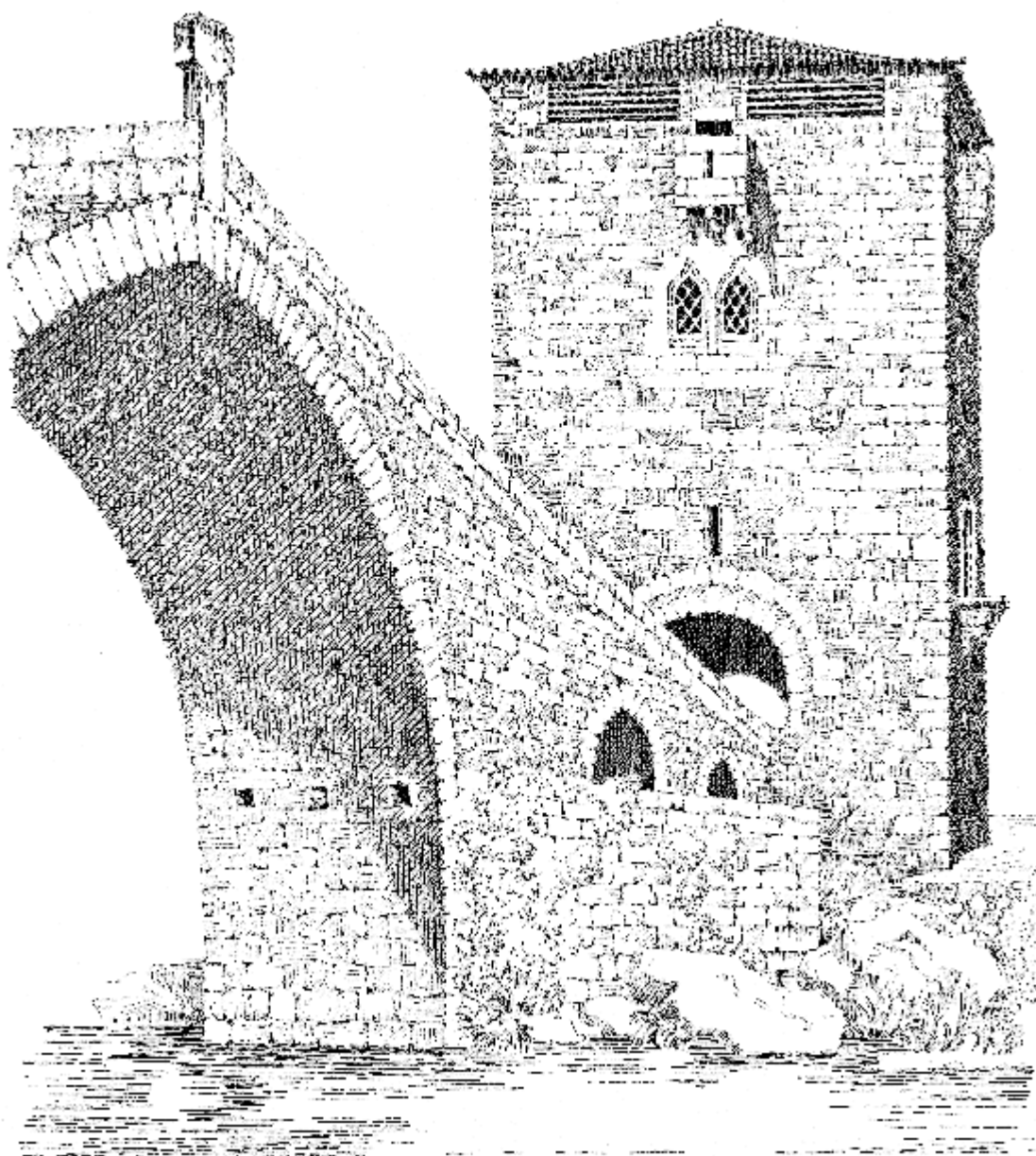


Fig. VI Torre e ponde da Ucanha, pertencentes ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

6.

6.1. IMPORTÂNCIA DE CISTER NA ARQUITECTURA MEDIEVAL PORTUGUESA

6.2. INSERÇÃO CISTERCIENSE NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

6.2.1. Esboço do território continental

6.2.2. Distribuição geográfica cisterciense no território português

6.3. TIPO DE IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

6.4. MUDANÇAS DE SÍTIO EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

6.5. HIDRÁULICA CISTERCIENSE



6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

6.1.

A IMPORTÂNCIA DE CISTER NA ARQUITECTURA MEDIEVAL PORTUGUESA

A arquitectura sempre foi reveladora dos modos e pensamentos de uma época. Através do significado, que adquire na região onde que se insere, desde os elementos construtivos e materiais utilizados, à ornamentação utilizada ou da ausência dela, um edifício seja religioso ou profano pode ser classificado estilisticamente e consequentemente corresponder a uma época cronológica específica.



Fig. 286 Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho (a), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (b)
(fotografias da autora)

453

Deste modo, do edificado de uma época destacam-se sempre os edifícios de carácter marcante, no caso religioso, edifícios capazes de acolher as gentes de uma região, enquanto marco de devoção, de cultura, de doutrina, em suma de Fé. A arquitectura religiosa é assim um dos maiores e mais amplos testemunhos da vivência humana ao longo dos séculos (Fig. 286). É testemunho não só de receios e flagelos mas também de agradecimento e júbilo de toda uma comunidade e consequentemente de todos os grupos sociais que a compõem.

A linguagem arquitectónica associada aos primórdios da nacionalidade foi o Românico. A expansão da arquitectura românica, em Portugal, coincidiu com o reinado de D. Afonso Henriques, estando relacionada não só com a organização eclesiástica diocesana e paroquial mas também com os mosteiros das várias ordens monásticas, fundados ou reconstruídos no decorrer dos séculos XII e XIII. Os principais encomendadores desta nova arquitectura foram os bispos (das dioceses então restauradas), os priores e os abades dos mosteiros.¹

¹Cfr. MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Arquitectura Religiosa nas Beiras nos primórdios da Nacionalidade** in *“Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais – A Identidade de Portugal em Construção”*; Ed. Câmara Municipal de Viseu, Museu Grão Vasco, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu; Viseu 2009; pp 48-59

A arquitectura religiosa ocidental, durante o período medieval, desenvolveu-se através da constante alteração e mutação dos próprios sistemas construtivos que possibilitaram a sua materialização e exequibilidade. Esta mutação foi realizada segundo uma articulação espacial e formal progressiva, de acordo com o pensamento ocidental, associada a uma ideia de progresso contínuo. A actividade construtiva coeva foi vasta e intensa, possibilitando a edificação de Catedrais, Mosteiros, Igrejas e Capelas, isto é possibilitando a pequena e grande escala no âmbito da arquitectura religiosa.



454

Fig. 287 Mosteiro de Santa Maria das Júnias (a), Mosteiro de S. Bento de Cástris (b) (fotografias da autora)

De facto, a igreja medieval apresenta diferenças, não só de nação para nação, como também de região para região, podendo-se referenciar uma leitura, plena de variantes, que ao mesmo tempo denota as suas origens regionais e rurais, bem características e pertencentes ao que se pode apelidar de românico evolutivo, segundo factores inerentes ao próprio estilo arquitectónico, ao desenvolvimento formal e construtivo, mas também à cronologia, isto é, ao próprio Tempo (Fig. 287). Como refere Carlos A. Ferreira de Almeida:

“Mais que em qualquer outra região, a arquitectura românica portuguesa, desde as catedrais às igrejas monasterais, desde os castelos às paroquiais e às ermidas que consagram sítios de hierofanias, de devoção eremítica ou de protecção às comunidades agrícolas e de pastores, tem de ser sentida e apreciada in situ e nos seus contornos geográficos e históricos. Só assim, inserida na paisagem e no habitat local, ele é verdadeiramente compreensível e só assim se tem uma rica lição para contar.”²

² Cit. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; **Arquitectura** in “Nos confins da Idade Média”; IPM; 1992; p.75

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

No que respeita à construção do edificado religioso medieval, a ideia de progresso contínuo evidencia-se e consubstancia-se nas superfícies autoportantes e murais, permitindo cada vez mais a articulação destas superfícies com a mutação associada a uma evolução da espacialidade arquitectónica propriamente dita, ou seja, associada a uma mutação e evolução do muro autoportante e contínuo até a desmaterialização do mesmo e permitindo a utilização de outro tipo de soluções estruturais abobadadas (Fig. 288).

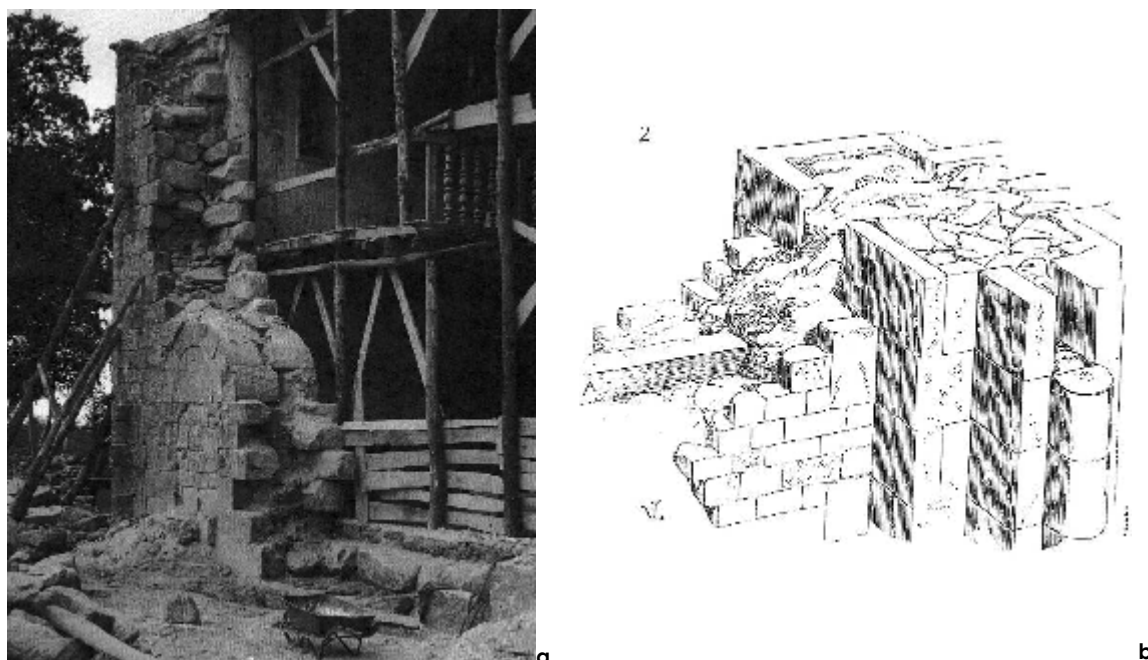


Fig. 288 Aparelho românico: (a) Mosteiro de Santa Maria de Fiães (fotografia DGEMN); (b) detalhe construtivo de aparelho românico desenhado por Viollet-le-Duc e apresentado no capítulo dedicado à construção inserido no "Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle"³

Assim, pode-se sintetizar este facto na variável relação estabelecida pelo binómio *ábside-transepto* uma vez que esta é a articulação responsável pela diferenciação e distinções não só espaciais mas também funcionais. Em alguns casos o transepto assume-se quase como mais uma nave, mas esta agora transversal, em oposição ao elemento longitudinal e de carácter basilical, que conforma a nave propriamente dita e à ábside que se encontra no seu seguimento. No entanto, as arquitecturas religiosas românicas, de carácter mais rural e interior apresentam, de certo modo, a antítese do que foi referido ao ser anulada esta possibilidade de diálogo arquitectónico dado o seu diminuto porte.

³ VIOLLET-LE-DUC, E.; **La Construcción Medieval** [in "Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle"]; Instituto Juan de Herrera, CEHOPU-Centro de Estudios Historicos de Obras Publicas y Urbanismo, CEDEX-Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas; Madrid 1996; cap. Principios, p. 12

A importância do transepto é também marcante na definição da funcionalidade atribuída à abside, seja ela complexa ou de rasgos mais simples, podendo para isso assumir diferentes distanciamentos e posicionamentos em relação à cabeceira.

É esta relação [**(abside + nave) – transepto**] que determina a planimetria dando origem às distintas conformações das plantas inerentes a estas arquitecturas, tais como a planta de cruz latina ou planta de cruz grega, consoante a dimensão da relação do binómio referido.

No que respeita à estrutura, pode-se referir que se evolui tendencialmente de uma estrutura autoportante maciça para uma estrutura mais leve, desmaterializada, onde a própria estrutura se resume a uma vectorização e consequente materialização das forças presentes no edificado. Este facto permite compreender que na arquitectura medieval a materialização das forças e a articulação da estrutura, do próprio edificado, permite conformar e formalizar os espaços arquitectónicos.

O muro autoportante, que funcionava como pano de parede homogéneo, e a cobertura de carácter contínuo foram gradualmente substituídos pela estrutura e articulação românicas. Surgem os contrafortes (Fig. 289) que permitem uma nova espacialidade, associada ao arco de volta perfeita, permitindo a composição modular e uma estrutura planimetricamente mais rígida e rigorosa que permite algo mais que a simples agregação de situações de espacialidade diversa.



Fig. 289 Mosteiro de S. João de Tarouca contrafortes e transepto saliente que se destaca do alçado (fotografia da autora)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

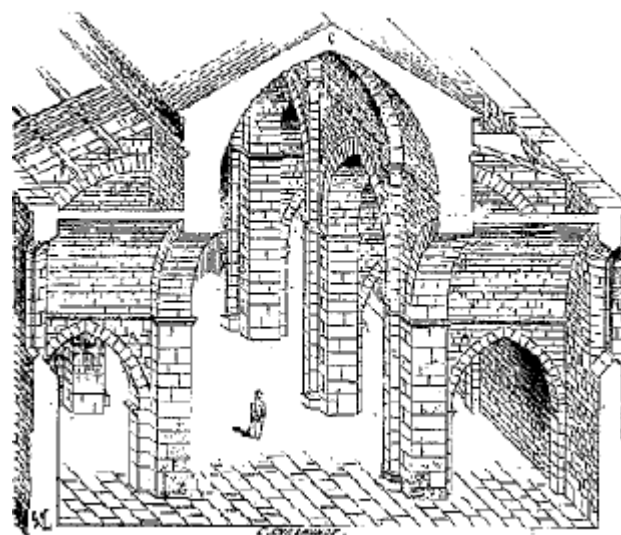
Surge ainda a importância do arco formeiro que conduz directamente as cargas aos pontos de sustentação, permitindo diminuir a espessura da parede e permitindo a conjugação de novos ritmos planimétricos.



a



b



c

457

Fig. 290 Estrutura das abobadadas que cobrem as naves laterais: (a, b) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (fotografias da autora); (c) detalhe construtivo desenhado por Viollet-le-Duc e apresentado no capítulo dedicado à construção inserido no “Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XI^e au XVI^e siècle; p.179”⁴

A estrutura ganhou assim importância e consolidou-se na realização do espaço arquitectónico, algo que perdurará, evoluindo até à arquitectura contemporânea. Deste modo, o binómio espacialidade-estrutura estará para sempre presente na arquitectura religiosa, mas também na militar e na habitacional.

A forma mais elementar de uma igreja românica pode apresentar-se de uma a três naves. De um modo geral, a nave principal apresenta uma altura mais elevada em relação às naves laterais, sendo coberta por uma abóbada de berço, enquanto as naves laterais são cobertas por abóbadas de aresta resultantes do cruzamento de duas abóbadas de berço (Fig. 290).

⁴ Imagem retirada de BAGULE, Lucien; *L’Abbaye de Fontenay et l’architecture cistercienne*; A. Rey Imprimeur-Éditeur; Lyon 1912 ; p.20

Porém, não só a estrutura é importante para esta evolução da arquitectura religiosa medieval, a métrica que gera as mais diversas espacialidades, é também fundamental. Esta manifesta-se não só em termos planimétricos bidimensionais mas também tridimensionalmente, permitindo uma maior sintonia e fluidez da ideia espacial aplicada ao edificado religioso, que é ao mesmo tempo una e diversa nas suas características.⁵ Este facto permitiu que a pouco e pouco a volumetria da arquitectura religiosa e o seu espaço interior se unissem, de modo cada vez mais íntimo, e que por volta do séc. XII, dotada de uma maior uniformização, a arquitectura religiosa conseguisse um grande avanço face à importante relação entre a funcionalidade espacial, os elementos construtivos e a decoração ornamental.

A arquitectura religiosa cristã foi entendida, no mundo medieval, como uma “obra de arte total” na qual todos os elementos, desde a estrutura arquitectónica, as escolhas e particularidades estilísticas e as manifestações artísticas inerentes se interligam, tornando esta uma obra artística coesa e única, na qual os próprios elementos arquitectónicos e suas significações permitem a existência de uma iconografia arquitectónica.

Deste modo a própria entrada numa igreja românica encontra-se plena de conotações podendo ser considerada metaforicamente como uma “porta da cidade” concomitante entre a cidade medieval e a cidade de Deus, a *Civitas Dei*, tendo cada um dos portais uma simbologia própria. Nos portais a sucessão de arquivoltas e elementos escultóricos ou simples ornamentos pétreos definem, muitas vezes, uma progressão do itinerário a seguir entre o exterior e o interior, entre o sagrado e o profano. Do mesmo modo a torre sineira, ou campanário, assume carácter de um elemento anunciador e revelador deste espaço sagrado (note-se que para os cistercienses este elemento era considerado desnecessário).

Também é importante, no mundo medieval, a passagem da fresta românica, diminuto rasgo (Fig. 291), no vasto e maciço muro parietal ao amplo janelão gótico testemunho não só da evolução da perícia e da técnica construtiva, mas também de toda uma nova maneira de conceber e de compreender o espaço interior e a nova importância que adquire a luz na arquitectura religiosa cristã. Cada vez mais, a luz, se tornou um elemento arquitectónico pleno de simbolismo e de significado no âmbito da arquitectura medieval, sobretudo no gótico (Fig. 292).

Do mesmo modo, a luz foi utilizada com distintos propósitos, mas continuamente como elemento arquitectónico na concepção de espaços, não só sagrados, como também profanos.

⁵ Cfr. JORGE, Virgolino Ferreira; **Espaço e Eutímia na Abadia Medieval de Alcobaça** in Separata do “Boletim Cultural” da Assembleia Distrital de Lisboa; Série IV; nº 93; Lisboa 1999 e JORGE, Virgolino Ferreira; **Arquitectura, medida e número na Igreja cisterciense de São João de Tarouca (Portugal)** in Cistercium – Revista Monástica; nº 208: 1997

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 291 Mosteiro de Santa Maria do Ermelo: fresta (a), Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: aberturas do transepto (b) (fotografias da autora)

459

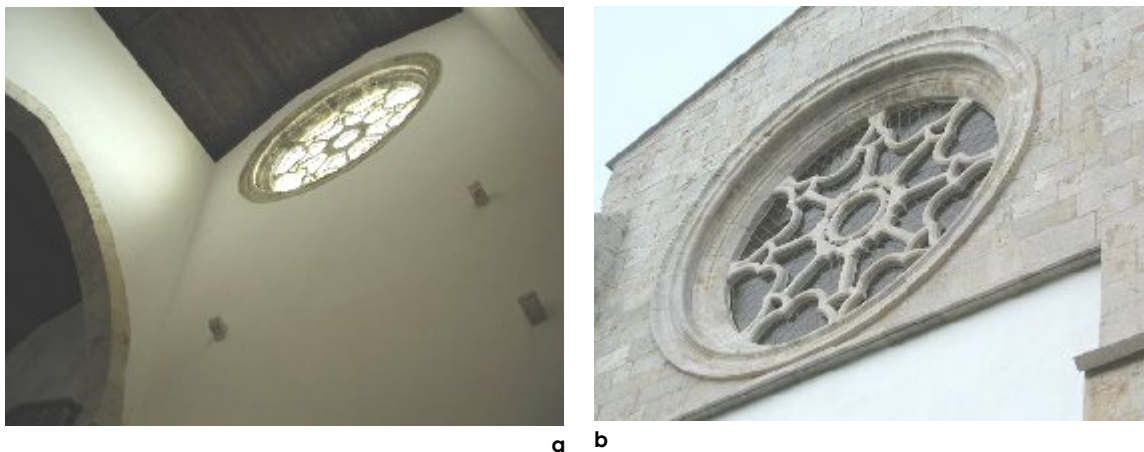


Fig. 292 Mosteiro de Santa Maria de Almoester: rosácea vista do interior (a), rosácea vista do exterior (fotografias da autora)

Tal elemento é passível de ser aplicado consoante a intenção na concepção do espaço arquitectónico, este facto verifica-se por exemplo se se considerar a rosácea, elemento arquitectónico por excelência, utilizado no gótico, como fonte de luz, cujo propósito foi sendo alterado à medida que se caminha para o

fim da Idade Média, momento em que a luz era importante quando associada aos retábulos tardo-gótico enquanto seus receptores (Fig. 293).



Fig. 293 Mosteiro de S. João de Tarouca: altar-mor barroco como elemento receptor da luz que banha a capela-mor (fotografia da autora)

Deste modo, sempre houve alteração, mutação mas também permanência e regionalismos, no delicado e longo processo da arquitectura religiosa medieval que vai desde a arquitectura de características paleocristãs até ao tardo-gótico. A arquitectura românica portuguesa é essencialmente de carácter rural não oferecendo uma grande variedade de soluções quer no que respeita à

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

planimetria, quer no que respeita à espacialidade gerada por novos jogos de volumes, sendo os seus planos construtivos bastante modestos.

Porém, no que respeita à decoração e escultura ornamental sucede precisamente o inverso ao apresentar elementos e motivos de grande exuberância e diversidade de soluções correspondendo, deste modo a um dos aspectos mais característicos e singulares do românico português.



Fig. 294 Mosteiro de S. Pedro das Águas, o velho (fotografia da autora)

Nos portais românicos, sobretudo nos seus tímpanos encontra-se uma síntese da mentalidade religiosa e artística da época pois era o local onde se inscrevia a mensagem de maior importância religiosa do edificado. Ao contrário da abstracção, utilizada na arte islâmica, a arte cristã, sobretudo do período românico, é uma arte figurativa dotada de significado e de simbolismo na transmissão da palavra sagrada, ou seja de catequização. Pelo que, sempre subordinadas ao organismo arquitectónico, na sua componente estrutural, encontram-se esculturas e pinturas, que tanto podem apresentar cenas historiadas como o Juízo Final, a Última Ceia, a luta entre o Bem e o Mal, a dicotomia entre o vício e a virtude ou hagiografias nos pórticos de entrada ou ainda ornamentação de carácter vegetalista, geométrico ou profano nos capitéis.

Deste modo, na arquitectura religiosa de cunho românico, a escultura concentra-se sobretudo no exterior (Fig. 294 e 295), nos portais, nas frestas dos panos de parede, com especial destaque para as da cabeceira, assim como

nas colunas adossadas, nos capitéis e nos cachorros nos quais se apoiam as cornijas. No interior a escultura concentra-se nos capitéis, com destaque sobretudo para os do arco triunfal.



Fig. 295 Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho: águias no arco do pórtico de entrada (fotografia da autora)

A arquitectura religiosa românica encontra-se espalhada por todo o território nacional sendo notória a organização de povoados ou de comunidades rurais à sua volta. A expansão do Românico, enquanto estilo arquitectónico, apesar de coevo à reconquista, não lhe corresponde directamente mas sim à organização do espaço territorial nacional.

No entanto, é inegável o apoio das comunidades monásticas, como os Beneditinos e os Cistercienses, para a consolidação e povoamento do território português à medida que se conquistavam os territórios cada vez mais a Sul, aquando as lutas da reconquista cristã. A Regra de S. Bento aliou a vida contemplativa ao trabalho manual, sob o lema "*Ora et Labora*" dividindo entre a oração e o trabalho as horas do dia monástico.

A Ordem de S. Bento também foi importante na consolidação do território a par da Ordem de Cister tendo-se instalado ainda naquele que era o Condado Portucalense, a partir do séc. XI.

A ocupação do território, por parte dos beneditinos, esteve estritamente relacionada com a exploração fundiária enquadrando-se numa estrutura social de características senhoriais ou até feudais. A maior parte da arquitectura religiosa românica foi resultado, do que prevaleceu ao longo dos tempos, de mosteiros fundados na referida época e que foram sendo ampliados, modificados e transmutados durante os séculos subsequentes.

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Os beneditinos instalaram-se inicialmente a Norte mas foram-se expandindo para outras partes do território de modo gradual sobretudo a partir do séc. XIII. Os mosteiros beneditinos apresentam uma tendência para a construção de igrejas de três naves com transepto, as variações deste modelo foram introduzidas como consequência da riqueza da própria fundação, de esmolas ou do patrocínio dos senhores locais. A cobertura da Igreja, nesta altura era feita através de travejamento de madeira e telha, sendo abobadada apenas a cabeceira.

O Românico enquanto estilo europeu e abrangendo os séculos X, XI e XII (apesar das suas diferenças e características regionais), pode ser entendido como um todo, uno e íntegro, sendo-lhe por isso, muitas vezes, atribuído o estatuto de “primeiro estilo arquitectónico do Ocidente”, sobretudo quando após o ano 1000 a Europa iniciou o seu movimento de desenvolvimento e ascensão, no espaço universal.

Para que se atingisse a verdadeira “internacionalização” do Românico muito contribuíram as duas reformas da Regra de S. Bento, uma levada a cabo pelos Cluniacenses, no séc. X, e outra levada a cabo pelos Cistercienses, no séc. XI. É de salientar que a partir do séc. XI, o monaquismo passou a apresentar características bem diversas do monaquismo de origem Oriental, que o antecederia, centrado no isolamento e no ascetismo.⁶

Na Idade Média, sobretudo no decorrer do século XII, é importante ter em atenção a existência de duas correntes estéticas paralelas, mas inteiramente opostas no que respeita à espiritualidade da arte. Uma defendida por Bernardo de Claraval e pelos cistercienses, outra defendida por Sugério de S. Dinis e pelos cluniacenses.⁷

A arquitectura e a arte cistercienses não têm como finalidade o deleite. Nada deverá desviar a atenção de Deus. Assim desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. Para os defensores da via ascética e da pobreza, apenas através da libertação dos bens materiais e da dádiva pode o Homem encontrar o amor espiritual e Deus.

Cister é uma rigorosa demanda de perfeição, a arte cisterciense é austera, despojada, disciplinada fundamentando-se na busca de pureza de linhas. Deste modo é feita a apologia de uma “estética da pobreza” segundo a qual apenas deverão ser apresentadas formas funcionais extremamente simples, limitando-se à essência, tal como se pode observar nos arcos do primitivo claustro cisterciense do mosteiro de S. João de Tarouca. Consequentemente, a uma opulência exuberante que está patente na arte românica, opõe-se uma estética da pobreza e da simplicidade que se limita ao

⁶ Ver Capítulo 2

⁷ Ver Capítulo 4, pp. 219 e seguintes

essencial, apresentando apenas formas funcionais de extrema simplicidade mas plena de significações.

Deste modo as Abadias cistercienses caracterizavam-se sobretudo pela racionalidade na articulação dos espaços e o despojamento de elementos decorativos. No entanto usaram-se soluções locais com materiais disponíveis “*in loco*” assimilando as tradições culturais existentes. Os cistercienses utilizariam a arte e os modos de construir característicos da região e do país onde se inseriam sem no entanto deixar de aplicar alguns dos princípios que norteavam a sua espiritualidade de carácter austero e simples.

Como refere Terryl Kinder:

“L'autonomia, che era una delle basi dell'Ordine, si estese anche alla sua architettura e sia l'ideazione sia la costruzione rivelano una notevole libertà, che risulta evidente sin nei particolari. Non sorprende che lo stile architettonico diffuso negli anni di maggiore espansione – il romanico con tracce gotiche – sia stato adattato a numerosi dei primi edifici cisterciensi (...). Dopo la prima generazione, gli stili regionali hanno esercitato la loro influenza proprio come quello trapiantato e spesso il risultato è una interazione fra i due: gli elementi architettonici borgognoni vengono accolti nelle chiese parrocchiali della regione e le tradizioni locali vengono assimilate nei nuovi edifici cisterciensi. (...) Unità non significa uniformità.”⁸

464

O que a arquitectura cisterciense traz de novo é uma simplicidade e uma coerência inéditas no seu tempo e por ter sido baseada no rigor e na razão do pensamento de S. Bernardo é muitas vezes apelidada de *arquitectura bernardina* e quando surge uma referência à planta das suas igrejas encontra-se a designação de *planta bernardina*.

S. Bernardo uniu a experiência estética e a religiosa permitindo criar elações e conclusões acerca de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos de “*more nostro*” tendo por base o chamado *plano Bernardino*.

Deve-se salientar a importância da Ordem de Cister não só na proliferação do românico mas também na introdução do gótico em Portugal com o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Fig. 296) cuja fundação, em 1153, está igualmente associada à fundação da nacionalidade e à figura marcante de D. Afonso Henriques. Deste modo é de ressaltar a importância do espírito cisterciense em ambos os estilos arquitectónicos como refere Ferreira de Almeida:

“A arquitectura cisterciense que tem em Portugal alguns testemunhos de grande valia é um dos mais notáveis exemplos de quanto

⁸ Cfr. KINDER, Terryl N.; **I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte**; Biblioteca di Cultura Medievale; col. Di Fronte e Attraverso; n° 468; Editoriale Jaca book spa; Milano; 1998; pp.226-227

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

uma arte de construir pode ser marcada por uma espiritualidade (...). O espírito da regra foi marcante que fez escola tanto na versão estilística românica como na gótica.”⁹



Fig. 296 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: abside (Editions Gaud)

A região das Beiras, local de introdução da Ordem de Cister no país, como já referido, foi um espaço propenso à edificação com características românicas dotando as igrejas de uma espacialidade mais ampla consequente de uma nova organização das massas arquitectónicas, com um ritmo e amplitude diversas das patentes nas anteriores edificações, o que revela uma perfeita correspondência com a nova liturgia romana, mais clara e teatral, que Portugal começara a adoptar. Por outro lado passou a trata-se com mais cuidado o exterior do edificado, com especial predilecção e atenção para a sua entrada, que era a “porta do céu”, elemento de separação de dois mundos, por um lado o interior, divino e sagrado e por outro o exterior, quotidiano e profano.

No entanto, na região das Beiras, é de assinalar também a existência de um elevado número de igrejas cuja planimetria apresenta uma nave única e abside, contrastando com o românico cisterciense de maior envergadura que pode apresentar três naves, como é o caso de São João de Tarouca ou mesmo Salzedas (tanto o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Fig. 297) como as ruínas da Abadia Velha) acrescidas de transepto e cabeceira composta por abside e absidiolos. Muitas das igrejas monásticas ou das Sés apresentavam parte da

⁹ Cfr. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Op. Cit.; p.77

nave central ocupada pelo coro destinado aos monges no caso dos mosteiros ou no caso das Sés aos cónegos.



Fig. 297 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: nave lateral (fotografia: arquivo DGEMN / IHRU)

Nas dioceses de Viseu e da Guarda há um elevado número de igrejas que apresentam soluções tardias denotando a existência de um românico de resistência. Cabe ainda referência para exemplares não cistercienses de inegável importância como é o caso da Ermida de Paiva (Castro Daire) também conhecida por “Templo das Siglas” (nome atribuído por A. Lacerda por esta apresentar abundantes marcas de canteiros) singular no românico português¹⁰ pertencendo à fase que precedeu o estilo ogival. A Igreja de Cárquere, concelho de Resende, apresenta-se como um conjunto arquitectónico de características medievais e monumentais, de grande significado regional. Do período medieval e de características românicas são ainda de salientar: a Igreja de Santa Maria de Almacave (Lamego), a Igreja Matriz de Linhares, a Igreja Matriz de Vila Nova de Paiva, a Igreja Matriz de Armamar, a Igreja Matriz de Sernancelhe, a Igreja Matriz de Mangualde, a Igreja Matriz de Tarouca (com destaque para o pórtico axial de linguagem românica tardia no qual surge a utilização de archi-

¹⁰ Cfr. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (dir); **História da Arte em Portugal – o Românico**; vol. 3; Alfa; Lisboa; 1986; p.53

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

voltas ogivais), a Igreja de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso) já de um românico tardio, assim como alguns vestígios de arquitectura medieval nas Sés de Lamego e de Viseu¹¹.

Pode-se assim concluir que na região das Beiras, nos primórdios da nacionalidade, a arquitectura religiosa foi de feição sobretudo românica, muito devendo a região à Ordem de Cister, que muito contribuiu para a consolidação de uma nação em construção.

Os seus mosteiros, em Portugal, tornaram-se dignos exemplares da arquitectura cisterciense europeia, apesar de ao longo dos tempos terem sido adaptados, ampliados e transformados segundo os gostos e os estilos da época (Fig. 298).



467

Fig. 298 Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho durante a reconstrução levada a cabo pela DGEMN (fotografia: arquivo DGEMN/IHRU)

¹¹ Cfr. EUSÉBIO, Maria de Fátima; **Viseu – A arquitectura religiosa: espaço de oração, espaços de arte** in “Viseu – Cidade de Afonso Henriques”; Ed. AVIS; Viseu 2009; p.160 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Viseu – breves notas sobre as suas Igrejas e Capelas** in “Viseu – Cidade de Afonso Henriques”; Ed. AVIS; Viseu 2009; p.180

Muitos foram alvo de diversas recuperações e reabilitações, sobretudo no século passado, seguindo as teorias em voga e que fizeram reviver a sua arquitectura primitiva, como é o caso da pequena Igreja de S. Pedro das Águias ou permitiram descobrir a realidade escondida e esquecida, como foi o caso da intervenção que pôs a descoberto partes da primitiva estrutura medieval da Igreja de Santa Maria de Salzedas ou mesmo os notáveis trabalhos de escavação arqueológica conduzidos no Mosteiro de São João de Tarouca que puseram a descoberto vestígios da estrutura da primitiva abadia (Fig. 299), permitindo perceber que os seus principais espaços, dos quais fazem parte o claustro, a sala do capítulo, a cozinha, as latrinas, se configuravam segundo o plano tantas vezes utilizado pelos cistercienses e que reflecte o pensamento de S. Bernardo moldado à arquitectura, ao ser um traçado de feição claravaliana.



Fig. 299 Mosteiro de S. João de Tarouca, vestígios dos claustros, sala do capítulo, cozinha do primitivo mosteiro (fotografia da autora)

Sem subtileza pode-se assim afirmar que a arquitectura medieval portuguesa, em particular a existente na região das Beiras, local por onde se introduziu a Ordem de Cister no país, é um marco essencial de identidade nacional e imagem de um passado pujante de história e arte que importa divulgar e preservar.¹²

¹² Cfr. MARTINS, Ana Maria Tavares F.; **Arquitectura Religiosa nas Beiras nos primórdios da Nacionalidade** in “Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais – A Identidade de Portugal em Construção”; Ed. Câmara

6.2. A INSERÇÃO CISTERCIENSE NO TERRITÓRIO



Fig. 300 Península Ibérica vista através de Satélite em 2003 (fonte: Jacques Descloitres, MODIS Land Rapid Response Team at NASA/GSFC)

6.2.1 Um esboço do território continental português

Portugal situa-se a ocidente da Península Ibérica entre as latitudes 37° N e 42° N e as longitudes 6° O e 9,5° O constituindo a maior parte do litoral ocidental da Península Ibérica (Fig. 300), ocupando um quinto da sua área total.¹³ Na sua extensão Norte-Sul atinge 561 km, sendo de 218 km a sua maior extensão Este-Oeste, e a sua largura média aproximadamente 160 km. A superfície de Portugal continental está avaliada em 89 060 km².¹⁴

Municipal de Viseu, Museu Grão Vasco, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu; Viseu 2009; pp 48-59

¹³ RIBEIRO, Orlando, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau; **Geografia de Portugal, I – A Posição Geográfica e o Território**; Edições João Sá da Costa; Lisboa; 1998, p.26

¹⁴ Idem, p. 7

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Em suma, Portugal, apresenta um relevo mais acentuado a norte do rio Tejo por oposição a um território mais plano a sul. “Íntimas são as relações geográficas de Portugal, não só com as partes vizinhas da Península, a leste e a norte, mas também com as regiões confinantes do Oceano Atlântico, a oeste e a sul.”¹⁵



Fig. 301 *Mappa de Hespanha e Portugal*: autor Tomas Lopez de Vargas Machuca, 1810 (fonte Biblioteca Nacional)



Fig. 302 *Spain & Portugal*: autor Henry Teesdale, 1834 (fonte Instituto Geográfico Português)

¹⁵ RIBEIRO, Orlando, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau; Op. Cit., p. 39

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Em termos históricos, a carta de Portugal (*Portugalia et Algarbia*) também conhecida por “*Portugal Deitado*” da autoria de Álvaro Seco (Fig. 303), elaborada no século XVII, permitiu a existência de inúmeras reproduções e versões, da mesma carta, impressas em obras estrangeiras distintas divulgando a imagem e os contornos de Portugal pelo mundo durante cerca de um século.



Fig. 303 *Portugalia et Algarbia* “Portugal Deitado”: autor Álvaro Seco, 1630
(fonte Instituto Geográfico Português)



Fig. 304 Carta de Portugal continental e regiões autónomas à escala 1/25000:
Autor Instituto Geográfico do Exército (fonte Instituto Geográfico do Exército)



Fig. 305 Portugal continental visto através de Satélite em 2003 (fonte: Jacques Descloitres, MODIS Land Rapid Response Team at NASA/GSFC)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 306 Atlas geográfico das províncias do Reino de Portugal e Algarve: Província de Entre Douro e Minho, 1843, autor desconhecido (fonte Biblioteca Nacional)

473

No Alto Minho (Fig. 306) surgem relevos vigorosos que possuem topos aplanados entre os 1300 a 1400 metros que correspondem às serras da Peneda, Gerês, Soajo e Amarela, separados por vales de fractura através dos quais correm os rios Minho, Lima, Cávado e Ave.

Em Portugal continental, à medida que se vai em direcção a oeste, rumo ao Minho litoral, as cotas vão diminuindo o que permite que os referidos rios se espraíem por largas planícies aluviais antes de desaguiarem no Oceano Atlântico.¹⁶

Porém a nível interior esta diminuição de cotas é marcada por patamares estando bem patentes os planaltos nas terras do interior sendo mesmo esta característica a situação dominante, em termos relativos, à totalidade do território português.

¹⁶ BRITO, Raquel Soeiro de; **Portugal Perfil Geográfico**; col. Referência; nº 6; Editorial Estampa; Lisboa 1994; p.49



Fig. 307 Atlas geográfico das províncias do Reino de Portugal e Algarve: Província de Trás-os-Montes, 1843, autor desconhecido (fonte Biblioteca Nacional)

Em direcção a nascente das serras da Peneda, Gerês, Soajo e Amarela, surge Trás-os-Montes (Fig. 307) apresentando múltiplas e distintas regiões planálticas entremeadas por vales e depressões. São desta zona as serras de Alvão e Paradela, entre as quais corre o rio Corgo, ao longo do vale de fractura associado à depressão de Chaves-Régua.¹⁷



Fig. 308 Atlas geográfico das províncias do Reino de Portugal e Algarve: Província da Beira, 1843, autor desconhecido (fonte Biblioteca Nacional)

¹⁷ BRITO, Raquel Soeiro de; Op. Cit.; p.49

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

A passagem geográfica para a região da Beira (Fig. 308), onde se inserem os primeiros exemplos cistercienses em território português, é marcada pelo vale do rio Douro sendo porém caracterizada por uma superfície de aplanação de origem ainda transmontana.

No entanto esta zona planáltica é influenciada por vários deslocamentos tectónicos dos quais se salienta a Cordilheira Central conformada pelas serras de Arada, Montemuro e Leonil.

A Cordilheira Central Separa a Meseta Norte da Meseta Sul que é definida pela Superfície de Castelo Branco que se estende para sul, sendo apenas interrompida por relevos de dureza no Alto Alentejo (Fig. 309): as serras de São Mamede e Estremoz. É igualmente interrompida pelas cristas de Marvão e de Évora.¹⁸



475

Fig. 309 Atlas geográfico das províncias do Reino de Portugal e Algarve: Província da Beira, 1843, autor desconhecido (fonte Biblioteca Nacional)

A separação do Baixo Alentejo é marcada pelo degrau da serra de Portal (Mendro) que é limitada a sul pela falha da Vidigueira que por sua vez se estende desde Torrão até Moura e Santo Aleixo.

¹⁸ BRITO, Raquel Soeiro de; Op. Cit.; p.49

Note-se que, no Baixo Alentejo, a superfície de aplanação da Meseta abrange cotas próximas dos 200 metros sendo apenas interrompida pelas serras de Grândola, da Vigia e Caldeirão (que corresponde a um amplo empolamento do território apresentando cotas acima dos 500 metros) ou então por relevos de dureza como é o caso de Alcaria (quartzitos) e de Ficalho (mármore).¹⁹



Fig. 310 *Atlas geográfico das provincias do Reino de Portugal e Algarve: Algarve, 1843, autor desconhecido (fonte Biblioteca Nacional)*

A serra do Caldeirão é limitada a sul por uma escarpa de falha que permite demarcar a transição para o Algarve. No Algarve (Fig. 310) podem-se distinguir dois tipos de relevo: a região interior, denominada Barrocal, que se inclina em direcção ao sul, e a região litoral, bastante mais aplanada. O litoral algarvio apresenta igualmente dois tipos de costa: uma costa erosiva composta por arribas, entre Sagres e Lagos, e uma costa sedimentar até Vila Real de Santo António estando incluídas as ilhas de Faro, Armona e Tavira.²⁰

¹⁹ BRITO, Raquel Soeiro de; Op. Cit.; pp.49-50

²⁰ Idem; pp.49-50

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 311 Atlas geográfico das províncias do Reino de Portugal e Algarve: Província da Estremadura, 1843, autor desconhecido (fonte Biblioteca Nacional)

477

No litoral ocidental do país, tal como no sul, apresenta-se um importante desnível composto pela linha Anadia-Coimbra-Tomar.

Assim surgem as serras da Estremadura (Fig. 311), de formato alongado contrastantes com a planície litoral.

Na orla ocidental são de destacar os relevos de Leiria, Óbidos e Rio Maior assim como a serra de Sintra.²¹ Deste modo como refere Raquel Soeiro de Brito:

*"Fica bem marcada, pois, a dicotomia entre um Portugal Setentrional, de cotas médias elevadas e perfil predominantemente montanhoso, e um Portugal Meridional, aplanado a altitudes modestas, geralmente compreendidas entre 200 m e 400 m, onde os relevos, à excepção da Serra e do Barrocal algarvios, são apenas pontuais."*²²

²¹ BRITO, Raquel Soeiro de; Op. Cit.; p.50

²² Idem; pp.49-50



Fig. 312 Relevo (a) e Carta de Portugal continental (b). Autor: Instituto Geográfico do Exército (fonte: Instituto Geográfico Português)

Também Orlando Ribeiro refere, quanto às formas de relevo (Fig. 312) do território de Portugal continental em relação a ao de Espanha que:

“Ao contrário de Espanha, onde predominam as terras altas e o litoral se resume a uma estreita orla tantas vezes interrompida por montanhas sobranceiras ao mar, quase três quartos partes (72 por cento) do território português estão abaixo de 400 m e apenas em raros pontos os altos relevos chegam até à costa. As altitudes superiores a 700 m ocupam só 12 por cento da superfície do país, muito desigualmente repartidas no Norte e no Sul. Ali estão concentradas 95 por cento das áreas acima de 400 m e alguns cimos de mais de 1000 m se levantam a 50 quilómetros do mar; montanhas, planaltos elevados, vales profundos, bacias fluviais que se apertam rapidamente para o interior, contrastam com as terras baixas do sul, constituídas por extensas bacias deprimidas, peneplanícies pouco elevadas e relevos residuais parcelados e distantes. Na metade meridional do País, apenas as cristas

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

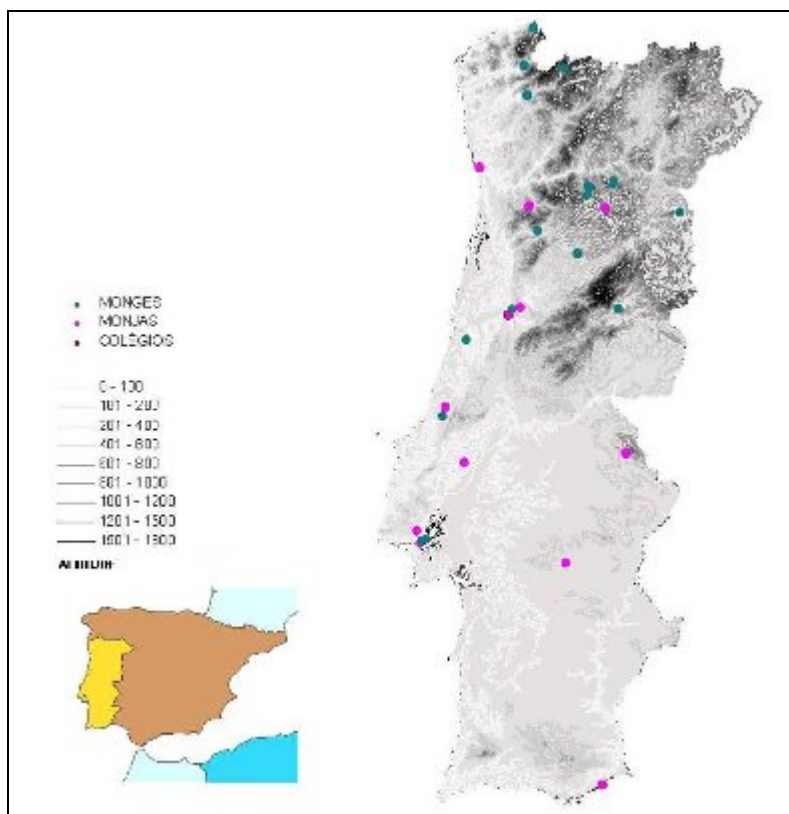
quartzíticas Serra de São Mamede, junto da fronteira, e as cúpulas eruptivas de Monchique, no Algarve, se erguem acima de 700m.”²³

6.2.2.

Distribuição geográfica cisterciense no território português

A distribuição dos mosteiros cistercienses portugueses, a nível geográfico, é bastante assimétrica (Esq. 85). De facto surge uma grande concentração de elementos no norte e centro de Portugal ao contrário de todo o território a sul do rio Tejo, onde as implantações são muito limitadas (Esq. 86).

Este facto é simplesmente explicado por motivos históricos atendendo à época e região geográfica em questão. Pois a Reconquista da Península Ibérica, aos muçulmanos, pelos Cristãos, progrediu de Norte para Sul. A zona Norte esteve poucos anos nas mãos dos muçulmanos enquanto o Sul esteve desde o século VIII ao século XIII submetido a eles.²⁴



Esq. 85 Localização dos mosteiros cistercienses no território português com apoio da topografia (síntese e esquema da autora, dados geográficos cedidos pelo Instituto do Ambiente através da base de dados 'atlas do ambiente')

²³ RIBEIRO, Orlando, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau; Op. Cit.; p. 167

²⁴ Ver cap. Portugal no contexto ibérico in RIBEIRO, Orlando, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau; Op. Cit.; p. 7

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

GÉNERO	DESIGNAÇÃO	XX	YY	LATITUDE	LONGITUDE
MASCULINO	Santa Maria de Fiães	193547	570519	42° 06' 15'' N	8° 12' 40'' O
	Santa Maria do Ermelo	187042	542711	41° 51' 13'' N	8° 17' 21'' O
	Santa Maria do Bouro	188561	521090	41° 39' 32'' N	8° 16' 13'' O
	Santa Maria das Júnias	215846	540230	41° 49' 52'' N	7° 56' 32'' O
	São Pedro das Águias (o velho)	252046	456482	41° 04' 32'' N	7° 30' 49'' O
	São Pedro das Águias	251737	457626	41° 05' 10'' N	7° 31' 02'' O
	Santa Maria de Salzedas	234310	453997	41° 03' 15'' N	7° 43' 30'' O
	Abadia Velha de Salzedas	232902	454690	41° 03' 38'' N	7° 44' 30'' O
	São João de Tarouca	232560	447352	40° 59' 40'' N	7° 44' 46'' O
	Santa Maria de Aguiar	300433	434880	40° 52' 36'' N	6° 56' 29'' O
	São Cristovão de Lafões	196593	421620	40° 45' 48'' N	8° 10' 24'' O
	Santa Maria de Maceira Dão	225894	405310	40° 36' 58'' N	7° 49' 37'' O
	Santa Maria da Estrela	255593	365061	40° 15' 08'' N	7° 28' 46'' O
	S. Tiago de Sever	desc.	desc.	desc.	desc.
	São Paulo de Almaziva	177696	364102	40° 14' 42'' N	8° 23' 42'' O
	Colégio do Espírito Santo	174730	360499	40° 12' 45'' N	8° 25' 47'' O
	Santa Maria de Seiça	144667	342131	40° 02' 45'' N	8° 46' 53'' O
	Santa Maria de Alcobaça	127247	287044	39° 32' 54'' N	8° 58' 46'' O
	Nossa Senhora do Desterro	112772	195245	38° 43' 13'' N	9° 08' 09'' O
	São Bento de Xabregas	115383	196839	38° 44' 05'' N	9° 06' 22'' O
	Santa Maria de Tomarães	164816	303652	39° 42' 01'' N	8° 32' 36'' O
FEMININO	S. Salvador das Bouças	154511	468646	41° 11' 08'' N	8° 40' 31'' O
	São Pedro e São Paulo de Arouca	190449	439886	40° 55' 40'' N	8° 14' 47'' O
	N. Srª da Assunção de Tabosa	245847	438231	40° 54' 42'' N	7° 35' 20'' O
	São João de Vale Madeiro	desc.	desc.	desc.	desc.
	São Mamede de Lorvão	184282	365705	40° 15' 35'' N	8° 19' 04'' O
	Santa Maria de Celas	176249	360789	40° 12' 55'' N	8° 24' 43'' O
	Santa Maria de Cós	129343	292971	39° 36' 07'' N	8° 57' 20'' O
	São Dinis de Odivelas	108814	203140	38° 47' 27'' N	9° 10' 57'' O
	N. Srª da Nazaré do Mocambo	111029	193901	38° 42' 29'' N	9° 09' 21'' O
	Santa Maria de Almoester	142966	252655	39° 14' 23'' N	8° 47' 37'' O
	São Bernardo de Portalegre	260931	258988	39° 17' 48'' N	7° 25' 36'' O
	São Bento de Cástris	217301	179667	38° 35' 03'' N	7° 56' 04'' O
	N. Srª da Nazaré de Setúbal	134221	173169	38° 31' 24'' N	8° 53' 14'' O
	N. Srª da Piedade de Tavira	243857	17673	37° 07' 25'' N	7° 38' 22'' O

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Em termos de localização geográfica devem-se assinalar os quatro mosteiros mais extremos de Portugal. Como o mosteiro mais a norte de Portugal, surge o Mosteiro de Santa Maria de Fiães (Fig. 313), no Minho, sendo contraposto pelo Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (Fig. 315), o mosteiro mais a sul de Portugal, já no Algarve. Do mesmo modo o mosteiro localizado mais a oriente de Portugal, é o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Fig. 314), em Figueira de Castelo Rodrigo, sendo contraposto pelo Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Mocambo (Fig. 316), localizado em Lisboa, com a localização mais ocidental do País.

No entanto existem mosteiros, que não sendo os de localização geográfica mais extrema, podem ser considerados como mosteiros de fronteira, assumindo outra característica de extremo, pela proximidade que possuem da fronteira com Espanha. Deste modo, junto da fronteira norte, entre Portugal e a Galiza, encontram-se os mosteiros de Santa Maria das Júnias (Fig. 317), em Montalegre, e Santa Maria de Fiães, em Melgaço. Na zona de fronteira mais oriental encontram-se os Mosteiros de Santa Maria de Aguiar (que foi fundação de Moreruela), em Figueira de Castelo Rodrigo, e S. Bernardo de Portalegre (Fig.318) em Portalegre nas proximidades da Serra de São Mamede.



Fig. 313 Mosteiro de Santa Maria de Fiães, no extremo norte de Portugal, e como mosteiro de fronteira (fotografia Virtual Earth)

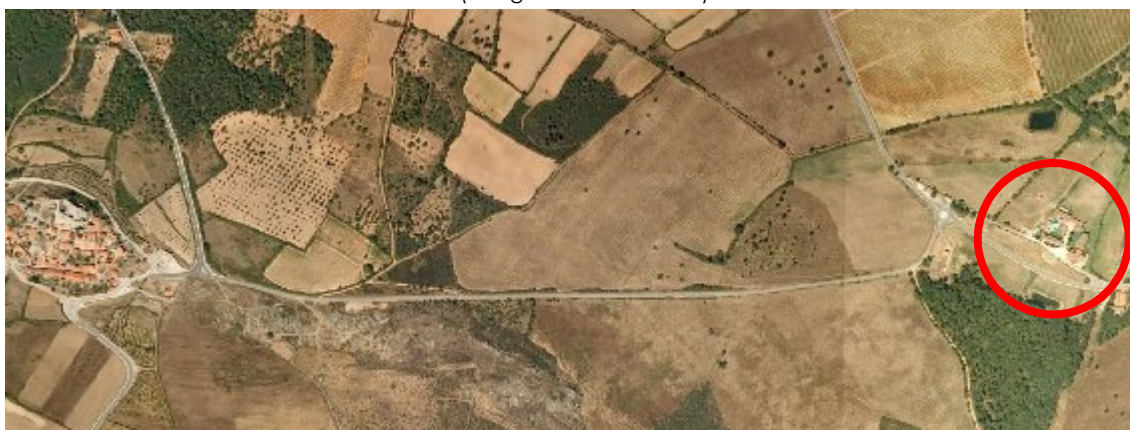


Fig. 314 Mosteiro de Stª Maria de Aguiar, no extremo oriental de Portugal, e como mosteiro de fronteira (fotografia Virtual Earth)



Fig. 315 Mosteiro de N. Senhora da Piedade de Tavira, extremo sul de Portugal (fotografia Virtual Earth)



Fig.316 Mosteiro de N. Sª da Nazaré do Mocambo no extremo ocidental de Portugal(fotografia Virtual Earth)



Fig. 317 Mosteiro de Santa Maria das Júnias , mosteiro de fronteira (fotografia Virtual Earth)



Fig. 318 Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre , mosteiro de fronteira (fotografia Virtual Earth)

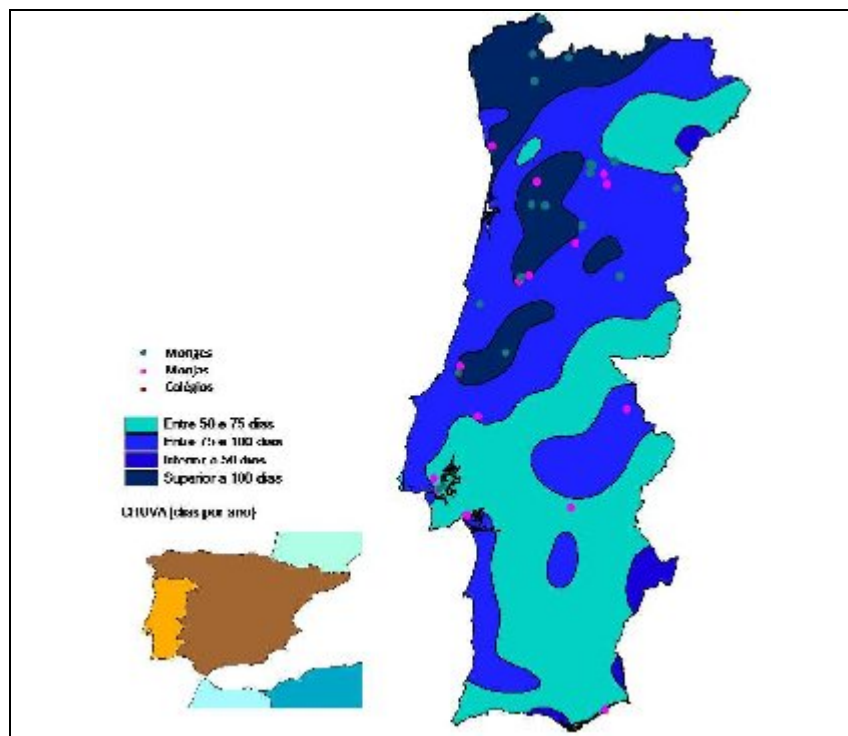
6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

A situação geográfica e a forma alongada do território estão associadas a fortes contrastes climáticos.

Duas causas principais determinam o clima e consequentemente os “tipos de tempo”: a radiação solar (Esq. 89) e os movimentos das massas de ar que se combinam de modo distinto no interior de cada zona climática.²⁵

“A distribuição regional dos tipos de tempo e de áreas climáticas resultam, logicamente, de posição em latitude, altitude e afastamento do mar, condições gerais que, como já foi referido, a topografia acentua e complica.”²⁶

Em Portugal, as temperaturas aumentam de norte para sul (Esq. 88). A proximidade do oceano Atlântico reduz a amplitude térmica em comparação com o interior, onde existe um maior arrefecimento de inverno e um maior aquecimento de verão. Por sua vez, a distribuição da precipitação (Esq. 87) é bem marcada em todo território sendo complementada no Inverno, estação chuvosa por excelência, por um acréscimo de pluviosidade contrastante com o Verão praticamente isento de pluviosidade.²⁷

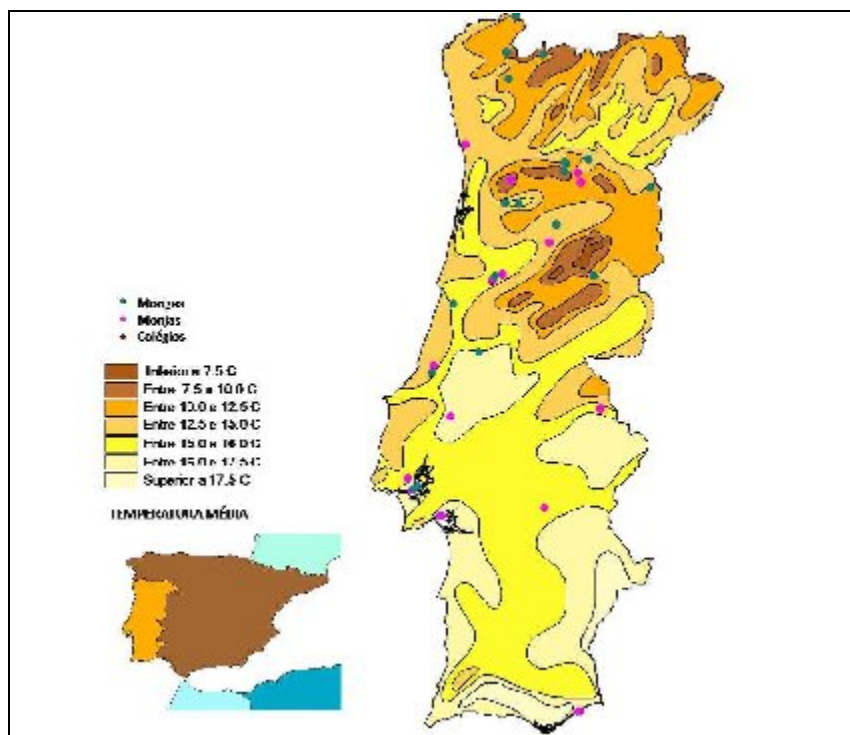


Esq. 87 Localização dos mosteiros cistercienses no território português com indicação média dos dias de chuva por ano (síntese e esquema da autora, dados geográficos cedidos pelo Instituto do Ambiente através da base de dados 'atlas do ambiente')

²⁵ BRITO, Raquel Soeiro de; Op. Cit.; p.50

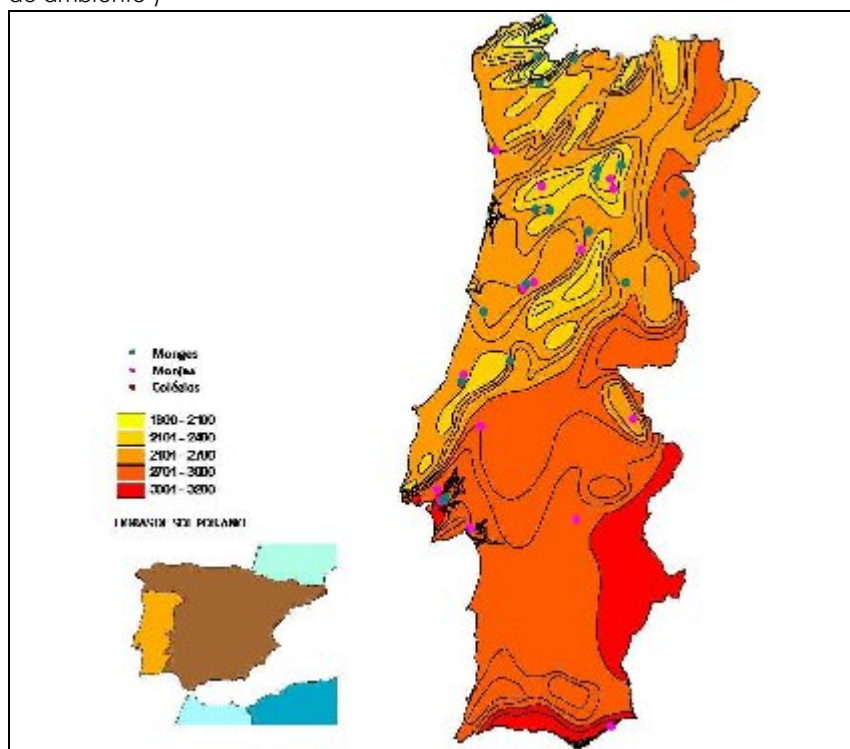
²⁶ Idem; p.57

²⁷ Ibidem; pp.55-56



Esq. 88 Localização dos mosteiros cistercienses no território português com indicação da temperatura média por ano (síntese e esquema da autora, dados geográficos cedidos pelo Instituto do Ambiente através da base de dados 'atlas do ambiente')

484



Esq. 89 Localização dos mosteiros cistercienses no território português com indicação das horas de sol por ano (síntese e esquema da autora, dados geográficos cedidos pelo Instituto do Ambiente através da base de dados 'atlas do ambiente')

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

“O clima é o mais importante factor natural que contribui, de maneira sistemática, para a formação das paisagens (...) é o clima que modela vertentes, determina comportamentos dos rios, constrói (juntamente com os solos) os mosaicos da vegetação e influencia ainda muito directamente os tipos de agricultura. E mesmo actividades muito recentes como o turismo (...).”²⁸

Os fortes contrastes climáticos presentes em Portugal continental tiveram igualmente a sua repercussão na implantação dos mosteiros cistercienses neste território pois era necessário cuidar da agricultura, da vitivinicultura e os monges não eram alheios a essa problemática.



Fig. 319 Mosteiro de S. Pedro das Águias (o novo) e socalcos de vinha (fotografia Virtual Earth)

485

No entanto erros de implantação acontecem e por isso estava contemplada na legislação cistercienses a mudança de sítio, ou seja, a mudança de um mesmo mosteiro de um local para outro (como foi o caso do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas ou do Mosteiro de S. Pedro das Águias, Fig. 319).

No entanto a dureza do clima sempre se fez sentir, quer a norte do País (Mosteiro de Santa Maria das Júnias) ou no interior (Mosteiro de Santa Maria da Estrela, Fig. 320). Como refere Claude Bronserval, secretário de D. Édme Salieu, abade de Claraval de visita aos mosteiros cistercienses portugueses no século XVI:

“Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro existe um tal calor que ninguém quer residir no mosteiro pois a humidade é intolerável. O calor juntamente com a humidade prejudica a saúde dos seus habitantes”²⁹

²⁸ BRITO, Raquel Soeiro de; Op. Cit.; pp.50-51

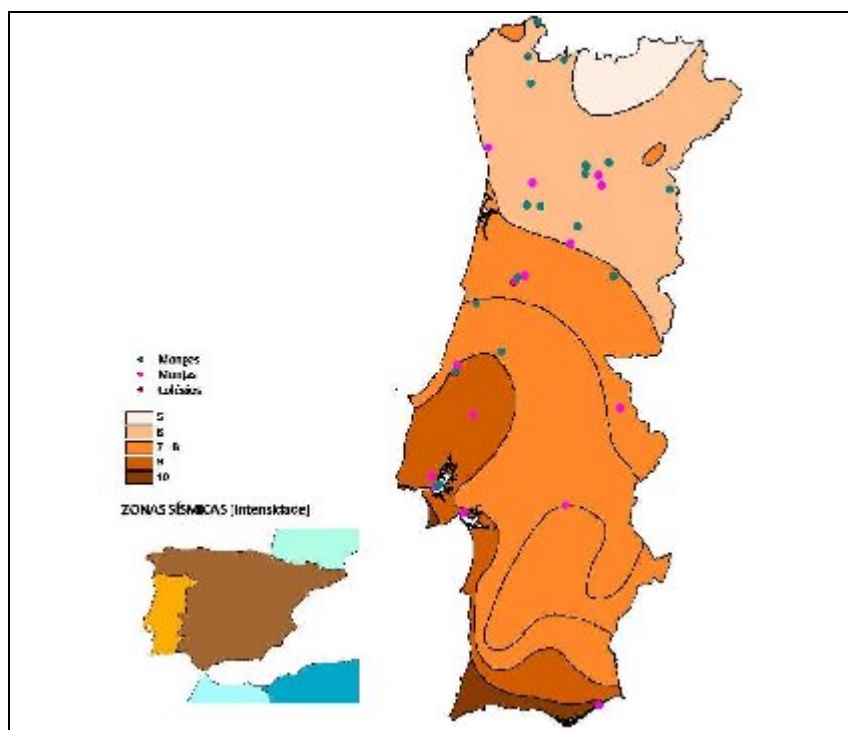
²⁹ Tradução livre da versão francesa editada por Dom Maur Cocheril de BRONSEVAL, Frère Claude de ; “Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)” ; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; pp. 572-575

Trecho original: “*Tribus mensibus, iulio, augusto et septembri, tantus estus ibidem vigere dicitur quod nullus vult tunc in monasterio morari, quia est supramodum humidum, et in caloribus illis facile in illo aere húmido corrumpunt habitatores ad infirmitatem.*” (p. 572 e p.574)



Fig. 320 Mosteiro de Santa Maria da Estrela (fotografia Virtual Earth)

Um elemento necessário, em termos da análise do território, é também a referencia às zonas de intensidade sísmica (Esq. 90), uma vez que permite compreender a escala de destruição, em muitos mosteiros, sobretudo com o grande terramoto de 1755. De facto a zona mais sacrificada e onde os estragos foram maiores corresponde à área de Lisboa (Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas) estendendo-se por Santarém (Mosteiro de Santa Maria de Almoester) e ainda pela região de Alcobaça (Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Colégio da Conceição – totalmente destruído – e Mosteiro de Santa Maria de Cós).



Esq. 90 Localização dos mosteiros cistercienses no território português com referencia às zonas sísmicas e sua intensidade (síntese e esquema da autora, dados geográficos cedidos pelo Instituto do Ambiente através da base de dados 'atlas do ambiente')

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Os mosteiros cistercienses sempre procuraram o isolamento e muitas vezes implantaram-se longe das vias de comunicação. No entanto, sempre que necessário, os cistercienses criaram vias de acesso para os seus domínios. Alguns desses caminhos estão na origem de algumas das nossas vias actuais.³⁰ (Fig.321) Como é o caso da estrada nacional nº 1 (EN 1) que é apenas a materialização de um antigo percurso criado pelos cistercienses.

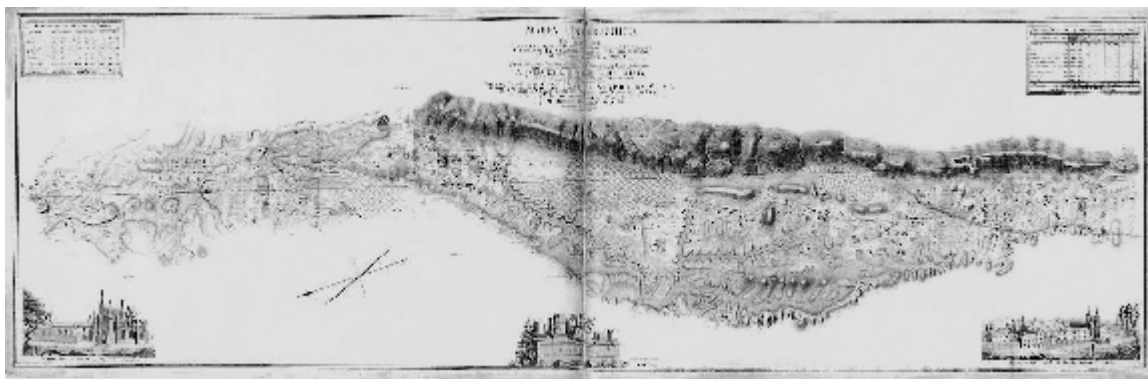


Fig. 321 Mapa topográfico com o troço da Estrada Real de Rio Maior a Leiria, datado de 1793³¹

Alguns mosteiros estão na origem de povoações, algumas atingindo características e dimensões importantes (como foi o de Odivelas que cresceu com o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (Fig. 322), a própria cidade de Alcobaça ou o caso de Valado dos Frades, antiga granja dos Coutos de Alcobaça).

No entanto, outros estão de tal modo isolados que ainda nos nossos dias são de difícil acesso como é o caso de Santa Maria das Júnias (Fig. 323).

487



Fig. 322 Mosteiro de S. Dinis de Odivelas e envolvente (fotografia Virtual Earth)

³⁰ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p. 363

³¹ In AA.VV.; **Seiva Sagrada – a agricultura na região de Alcobaça, notas históricas**; Ed. Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça; 2006; pp. 118-119



Fig. 323 Caminho de acesso ao Mosteiro de Santa Maria das Júnias (fotografia da autora)

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça deu origem a uma cidade florescente e grande parte das suas granjas deram origem a pequenas vilas. Mosteiros femininos como Sta Maria de Almoester, S. Mamede de Lorvão, São Pedro e São Paulo de Arouca, inserem-se actualmente em tecidos urbanos. S. João de Tarouca e Sta Maria de Salzedas (Fig. 324) deram origem também a duas povoações: S. João de Tarouca e Salzedas respectivamente.



Fig. 324 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e povoação de Salzedas (fotografia Virtual Earth)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 325 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Castelo e cidade de Alcobaça (fotografia Virtual Earth)

No entanto a densidade populacional, na envolvente imediata, dos mosteiros inseridos em tecido urbano é variável.

Deste modo, a contrastar com Sta Maria de Alcobaça (Fig. 325) que se insere, hoje em dia, no meio urbano, surge Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (Fig. 326) que se insere numa pequena povoação de apenas algumas habitações.

489



Fig. 326 Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa e envolvente (fotografia da autora)

No que respeita a São Cristóvão de Lafões (Fig. 327), nenhuma povoação se desenvolveu já que este se encontra num local ermo e isolado como dita o preceito da Regra de S. Bento e Santa Maria das Júnias (Fig. 328) permanece mergulhada no silêncio e no isolamento.



Fig. 327 Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografia Virtual Earth)



Fig. 328 Mosteiro de Santa Maria das Júnias (fotografia Virtual Earth)

O fenómeno de urbanização (Fig. 329) associado a alguns mosteiros cistercienses tem de ter sempre em conta os seus locais de implantação que exercem uma influência fundamental no desenvolvimento do edificado monástico. Ainda são de importância primordial os recursos agrícolas e industriais dos referidos locais onde os mosteiros se implantam no território. Deste modo, o problema da implantação das abadias e mosteiros cistercienses é complexo como refere Dom Maur Cocheril:

*"Une fondation n'était pas une aventure. Il faut en finir avec l'image simpliste de quelques moines plantant au hasard leur tente en un lieu quelconque du domaine qu'un bienfaiteur leur concède et se mettant aussitôt à l'œuvre pour bâtir église et monastère."*³²

³² Ver COCHERIL, Dom Maur; Op. Cit.; p. 365

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 329 Mosteiro de Santa Maria de Celas e envolvente (fotografia Virtual Earth)

Dom Maur Cocheril refere no prefácio da sua obra *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*:

*"Il était donc normal de présenter au lecteur l'abbaye cistercienne idéale, celle dont le plan se retrouve sous-jacent à celui de toutes celles qu'édifièrent les Moines Blancs. (...) Je serais heureux si ce tableau – une simple esquisse – incitait quelques amis de la beauté à entreprendre leur pèlerinage cistercien portugais"*³³

491

6.3.

Tipo de Implantação no Território Português

A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante o período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente, a tantas outras implantações cistercienses. Ou seja, os locais deviam corresponder não só à interpretação e observância da Regra de S. Bento como também à procura “da solidão do deserto” e dos seus atributos que em muito determinaram a escolha dos locais influenciando mesmo a concepção estrutural e morfológica do Mosteiro.

Os cistercienses, em Portugal, procuraram os locais afastados dos grandes centros urbanos, de preferência em vales férteis e próximos de um curso de água para implantarem os seus mosteiros em conformidade com o ideal cisterciense como se pode comprovar no esquema que se segue (Esq. 91).

³³ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal**; col. Fontes Documentais Portuguesas; vol. V; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português; Paris 1972; p. XIV

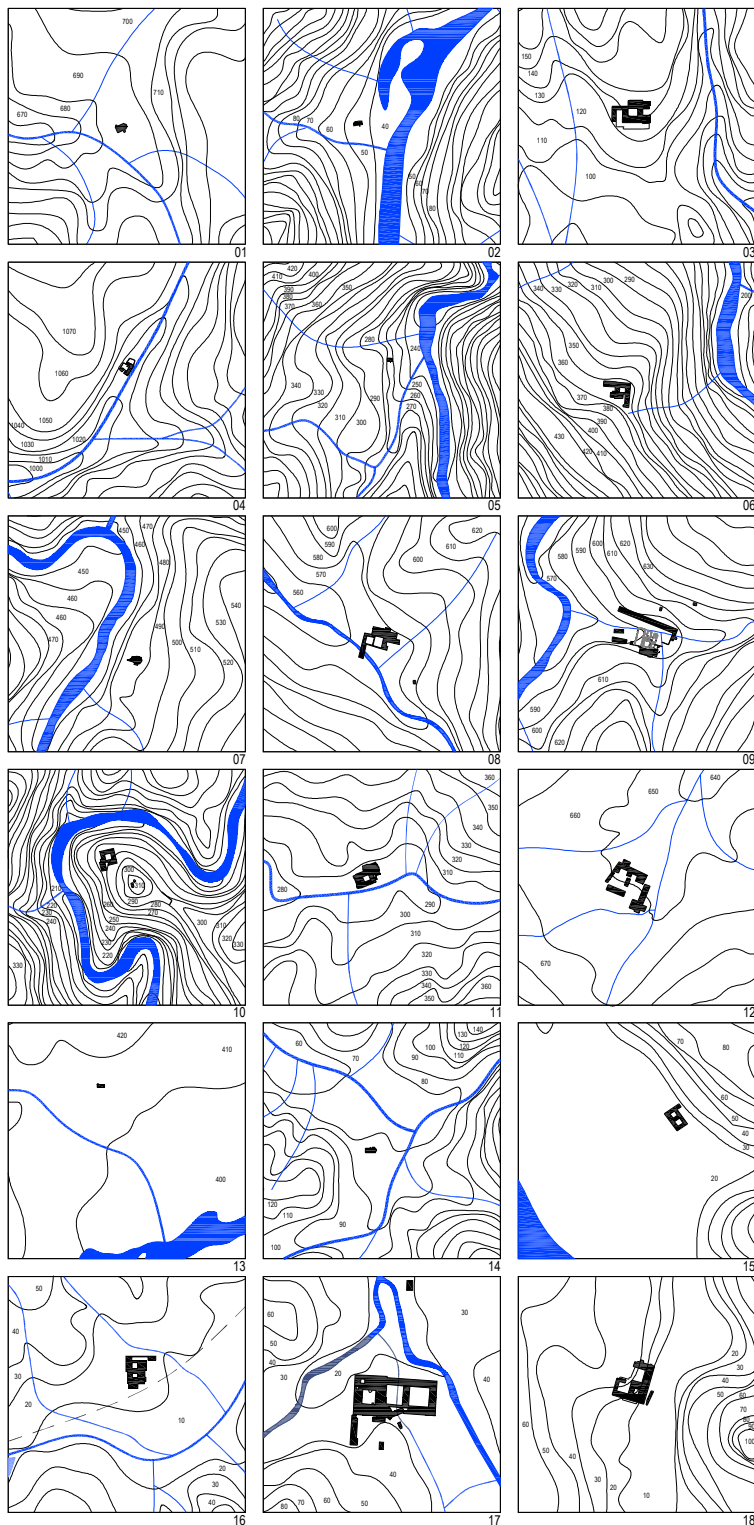
6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

492

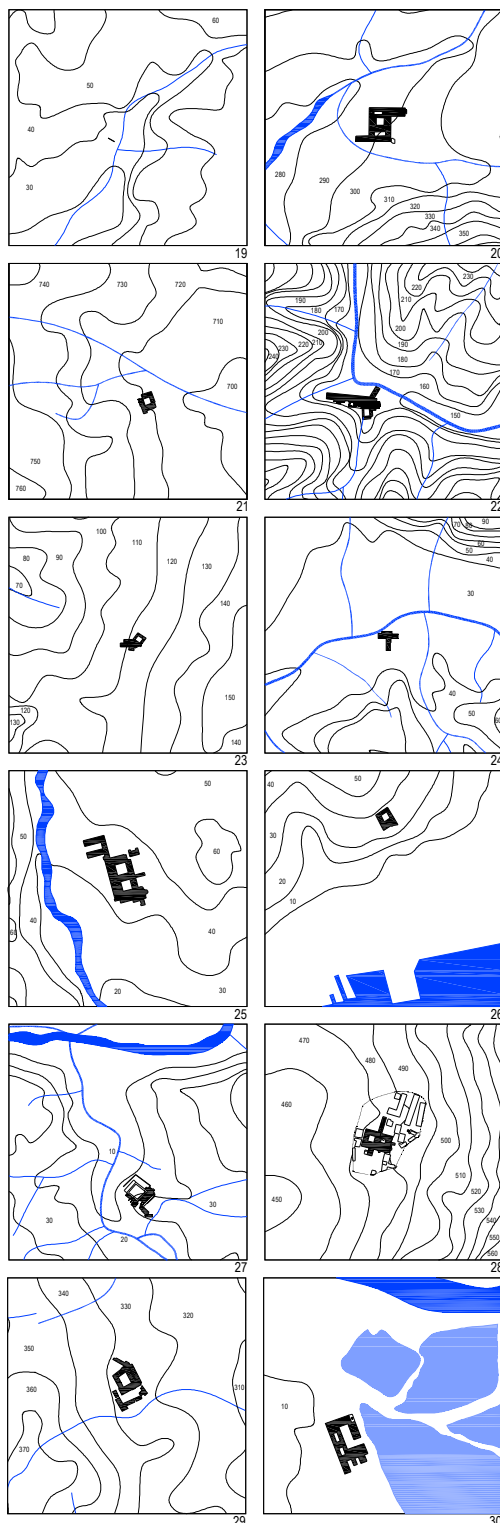
MOSTEIROS MASCULINOS



0 200 400 m



6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Esq. 91 **IMPLANTAÇÃO**

MOSTEIROS MASCULINOS

01. Sta Maria de Fiães
02. Sta maria de Ermelo
03. Sta Maria do Bouro
04. Sta Maria das Júnias
05. S. Pedro das Águias (o velho)
06. S. Pedro das Águias (o novo)
07. Abadia Velha de Salzedas
08. Sta Maria de Salzedas
09. S. João de Tarouca
10. S. Cristóvão de Lafões
11. Sta Maria de Maceira Dão
12. Sta Maria de Aguiar
13. Sta Maria da Estrela
14. S. Paulo de Almaziva
15. Espírito Santo
16. Sta Maria de Seiça
17. Sta Maria de Alcobaca
18. Sta Maria do Desterro

MOSTEIROS FEMININOS

19. S. Salvador das Bouças
20. S. Pedro e S. Paulo de Arouca
21. N. Sra da Purificação de Tabosa
22. S. Mamede de Lorvão
23. Sta Maria de Celas
24. Sta Maria de Cós
25. S. Dinis de Odivelas
26. N. Sra de Nazaré de Mocambo
27. Sta Maria de Almoester
28. S. Bernardo de Portalegre
29. S. Bento de Cástris
30. N. Sra da Conceição de Tavira

493

MOSTEIROS FEMININOS



0 200 400 m

No que respeita à localização morfológica dos mosteiros cistercienses portugueses podem-se distinguir quatro tipos de implantação no território: montanha, vale (geralmente associado a uma depressão hidrográfica), planalto e planície (litoral).

Deste modo apresentam-se implantados segundo a seguinte categorização:



Esq. 92 Mosteiros cistercienses portugueses de Montanha
(síntese e esquema da autora)

I.

Mosteiros de Montanha

São mosteiros associados a territórios de montanha e a elevadas altitudes: Mosteiro de Santa Maria de Fiães (Serra da Peneda); Mosteiro de Santa Maria das Júnias (Serra do Gerês); (Esq. 92)

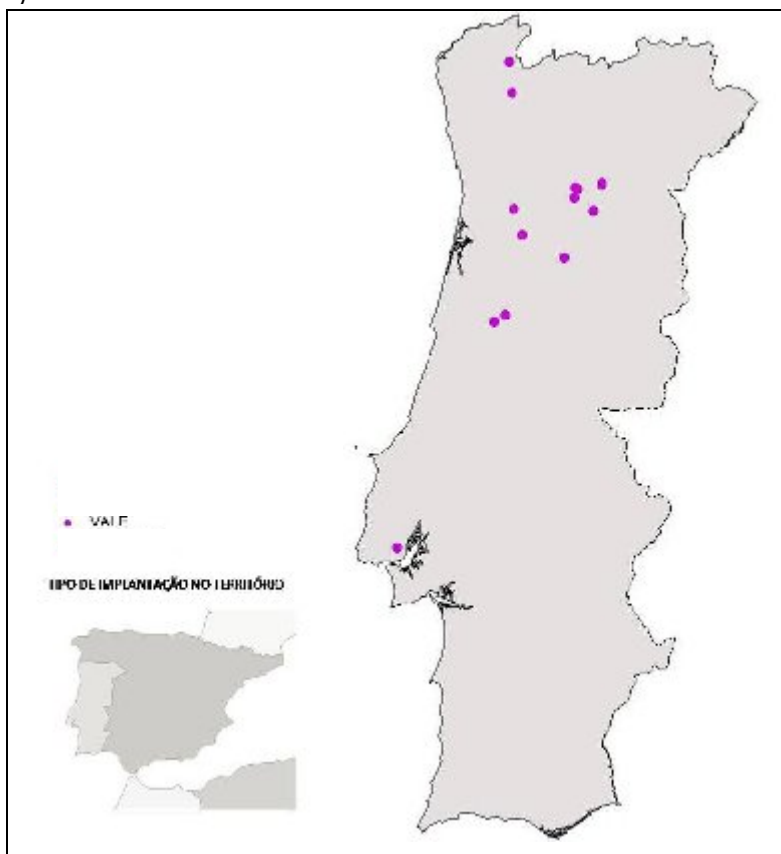
II.

Mosteiros de Vale

São mosteiros associados a uma depressão hidrográfica: Mosteiro Santa Maria do Bouro (rio Cavado); Mosteiro S. Cristóvão de Lafões

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

(rio Vouga); Mosteiro S. Tiago Sever (rio Vouga); Mosteiro Santa Maria do Ermelo (rio Lima); Mosteiro S. João de Tarouca (rio Varosa); Mosteiro Santa Maria de Salzedas (ribeira de Salzedas); Abadia velha de Salzedas (rio Varosa); Mosteiro S. Pedro das Águias – o velho (rio Távora); Mosteiro de S. Pedro das Águias - o novo (rio Távora); Mosteiro Santa Maria de Maceira Dão (ribeira de Frades e proximidades do rio Dão); Mosteiro Santa Maria de Tomarães (ribeira de Tomarães); Mosteiro S. Dinis de Odivelas (ribeira de Odivelas); Mosteiro Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (proximidades do rio Távora); Mosteiro S. João de Vale Madeiro (rio Mondego); Mosteiro S. Mamede de Lorvão (ribeira de Lorvão e proximidades do rio Mondego); Mosteiro Santa Maria de Celas (rio Mondego); Mosteiro São Pedro e S. Paulo de Arouca (rio Marialva); (Esq. 93)



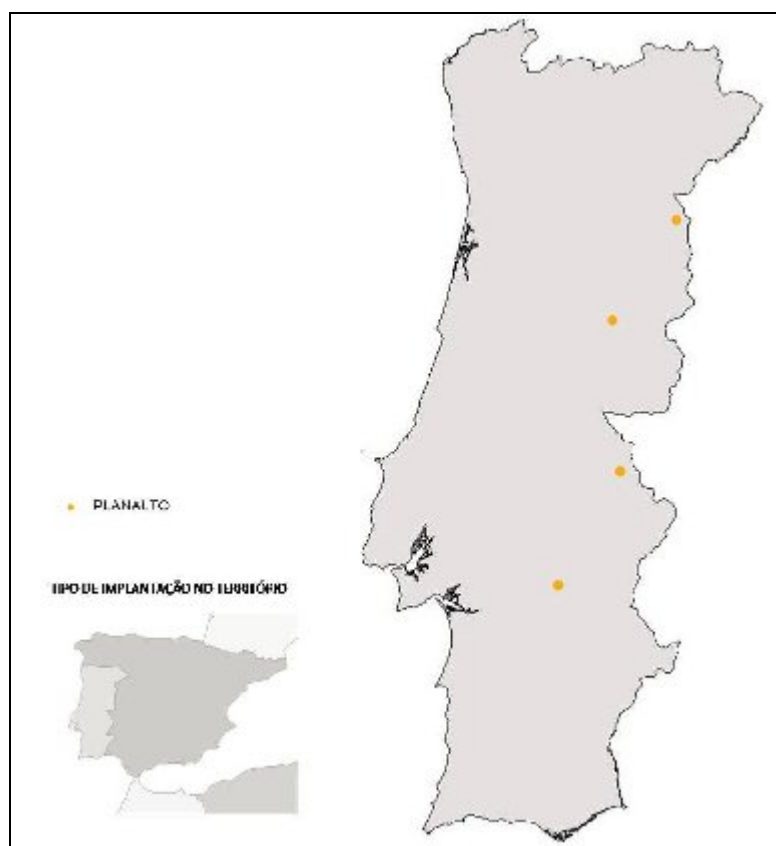
Esq. 93 Mosteiros cistercienses portugueses de Vale
(síntese e esquema da autora)

III.

Mosteiros de Planalto

São mosteiros associados a uma zona planáltica, isto é, a uma planície mas de elevada altitude: Mosteiro de Santa Maria da

Estrela (apesar de se encontrar junto da serra da Estrela, encontra-se especificamente na Cova da Beira, uma zona planáltica nas fraldas da serra); Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre (sopé da Serra de S. Mamede); Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Cova da Beira/Serra da Marofa); Mosteiro de S. Bento de Cástris (Esq. 94);



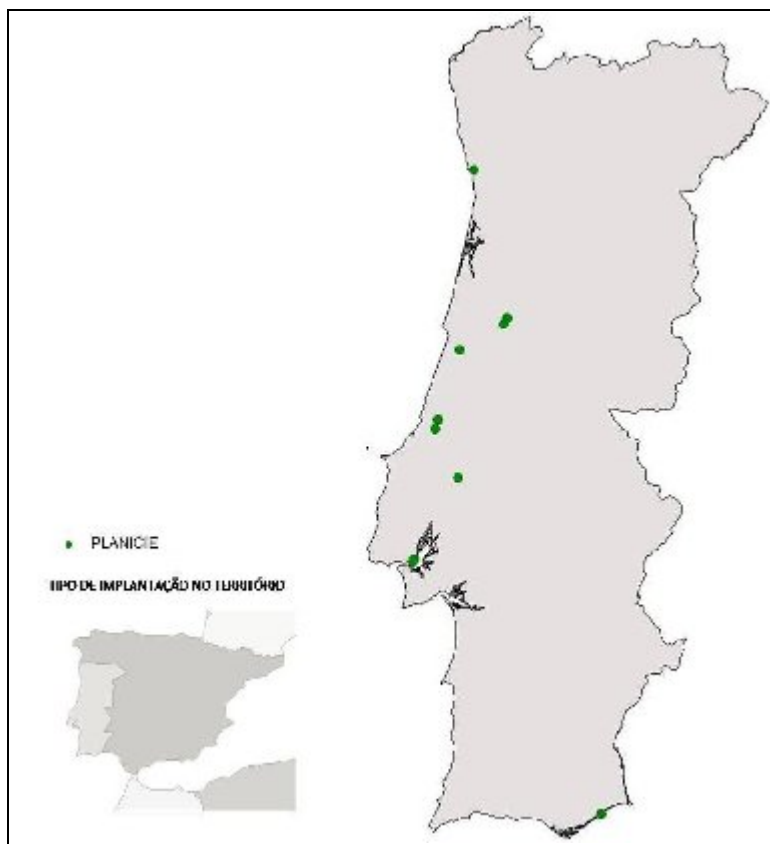
Esq. 94 Mosteiros cistercienses portugueses de Planalto
(síntese e esquema da autora)

IV.

Mosteiros de Planície

São mosteiros associados à proximidade com o litoral e de cota relativamente reduzida, próxima do nível do mar: Mosteiro de Santa Maria de Seixa; Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; Mosteiro de S. Paulo de Almaziva; Mosteiro de S. Salvador das Bouças; Mosteiro de Santa Maria de Almoester; Colégio do Espírito Santo; Mosteiro de S. Bento de Xabregas; Mosteiro de Santa Maria de Cós; Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro; Mosteiro Nossa Senhora da Piedade de Tavira; Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (Esq.95).

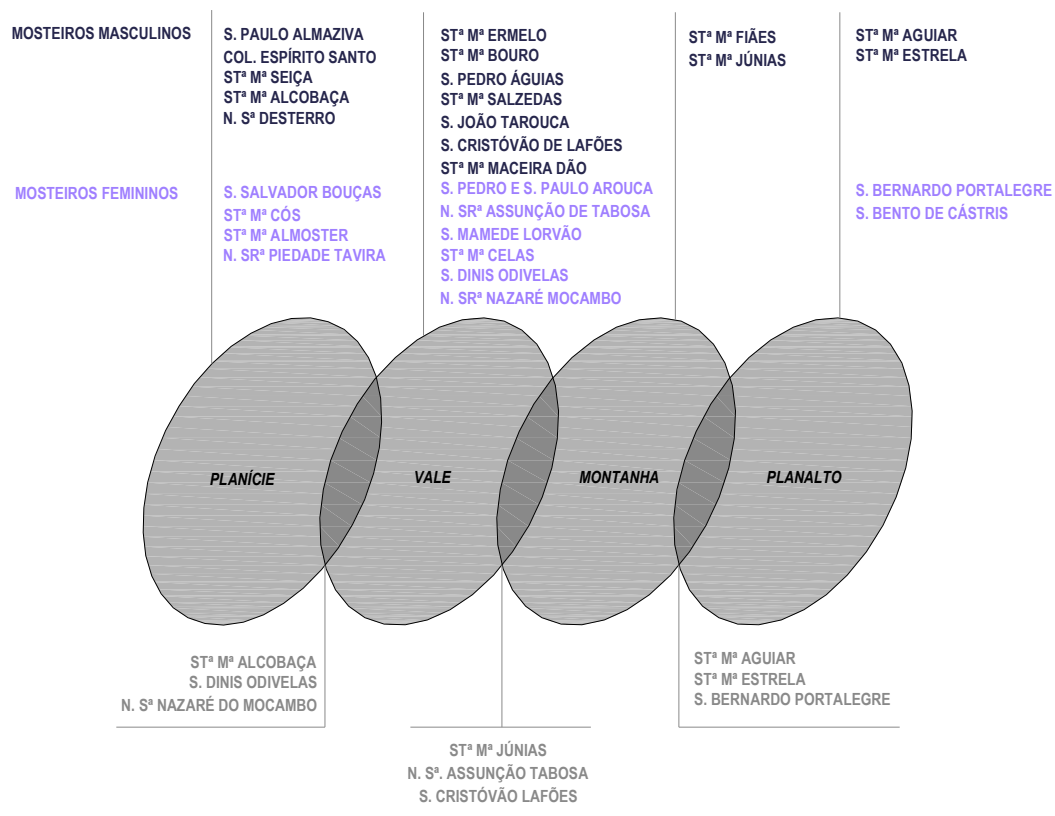
6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Esq. 95 Mosteiros cistercienses portugueses de Planície
(síntese e esquema da autora)

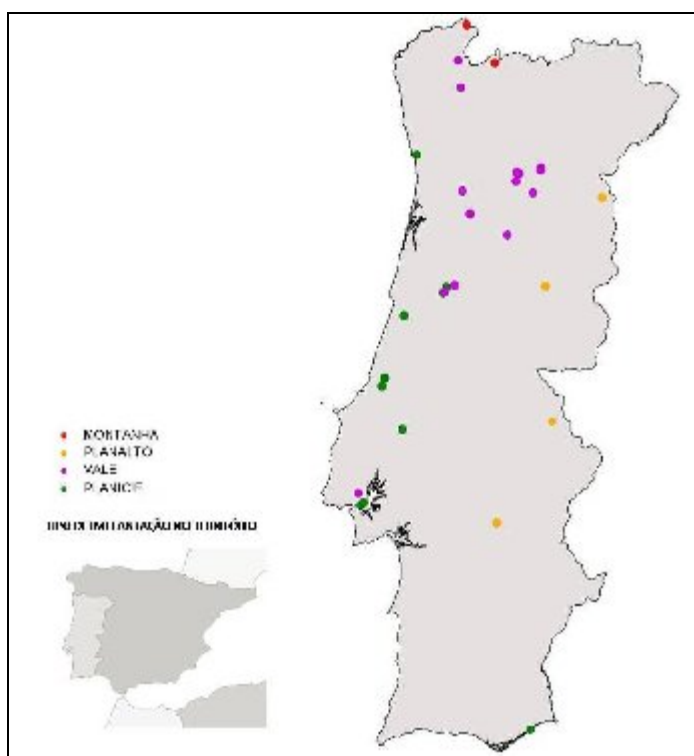
Note-se que apesar da classificação relativa à implantação dos Mosteiros Cistercienses, tanto femininos como masculinos, se repartir por Montanha, Vale, Planalto e Planície (Esq. 97 e 98), existem situações em que a implantação dos mosteiros abarca um dos tipos de implantação principalmente mas também pode abarcar secundariamente outro tipo como se pode observar no Esq. 96. No referido esquema apresentam-se os quatro tipos de implantação e o universo de mosteiros femininos e masculinos que é abarcado assim como os pontos de contacto entre dois universos, isto é, quando um determinado mosteiro se insere principalmente num dos tipos de implantação mas secundariamente noutro. A título exemplificativo salienta-se o Mosteiro de Santa Maria das Júnias que pertence ao universo dos mosteiros masculinos de Montanha como implantação principal, mas que de facto também se encontra numa situação secundária que pode ser entendida como uma situação de Vale.

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Esq. 96 Mosteiros cistercienses: implantação no território (síntese e esquema elaborados pela da autora)

498



Esq. 97 Tipo de Implantação no Território dos Mosteiros Cistercienses Portugueses: Montanha, Planalto, Vale e Planície (síntese e esquema da autora)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	TIPO DE IMPLANTAÇÃO	VÍNCULO	GÊNERO	REABILITAÇÃO ENTIDADES
CICLO DE TAROUCA	S. João de Tarouca	Vale	Filiado	M	IPPAR
	Santa Maria de Aguiar	Planalto	Filiado	M	DGEMN/IPPAR
	S. Tiago de Sever	Vale	Filiado	M	-
	Santa Maria de Fiães	Montanha	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria do Ermelo	Vale	Filiado	M	DGEMN
	S. Pedro da Águias – o velho	Vale	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria de Salzedas	Vale	Filiado	M	DGEMN/IPPAR
	Abadia Velha de Salzedas	Vale	Filiado	M	-
	S. Cristóvão de Lafões	Vale	Filiado	M	Privado
	Santa Maria de Maceira Dão	Vale	Filiado	M	DGEMN/Privado
CICLO DE ALCobaça	Santa Maria de Alcobaça	Planície	Fundado	M	DGEMN/IPPAR
	S. Pedro das Águias – o novo	Vale	Filiado	M	DGEMN/Privado
	Santa Maria do Bouro	Vale	Filiado	M	DGEMN/IPPAR/Priv
	Santa Maria das Júnias,	Montanha	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria de Seiça	Planície	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria de Tomarões	Vale	Fundado	M	-
	Santa Maria da Estrela	Planalto	Fundado	M	Igreja (Populares)
	S. Paulo de Almaziva	Planície	Filiado	M	DGEMN
	Colégio do Espírito Santo	Planície	Fundado	M	DGEMN
	S. Bento de Cástris	Planalto	Filiado	F	DGEMN
	Santa Maria de Almoester	Planície	Fundado	F	DGEMN/IPPAR
	S. Dinis de Odivelas	Vale	Fundado	F	DGEMN/IPPAR
	S. Bento de Xabregas	Planície	Fundado	M	Privado
	N. Srª da Conceição de Portalegre	Planalto	Fundado	F	DGEMN
	Santa Maria de Cós	Planície	Fundado	F	DGEMN/IPPAR
	N. Srª do Desterro	Planície	Fundado	M	DGEMN/Privado
	N. Srª da Piedade de Tavira	Planície	Fundado	F	Privado
	N. Srª da Nazaré do Mocambo	Planície	Fundado	F	CML/EGEAC
	N. Srª da Assunção de Tabosa	Vale	Fundado	F	DGEMN/Privado
	N. Srª da Nazaré de Setúbal	Planície	Filiado	F	IPS
REALFEMININO	São João de Vale Madeiro	Vale	Fundado	F	-
	São Mamede de Lorvão	Vale	Filiado	F	DGEMN/IPPAR
	Santa Maria de Celas	Vale	Filiado	F	DGEMN/IPPAR
	São Pedro e São Paulo de Arouca	Vale	Filiado	F	DGEMN/IPPAR
	S. Salvador das Bouças	Planície	Filiado	F	-

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais | IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico | CML – Câmara Municipal de Lisboa | EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos de Animação Cultural | IPS – Instituto Politécnico de Setúbal

A topographic map of a mountainous region. The map uses color shading to represent elevation, ranging from green at lower elevations to brown and black at higher elevations. Contour lines are labeled with values such as 100, 150, 200, 250, 300, 350, 400, 450, 500, 600, 700, and 800 meters. Several rivers are depicted as blue lines, including Rio Malho, Rio Tanque, and Rio Tancão. Sampling points are indicated by black dots and labeled: Chavões, Cristoval, Padreira, Malgaço, Ramôas, Praia, Riachas, Padernê, São João, Lagoa Grande, and Morrerodado. A specific location, Sta. Maria do Salto, is highlighted with a white square. In the bottom left corner, there is a north arrow and a scale bar indicating distances up to 1 km.

Aqui se encontram os mosteiros de montanha, o Mosteiro de Santa Maria de Fiães (Fig. 330) e o Mosteiro de Santa Maria das Júnias, e alguns mosteiros de vales como é o caso do Mosteiro de Santa Maria do Ermelo (Fig. 331) e do Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

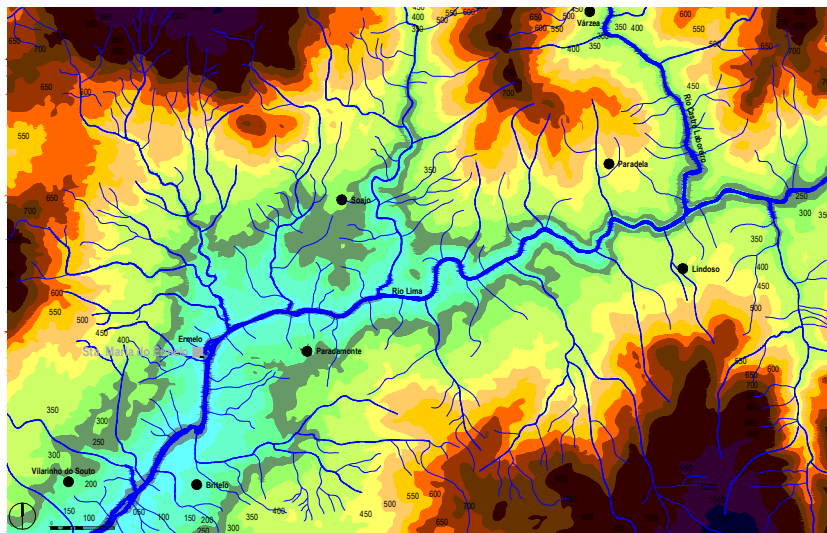


Fig. 331 Implantação em Vale: Mosteiro de Santa Maria do Ermelo (desenho elaborado pela autora)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Entre o rio Douro e o rio Mondego encontra-se o maciço formado pelas serras de Montemuro e de Leomil e os vales vincados pelos afluentes da margem esquerda do Douro: o Távora e o Varosa. Nesta área encontram-se os mais antigos mosteiros cistercienses portugueses pertencentes ao ciclo de Tarouca: Mosteiro de S. João de Tarouca, Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, Abadia velha de Salzedas, Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho e o novo) mas também o Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões.

Entre o rio Tejo e o rio Mondego, para o interior, encontra-se a serra da Estrela e a serra da Lousã. Na zona da raia interior encontram-se sobretudo mosteiros planálticos como é o caso do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Fig. 332), em Riba-Côa. Também na raia interior, mas mais a sul, se encontram outros mosteiros planálticos como é o caso de S. Bernardo de Portalegre e de S. Bento de Cástris.

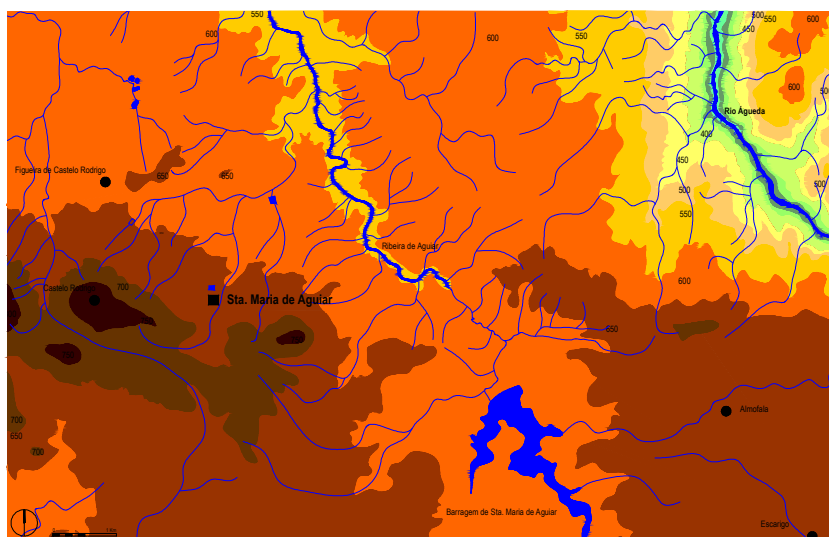


Fig. 332 Implantação em Planalto: Mosteiro de Santa Maria de Aguiar
(desenho elaborado pela autora)

No entanto as preferências dos cistercienses incidiam sobretudo nas depressões e vales do Dão, com Santa Maria de Maceira Dão, e do Mondego com os Mosteiros de S. João de Vale Madeiro, Mosteiro S. Mamede de Lorvão assim como as cercanias de Coimbra com o Mosteiro Santa Maria de Celas, Colégio do Espírito Santo e o Mosteiro de S. Paulo de Almaziva.

Se por um lado a região das Beiras acolhe sobretudo mosteiros em situação de vale, toda a zona litoral portuguesa acolhe os mosteiros de planície como o Mosteiro de S. Salvador das Bouças (litoral norte), o Mosteiro de Santa Maria de Seiça (litoral centro), Nossa senhora da Piedade de Tavira (Algarve, Fig. 333). Também se encontram em situação de planície os Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça e os que dele estão próximos como o Mosteiro de Santa Maria de Cós.

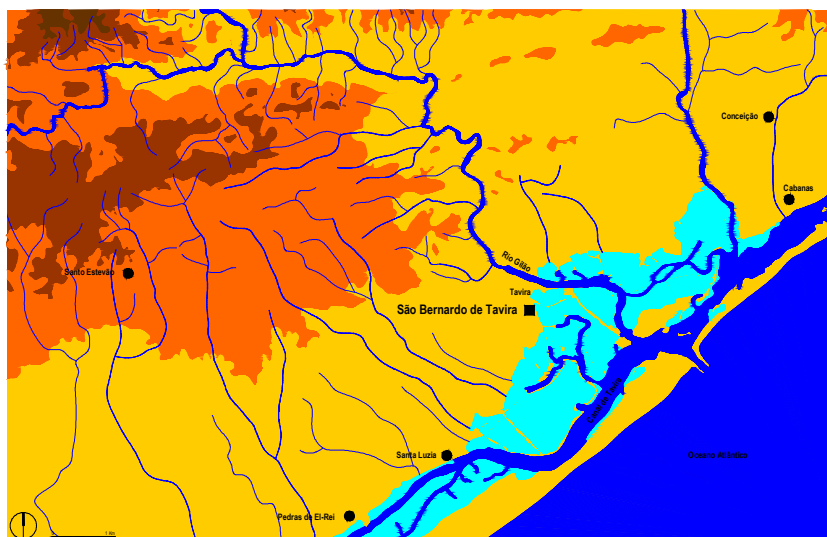
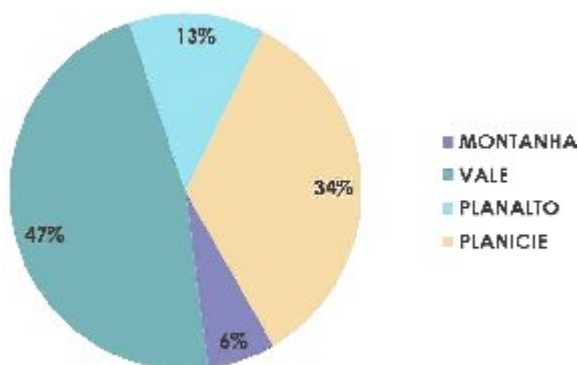


Fig. 333 Implantação em Planície: Mosteiro de São Bernardo de Távira ou Nossa Senhora da Piedade de Távira (desenho elaborado pela autora)

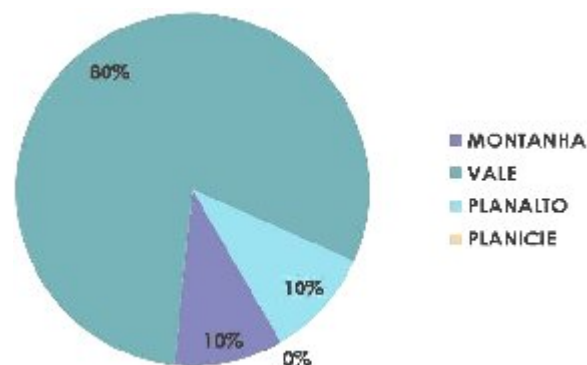
Na zona de Lisboa, os Mosteiros de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, Nossa Senhora do Desterro e S. Bento de Xabregas são considerados mosteiros de planície pela sua situação de implantação litoral na bacia do rio Tejo, ainda que morfologicamente o território onde se implantam possa denotar a existência de alguns declives como é o caso do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo.

MOSTEIROS PORTUGUESES (TOTALIDADE)



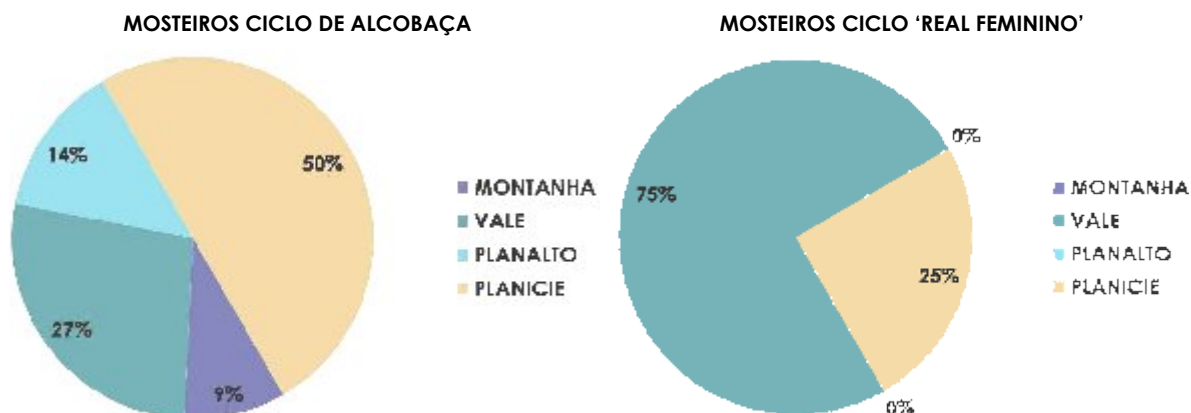
Graf. 24 Percentagem relativa à generalidade dos Mosteiros cistercienses portugueses quanto ao tipo de implantação (esquema elaborado pela autora)

MOSTEIROS CICLO DE TAROUCA



Graf. 25 Percentagem relativa à generalidade dos Mosteiros cistercienses portugueses quanto ao tipo de implantação segundo o ciclo de Tarouca (esquema elaborado pela autora)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Graf. 26 Percentagem relativa à generalidade dos Mosteiros cistercienses portugueses quanto ao tipo de implantação segundo o Ciclo de Alcobaça (esquema elaborado pela autora)

Graf. 27 Percentagem relativa à generalidade dos Mosteiros cistercienses portugueses quanto ao tipo de implantação segundo o Ciclo "Real Feminino" (esquema elaborado pela autora)

Verifica-se que de um modo geral os Mosteiros Cistercienses portugueses (Graf.24) se encontram sobretudo implantados em situação de vale (47%) como seria de esperar seguidos das implantações em zonas de planície (34%), em zonas planálticas (13%) e por fim uma pequena percentagem em zonas de montanha (6%).

503

No que respeita aos ciclos existenciais e significativos de implantação da Ordem de Cister em Portugal verifica-se que o Ciclo de Tarouca (Graf. 25) conotado com as primeiras implantações cistercienses no país respeita em absoluto a predilecção cisterciense pelos vales (80%), repartindo-se os restantes equitativamente pela implantação de montanha (10%) e pela implantação em planalto).

No que respeita à implantação dos mosteiros inseridos no Ciclo do Real Feminino (Graf. 27) verifica-se o mesmo, isto é, uma predilecção pelas implantações em situação de vale (75%) à que se opõe apenas uma pequena parte de implantações em planície (25%) e nenhuma em situação de planalto ou de planície.

No que respeita ao Ciclo de Alcobaça (Graf. 26) verifica-se uma predilecção pela zona de planície (50%) o que é compreensível pela área geográfica em que se implantam muitos dos mosteiros deste ciclo, ou seja, a zona litoral. Porém logo de seguida encontram-se as implantações em situações de vale (27%) sendo as restantes implantações repartidas por situações de planalto (14%) e de montanha (9%).

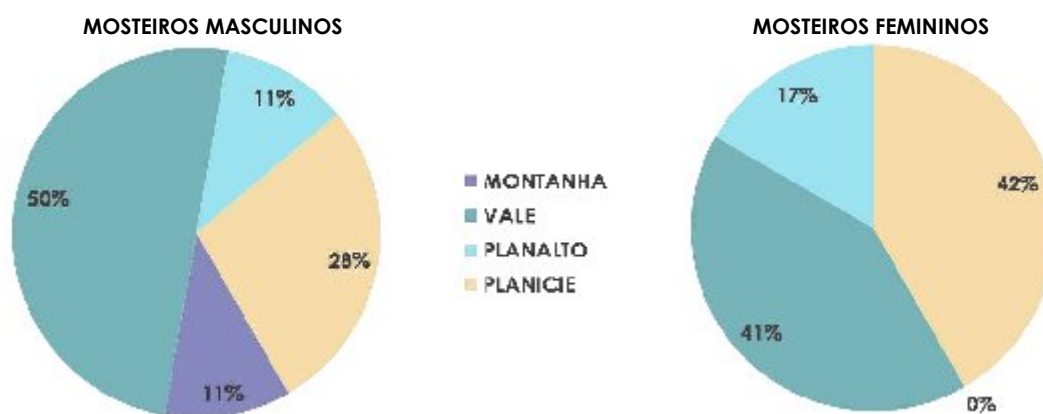


“en tout, pour le choix du site, comme pour la disposition des bâtiments, comme pour l’organisation même de la vie, on cherchait à copier Cîteaux, dans cette unité qui est le fondement même de la Charte de Charité sur laquelle repose l’Ordre: una caritate, una regula, similibusque vivamus moribus”³⁴.

³⁴ Cité COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p.357

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

masculinos e 42% no que respeita aos mosteiros femininos) assim como algumas situações de planalto (cerca de 11% nos mosteiros masculinos e 17% nos mosteiros femininos) o que vem contrariar de certa forma a norma estabelecida (Graf. 29).



Graf. 29 Percentagem relativa aos Mosteiros cistercienses portugueses quanto ao tipo de implantação consoante sejam masculinos ou femininos (esquema elaborado pela autora)

Apesar de os Cistercienses pertencerem a uma Ordem que requeria a solidão e o isolamento, implantando-se fora do contexto urbano, a transformação e desenvolvimento do território permitiu que implantações isoladas fossem gradualmente absorvidas pela expansão do tecido urbano e interagissem com ele, como é o caso de Sta Maria de Alcobaça e da cidade onde esta se insere ou mesmo Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo em Lisboa (Fig. 334).

505

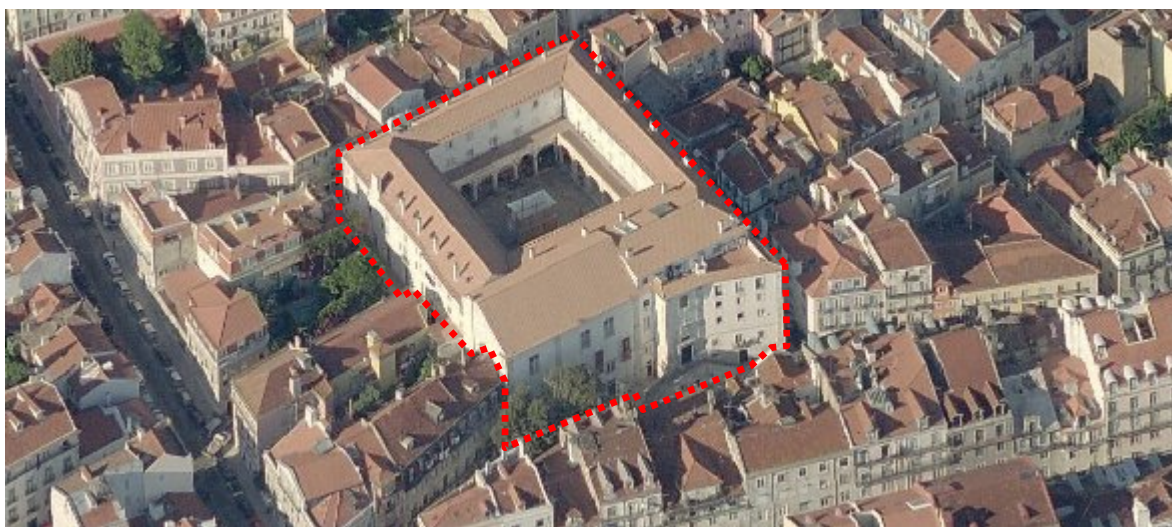


Fig. 334 Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (desenho da autora sobre fotografia Virtual Earth)

Actualmente a maior parte dos mosteiros subsistentes encontra-se tanto em zonas rurais como zonas urbanas, uma vez que as cidades rapidamente cres-

ceram fazendo com que os mosteiros outrora afastados fossem integrados na malha urbana. Deste modo encontram-se cerca de 40% de mosteiros em zonas rurais e idêntica percentagem em meio urbano. No entanto prevalecem cerca de 14 % em espaços naturais ou protegidos, encontrando-se a restante percentagem em zonas mistas, isto é, de transição entre o meio rural e o meio urbano.

Por outro lado, a norte, muito próximo da fronteira com Espanha encontram-se, em território de Montanha e meio profundamente rural o mosteiro de Santa Maria de Fiães (século XII) do qual apenas resta a igreja.

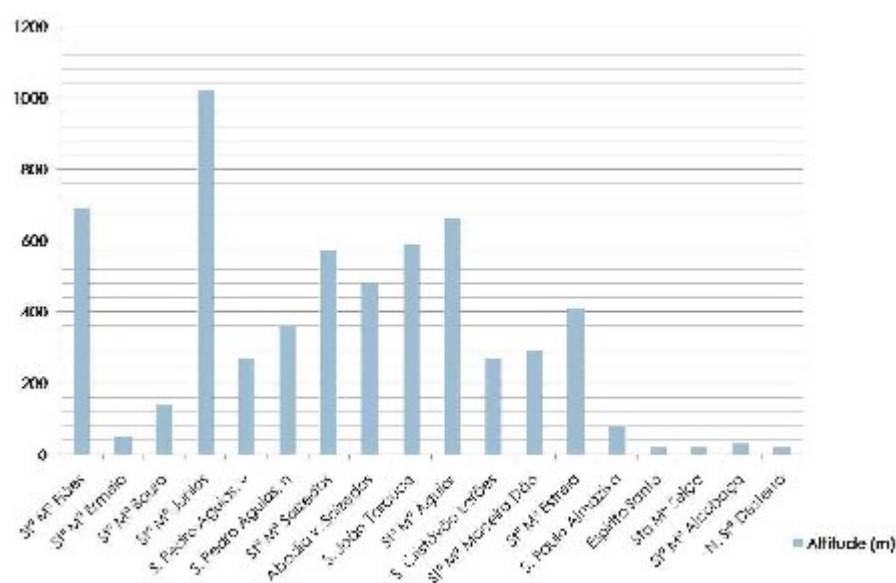
Um pouco mais a Este inserindo-se em pleno Parque Nacional Peneda Gerês, num Espaço protegido, encontra-se o pequeno mosteiro de Santa Maria das Júnias (século XIII). Vale a pena determo-nos um pouco neste mosteiro pois apesar de muito arruinado e sem qualquer actividade continua a ser alvo de visita (quer pelos amantes da natureza quer pelos apaixonados pelo património arquitectónico que por vezes se pode encontrar nos lugares mais inesperados como é este caso). Ainda hoje é difícil o acesso a este pequeno mosteiro fazendo-se apenas a pé por um caminho escarpado e algo perigoso. Este exemplar enquadra-se em absoluto no ideal cisterciense pois está em comunhão com a natureza longe de tudo e de todos, numa situação de montanha mas ao mesmo tempo de vale no fundo do qual corre um ribeiro de água cristalina.



Fig. 335 Celebração de matrimónio na Igreja do Mosteiro de santa Maria das Júnias (arquivo da autora)

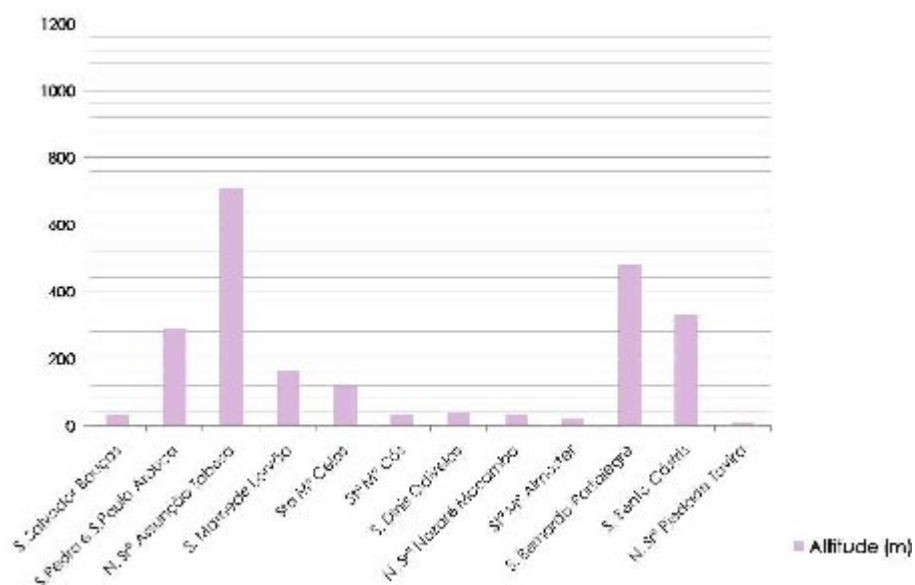
6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Este mosteiro volta à vida todos os anos no dia 15 de Agosto, dia da Assunção de Nossa Senhora, quando a população das aldeias vizinhas, sobretudo da aldeia de Pitões das Júnias se junta em procissão e há uma celebração litúrgica na Igreja do mosteiro. Algumas excepções têm permitido a utilização da Igreja do mosteiro, para outro tipo de celebrações. Esporadicamente os naturais da vizinha aldeia de Pitões das Júnias, emigrados noutros países, regressam a Portugal e à sua aldeia natal para na igreja do mosteiro se unirem em matrimónio (Fig. 335).



507

Graf. 30 Mosteiros cistercienses masculinos – altitude em metros (gráfico da autora)



Graf. 31 Mosteiros cistercienses femininos – altitude em metros (gráfico da autora)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

GÉN	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	IMPLANTAÇÃO	
		ALTITUDE(m)	TIPO
M	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	690	MONTANHA
	Mosteiro de Santa Maria do Ermelo	50	VALE
	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	140	VALE
	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	1020	MONTANHA
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o velho)	270	VALE
	Mosteiro de São Pedro das Águias (o novo)	360	VALE
	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	570	VALE
	Abadia Velha de Salzedas	480	VALE
	Mosteiro de São João de Tarouca	590	VALE
	Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	660	PLANALTO
	Mosteiro de São Cristovão de Lafões	270	VALE
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	290	VALE
	Mosteiro de Santa Maria da Estrela	410	PLANALTO
	Mosteiro de São Paulo de Almaziva	80	PLANÍCIE
	Colégio do Espírito Santo	20	PLANÍCIE
	Mosteiro de Santa Maria de Seiça	20	PLANÍCIE
	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	30	PLANÍCIE
	Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro	20	PLANÍCIE
F	Mosteiro de S. Salvador das Bouças	30	PLANÍCIE
	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	290	VALE
	Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa	710	VALE
	Mosteiro de São Mamede de Lervão	160	VALE
	Mosteiro de Santa Maria de Celas	120	PLANÍCIE
	Mosteiro de Santa Maria de Cós	30	PLANÍCIE
	Mosteiro de São Dinis de Odivelas	40	VALE
	Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	30	PLANÍCIE
	Mosteiro de Santa Maria de Almoester	20	PLANÍCIE
	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	480	PLANALTO
	Mosteiro de São Bento de Cástris	330	PLANALTO
	Mosteiro Nossa Senhora da Piedade de Tavira	10	PLANÍCIE

Esq. 99 Altitude e implantação dos Mosteiros Cistercienses portugueses
(síntese e esquema elaborados pela autora)

Verifica-se que os Mosteiros Cistercienses masculinos (Graf. 30) encontram-se a uma altitude geralmente superior à dos Mosteiros Cistercienses femininos (Graf.31) o que é explicado pelo facto de os primeiros mosteiros terem sido masculinos e dependerem da organização geográfica de uma Nação em

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

formação que ia conquistando terreno à medida que obrigava ao recuo dos Muçulmanos cada vez mais para sul permitindo que os mosteiros femininos que surgiram a partir do século XIII se fossem implantando em terrenos menos a norte, logo com menor altitude.

A implantação mais elevada de um Mosteiro Cisterciense Português é a do Mosteiro de Santa Maria das Júnias, a norte do País com 1020 metros de altitude, e a implantação menos elevada é a do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira, a sul do País, no Algarve, com 10 metros acima do nível do mar. Curiosamente trata-se de um Mosteiro Cisterciense masculino e de um Mosteiro Cisterciense feminino respectivamente. É de salientar que no que respeita aos Mosteiros Cistercienses femininos a altitude máxima de implantação atingida é a de 710 metros que corresponde ao Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (Esq. 99).

6.4.

Mudanças de Sítio em Território Português

Em Portugal foram alvo de transferências de sítio os Mosteiros de Santa Maria de Salzedas e de S. Pedro das Águias.

O Mosteiro de Sta Maria de Salzedas foi transferido alguns quilómetros pois corria o risco de ser frequentemente inundado devido a cheias do Varosa dada a sua proximidade a esta linha de água substituindo assim a Abadia Velha de Salzedas. S. Pedro das Águias, o velho, foi substituído pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias, o novo, devido à aridez do local da primeira implantação.

Tanto a primeira implantação de Salzedas como a primeira implantação de S. Pedro das Águias não foram terminadas devido à transferência de sítio e de ambas restam os vestígios da igreja, incompleta no caso de Salzedas e completa no caso de S. Pedro das Águias. Deste modo pode-se comprovar que o oratório seria sempre o primeiro edifício do conjunto monástico a ser erigido em pedra.

Para que um mosteiro prosperasse e se desenvolvesse era necessário criar um perfeito enraizamento para o qual era necessário uma inteligente adaptação ao meio. As transferências de sítio apontam para uma preocupação, por parte dos monges cistercienses, em relação aos seus territórios no que respeita ao seu desenvolvimento e prosperidade. No caso de uma primeira implantação se mostrar imprópria os cistercienses não hesitavam em fazer uma transferência de sítio ou então regressar à Abadia-mãe.³⁵ Muitas implantações cistercienses foram alvo de transferência de local, quer fosse por falta de água,

³⁵ Ver COCHERIL, Dom Maur; **Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal**; Collection Portugaise sous le patronage de l'institute français au Portugal; société d'editions "Les Belles Lettres" - Paris; Livraria Bertrand - Lisbonne; 1966 ; p.365

água em demasia que pudesse provocar risco de inundações, locais demasiado buliciosos, insalubridade climática.

De S. João de Tarouca (1143) subsiste a Igreja que continua em actividade e da qual se evidencia a sacristia, destacam-se também os monumentais dormitórios (séc. XVI e XVII) e os vestígios do elaborado sistema hidráulico. A igreja apresenta três naves, um largo transepto saliente e uma cabeceira composta por três capelas quadrangulares escalonadas. Escavações arqueológicas colocaram a descoberto o claustro original (séc. XII) assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas (Fig. 336). Deste modo foi possível identificar-se a planimetria da antiga abadia, que corresponde ao modelo claravalense e ao que se intitula de românico cisterciense. O Mosteiro de São João de Tarouca, apresenta a sua estrutura medieval pouco alterada pelo que ainda se pode vislumbrar a primitiva planimetria, característica do românico tardio. Por outro lado, ao possuir Claraval como abadia-mãe apresenta uma singular familiaridade, tão constante na arquitectura cisterciense, ao ser possível encontrar-se uma planimetria inserida no âmbito do plano bernardino, sendo esta uma extensão da planimetria apresentado por Claraval II.



Fig. 336 Mosteiro de S. João de Tarouca com vestígios do seu traçado do primitivo (fotografia Virtual Earth)

De igual modo, inseridos na região das Beiras, se encontram os mosteiros de Santa Maria de Salzedas (1191) e S. Pedro das Águias (séc. XII, com nova implantação no séc. XVI), que em muito potenciaram a acção cisterciense no país. Ambos são exemplos de transferência de sítios, prática que como já foi referido sucedia por vezes com os mosteiros cistercienses (Fig. 337 a 340). A Santa Maria de Salzedas corresponde uma primeira implantação a NE (Abadia Velha) da qual se encontram vestígios arqueológicos em terrenos de um particular (Quinta da Abadia Velha). Deste modo é possível vislumbrar nas ruínas da Abadia Velha de Salzedas (1168) a marca de Cister numa igreja românica e de grande porte que apresenta indícios de três naves, transepto

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

saliente, cabeceira composta salientando-se a abside e absidiolo poligonais, algo raro nos mosteiros desta ordem que usualmente apresentavam uma cabeceira recta.

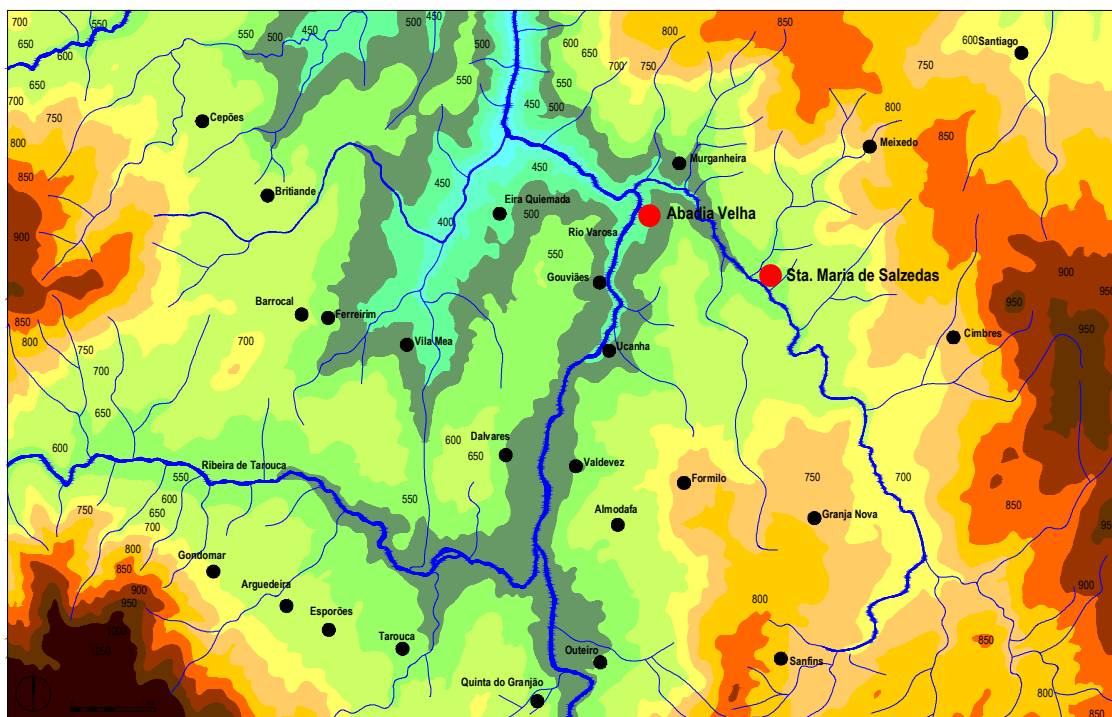


Fig. 337 Abadia velha de Salzedas, mais a norte, e Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, mais a Sul (desenho da autora)

511

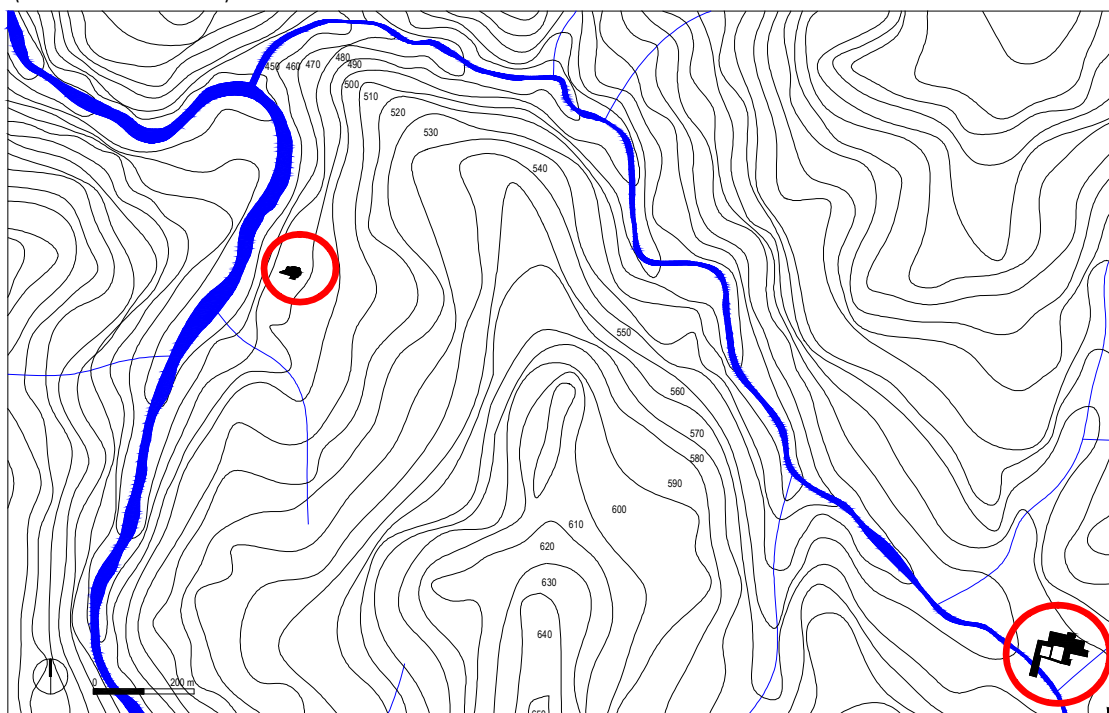


Fig. 338 Abadia velha de Salzedas, mais a norte, e Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, mais a Sul (desenho da autora)

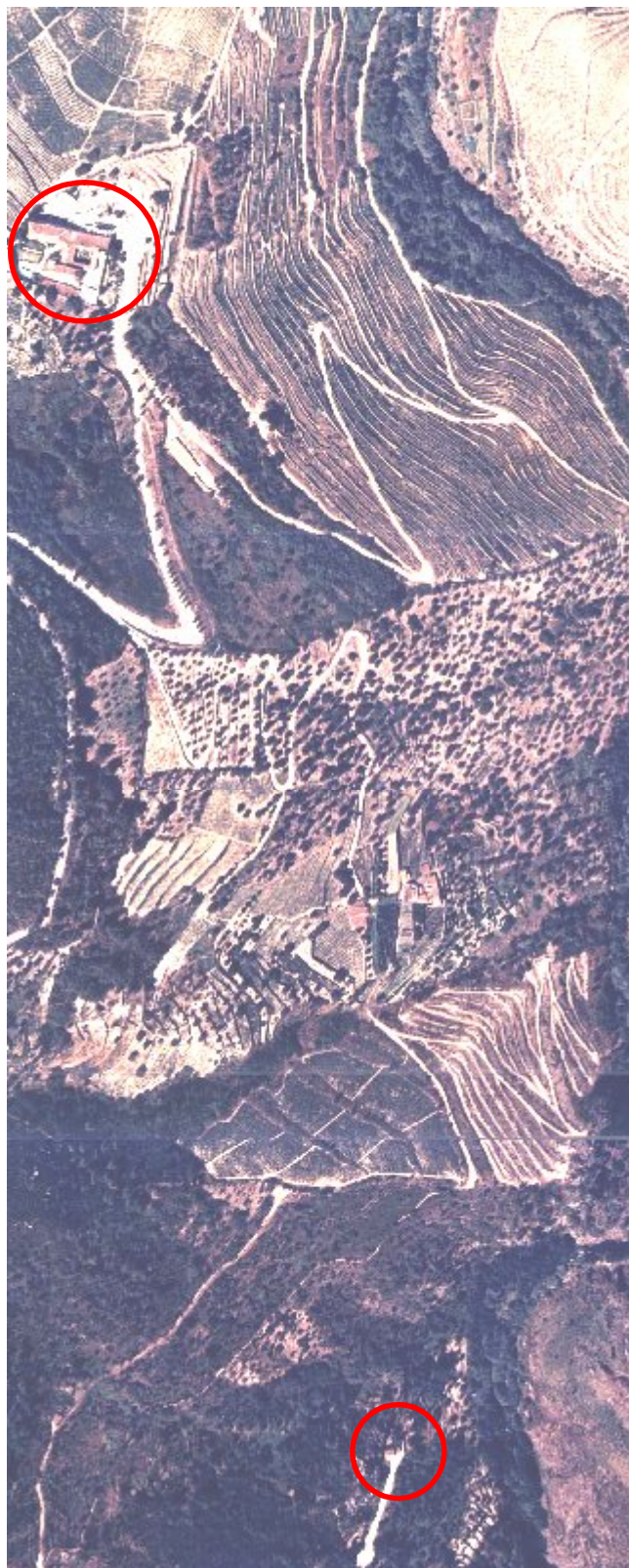


Fig. 339 Mosteiro de S. Pedro das Águas, o novo, a norte e o Mosteiro de S. Pedro das Águas, o velho, a sul (fotografia lgeoE)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

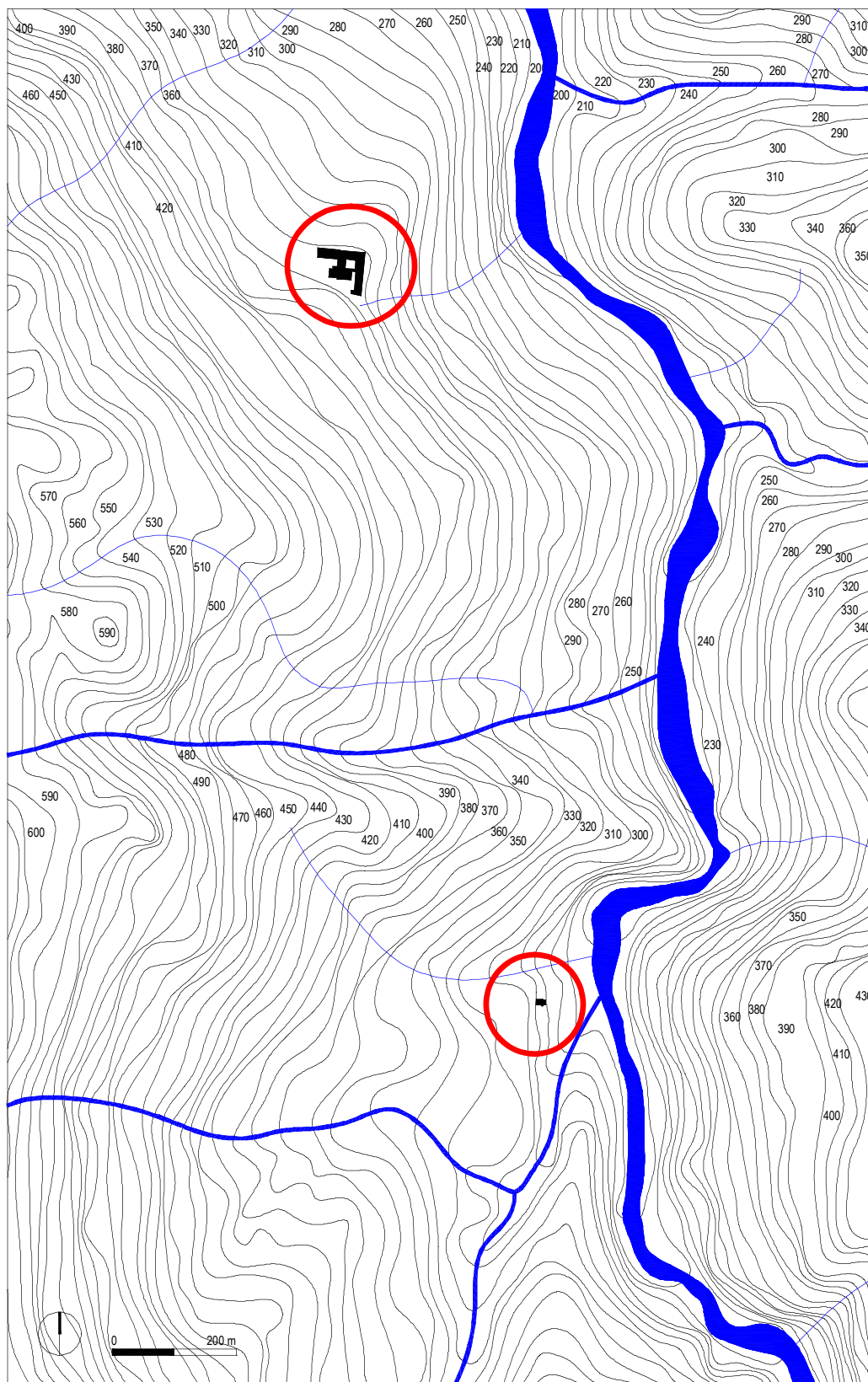


Fig. 340 Moutinho de S. Pedro das Águas, o novo, a norte e o Moutinho de S. Pedro das Águas, o velho, a sul (desenho da autora)

6.5.

Hidráulica cisterciense



Fig. 341 Pormenor do lavabo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
(fotografia da autora)

514

Num mosteiro cisterciense a água era um bem essencial, não só imprescindível à vida quotidiana, no que respeita à higiene e necessidades energéticas, como também era dotada de uma significação e simbólicas muito próprias como pode ser observado numa leitura atenta dos salmos recitados (Fig. 341).

A água era importante para a higiene dos monges (utilização no lavabo e latrinas) e para a sua espiritualidade (abluções no lavabo). Era também importante para a economia (utilização nas forjas, moinhos, viveiros, rega) e sobretudo para a subsistência dos monges através de reservas de água potável.

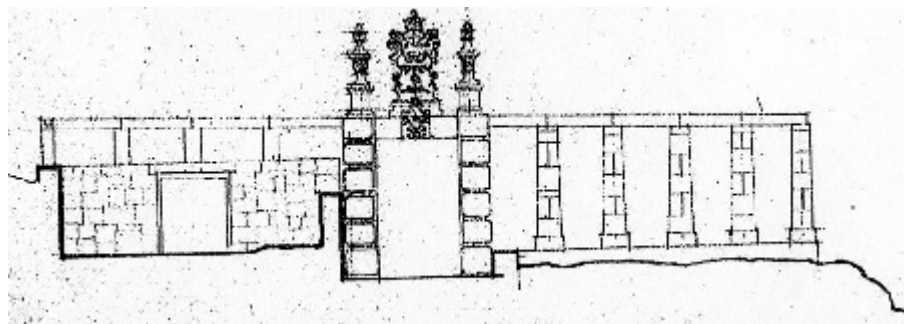


Fig. 342 Desenho do aqueduto de S. Cristóvão de Lafões antes da sua destruição parcial (arquivo DGEMN / IHRU)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 343 Aqueduto de S. Cristóvão de Lafões (fotografia da autora)

Deste modo o mosteiro cisterciense necessitava de uma dupla infra-estrutura hidráulica que fosse eficiente, desde a captação da própria água corrente, ao seu transporte (Fig. 342 e 343) e distribuição dentro do mosteiro e por fim até à evacuação das águas residuais. Ou seja A água corrente era condição obrigatória (Fig. 344) na escolha da localização da Abadia e devia passar primeiro pela cozinha e refeitórios, escoando depois para as latrinas situadas abaixo dos dormitórios.

515



Fig. 344 Mosteiro de S. Pedro das Águas, o novo (fotografia da autora)

Os monges necessitavam de água para a cozinha, para beber, para a sua higiene pessoal (abluções, barbear, tonsurar, etc.), para a limpeza das latrinas e, ainda, para fins agrícolas (irrigação dos jardins e pomares) e actividades industriais (accionamento de noras, moinhos, forjas, etc.).

O sistema hidráulico cisterciense (Fig. 345 e 346) representa algo de extraordinariamente novo. A linha de água sempre foi um elemento constante na escolha dos locais de implantação cisterciense.



Fig. 345 Mãe-de-água do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografia da autora)

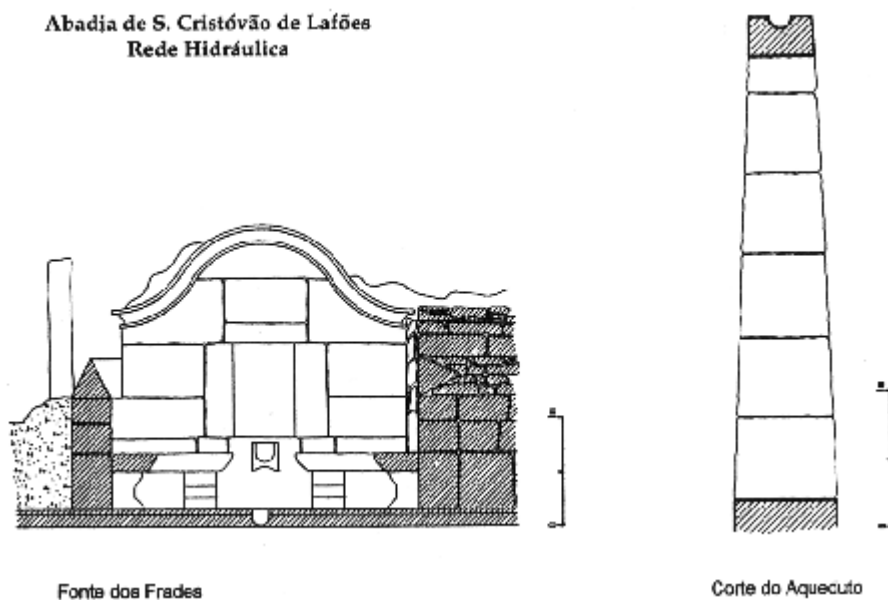


Fig. 346 Alçado da Mãe-de-água ou "Fonte dos frades" do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (Desenho do Prof. Virgolino Ferreira Jorge)

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Depois de construído o mosteiro, parte da linha de água pode ser desviada para limpeza das latrinas ou passar por debaixo dos dormitórios para voltar à superfície de forma dinâmica através do lavabo salpicante destinado às abluções, depois segue o seu caminho até à cozinha onde é utilizada na preparação das refeições para depois seguir novamente o seu curso.

*"Quiconque a visité un monastère cistercien ne peut manquer de remarquer l'immense importance accordée par les architectes au système d'égout et de tuyauterie en général. (...) Le ruisseau, qui est toujours un élément clé des sites cisterciens, est détourné en amont des latrines. De ce fait, tandis que le courant principal coule directement sous les latrines dans une canalisation de pierre, une autre bras passe dans une conduite creusée sous le dortoir pour resurgir au niveau du cloître dans une sorte de fontaine destinée aux ablutions. Il poursuit son chemin vers les cuisines et rejoint ensuite le ruisseau principal."*³⁶



Fig. 347 Rio Alcoa possui uma série de diques e levadas ao longo da sua travessia da actual Alcobaça, muitos deles com génese no trabalho dos monges alcobacenses (fotografia da autora)

³⁶ TOBIN, Stephen; **Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe**; Les Éditions du Cerf; Paris 1995 ; p.107

Não só Tobin, pelo anteriormente referido, como também Braunfels apontam a hidráulica cisterciense como algo de excepcional no contexto e na época em que se inseriam os primeiros mosteiros cistercienses (Fig. 347). Refere Braunfels:

"In all Cistercian monasteries the greatest attention was paid to the water-supply (...). It is hard to distinguish what was borrowed from the Arabs, and what from earlier discoveries, and what refinements were then made from the twelfth and thirteenth centuries right up to the seventeenth. Cleanliness was inherent in Cistercian aesthetics. It is to be found both in the use of patiently smoothed stones and in provision of washrooms; the covered fountains opposite the entrance to refectories became increasingly elaborate in response to this use. They are symbolic of the importance of the role played by water in the monastery." ³⁷(Fig. 348 a 350)



Fig. 348 Lavabo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça localizado diante da porta do Refeitório (fotografia da autora)

Como refere William Beckford, viajante célebre a Portugal do século XVIII, mas também homem de letras, bibliófilo, paisagista e arquitecto, nos registos das

³⁷ BRAUNFELS, Wolfgang; **Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders**; Thames and Hudson; London 1993; p.94

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

suas viagens por Alcobaça e Batalha ("Recollections of an excursion to Alcobaça and Batalha").³⁸



Fig. 349 Pia da cozinha do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça que tinha água corrente do Rio (fotografia da autora)



Fig. 350 Indicação da passagem de água corrente pela parede da Igreja de Santa Maria de Alcobaça para que se soubesse ao certo a sua localização em caso de necessidade de alguma reparação (fotografia da autora)

Como refere Pedro Tavares:

“A Água foi determinante e condicionante do comportamento do homem e da Humanidade. Na Idade Média, o domínio e o controlo

³⁸ Ver Capítulo 7; pp. 529 - 530

da água permitiu às Comunidades Monásticas em conjuntos edificadas alcançarem um elevado grau de gestão, de poder e de condições de Higiene e Salubridade. A estratificação da Sociedade Cisterciense e a hierarquização dos seus espaços, encontrava paralelo na gestão do seu Sistema Hidráulico, com a separação entre Rios, Levadas e Conduitas, com características físicas, caudais, controlos, riscos próprios e finalidades distintas. Foi também como “Força Motriz” que a água teve um papel fundamental, causando na Idade Média talvez a Primeira “Revolução Industrial”, na qual os Cistercienses tiveram um papel importante, Revolução Industrial essa só comparável à do carvão no séc. XIX, à do petróleo no séc. XX e à informática do séc. XXI. (...) Alcobaça torna-se num exemplo interessante de constatação histórica de interacção continuada entre o Homem, a Água e o Meio-Ambiente. Trata-se de um dos mais importantes e bem conservados Conjuntos Monásticos Cistercienses, com os seus registos e a sua memória e também um dos mais sensíveis aos efeitos das cheias seculares.”³⁹ (Fig. 351 e 352)



Fig. 351 S. João de Tarouca: sistema hidráulico (fotografia da autora)

³⁹ TAVARES, Pedro; **Sistema hidráulico cisterciense em Alcobaça**; texto policopiado integrado no dossier facultado aquando o “Fórum Carta Europeia de Abadias e Sítios Cistercienses” que teve lugar no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça de 1 a 3 de Maio de 2009; Maio 2009; s/paginação

6. CISTER EM PORTUGAL: ARQUITECTURA vs. INSERÇÃO NO TERRITÓRIO



Fig. 352 Mosteiro de S. João de Tarouca(a, b): sistema hidráulico (fotografias da autora)

A hidráulica cisterciense já era apontada como obra magnífica e vital na descrição do Mosteiro de Claraval que se encontra inserido na Patrologia latina:

“Abençoada seja a levada do rio que passa pelas numerosas oficinas da Abadia, por todos os serviços que presta... Primeiro, o rio, com ímpeto, toma o moinho de assalto, ocupando-se aqui e ali, moendo o grão sob o peso das mós de pedra e vibrando as peneiras finas que separam a farinha do farelo. Depois, precipita-se para o edifício seguinte, enchendo as caldeiras e entregando-se ao fogo que o aquece para preparar a cerveja dos frades, quando a vindima é fraca. Não termina aqui, passando em seguida aos pisões. Tendo-se primeiro preocupado com a alimentação dos frades, trata agora do seu vestuário, nunca recusando executar o que lhe é pedido. Eleva e baixa os pesados mecanismos e martelos ou, dito de outra maneira, as estruturas hidráulicas de madeira, desta feita poupando muita labuta pesada aos monges ... Quantos cavalos ficariam exaustos, quantos homens cansariam os seus braços nestes trabalhos, que são executados para nós pelo nosso rio gracioso, a quem ficamos a dever o nosso vestuário e a nossa alimentação? Quando finalmente emerge, depois de fazer girar tantas rodas e tão rapidamente, vem a espumar como se tivesse

sido chicoteado. A seguir, prepara os cabedais e solas necessários ao calçado dos monges. É, ao mesmo tempo, trabalhador duro e energético. Depois, dividindo-se numa multitude de canais menores, encaminha-se para as mais variadas zonas do Mosteiro, procurando diligentemente onde pode ser prestável, seja para cozinhar ou ensopar, seja para moer ou lavar, nunca recusando a sua colaboração. Por fim, para completar o seu trabalho, arrasta os detritos e leva as sujidades, deixando tudo limpo.”⁴⁰

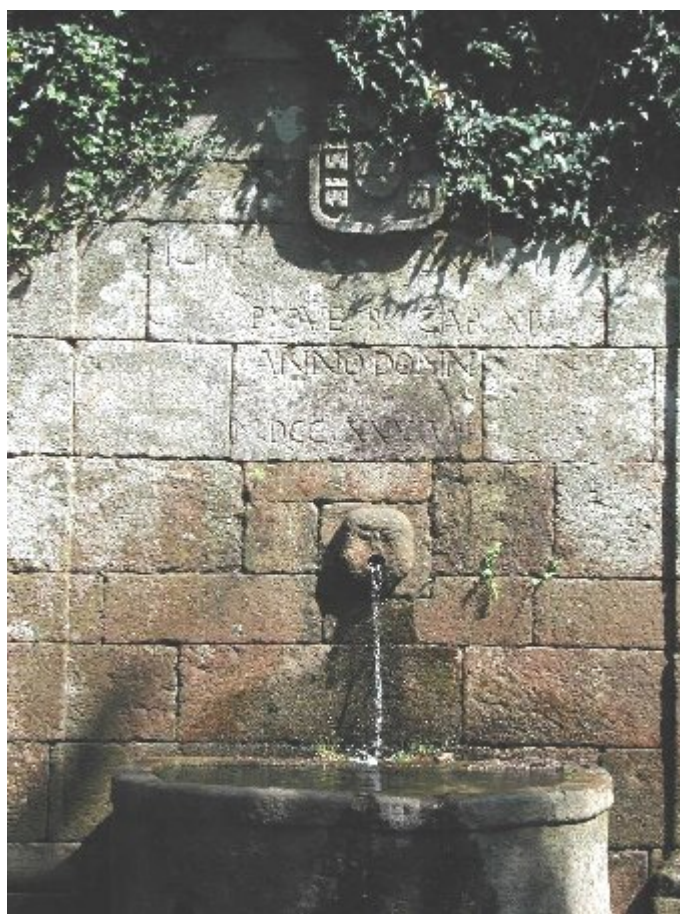


Fig. 353 Mosteiro de Santa Maria de Fiães: fonte
(fotografia da autora)

⁴⁰ “A Água em Clairvaux” in “**Descriptio monasterii claravallensis**”, Patrologia latina” -vol. 185, cols. 570A-571B tradução adaptada por Pedro Tavares in TAVARES, Pedro; **Sistema hidráulico cisterciense em Alcobaça**; texto policopiado integrado no dossier facultado aquando o Encontro “Carta Europeia de Abadias e Sítios Cistercienses” que teve lugar no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça de 1 a 3 de Maio de 2009; Maio 2009; s/paginação



Fig. VII Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

7.

7.1. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO EM PORTUGAL: Preocupações primordiais

7.1.1. A cultura do *pitoresco* e dos viajantes estrangeiros em Portugal

7.1.2. A importância de Alexandre Herculano

7.1.3. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

7.1.4. IPPAR / IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

7.2. ARQUITECTURA E PATRIMÓNIO EM PORTUGAL NO DEBATE DO SÉCULO XX

7.3. PATRIMÓNIO CISTERCIENSE UM LEGADO A PRESERVAR

7.3.1. Programas Patrimoniais que abrangeram Mosteiros Cistercienses

7.3.2. Património Mundial da UNESCO – Mosteiro de Alcobaça

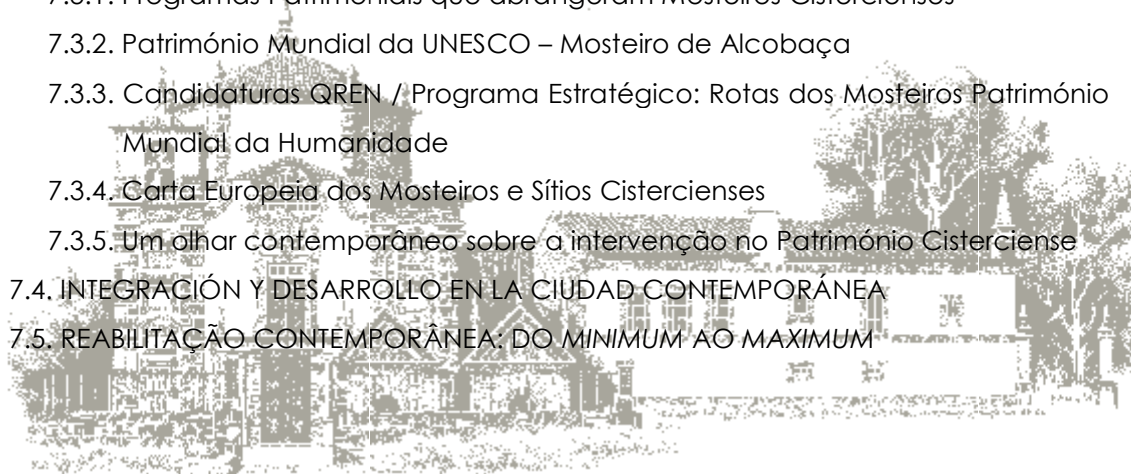
7.3.3. Candidaturas QREN / Programa Estratégico: Rotas dos Mosteiros Património Mundial da Humanidade

7.3.4. Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses

7.3.5. Um olhar contemporâneo sobre a intervenção no Património Cisterciense

7.4. INTEGRACIÓN Y DESARROLLO EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA

7.5. REABILITAÇÃO CONTEMPORÁNEA: DO MINIMUM AO MAXIMUM



7.1.

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO EM PORTUGAL

Preocupações primordiais

Para se compreender inteiramente a génese de uma consciencialização patrimonial nacional há que recuar até ao Portugal setecentista como realçam Miguel Soromenho e Nuno Vassalo e Silva quando afirmam:

*"Parece ser com o século XVIII que surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais, condensadas agora num único quadro conceptual e acompanhadas por uma ampla produção legislativa, pelo aperfeiçoamento dos suportes técnicos de intervenção, pelo aparecimento da ideia de 'restituição' e de um discurso integrador do objecto no seu contexto histórico"*¹

DECRETO,
QUE
S. Magestade
QUE DEOS GUARDE,
Foy servido mandar à Academia em 13.
de Agosto de 1721.

DA Cópia inclusa do Decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço, terá entendido a Academia Real da Historia Portugueza Ecclesiastica, e Secular a providencia, que mandou dar para se conservarem os monumentos antigos, que podem servir para illustrar, e testificar a verdade da mesma Historia. Lisboa Occidental a 13. de Agosto de 1721. Com a Rubrica de S. Magestade.

Cópia do Decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço em 14. de Agosto de 1721.

POr me representarem o Director, e Censores da Academia Real da Historia Portugueza Ecclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Academicos, os monumentos antigos, que havia, e se podia descobrir no Reyno dos tempos, em que nella domináraõ os Fenices, Gregos, Perros, Romanos, Godos, e Arabicos, se achava que muitos, que poderaõ existir nos Edificios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, e outros artefactos, por ignorancia,

ignorancia do vulgo se tinhaõ confundido, perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade, assim sagrada, como politica, e que seria muy conveniente à luz da verdade, e conhecimento dos seculos passados, e que no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobriße, se evitaße este damno, em que pode ser muito interessada a gloria da Nação Portugueza, não só nas materias concernentes à Historia Secular, mas ainda à Sagrada, q. são o instituto, a que se dirige a dita Academia; e de-se tudo ou contribuir com o meu Real poder para impedir hum prejuizo tão sensivel, e tão damnosõ à reputação, e gloria da antiga Lusitania, cujo dominio, e soberania foy Deos servido dar-me. Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edificio, que aoitbre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte as Estatuas, Marmores, e Cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letteras Fenices, Gregos, Romanos, Goticos, Arabicos, ou Laminas, ou Chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letteras, ou caracteres, como outro lin Medalhas, ou Moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reinado do Senhor Rey D. Sebastião, nem enobresão, ou occultem algũa das sobreditas; e encarrégõ às Caméras das Cidades, e Villas deste Reyno, tenham muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houverem ao presente, ou andando se descobrirem nos limites do seu districto, e logo que se achar, ou descobrirem alguma de novo, dêem conta ao Secretario da dita Academia Real, para elle a communicar ao Director, e Censores, e mais Academicos; e o dito Director,

Fig. 354 1ª e 2ª páginas do alvará de D. João V (1721) republicado por D. João VI em 1802 (arquivo IPPAR/IGESPAR)

¹ SOROMENHO, Miguel e Nuno Vassalo e Silva; **Da Idade Média ao Século XVIII** in "Dar futuro ao Passado"; Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico; Lisboa 1993; p. 28

Em Agosto de 1721 D. João V assinou um alvará segundo o qual era atribuída à Academia Real de História Portuguesa o exame e a conservação dos “*Monumentos antigos*”.

Desta maneira este alvará pode ser considerado o primeiro documento de Estado sobre a protecção do património demonstrando igualmente o seu interesse pelo valor histórico. D. João VI, em 1802 confirmará este alvará, republicando-o a 4 de Fevereiro desse ano.

Na realidade, após este avanço em matérias de conservação e salvaguarda do património português ter-se-ia que esperar pelos finais do século XIX.

De facto a preocupação com o Património em Portugal, a consciência e necessidade da sua salvaguarda, começou a fazer-se notar com mais vigor durante o séc. XIX apesar dos acontecimentos referidos.

No entanto, para além do que foi referido no capítulo 3 (sobretudo no ponto 3.3.2) relativo à extinção das Ordens religiosas em Portugal e consequentemente à extinção da Ordem de Cister no país, foram várias as situações que no início do século XIX tiveram repercussões nefastas na arquitectura, monumentos e património cultural nacional: as invasões francesas, o conflito entre absolutistas e liberais, a própria extinção das Ordens Religiosas. Jorge Custódio refere que se tratou sobretudo de:

“Um movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica, gerado no contexto e no ambiente da intervenção pública da intelectualidade ilustrada, ela própria responsável pela criação e fundamentação das estruturas culturais da sociedade oitocentista. Implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo monumentais, históricos e nacionais, que importava transmitir às gerações vindouras como herança do passado. Exigiu a formação de uma opinião pública, cuja sensibilização era indispensável, e sem a qual era impensável criar sinergias.”²

Durante o liberalismo, o Estado não definiu uma política específica e concreta de salvaguarda e protecção do património arquitectónico.

De facto houve a venda abusiva deste património, actos de vandalismo e destruição assim como adaptações de edifícios religiosos para novos usos que foram assim alvo de alterações radicais de utilização e função. Como refere Maria João Baptista Neto:

² CUSTÓDIO, Jorge; **De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)** in “Dar futuro ao Passado”; Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; Lisboa 1993; p. 33

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

“Com a extinção das Ordens Religiosas e a consequente desamortização dos seus bens em 1834 o Estado Liberal viu-se na posse súbita de um número considerável de imóveis de valor histórico.”³

Porém só mais tarde, no século XIX, se voltará a sentir o mesmo interesse pelos “Monumentos Pátrios” com o profundo interesse pelo Património arquitectónico e cultural Português despontado em D. Fernando II, rei consorte de D. Maria II, que dedicou grande interesse às causas do Património Pátrio.



Fig. 355 Gravura, datada de c.1855, apresentando o rei D. Fernando II, consorte da rainha D. Maria II. S/I e s/n. (Biblioteca Nacional)

Ressalvam-se assim as acções em prol do Património e dos monumentos nacionais levado a cabo não só pela activa participação de D. Fernando II mas também por alguns particulares e sociedades eruditas das quais se destacam a *Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*.

³ NETO, Maria João Baptista; **A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999)** in “Caminhos do Património”; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999; p.23

7.1.1. A cultura do *pitresco* e dos viajantes estrangeiros em Portugal

De igual modo, foi com o final do século XVIII e com o século XIX que surgem as viagens de estrangeiros letrados e ilustres por terras de Portugal imbuídos do espírito romântico. Refere Luís Correia:

*"Na verdade, o território português e o seu património arquitectónico construído eram marcados por várias contingências, fruto de circunstâncias com origens diversas (naturais e humanas), em que os visitantes, provenientes em especial do norte da Europa, podiam vislumbrar não só razões que simbolizavam os seus ideais, como também motivos que determinavam a sua intenção de viajar, a saber: perpetuar o passado, contemplar o exótico e mirar o 'pitresco'."*⁴

Entre estes estrangeiros que buscavam as monumentais ruínas, o gótico e o "pitresco" de um país chamado Portugal encontravam-se nomes como o arquitecto irlandês James Murphy⁵ (Fig. 357) e o arquitecto inglês William Beckford⁶ (Fig. 356).

Nas obras de autores estrangeiros, como referem Iva Delgado e Frederico Rosa, muitas vezes:

*"(...)eram analisados os defeitos e as virtudes do povo português, normalmente a partir de ideias pré-concebidas então em voga. Daí resulta a hierarquização de características, da melhor à pior, banalizadas em estereótipos. O resultado é paradoxal: umas vezes acentua-se a vocação de um pequeno povo para feitos universais, outras o atraso e o ensimesmamento, a mediocridade ou o provincianismo. Por outro lado, a maior parte dos autores europeus refere Portugal como 'pitresco'. Essa designação do foro artístico reflectia as características próprias da paisagem englobando nela os tipos sociais que faziam parte dessa mesma paisagem e que criavam um cenário ameno e harmonioso."*⁷

⁴ CORREIA, Luís; **Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)**; Imprensa da Universidade de Coimbra; Coimbra 2010; p.164

⁵ MURPHY, James; **Viagens em Portugal**; trd. e notas Castelo Branco; Livros Horizonte; Lisboa; 1998 (publicado em português apenas no século XX).

⁶ BECKFORD, William; **Alcobaça e Batalha – Recordações de Viagem**; introdução, tradução e notas Iva Delgado e Frederico Rosa; Ed. Vega; Lisboa 1997 (texto do século XVIII publicado pela primeira vez apenas em 1972, sendo a publicação em português de 1997).

⁷ DELGADO, Iva e Frederico Rosa; **Introdução** in BECKFORD, William; **Alcobaça e Batalha – Recordações de Viagem**; introdução, tradução e notas Iva Delgado e Frederico Rosa; Ed. Vega; Lisboa 1997; p.9



Fig. 356 Gravura representando William Beckford, datada de 1835, elaborada por T. A. Dean a partir de um desenho de Sir Joshua Reynolds (Victoria and Albert Museum, British Galleries)

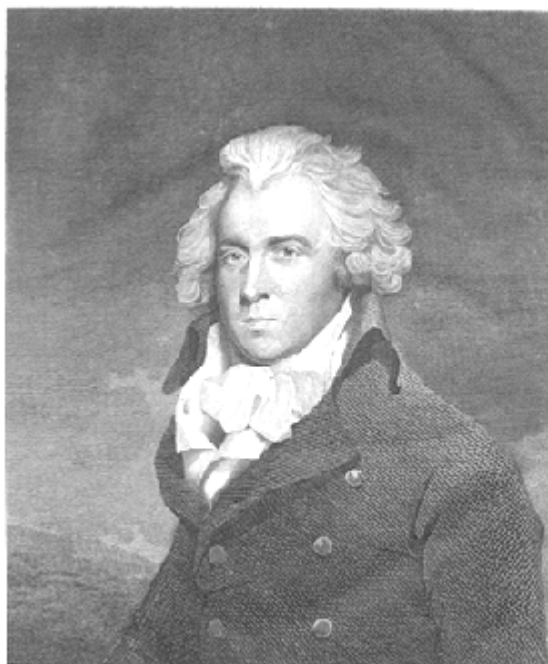


Fig. 357 Gravura representando James Murphy, s/d, elaborada por W. Newton a partir de uma pintura a óleo de Sir Martin Archer Shee (RIBA archive)

A William Beckford cabe talvez a mais extraordinária descrição do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e da sua grandiosa cozinha, plena de actividade, na primeira pessoa aquando a sua visita ao mosteiro a 7 de Junho de 1794:

“A primeira visão do real Mosteiro é imponente: cercada de bosques e riachos, a pitoresca aldeia de cujo seio tranquilo parece emergir alivia-nos do sentimento de opressão que a enorme e dominadora massa dos edifícios conventuais inspira. (...) conduzi-ram-me ao que julgo ser o mais notável templo de glotonaria de toda a Europa. (...) os meus olhos nunca viram nos modernos conventos de França, Itália ou Alemanha, um espaço tão descomunal reservado a fins culinários. Ao centro desta imensa divisão magnificamente abobadada, de diâmetro não inferior a sessenta pés, corre um alegre regato de água claríssima que alimenta viveiros perfurados, de madeira, com os mais belos peixes de rio de toda a espécie. A seguir a uma fila de lareiras, estendia-se outra de chaminés, e nas mesas via-se farinha de trigo em montes, branca como a neve, pilhas de açúcar, potes do mais puro azeite, e grande fartura de massas, que uma numerosa tribo de irmãos leigos e de serventes estendia e modelava em cem feitios diferen-

*tes, enquanto cantava tão jovialmente como cotovias num campo de milho."*⁸

7.1.2. A importância de Alexandre Herculano

Papel preponderante na divulgação do interesse e benquerença pelos monumentos históricos teve Alexandre Herculano (Fig. 358) enquanto redactor principal da revista "O Panorama" através da qual alertou e despontou interesses no âmbito da preservação e salvaguarda dos monumentos e do património arquitectónico em geral.



Fig. 358 Retrato a água-forte representando Alexandre Herculano retirado da compilação elaborada por Joaquim Pedro de Sousa intitulada "Retratos de portugueses do século XIX"; s/n; s/l.; c.1859 - c.1865 (Biblioteca Nacional)

Refere Jorge Custódio que:

"É no contexto de um movimento radical de índole constitucional – o Setembrismo – que deverá inserir-se a voz e a actividade de Alexandre Herculano em defesa dos monumentos nacionais. Para Herculano – consciente das perturbações que o abalo social estava a provocar na herança histórica – importava reconhecer a ideia de pátria na sucessão dos tempos. Urgia salvar o que de mais válido subsistia do antigo edifício social que acabara de ruir. Diariamente assistia-se a excessos que punham em causa edifícios religiosos, monumentos, bens móveis, cuja função se perdera pela lógica das transformações sociais. Grassava um 'vandalismo de camartelo' e uma impunidade sem freios, permissivos em relação

⁸ BECKFORD, William; **Alcobaça e Batalha – Recordações de Viagem**; introdução, tradução e notas Iva Delgado e Frederico Rosa; Ed. Vega; Lisboa 1997; pp.35-36

à herança e aos valores antigos, contra o qual importava, desde logo, pôr um travão."⁹

Também Luís Correia refere que:

*"Apesar de liberal, Herculano considerava que o corte com Antigo Regime não implicava a eliminação de vestígios do passado, assumindo de forma pública, na revista 'O Panorama', onde expunha os seus pontos de vista de denúncia da sistemática destruição do património cultural e da falta de opção e vontade de políticas para por termo a tal destruição e ao desrespeito que se manifestava quando os edifícios eram reconstruídos ou reparados. (...) o conceito de monumento para Alexandre Herculano, representa no quadro relacional liberalismo/romantismo, essencialmente o 'documento' cuja função primordial é instruir e concorrer para a reconstituição do modo como se criou e desenvolveu uma civilização, uma sociedade."*¹⁰

Porém no século XIX a preferência pela arquitectura de cariz medieval era notória como refere Jorge Rodrigues:

*"Este interesse oitocentista, de carácter vincadamente romântico e maioritariamente inspirado pela teoria da 'unidade de estilo' de Viollet-le-Duc, foi, de resto, responsável por apreciáveis abusos em muitas das intervenções executadas essencialmente viradas para e 'época de ouro' da História da Arte, como o próprio Alexandre Herculano defendia: a Idade Média."*¹¹

531

Os monumentos nacionais preservavam uma dimensão material do passado. Eram o reservatório do espírito e da alma de uma nação passada sendo encarados, pelos liberais, como um meio de nortear e influenciar uma cultura nacional. Como refere Paulo Simões Rodrigues: *"Os monumentos tornaram-se factores de progresso social, moral, político e até económico."*¹²

Alexandre Herculano desenvolve n'*O Panorama*, em 1837, cinco pontos essenciais para a consagração de monumento como refere Lúcia Rosas:

"(...) a valorização da arquitectura da Idade Média contra a hegemonia clássica; o estabelecimento de uma equivalência entre as 'virtudes' da arquitectura 'gótica' e as virtudes da História de Portugal; a inclusão dos monumentos na idiossincrasia da nação; a necessidade da conservação dos edifícios porque 'as

⁹ CUSTÓDIO, Jorge; **Op. cit.**; p. 37

¹⁰ CORREIA, Luís; **Op.cit.**; pp.179-180

¹¹ RODRIGUES, Jorge; **A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo** in "Caminhos do Património"; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999; p.69

¹² RODRIGUES, Paulo Simões; **O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)** in "100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010"; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; p.24

*pedras falam' ou seja, são testemunhos e herança do passado, e a conservação do passado como um dos desejáveis vectores da instrução."*¹³

7.1.3. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi criada com o objectivo de reunir num único organismo os serviços de obras dos edifícios e monumentos nacionais assim como dos edifícios onde funcionavam os serviços públicos através do decreto nº 16791 de 30 de Abril de 1929.¹⁴ Com este decreto estava criada a DGEMN no seio do *Ministério do Comércio e Comunicações* (MCC), mais tarde *Ministério das Obras Públicas e Comunicações* (MOPC), que possuía sob a sua alçada a construção, reparação e restauro não só de todos os edifícios que pertenciam ao Estado português, como também os monumentos considerados nacionais. O estatuto jurídico destes últimos era muito diversificado, uma vez que este tipo de edifícios estava afecto a diversos ministérios, pois as suas utilizações eram bastante variadas, como refere Jorge Rodrigues, *"quartéis, construções militares, hospitais, repartições públicas, igrejas ou simples monumentos sem utilização específica, na maioria dos casos abandonados ou mal cuidados."*¹⁵

O decreto nº 16791 de 30 de Abril de 1929 contempla a existência de uma repartição central, duas Direcções de Edifícios Nacionais (Norte e Sul) e de uma Direcção dos Monumentos Nacionais. Como refere Maria João Neto:

"(...) coube a partir de então ao Serviço de Monumentos as competências na elaboração de projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais, e respectiva execução, por administração ou empreitada, sem deixar de ser exercida uma rigorosa fiscalização sobre os trabalhos. Cabia também, a estes serviços promover a cooperação entre o Estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis classificados, bem como a actualização do inventário geral dos imóveis classificados, compreendendo a organização do catálogo e o arquivo iconográfico dos monumentos nacionais. Tinha a obrigatoriedade de promover e zelar pela observância de alguns aspectos legais e jurídicos relativos aos monumentos. Assumiu, ainda, a responsabilidade de formular os preceitos técnicos e todas as regras a serem observadas, quer no tratamento e conser-

¹³ Idem; p.24

¹⁴ AA.VV.; **Caminhos do Património**; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999; p.15

¹⁵ ROSAS, Lúcia; **A génese dos monumentos nacionais** in "100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010"; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; p.43

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

vação, quer na execução das obras de reparação ou restauro dos imóveis.”¹⁶

O cargo de Director-Geral era ocupado por um engenheiro e o cargo de Director do Serviço de Monumentos era ocupado por um arquitecto. O Eng.º militar Henrique Gomes da Silva foi a escolha ministerial para ocupar o cargo de Director-Geral. Como refere Maria João Neto esta indigitação é explicada por uma relação de lealdade e confiança estabelecida na vida militar entre Gomes da Silva e os generais que na altura chefiavam o governo.¹⁷ O cargo de Director do Serviço de Monumentos é assumido pelo Arqt.º Adões de Bermudes e depois pelo Arqt.º António do Couto Abreu.

António de Oliveira Salazar à frente da Presidência do Conselho de Ministros, desde 1930, segue a política de contenção financeira iniciada como Ministro das Finanças em 1928, uma vez que os efeitos da crise foram longos fazendo-se sentir até 1933-34. Como consequência desta crise houve uma quebra da emigração e um aumento do desemprego.



Fig. 359 Obras levadas a cabo pela DGEMN no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – colocação de andaimes (fotografia arquivo DGEMN/IHRU)

Deste modo, em 1932, o Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco criou o *Comissariado do Desemprego* pelo que a DGEMN passou a ter um papel preponderante no combate ao desemprego. Consequentemente a DGEMN pas-

¹⁶ NETO, Maria João Baptista; **Op. cit**; p.27

¹⁷ Idem; p.28

sou a poder usufruir de verbas complementares ao Orçamento de Estado, atribuídas pelo Fundo do Desemprego, desde que nas intervenções subsidiadas fosse empregue mão-de-obra recrutada a partir das listas de desempregados de cada conselho ou distrito. Como refere Maria João Neto:

*"Duarte Pacheco responde a um dos binómios mais importantes do Estado Novo: modernidade versus tradição. A par do desenvolvimento do sector de obras públicas e infra-estruturas, estandarte de mudança, progresso, eficácia e prosperidade, procura-se com particular cuidado levar a cabo a tarefa de preservação do património arquitectónico nacional, no quadro de uma das principais apostas culturais-ideológicas do regime. (...) Os momentos de triunfo da nossa História servem de testemunho da grandeza do passado e justificam o presente que pretende adquirir o mesmo estatuto. Para autenticar esses momentos, o regime encontrou nos monumentos nacionais os documentos vivos, por excelência, que tinham a particularidade de comprovar factos e figuras das épocas de glória. Assim, a acção heróica dos nossos primeiros monarcas na conquista e defesa do território nacional que tinha uma correspondência directa nos antigos mosteiros, catedrais e, sobretudo, nos castelos coevos dessa época."*¹⁸

534

A época em que se inseriu a DGEMN e o ambiente vivido levaram à preservação do património arquitectónico nacional, sobretudo do românico e do gótico, como estilos que melhor traduziam as ideias nacionalistas do Estado Novo. Em Portugal de então vigorou a *"unidade de estilo"*, a reintegração arquitectónica baseada numa pureza de estilo que implicava *"o sacrifício de elementos de outras épocas, tidos como atentados estéticos à harmonia dos edifícios. (...) A persistência da prática da 'unidade de estilo' teve ainda a seu favor a valorização dada aos estilos medievais pela produção historiográfica da Arte Portuguesa"*.¹⁹

Deste modo é importante ter presente esta perspectiva sobre a arquitectura, restauros e ideais do Estado Novo para se poder compreender o papel da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na conservação e salvaguarda do património cisterciense.

A partir dos anos 40 começam a definir-se cartograficamente Zonas Especiais de Protecção às quais correspondiam disposições legislativas. Nestas ZEP as envolventes directas dos monumentos eram integradas como figura de salvaguarda das suas vistas, volumetria e aparência estética. Muitas vezes as ZEP eram acompanhadas da definição de zonas *"non aedificandi"* cautelares de

¹⁸ Ibidem; p.30

¹⁹ Ibidem; p.32

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

cariz absoluto de modo a impedir o desvirtuamento da figura de classificação.²⁰

Após o fim da 2ª Guerra Mundial e da paz na Europa, apesar de Portugal se ter mantido neutral, surge o reactivar dos trabalhos. Foi nos anos 50 que se executaram projectos com vista à reutilização de alguns monumentos seja para fins assistenciais, sociais, sanitários, turísticos. É nesta altura que o Mosteiro de S. Mamede de Lorvão é transformado em hospital psiquiátrico (Fig. 360) e o Mosteiro de S. Bento de Cástris reconvertido em Casa Pia com respectiva escola agrícola (Fig. 361).



Fig. 360 Mosteiro de S. Mamede de Lorvão durante as obras, levadas a cabo pela DGEMN na década de 50 do século XX, com vista à sua adaptação a hospital psiquiátrico (fotografia arquivo DGEMN/IHRU)

535



Fig. 361 Mosteiro de S. Bento de Cástris em 2002, ainda como Casa Pia de Évora (fotografia da autora)

Esta também foi uma época de transformação e intervenções em Monumentos para que estes fossem visitados por elevadas individualidades estrangeiras de visita a Portugal. Deste modo destacam-se as obras levadas a cabo no Mosteiro de Alcobaça em 1949 e mais tarde para acolher, em Fevereiro de

²⁰ CUSTÓDIO, Jorge; **Op. cit.**; p. 60

1957, a rainha Isabel II de Inglaterra. Em poucos anos foram executadas inúmeras obras dirigidas pelo arquitecto João Vaz Martins com vista ao arranjo interno do Mosteiro de Alcobaça e ao embelezamento dos espaços exteriores que constituíam a envolvente do Mosteiro (Fig. 362).

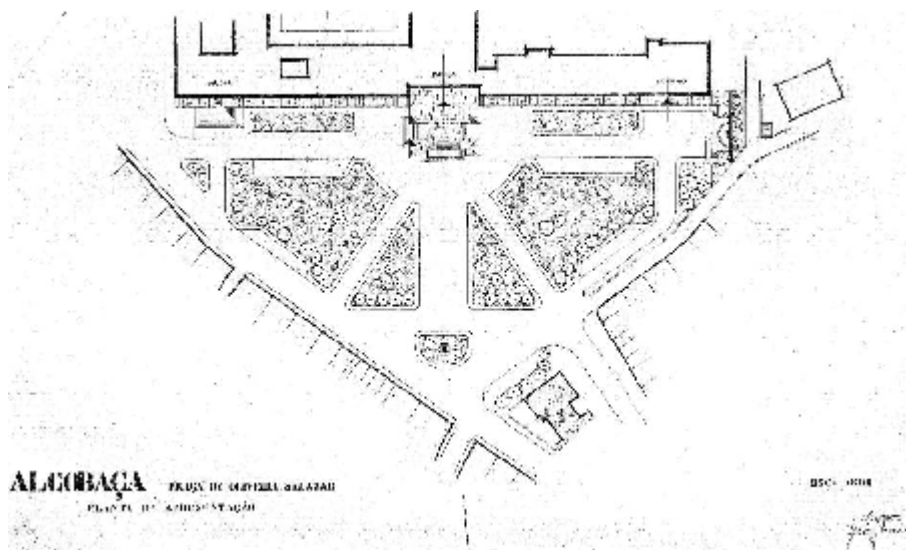


Fig. 362 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: arranjo exterior do mosteiro, Praça de Oliveira Salazar, mais tarde Praça 25 de Abril, projecto do arquitecto João Vaz Martins (arquivo DGEMN/IHRU)

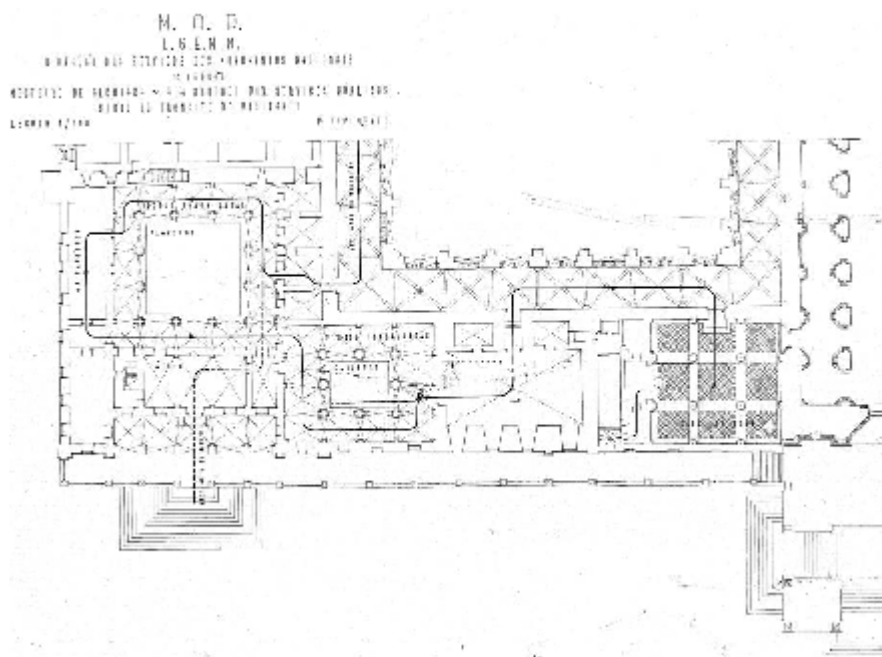


Fig. 363 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: organização do percurso de visita do espaço expositivo (arquivo DGEMN/IHRU)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Deste modo foram desalojados alguns serviços que se encontravam a funcionar no Mosteiro e criou-se um circuito de visita que abrangia a Igreja, Claustro do Silêncio, refeitório, cozinha, dormitório (Fig. 363 e 365).

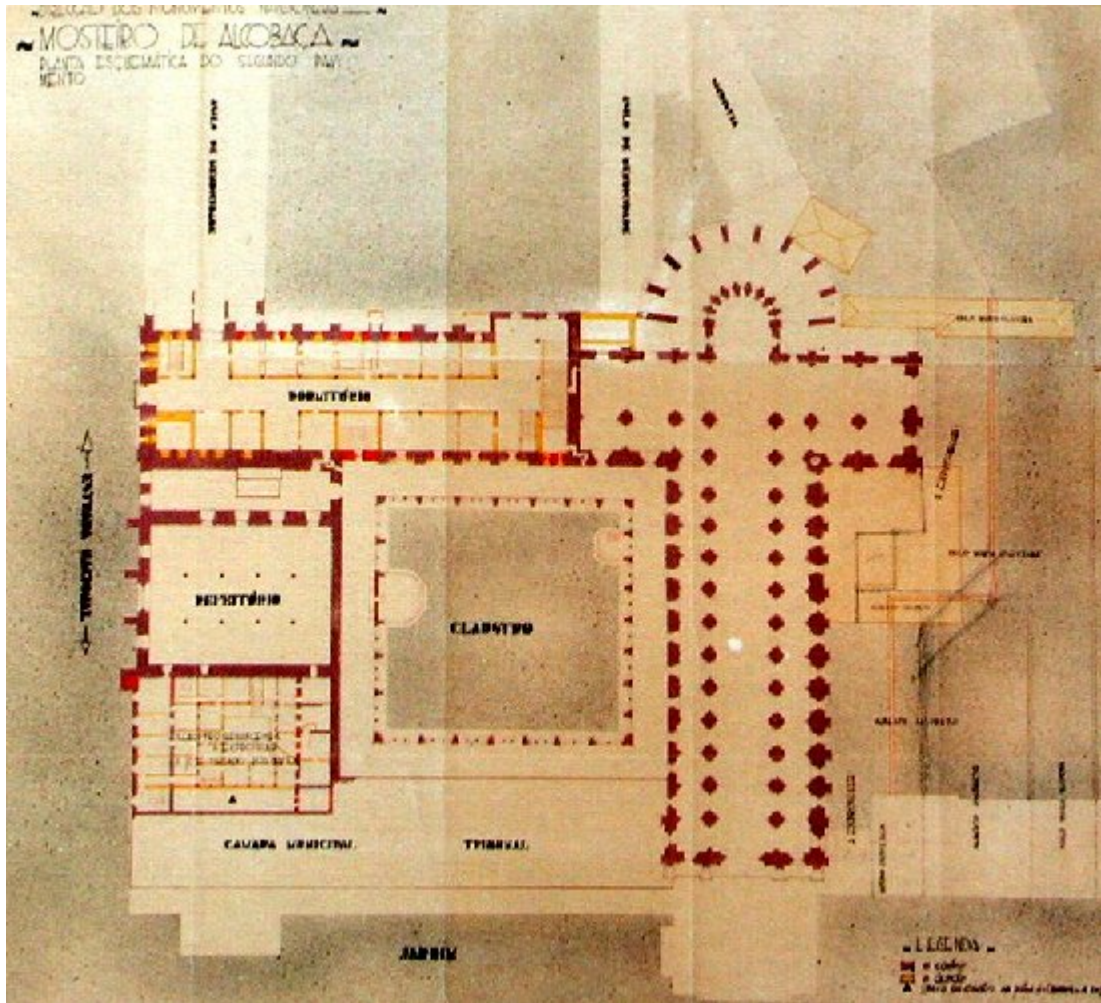


Fig. 364 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: planta esquemática do 2º piso onde ainda se pode ver a marcação das celas do dormitório. (arquivo DGEMN/IHRU)



Fig. 365 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: (a) dormitório dos monges antes da intervenção da DGEMN; (b) o mesmo dormitório depois de retiradas as paredes que delimitavam e constituíam as celas aquando as obras da DGEMN (arquivo DGEMN/IHRU)

Colocaram-se os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro nos braços opostos do transepto passando a encontrar-se frente a frente, em vez de lado a lado como se encontravam na Sala dos Túmulos (Fig. 366).



Fig. 366 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Sala dos Túmulos ainda com os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro (fotografia datada de 1954 da autoria do Estúdio Mário Novais, arquivo Biblioteca de Artes da Fundação Calouste Gulbenkian)

538

Eventualmente teria sido nesta época que surgiu a lenda popular sobre a localização dos dois túmulos, posicionado um diante do outro, de modo a que os dois históricos amantes se pudessem reencontrar, frente a frente, no dia do juízo final (Fig. 367).

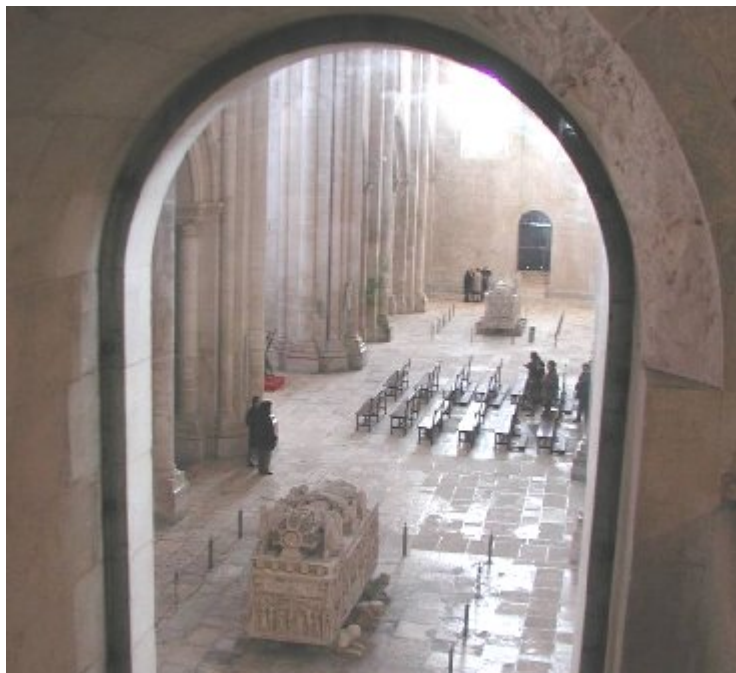


Fig. 367 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: transepto visto através do dormitório (fotografia da autora)

Em 1960 termina a gestão do Engº Henrique Gomes da Silva à frente da Direcção Geral sendo substituído pelo Engº José Pereira da Silva facto que augurava um espírito de mudança uma vez que o Estado Novo envelhecia. Como refere Maria João Neto:

*"A abertura progressiva à evolução de conceitos e critérios fixados internacionalmente no domínio da salvaguarda do património construído, a par de uma mobilização interna dos serviços, que contava com um grupo dinâmico de arquitectos dirigentes, no contacto com áreas do saber de Arqueologia e História da Arte permitiram uma modernização de filosofias de actuação. Por outro lado, cada vez mais pesava a consciência da dispersão do regime jurídico do património, onde assentava uma inconveniente e prejudicial divisão de competências. (...) Um despacho conjunto das Obras Públicas e da Educação e Cultura, de 11 de Novembro de 1974 afirmava a urgente precisão de criar 'uma instituição que se responsabilizasse pela protecção do nosso património regida por meio de legislação adequada e eficiente'."*²¹

Em 1976 cessava a actividade do Engº Pereira da Silva, sendo substituído por Jaime Pereira Gomes interinamente até finais de 1976. Neste ano é nomeado o Engº João Miguel Caldeira de Castro Freire. É sob a sua direcção que a necessidade de estudar e realizar projectos de Zonas de Protecção face ao novo e importante conceito de "envolvência" do monumento carente de igual modo de cuidados de conservação.²²

Como refere Maria João Neto:

*"Os novos conceitos de 'conjunto' e 'sitio' implicaram o alargamento da área a salvaguardar. A DGEMN mostra-se consciente da evolução da questão de defesa do património quando aposta na noção muito actual de 'conservação integrada' como metodologia correcta de actuação. (...) Tornava-se cada vez mais perceptível que o fenómeno da salvaguarda do património arquitectónico não dependia apenas do arquitecto mas de uma equipa interdisciplinar desde a Arqueologia e História da Arte até às Engenharias de Estruturas, Materiais, Química, Minas e à própria Geologia. (...) o crescente desenvolvimento da industria do turismo implicava uma relação estreita de cooperação com as entidades responsáveis pelo património ambiental, cultural e artístico. Neste domínio é formada, em 1977, uma equipa de trabalho no âmbito do Plano de Fomento Turístico-Cultural."*²³

²¹ NETO, Maria João Baptista; **Op. cit**; pp.38-39

²² Idem; p.40

²³ Ibidem; p.40

A 20 de Junho de 1978 é criada, por despacho da Secretaria de Estado da Cultura, a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural Natural (ISPCN).

Em 1980 é criada a nova lei orgânica da DGEMN, pelo Decreto-Lei 204/80 de 28 de Julho, assim como o *Instituto Português do Património Cultural* (IPPC) pelo Decreto-Lei 59/80 de 3 de Abril.

A DGEMN e o IPPC, através das suas leis orgânicas estabeleceram então um compromisso de colaboração entre ambos.²⁴ Em 1989 o cargo de Director Geral da DGEMN é atribuído ao Eng^o Vasco Martins Costa (que será o último a ocupar este cargo pois em 2007 a DGEMN é extinta).

Porém, em 1993 é formulada uma nova lei orgânica da DGEMN através do Decreto-Lei 284/93 de 18 de Agosto assim como do Decreto-Regulamentar 29/93 de 16 de Setembro e da Portaria nº 1027/93 de 14 de Outubro. É a partir deste momento que passa a fazer parte da DGEMN promover a organização e actualização de um arquivo documental que leva à constituição do *Inventário do Património Arquitectónico* (IPA).

Deste modo todo o acervo que faz parte do IPA foi colocado no Forte de Sacavém (imóvel adquirido pela DGEMN especificamente para este propósito) e parcialmente colocado à disposição do público através de um terminal de consulta informatizado.

Consequentemente foi elaborado um vasto programa de digitalização de planos e documentos que veio a aumentar progressivamente o inventário, hoje sob a alçada do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) uma vez que foi extinta a antiga DGEMN.

A partir deste momento o IPA deu origem ao SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico).

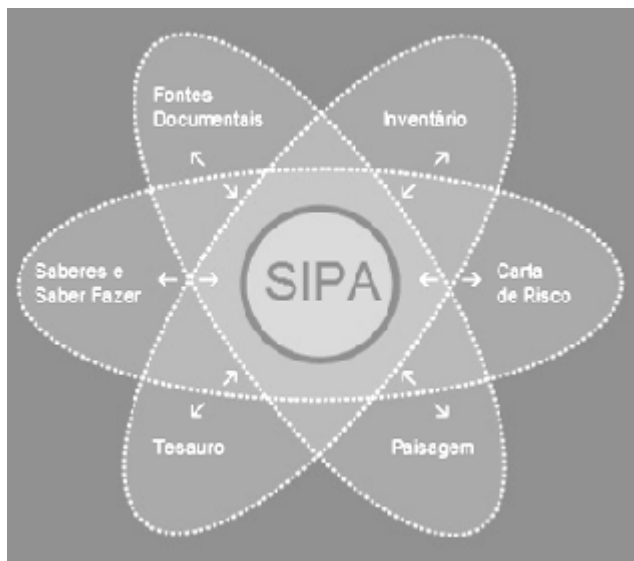
O SIPA é constituído por um conjunto de bases de dados interoperacionais integrando várias áreas de investigação.

Esta informação é disponibilizada de modo estruturado no que respeita ao valor arquitectónico, documental e simbólico dos imóveis e da paisagem humanizada como se pode compreender através do esquema elaborado pelo IHRU.²⁵ (Esq. 100)

²⁴ NETO, Maria João Baptista; **Op. cit.** pp.40-41

²⁵ Cfr. Consulta em linha, acedida pela última vez em 17 de Dezembro de 2010, à página Web [http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_A.aspx] pertencente ao Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) mantida online pelo IHRU mas elaborada pela antiga DGEMN aquando da criação da página Web do IPA.

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Esq. 100 Esquema da interdisciplinaridade e relações que fazem parte do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).²⁶

7.1.4. IPPAR / IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

Em 1980 foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que por sua vez originou diversos organismos com competências próprias.

Mais tarde, em 1992, daria origem ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e depois, em 1997, com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA) seria convertido apenas no Instituto Português do Património Arquitectónico.²⁷

Deste modo, desde 1980, em primeiro lugar como IPPC, depois com as duas versões do IPPAR e finalmente, na actualidade, com o IGESPAR estes organismos de gestão do património tutelaram as aplicações de leis relativas ao património arquitectónico e à sua salvaguarda permitindo assim a classificação de imóveis, emitindo pareceres vinculativos e estabelecendo as respectivas áreas de protecção.²⁸

Também foi responsável pela gestão de importantes e significativos monumentos nacionais e ainda foi responsável por levar a cabo grandes obras de conservação e de restauro nestes monumentos dos quais é exemplo

²⁶ Esquema adaptado, pela autora, da consulta em linha, acedida pela última vez em 17 de Dezembro de 2010, à página Web [http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_A.aspx] pertencente ao Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) mantida online pelo IHRU mas elaborada pela antiga DGEMN aquando da criação da página Web do IPA.

²⁷ PEREIRA, Paulo; **Sob o signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal, 1980-2010** in "100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010"; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; p. 262

²⁸ Idem; p. 262

o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Fig. 368). Porém, como refere Paulo Pereira:

*"Novos desafios apareceram então, na forma de propostas inovadoras para a recuperação dos monumentos, sugerindo-se agora reutilizações dos mesmos e a adopção de linguagens contemporâneas, algo alheio à tradição antiga da DGEMN. Respondendo a esta conjuntura, o IPPC apetrechou-se de modo a assegurar a intervenção em obra, por volta de 1990 e, pouco a pouco, foi-se substituindo à instituição irmã, que era habitualmente a interventora nos monumentos que o IPPC tutelava. Por sua vez, os critérios de restauro tinham mudado e isso ressentia-se na visibilidade do próprio fenómeno patrimonial. Era necessário um 'aggiornamento'."*²⁹



Fig. 368 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: ala sul reabilitada pelos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos (fotografia da autora)

O IPPAR (Instituto do Portugus do Património Arquitectónico) foi, como já se referiu, alvo de uma reestruturao tendo sido criado o *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.*, vulgo IGESPAR, no mbito do programa PRACE, que resulta assim da fusão do *Instituto Portugus do Património Arquitectónico* e do *Instituto Portugus de Arqueologia* e incorpora ainda parte das atribuies da extinta *Direco Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, sob tutela do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional como referido no Decreto-Lei n 96/2007 de 29 de Março.

²⁹ PEREIRA, Paulo; **Op. cit.**; p. 266

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP, é um instituto público integrado na administração indirecta do estado, prosseguindo as atribuições do Ministério da Cultura no âmbito do património cultural arquitectónico e arqueológico (Esq. 101).



Esq. 101 Organograma da composição e hierarquias do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IGESPAR, com destaque para o Serviço dependente do Mosteiro de Alcobaça.³⁰

A Lei Orgânica do Ministério da Cultura (Decreto-Lei nº 215/2006 de 27 de Outubro) contempla também a criação de seis Direcções Regionais de Cultura como serviços periféricos do Ministério da Cultura:

1. Norte
2. Centro
3. Lisboa e Vale do Tejo
4. Alentejo
5. Algarve

³⁰ Esquema adaptado, pela autora, da consulta em linha, acedida pela última vez em 4 de Dezembro de 2010, à página Web [<http://www.igespar.pt/pt/about/organograma>].

A Missão destes serviços periféricos inclui essencialmente competências relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitectónico e arqueológico.³¹

O acervo arquivístico gerado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e entidades antecedentes foi integrado no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do SIPA - *Sistema de Informação para o Património*.

Deste modo o IGESPAR, I.P. – com sede em Lisboa – em articulação com as Direcções Regionais da Cultura, reforça a sua tutela de índole normativa e regulamentadora. O IGESPAR tem como missão assegurar não só a gestão, mas também a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens móveis e imóveis que constituem o património cultural arquitectónico e arqueológico português.

No entanto, no entender de Paulo Pereira, antigo vice-presidente do IPPAR e historiador:

*“O IGESPAR criado como instituto público e substituindo o IPPAR, pouco reteve das competências deste, ou reteve-as apenas formalmente. Perdeu a autonomia financeira, que era um instrumento fundamental para a política pública e para a organização das candidaturas aos apoios comunitários e para a centralização do necessário expediente. Por sua vez, a área da salvaguarda, particularmente sensível, ficou repartida (e mal repartida) por novos organismos de ‘tutela’ directa do Ministério da Cultura, as direcções regionais de cultura, com competências iguais ao IGESPAR...Nesta área, por exemplo verifica-se a necessidade de dois ‘despachos’ do mesmo nível em termos de autoridade competente, podendo sobrepor-se ou colidir em conteúdo. Por sua vez, procedeu-se a uma reafecção de monumentos e a sua dispersão (...). Estas alterações dramáticas, feitas em nome da reforma da Administração Pública e do projecto PRACE, constituem talvez o mais desastrado acto de toda a história do património desde os tempos da democracia (e da ditadura...)”.*³²

E também José Aguiar afirma:

“Recentemente, com o PRACE, atenuou-se fortemente o papel do estado como principal actor, directo e processual (i.e. agente do projecto, da promoção, da gestão dos empreendimentos), evoluindo-se para, uma bem mais passiva, tentativa de regulação e de fiscalização. Desapareceu também uma instituição com 75 anos, a DGEMN, o IPPC que foi IPPAR e que ressurge como novo IGESPAR

³¹ idem

³² PEREIRA, Paulo; **Op. cit.**; p. 275

*partilhando a (ainda algo confusa) gestão com as novas secretarias da cultura.”*³³

7.2.

ARQUITECTURA E PATRIMÓNIO EM PORTUGAL NO DEALBAR DO SÉCULO XX

A prática arquitectónica sempre esteve intimamente legada à sociedade e à época em que se insere. No entanto o dealbar do séc. XX, no que respeita à arquitectura foi, um marco de revivalismos e regressos ao passado de carácter historicista.

Após um Liberalismo que levou à destruição de algum património arquitectónico, traduzido pelo rude tratamento do edificado de conotações religiosas, surge um período de características Românticas.

Este Romantismo arquitectónico foi consequência do gosto pelas viagens, pela antiguidade, pela apologia da ruína em si e “*per si*”.

Na pintura encontrava-se o gosto pela tragédia, pelo lúgubre e pelos sentimentos profundos como se pode presenciar em obras obra como “*Ophelia*” de Millais, “*Beata Beatrix*” de Rosseti, assim como nos demais trabalhos dos seus companheiros Pré-Rafaelitas.

Na arquitectura encontrava-se Viollet-le-Duc e o estudo aprofundado da construção e arquitectura medievais. Era a época do Neo-gótico, do Neo-românico mas também das misturas entre ocidente e oriente através de elementos trazidos de viagens a terras longínquas como o Japão que eram assimilados e integrados na arquitectura europeia.

Os mal tratados edifícios de outrora, tornaram-se o alvo preferido de recuperação, muitas vezes estabilizando apenas a própria ruína ou então transformando algo de época medieval noutra arquitectura ainda “mais medieval”, do que alguma vez fora na sua época, como é o caso do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, no que respeita à arquitectura doméstica/palaciana e do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Fig. 371) ou mesmo do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho: dois exemplos cistercienses.

³³ AGUIAR, José; **Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico** in “100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010”; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; p. 234

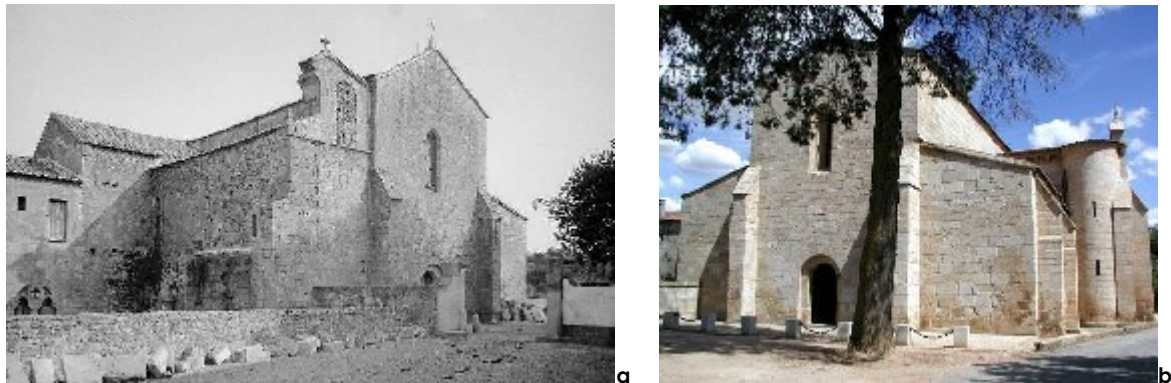


Fig. 369 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar: (a) antes da intervenção de restauro apresentando ainda o campanário e (b) já em pleno séc. XXI após o restauro da DGEMN (fotografias: a IHRU/DGEMN, b da autora)

O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo, chega a perder o seu campanário (Fig. 369) e chega mesmo a considerar-se acrescentar um terceiro tramo ao desenho do edifício (Fig. 370).

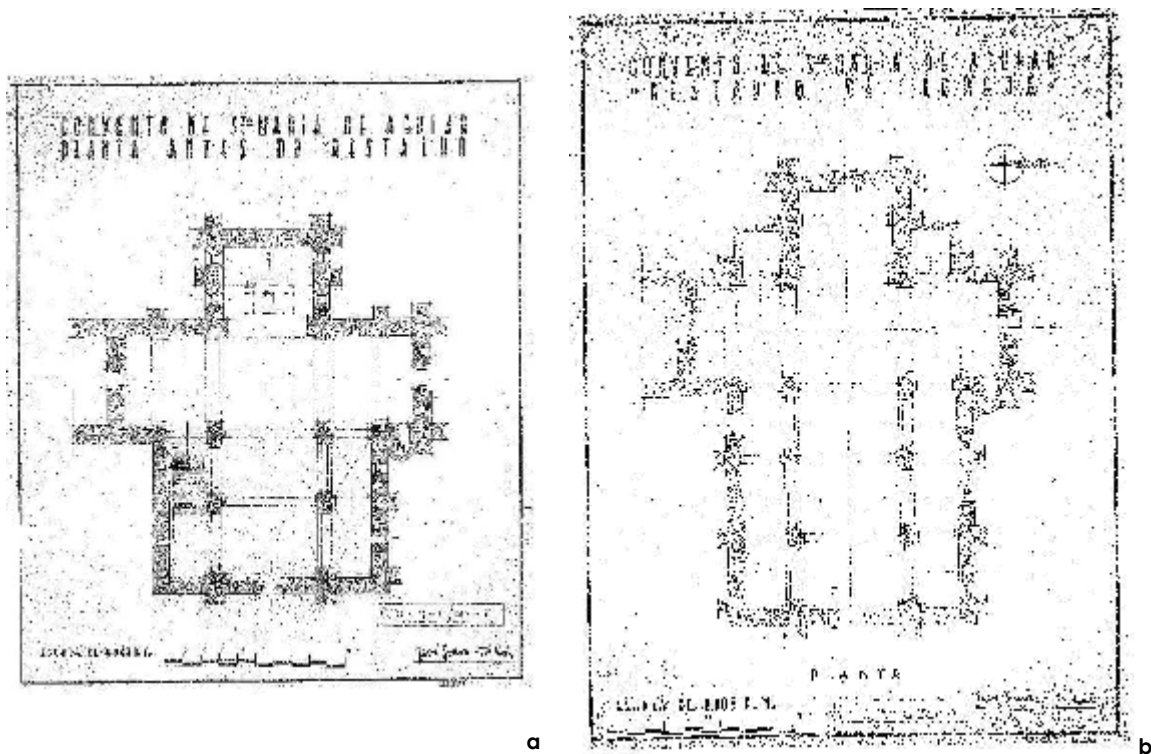


Fig. 370 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar: (a) levantamento da igreja antes da intervenção de restauro e (b) proposta de restauro da DGEMN (arquivo IHRU/DGEMN)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

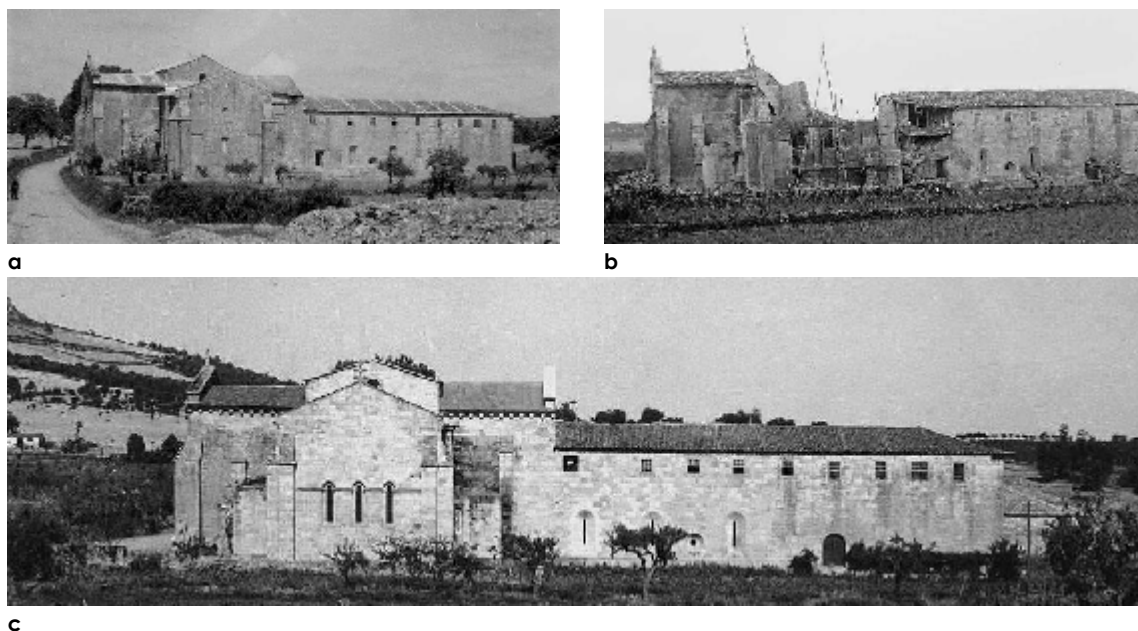


Fig. 371 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar: (a) antes da intervenção de restauro; (b) apeamento da capela-mor pela DGEMN; (c) após o restauro da DGEMN com a recriação do alçado correspondente ao tardo da capela-mor (arquivo IHRU/DGEMN)

Também em termos do património móvel se verifica que tudo o que não vinha reforçar o espírito da Nacionalidade, ou seja tudo o que não fosse de cariz românico ou gótico, era removido. Isto pode verificar-se nos inúmeros apeamentos de altares barrocos como é o caso de Santa Maria de Aguiar (Fig. 372) ou mesmo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

547



Fig. 372 Mosteiro de Santa Maria de Aguiar: (a) altar em talha dourada barroco antes da intervenção de restauro e (b) apeamento do altar durante as obras de restauro da DGEMN (arquivo IHRU/DGEMN)

Muitos foram os erros de interpretação artística imbuídos na prática da “unidade de estilo” pelo que Jorge Rodrigues salienta:

“Outro dos erros e abusos frequentemente cometidos foi o da desmontagem – e eventual destruição – de muitas estruturas decorativas dos séculos XVII e XVIII, geralmente de feição barroca, que tinham vindo a decorar os templos medievais ao longo dos tempos, atestando afinal os passos diversos da sua existência. Esta desmontagem verificou-se praticamente em todos os templos intervencionados, permitindo assim a visão “desafogada das estruturas – particularmente das cabeceiras românicas ou góticas – com a construção de altares novos, geralmente em pedra, pretensamente feitos segundo os modelos ou o gosto medieval.”³⁴

No início do séc. XX, as artes e em particular a arquitectura encontravam-se imbuídas de um fervilhar de emoções, concomitante entre o passado revivalista e o desejo da busca de algo novo, de acordo com o novo século que nascia, não esquecendo que a produção arquitectónica partilhava em muito, a sua resposta, com outras duas artes afins: a escultura e a pintura.

Em Portugal, no extremo ocidental da Europa, os novos modelos e linguagens arquitectónicas sempre tardaram um pouco mais a chegar pelo que o fim do séc. XIX e início do séc. XX correspondeu ao período de todos os “neos” ou seja, foi o período de todos os revivalismos desde o neo-gótico, ao neo-românico, ao neo-mudéjar, ao neo-manuelino, entre outros. Mas também foi época de uma fugaz adesão à Arte Nova e depois à Arte Deco. Porém a modernidade apontava já a sua chegada através de alguns visionários futuristas que comungavam da “modernidade” europeia, basta lembrar que o segundo número da revista “*Orpheu*”, de Abril de 1915 foi, como refere José Augusto França, o “rastilho” dessa fixação de um modernismo hesitante³⁵.

Após a I Guerra Mundial, a Europa, e consequentemente Portugal, mergulhavam num clima de tensão e de instabilidade. No que respeita à arquitectura, vivia-se também um período de tensão entre o Ecletismo de raízes historicistas e o que viria a ser apelidado de Modernismo, ou seja, algo verdadeiramente novo e elemento de ruptura com o passado.

Em Portugal, o Modernismo oscilou entre o rigor da tradição, de carácter regionalista e historicista, e o fervilhar da inovação, da utilização de uma linguagem arquitectónica inteiramente nova assim como o uso de novos materiais como o betão. No entanto, alguns arquitectos portugueses flutuaram entre ambos os modos de encarar a arquitectura conseguindo mesmo uma grande ambivalência e destreza arquitectónica na resposta a estas duas ver-

³⁴ RODRIGUES, Jorge; **A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo** in “Caminhos do Património”; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999; p.77

³⁵ FRANÇA, José-Augusto; **O Modernismo (séc. XX)** in “História da Arte em Portugal”; Lisboa 2004; p. 18

tentes. Deste modo, após o golpe militar de 1926, surgiu o “Estado Novo” de Salazar, formalizado em 1933, que procurou uma arquitectura que fosse veículo das ideias e afirmação deste novo estado.

Nesta busca, num primeiro momento, destaca-se Raul Lino com os seus estudos sobre a Casa Portuguesa e o seu livro “Casas Portuguesas” editado em 1933. Esta é uma obra teórico-prática, de cariz regionalista e nacionalista, que discorre sobre a importância da “casa”, entre a economia e a beleza, com ilustrações específicas de casas adaptadas à região onde se inserem. Deste modo, torna-se importante a inventariação de temas construtivos, decorativos, ambientais, mas acima de tudo a busca das características próprias do habitar português, como refere o próprio Raul Lino:

*“Ainda agora nestes tempos revolutos e de profunda transformação em todos os aspectos da vida, questões que se liguem com a nossa moradia não deixem de preocupar grandes homens de Estado, reformadores, sociólogos e estetas (...). Nem a americanização dos costumes, nem as tendências colectivistas de novas organizações conseguiram ainda debelar o anseio natural e instintivo no Homem de possuir habitação própria e independente para si ou para a sua família. Pode ser muito bela a vida em comunidade, útil ou conveniente o aquartelamento ou a habitação colectiva, quer seja à sombra da cruz ou da espada, quer à da foice e do martelo ou à de uma simples moeda de ouro; não serve este viver, porém a todo o mundo, e se há quem julgue que o desaparecimento do Indivíduo significaria um progresso, estamos por enquanto longe da época em que toda a gente se haja transformado no homem-abelha que prefere para a sua habitação o alvéolo de qualquer casa-colmeia.”*³⁶

Ideologia e ensino artístico foram os elementos que levaram à gradual definição de uma estética arquitectónica regionalista, tradicionalista, e voltada para os valores históricos do passado. De facto, foi esta ideologia que alimentou e comungou do novo regime político do Estado Novo, que se constituía como uma “nova ordem”, como refere Gonçalo C. Moniz:

*“Este modelo de sociedade pressupõe a construção de uma nova organização do estado que iria assentar na ideia de ‘ordem’, isto é ordem nas finanças, pelo equilíbrio do orçamento, ordem nas ruas e nos espíritos, pelo reforço dos poderes do estado”.*³⁷

Ao aceitar o modernismo, um grupo de jovens arquitectos esclarecidos e informados sobre as características da nova linguagem arquitectónica, quer através de revistas da especialidade, quer através de viagens ao estrangeiro,

³⁶ LINO, Raul; **Casas Portuguesas** (reedição da 1ª ed., 1933); Ed. Cotovia; Lisboa 1992; pp. 9-10

³⁷ MONIZ, Gonçalo C.; **Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30** in DC Papeles; nº13-14; Ed. UPC; Barcelona 2005; pp.69-70

abraça a nova forma de projectar e produzir arquitectura segundo este novo modelo. Também a construção é inovadora graças à utilização do betão e ao sistema [pilar+viga+laje], tornando-se uma dualidade omnipresente (arquitECTURA vs. estrutura) na arquitectura modernista. Ao mesmo tempo a parede torna-se um elemento que pode mesmo ser solto da estrutura e modelado livremente pois, através do referido sistema, podem-se fazer maiores rasgos, isto é, maiores e mais longas aberturas em toda a extensão da parede pois a estrutura construtiva “*per si*” liberta-a, o que permite criar uma dualidade entre cheios e vazios até então inexplorada.

O Estado Novo começa a aceitar o modernismo como materialização do seu ideário e a linguagem arquitectónica modernista apropriada para a construção de novas e múltiplas obras públicas de vasta dimensão, sob encomenda de Duarte Pacheco. Novos programas são equacionados e surgem novas exigências, fornecendo um novo desafio e campo de intervenção para esta nova linguagem arquitectónica.

Dos novos programas floresciam aqueles ligados à produção de obra de carácter público como é o caso de: sanatórios, hospitais, liceus, gares, postos dos correios, salas de espectáculos mas também barragens e grandes obras de engenharia e de infra-estruturas para além do que era estritamente arquitectónico.

Note-se que estes programas eram aplicados não só em Portugal continental e insular mas também se estendiam às então colónias ultramarinas. Estas permitiam um campo de experimentação arquitectónico inigualável pois não existiam tantas restrições espaciais como no caso da Metrópole, o espaço amplo e sem condicionantes arquitectónicas levou à produção de alguns dos melhores exemplos de arquitectura modernista elaborada por arquitectos portugueses e permitiu de igual modo o desenvolvimento do urbanismo ao mesmo nível.

O Modernismo começa a despontar curiosidade e fascínio no seio do Estado Novo, sobretudo pelos exemplares arquitectónicos alemães e italianos que irão influenciar a arquitectura portuguesa de então.

Esta adaptação ao modernismo foi divulgada e grandemente utilizada na Exposição do Mundo Português, em 1940.

“(...) para ela elaboraram quase todos os arquitectos do seu tempo uma vasta e profusa série de modelos, os quais vieram a servir de padrão pelos 20 anos seguintes para tipologias de equipamentos, habitações e infra-estruturas”.³⁸

³⁸ FERNANDES, José M.; **Pousadas de Portugal: obras de raiz em Monumentos** in “Caminhos do Património”; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999; p.66

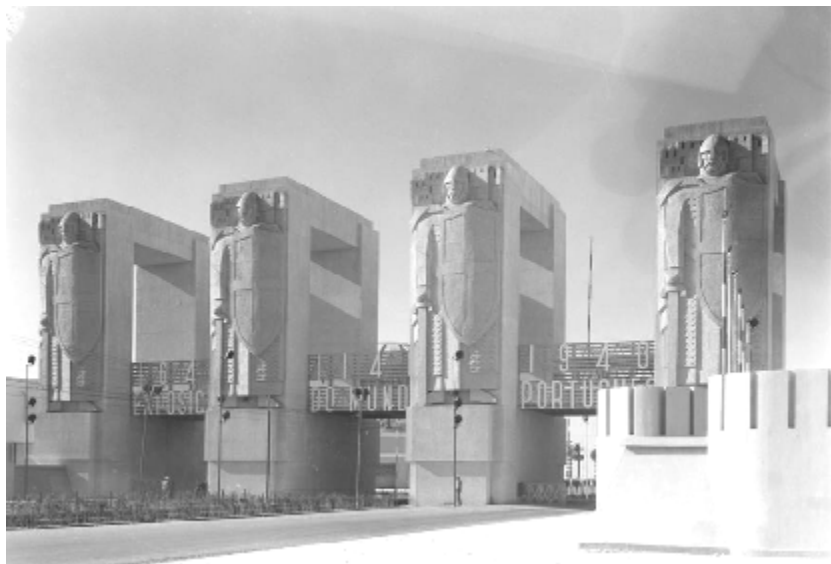


Fig. 373 Cottinelli Telmo: Porta da Fundação, Exposição do Mundo Português (fotografia Estúdio Mário Novais, arquivo Biblioteca de Artes da Fundação Calouste Gulbenkian)

Note-se que a envergadura das grandes obras públicas de Duarte Pacheco só foi possível através do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) que dava resposta aos diversos programas elaborados pelos diferentes ministérios. Estas respostas sempre se apoiaram na arquitectura de cariz modernista associada de igual modo às artes decorativas, fosse pintura ou escultura ou mesmo ambas, com maior ou menor cunho tradicionalista ou classicista, mas sempre uma resposta consciente de que deveria ser uma imagem arquitectónica e artística do Estado Novo. Para estas respostas, por parte do MOPC foi necessário estudar os modelos internacionais e uniformizar os critérios de intervenção.

É nesta altura que a Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) ganha importância ao utilizar uma equipa multidisciplinar sempre em ligação ao ministério-cliente permitindo um diálogo e discussão do programa com o arquitecto projectista.³⁹ Este processo era composto por três momentos (Esq. 102).

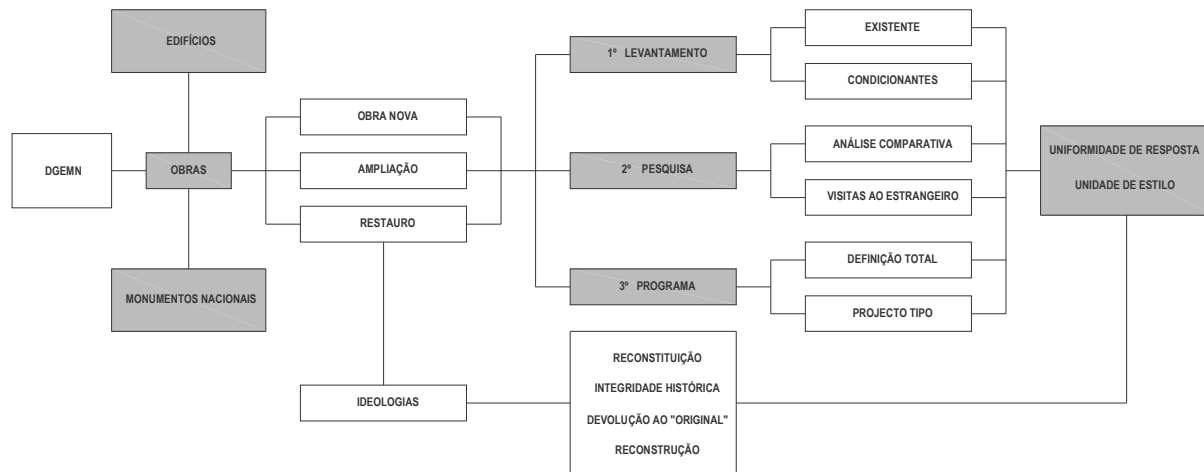
Em primeiro lugar, era feito o levantamento do que existia e das suas condicionantes, quer fosse para efeitos de restauro, ampliação ou obra nova.

Em segundo lugar, era feita uma extensa pesquisa e análise comparativa de projectos similares, mesmo que para tal fosse necessário fazer algumas visitas ao estrangeiro.

Em terceiro lugar, definia-se por fim o programa na sua totalidade e era elaborado um projecto-tipo *“que permitisse construir com rapidez e economia o maior número de edifícios.*

³⁹ MONIZ, Gonçalo C.; Op. cit pp.72-73

A uniformização da resposta a um problema obrigava, também, à definição de critérios para os projectos excepcionais.”⁴⁰ Daí existir um ar tão familiar em inúmeras obras, sejam postos dos correios, edifícios da CGD, Câmaras Municipais, Hospitais, Tribunais, escolas e demais edifícios públicos.



Esq. 102 Processo interventivo da DGEMN (esquema e síntese elaborados pela autora)

Trabalharam neste sistema Raul Lino (escolas), Cottinelli Telmo (estabelecimentos prisionais), Rogério de Azevedo (escolas), Pardal Monteiro (arquitecto chefe da CGD – Caixa Geral de Depósitos), entre outros. De facto,

*“Mais do que a linguagem moderna, estes novos equipamentos revelam um processo moderno de construir os equipamentos públicos segundo critérios de avaliação de necessidades, pesquisa de modelos internacionais, elaboração de programas e definição de soluções tipificadas”*⁴¹

Cabe ainda referir que no que respeita a obras de restauro de edifícios ou monumentos, a DGEMN, utilizou as teorias internacionais, em voga nessa época, seguindo por isso uma ideologia de depuração, reconstruções e reconstituições como é referido anteriormente (Fig. 374).

Nesta época o importante era a integridade histórica entendida segundo os moldes referidos, isto é, a devolução ao original, ainda que este original fosse deturpado ou fantasiado por conceitos historicistas.

A título de exemplo, a Igreja do Mosteiro de Alcobaça foi expurgada de tudo o que era Barroco, no seu interior, de modo a ser devolvida ao seu “estado medieval original” (Fig. 375), o Paço dos Duques de Bragança ganhou contornos que nunca teve e muitas igrejas românicas, espalhadas um pouco por todo o país, como é o caso do Mosteiro cisterciense de São Pedro das Águas - o velho (Tabuaço) foram reconstruídos. Deste modo, Igrejas, Castelos,

⁴⁰ Idem

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mosteiros ou Palácios foram reconstruídos ao sabor da sua originalidade e beleza primitivas que legitimassem os ideais da época.

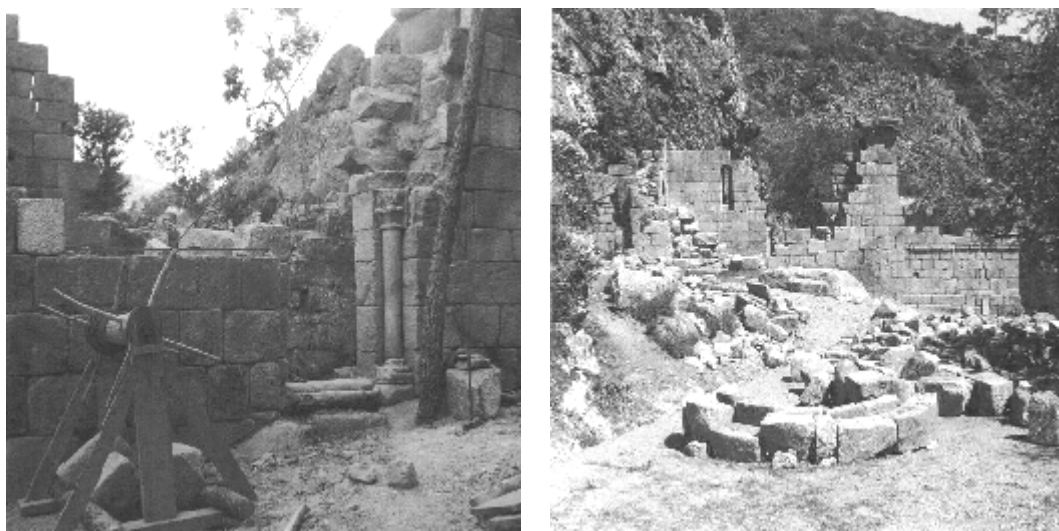


Fig. 374 Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho durante a reconstrução levada a cabo pela DGEMN (fotografias do arquivo DGEMN / IHRU)



Fig. 375 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: (a) altar em talha dourada barroco antes da intervenção de restauro e (b) altar na actualidade depois de ter sido apeado aquando as obras de restauro da DGEMN (a: arquivo IHRU/DGEMN; b: fotografia da autora)

Destaca-se também a existência de grupos profissionais que no que respeita à prática profissional de arquitectura sempre questionaram a arquitectura e o moderno, tendo por isso mesmo, proporcionado um valioso contributo para o Modernismo em Portugal.

No Porto, constituiu-se a ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) elemento de divulgação dos princípios modernistas, para além "(...)de novas formas estéticas na arquitectura, também uma revalorização da profissão, uma ligação às artes plásticas e um desejo de um controlo eficaz do amadorismo"⁴².

Destacam-se também as teses do ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica) de grande significado operativo, cujo principal mentor era Keil do Amaral, e que eram difundidas através da revista "Arquitectura", seu elemento divulgador por excelência: "Os seus aspectos mais significativos foram o de reclamarem um discurso teórico e integrador dos princípios de Racionalismo europeu dos anos trinta do século XX e da leitura brasileira das obras de Le Corbusier."⁴³

Em 1948 surge o Primeiro Congresso de Arquitectura, realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. Duas décadas depois Keil do Amaral afirmaria:

"(...) nunca tínhamos tido oportunidade de falar em arquitectura, de maneira que dissemos tudo o que considerávamos importante, de uma maneira caótica, mas cheia de vida e intenções generosas,...acreditávamos que havia um mundo novo em gestão, mais belo e equitativo e que tínhamos um papel importante a desempenhar nele: uma função social."⁴⁴

Vale a pena uma referência ao pensamento arquitectónico de Mário Bonito: "Tomando como ponto de partida o carácter efémero das formas resultante dos meios de construção, eis a meta: sol e luz, a escala humana, pureza construtiva, plástica e estética, integração no lugar. Fundamentalmente arquitectura."⁴⁵

7.3.

PATRIMÓNIO CISTERCIENSE UM LEGADO A PRESERVAR

No campo da reabilitação do legado cisterciense português existe um valioso trabalho desenvolvido tanto pelo extinto *Instituto Português do Património Arquitectónico* (IPPAR) como pela extinta *Direcção Geral dos Edifícios e*

⁴² SALES, Fátima; **A Modernidade. A Arquitectura entre o Tempo e o Lugar** in *Guia da Arquitectura Moderna do Porto (1925-2002)*; ASA Editores; Porto 2002; p.20

⁴³ SALES, Fátima; Op. Cit; p.20

⁴⁴ TOSTÕES, Ana; **Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**; FAUP; Porto 1997; p.39

⁴⁵ GRANDE, N. e PEREIRA, L. T.; Op. Cit.; p.24

Monumentos Nacionais (DGEMN) e a ser desenvolvido pelo recém-criado *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico* (IGESPAR).

Relativamente ao trabalho da DGEMN deve-se ter em atenção as campanhas de conservação, restauro e reabilitação realizadas nas últimas oito décadas. Relativamente ao trabalho IPPAR é de salientar o caso dos Mosteiros de Arouca, Santa Maria de Salzedas, S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Lorvão e Alcobaça.

Os trabalhos desenvolvidos apontaram para a criação de um programa integrado de recuperação e reabilitação do património monástico, que abrangia parte do património cisterciense. Este plano integrado visava a recuperação, reabilitação e valorização do património cisterciense como também o incremento do interesse cultural pelo território.

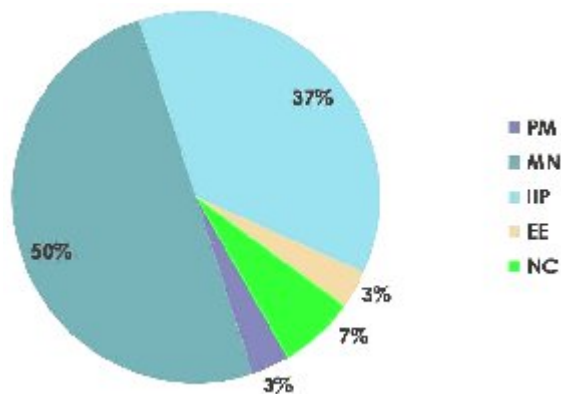
As actuais linhas de acção do IPPAR, hoje IGESPAR, relacionam-se com o prosseguimento das intervenções de recuperação e valorização dos monumentos, requalificação dos espaços; resolução de problemas relacionados com o resgate de propriedade; definição de programas de utilização e reutilização dos espaços recuperados; recuperação integral dos corpos das Igrejas pertencentes aos mosteiros.

No entanto, também é objectivo estratégico do IGESPAR a consolidação do legado cisterciense potenciando as valências dos extintos IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), IPA (Instituto Português de Arqueologia) e área de salvaguarda da ex-DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Como referem Lino Tavares Dias e Mário Carneiro:

"Intervir em Património é uma tarefa multimodal, que torna imperativa a existência de princípios orientadores, assentes num conhecimento profundo da realidade que se pretende resgatar, do objecto, da(s) sua(s) funcionalidade(s), da memória imaterial emanada por esses testemunhos sólidos e tridimensionais. À construção, tal como a concebeu alguém, uma época, uma forma particular de sociedade, junta-se-lhe uma dimensão involuntária, por vezes sublime, que lhe vem dos acidentes da História e dos efeitos naturais do tempo.

*O esforço de resgate das diferentes dimensões do património envolve, desde logo, além da preservação, conservação e restauro, propriamente ditos, estudos do 'objecto' em continuidade, de carácter arqueológico, histórico, antropológico e ambiental. Por outro lado à necessidade de preservar é somada a responsabilidade de criar ou melhorar as condições de fruição desses espaços, que se querem (re)vividos."*⁴⁶

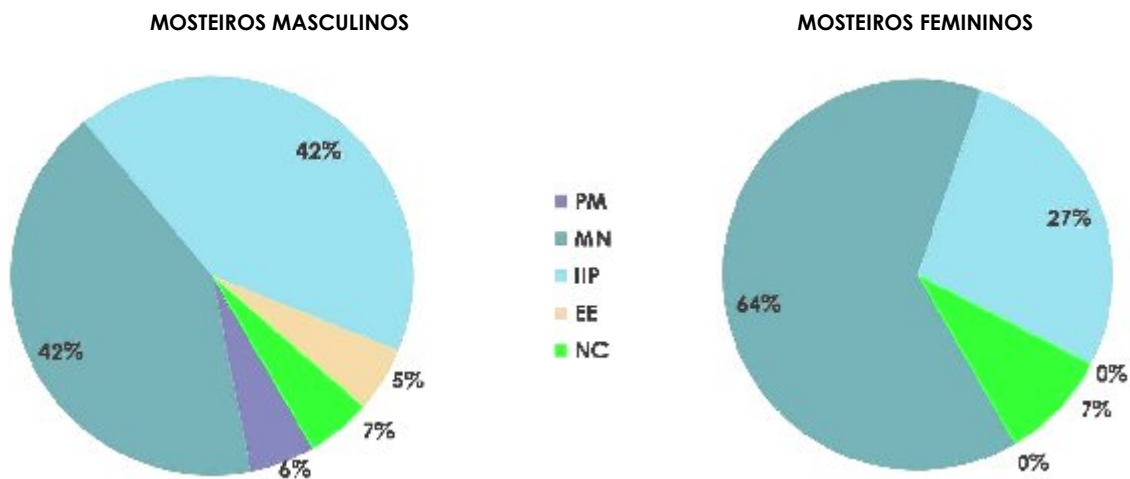
⁴⁶ DIAS, Lino Tavares e Mário Carneiro; **Tarouca e Cister: Espaço, Espírito e Poder** in "Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder – actas"; Ed. Câmara Municipal de Tarouca; Tarouca; 2004



Graf. 32 Mosteiros cistercienses portugueses: tipo de classificação (síntese e esquema elaborado pela autora)

No que respeita à classificação do património arquitectónico cisterciense, dos exemplos estudados, a maior parte encontra-se classificada correspondendo a uma percentagem de 87% que resulta do somatório da percentagem de 50% de Monumentos Nacionais com a percentagem 37% de Imóveis de Interesse Público (Graf. 32 e 33).

Os restantes valores correspondem a 7% que ainda se encontram "em estudo", isto é, a aguardar classificação e 3% que não estão classificados. A estes valores acrescenta-se 3% relativos à classificação de Património Mundial pela Unesco e que correspondem a um único exemplar, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, declarado Património da Humanidade em 1998 (Esq.103).



Graf. 33 Mosteiros cistercienses portugueses: tipo de classificação segundo o género (síntese e esquema elaborado pela autora)

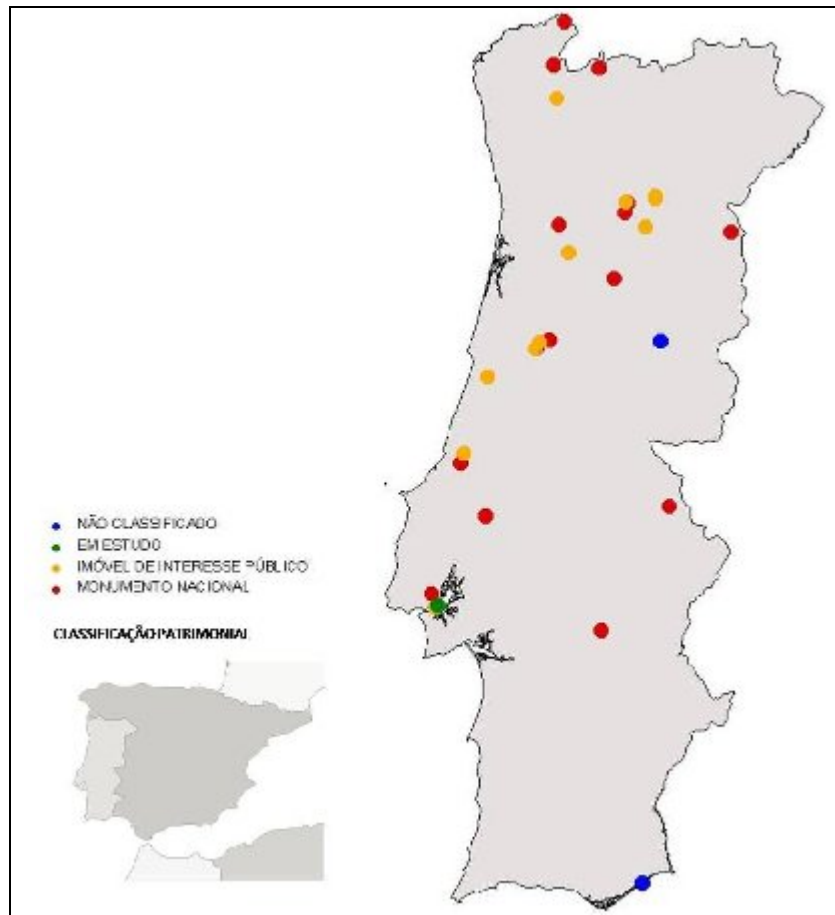
7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

PROTECÇÃO	ANO	ZEP	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	GÉNERO
UNESCO				
PATRIMÓNIO MUNDIAL	1998	sim	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	M
M N				
MONUMENTO NACIONAL	1910/77	-	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	M
	1977	-	Mosteiro de Santa Maria do Ermelo	M
	1950	sim	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	M
	1910	sim	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	F
	1997	sim	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	M
	1956/78/98/99	sim	Mosteiro de São João de Tarouca	M
	1932	-	Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	M
	2002	-	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	M
	1910	sim	Mosteiro de São Mamede de Lervão	F
	1910	sim	Mosteiro de Santa Maria de Celas	F
	1907/10	sim	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	M
	1910	sim	Mosteiro de São Dinis de Odivelas	F
	1920	-	Mosteiro de Santa Maria de Almoester	F
	1910/40/43/48	sim	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	F
	1922	sim	Mosteiro de São Bento de Cástris	F
I I P				
IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO	2010	sim	Mosteiro de São Cristóvão de Lafões	M
	1958	sim	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	M
	1955	sim	Mosteiro de São Pedro das Águias (o velho)	M
	1978	-	Mosteiro de São Pedro das Águias (o novo)	M
	1971	-	Abadia Velha de Salzedas	M
	1971	-	Mosteiro de N. Senhora da Assunção de Tabosa	F
	2001	-	Mosteiro de São Paulo de Almaziva	M
	1971	sim	Colégio do Espírito Santo	M
	1998	-	Mosteiro de Santa Maria de Seiça	M
	1946	-	Mosteiro de Santa Maria de Cós	F
	1996	sim	Mosteiro de N. Senhora da Nazaré do Mocambo	F
E E				
EM ESTUDO	-	-	Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro	M
N C				
NÃO CLASSIFICADO	-	-	Mosteiro de N. Senhora da Piedade de Tavira	F
	-	-	Mosteiro de Santa Maria da Estrela	M

557

ZEP: Zona Especial de Protecção

Esq. 103 Mosteiros cistercienses portugueses: tipo de protecção (síntese e esquema elaborado pela autora)



Esq. 104 Mosteiros cistercienses portugueses: tipo de classificação patrimonial (síntese e esquema elaborado pela autora)

A Lei nº107/2001 estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural tendo sido publicada no Diário da República nº 209 SÉRIE I-A de 8 de Setembro de 2001.

Segundo a alínea nº 2 do artigo nº 15 “Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.”

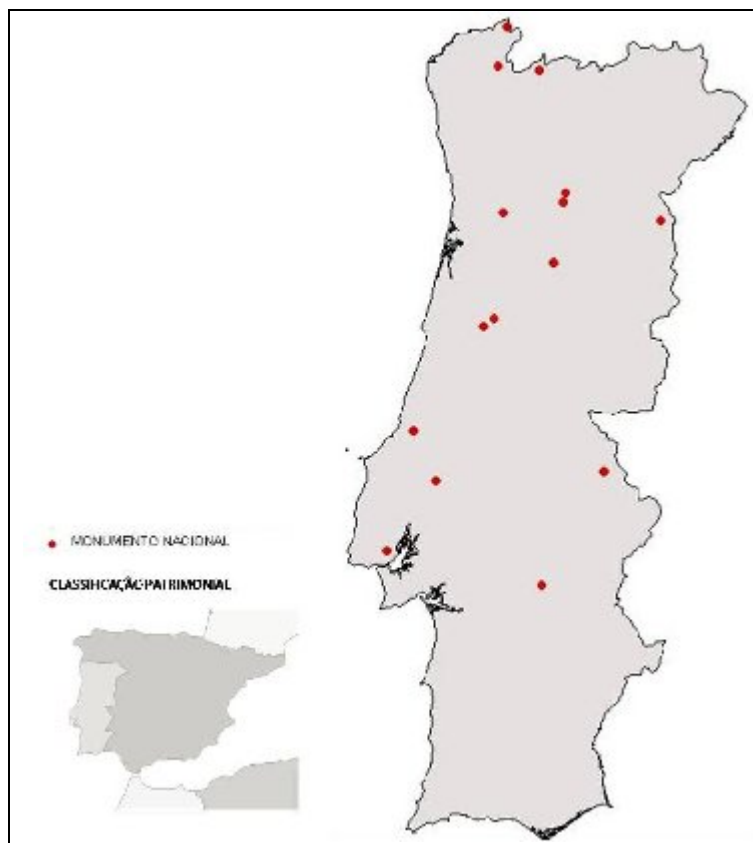
Deste modo os Mosteiros Cistercienses portugueses, tanto femininos como masculinos encontram-se classificados ou em vias de classificação (Esq. 104) segundo as seguintes figuras legais no âmbito do panorama legislativo português:

I.

Monumento Nacional (MN)

Corresponde a um bem que se considera de interesse nacional uma vez que a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, representa um “*valor cultural de significado para a Nação*”⁴⁷.

São Monumentos Nacionais os Mosteiros de Santa Maria de Fiães, Santa Maria do Ermelo, Santa Maria das Júnias, S. Pedro e S. Paulo de Arouca, Santa Maria de Salzedas, S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Maceira Dão, S. Mamede do Lorvão, Santa Maria de Celas, Santa Maria de Alcobaça, S. Dinis de Odivelas, Santa Maria de Almoester, S. Bernardo de Portalegre e S. Bento de Cástris (Esq. 105).



Esq. 105 Mosteiros cistercienses portugueses classificados como Monumento Nacional (síntese e esquema elaborado pela autora)

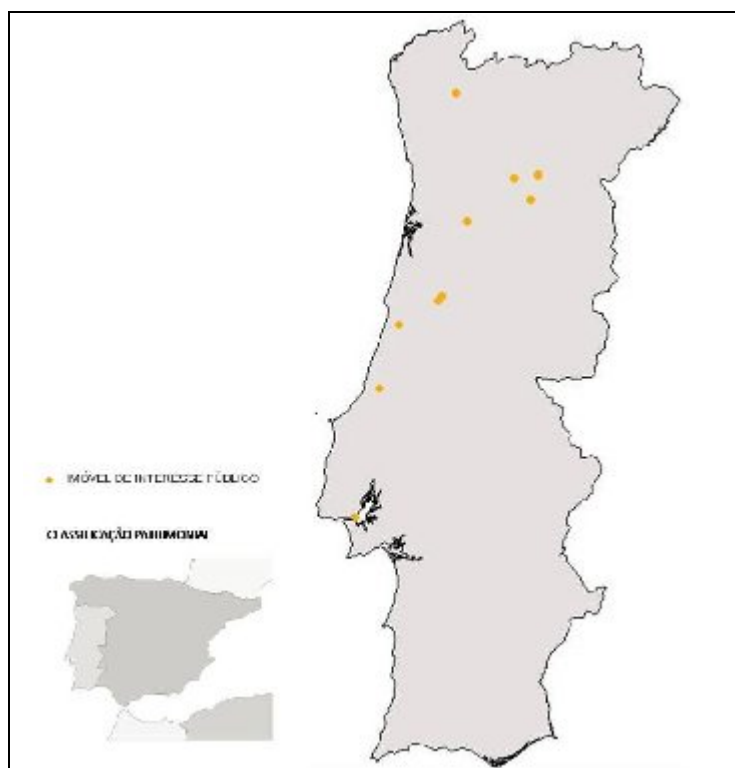
⁴⁷ Alínea 4 do artigo nº 15 da Lei nº107/2001 (DR. nº 209 SÉRIE I-A de 8 de Setembro de 2001) que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

II.

Imóvel de Interesse Público (IIP)

Corresponde a um bem que se considera de interesse público uma vez que a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, representa *"ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado"*.⁴⁸

São imóveis de Interesse Público os mosteiros de São Cristóvão de Lafões, Santa Maria do Bouro, São Pedro das Águias (o velho), São Pedro das Águias (o novo), Nossa Senhora da Assunção de Taboasa, São Paulo de Almaziva, Santa Maria de Seixa, Santa Maria de Cós, Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, Abadia Velha de Salzedas e Colégio do Espírito Santo (Esq. 106).



Esq. 106 Mosteiros cistercienses portugueses classificados como Imóvel de Interesse Público (síntese e esquema elaborado pela autora)

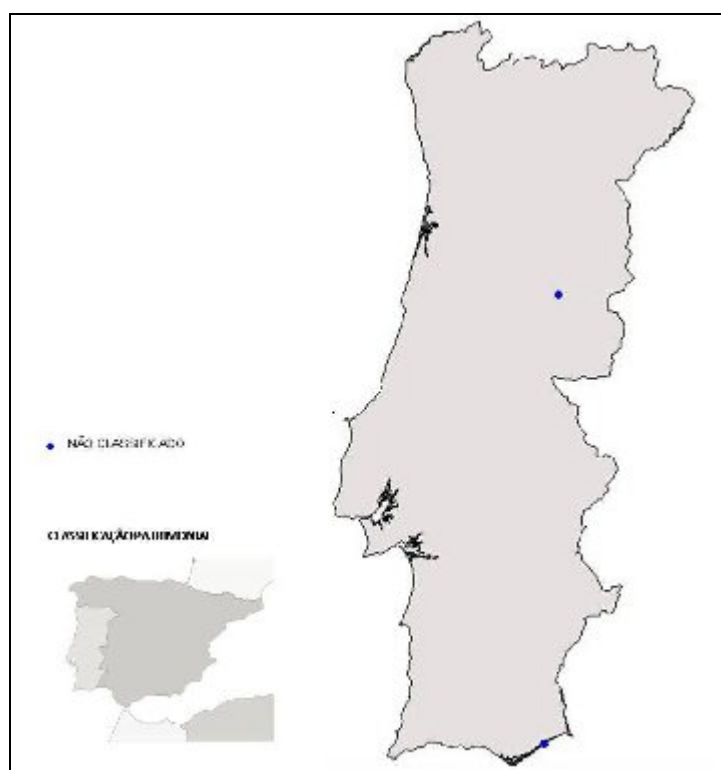
⁴⁸ Alínea 5 do artigo nº 15 da Lei nº107/2001 (DR. nº 209 SÉRIE I-A de 8 de Setembro de 2001) que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

III.

Não Classificado (NC)

Corresponde a um bem que não se encontra sob a protecção do Instituto de Gestão do Património, sendo no entanto passível de o vir a ser desde que seja aberto e iniciado o seu processo de classificação.

Pertencem a este tipo os Mosteiros de Santa Maria da Estrela e o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (Esq. 107).



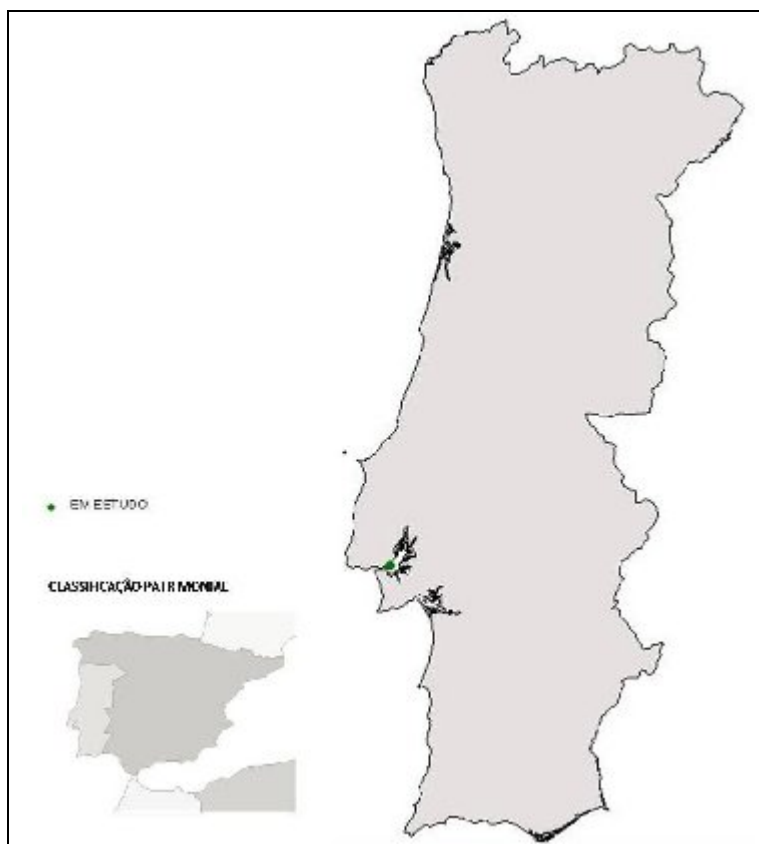
Esq. 107 Mosteiros cistercienses portugueses não classificados (síntese e esquema elaborado pela autora)

IV.

Em Estudo (EE)

Corresponde a um bem cuja classificação se encontra em apreciação e em estudo pelo IGESPAR tendo em vista uma apreciação fundamentada sobre o seu valor artístico, cultural e histórico.

Em estudo encontra-se apenas o Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (Esq. 108).



Esq. 108 Mosteiros cistercienses portugueses em estudo (síntese e esquema elaborado pela autora)

De facto os imóveis, conjuntos ou sítios classificados bem como os imóveis em vias de classificação possuem uma ZEP (Zona Especial de Protecção) que é estabelecida pela entidade detentora da gestão e administração do património cultural, que neste momento é o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), tendo sempre o acordo das autarquias locais (Fig. 376).

O perímetro das ZEP's é definido através da delineação do traçado das curvas de nível do terreno onde o imóvel se implanta ou é estabelecido através de elementos referenciais da própria paisagem como as linhas de água, cumeadas entre outros (Fig. 377 a 379). Como referem Ana Figueiredo e Maria Helena Ribeiro dos Santos:

"Pensa-se hoje que a classificação não se esgota no próprio objecto classificado, mas que, de alguma maneira, se expande e abrange a área envolvente, ou seja, a salvaguarda do imóvel passou a incluir a avaliação e protecção da sua relação com a envolvente, a preservação do seu contexto e do ambiente local. Nasceu assim o conceito de 'zona de protecção', actualmente uma faixa de 50 metros como mínimo legal, mas que pode abranger zonas mais vas-

*tas, e englobar vários imóveis classificados. No âmbito da delimitação das 'zonas especiais de protecção' – comumente denominadas ZEP – foi usual definir zonas 'non aedificandi', as quais tinham como objectivo último isolar o imóvel como forma de reforçar e pôr em evidência o seu carácter excepcional, destacando-o de qualquer proximidade construída, e impedindo que qualquer urbanização futura pudesse vir a prejudicar esta sua leitura."*⁴⁹

As ZEP's permitiram gerir o espaço circundante dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação de modo a garantir a coerência e a qualidade de construção nova em redor ou mesmo adjacente a um imóvel classificado (Esq. 109).

A lei nº 13/85 publicada em Diário da República em 6 de Julho de 1985 é considerada a primeira lei que realmente legisla sobre o Património Português e é também esta lei que implementa as zonas de protecção dos edifícios e monumentos portugueses considerados património, como atesta o artigo nº22:

"1 - Os imóveis classificados pelo Ministério da Cultura dispõem sempre de uma zona especial de protecção.

2 - Deverá ser fixada uma zona especial de protecção, em prazos a estabelecer pelo Ministério da Cultura, sob proposta do IPPC, com audição das autarquias, nela podendo incluir-se uma zona non aedificandi em todos os casos, salvo naqueles cujo enquadramento fique perfeitamente salvaguardado com a zona de protecção tipo.

*3 - Enquanto não for fixada uma zona especial de protecção, os imóveis classificados beneficiarão de uma zona de protecção de 50 m, contados a partir dos limites exteriores do imóvel."*⁵⁰

Mais tarde surge a lei nº 107/01 publicada em Diário da República em 8 de Setembro de 2001 que é de facto a lei de bases do Património Cultural Português e que abrange a figura da ZEP relacionando o imóvel com a envolvente como atesta o artigo nº 43:

"1 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.

2 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de protecção, a fixar por portaria do órgão

⁴⁹ FIGUEIREDO, Ana e Maria Helena Ribeiro dos Santos; **Intervenção em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados** in "Estudos/Património"; nº 2; Publicação semestral do IPPAR – Instituto Português do Património Architectónico; 2002; p. 109

⁵⁰ Artigo nº22 da lei nº 13/85 publicada em Diário da República 6 de Julho de 1985.

competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar.

3 - Nas zonas especiais de protecção podem incluir-se zonas non aedificandi.

4 - As zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

5 - Excluem-se do preceituado pelo número anterior as obras de mera alteração no interior de imóveis."⁵¹

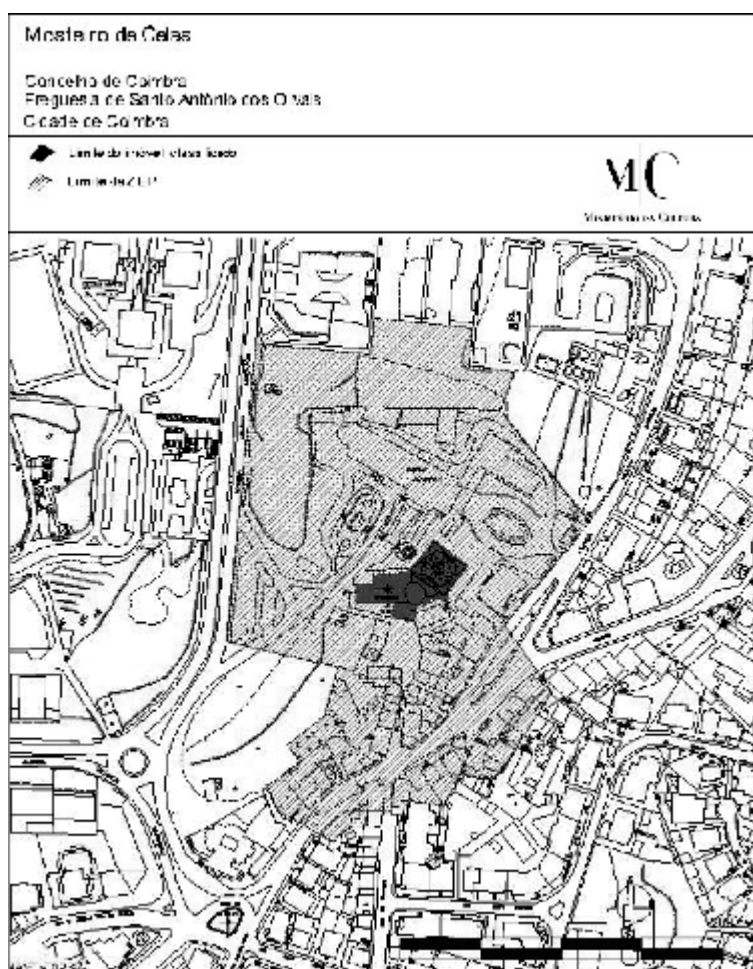


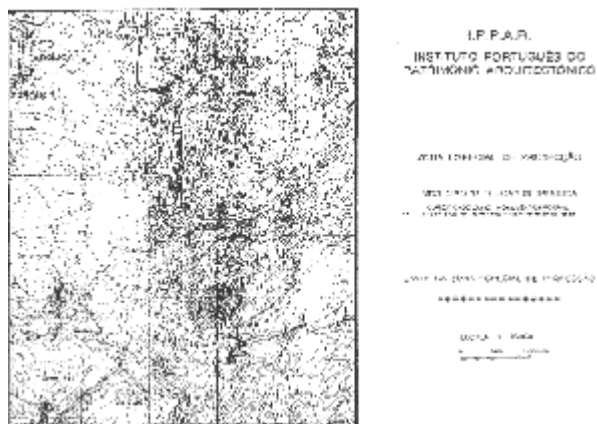
Fig. 376 ZEP do Mosteiro de Celas, publicada em DR em Janeiro de 2011 (fonte Diário da República nº11 de 17 de Janeiro de 2011)

⁵¹ Artigo nº43 da lei nº 107/01 publicada em Diário da República em 8 de Setembro de 2001

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



a



b



c



d



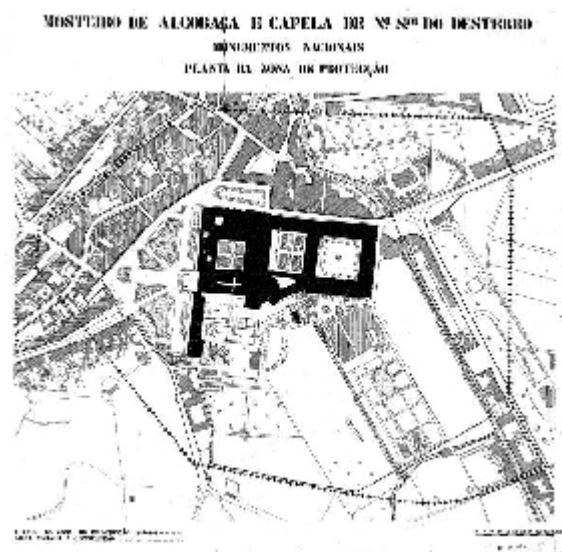
e



f

Fig. 377 Zonas Especiais de Protecção (ZEP): (a) Mosteiro de Santa Maria do Bouro; (b) Mosteiro de S. João de Tarouca; (c) Mosteiro de Santa Maria das Júnias; (d) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (e) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (f) Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (arquivo IPPAR/IGESPAR)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



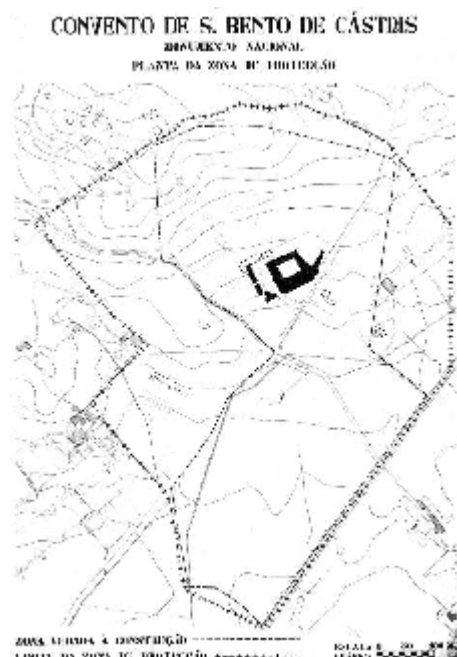
a



b



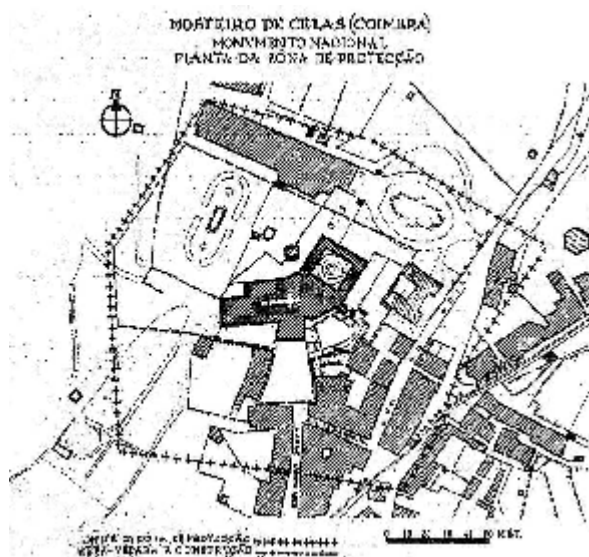
c



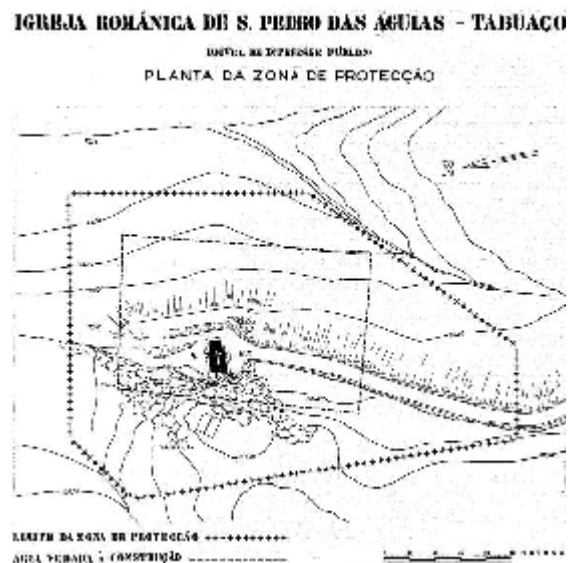
d

Fig. 378 Zonas de Protecção (ZP): (a) Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; (b) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão; (c) Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca; (d) Mosteiro de S. Bento de Cástris (arquivo DGEMN/IHRU)

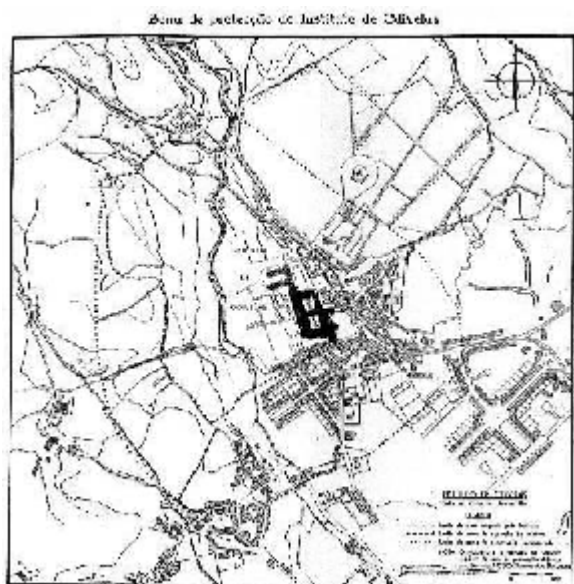
7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



e



f



g



h

Fig. 379 Zonas de Protecção (ZP): (e) Mosteiro de Santa Maria de Celas; (f) Mosteiro de S. Pedro das Águas, o Velho; (g) Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; (h) Rua da Sofia abrangendo o Colégio do Espírito Santo (arquivo DGEMN/IHRU)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO (ano)	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	GÉNERO	PROTECÇÃO
2008	Mosteiro de Santa Maria das Júnias	M	MN
1960	Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca	F	MN
2009	Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	M	MN
1999	Mosteiro de São João de Tarouca	M	MN
1954	Mosteiro de São Pedro das Águias (o velho)	F	MN
1960	Mosteiro de São Mamede de Lorvão	F	MN
1960/2011	Mosteiro de Santa Maria de Celas	M	MN
1957	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	F	MN
1957/62	Mosteiro de São Dinis de Odivelas	F	MN
1957	Mosteiro de São Bernardo de Portalegre	F	MN
1962	Mosteiro de São Bento de Cástris	M	MN
2010	Mosteiro de São Cristovão de Lafões	M	IIP
2005	Mosteiro de Santa Maria do Bouro	M	IIP
1971	Colégio do Espírito Santo	M	IIP
1998	Mosteiro de Nossa senhora da Nazaré do Mocambo	F	IIP

Esq. 109 Esquema relativo às Zonas Especiais de Protecção dos mosteiros cistercienses portugueses (esquema e síntese da autora)

7.3.1. Programas Patrimoniais que abrangeram Mosteiros Cistercienses

Por ocasião dos 900 anos da Ordem de Cister, em 1998, muitos foram os eventos comemorativos. Em Portugal realizou-se o congresso internacional “Cister: Espaços, Territórios, Paisagem”⁵² de 16 a 20 de Junho, em Alcobaça, promovido pelo então IPPAR, do qual resultou a já referida Carta de Alcobaça.

De igual modo foi elaborado, pelo IPPAR, um estudo sumário sobre os vestígios cistercienses em Portugal que conformou o relatório preliminar “Itinerários de Cister”⁵³ produzido em Março de 1998. Este relatório foi fruto do protocolo com o mesmo nome celebrado entre o IPPAR e a então DGT (Direcção Geral de Turismo) sendo a equipa coordenada por Manuel Lacerda e o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Estudos do IPPAR.

⁵² AA.VV.; **Cister: Espaços, Territórios, Paisagens**; MC, IPPAR; Lisboa; 2000

⁵³ **Itinerários de Cister, Relatório Preliminar**; 2 vols; Dep de Estudos do IPPAR; Março 1998

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Também em 1998 a FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) através do grupo de investigação GEHVID, com a coordenação de Frei Geraldo Coelho Dias, realizou a publicação "Cister no Vale do Douro"⁵⁴.

Muito se falou e especulou sobre o Património Cisterciense, sobretudo no que respeita a reabilitação deste Património. Foi no rescaldo deste acontecimento cultural que surgiu a vontade de realizar esta tese com particular interesse pelo legado cisterciense e sua reabilitação assim como a sua inserção no território.

Porém, depressa foi perceptível que passada a emoção do momento as instituições ligadas à gestão do Património em Portugal, IPPAR e DGEMN, lentamente foram reduzindo a sua intenção de reabilitação do edificado cisterciense. Contudo muito se fez no que respeita às intervenções em curso no edificado cisterciense.

Deste modo o programa "Itinerários de Cister" foi extinto e com a transformação do IPPAR em IGESPAR, como já foi referido, o interesse pelo património cisterciense português transita para um novo programa intitulado "Conjuntos Monásticos" de carácter mais abrangente e não direccionado para uma única Ordem Monástica como eram os "Itinerários de Cister".

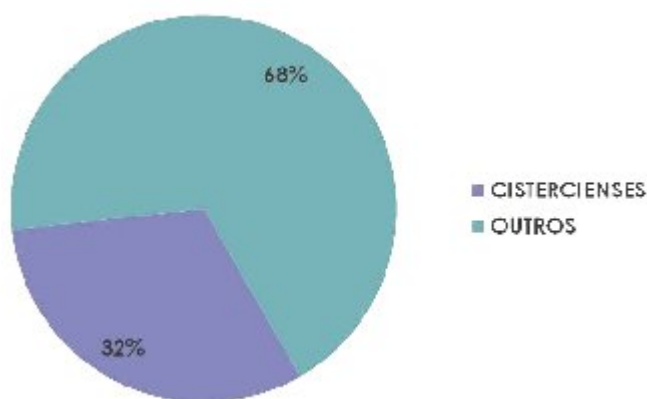
Os conjuntos monásticos afectos ao IPPAR que pertencem ao programa "Conjuntos Monásticos" são: Mosteiro de Vilar de Frades, Mosteiro de Pombeiro, Mosteiro de Tibães, Mosteiro de Rendufe, Mosteiro de São Pedro de Cete, Mosteiro de Grijó, Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, Mosteiro de S. João de Tarouca, Mosteiro de Ferreirim, Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, Mosteiro do Lorvão, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro de Santa Clara-a-velha, Mosteiro de santa Maria de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Convento de Cristo, Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Mosteiro dos Jerónimos, Mosteiro de Flor da Rosa.⁵⁵

Desta forma, o novo programa "Conjuntos Monásticos" apenas abrangia os seguintes seis Mosteiros Cistercienses: S. Pedro e S. Paulo de Arouca, S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, S. Mamede de Lorvão, Santa Maria de Alcobaça e Santa Maria de Almoester (Graf. 34).

No entanto, na perspectiva deste programa, Cister correspondia a cerca da terça parte dos mosteiros abrangidos correspondendo a 32% da totalidade dos mosteiros à qual se opunha uma percentagem de 68% relativa aos mosteiros de outras Ordens.

⁵⁴ AA.VV.; **Cister no Vale do Douro**; GEHVID; Ed Afrontamento; 1999

⁵⁵ CALADO, Luís Ferreira, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite; **O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos**. in "Estudos/Património"; nº 2; Publicação semestral do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico; 2002; p. 5



Graf. 34 Mosteiros cistercienses portugueses abrangidos pelo programa "Conjuntos monásticos". (síntese e esquema elaborado pela autora)

Parte dos mosteiros abrangidos pelo programa "Conjuntos Monásticos" são Património da Humanidade (Jerónimos, Batalha, Alcobaça, Convento de Cristo) pelo que referem Calado, Pereira e Leite:

"Estas peças constituem referências centrais da cultura portuguesa e o seu estado de conservação não é de todo problemático, pese embora os necessários trabalhos de manutenção e, para alguns dos casos, as obras de requalificação dos espaços que foram efectuadas ou se encontram em curso, incluindo neste caso os sistemas de acolhimento para visitantes (guardaria, recepção, loja, instalações sanitárias) em constante melhoramento – ou em pura e simples instalação nos casos em que não existam ainda. (...) Pode dizer-se que nestes casos as obras jamais param, bem como o movimento permanente induzido pelos próprios objectos patrimoniais, uma vez que são dos monumentos mais visitados do país (...)." ⁵⁶

No entanto os restantes conjuntos monásticos abrangidos por este programa são de dimensão mais modesta e pouco visitados por inúmeras razões das quais se destacam o facto de alguns se encontrarem deslocados dos tradicionais circuitos de visita de turismo cultural ou religioso; outros encontram-se em meio rural e/ou de difícil acesso e ainda outros são considerados menores (o que de facto não corresponde à verdade pois muitos encerram no seu interior um valioso e sofisticado espólio). ⁵⁷

Referem também Calado, Pereira e Leite:

"Quanto à inserção regional, o IPPAR procurou conjugar os imperativos patrimoniais (ou seja, os que decorrem da necessidade incontornável de obras de recuperação ou resgate) com a distribuição

⁵⁶ CALADO, Luís Ferreira, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite; **Op. cit.**; p. 6

⁵⁷ Idem; p. 6

de investimento em termos regionais, tendo em conta equilíbrios que visam dar resposta à consolidação de recursos patrimoniais das regiões, embora de valor amplamente nacional ou mesmo europeu. Podemos assim constatar que, na Região Norte, decorrem as seguintes intervenções: Mosteiro de Vilar de Frades; Mosteiro de Pombeiro; Mosteiro de Tibães; Mosteiro de Rendufe; Mosteiro de São Pedro de Cete; Mosteiro de Grijó e Mosteiro de Arouca. Na Região Centro e interior da Beira Alta, verificamos investimentos no Mosteiro de Tarouca, Mosteiro de Ferreirim, Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, Mosteiro de Lorvão, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro da Batalha e no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Na Região de Lisboa e Estremadura constata-se investimentos no Mosteiro de Alcobaça, Convento de Cristo, Mosteiro de Almoester e no Mosteiro dos Jerónimos. Para o Alentejo é objecto de intervenção nesta fase apenas o Mosteiro de Flor da Rosa"⁵⁸ e ainda "Por sua vez, o património monástico permite uma articulação extremamente eficaz com o universo do turismo cultural, tendo em conta a definição de "cachos" ou zonas de implantação de acessível identificação e a necessidade de desenvolver nos exemplos considerados mais críticos ou prioritários, acções de valorização que permitam a indução desses conjuntos patrimoniais no universo dos novos conceitos de exploração turística." ⁵⁹

Deste modo surgem critérios objectivos de intervenção nos conjuntos monásticos que se distribuem por três grandes eixos:

Eixo I.

Intervenções;

Eixo II.

Operações de Salvamento e Restauro;

Eixo III.

Estabelecimento de "Redes" de Monumentos.

Destaca-se particularmente o primeiro eixo que tal como referem Calado, Pereira e Leite:

"Compreendem a valorização de grandes conjuntos monásticos carenciados de uma intervenção global. Trata-se, em concreto, de assegurar uma intervenção que conduza à recuperação total das áreas vitais dos monumentos (incluindo as respectivas cercas sempre que tal for possível, os monumentos nucleares, mas também o património difuso e as envolventes rurais ou urbanas). A nova operatividade destes programas estender-se-á ao restauro do património

⁵⁸ CALADO, Luís Ferreira, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite; **Op. ci**; pp. 6-7

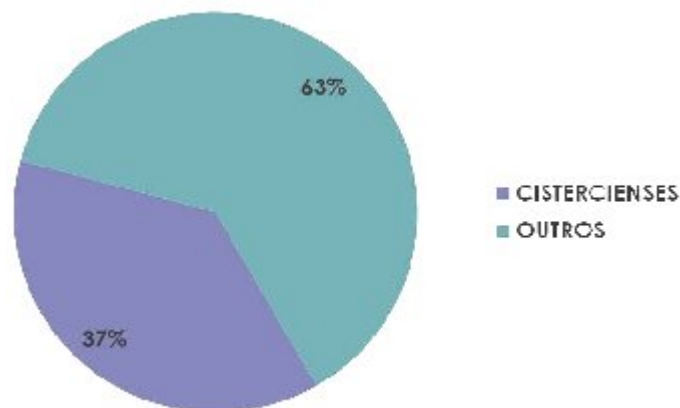
⁵⁹ Idem; p. 16

*integrado, bem como à instalação de sinalética, acolhimento do público e divulgação."*⁶⁰

Desta forma foram intervencionados os seguintes mosteiros:

- I.
Mosteiro de Pombeiro;
- II.
Mosteiro de Tarouca;
- III.
Mosteiro de Grijó;
- IV.
Mosteiro de Rendufe;
- V.
Igreja e Mosteiro de Vilar de Frades;
- VI.
Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra;
- VII.
Mosteiro de Arouca;
- VIII.
Mosteiro de Lorvão.

572



Graf. 35 Mosteiros cistercienses portugueses intervencionados no âmbito do programa "Conjuntos monásticos". (síntese e esquema elaborado pela autora)

A percentagem de mosteiros cistercienses intervencionados (37%) mantém-se proporcional à percentagem de mosteiros cistercienses englobados por este programa que antes se referira (32%) contra 63% de edifícios monásticos de outras Ordens (e que no programa correspondiam a uma percentagem de 68%). (Graf. 35)

⁶⁰ CALADO, Luís Ferreira, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite; **Op. cit.**; p. 17

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

No que respeita directamente ao património cisterciense, no âmbito deste programa, nada se contemplou relativamente ao segundo eixo (operações de salvamento e de restauro).

Porém, no que respeita ao terceiro eixo, relativamente ao estabelecimento de “Redes” de monumentos salienta-se que se trata de:

*“(…) garantir a ‘sustentabilidade’ para as intervenções já efectuadas com um acréscimo de qualidade. A sustentabilidade das intervenções acima referenciadas é mais facilmente perceptível se se relacionarem os monumentos a candidatar ao QCA III entre si, e com outros que decorrem das intervenções correntes ou que já foram objecto de grandes trabalhos de recuperação, conservação e valorização.”*⁶¹

Assim surgem essencialmente duas “Redes” significativas:

I.

Triângulo Beneditino⁶²

Constituído pelos Mosteiros Beneditinos de Rendufe, Pombeiro e Tibães, sendo este último a casa-mãe dos Beneditinos em Portugal.

II.

Património de Cister⁶³

Constituído pelos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, S. Pedro e S. Paulo de Arouca, S. João de Tarouca e S. Mamede de Lorvão.

No entanto algum tempo depois, por força dos encargos e da situação económica vivida, também este programa “Conjuntos Monásticos” foi forçado a cessar sendo substituído pelo programa “Mosteiros Portugueses Património da Humanidade”.

573

7.3.2. Património Mundial da Unesco - Mosteiro de Alcobaça

O Mosteiro de Alcobaça integra a Lista do Património Mundial da UNESCO desde Dezembro de 1989 (13ª Sessão do Comité do Património Mundial que decorreu em Paris).

Este processo teve início por proposta do ICOMOS, em Abril de 1989, tendo como base os critérios de classificação I e IV. Ou seja, teve por base o facto de “representar uma obra-prima do génio criador humano”⁶⁴ (Critério I) o que se justifica pelos seguintes motivos:

⁶¹ CALADO, Luís Ferreira, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite; **Op. cit.**; p. 18

⁶² Idem; pp. 18-19

⁶³ Ibidem; pp. 18-19

⁶⁴ **Orientação Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial** (tradução Francisco Agarez – 2005 e actualização Cíntia Pereira de Sousa -2008); Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Centro do Património Mundial; Edição IGESPAR e Comissão Nacional da UNESCO – Portugal; Lisboa 2010; p.28

1. Grandeza das suas dimensões.
2. Pureza e luminosidade arquitectónicas.
3. Beleza do material.
4. Rigor na execução.
5. Obra-prima da arte gótica cisterciense.
6. Testemunho da estética e do ideal ascético que caracteriza as primeiras construções da Ordem de Cister.
7. Túmulos de D. Pedro e de D. Inês - consideradas das mais belas esculturas funerárias góticas.



Fig. 380 Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, acesso à Sala do Capítulo, Parlatório, Dormitório, Sala dos Monges e ao fundo porta da Cozinha do século XVIII. (fotografia da autora)

Mas também por “representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana”⁶⁵ (Critério IV) o que se justifica ao apresentar um conjunto único de infra-estruturas hidráulicas e de edifícios monásticos funcionais medievais tais como o Claustro do Silên-

⁶⁵ **Orientação Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial** (tradução Francisco Agarez – 2005 e actualização Cíntia Pereira de Sousa -2008); Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Centro do Património Mundial; Edição IGESPAR e Comissão Nacional da UNESCO – Portugal; Lisboa 2010; p.28

cio, a Sala do Capítulo, o Parlatório, o Dormitório, a Sala dos Monges, o Refeitório e a Cozinha, essa já do Século XVIII (Fig. 380).

7.3.3. Candidaturas QREN / Programa Estratégico: Rota dos Mosteiros Património Mundial da Humanidade

Foi apresentada uma candidatura ao Programa Operacional Regional Centro, Eixo 2, "Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos" na área de intervenção designada por "Política das Cidades – redes urbanas para a competitividade e inovação", como parceiro - beneficiário.

A candidatura foi apresentada pelo Município de Tomar (Convento de Cristo), associando, também, para além do IGESPAR, como parceiros, os Municípios de Alcobaça (Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça), Batalha (Mosteiro da Batalha) e Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos). De igual modo, são entidades parceiras do Programa, a Direcção Geral das Artes e o Instituto dos Museus e da Conservação.

A Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade constitui um dos eixos do Programa Estratégico "Mosteiros Portugueses Património da Humanidade" ao "Mais Centro: Instrumento da Política das Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, Eixo Prioritário II" - "Desenvolvimento das Cidades e dos Sistema Urbanos", Rede de Cidades dos Grandes Mosteiros Portugueses Património da Humanidade.

O Programa Estratégico apresenta os seguintes seis Eixos-base:

1.
Identidade,
2.
Atractividade,
3.
Receptividade,
4.
Interactividade,
5.
Visibilidade,
6.
Continuidade/Qualidade.

Por sua vez o plano estratégico subdivide-se em nove Linhas de Intervenção:

1.
Qualificação dos espaços públicos simbólicos,

2. Promoção de eventos emblemáticos e animação das cidades como pólos culturais,
3. Vivificação do Património e Qualificação dos equipamentos culturais,
4. Criação de Roteiros de Visita e Interpretação do Território,
5. Recepção de Visitantes,
6. Qualificação dos Serviços Turísticos,
7. Plataforma digital turística da rede de cidades,
8. Marketing, promoção e comunicação,
9. Missão Mosteiros de Portugal Património da Humanidade de cooperação inter-urbana.

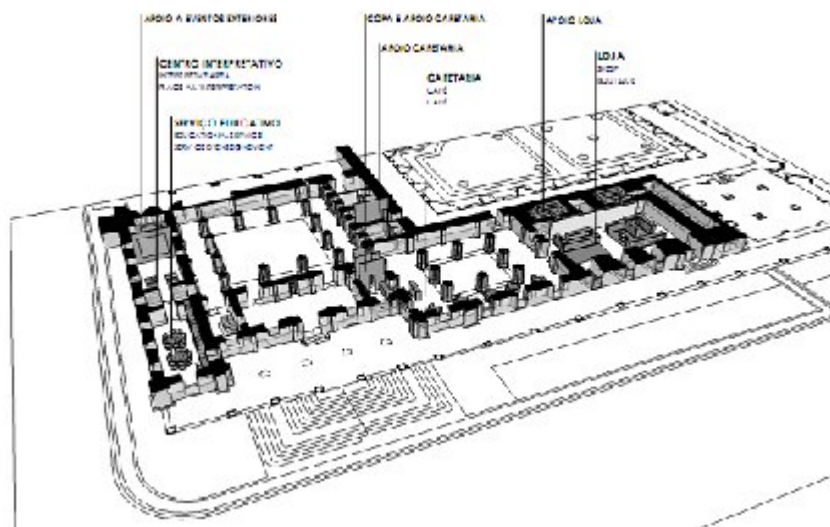


Fig. 381 Nova proposta de utilização para os Claustros da Portaria e da Hospedaria do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, no âmbito da "Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro", contemplando novos espaços expositivos, de apoio e de acolhimento (fonte: C. M. Alcobaça/IGESPAR)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Nesta candidatura o IGESPAR apresenta-se como parceiro líder de três tipos de projectos:

1.
Programação cultural anual das cidades em rede tendo como suporte físico os Mosteiros;
2.
Criação de programas de visita, produção de conteúdos de interpretação;
3.
Realização de encontros anuais científicos em cada Mosteiro.

Complementarmente o IGESPAR candidatou, no âmbito do QREN, ao Programa Operacional Regional do Centro, Eixo Prioritário III, Consolidação e Qualificação dos espaços sub-regionais, Regulamento Específico - Património Cultural, o projecto "Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro", abrangendo os quatro grandes conjuntos monásticos dependentes do IGESPAR:

1.
Mosteiro de Alcobaça,
2.
Convento de Cristo,
3.
Mosteiro da Batalha
4.
Mosteiro dos Jerónimos

577

Tal facto traduz-se a melhoria global das condições de recepção e utilização, conservação, prevenção de riscos e segurança assim como espaços de interpretação, remodelação de instalações sanitárias, lojas, recepções, restaurante, iluminação cenográfica, extensão de circuitos de visita, recuperação de coberturas e fachadas, conservação de esculturas (Fig. 381).

As linhas de força deste Programa Estratégico, assentam deste modo nos quatro grandes conjuntos monásticos sob a alçada do IGESPAR que de igual modo se encontram inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO. Consequentemente as linhas de força referidas consistem em:

- "1. Criação da uma Marca de referência Internacional destinada a reforçar a atractividade de Portugal, suportada pelo seu património icónico e espaços urbanos qualificados e a promover a dinamização sócio económica da região.*

2. *Potenciação do Património da Humanidade como factor de competitividade Nacional, estabelecendo um novo paradigma de cooperação interurbana solidária em Portugal alicerçada no arco patrimonial Alcobaça – Batalha - Tomar.*" ⁶⁶ (Fig. 382)



Fig. 382 Imagem relativa à "Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro" (fonte: C. M. Alcobaça)

578

- "3. *Promoção de redes de cooperação entre estas cidades vizinhas, permitindo assegurar massa crítica e estruturar os sistemas urbanos, recorrendo nomeadamente a constituição de parcerias publico-privadas e a cooperação entre o Estado e autarquias na valorização e qualificação dos centros urbanos.*
4. *Estruturação do touring cultural e paisagístico e a mobilização de parcerias sólidas para a competitividade e inovação, integrando as autarquias locais, instituições do sistema tecnológico, científico e de formação, entidades privadas e suas associações, administração regional desconcentrada, agência de turismo regional, agentes culturais.*
5. *Valorização das competências sócio-culturais e a qualificação das competências profissionais.*" ⁶⁷ (Fig. 383 a 386)

⁶⁶ GALVÃO, Andreia; **Redes, rotas e parcerias estruturantes... o caso da rota dos mosteiros portugueses património da humanidade**; texto policopiado integrado no dossier facultado aquando o "Fórum Carta Europeia de Abadias e Sítios Cistercienses" que teve lugar no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça de 1 a 3 de Maio de 2009; Maio 2009; s/paginação.

⁶⁷ Idem.

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Fig. 383 Entrada do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fotografia da autora)

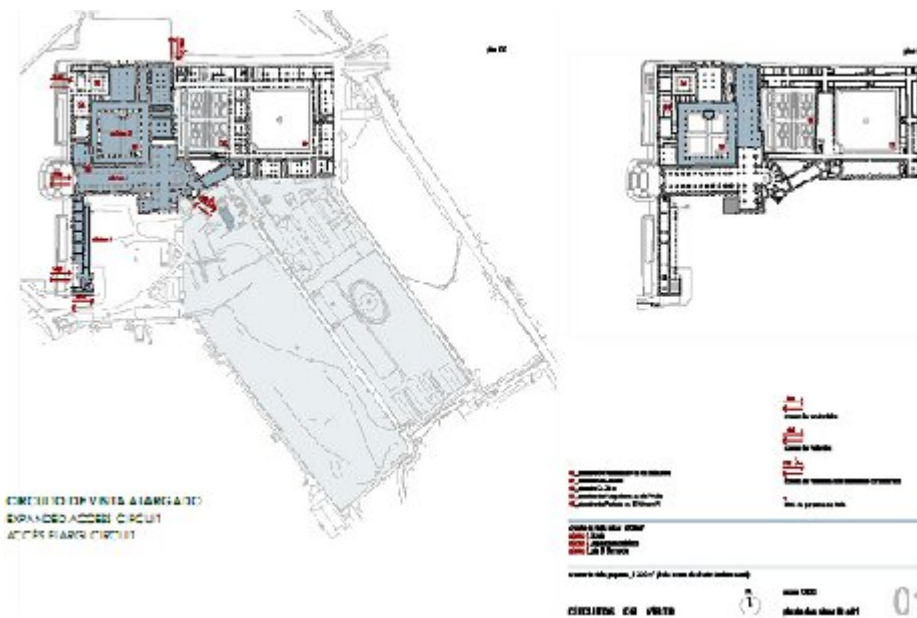


Fig. 384 Novo circuito de visita proposto para o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça no âmbito da "Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro" (fonte: C. M. Alcobaça/IGESPAR)

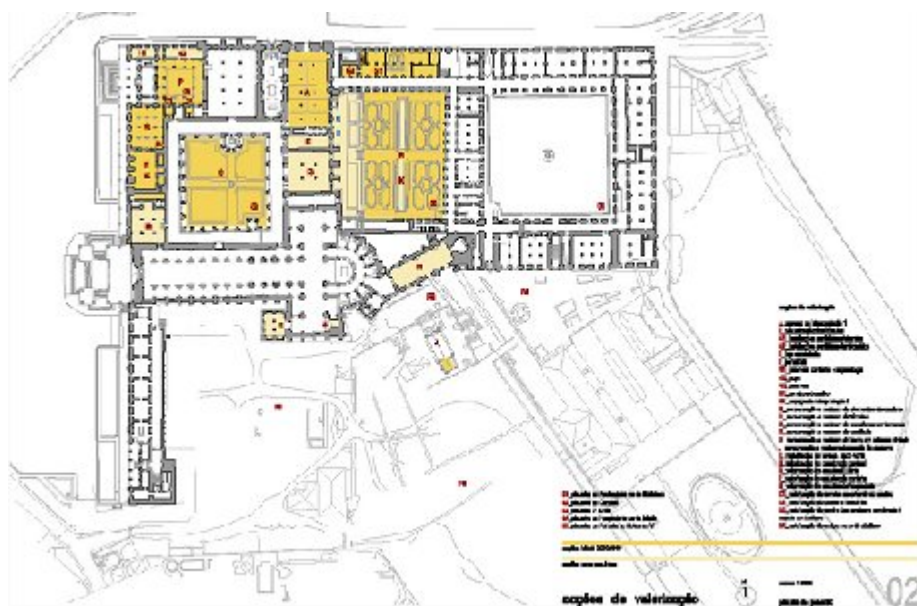


Fig. 385 Acções de valorização propostas para o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça no âmbito da "Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro" (fonte: C. M. Alcobaça/IGESPAR)

580

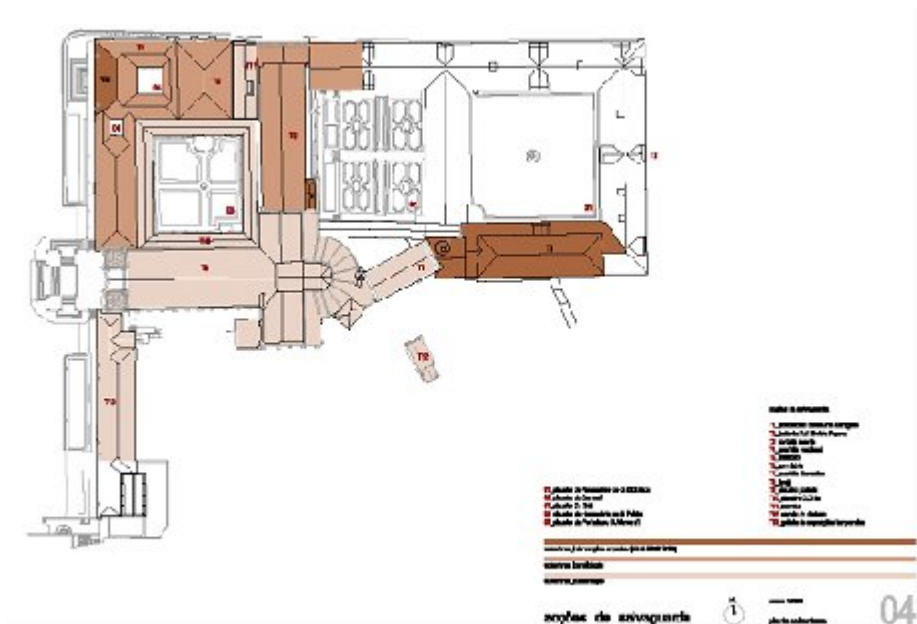


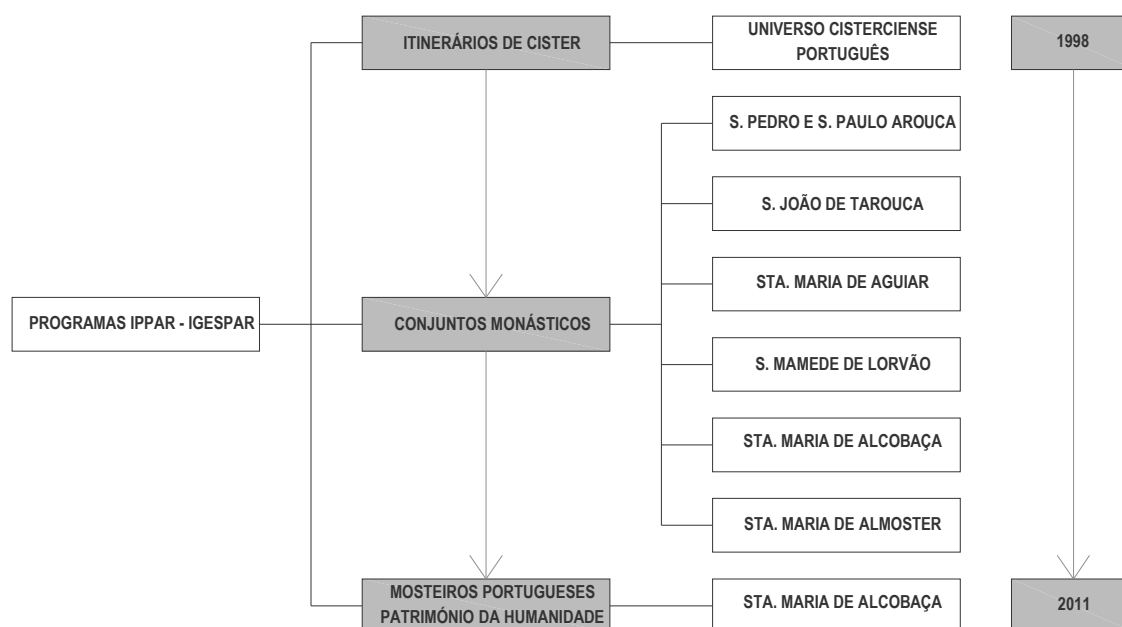
Fig. 386 Acções de valorização propostas para o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça no âmbito da “Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro” (fonte: C. M. Alcobaça/IGESPAR)

7.3.4. Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses / Rota Europeia das Abadias Cistercienses

No momento em que os grandes programas de intervenção no património cisterciense foram sendo deixados de parte a nível nacional surge um crescente interesse a nível europeu pelos exemplares desta ordem em Portugal (Esq.110).

De facto desde 1998 até à actualidade o património cisterciense português tentou a sua inserção num plano abrangente e transeuropeu.

Como foi referido anteriormente, no capítulo 1, em 1993 a *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* é materializada ao ser gerada pela necessidade de preencher um vazio no âmbito do interesse gerado pelo legado europeu da Ordem de Cister tanto no que respeita ao grande público como historiadores, estudiosos e apaixonados pela arte e arquitectura medievais sobretudo no que respeita ao âmbito de Cister.



Esq. 110 Mosteiros cistercienses abrangidos pelos diversos programas patrimoniais com início em 1998 através do IPPAR até à actualidade, ou seja 2011, através do IGESPAR (síntese e esquema elaborados pela autora)

Refere Léon Pressouyre no Preambulo dos Estatutos da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses que estes locais continuam a ser uma lição inscrita nas paisagens em que se inserem, nos bosques e nas pedras.⁶⁸

Refere também Andreia Galvão, relativamente aos mosteiros pertencentes à “Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade:

⁶⁸ Ver Estatutos da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses, anexo 9.2.3.

*"Se outrora a sua edificação obedeceu a critérios de territorialidade, estratégia e solidariedade, desde a origem das primeiras ordens religiosas e da consolidação das fronteiras da Europa, porque não potenciar estas moles como exemplos catalisadores da actualização desses valores em valores contemporâneos e fundamentais para à sustentabilidade da sociedade contemporânea como a eco-pedagogia, a sustentabilidade, a cidadania e a cooperação com as comunidades/inclusão e o desenvolvimento através da criação e oferta de serviços e produtos na perspectiva turístico-cultural?"*⁶⁹

Como foi referido anteriormente, Portugal já faz parte da *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* sendo representado pelos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Salzedas e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa.

A *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* tem o propósito de estabelecer uma ligação entre os proprietários, gestores ou animadores dos Sítios e Abadias Cistercienses abertos ao grande público e fazer-se representar junto das colectividades e administrações locais, regionais, nacionais e internacionais como está patente no artigo 1º dos seus estatutos.⁷⁰

A Assembleia-geral de 2009, da *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* teve lugar, fora de França pela primeira vez, na Abadia de Alcobaça, em Portugal, no dia 1 de Maio de 2009 e foram proferidas as seguintes palavras no antigo Refeitório do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (local onde decorreu a assembleia):

"Eis-nos reunidos num dos mais bonitos sítios deixados pela civilização cisterciense mas também numa das Abadias mais afastadas do berço borgonhês que viu nascer a Ordem cisterciense. Eis como isso é simbólico para a nossa Carta, que se quer portadora dos valores de um turismo cultural exemplar, e que se propõe desenvolver a sua acção à escala da Europa.

*É por isso que tenho primeiro a agradecer os nossos hóspedes de Alcobaça que organizaram este "Capítulo geral" com uma grande preocupação de acolhimento, à altura da reputação do património mundial que defendem com sucesso, fazendo de Alcobaça uma referência internacional. Estamos extremamente felizes e orgulhosos por realizar a nossa Assembleia Geral nos vossos veneráveis muros carregados de história."*⁷¹

⁶⁹ GALVÃO, Andreia; **Op. cit**

⁷⁰ Ver Estatutos da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses, anexo 9.2.3,

⁷¹ Discurso de abertura da Assembleia-geral de 2009, da *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses*,; texto policopiado integrado no dossier facultado aquando o "Fórum Carta Europeia de Abadias e Sítios

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Destaca-se que recentemente foi criada a APOC – Associação Portuguesa de Cister⁷² e entre os seus objectivos salientam-se os seguintes: promover, acompanhar e apoiar a restauração, em Portugal, da Ordem de Cister; estudar e divulgar a história da Ordem de Cister em Portugal; promover o estudo e restauro do património cultural português – imóvel, móvel e imaterial – legado pela Ordem de Cister.⁷³

Deste modo surge um rasgo de esperança face às Arquitecturas de Cister e ao Património cisterciense português. Salienta-se ainda, que já no final da redacção desta tese, a 10 de Dezembro de 2010, na Abadia de l'Escaladieu foi entregue a menção "Rota Cultural do Conselho da Europa"⁷⁴ à Rota Europeia das Abadias Cistercienses.(Fig. 387)

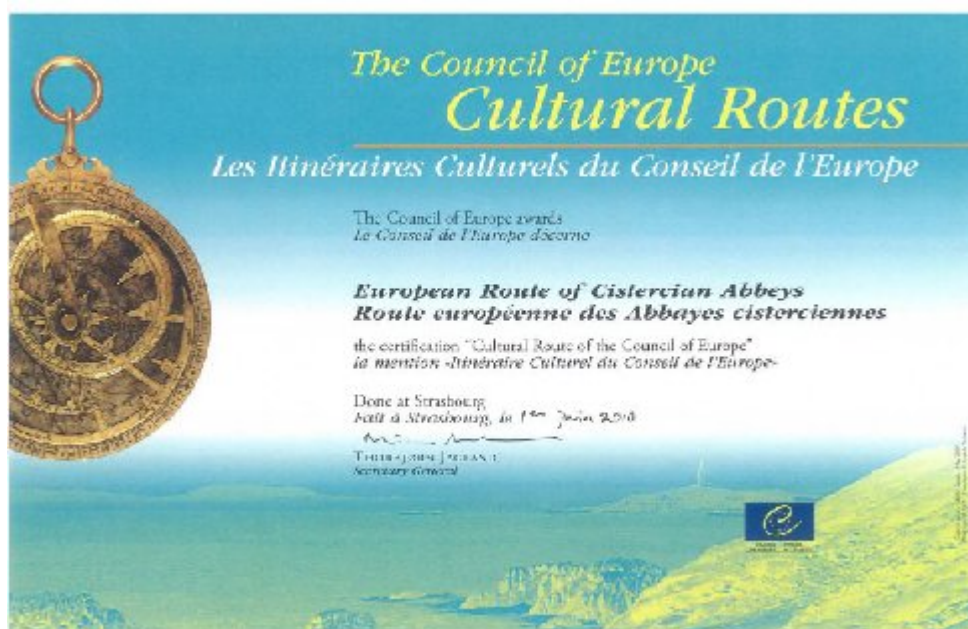


Fig. 387 Menção "Rota Europeia das Abadias Cistercienses" outorgada pelo Conselho da Europa (retirado da pagina web <http://www.culture-routes.lu> acedida no dia 27 de Março de 2011)

O principal objectivo da *Rota Europeia das Abadias Cistercienses* é a demonstração e comprovação da importância e significado do legado cisterciense. Esta Rota apresenta o trabalho de uma Ordem monástica que foi capaz de desenvolver o espaço e território europeus atendendo não só às particularidades regionais de cada implantação, em cuja nação se inseriam, mas também por ter sido capaz de criar um rasgo de familiaridade nas suas arquitecturas e um modelo de desenvolvimento arquitectónico e espacial, seja à

Cistercienses" que teve lugar no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça de 1 a 3 de Maio de 2009; Maio 2009; s/paginação.

⁷² Cfr. Anexo 9.2.4.

⁷³ Cfr. Artigo 2º dos **Estatutos da Associação Portuguesa de Cister** (APOC); texto policopiado; p.1

⁷⁴ Apesar de datada de 1 de Junho de 2010

pequena escala como os mosteiros, seja à grande escala como as granjas e a inserção estratégica no território (como foi o caso da consolidação da nacionalidade nos primórdios de Portugal). O legado Cisterciense constitui-se desta forma como marco de um património cultural europeu comum. Os países incluídos nesta Rota são: Bélgica, Republica Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Suécia e Suíça.⁷⁵(Fig. 388)



Fig. 388 Mapa dos Países incluídos na "Rota Europeia das Abadias Cistercienses" (retirado da página web <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/routes> acedida no dia 27 de Março de 2011)

A *Rota Europeia das Abadias Cistercienses* está apoiada nos sítios e abadias cistercienses que estão abertos ao público e que são membros da *Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses*.

Enquadrada no programa das *Rotas Culturais do Conselho da Europa*, a *Rota Europeia das Abadias Cistercienses*, tem como cerne primordial o desenvolvimento de várias acções de cooperação entre distintos domínios, tais como o turismo cultural, que revele a existência de vestígios materiais ou imateriais de um património comum. Para além do mais, este facto revela uma vontade, igualmente comum, na promoção da diversidade transeuropeia tanto no eixo este-oeste como no eixo norte-sul. Outro ponto importante é a representação de um modelo europeu de "ecologia cultural" no que se refere à ordenação dos territórios rurais, isto é, a organização das abadias inseridas no território e os seus espaços arquitectónicos, o desenvolvimento apoiado

⁷⁵ Cfr. **Dossier de Presse – Remise de la mention "Itinéraire Culturel du Conseil de l'Europe" à la Route européenne des abbayes cisterciennes**; Abbaye de l'Escaladieu; 10 décembre 2010 (acedido online no dia 27 de Março de 2011 em http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/routes/AbbayePress_fr.pdf)

nos recursos locais, como a hidráulica cisterciense ou as zonas florestais, os jardins e as paisagens. Não obstante, são igualmente importantes os encontros culturais, educativos e científicos. A Abadia de l'Escaladieu é a coordenadora da Rota Cultural, em ligação com o *Conselho da Europa* e as actividades da *Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses*, para além de se encarregar da animação global do programa de acções.⁷⁶

7.3.5. Um olhar contemporâneo sobre a intervenção no Património Cisterciense

De facto as intervenções no Património Cisterciense são mais intervenções de restauro do que de reabilitação apesar de, por algum tempo como foi referido, desde 1998 (ano da celebração dos 900 anos de Cister) até ao início do século XXI, muito se ter idealizado e especulado no âmbito da reabilitação (Arouca, Alcobaça, S. João de Tarouca, Salzedas).

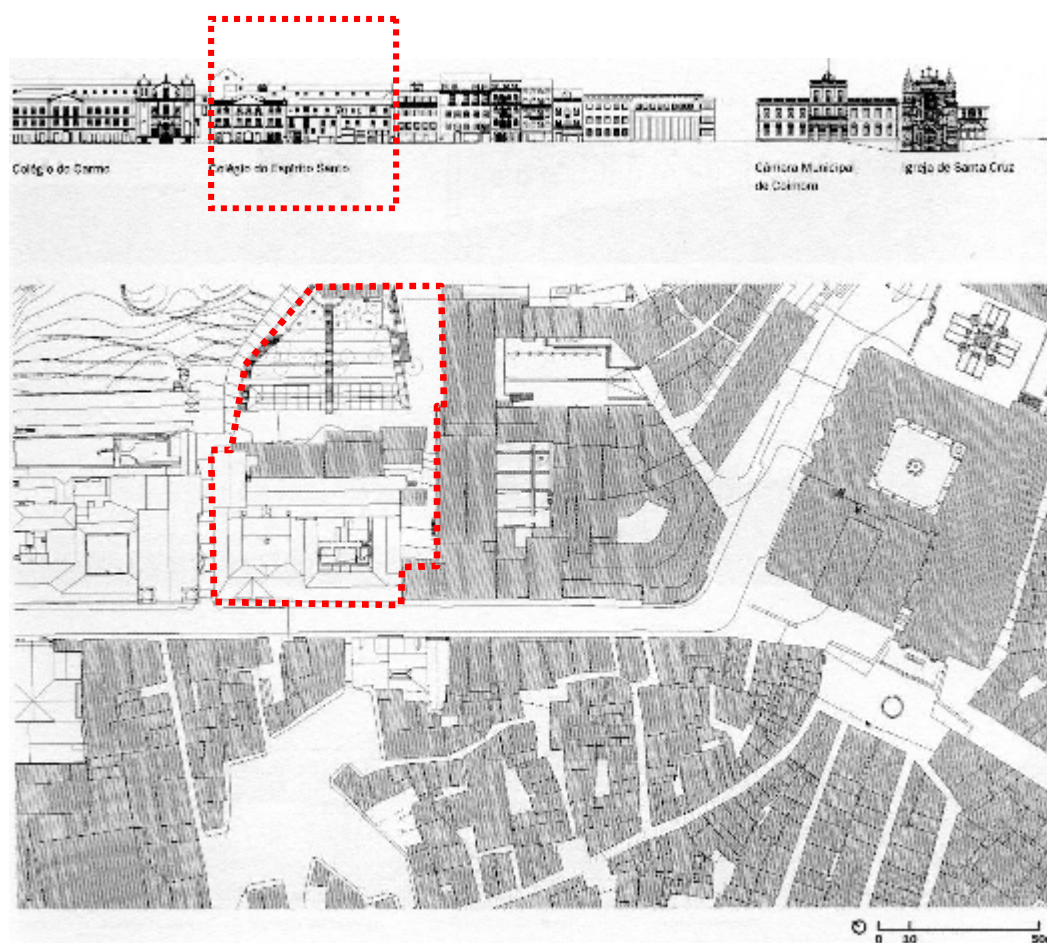
No entanto não se pode deixar de destacar o trabalho e as intervenções levadas a cabo no Património Cisterciense, ainda que por vezes, tenham sido intervenções modestas e tímidas em relação ao que se desejara para algumas das Arquitecturas de Cister.

Para além dos trabalhos referidos levados a cabo pelos antigos IPPAR e DGEMN também os Municípios investiram na reabilitação das arquitecturas de Cister. Tal é o caso da Câmara Municipal de Lisboa com o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo. Este é também, e talvez, mais conhecido por Convento das Bernardas e localiza-se no Bairro da Madragoa. Foi fundado em 1653 sobre pré-existências, totalmente destruído durante o grande terramoto de Lisboa em 1755 e reconstruído posteriormente por Giacomo Azzolini. O projecto de reabilitação foi elaborado pelo grupo de Arquitectos ARCHI III. Actualmente coexistem neste espaço monástico o museu da Marioneta, 34 habitações, zonas de comércio e um restaurante.

O legado cisterciense também foi tido em consideração pela Câmara Municipal de Coimbra que se interessou pela revitalização e reconversão paisagística da Cerca do Colégio de S. Bernardo integrada na malha urbana da cidade e protegido pela ZEP da Rua da Sofia (Fig. 389).

Esta reconversão está a cargo do Arquitecto João Mendes Ribeiro, autor do Centro de Artes Visuais de Coimbra também com ligação ao interior da Cerca.

⁷⁶ Cfr. **Newsletter nr. 48**; European Charter of Cistercian Abbeys and Sites; February 2011; pp. 3-4 / **Dossier de Presse – Remise de la mention “Itinéraire Culturel du Conseil de l'Europe” à la Route européenne des abbayes cisterciennes**; Abbaye de l'Escaladieu; 10 décembre 2010 (acedido online no dia 27 de Março de 2011 em http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/routes/AbbayePress_fr.pdf)



586

Fig. 389 Rua da Sofia e Colégio do Espírito Santo (Delimitação do Colégio do Espírito Santo elaborada pela autora sobre elemento gráfico constante do caderno elaborado para o Concurso Público de Ideias para a Reabilitação da Rua da Sofia em 2003)

As reabilitações contemporâneas são por vezes executadas por alguns particulares e instituições privadas como é o caso do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (Fig. 390 e 391).



Fig. 390 Aspectos da reabilitação do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografias da autora)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

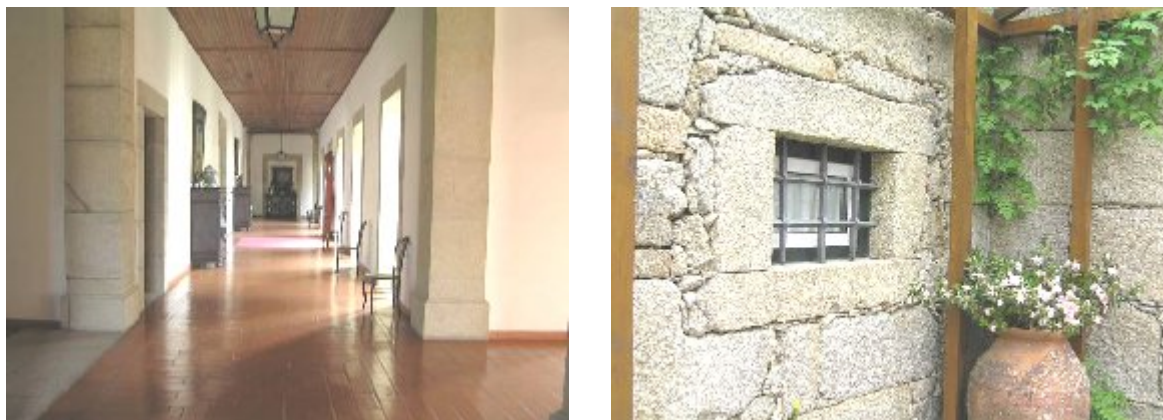


Fig. 391 Aspectos da reabilitação do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (fotografias da autora)

Outras vezes as reabilitações contemporâneas têm o apoio do Estado e estão afectas a entidades privadas como é o caso das “Pousadas de Portugal”, das quais faz parte integrante o Mosteiro de Santa Maria do Bouro com projecto de reabilitação dos Arquitectos Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira (Fig. 392).

O projecto de reabilitação foi elaborado de modo a construir uma pousada com as pedras do antigo mosteiro, o que implicou uma nova estrutura, com novos significados e funções. Souto de Moura parte da ruína cisterciense para a Pousada assumindo fazer um edifício “novo”, contemporâneo afirmando: *“Não estou a restaurar um mosteiro. Estou a construir uma pousada com as pedras de um Mosteiro”*.⁷⁷

587

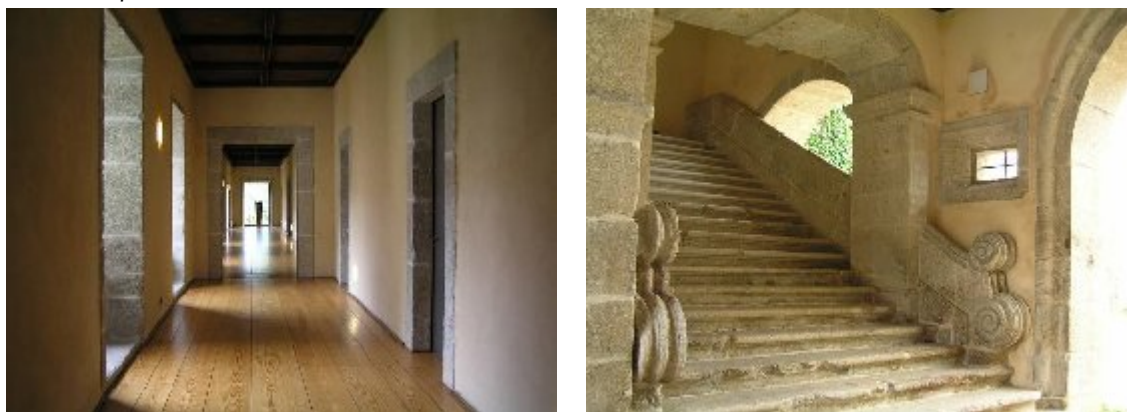


Fig. 392 Aspectos da reabilitação do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografias da autora)

Existe um certo paralelismo entre algumas das utilizações, passadas e presentes, dos mosteiros cistercienses. A morfologia do mosteiro adapta-se com relativa simplicidade à sua utilização como hotel pois uma cozinha pode ser transformada numa cozinha, as celas dos monges em quartos de hóspedes, a

⁷⁷ Ver MOURA, Eduardo Souto de; **Reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada** in “Santa Maria do Bouro”; White & Blue, lda.; Lisboa; 2001; p.44

biblioteca em auditório, o refeitório em restaurante, o claustro em pátio central e assim sucessivamente. Esta foi a adaptação que alguns dos mosteiros tiveram, em Portugal, é o caso de Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Aguiar, S. Cristóvão de Lafões.

Outros foram adaptados a hospitais como é o Mosteiro do Lorvão, hoje hospital psiquiátrico (Fig. 393), o Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, hoje um dos hospitais públicos de Lisboa, mas também Santa Maria de Celas ao estar ligado ao Hospital pediátrico de Coimbra.



Fig. 393 Aspectos da reabilitação do Mosteiro de S. Mamede do Lorvão e adaptação a hospital psiquiátrico (fotografias arquivo DGEMN/IRHU)

Outros ainda foram adaptados a escolas ou instituições do Estado como é o caso de S. Dinis de Odivelas que é uma escola para as filhas dos militares e está afecto ao Ministério da Defesa, S. Bento de Cástris que albergou até há pouco tempo uma instituição pública de apoio às crianças desprotegidas, para onde se planeia a deslocação do Museu Nacional da Música ou o caso muito particular do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, hoje mais conhecido por Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre que é a Escola Prática do Agrupamento de Instrução da GNR de Portalegre. (Fig. 394)



Fig. 394 Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre/Agrupamento de Instrução da GNR de Portalegre ainda com a respectiva cerca monástica (fotografia da autora)



Fig. 395 Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre: Sala do Capítulo com vitral apresentando as armas da GNR (fotografia da autora)

A manutenção e conservação deste mosteiro são executadas diariamente pelos próprios soldados. Neste exemplo conservam-se certos paralelismos com a sua utilização inicial, isto é, a igreja continua a ser igreja/espaco expositivo (Fig. 397), os dormitórios deram lugar às camaratas dos soldados e a Sala do Capítulo é a sala de reuniões dos oficiais (Fig. 395).

589



Fig. 396 Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre: Sala do Capítulo (fotografia da autora)

No dia em que foi feita a visita no âmbito desta tese estava tudo preparado para uma reunião de preparação para o crisma dos soldados (Fig. 396). É

curioso se pensarmos que, mesmo com uma ocupação tão diferente da cisterciense, a espiritualidade e Deus não estão muito distantes desta sala.



Fig. 397 Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (fotografias da autora)

A par das Bernardas do Mocambo de Lisboa e do Colégio do Espírito Santo em Coimbra também o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira (Fig. 398) vai ter uso residencial. O Mosteiro de Tavira após a extinção das Ordens foi utilizado como fábrica de moagem e massas a vapor sendo ser agora transformado em condomínio fechado também pelo traço do arquitecto Eduardo Souto de Moura (Fig. 399).



Fig. 398 Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira (fotografia Virtual Earth)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Este novo espaço residencial inserido no antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira ou “Convento das Bernardas” como é mais conhecido, albergará 78 habitações que variam entre a tipologia T0 e T5. É um condomínio fechado de luxo que se aproveita das estruturas pré-existentes para um novo uso completamente distinto dos seus antecedentes monásticos ou industriais.



Fig. 399 Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira: (a, b) antes da intervenção do arqto. Eduardo Souto de Moura; (c,d) simulação 3D da reabilitação dos exteriores (a,b: arquivo DGEMN / IHRU; c,d: arquivo LT Design)

O Mosteiro de Nossa senhora da Conceição de Tavira foi vendido em hasta pública após a extinção das Ordens Religiosas tendo sofrido inúmeras alterações, algumas violentas, aquando a adaptação a Fábrica de Moagens e Massas a vapor pelo que ficou grandemente descaracterizado e desprovido da demarcação dos espaços monásticos originais. As celas austeras de outra ra dão lugar às habitações de luxo de hoje com o cunho minimalista do Arquitecto Eduardo Souto de Moura (Fig. 400)

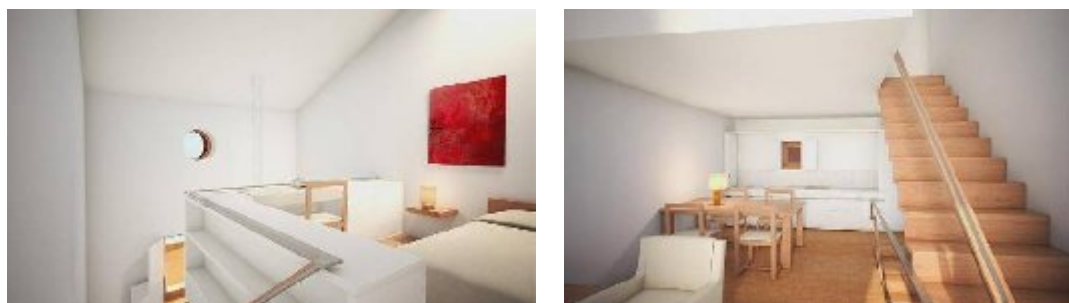


Fig. 400 Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira, simulação 3D da reabilitação: interior de habitação-tipo (arquivo LT Design)



Fig. 401 Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira (a), Mosteiro de Santa Maria de Seíça (b)
(arquivo DGEMN/IHRU)

Existe um outro Mosteiro cuja utilização teve também fins industriais (Fig. 401): o Mosteiro de Santa Maria de Seíça. Nele foi instalada uma fábrica de descasque de arroz e chegou a ter tal importância, como indústria, que teve o privilégio de ter uma linha de caminho-de-ferro com apeadeiro específico para utilização própria (Fig. 402).



Fig. 402 Mosteiro de Santa Maria de Seíça e apeadeiro (arquivo DGEMN/IHRU)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Fig. 403 Mosteiro de Santa Maria de Seixa: interior da igreja (arquivo DGEMN/IHRU)

É hoje testemunho do legado cisterciense (Fig. 403) mas também é um importante exemplar de arqueologia industrial pois ainda se encontra no seu interior a maquinaria de descasque de arroz (Fig. 404).



Fig. 404 Mosteiro de Santa Maria de Seixa: interior com elementos da maquinaria da indústria de descasque de arroz, arqueologia industrial (arquivo DGEMN/IHRU)

De facto, durante o séc. XX, existiram intervenções no património cisterciense quer por parte do IPPAR, quer por parte da DGEMN, particulares ou outras entidades como se pode observar no Esq. 111.

O mosteiro de Alcobaça foi também objecto da reabilitação da Ala Sul, transformada em espaço cultural onde se realizam exposições temporárias. É a “Ala São Bernardo” cujo projecto de reabilitação, da autoria dos Arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos, é de carácter minimalista. Deste modo consolidou-se o piso térreo permitindo a criação de espaços polivalentes e um espaço destinado ao uso paroquial no primeiro piso.

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO	VÍNCULO	GÊNERO	REABILITAÇÃO ENTIDADES
CICLO DE TAROUÇA	S. João de Tarouca	Filiado	M	IPPAR
	Santa Maria de Aguiar	Filiado	M	DGEMN/IPPAR
	S. Tiago de Sever	Filiado	M	-
	Santa Maria de Fiães	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria do Ermelo	Filiado	M	DGEMN
	S. Pedro da Águias – o velho	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria de Salzedas	Filiado	M	DGEMN/IPPAR
	Abadia Velha de Salzedas	Filiado	M	-
	S. Cristóvão de Lafões	Filiado	M	Privado
	Santa Maria de Maceira Dão	Filiado	M	DGEMN/Privado
CICLO DE ALCOBAÇA	Santa Maria de Alcobaça	Fundado	M	DGEMN/IPPAR
	S. Pedro das Águias – o novo	Filiado	M	DGEMN/Privado
	Santa Maria do Bouro	Filiado	M	DGEMN/IPPAR/Priv
	Santa Maria das Júnias,	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria de Seiça	Filiado	M	DGEMN
	Santa Maria de Tomarães	Fundado	M	-
	Santa Maria da Estrela	Fundado	M	Igreja (Populares)
	S. Paulo de Almaziva	Filiado	M	DGEMN
	Colégio do Espírito Santo	Fundado	M	DGEMN
	S. Bento de Cástris	Filiado	F	DGEMN
	Santa Maria de Almoester	Fundado	F	DGEMN/IPPAR
	S. Dinis de Odivelas	Fundado	F	DGEMN/IPPAR
	S. Bento de Xabregas	Fundado	M	Privado
	N. Srª da Conceição de Portalegre	Fundado	F	DGEMN
	Santa Maria de Cós	Fundado	F	DGEMN/IPPAR
	N. Srª do Desterro	Fundado	M	DGEMN/Privado
	N. Srª da Piedade de Tavira	Fundado	F	Privado
	N. Srª da Nazaré do Mocambo	Fundado	F	CML/EGEAC
	N. Srª da Assunção de Tabosa	Fundado	F	DGEMN/Privado
	N. Srª da Nazaré de Setúbal	Filiado	F	IPS
REALFEMININO	São João de Vale Madeiro	Fundado	F	-
	São Mamede de Lervão	Filiado	F	DGEMN/IPPAR
	Santa Maria de Celas	Filiado	F	DGEMN/IPPAR
	São Pedro e São Paulo de Arouca	Filiado	F	DGEMN/IPPAR
	S. Salvador das Bouças	Filiado	F	-

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais | IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
 | CML – Câmara Municipal de Lisboa | EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos de Animação Cultural | IPS – Instituto Politécnico de Setúbal

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

De facto os trabalhos realizados a cargo dos Arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos abrangeram uma vasta perspectiva multidisciplinar que agregou distintos saberes na forma de uma crítica continua que perscruta "o tempo e o espaço de um património tão rico quanto vulnerável"⁷⁸ como refere Byrne:

*"A verdade é que este 'modus operandi' se tem revelado tão lento quanto rico e provavelmente nele reside, pelo menos em parte, não só o manancial de 'conhecimento-revelação' que tem brotado do chão, como o sucessivo reajuste da própria atitude projectual que procura 'pisar leve', embora com clareza, trabalhando materiais preexistentes e novos com a convicção de que se institui com este processo a sua própria contemporaneidade, na longuíssima vida deste notável monumento."*⁷⁹

Como seria desejável para muitos dos mosteiros cistercienses em território nacional, em Alcobaça, procedeu-se à longa e demorada tarefa processual que consistiu essencialmente em:

"Resgatar" espaços da Abadia que estavam consignados a usos que dificultavam a apreensão da sua globalidade;

Consolidar estruturas e elementos que o simples decorrer do tempo vai fragilizando;

Revelar aspectos ocultos pelo tempo que confirmam ou introduzem outras versões interpretativas na história do monumento;

Reacondicionar espaços edificados ou exteriores que permitam outras leituras ou mesmo usos que se integrem numa perspectiva estratégica de valorizar conjuntos."⁸⁰

Ao longo do tempo muitas foram as intervenções no Património Cisterciense como se pode comprovar pelo esquema anterior.

Porém, Paulo Pereira⁸¹ refere a necessidade de uma valorização através de:

1.
Trabalhos de conservação e restauro de âmbito limitado de modo a assegurar a sobrevivência do bem e a permitir a sua fruição.
2.
Promoção do inventário do património móvel e integrado em cada monumento.
3.
Promoção do restauro do Património móvel e integrado.

⁷⁸ BYRNE, Gonçalo; **Santa Maria de Alcobaça: o regresso ao presente** in "Estudos/Património"; nº 2; Publicação semestral do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico; 2002; p.56

⁷⁹ Idem; p.56

⁸⁰ Ibidem; p.56

⁸¹ PEREIRA, Paulo; **Cister como Património** in "Tarouca e Cister: espaço, espírito e poder – actas"; Ed. Câmara Municipal de Tarouca; Tarouca 2004; pp. 407-408

4.

Trabalhos de conservação e de restauro de modo a assegurar uma amplificação da fruição (sinalética, regime de abertura e guarda-ria).

5.

Trabalhos de requalificação que impliquem a instalação de estruturas que valorizem o edificado patrimonial (a nível de elementos como iluminação exterior ou simples equipamentos de apoio).

6.

Musealização de espólios ou acervos patrimoniais.

7.

Instalação de centros de acolhimento.

8.

Instalação de centros interpretativos e centros explicativos (em zonas rehabilitadas ou construídas de raiz desde que permitam a reconstrução da história do lugar)

9.

Instalação de observatórios de paisagem.

10.

Circuitos pedonais e de trekking (inclusão das cercas monásticas)

11.

Recuperação das cercas monásticas através de projectos de arquitectura paisagista.

12.

Restauro, conservação e valorização através de uma perspectiva global que abarque os elementos referidos nos pontos anteriores.

Estas Arquitecturas adquiriram estatuto de marcos de uma nação emergente e do desenvolvimento de uma cultura, sobretudo enquanto sistema interligado e coeso que se rege por um mesmo conjunto de valores e ideais. Na realidade, do conjunto destas Arquitecturas, devem fazer parte integrante os resultados que se tem obtido através das suas reabilitações, reutilizações e alteração de significados e significâncias. A relação das Arquitecturas de Cister com o futuro, isto é com o presente, encontra-se profundamente vinculada à questão de como reabilitar, ao tipo de acções que existem neste âmbito, às estratégias a utilizar, aos métodos e instrumentos aplicados.

Em 1998 escreveu-se a Carta de Alcobaça, fruto de um congresso internacional que ocorreu em Alcobaça do qual resultou um conjunto de conclusões cujas determinações se tentam implementar sempre que possível. Salientam-se três pontos:

"3. O reconhecimento da singularidade do património da Ordem de Cister designadamente pelo modo como esta se relacionou com o espaço, ocupando-o, regrando-o, criando-o ou recrian-

do-o e, bem assim, explorando-o e desenvolvendo-o, no campo material e simbólico;

4. O reconhecimento da especificidade da herança da Ordem de Cister cristalizada nos vestígios, testemunhos, monumentos e memórias residuais e activas, expressas ainda hoje nos particularismos das vivências dos territórios outrora cistercienses;
6. O reconhecimento do património da Ordem de Cister como pólo catalisador da regeneração das respectivas envolventes urbanas e das componentes paisagísticas e ambientais com aquelas relacionadas;"⁸²

Relativamente ao legado cisterciense e seu resgate, enquadrado numa sociedade de conservação, refere Paulo Pereira:

*"Na procura da excepção, portanto se situaria a nossa possibilidade de resgate, de resgate da matéria de reconhecimento da beleza de restauro de uma axiologia de um conjunto de valores estáveis e positivos. Estaríamos ou estaremos já perante a sociedade da salvaguarda (...). Uma sociedade da conservação mas não de conservadores, em que o projecto da nossa contemporaneidade passará pela manutenção e não pela construção. Pelo restauro e não pela renovação. Pelo reconhecimento desse conjunto de coisas a que chamamos património cultural e que, providos de sentido simbólico, precisamente, iluminam o nosso caminho."*⁸³

597

De facto uma visão contemporânea do património deverá de fazer face aos novos paradigmas de competitividade das cidades europeias, baseadas na dupla qualificação, da vida urbana e dos respectivos estatutos identitários, culturais e criativos. Como refere Andreia Galvão:

*"Se o século XX colocou o patamar do património na sua dimensão económica e tecnológica, o século XXI aponta a sua dimensão social como um dos aspectos fulcrais para o seu entendimento, como bem o reflecte a Convenção de Faro sobre o valor do património cultural na sociedade contemporânea. Desta forma o património adquire a sua real dimensão social e passará a ser entendido necessariamente como parte de uma política integral e fazendo parte activa do processo de desenvolvimento das comunidades."*⁸⁴

⁸² Alíneas nº 3, 4 e 6 da carta de Alcobaça constante na sua integralidade no anexo 9.2.2., pp. 1595-1596 desta tese.

⁸³ PEREIRA, Paulo; **Op. Cit**; p.412

⁸⁴ GALVÃO, Andreia; **Op.cit**

7.3.

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA CIDADE CONTEMPORANEA

El patrimonio monástico debe ser entendido no sólo como elemento participante en el diseño de la ciudad sino también como polo revitalizador y participante en su desarrollo.

Es posible encontrarse, en este tipo de patrimonio arquitectónico, por una parte, el cruce de elementos, valores e ideales tanto a nivel espiritual, como histórico o incluso cultural. Por otra parte, gana gran importancia el planeamiento y su interacción como parte significativa y contribuyente para el dicho desarrollo.

La edificación monástica deberá ser considerada no sólo como parte integrante y de desarrollo de un entorno urbano sino también como elemento de construcción y de ordenación del territorio. No se debe olvidar la vital importancia, tanto temporal como espacial, que tuvieron las órdenes monásticas en el desarrollo del tejido urbano de una ciudad que a su vez se encuentra incluida en un país.

Debe tenerse en cuenta que la transformación y desarrollo del territorio ha hecho posible que implantaciones aisladas hayan sido gradualmente absorbidas por la expansión del tejido urbano, como es el caso del Monasterio cisterciense de Sta Maria de Alcobaça y de la ciudad (Fig. 406) donde éste se encuentra (sobre todo después de la extinción de las Órdenes religiosas en 1834) o hayan sido incluidas en el propio tejido urbano como es el caso del Convento de las Bernardas do Mocambo, en Madragoa, Lisboa, cuya fundación fue posterior (Fig. 405). Estos serán los dos ejemplos, en que nos vamos a basar, en relación a la integración y al desarrollo del patrimonio monástico en ciudades contemporáneas.

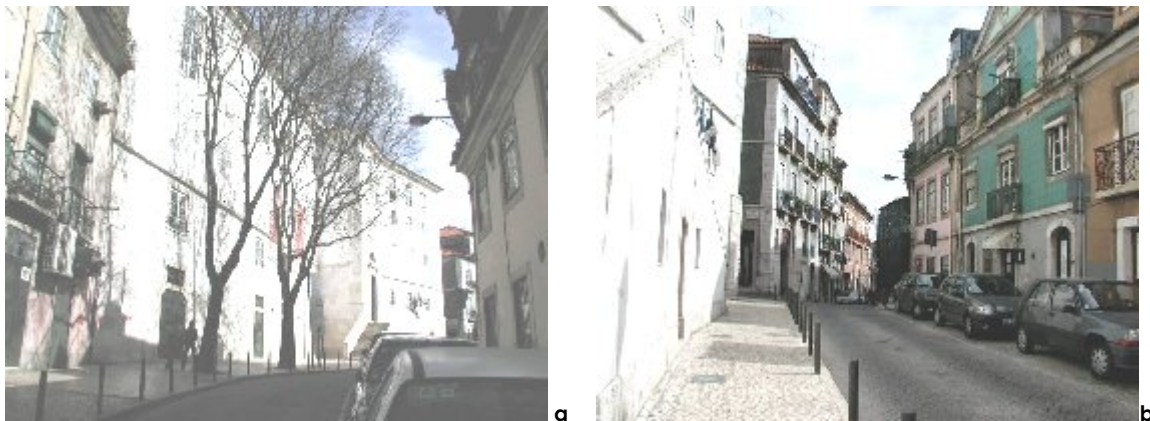


Fig. 405 Monasterio de N. Senhora da Nazaré do Mocambo, en la actualidad "Convento das Bernardas"
(fotografía de la autora)



Fig. 406 Ciudad de Alcobaça con la integración del terrero y Monasterio de Santa Maria de Alcobaça (fotografía de la autora)

Aunque los cistercienses pertenecían a una Orden que exigía soledad y aislamiento, instalándose lejos del contexto urbano, con el transcurrir del tiempo algunas ciudades absorbieron estos fragmentos de planeamiento a micro escala convirtiéndose en parte integrante de otro organismo, la macro escala, integrando, interactuando y constituyendo parte del tejido urbano de la ciudad contemporánea.

Al referirnos a la importancia de la rehabilitación del patrimonio monástico no nos podemos olvidar de que cada caso es un caso distinto y que sus singularidades específicas tienen siempre cabida. Un conjunto monástico que esté integrado en un contexto urbano o simplemente en su periferia ha sido siempre un elemento de influencia o transformación pues puede ser entendido como un polo agregador o de renovación del tejido urbano (las Bernardas), o por el contrario como una barrera a la expansión de la ciudad (Alcobaça hasta la extinción de las órdenes religiosas en 1834) o también como polo generador de nuevos aglomerados (como sucedió con los "Coutos" de Alcobaça).

No obstante los primeros monasterios cistercienses aparecen en Portugal, en el siglo XII, lejos del contexto urbano. Dado que las fundaciones de la Orden del Císter, en este País, estuvieron sobre todo en los primeros siglos de su historia, asociadas a objetivos de ocupación y gestión del territorio.

Incluidos en el ámbito de este estudio se encuentran algunos casos significativos que se sitúan dentro o fuera del tejido urbano: el Monasterio de Alcobaça (siglo XII) actualmente dentro de la ciudad, hoy en día considerado marco histórico y cultural además de Patrimonio Mundial o el Convento de las Bernardas de Mocambo (siglo XVII), en Lisboa, en pleno tejido urbano (inicial-

mente monasterio cisterciense, hoy con usos tan heterogéneos como el de Museo de la Marioneta, residencias privadas y una pequeña zona comercial).

Otros en cambio aislados, lejos del contexto urbano, pero muy próximos a ciudades con las que interactúan, como por ejemplo el Monasterio de S. Bento de Cástris (siglo XII), en Évora, que jamás se vio absorbido por la expansión de la ciudad. Hasta poco tiempo fue una institución pública (Casa Pia de Évora) pero ahora está devoluto mientras espera que ahí se instale el Museo Nacional de la Música.

En primer lugar, es conveniente mencionar el hecho de que el patrimonio monástico ha sido concebido según ideales específicos que se traducen en una realidad material. El monasterio debe ser visto como una microciudad, como una ciudad ideal, como una ciudad de Dios. Por ello, no deben dejarse de lado las connotaciones simbólicas, ideales y espirituales inherentes a este tipo de edificios, ni tampoco las transformaciones producidas que permitieron la dialéctica entre la pequeña y la gran escala, es decir, de la ciudad de Dios al monasterio y, actualmente, del monasterio a la ciudad del Hombre.

La ciudad es una coexistencia, construida por innúmeras relaciones complejas entre aquello que la constituye tanto materialmente como inmaterialmente, todo aquello que le da vida y le confiere existencia, siendo unas veces de sumisión y otras de reacción. La ciudad posee una estricta relación con la sociedad que la habita, ya sea una ciudad en el sentido estricto, o una microciudad como es el monasterio. Además éste también puede ser potenciador y generador de ciudad.

El espacio monástico se puede constituir como un organismo territorial que se apropia del territorio, modelándolo y alterándolo conforme a sus necesidades y cuyo espacio arquitectónico es edificado según las necesidades del espíritu y del cuerpo. Tanto en la vertiente física como en la espiritual éste es el lugar construido por los hombres y ordenado según la voluntad de Dios.

El monacato procura una respuesta para algunas de las más profundas aspiraciones del alma humana: la búsqueda de la perfección y el deseo de la contemplación. Para que esto sea posible, es necesario la "fuga mundi" (fuga del mundo) para buscar una unión del espíritu con Dios y el espacio ajustado es el monasterio dónde se vive en comunidad. Duby refiere que fue "Ganando fuerza la creencia de que el mundo era nocivo, destinado a pudrirse, y de que el tiempo era una implacable usura, el monasterio fue entendido como (...) una forma de fuga del mundo. Salvar lo que podía ser salvado en el momento en que todo naufragaba."⁸⁵

En el caso de los cistercienses la búsqueda de Dios era permitida a través de la ascesis y del total despojamiento, sin cualquier tipo de solicitudes ex-

ternas al alma, buscando también el paraíso perdido. Fraternidad, pobreza, simplicidad, silencio son las palabras-clave de la espiritualidad cisterciense.

Los Cistercienses procuran un regreso al origen tanto de la Regla de San Benito, exenta de las interpretaciones y desvíos de los siglos transcurridos, como a los "Padres del Desierto" que también en su momento buscaron la "fuga mundi" y establecieron los principios del monacato para posicionarse en un tiempo y en un espacio apartado del mundo de los hombres, viviendo para alcanzar a Dios y soñando con un mundo mejor, con el paraíso. Ese paraíso celeste encontrará varias aproximaciones terrestres que toman forma en los monasterios, diminutas réplicas de la inmensa Jerusalén Celeste, el Paraíso en la Tierra y Ciudad de Dios. Como refiere Mourão "La comunidad es un espacio producido por la práctica del lugar y de la articulación de las diferencias (...). El lugar es el palimpsesto. La comunidad es antes de nada un lugar marcado, es decir, la materialización de un espacio que señala otro espacio, heterotópico, con el que se comunica. Un lugar institucional, un medio de vida, trascendental (...) que la conecta a lo invisible que le es esencial"⁸⁶. El espacio monástico es así el reflejo de un ideal, de una visión del mundo, de un sistema de valores que organiza y modela todo.

Un monasterio cisterciense debe ser considerado como una ciudad ideal y dotado de todos los elementos necesarios para su subsistencia. *"Si es posible, debe construirse el monasterio de modo que tenga todo lo necesario, esto es, agua, molino, huerta, y que las diversas artes se ejerzan dentro del monasterio, para que los monjes no tengan necesidad de andar fuera, porque esto no conviene en modo alguno a sus almas."* (RSB, Cap.66, 6-7). Así que el monasterio se asume como una ciudad independiente. Además de toda su carga simbólica es un lugar funcional donde todo tiene su justificación y se sitúa en un lugar planeado pues el monasterio es primordialmente un lugar donde habitan los monjes, pero también de Dios reflejando la Jerusalén Celeste en la tierra. Para los cistercienses *"Todos nuestros monasterios se fundarán en honor de la Reina del Cielo y de la tierra. Ninguno se edificará en ciudades, aldeas o castillos. (...) 4Fuera de la puerta del monasterio no se edificará ninguna vivienda, a no ser los establos para los animales."* (Capitula 9; 1-2,4) Se verá en los siglos siguientes como este propósito ha sido cambiado o adaptado a las nuevas realidades. Según Pressouyre⁸⁷ la Abadía cisterciense, inserida dentro de su cerca, se presenta como un conjunto coherente y completo, una obra maestra del dominio del espacio y de la organización social.

Es de resaltar que en Portugal, los monasterios cistercienses fueron implantados a la imagen del monasterio de Claraval definiendo así una carac-

⁸⁶ MOURÃO, José Augusto; **A Comunidade como prática do lugar e interlocução** in "Conversas à volta dos Conventos"; Casa do Sul Editora; 2002; pp.51-52

⁸⁷ PRESSOUIRE, León; **Le Rêve Cistercien**; col. Découverts Gallimard; n° 95; Ed. Gallimard; Paris; 1998 ; p. 132

terística tipológica del lugar. Un ejemplo de este tipo de implantación es el Monasterio de Santa Maria de Alcobaça (Fig. 407).

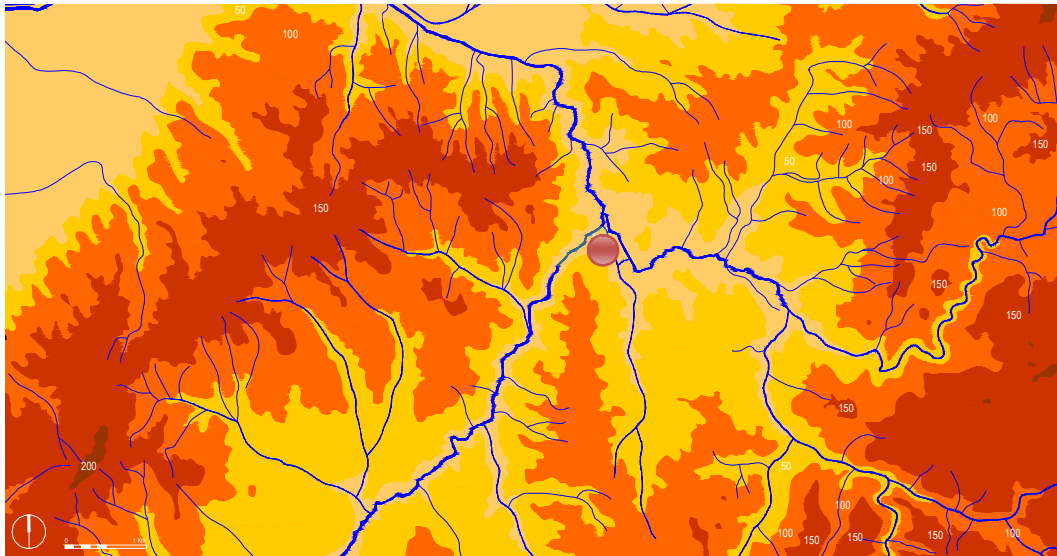


Fig. 407 Confluencia de los ríos Alcoa y Baça (Diseño de la autora)

Para la evolución morfológica de la ciudad de Alcobaça ha sido de significativa importancia el componente geográfico y físico constituido por la topografía, por los ríos Alcoa y Baça (que dan nombre al monasterio y a la ciudad y que son elementos vitales en las implantaciones cistercienses). (Fig. 408 y 409)

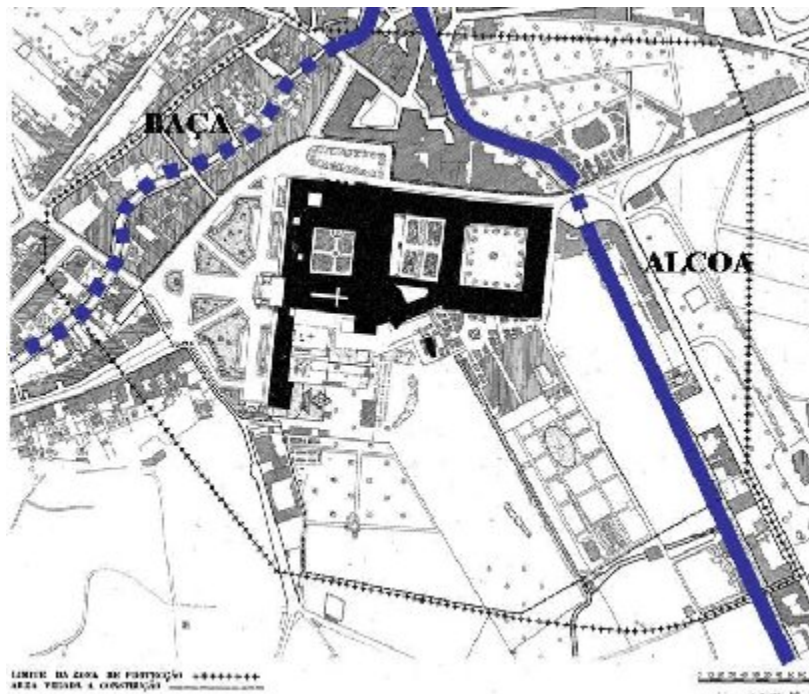


Fig. 408 Demarcación de los ríos Alcoa y Baça en el plano ZEP del Monasterio de Alcobaça (Diseño de la autora sobre plano de la DGMN / IHRU)

También el componente histórico, destacándose la importancia del Rey D. Afonso Henriques en la fundación del monasterio y el componente social y humano caracterizados por la presencia cisterciense, que durante más de 600 años transformó este territorio. La existencia del monasterio cisterciense fundado, el 8 de Abril de 1153, justo antes de la muerte de San Bernardo, hoy Monumento Nacional y Patrimonio de la Humanidad, es un elemento preponderante en el desarrollo y crecimiento de la ciudad.

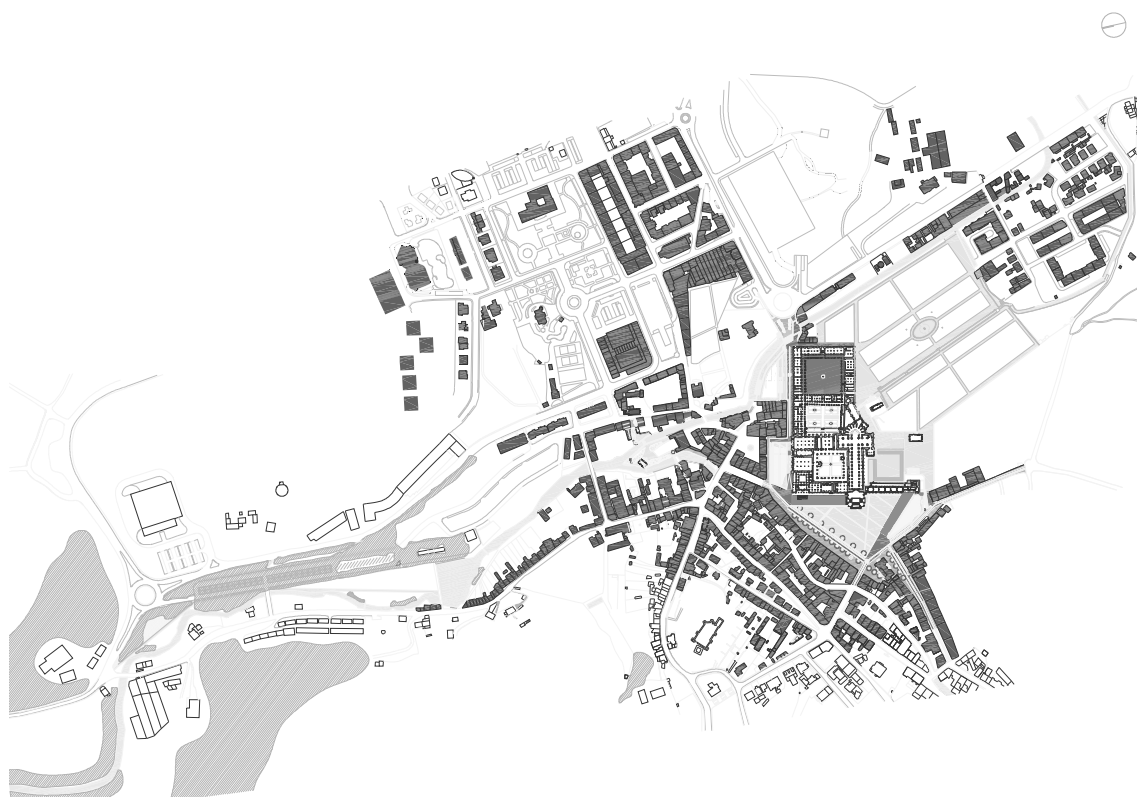


Fig. 409 Plan la ciudad de Alcobaça con la integración del Monasterio de Santa María de Alcobaça como elemento generador de espacio y consecuentemente de ciudad (Dibujo cedido por uno de los autores del proyecto, arqto. João Pedro Falcão de Campos)

De hecho el Monasterio de Alcobaça ha sido creado a la imagen y semejanza del Monasterio de Claraval⁸⁸, pero por las características del suelo, su planta sufrió una rotación, encontrándose la iglesia al sur y todo el resto al norte. El monasterio se asume como un organismo urbano que sigue generando condiciones propicias para la creación de ciudad pues ésta se apropia de los espacios que en otros tiempos pertenecieron al monasterio y que quedaron dis-

⁸⁸ Ver en el capítulo 5, p.299, los planos de Claraval y de Alcobaça (dibujado por el arquitecto Ernesto Korrodi)

ponibles después de la extinción de las Órdenes monásticas, por decreto, en 1834.

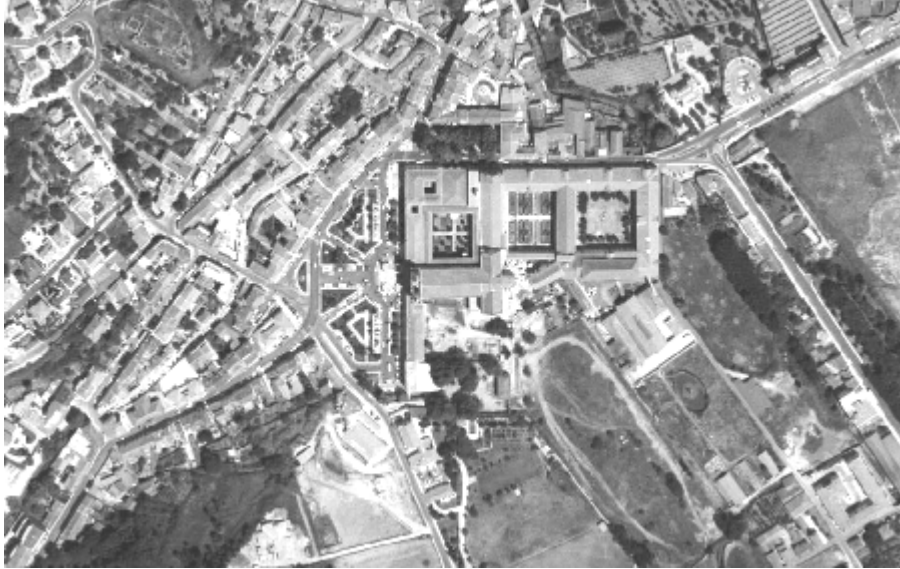


Fig. 410 Fotografia aérea do Monastério e cidade de Alcobaça antes da intervenção dos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos (IgeoE)

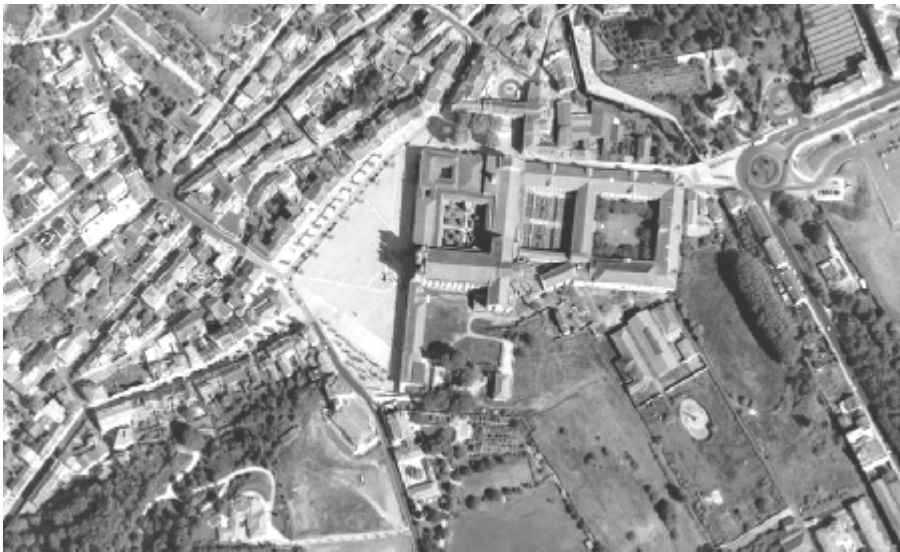


Fig. 411 Fotografia aérea do Monastério e cidade de Alcobaça antes da intervenção dos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos (Virtual Earth)

El monasterio evoluciona de una situación de micro escala, en la que era equiparado a una microciudad autosuficiente, a una situación de macro escala en la que desempeña un papel de organismo urbano que se adapta a una nueva situación. El área correspondiente al cercado del monasterio (inicialmente territorio agrícola) y al propio monasterio, ha sido absorbida por la ciudad, las construcciones se aproximaron y la propia ciudad ha reclamado

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

para si este espacio de recogimiento que en otros tiempos pertenecía sólo a Dios, por eso Alcobaça presenta hoy esta forma (Fig. 410 y 411).

El plano cisterciense, presente en el Monasterio de Alcobaça, en el transcurso del tiempo, ha sufrido innumerables alteraciones y ampliaciones, nuevos espacios han sido yuxtapuestos al plano ideal cisterciense.

El monasterio sufrió daños graves con el terremoto de 1755 y con las trágicas inundaciones de 1772, el número de claustros se ha multiplicado (además del claustro que lleva el nombre del Rey D. Dinis, surgió el claustro del Cardenal, el claustro del Rachadoiro) y nuevas alas nacieron aumentando y dotando a las nuevas dependencias monásticas de un mayor número de celdas y permitiendo la creación de su grandiosa biblioteca (Fig. 412).



Fig. 412 Fotografía aérea del Monasterio y ciudad de Alcobaça
(archivo DGEMN / IHRU)

605

A lo largo del tiempo el monasterio ha sido visto de modos distintos y ha tenido diversas utilizaciones (fue teatro durante casi 100 años, ayuntamiento, cárcel, sede de un grupo deportivo, cuartel militar, asilo, alojó innúmeros comercios, almacenes y residencias, la continuación de esta lista es prácticamente interminable). (Fig. 413 hasta 416)



a



b

Fig. 413 Refugiados Boers instalados en la Biblioteca del Monasterio de Alcobaça nel 1901 (a); Asilo instalado en la Biblioteca en 1913 (archivo DGEMN / IHRU)

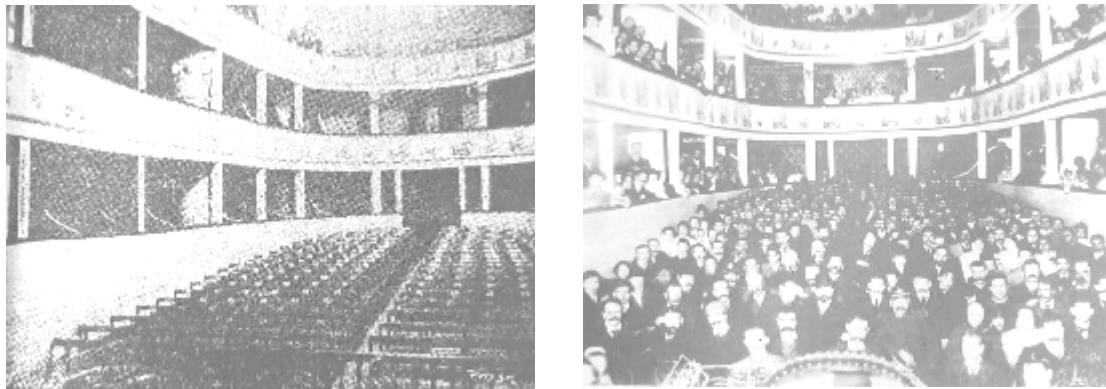


Fig. 414 Cine-Teatro instalado en el Refectorio del monasterio de Santa Maria de Alcobaça (archivo DGEMN / IHRU)

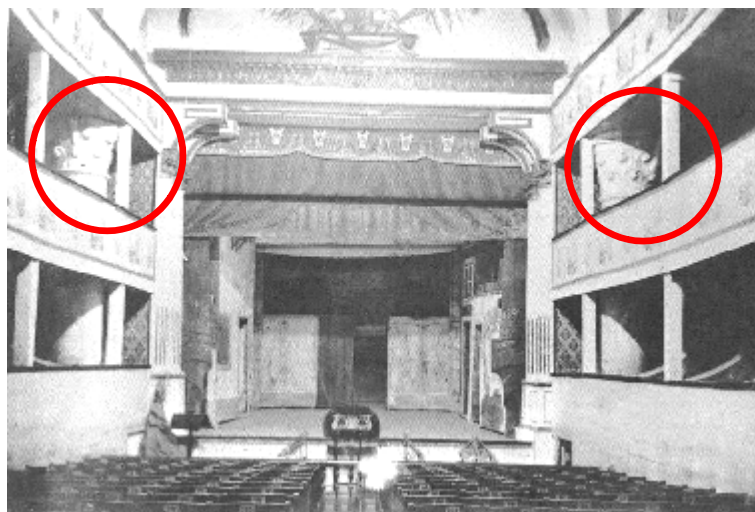


Fig. 415 Cine-Teatro instalado en el Refectorio del Monasterio de Santa Maria de Alcobaça. Todavía se puede observar las columnas del refectorio (archivo DGEMN / IHRU)



Fig. 416 Refectorio del Monasterio de Santa Maria de Alcobaça. (fotografía de la autora)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

El Monasterio se encuentra hoy dentro del casco histórico de Alcobaça, que en otros tiempos correspondió al centro de la ciudad, y en el que se destacaba la importancia del "Rossio" sobre todo durante el siglo XIX (Fig. 417 hasta 419).

En las poblaciones y ciudades portuguesas se encuentra con frecuencia una estructura urbana dónde desde la Edad Media se distribuyen plazas y espacios abiertos con utilizaciones distintas y usos bien definidos.

No obstante para las grandes ferias o conmemoraciones ha sido necesaria la creación de un espacio público enteramente distinto, o sea, un espacio suficientemente ancho que pudiera recibir todo el tipo de eventos (Fig. 420 - 422). A este espacio se ha llamado "Rossio" y se ha convertido en uno de los más característicos rasgos de la estructura urbana portuguesa.

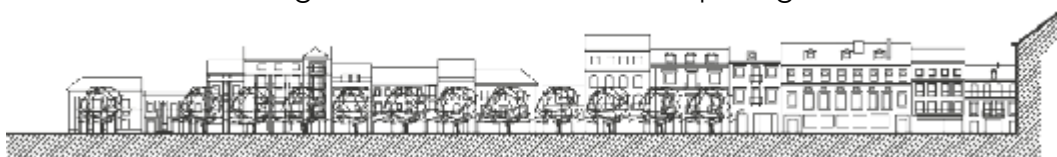


Fig. 417 Perfil 2 del Rossio de Alcobaça in Proyecto de investigación "Inventário do Espaço Público em Portugal, a Praça" (PI – FA UTL - DGOT)

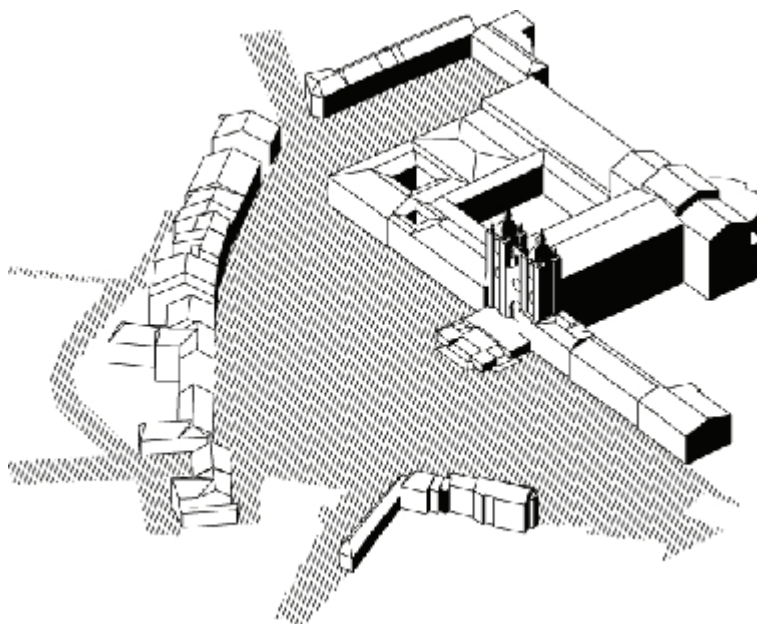


Fig. 418 Diseño del Rossio de Alcobaça in Proyecto de investigación "Inventário do Espaço Público em Portugal, a Praça" (PI – FA UTL - DGOT)



Fig. 419 Perfil 1 del Rossio de Alcobaça in Proyecto de investigación "Inventário do Espaço Público em Portugal, a Praça" (PI – FA UTL - DGOT)

Con el transcurrir del tiempo el “Rossio” se ha afirmado como un espacio público multifuncional pero también como un espacio social de gran importancia para la ciudad.



Fig. 420 Rossio de Alcobaça (archivo DGEMN / IHRU)

En Alcobaça el “Rossio” funcionaba en el espacio térreo anexo al monasterio, delante de la fachada de la Iglesia del Monasterio de Santa Maria de Alcobaça. Este era un lugar de intercambios, pero también de paseo, era el espacio público por excelencia, un espacio de la ciudad y para la ciudad (Fig.421).

Sin embargo, la expansión de la ciudad provocó un desplazamiento de ésta en relación al casco histórico. A partir de este momento el monasterio se asume fundamentalmente como un marco histórico y cultural.



Fig. 421 Rossio de Alcobaça (archivo DGEMN / IHRU)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Fig. 422 Rossio de Alcobaça: ejercicios de artillería
(archivo DGEMN / IHRU)

El monasterio de Alcobaça fue renovado y ampliado hasta el siglo XVI y después hasta el XVIII. En un pasado más cercano, el monasterio ha sido objeto de la rehabilitación del ala sur, trasformada en espacio cultural, donde se realizan exposiciones temporales (Fig. 423).

Es el ala "San Bernardo" y cuyas obras de rehabilitación, de la autoría de los arquitectos Gonçalo Byrne y João Pedro Falcão de Campos, fueron de carácter minimalista, consolidando la planta baja, creando espacios polivalentes y un espacio en el primer piso para utilización parroquial.

609



Fig. 423 Aspectos del Ala sur del Monasterio de Alcobaça, el Ala São Bernardo (fotografías de la autora)

El monasterio cisterciense, del que Sta. Maria de Alcobaça es ejemplo, nacido del cruce de un ideal de vida monacal, asumiéndose como una ciudad ideal según un plano de unidad y simplicidad, vivienda de los hombres pero también de Dios, da origen a una ciudad, no planeada, formando parte integrante de su tejido urbano y asumiendo características de otra realidad bien distinta de aquella para la que fue planeado. Además la ciudad ha ganado con esta intervención pues esta se ha extendido hasta la propia ciudad (Fig 424 hasta 426) y a sus espacios públicos (más allá del Rossio)

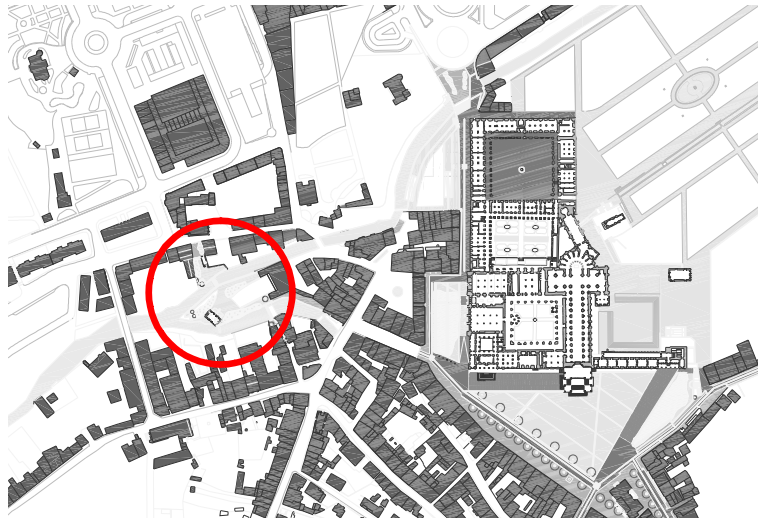


Fig. 424 Plan la ciudad de Alcobaça con la integración del Monasterio de Santa María de Alcobaça como elemento generador de espacio. Zona de espacio público de la confluencia de los dos ríos, el Alcoa y el Baça (marca circular de la autora sobre diseño cedido por el arqto. João Pedro Falcão de Campos)

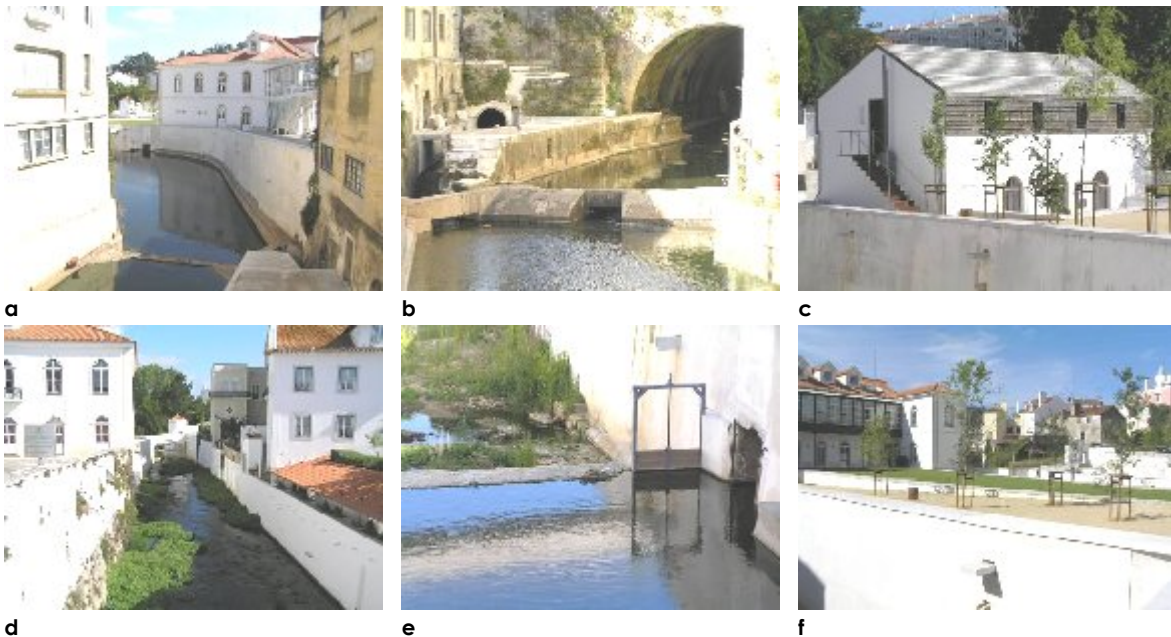


Fig. 425 Confluencia de los ríos Alcoa y Baça: espacio público. Central hidráulica (a); espacio público anexo (b); marcación de las dos cañadas de los dos ríos enfatizadas por la arquitectura de Byrne y Falcão de Campos (c); muro de soporte con diversas salidas de aguas residuales del suelo (fotografías de la autora)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Fig. 426 Confluencia de los ríos Alcoa y Baça: espacio público. Central hidráulica (a); espacio público anexo (b); marcación de las dos cañadas de los dos ríos enfatizadas por la arquitectura de Byrne y Falcão de Campos (c); muro de soporte con diversas salidas de aguas residuales del suelo (fotografías de la autora)

611

Sin embargo, el Monasterio de Alcobaça, jamás dejará de provocar admiración y su ideal sigue vivo, aún en nuestros días, por la austeridad de la blancura de sus piedras, por la imponente configuración y por la funcionalidad de sus espacios que todavía subsisten y que han sido adaptados a la realidad actual, desempeñando otras funciones pero sin dejar de afirmar sus orígenes casi minimalistas (Fig. 427).



Fig. 427 Monasterio de Alcobaça: Ala San Bernardo (a); exterior del transepto de la iglesia (b) (fotografías de la autora)

Así pues un ideal de espacio monástico basado en un plano se puede traducir en una realidad material que confluye hacia una apropiación del espacio ideal ganando cuerpo, transformándose y originando, a veces, ciudades en el sentido estricto de la palabra, ciudades no planeadas. Quiere decir de lo planeado a lo no planeado, de lo regular a lo irregular, de lo ideal a la realidad (Fig. 428-429).



Fig. 428 Monasterio de Santa María de Alcobaça (fotografía de la autora)



Fig. 429 Fuente lateral del monasterio y nuevo espacio público, producto de la recalificación de la zona envolvente del monasterio, para usufructo de la población, inaugurada en el 20 de Agosto del 2005 y financiada por el ayuntamiento, fondos comunitarios y Estado portugués (fotografía de la autora)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Fig. 430 Planta topographica da cidade de Lisboa, século XVIII (archivo IGP con marcación de la autora)

El Convento de las Bernardas, como es más conocido, se encuentra en Lisboa (Fig. 430) y es un caso totalmente distinto del Monasterio de Alcobaça. Es una fundación bastante posterior a Alcobaça, cinco siglos separan los dos edificios. Pero ambos han sido objeto de rehabilitaciones parciales o incluso totales en los últimos años que han cambiado el modo de aprovechar estos espacios.



Fig. 431 Monasterio de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (fotografía de la autora)

El Convento de las Bernardas (Fig. 431) también llamado de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (el nombre “Convento de las Bernardas” se adoptó porque las religiosas que lo habitaban pertenecían al Orden del Cister así como San Bernardo) está en el barrio de Madragoa, en Lisboa, en otros tiempos un poblado de pescadores que, a partir del siglo XVI, fue integrado en una vía

ribereña de expansión hacia occidente.⁸⁹ Ésta había sido hasta aquel momento una zona propensa a la existencia de monasterios y conventos extra-urbanos (Fig. 432 - 434).



Fig. 432 Planta de la ciudad de Lisboa de los finales del siglo XIX (archivo CML con marcación de la autora)



Fig. 433 Planta de la ciudad de Lisboa "levantamento desenhado sob a direcção de J. A. V. da Silva Pinto" con fecha de Agosto del 1909 (archivo CML con marcación de la autora)

⁸⁹ GASPAR, J.; **Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade** in "Conversas à volta dos Conventos"; Casa do Sul Editora; 2002; p.

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE



Fig. 434 Carta Militar 1/25 000 (Lisboa), siglo XX (archivo IGeoE)

En ese momento, alrededor de este Convento, se empezó a construir ciudad. De hecho este convento corresponde a una fundación mucho más reciente, habiendo sido fundado en 1653, sobre preexistencias (fue inicialmente lugar de recogimiento de mujeres penitentes y devotas siendo después convertido en convento) y totalmente destruido por el terremoto de Lisboa en 1755. Fue después reconstruido por el arquitecto Giacomo Azzolini (Fig. 435).

Después de la extinción de las órdenes religiosas por decreto de 1834, el convento fue preservado hasta la muerte de la última monja. Posteriormente fue vendido a particulares y su principal función fue la enseñanza ya que allí funcionaron los colegios: Académico Lisbonense, Senhora da Conceição y Politécnico de Luís Rodrigues.



Fig. 435 Monasterio de N. Señora de Nazaret de Moçambo: entrada (fotografía de la autora)

En Junio de 1924 fue abierta una sala usada como cine y teatro que ocupaba la iglesia del antiguo convento (la capilla-mayor fue incluso sustituida por un palco), se llamaba "Cine-Esperança" (Fig. 436).

Además este espacio fue también utilizado por una filarmónica (Fig. 437), posteriormente transformado en una ebanistería y en un almacén de muebles usados.



Fig. 436 Monasterio de N. Senhora de Nazaret de Mocambo: todavía se vislumbran los rasgos del cine-teatro (monograma con las iniciales C y E de Cine Esperanza) con el palco dónde estaba la capilla-mor (fotografía de la autora)



Fig. 437 Monasterio de N. Senhora de Nazaret de Mocambo: todavía se vislumbran los vestigios / memorias de haber sido un espacio sede de una filarmónica (fotografía de la autora)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

En el edificio monástico residía, en condiciones precarias una población significativa. En la planta baja funcionaban tabernas y carbonerías (Fig. 436).



Fig. 438 Monasterio de N. Señora de Nazaret de Mocambo antes de la obra de rehabilitación: (a) patio y (b) esgrafitos (archivo DGEMN/IHRU)

En 1996 hubo un concurso de arquitectura promovido por el ayuntamiento con vistas a su rehabilitación, los vencedores fueron ARQUI III. Este proyecto comprende la rehabilitación del espacio conventual repartido en 34 residencias, cuatro tiendas, un restaurante, un centro de convivencia para la tercera edad, un club social y el Museo de la Marioneta, así como una sala polivalente que corresponde a la iglesia y está conectada con el museo. En 1999 se iniciaron las obras de rehabilitación/reconversión del convento (Fig. 439) y se concluyeron entre 2001 y 2002 (Fig. 440).

617



Fig. 439 Fotografía aérea N. Señora de Nazaret de Mocambo durante la obra de rehabilitación (archivo IgeoE)



Fig. 440 Fotografía aérea del N. Señora de Nazaret de Mocambo después de la rehabilitación (Virtual Earth)

De hecho los monasterios y conventos proporcionaron a la ciudad contemporánea, sobre todo a partir de los siglos XIX y XX, espacios expectantes o nuevos campos de experimentación de diversos modos y medios que se traducen en vertientes que van desde la rehabilitación, la reutilización, hasta la renovación y la reconversión.

Son espacios que se adaptan a nuevas situaciones, a nuevos usos, en suma se actualizan al incluir e integrar los valores del presente en su historia (Fig. 441). Las transformaciones de los edificios patrimoniales y su consecuente adecuación a las necesidades vivenciales contemporáneas son hoy una de las principales preocupaciones en el ámbito de la construcción de la ciudad contemporánea.



Fig. 441 Aspectos del Monasterio de N. Señora de Nazaret de Mocambo (fotografías de la autora)

Así que la historia es un instrumento de análisis y crítica que permite lecturas, de los edificios, continuamente renovadas. Además de la historia que permite esta transformación de modo crítico también la “(...) «socialización» del patrimonio edilicio frente a la territorialización (...) implica a nivel disciplinar, la

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

participación de ciencias como la geografía, la economía, sociología, antropología, etc."⁹⁰

La ciudad, es lugar de encuentro y reencuentro, en la cual interaccionan distintos intereses y elementos sean económicos, culturales o incluso ideales que permiten, a través del patrimonio arquitectónico subsistente, proporcionar a la ciudad contemporánea una respuesta posible y positiva frente a las exigencias de la época contemporánea sean éstas físicas, sociales o culturales (Fig. 442).



Fig. 442 Monasterio de N. Señora de Nazaret de Mocambo y su calle durante las fiestas de Lisboa(fotografías de la autora)

Posteriormente a la época de gran expansión de las ciudades, en el momento en que la periferia empieza a alcanzar otra significación, surge el momento de reecuacionar, por lo menos en parte de éstas, su propio desenvolvimiento surgiendo una nueva perspectiva, una cultura de recuperación y rehabilitación, en suma de la transformación del patrimonio edificado existente.

⁹⁰ CASTILLO, J.; **La relación patrimonio arquitectónico-territorio: un reto para el historiador del arte** in "IAPH, Historia del Arte y Bienes Culturales"; Editorial Comares; Granada 1998; p.29

*"El trabajo proyectual sobre la arquitectura existente deviene así reflexivo y ecléctico, en busca de la adecuación a fines concretos, relacionándose con el edificio original de una manera profunda desde el punto de vista de la disciplina. El problema de la continuidad o discontinuidad figurativa entre lo nuevo y lo viejo pierde su interpretación más superficial para convertirse en un diverso instrumento compositivo."*⁹¹

En consecuencia, el enlace entre el viejo y el nuevo se traduce en la "memoria" del nuevo que es en simultaneo un vínculo dialéctico entre el pasado y el futuro que se materializa en el presente (Fig. 443).

*"En la oposición declarada entre lo antiguo y lo nuevo, entre conservación e innovación, reside el carácter mismo de la intervención, su constante y renovada condición histórica. El monumento/documento se configura teatro de atención analítica e interpretativa; pero al mismo tiempo lugar de nuevo uso, palestra de la innovación, de las tecnologías más avanzadas si se desea, o de la concepción espacial de hoy en día."*⁹²



Fig. 443 Monasterio de N. Señora de Nazaret de Mocambo: vestigios del coro y pinturas murales de los principios del siglo XX, memorias de dos tiempos – el de Monasterio y el de cine-teatro (fotografías de la autora)

⁹¹ CAPITEL, A.; **Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración**; Alianza Editorial, Madrid 1999; p.146

⁹² TORSELLO, B. ; **Proyecto, conservación, innovación** in "Loggia"; nº 8; 1996 ; pp.14-16

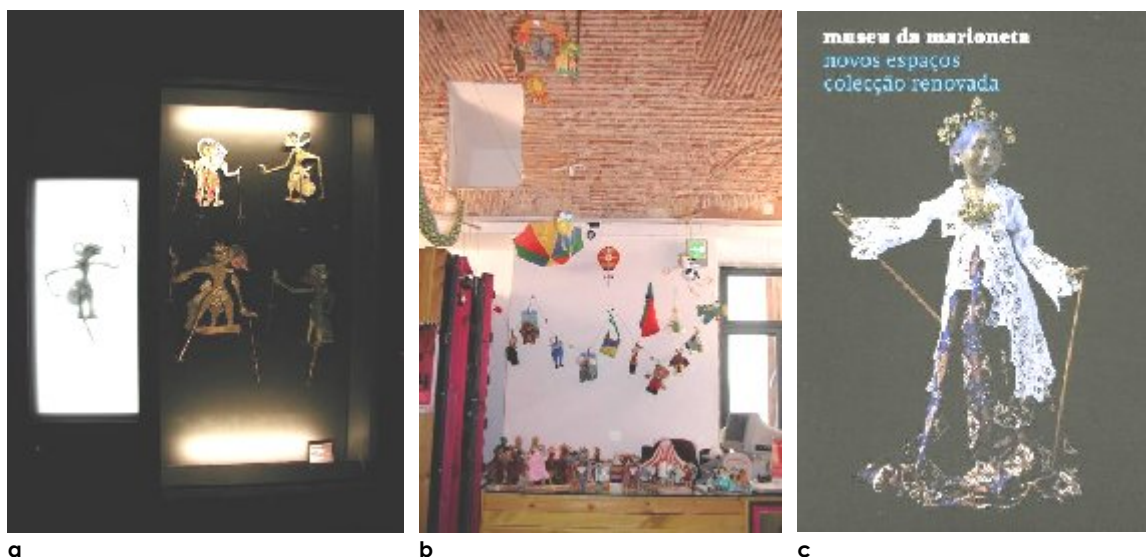


Fig. 444 Monasterio de N. Señora de Nazaret de Mocambo que actualmente alberga el Museo de la Marioneta: zona de exposición (a); tienda del museo (b); cartel de anuncio de apertura de los nuevos espacios del museo (c) (fotografías de la autora excepto c – Museo de la Marioneta / EGEAC)

Según el artículo 7º de la Carta europea del patrimonio arquitectónico “La conservación integrada se lleva a cabo mediante la aplicación de técnicas adecuadas de restauración y con la elección correcta de las funciones apropiadas. (...) debe ser una de las primeras consideraciones a tener en cuenta en todo proyecto regional y urbano.” También es referido por Castillo que:

“(...) el aspecto definidor de la protección del patrimonio arquitectónico en la actualidad es la consideración de éste como una unidad o conjunto de bienes inmuebles perfectamente integrados y vinculados con el organismo urbano donde participan y, así mismo, con la totalidad del territorio (con la multitud de elementos que lo componen) que le circunda. Es esta consideración la que sustenta la utilización de los instrumentos rectores del desarrollo, evolución o modificación de un determinado ámbito espacial, fundamentalmente el planeamiento urbano y territorial, como el mecanismo más adecuado para llevar a cabo la acción sobre el patrimonio inmueble.”⁹³

Refiere Andreia Galvão que la herencia, los testimonios y los recursos patrimoniales emblemáticos de la identidad de las ciudades, así como de las comunidades y regiones son cada vez más un temario de clara opción para una gestión que asenté en un desarrollo sostenible. Además el conocimiento y la utilización del patrimonio son, en la actualidad, elementos indispensables para su salvaguardia, sostenibilidad y valoración así como factores de progreso en las más distintas vertientes del desarrollo subrayándose en particular la inter-

⁹³ CASTILLO, J.; **Op. cit.**; p.28

dependencia entre la cultura y la cualificación de vida de la comunidad.⁹⁴ (Fig. 444)

El patrimonio monástico representa asimismo un medio y una alternativa de desarrollo de las ciudades contemporáneas y consecuentemente del territorio (Fig. 445). En conclusión un pensamiento de Lacroix:

*"(...) el patrimonio no puede olvidar que su verdadera finalidad es el desarrollo de la persona. Para desempeñar eficazmente este papel, es importante que dicho patrimonio no sea museografiado, congelado. Tan sólo, podrá cumplir su vocación intelectual, afectiva, espiritual, si se acerca al público, si se familiariza y se vuelve lo suficientemente atrayente."*⁹⁵

y recordando el artículo 9º de la Carta europea del patrimonio arquitectónico: "Cada generación tiene sólo una vida para interesarse en este patrimonio y es responsable de transmitirlo a las generaciones futuras." y como refiere Augé "Apenas tenemos tiempo de envejecer un poco que ya nuestro pasado se vuelve historia (...)"⁹⁶.



Fig. 445 Memoria del Monasterio en la Toponimia de la ciudad (Fotografía de la autora)

⁹⁴ GALVÃO, Andreia; **Redes, rotas e parcerias estruturantes... o caso da rota dos mosteiros portugueses património da humanidade**; texto policopiado integrado en el dossier facultado a cuando el "Fórum Carta Europeia de Abadias e Sítios Cistercienses" que tuvo lugar en el Monasterio de Santa Maria de Alcobaça del 1 hasta el 3 de Mayo del 2009; Mayo 2009; s/paginación.

⁹⁵ LACROIX, Michel; **O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda**; Editora Piaget; Lisboa; 1999; p.188

⁹⁶ AUGÉ, Marc ; **Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**; Bertrand Editora; Venda Nova; 1998; p. 34

7.4.

REABILITAÇÃO CONTEMPORANEA: DO MINIMUM AO MAXIMUM

Os Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Maria do Bouro, alvo de obras de reabilitação no séc. XXI são exemplos de intervenções minimalistas no seguimento do espírito e da estética da Ordem de Cister do séc. XII (Fig.446). Refere Gerard García-Ventosa:

“En la evolución de la arquitectura se repiten cíclicamente momentos de crisis que conllevan una revisión de los planteamientos arquitectónicos que la suportan y que desembocan normalmente en el retorno a la sobriedad, el rechazo a la ornamentación y un regreso a la búsqueda de la esencia.”⁹⁷

No entanto, existe uma ténue linha que delimita a intervenção minimalista da intervenção maximalista.

Como refere Josep Maria Montaner: *“La misma esencia del minimalismo es contradictoria. La voluntad de conseguir lo máximo con el mínimo de medios formales constituye, en realidad, una posición maximalista.”⁹⁸*

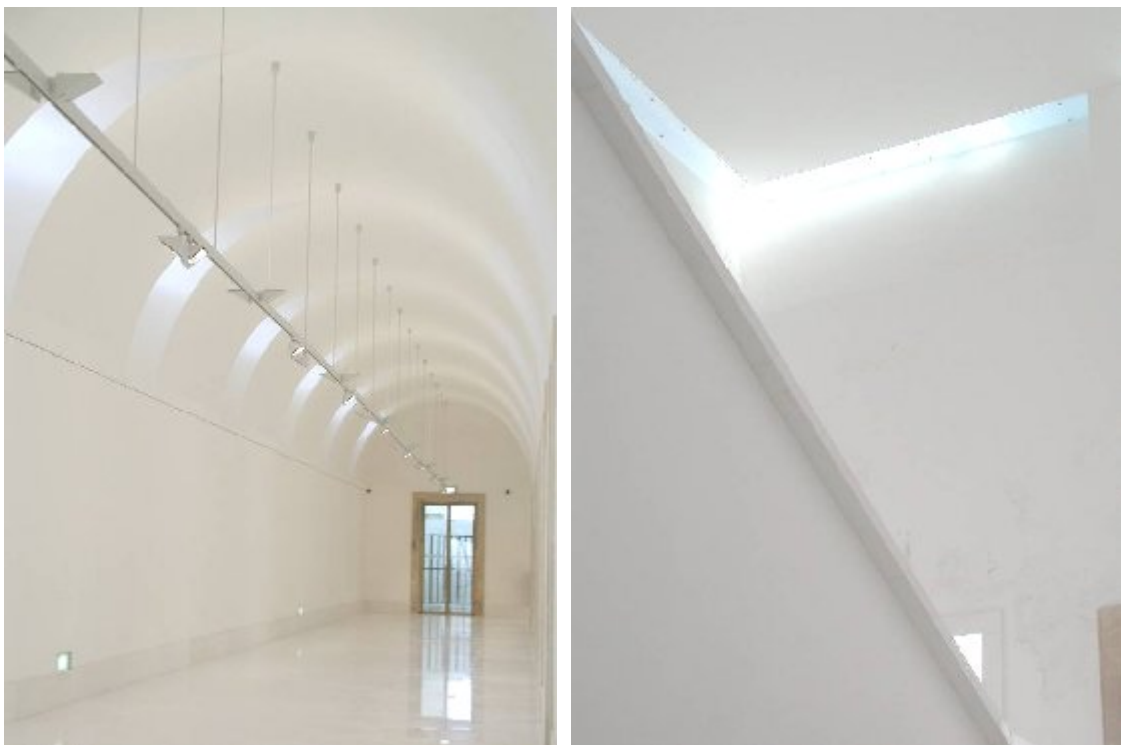


Fig. 446 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Ala S. Bernardo (fotografias da autora)

⁹⁷ SAVI, Vittorio e Josep Montaner; **Less is more. Mimalismo en arquitectura y otras artes**; Colegio de Arquitectos de Cataluña y ACTAR; 1996; p.8

⁹⁸ SAVI, Vittorio e Josep Montaner; **Op. cit**; p.108

Deste modo, Alcobaça, dentro do espírito minimalista é alvo de uma intervenção igualmente minimalista (desde a preocupação com a luz até à pormenorização construtiva e linguagem arquitectónica utilizada).

Tratou-se de reabilitar transformando o mínimo possível e realçando o detalhe no seguimento de uma arquitectura cheia de espiritualidade e expoente máximo do minimalismo cisterciense do séc. XII (Fig. 447 e 448).



Fig. 447 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: fotografia da 1ª metade do século XX daquela que é actualmente designada por Ala S. Bernardo (fotografia DGEMN/IHRU)



Fig. 448 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: fotografia da 1ª metade do século XX daquela que é actualmente designada por Ala S. Bernardo com sobreposição de foto da mesma ala na actualidade (fotografia da autora sobre fotografia da DGEMN/IHRU)

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Quanto ao Mosteiro de Santa Maria do Bouro, refere o arquitecto Eduardo Souto de Moura, autor da sua reabilitação juntamente com o arquitecto Humberto Vieira, que:

"La intención de este proyecto es adaptar, o mejor utilizar la piedra natural disponible para construir una obra de nueva planta. Es un edificio nuevo en el que intervienen varias voces y funciones (algunas ya registradas, otras esperando ser construidas), pero no es la reconstrucción del edificio en su forma original.

*En este proyecto son más importantes las ruinas que el 'convento'; éstas están al descubierto, se pueden manipular, igual que lo fue el edificio durante la historia."*⁹⁹ (Fig. 449)

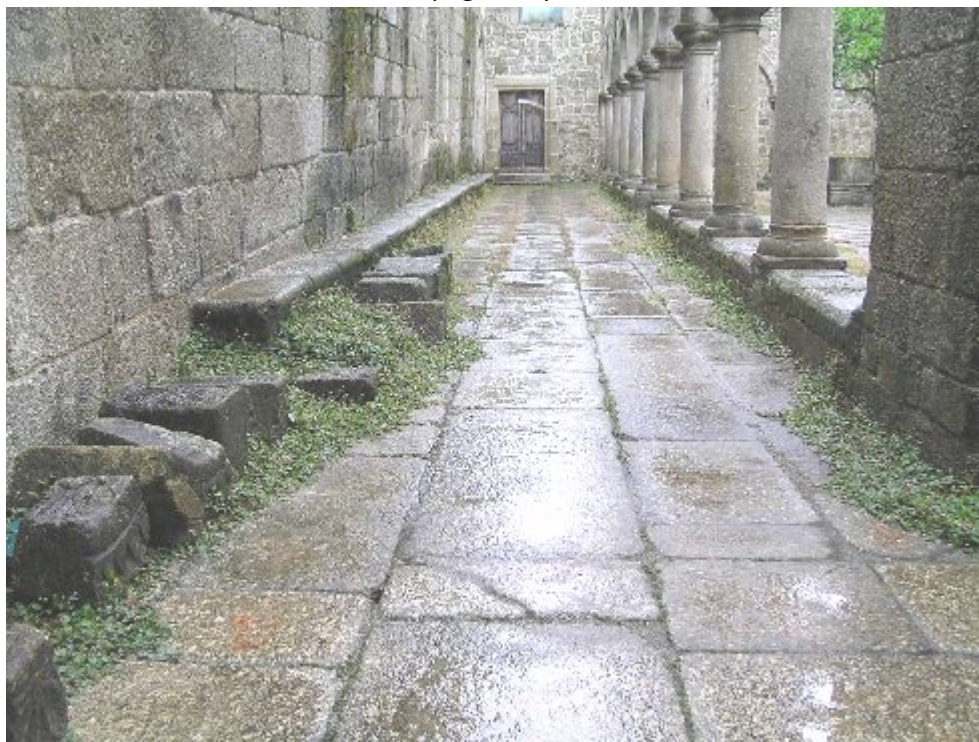


Fig. 449 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: depois da intervenção (fotografia da autora)

"La finalidad de esta postura no es la de expresar o representar un caso excepcional que justifique la elaboración de un manifestó, sino cumplir con un precepto de la arquitectura que a lo largo del tiempo viene manteniéndose más o menos inalterable. En el proceso de diseño, se persiguió una condición de lucidez que mediara entre la forma y el programa. Ante dos caminos posibles a seguir, optamos por rechazar la consolidación pura y simple de las ruinas en beneficio de la contemplación, y preferimos introducir materia-

⁹⁹ MOURA, Eduardo Souto de; **Reforma del monasterio de Santa Maria do Bouro en Parador Nacional** in "Revista Internacional de Arquitectura 2G – Eduardo Souto de Moura, obra reciente"; n. 5; Barcelona 1998; p.52

les, usos, formas y funciones nuevas entre 'les choses' tal como dijo Le Corbusier. El 'pintoresquismo es cuestión del destino, no un ingrediente del proyecto o del programa.'"¹⁰⁰



Fig. 450 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: claustros (fotografias da autora)

¹⁰⁰ MOURA, Eduardo Souto de; Op. Cit; p.52

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

A intervenção no Mosteiro de Santa Maria do Bouro é inserida no espírito minimalista do séc. XX e XXI, que caracteriza muitas das obras de Souto de Moura. No entanto esta intervenção é, apesar de tudo, reveladora de uma abordagem maximalista pois com as pedras de um mosteiro, como refere o arquitecto, executou-se obra nova chegando ao ponto de replicar parcialmente os claustros com estruturas de betão bujardado e envelhecido com alguns métodos pouco ortodoxos (Fig. 450) para que a integração fosse perfeita por isso afirmar-se que esta intervenção é caracterizada por um minimalismo “maximalista”.



Fig. 451 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: depois da intervenção (fotografia da autora)

Refere ainda Jacques Lucan que :

“(...) la reconversión del monasterio no persigue recobrar un estado originario que, por no haber existido jamás, nunca se perdió; la reconversión es el inicio de un episodio más de un prolongado histórico arquitectónico. Un examen precipitado induciría a pensar que las intervenciones que Souto de Moura lleva a cabo se circunscriben a aquellos arreglos imprescindibles para el funcionamiento de un hotel que se acomoda en una antigua edificación que no requiere trabajos de entidad. Sin embargo, un examen más atento descubre sutiles variaciones, cambios casi secretos, que ponen en evidencia por un lado la transformación habida en los edificios pre-existentes o la reconstrucción de las partes ruinosas, mientras que

*por otro, desvelan la adopción de soluciones uniformes para cada uno de los principales elementos de la arquitectura."*¹⁰¹ (Fig. 451)



Fig. 452 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: depois da intervenção (fotografia da autora)

Salienta José Manuel Fernandes que naquela que é agora a Pousada de Santa Maria do Bouro "(...)foi deliberada a manutenção da expressão poética do conjunto como imagem de 'ruína' – a cobertura sem telha, com terra; o claustro como arcada escultórica – assumindo-se o objecto como 'conjunto de materiais' a tratar e a interpretar, não já como edifício unitário a restaurar."¹⁰² (Fig. 452 e 453)

628



Fig. 453 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: depois da intervenção (fotografia da autora)

¹⁰¹ LUCAN, Jaques; **La trasmutación de la materia** in "Revista Internacional de Arquitectura 2G – Eduardo Souto de Moura, obra reciente"; n. 5; Barcelona 1998; p.10

¹⁰² FERNANDES, José Manuel; **Pousadas de Portugal: obras de raiz em Monumentos** in "Caminhos do Património"; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999

7. CISTER: PATRIMÓNIO, REABILITAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Para reforçar ainda mais esta noção saliente-se que muitos dos elementos componentes do mosteiro, como é o caso das magníficas portas de madeira maciça trabalhadas, foram retiradas do seu local (antiga Sala do Capítulo) e destituídas da sua função primordial de “porta”, que permite a transição entre dois locais, para passarem a ser objectos artísticos (ainda que inseridos no seu contexto) passaram a ser obras de arte reveladoras de um património de tempos idos tal qual uma obra de “ready-made” se tratasse (Fig. 454). Note-se que a “porta” encontra-se colocada ao lado de uma das passagens (mantendo uma certa afinidade com o facto de servir de passagem para outro espaço) da ala do restaurante da Pousada estando uma das folhas colocada em sentido invertido (Fig. 455 e 456).

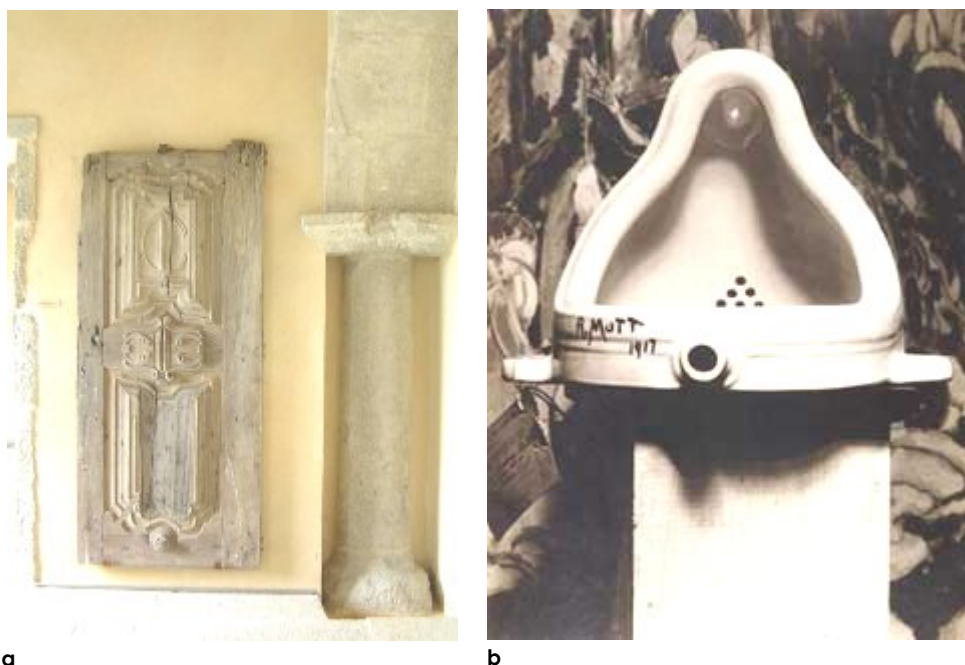


Fig. 454 (a) Mosteiro de Santa Maria do Bouro: folha 1 da antiga porta da Sala do Capítulo actualmente no interior da Pousada apresentada como obra de arte e colocada na parede em posição invertida (fotografia da autora); (b) “A fonte” de Marcel Duchamp, 1917 (fotografia de A. Stieglitz)

De certo modo recorda um pouco a “fonte” de Marcel Duchamp quando olhamos para a “porta” deste mosteiro cisterciense ou mesmo para o lavabo (Fig. 457) colocado à entrada do restaurante (antiga cozinha).

Por um lado é louvável, a preservação destes elementos como partes significativas e integrantes deste local, agora elemento de destaque pelo seu valor patrimonial e elevados a obra de arte, seja entendido na acessão de “Objet trouvé” seja na acessão de “ready-made” patrimonial.



Fig. 455 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: porta da Sala do Capítulo constituída por duas folhas – agora no interior da Pousada apresentada como obra de arte – em fotografia da 1ª metade do séc. XX (fotografia DGEMN/IHRU)



Fig. 456 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: folha 2 da antiga porta da Sala do Capítulo actualmente no interior da Pousada apresentada como obra de arte (fotografia da autora)



Fig. 457 Mosteiro de Santa Maria do Bouro: lavabo na entrada do restaurante (fotografia da autora)

De facto como refere José Aguiar:

*“Da predominante e excessiva (re) fusão velho-novo – fundamente-se o novo desenho no contraste ou na analogia para com a pre-existência, e este é, de longe, o processo mais corrente entre nós – pode resultar algo que no futuro poderá até constituir-se como um novo monumento; o resultado de um PROJECTO que construiu com o – ou no – já construído, e que a crítica exalta e, depois, a história da arquitectura irá estabelecer como relevante – ou não – enquanto projecto de arte dando-lhe (ou não) o estatuto de uma nova (outra) ‘obra-de-arte’ (e penso no Bouro como exemplo) No entanto, como prática – e disse-o muitas vezes Brandi –, estes processos e estes projectos não pertencem ao campo estrito do RESTAURO, considerando-os inadmissíveis numa ‘boa’ praxis da CONSERVAÇÃO de património cultural.”*¹⁰³ (Fig. 458 e 459)

¹⁰³ AGUIAR, José; **Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico** in “100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010”; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; p. 232



Fig. 458 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Ala S. Bernardo (fotografia da autora)



Fig. 459 Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fotografia da autora)

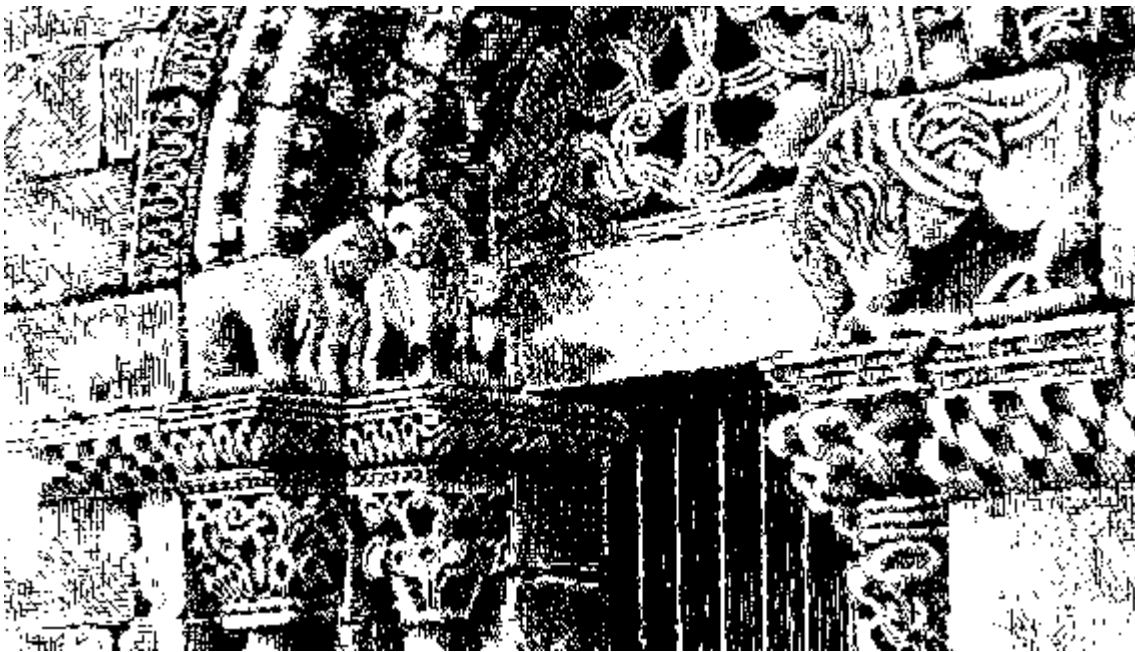


Fig. VIII Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho
(desenho de Mestre Jorge Braga da Costa cedido pelo autor)

8.



8. CONCLUSIONES

Después de una investigación dificultada, por variadas situaciones y ocurrencias, se llega ahora a las conclusiones finales de un trabajo arduo pero gratificante. Efectivamente, toda la labor fue dificultada luego desde el inicio por:

1. el trámite procesual necesario a la obtención de información;
2. la inexistencia de dibujos y planos completos de los edificios monásticos cistercienses portugueses;
3. la necesidad de hacer, o rehacer, varios planos de implantación con base en los planos 1:25.000 del IGeoE para la comprensión de la inserción en el territorio de los edificios cistercienses;
4. la creación de una base de datos, tanto en Aceso como utilizando los Sistemas de Información Geográfica, para la producción de los mapas temáticos;
5. la distancia entre los monasterios y las accesibilidades de algunas ubicaciones;
6. el desánimo por veces provocado por el estado del patrimonio cisterciense portugués y la absoluta imposibilidad de socorrerlo;
7. las dificultades personales que implica hacer una tesis, por veces con perjuicio para la familia y amigos, otras con el apoyo de estos pero con las adversidades de la propia condición humana.

635

Una vez con la información compilada y con los datos reunidos fue necesario trabajarlos y encontrar una forma de presentarlos.

Consecuentemente ha sido necesaria la investigación de los antecedentes, el origen y la estructura del propio Císter portugués.

Se entiende así la importancia que los Padres del Desierto han tenido en el desarrollo del pensamiento cisterciense. También fue necesaria la comprensión del monacato benedictino, sea por las reformas desarrolladas (Cluny y Císter), sea por la necesidad de oposición, reformista del Císter a Cluny. Además por la misma necesidad de oposición ha nacido el Císter como reforma del Orden Benedictino, esto es, por la necesidad de volver a algo más simples y original, para volver a la fe y a la origen de la Regla de San Benito con la importancia de la simplicidad y espiritualidad de los Padres del Desierto¹.

Después de establecer un puente entre los orígenes del monacato y el génesis del Císter fue necesaria la comprensión, no solo de sus orígenes, así como de su fundación. Es necesario subrayar la importancia de la figura de Roberto de Molesme, fundador del Orden del Císter en 1098, así como toda la

¹ Cfr. Volumen I; capítulo 1

epopeya de la construcción de una reforma y de un monasterio que llevan el mismo nombre.

Todavía, en relación al desarrollo cisterciense, ha sido importante destacar los tres impulsores del Císter, los abades Roberto (el primer abad), Alberico (con él llegó la consolidación de la Orden) y Esteban (el legislador de la Orden Cisterciense por excelencia) para que se pueda comprender el papel que San Bernardo tuvo en la divulgación, en el desarrollo y en la afirmación de la Orden del Císter. Fue necesario comprender que a pesar del importante papel desempeñado por San Bernardo (y además de él ser uno de los más conocidos cistercienses) antes de su llegada el Císter ya era el Císter, esto es, ya existía un corpus legislativo y espiritual cisterciense previo. De San Bernardo interesa retener que ha sido él el motor del desarrollo y de la expansión del Císter por toda la Europa.²

Para que se comprenda la arquitectura cisterciense fue forzoso comprender el Císter como un todo, esto es, su base legislativa, los documentos primitivos y la Regla de San Benito. A pesar de nada se haber escrito como normativa arquitectónica cisterciense, se verifica, por afinidad entre los demás monasterios cistercienses, un cierto "aire de familia", una homogeneidad que es resultante de la unanimidad en relación a la Regla de San Benito (la más significativa documentación y legislación en que se basa la Orden del Císter son la Regla de San Benito y la Carta de Caridad).

Los fundamentos de la espiritualidad y vida cisterciense, con base en esta normativa, son como se ha verificado: la fidelidad, la pobreza (autonomía), la uniformidad de principios y de práctica de vida, las visitaciones, el capítulo general, la independencia no solo económica pero también en relación a los poderes civiles.³

Para la comprensión de la arquitectura cisterciense también fue importante la noción de la estructura social de la Orden y la importancia de los Conversos en la misma. Debido a esta estructura social existía en el monasterio cisterciense una dualidad que se reflexionaba no solo en las vidas de los monjes y de los conversos como también existían reparticiones específicas en el propio edificio monástico ya que monjes y conversos hacían sus vidas casi sin cruzarse, ocupando distintas plazas mismo en los actos comunes (liturgia y capítulo). También los conversos han sido importantes para el Císter por su labor en las granjas y por haber permitido la existencia de las mismas ya que eran la predominante fuerza laboral en ellas.

Para una mejor definición de la ocupación y utilización del monasterio cisterciense se ha estudiado el ciclo de vida en el monasterio, esto es, como era

² Cfr. Volumen I; capítulo 2; pp.64 y siguientes

³ Cfr. Volumen I; capítulo 2; pp.83 y siguientes. Cfr. Volumen I; capítulo 2; esquema 8; p.84

ocupado el día monástico y cual el porcentaje de permanencia en los distintos espacios que hacen parte integrante del monasterio cisterciense.⁴

Se concluye que el "*Ora et Labora*" es, en definitiva, el generador de la utilización de los distintos espacios del monasterio. Pero un edificio monástico, además de sus habitantes necesita, de un soporte teórico y espiritual para que todo haga sentido.

Así fue necesario explorar las constituyentes elementares de la Orden del Císter, esto es, además de la uniformidad de vida, del trabajo manual y de la oración, es importante retener la devoción a María (la "*Mater Cistercientium*"), la austeridad y pobreza, así como la soledad y sobre todo la Simplicidad.⁵

Para un entendimiento del Císter en Portugal fue necesario comprender la figura de D. Afonso Henriques como quien permitió la diseminación del Císter por todo el país ya que era primordial su parte en la consolidación de la nacionalidad (1143). Los Cistercienses con el incentivo de D. Afonso Henriques se fueron instalando al largo de todo el territorio portugués mientras se conquistaban las tierras a los musulmanes.

En conclusión, la ocupación cisterciense del territorio portugués presentase con una asimétrica distribución: más al norte se encuentran el mayor número de fundaciones y filiaciones cistercienses al paso que estas en el sur son más escasas ya que el territorio se encontraba ocupado por los musulmanes. Sin embargo, esto permitió singularidades en la arquitectura cisterciense portuguesa como es el caso del monasterio de San Benito de Cástris, cerca de Évora, que presenta elementos de arquitectura mozárabe, algo francamente inusual en la arquitectura de esta Orden cuya cuña se encuentra en Francia, en Cîteaux (Císter).⁶

637

En Portugal la afirmación e implantación del Císter se ha consolidado a través de tres grandes ciclos⁷.

En primer lugar existe el a que llamamos *Ciclo de Tarouca* (toma su nombre del primer monasterio cisterciense en tierras de Portugal) que se encuentra asociado a los principios de la nacionalidad y a la región de las Beiras donde se insertaron los primeros monasterios del Císter en Portugal.⁸

Por otra parte se encuentra el *Ciclo de Alcobaça* (tomando el nombre del más significativo monasterio cisterciense portugués al largo de toda la historia del país) que se encuentra asociado a la grandiosidad de la Orden y con la vinculación de los Cistercienses al territorio portugués consolidándolo y ocupándolo con una sabia gestión del territorio (véanse los Coutos de

⁴ Cfr. Volumen I; capítulo 3; p.280 y siguientes / Cfr. Volumen I; capítulo 3; esquema 45; p.283 / Cfr. Gráficos 21, 22 y 23 in Volumen I; capítulo 3; p.284

⁵ Cfr. Volumen I; capítulo 2; pp.96 y siguientes. / Cfr. esquema 9 in Volumen I; capítulo 2; p.98

⁶ Cfr. Volumen I; capítulo 3; pp.103 y siguientes / Cfr. Volumen I; capítulo 2; fig. 34; p.98

⁷ Cfr. Volumen I; capítulo 3; pp.113 y siguientes. /Cfr. Esq. 17; Vol. I; cap.3; p.116

⁸ Cfr. Volumen I; capítulo 3; pp.117 y siguientes.

Alcobaça así como todo el desarrollo cultural del país respecto al arte, a la agricultura y al crecimiento de poblaciones) y que corresponde a una fase más madura del desarrollo de la Orden en Portugal.⁹ Este monasterio fue también sede de la Congregación Autónoma de Alcobaça, a partir de 1567, cuando los Cistercienses portugueses se desvinculan de la obediencia al Monasterio de Claraval en Francia.

Pero hay un tercer ciclo, de gran importancia para la comprensión del Císter portugués, que es el *Ciclo del Real Femenino*¹⁰, o sea, es un ciclo asociado a la versión femenina del Císter en Portugal y que solo ha sido posible gracias al interés y dedicación al Císter de los miembros femeninos de la Casa Real de Portugal.

Sin duda la más grande huella ha sido dejada por el *Ciclo de Alcobaça*, seguido por el *Ciclo de Tarouca* y por el *Ciclo del Real Femenino*. Pero esta huella territorial tiene que ver con las circunstancias históricas de la formación de este país como hemos visto.

Además, fue imprescindible percibir que, tal como los tres ciclos esenciales, la Orden del Císter en Portugal posee tres momentos cronológicos esenciales de gran importancia para que se perciban también sus arquitecturas.

De esta forma, se registra un primer momento de unión con el Císter (1143-1567), en el que las fundaciones y filaciones cistercienses ayudaron a formar y consolidar Portugal como nación.

Después un segundo momento (1567-1834), no menos importante ya que se traduce en la desvinculación de los Cisterciense portugueses al "Císter-madre". Es con este acto de disociación que nasce, en Portugal, la Congregación Autónoma de Alcobaça cuyo nombre completo era "Congregación de Santa María de Alcobaça de la Orden de San Bernardo en los Reinos de Portugal y del Algarve". Con este gesto, nuevas reglas y normativas determinaron las acciones de los cistercienses portugueses y con ellas una gran reforma de los edificios existentes, su ampliación y/o nueva construcción.¹¹

En definitiva con la Congregación Autónoma de Alcobaça, y la autonomía del Císter portugués, muchos monasterios han sido incorporados a la nuevísima Congregación pero, por otra parte, algunos fueron suprimidos (todavía antes de la extinción de las Órdenes religiosas) y otros, fueron a su vez, fundados. De este modo, fue fundamental percibir cuales los monasterios incorporados, cuales los suprimidos y cuales los fundados ya que este período

⁹ Cfr. Volumen I; capítulo 3; pp.123 y siguientes.

¹⁰ Cfr. Vol. I; cap. 3; pp.123 y siguientes.

¹¹ Cfr. Vol. I; cap. 3; pp.136 y siguientes

del Císter portugués carece de estudios que permitan una visión global de todos los monasterios.¹²

Es de referir, de igual forma, una interesante aportación no solo para el estudio de este período como también para el estudio de los monasterios cistercienses portugueses, así como para el estudio histórico en general. En la parte de atrás de las sillas del Coro-alto del Monasterio de San Bernardo de Portalegre se ha notado la existencia de un largo y completo escrito que se ha decido traer a la luz del siglo XXI.

Este escrito no es posible de leerse "*in situ*" por la proximidad del coro con la pared, sea por la falta de iluminación, sea por la distancia de lectura, y por eso se han tomado muchas fotografías que se han montado como un mosaico y que se anexan en esta tesis.¹³

No puede presumirse de que sea una verdadera descubierta, pero se desconoce este registro y por eso es importante la recuperación de esta memoria, con la transcripción en su versión integral¹⁴ y su inclusión, en esta tesis, en portugués adaptado.¹⁵ Este texto es más que una curiosidad ya que cuenta el traslado de las monjas del Monasterio de San Bernardo de Portalegre para el de Odivelas, así como ofrece fechas del regreso de las monjas a su monasterio después que la reina D. Maria I ascendió al trono y ha ordenado que se volvieran a abrir los monasterios que se habían cerrado¹⁶ antes durante el Abadiado del Comendatario D. Manoel de Mendonça. Este testimonio escrito en la madera del coro-alto permite percibir las fechas de la restauración del edificio monástico, cuantas personas han trabajado en ello, cuánto tiempo tardó la obra, como fueron recibidas las monjas en su regreso, por la ciudad de Portalegre y sus ciudadanos.¹⁷

Sin embargo, es a partir del año 1834 que el Císter empieza su rápida extinción en tierras lusas y con la extinción de las Órdenes religiosas desaparecieron los Cistercienses de Portugal.¹⁸

Fue necesario comprender la extinción de las Órdenes religiosas para que se percibieran dos implicaciones directas en los monasterios Cistercienses: su abandono y su cambio de uso.

Si por un lado hubo monasterios que se deterioraron muchísimo por el abandono, por otro han sido precisamente los cambios de uso que los han salvado de la ruina.

¹² Cfr. Esq. 24 in vol. I; cap. 3, p. 140

¹³ Cfr. Fig. 463, in vol. III; cap. 9 (anexos); p. 1612

¹⁴ Cfr. Vol. III; cap. 9 (anexos) pp. 1610 – 1612, en forma de anexo con transcripción integral

¹⁵ Cfr. Vol. III; cap. 9 (anexos) pp. 145 – 146, en portugués contemporáneo adaptado por la autora

¹⁶ Cfr. Esq. 24 in vol. I; cap. 3, p. 140

¹⁷ Esta será ciertamente una de las investigaciones a proseguir después de esta tesis.

¹⁸ Cfr. Vol. I; cap. 3; p. 143 y siguientes



Fig. 460 Ejemplos de nuevos usos en antiguos monasterios cisterciense portugueses. (a) Pousada de Santa Maria do Bouro en el antiguo Monasterio de Santa Maria do Bouro; (b) Ala San Bernardo – zona de exposiciones temporales en el Monasterio de Santa Maria de Alcobaça; (c) Museo de la Marioneta en el antiguo Monasterio de Nuestra Señora de Nazareth de Mocambo; (d) El “Teatro da Cerca de São Bernardo” insertado dentro de la antiguo muro de clausura del Colegio de San Bernardo (o Colegio del Espíritu Santo) en Coimbra (fotografías de la autora).

Así que con los nuevos usos en estas arquitecturas monásticas, nuevas soluciones arquitectónicas y urbanísticas han sido encontradas.¹⁹ Véase el Monasterio de Santa Maria del Bouro, o como de la ruina de un monasterio, el arquitecto Eduardo Souto de Moura ha conseguido construir una Posada. Véase el Monasterio de San Bernardo de Portalegre que es una escuela práctica de la GNR. Véase el Monasterio de Alcobaça con su Rossio²⁰. El Rossio se ha transformado en el espacio público por excelencia durante el siglo XIX, mientras antes figuraba como adro de la Iglesia monástica. En el siglo XXI, finales del siglo XX, este espacio ha regresado a su origen, como espacio del monasterio, a través de la intervención de Gonçalo Byrne.

De esta forma, las Arquitecturas del Císter en Portugal han sido testigos de la historia de una nación y han sobrevivido a inúmeros cambios y agitaciones

¹⁹ Cfr. vol. I; cap. 7; pp.598 y siguientes

²⁰ Cfr. vol. I; cap. 7; pp.608 y siguientes

culturales, naturales e incluso históricas. Al contrario de los monjes y monjas que en ellos habitaban y que han desaparecido de Portugal para no más regresar (a pesar algunas tentativas falladas de que se habló en el desarrollo de esta tesis) estas arquitecturas permanecieron y fueron utilizadas de distintos modos. Algunos de estos nuevos usos las han salvado, como es el caso del Monasterio de Alcobaça, del Monasterio de San Bernardo de Portalegre, del Monasterio de S. Bento de Cástris.

Otros han desaparecido físicamente y casi de la memoria colectiva portuguesa como son los casos de S. Tiago de Sever, S. João de Vale Madeiro, S. Salvador das Bouças.

Otros han sido fundaciones muy breves como es el caso del Monasterio de Xabregas en Lisboa.

Otros a su vez se están arruinando como son los casos de los Monasterios de Santa Maria de Maceira Dão (por falta de capital y programas de rehabilitación que incluyan los monasterios hoy propiedad privada), Santa Maria das Junias o Santa Maria de Seíça (que es hoy una fuerte amenaza pues se está colapsando).

Pero ni todo son desgracias y pueden encontrarse monasterios rehabilitados que se presentan cual fénix renacida de las cenizas como es el caso del otrora muchísimo arruinado Monasterio de Santa Maria do Bouro que en la actualidad es un edificio de cuño contemporáneo y que se ha basado en las memorias de una Orden monástica y en las piedras de una ruina cisterciense. Para eso Souto de Moura ha utilizado un pensamiento muy próximo del ascético y simples pensamiento bernardino, de apología del mínimo y de lo austero, que hoy podemos llamar casi de precursor del minimalismo.

Un pensamiento similar ha sido adoptado por Gonçalo Byrne y por João Pedro Falcão de Campos en la rehabilitación del Ala San Bernardo del Monasterio de Alcobaça (Ala Sur). Aquí puede verse de nuevo una aplicación contemporánea del pensamiento de san Bernardo y de sus argumentos utilizados en la *Apología a Guillermo Abad* que mucho contribuyó para la comprensión del pensamiento arquitectónico cisterciense pues nada ha sido escrito en términos de normativas arquitectónicas. En la Arquitectura cisterciense son más las cosas que no se pueden hacer que las que se pueden, así podría afirmarse que la reglamentación y normativa sí que existe, pero por la negativa.

Otras rehabilitaciones han sido marcos importantes en la salvaguardia de la memoria cisterciense en Portugal y en la reutilización de estos espacios por nuevas utilidades. Es ejemplo de estas rehabilitaciones el Monasterio de Nuestra Señora de Nazaréth de Mocambo (más conocido como Convento de las Bernardas en Lisboa) que ha sido villa operaria, cine-teatro, sede de filarmónica y ahora es el Museo de la Marioneta, espacio compartido con habitaciones, un restaurant. También es ejemplo, la recuperación paisajística la

cerca monástica del Colegio de San Bernardo en Coimbra por el Arquitecto minimalista João Mendes Ribeiro.²¹

Los arquitectos contemporáneos supieron vislumbrar el espíritu del mínimo del siglo XII y aplicarlo en el siglo XXI, véase la Ala San Bernardo del Monasterio de Santa Maria de Alcobaça y de algún modo también el Monasterio de Santa Maria do Bouro con intervención del arquitecto Eduardo Souto de Moura (que fue galardonado este año con el premio Pritzker). Además, recientemente ha sido dada la noticia de que el Monasterio del Lorvão será objeto de una recalificación general de su envolvente que estará a cargo del Arquitecto João Mendes Ribeiro. Habrá también un concurso para la recuperación de su órgano de dos caras (hacia la capilla-mor y hacia el coro de las monjas).²²

Así que se comprendió que hay una relación directa entre la simplicidad y ascetismo cistercienses con el lenguaje arquitectónico del siglo XXI y finales del siglo XX, sobre todo con los arquitectos más próximos del minimalismo. Claro que los principios que mueven un arquitecto minimalista son distintos de los que movieron los monjes constructores cistercienses del siglo XII, pero ambos buscaban lo mismo: la pureza de la expresión mínima, unos por ideales espirituales, otros por ideales estéticos.

Para que esta afirmación pudiera ser comprobada se hace referencia en el capítulo 4 al "*minimalismo cisterciense*" precisamente porque de eso se trataba. Hay un ejemplo, que a pesar de no ser portugués, ha sido vital en esta conclusión: el ejemplo del Monasterio de Novy Dvur en Republica Checa, el primer monasterio cisterciense (o mejor Trapista para ser más precisa) del post-comunismo y obra de un arquitecto que se asume como minimalista y que reconoce a su vez la influencia del Císter del siglo XII en su obra²³. Se trata del arquitecto John Pawson y por eso cabe referirlo y referir este monasterio en esta tesis²⁴ (este monasterio ha recibido el premio internacional *Frate Sole* para la arquitectura sacra en 2008).

Así cuando se encuentran referencias en esta tesis al minimalismo cisterciense se comprende el largo recorrido desde el Císter del siglo XII al "*mínimum*" del siglo XXI. Ha sido también Byrne con João Pedro Falcão de Campos que han rehabilitado la ala Sur del Monasterio de Alcobaça y los espacios públicos más inmediatos de este monasterio con un lenguaje impregnado del "*mínimum*" del siglo XXI que no afronta la coherencia proyectual y espiritual de los primeros Cistercienses del siglo XII. Compárense los resultados de Byrne y Falcão de Campos, en el Monasterio de Alcobaça, con los resultados de John Pawson en el Monasterio de Novy Dvur. Claro que para

²¹ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 598 - 622

²² Cfr. Jornal de Noticias de 17 de Junho de 2010

²³ Esto está bien patente en el escrito teórico PAWSON, John ; **Minimum** ; Phaidon Press Limited; 1996

²⁴ Cfr. vol. I; cap. 4; pp. 287-304

hacer este puente ha sido necesario socorrernos de otro arquitecto largamente influenciado por el Císter, tanto en la pureza de las formas, como en la verdad de los materiales, que ha sido Le Corbusier. La influencia ejercida, en la obra de Le Corbusier, por el monasterio cisterciense de Le Thoronet en Francia es comprensible también en el proyecto del monasterio dominico de La Tourette. Curiosamente este monasterio es algo que une Le Corbusier a John Pawson y al Císter como se ha comprobado. En definitiva el Císter influencia o ha influenciado inúmeros arquitectos.²⁵

Pero no solo ha sido importante comprender la evolución y los momentos asociados al Císter en Portugal. También fue de máxima importancia percibir el lenguaje arquitectónico desarrollado por el Císter y por la utilización de los distintos estilos arquitectónicos (Véase el capítulo 3) en Portugal. Todo esto es comprensible por la evolución histórica y cultural del país. Es de subrayar la importancia de la llegada del estilo gótico a Portugal con la construcción del monasterio de Alcobaça.

Pero si fue fundamental percibir el Císter en Portugal también lo fue percibir las premisas del espacio cisterciense portugués (véase capítulo 4). Así, la comprensión de la construcción del espacio monástico cisterciense fue una etapa imprescindible no solo para la arquitectura cisterciense portuguesa pero también para su inserción en el territorio. Se comprueba que la búsqueda de los cistercienses por valles se aplica en Portugal, que se puede encontrar el llamado plan bernardino en algunos monasterios, sobre todo en Alcobaça, pero que no podremos decir que en Portugal los monasterios seguían un plan idéntico ya que muchos monasterios han sido filiados y no fundados o sea, se utilizaron las pre-existencias de los edificios que albergaban las anteriores comunidades. Pero también contribuyó para esta parte la comprensión del monasterio como *ciudad ideal* y como *paradisum claustralis*, eso sí que se aplica a todos los monasterios cistercienses portugueses²⁶.

643

Se concluye así que la arquitectura cisterciense se reparte por cuatro conceptos novedosos: la modernidad, el mínimo, la uniformidad y la repetición²⁷. Pero estos conceptos se comprenden por la necesidad de austeridad, de simplicidad y de funcionalidad del monasterio cisterciense. No obstante, la uniformidad y la repetición pueden ser puestas en causa por la libertad y por los regionalismos como es lo que pasa con los monasterios portugueses que están muy intrincados en las regiones donde se insertan.

Fue además necesario comprobar si existe en Portugal la aplicación del plan bernardino o no, como ya ha sido mencionado, pero para eso también fue necesario comprender lo que pensaban varios autores sobre este asunto²⁸

²⁵ Cfr. vol. I; cap. 4; p.300 / cfr. vol. I; cap. 4; pp. 239-246

²⁶ Cfr. vol. I; cap. 4; p. 235

²⁷ Cfr. Esq. 42 in vol. I; cap. 4; p. 237

²⁸ Cfr. vol. I; cap.47; pp. 246 - 249

ya que hay los apologistas de la existencia de dicho plano y los que al revés no admiten su existencia. Bien, respecto a esto, si lo creemos que existe un plan dicho bernardino, pero también es verdad que en Portugal como se había mencionado antes no se pudo poner en práctica siempre esto por lo que el plan en Portugal ha sido siempre adaptado y vinculado, no solo a los regionalismos cuando se hacía una fundación, pero también a las preexistencias cuando se optaba por filiaciones.

Si se ha buscado lo que distintos autores afirmaban en este apartado, también se buscó los registros de los distintos planes tipo de un monasterio cisterciense que se hicieron y se estudiaron durante el siglo XX y XXI.²⁹

Sin embargo, cuando se habla de planos es necesario comprender su morfología, así como la duración de la jornada monástica y la utilización espacio-temporal del monasterio por los monjes o monjas.³⁰

Con más detalle fue necesario estudiar la morfología de las arquitecturas del Císter en Portugal (lo que corresponde a todo el capítulo 5) dividiendo este estudio por todos los espacios funcionales del edificio monástico.³¹ Consecuentemente se han tipificado las arcaturas claustrales y aportando una nueva definición en esta tipificación: el mimetismo claustral, o sea, se aplica esta definición cuando estamos ante un claustro desaparecido o inexistente y que en el siglo XX fue proyectado por la Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales. Lo hemos llamado así por ser en definitiva una mimesis de algún tramo claustral subsistente o una mimesis de otro claustro cisterciense portugués.³²

Se han tipificado las fuentes, los lavabos pero también las iglesias y sus accesos.

Es de destacar que si no hay un plan tipo para los monasterios cistercienses portugueses lo hay seguramente para las iglesias de estos monasterios, sean iglesias de monasterios femeninos³³, sean iglesias de monasterios masculinos³⁴. Consecuentemente se han tipificado los planes de las iglesias (femeninas o masculinas) según plan monoaxial, biaxial o centralizado. Además el plan monoaxial y el plan biaxial se subdividieron en otras dos: simples (con una nave apenas) o complexa (con tres naves). Cuanto a las iglesias masculinas se ha presentado un caso de excepción (presenta tres naves pero se comporta funcionalmente como si tuviera una nave solamente).

En esta tesis hay la posibilidad de tener todos los planes de los monasterios cistercienses portugueses en una misma escala, propiciando una visión de

²⁹ Cfr. vol. I; cap. 4; pp. 264 - 275

³⁰ Cfr. graf. 21, graf. 22 y graf. 23 in vol. I; cap. 4; p. 284

³¹ Cfr. vol. I; cap. 5; pp. 307-412

³² Cfr. vol. I; cap. 5; pp. 316 - 317

³³ Cfr. vol. I; cap. 5; pp. 349 - 352

³⁴ Cfr. vol. I; cap. 5; pp. 353 - 357

conjunto que comprueba la particularidad del Císter en Portugal³⁵. Esta aportación ha sido muy importante ya que existen varios planos pero la gran parte no están completos, siendo apenas trozos de planos. A estos planos se sobrepuso el estudio de los distintos espacios funcionales de un monasterio cisterciense. Con esto se comprobó que pese la necesidad de una coherencia formal y funcional cisterciense, ni siempre se cumplen con los principios del plan bernardino, por lo que esto viene a reforzar lo que se ha afirmado antes³⁶.

Consecuentemente fue necesario cambiar la escala de la visión de conjunto para una visión unitaria de cada monasterio, para que se percibiera cómo funcionaban estos espacios y esto ha dado aun más fuerza a la afirmación de que el plan cisterciense o bernardino está presente en intención pero no en conformación de la morfología de los monasterios portugueses por las mismas razones que presentamos a lo largo de esta conclusión.³⁷

No obstante la arquitectura cisterciense ha sido fundamental en el desarrollo de la arquitectura medieval portuguesa.³⁸

La inserción cisterciense en el territorio portugués ha sido igualmente importante. Para su comprensión fue necesario percibir el territorio portugués³⁹, la distribución geográfica⁴⁰ de los monasterios y su inserción en el territorio.⁴¹

Se subrayan las conclusiones sobre la implantación del Císter portugués con base en el estudio que fue anteriormente mencionado. En definitiva los monasterios portugueses, en su mayor parte, han buscado los locales lejos de poblaciones, o sea, el "desierto cisterciense" que después ha florecido en granjas y después en poblados como es el caso de la Granja de Valado dos Frades cerca de Alcobaça y toda la labor de los monjes alcobasenses. Se concluyó que todos los monasterios portugueses están junto a líneas de agua, de mayor o menor dimensión, como era habitual en esta Orden.⁴²

De este modo se concluye además que hay cuatro tipos específicos de implantación en el territorio. Así se encuentran monasterios de *Montaña*, de *Valle*, de *Altiplano* y de *Planicie*. (Véase el capítulo 6).

No obstante hay algunos monasterios que se encuentran en el límite de estas tipificaciones compartiendo algunas características de otras tipificaciones, pero no las suficientes para que se abarquen en ellas. Por eso se ha sintetizado estas conclusiones en el Esq. 96, incluso se ha listado todos los

³⁵ Cfr. vol. I; cap. 5; pp. 414 - 419

³⁶ Cfr. vol. I; cap. 5; pp. 420 - 423

³⁷ cfr. vol. I; cap. 5; pp. 425 - 450

³⁸ Cfr. vol. I; cap. 6; pp. 453-468

³⁹ Cfr. vol. I; cap. 6; pp. 469-478

⁴⁰ Cfr. Esq. 86 in vol. I; cap. 6; p. 480

⁴¹ Cfr. vol. I; cap. 6; pp. 479 - 491

⁴² Esto se comprueba con el Esq. 91 de las pp. 492 - 493 en el que en una misma escala grafica se comprende la implantación de los monasterios cisterciense portugueses.

monasterios según los ciclos principales que se mencionaron antes, como se presenta en el Esq. 98.⁴³

Así que la mayor parte de los monasterios cistercienses portugueses están en una situación de valle, como es habitual en el Císter, pero también hay muchos ejemplares en situación de planicie ya que esto una vez más se comprende por la historia de este país y por las filiaciones o fundaciones portuguesas. Lo mismo se concluye con la altitud a que se encuentran estos monasterios (en una primera fase al norte con más altitud y después empezando a distribuirse por zonas con menor altitud, casi siempre coincidentes con situaciones de valle.⁴⁴ Se comprueban también los cambios de sitio, por necesidad, de algunos monasterios como estaba contemplado en la práctica del Císter por toda la Europa.⁴⁵ Además esto comprueba la necesidad de estos monasterios esteren cerca del agua, pero también las consecuencias de tal proximidad, y de la obra hidráulica cisterciense⁴⁶.

Una vez abarcadas las arquitecturas del Císter en Portugal así como su inserción en el territorio ha sido necesario comprender como estas fueran rehabilitadas al largo del tiempo, o sea fue necesario comprender las preocupaciones con el patrimonio portugués desde su inicio, o sea desde el alvará de D. João V en el siglo XVIII (véase el capítulo 7). Para que esta comprensión fuera posible no solo se abarcaron las preocupaciones patrimoniales primordiales, como también la importancia del rey consorte D. Fernando II⁴⁷; la cultura de lo pintoresco y de los viajeros de ochocientos como los arquitectos William Beckford y James Murphy⁴⁸; la importancia del pensamiento y de las críticas ejercidas por Alexandre Herculano⁴⁹; la génesis de la Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales (DGEMN)⁵⁰; La génesis del Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico (IPPC y después IPPAR)⁵¹.

No obstante para que este entendimiento fuera posible fue necesario percibir la práctica de la arquitectura y de la salvaguardia del patrimonio a principios del siglo XX, ya que este ha sido un momento particular en la historia de Portugal con consecuencias para la rehabilitación, restauración y salvaguardia del patrimonio portugués.⁵² Con base en todo esto se partió para un abordaje al patrimonio específicamente cisterciense. Se ha concluido que

⁴³ Cfr. Esq. 96 in vol. I; cap. 6; p. 498 / Cfr. Esq. 98 in vol. I; cap. 6; p. 499

⁴⁴ Cfr. vol. I; cap. 6; pp. 502 – 509 con particular destaque para el Esq. 99 de la p. 508

⁴⁵ Cfr. vol. I; cap. 6; pp. 509 - 513

⁴⁶ Cfr. vol. I; cap. 6; pp. 514 - 522

⁴⁷ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 526 - 527

⁴⁸ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 528 - 529

⁴⁹ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 530 - 532

⁵⁰ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 532 - 540

⁵¹ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 541 - 545

⁵² Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 545 - 554

casi todos los monasterios cistercienses portugueses poseen protección patrimonial repartiéndose por las figuras legales de "Monumento Nacional" (MN) y de "Inmueble de Interés Público" (IIP), siendo que Alcobaça además de MN pertenece al listado de UNESCO respecto al Patrimonio Mundial.⁵³ Es de subrayar que todo este patrimonio monástico, cuando bajo alguna figura de protección, posee una ZEP (Zona Especial de Protección)⁵⁴

Se aporta también un estudio sobre los programas patrimoniales que abarcaron el patrimonio monástico cisterciense portugués⁵⁵ y que permitieron una mirada contemporánea y específica sobre la intervención en este patrimonio.⁵⁶ Se subraya la importancia de la síntesis presente en el Esq.110⁵⁷, que permitió concluir sobre este apartado.

En definitiva, cuando se empezó esta tesis la realidad cisterciense y la actualidad de sus rehabilitaciones eran primordiales en el plan de intervenciones patrimoniales de Portugal. En el año de 1998 todo el universo cisterciense portugués era abarcado por el programa del antiguo IPPAR llamado "*Itinerarios del Císter*", pero más tarde dio lugar al programa "*Conjuntos monásticos*" donde apenas seis monasterios cistercienses se integraban y más tarde aún, este último programa ha dado plaza al programa "*Monasterios Portugueses Patrimonio de la Humanidad*" (y que es el programa vigente en este final de tesis, esto es, en el año de 2011) que, de los monasterios cistercienses, integra el Monasterio de Alcobaça.

De este modo, no porque no tengan interese, pero por las condiciones histórico-económicas del país, los monasterios cistercienses han sido relegados para un según plano de acción. Curiosamente es precisamente cuando pasa esto que surge la *Asociación portuguesa del Císter* (APOC) así como parte de los monasterios portugueses empiezan haciendo parte de la "*Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses*" y consecuentemente hacen parte integrante de la "*Ruta Europea de las Abadías Cistercienses*".

Así que se llega a las conclusiones de esta tesis con un rasgo de esperanza relativamente al patrimonio y a las arquitecturas del Císter en Portugal. Es de subrayar que fue apenas en el día 10 de Diciembre del 2010, en la Abadía de l'Escaladieu que fue entregue la mención "*Itinerario Cultural del Consejo de la Europa*" a la "*Ruta Europea de las Abadías Cistercienses*" que tiene como principal objetivo la demostración de la importancia y significado del legado cisterciense que es entendido como el marco de un patrimonio cultural europeo común.

⁵³ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 554 - 568

⁵⁴ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 562 - 568

⁵⁵ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 569 - 584

⁵⁶ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 585 - 632

⁵⁷ Cfr. Esq. 110 vol. I; cap. 7; p. 581

En definitiva, surge un creciente interés por el Císter entre los estudiosos, académicos y profesionales del patrimonio, de la historia y de la cultura cisterciense con la APOC y un grandísimo interés por parte de entidades internacionales como es el caso de la Ruta Cultural del Consejo de Europa, o sea, la “Ruta Europea de las Abadías Cistercienses” y la “Carta Europea de los Monasterios y Sitios Cistercienses”⁵⁸.

Es de subrayar que esta tesis ha llevado a una activa colaboración con la Asociación Portuguesa del Císter (APOC)⁵⁹ e investigación académicas en los centros de investigación C-MADE de la UBI y Centro Arnaldo Araujo de ESAP donde la autora es investigadora. Es de subrayar que a lo largo de esta tesis jamás se ha parado de producir conocimiento científico, sea a través de publicaciones de artículos o actas⁶⁰, sea a través de la participación en

⁵⁸ Cfr. vol. I; cap. 7; pp. 581 - 585

⁵⁹ la autora está organizando el Simposio internacional “Cister: Espacios y Patrimonio” en una organización conjunta APOC / DECA-UBI, o sea, en una organización que abarca la Asociación Portuguesa del Císter (APOC) y la Universidad de Beira Interior a través de su Departamento de Ingeniería civil y Arquitectura (DECA-UBI) al que se juntará el centro de investigación C-MADE (Centro de Materiales y Tecnologías constructivas) de la misma Universidad y que tendrá lugar en Marzo de 2012, algunos meses antes del gran Congreso Internacional en Alcobaça organizado también por la APOC en 2012.

⁶⁰MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cister em Portugal, de Ordem a Congregação, segundo uma perspectiva arquitectónica** in *Ordens Religiosas 2010*; (coord. José Eduardo Franco); Ed. CLEPUL (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cistercians in Portugal from Order to Congregation: an architectonic point of view**, in *Religious Orders 2010*; (coord. José Eduardo Franco); Ed. CLEPUL (en edición)/ MARTINS, Ana Maria Tavares; **Medieval Cistercian Heritage: from the Ideal to the Reality** in *Actas do 1st International Meeting EAHN – European Architectural History Network (June 17-20, 2010), Guimarães, Portugal and Book of Abstracts*; Jorge Correia (Ed.); CHAM – Centro de História de Além Mar; EAUM – Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; EAHN – European Architectural History Network; 2010 (ACTAS: ISBN 978-989-95563-9-3 / BOOK OF ABSTRACTS: ISBN 978-989-96163-2-5) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cistercian Architectural Heritage as Cultural Landmarks** in *Actas do HERITAGE 2010 - 2nd International Conference on Heritage and Sustainable Development*; Ed. Greenlines Institute; June 2010 (ISBN 978-989-95671-3-9) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **MINIMALISMO CISTERCIENSE: del Císter del siglo XII al “Minimum” del siglo XXI** in *Actas do II Congresso Internacional de Arquitectura Religiosa Contemporânea - ARQUITECTURA RELIGIOSA CONTEMPORÂNEA: ENTRE EL CONCEPTO Y LA IDENTIDAD*; Ed. Fundación Santa María Nai, Delegación de Ourense del COAG; Ourense, 2009 (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Notas de uma investigação em Arquitectura: as Arquitecturas de Cister nas Beiras**; Ed. UBI; Covilhã, 2009 (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS BEIRAS BERÇO DE CISTER EM PORTUGAL: MARCAS DE 9 SÉCULOS DE ARQUITECTURA** in *Actas del IV Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal*; Tomo II; Ediciones Monte Casino; Zamora 2010; pp.881-904 (TOMO II: ISBN 978-84-614-1760-5 / OBRA COMPLETA: ISBN 978-84-614-1760-2) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **As marcas do legado cisterciense na região das Beira** in *Actas RIPAM_3: 3º Encontro Internacional sobre Património Arquitectónico do Mediterrâneo*; Lisboa, 2009 (en edición) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **ARQUITECTURAS DEL CÍSTER EN PORTUGAL: rehabilitaciones recientes** in *Actas del III Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal – tomo I*; Ediciones Monte Casino; Zamora, 2006 (ISBN: 978-84-930553-7-9) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea** in *VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación (Yaiza 2004)*; Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio. CICOP.ESPAÑA; Tenerife 2004 (ISBN: 84-609-1697-9)/ MARTINS, Ana Maria Tavares; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Sta Maria de Alcobaça, a portuguese case in “THE PLANNED CITY?”**; Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa; vol. III; Union Gráfica Corcelli Editrice; Bari 2003 (ISBN: 88-7329-043-4) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Do ideal no espaço monástico: utopia e realidade. O caso cisterciense** in *UTOPOLIS Journal*; vol. II Ed. Utopia Research Publisher; Madrid 2007 (ISSN: 1886-4120)

congresos nacionales⁶¹ o internacionales⁶², sea a través de ponencias para congresos y capítulos de libros por invitación directa⁶³

⁶¹ MARTINS, Ana Maria Tavares; **Notas de uma investigação em Arquitectura: as Arquitecturas de Cister nas Beiras** que tuvo lugar en la Universidad de la Beira Interior – Departamento de Ingeniera Civil y Arquitectura, Covilhã, en Noviembre del 2009 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **O MOSTEIRO COMO ESPAÇO DE RECUPERAÇÃO DO CORPO E DO ESPÍRITO** presentado en la tercera edición de los Encuentros Culturales en S. Cristóvão de Lafões subordinada al tema *Monasterio y Salud: cerca, botica y enfermária*, que tuvo lugar en el Monasterio de S. Cristóvão de Lafões, Portugal, en los días 11 y 12 de Mayo del 2007 (con invitación de la Comisión Científica de los Encuentros Culturales de S. Cristóvão de Lafões) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **CIDADE E TURISMO vs. ARQUITECTURA E TURISMO: o caso das Rotas de Cister** que tuvo lugar en el Auditorio Delmira Calado, de la Escuela Superior Gallaecia, en Vila Nova de Cerveira, Portugal en el 26 de Febrero del 2007 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **As arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território** que tuvo lugar en el Auditorio Delmira Calado, de la Escuela Superior Gallaecia, en Vila Nova de Cerveira, Portugal a 28 de Abril de 2006

⁶² MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cister em Portugal, de Ordem a Congregação, segundo uma perspectiva arquitectónica** in *“Congreso Internacional Órdenes y Congregaciones Religiosas en Portugal – memoria, Presencia y Diásporas”* integrado en las conmemoraciones oficiales del Centenario de la República, con el alto patrocinio de la Presidencia de la República y con el patrocinio de la Comisión Nacional para las Conmemoraciones del Centenario de la República que tuvo lugar, en Lisboa, en la Fundación Calouste Gulbenkian del 02 al 05 de Noviembre / MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS BEIRAS BERÇO DE CISTER EM PORTUGAL: MARCAS DE 9 SÉCULOS DE ARQUITECTURA** presentada en el *IV Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y en Portugal* que tuvo lugar en Braga y en Ourense, en Octubre del 2009 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **As marcas do legado cisterciense na região das Beira** presentado en el *RIPAM_3: 3^{er} Encontro Internacional sobre Património Arquitectónico do Mediterrâneo* que tuvo lugar en la Universidad Lusíada de Lisboa en Octubre del 2009 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS ARQUITECTURAS DE CISTER NAS BEIRAS** presentada en el *Congreso Internacional – Afonso Henriques 900 anos después* que tuvo lugar en el Teatro Viriato, Viseu, en Setiembre del 2009 (con invitación del Comisario de las Comemoraciones de los 900 anos del Nacimiento de D. Afonso Henriques, Prof. Dr. João Silva de Sousa FCSH-UNL y del Ayuntamiento de Viseu) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **ARQUITECTURAS DEL CÍSTER EN PORTUGAL: rehabilitaciones recientes** presentado en el *III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal* que tuvo lugar en Ourense – Oseira, España, del 22 al 24 de Setiembre del 2005 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea** presentada en el *VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* que tuvo lugar en Yaiza, Lanzarote, España del 12 al 16 de Julio del 2004 y cuya participación fue financiada por la FCT – Fundación para la Ciencia y Tecnología / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Cistercian Architectures in Portugal. Insertion in the territory and the actuality of its rehabilitations** em *THE 2004 CISTERCIAN STUDIES CONFERENCE within the 39th INTERNATIONAL MEDIEVAL STUDIES CONGRESS* que tuvo lugar en la Western Michigan University en Kalamazoo (Michigan) – E.U.A. desde el 6 al 9 de Mayo de 2004 / MARTINS, Ana Maria Tavares; **The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Sta Maria de Alcobaça, a portuguese case** en el *ISUF2003 – International Seminar on Urban Form – “The Planned City?”* que tuvo lugar en el Castello Svevo, en Trani – Italia desde el 3 al 6 de Julio del 2003 y cuya participación fue financiada por la FCT – Fundación para la Ciencia y Tecnología / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Do ideal no espaço monástico: utopia e realidade. O caso cisterciense** no *4th International Utopian Studies Conference – “Utopian City”*, organizado pela USS – Utopian Studies Society con la colaboración de la Universidad Europea de Madrid, que tuvo lugar en la Universidad Europea de Madrid – España, entre los días 25 y 29 de Junio del 2003 y cuya participación fue financiada por la FCT – Fundación para la Ciencia y Tecnología.

⁶³ MARTINS, Ana Maria Tavares; **AS ARQUITECTURAS DE CISTER NAS BEIRAS** in *Actas do Congresso Internacional – Afonso Henriques 900 anos depois*; Viseu, 2009 (con invitación del Comisario de las Comemoraciones de los 900 anos del Nacimiento de D. Afonso Henriques, Prof. Dr. João Silva de Sousa FCSH-UNL y del Ayuntamiento de Viseu) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Arquitectura Religiosa nas Beiras nos primórdios da Nacionalidade** in *Catálogo da Exposição “Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais – A Identidade de Portugal em Construção”* (patente en el Museu Grão Vasco en Viseu del 14 de Agosto al 14 de Noviembre); Ed. Câmara Municipal de Viseu, Museu Grão Vasco, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu; Viseu, 2009 ISBN:978-972-8215-26-2 (con invitación de la Comisaria de la exposición, Prof. Doutora Maria de Fátima Eusébio) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **O Mosteiro como espaço de recuperação do corpo e do espírito** in

Que este sea un registro del estado de los monasterios cistercienses portugueses en el principio del milenio. Que sirva de memoria futura y para que los demás investigadores puedan utilizar este estudio e informaciones en él contenidas para arranque de sus propias investigaciones. Que este inventario, juntamente con el routier de Don Maur Cocheril, sirvan para una perspectiva global de los monasterios cistercienses portugueses, de su arquitectura, de su importancia como patrimonio arquitectónico, histórico y cultural, pero también como un marco histórico fundamental en el desarrollo de una nación y de un país en formación.

Se concluye que esta tesis es una importante aportación para la implementación de un plan director para este tipo de patrimonio, que es crucial para la protección de este tipo tan particular de patrimonio histórico, cultural y arquitectónico. No obstante eso será todo otro trabajo cuyo camino ha sido abierto en definitiva con esta tesis. Esto porque cada monasterio es un caso que merece ser estudiado y profundizado en un cuadro multidisciplinar.

A pesar de esta tesis intentar proporcionar una visión de síntesis por una parte y multidisciplinar por otra parte, no hay duda de que es un trabajo que apenas descubre una diminuta parte de todo el coloso que es el universo del Císter portugués.

Sería bueno, tanto académicamente como humanamente, si esta tesis fuera capaz de motivar y ayudar a desarrollar otros trabajos de investigación, compensando así todo el trabajo presente en estos tres tomos, como dijo San Bernardo de Claraval: *"que este sea el fin del libro pero no de la investigación."*⁶⁴, o sea, que este sea el "punto y aparte" de esta tesis pero jamás de la investigación desarrollada sobre el Císter portugués.

Mosteiro e Saúde – Cerca, Botica e Enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões; Ed. Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões; São Cristóvão de Lafões, 2008 (con invitación de la Comisión Científica de los Encuentros Culturales de S. Cristóvão de Lafões) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **O Mosteiro de Tabosa** in *Letras Aquilinas* – nº 1; Ed. Confraria Aquiliana; Viseu, 2007; ISBN: 978-989-95382-0-7 (con invitación de la Comisión Científica de la revista *Letras Aquilinas*) / MARTINS, Ana Maria Tavares; **Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem** in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias* – vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006; ISBN: 972-8932-17-0 (con invitación del homenajeado, Pe. Geraldo Coelho Dias – Frei Geraldo)

⁶⁴ DUBY, Georges; **São Bernardo e a Arte Cisterciense**; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997; p. 206